

***EXPEDIÇÕES***  
Teoria da História &  
Historiografia  
Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

# ***EXPEDIÇÕES***

Teoria da História &  
Historiografia

**EXPEDIÇÕES**  
Teoria da História &  
Historiografia  
Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

# ***EXPEDIÇÕES***

Teoria da História &  
Historiografia

[http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth)

---

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

ISSN 2179-6386



---

**Reitor**

Haroldo Heimer

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ivano Alessandro Devilla

**Coordenação Editorial**

Eduardo Henrique Barbosa Vasconcelos, Itelvides José de Moraes

**Conselho Editorial**

Ana Catarina Zema de Resende (UnB), Arnaldo Rosa Vianna Neto (UFF),  
Aruanã Antonio dos Passos (UTFPR), Daniel Barbosa Andrade de Faria (UnB),  
Deuzair José da Silva (UEG), Emile Cardoso Andrade (UEG), Geraldo Witeze Júnior (IFG),  
Gonzalo Pasamar (Universidad de Zaragoza), José Oliver Fautino (IFB),  
Júlio Bentivoglio (UFES), Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura (IFG),  
Wilson de Sousa Gomes (UEG)

**Conselho Consultivo deste número**

Ana Paula Lima Tibola (UPF), André Gustavo de Melo Araújo (UnB), André Voigt (UFU),  
Astor Antônio Diehl (UPF), Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite (UFMG), Carmem Zeli  
Gil (UFRGS), Guido Carvalho (UEG), João Rodolfo Munhoz Ohara (UNESP), Léo Carrer  
Nogueira (UEG), Lorena Lopes da Costa (UFMG), Luiz Montez (UFRJ), Marcelo de Mello  
Rangel (UFOP), Marcus Vinicius de Moura Telles (USP), Mario Marcello Neto (UFRGS),  
Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Roberta do Carmo Ribeiro (UFRGS/UEG), Rui Aniceto  
Nascimento Fernandes (UERJ), Samira Moretto (UFFS), Zita Rosane Possama (UFRGS)

---

*Expedições: Teoria da História & Historiografia* é uma publicação semestral Grupo de Pesquisa em Teoria da História e Historiografia (GPETH) e do Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas (GPTEC), em parceria com o Departamento de História da Universidade Estadual de Goiás e a Unidade Universitária de Jussara

[http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth)

---

# **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História & Historiografia

---

## **SUMÁRIO**

### **DOSSIÊ: HISTÓRIA AMBIENTAL**

- 7** APRESENTAÇÃO DOSSIÊ: HISTÓRIA AMBIENTAL  
Samira Peruchi Moretto  
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos
- 11** A BUSCA DE OUTROS SERTÕES  
André Heráclio do Rêgo
- 40** EL TERRITORIO COMO UNIDAD DE ANÁLISE EM LA HISTORIA AMBIENTAL Y  
LA GEOGRAFÍA HISTÓRICA  
Marina Miraglia
- 56** DEVASTAÇÃO E CONSERVAÇÃO NO BIOMA CERRADO: DUAS DINÂMICAS DE  
FRONTEIRA  
José Luiz de Andrade Franco  
Roseli Senna Ganem  
Cristiane Barreto
- 84** A REGIÃO DO LAGAMAR: FRONTEIRAS ABERTAS PARA O RE/ORDENAMENTO  
TERRITORIAL  
Alexandre Dullius  
Maclovia Correia da Silva
- 98** UMA LEITURA DA MODERNIZAÇÃO DA SUINOCULTURA: HISTÓRIA,  
AGROPECUÁRIA E BEM-ESTAR ANIMAL – PARANÁ, BRASIL (1960-1980)  
Miguel Mundstock Xavier de Carvalho,  
Bruno Griebler Provin  
Renan Paganini Valentini escreveram
- 119** GEORGES DELBARD E A TRAJETÓRIA DA FRUTICULTURA DE CLIMA  
TEMPERADO NO SUL DO BRASIL

Jó Klanovicz

- 142** REMANESCENTES DE FLORESTA COM ARAUCÁRIA NA REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ E OS SENTIDO DE FRONTEIRA  
Ricardo Gomes Luiz  
Maclovia Corrêa da Silva

## ARTIGOS

- 158** TEORIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO DELICADA  
Marcia Mansor D'Alessio
- 176** LA DISPUTA IMAGINARIA: CONSIDERACIONES SOBRE NOVELA E HISTORIA EN HAYDEN WHITE Y CARLO GINZBURG  
Sebastian Raul Ray
- 190** “POVOANDO O PRESENTE DE FANTASMAS”: FERIDAS HISTÓRICAS, PASSADOS PRESENTES E AS POLÍTICAS DO TEMPO DE UMA DISCIPLINA  
Arthur Lima de Avila
- 211** A HISTÓRIA É FORÇA PARA O PRESENTE: A NARRATIVA HISTÓRICA DE FRIEDRICH GUNDOLF  
Walkiria Oliveira Silva
- 228** EVOLUÇÃO, EVOLUCIONISMO E CIÊNCIA NO PENSAMENTO DE TOBIAS BARRETO: NOTAS PARA UMA RECENSÃO  
Aruanã Antonio dos Passos
- 245** PÓS-MODERNO E A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: O DEBATE ENTRE FRANK ANKERSMIT E PEREZ ZAGORIN  
Leandro Rosa da Silva
- 264** ANTIGOS E MODERNOS: DEBATES ACERCA DA TRADUÇÃO E AUTORIA DO CÂNONE JUDAICO À LUZ DA ARTE NA MODERNIDADE  
Nathália Queiroz Mariano Cruz
- 279** “A ÚNICA TESTEMUNHA QUE NÃO PUDE CORROMPER”: FOTOGRAFIAS E

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &

Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

DISPUTAS PELA VERDADE NO ESTADO LIVRE DO CONGO (1885 - 1908)

Antonio José Alves de Oliveira

**305** UMA INSTITUIÇÃO DE ‘PRESTÍGIO’ NO NOROESTE FLUMINENSE: O COLÉGIO RIO BRANCO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA E SUA CULTURA ESCOLAR

Suelen Ribeiro de Souza

Silvia Alicia Martínez

Renata Maldonado da Silva

**332** HERÓIS SEPULTADOS E HERÓIS VIVOS: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS TÊM A DIZER SOBRE A FUNDAÇÃO DA NAÇÃO?

André Luan Nunes Macedo

## **RESENHA**

**329** PROVAS DE LIBERDADE: UMA ODISSEIA ATLÂNTICA NA ERA DA EMANCIPAÇÃO

Ana Carolina Gesser

## **APRESENTAÇÃO**

### **DOSSIÊ: HISTÓRIA AMBIENTAL**

Samira Peruchi Moretto\*  
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos\*\*

Por muito tempo a História foi vista como uma disciplina que enfocava os grande eventos e as correlações sociais, políticas e econômicas, sobrepujando outras categorias de análise. No entanto, desde a segunda metade do século XX e início do século XIX, tal premissa vem sendo ampliada e outras relações passaram a ser vistas como fundamentais para a compreensão da própria disciplina da História, intensificando a análise das relações dos seres humanos com meio ambiente.

Historicamente as alterações no meio natural são recorrentes em diferentes partes do mundo e os pesquisadores acreditam que tais mudanças resultam da atividade de um catalisador: os seres humanos. Desta forma, a História Ambiental vem analisando essas ocorrências, pois tais questões são latentes e afetam diretamente o meio ambiente, assim como os demais seres que fazem parte dos ecossistemas nele existentes.

O presente Dossiê: História Ambiental, da Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia, traz sete textos que analisam a temática ambiental dentro da história, numa perspectiva inter/transdisciplinar.

O artigo de abertura é *A busca de outros sertões*, do pesquisador André Heráclio do Rêgo, mostra a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI, e a busca por sertões, que foram mapeados por cronistas e exploradores. O autor aponta que uma geografia imaginária estava presente nos mapas contemporâneos a época estudada, possibilitou o encurtamento das distâncias entre o Brasil e o Peru (o que reforçaria os indícios da presença de metais preciosos em território brasileiro), ou entre a costa e a contra costa da África (o que tornaria mais fácil cumprir um dos principais anéis dos portugueses naquele continente: a travessia entre as costas atlântica e índica). Essa geografia imaginária, em que se destacavam alguns tópicos como a busca do preste João e do Paraíso terreal,

---

<sup>†\*</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Professora do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira do Sul –UFFS. E-mail: [samirapm@gmail.com](mailto:samirapm@gmail.com)

<sup>†\*\*</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: [eduardo.vasconcelos@ueg.br](mailto:eduardo.vasconcelos@ueg.br)

a existência de riquezas imensas escondidas no sertão, tanto do continente africano quanto do americano, estendeu-se até bem entrado o século XVIII. Segundo Rêgo, foi neste período que a mesma começou a ser substituída por uma geografia iluminista, mais próxima da realidade e baseada em pressupostos mais científicos.

Já a pesquisadora argentina, Marina Miraglia, aborda as definições ao longo da história, dos conceitos de paisagem, espaço, lugar (entendido como um lugar ou cenário em que essas relações se materializam, colocando a ênfase no substrato físico-biológico em que ocorrem). No artigo *El Territorio como Unidad de Análise em la Historia Ambiental y la Geografía Histórica* a autora mostra que nas últimas décadas o conceito de território como unidade de análise processual é entendido como um sistema complexo, resultado da continuidade histórica e geográfica, onde a sociedade e o ambiente interagem uns com os outros ações cotidianas.

O artigo *Devastação e Conservação no Bioma Cerrado: Duas Dinâmicas de Fronteira*, de José Luiz de Andrade Franco, Roseli Senna Ganem e Cristiane Barreto aponta as dinâmicas opostas de devastação e conservação da natureza no bioma Cerrado. Descrevendo o processo de ocupação do território e os impactos crescentes da atividade antrópica. Os autores chamam a atenção para a urgência de políticas públicas específicas e integradas capazes de conter a degradação dos ecossistemas nativos do Cerrado e visando promover a conservação efetiva de parcelas representativas de toda a sua biodiversidade.

O quarto artigo é *A Região do Lagamar: fronteiras abertas para o re/ordenamento territorial*, escrito por Alexandre Dullius e Maclovia Correia da Silva onde os autores discutem o “re/ordenamento territorial chamada Adaptação às Mudanças Climáticas baseadas em Ecossistemas (Abe)” observando detalhadamente a Região do Lagamar, parte da Mata Atlântica brasileira.

No artigo seguinte, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Bruno Griebler Provin e Renan Paganini Valentini escreveram *Uma Leitura da Modernização da Suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal – Paraná, Brasil (1960-1980)*, os autores analisam as transformações da suinocultura no estado do Paraná, Brasil, nas décadas fundamentais do processo de modernização agropecuária (décadas de 1960 e 1970). No artigo, são abordados os antecedentes, motivos, implantação e as características da modernização da suinocultura através do uso de literatura interdisciplinar e de fontes primárias como artigos de jornais, revistas de divulgação do setor, publicações técnicas, uma entrevista e censos agropecuários. Como conclusão os autores

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

afirmam que as transformações ligadas à modernização da suinocultura estão relacionadas ao sofrimento e às alterações na qualidade de vida desses animais, questões usualmente negligenciadas nas análises históricas.

Na sequência, Jó Klanovicz apresenta a trajetória do viveirista francês Georges Delbard, que trabalhou diretamente na construção do estado de Santa Catarina, como espaço privilegiado para a implantação de projetos de fruticultura de clima temperado a partir dos anos 1960. Ao fornecer conhecimento técnico e mudas de frutíferas para a região, Delbard também influenciou profissionais envolvidos no projeto com sua concepção de natureza e de modernização da agricultura, dando legitimidade ao processo de transformação ambiental que a fruticultura de clima temperado ocasionou. Como fonte o autor utilizou de documentos técnicos que representam aspectos da fruticultura na região, bem como analisou a autobiografia de Delbard como texto ambiental.

Por fim, Ricardo Gomes Luiz e Maclovía Corrêa da Silva lançam mão da teoria da fronteira de Frederick Turner e território de diferença de Arturo Escobar para desenvolverem o artigo *Remanescentes de Floresta com Araucária na Região Centro-Sul do Estado do Paraná e os Sentido de Fronteira*, onde os autores analisam a convivência entre a expansão territorial, política e a conservação da Floresta com Araucária com ênfase especial para a erva-mate. Desta forma enceramos o dossiê e esperamos que os leitores possam fazer proveito todos os textos aqui apresentados.

## DOSSIÊ: HISTÓRIA AMBIENTAL

## A BUSCA DE OUTROS SERTÕES

*The quest of the sertões*

André Heráclio do Rêgo<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nos estudos sobre a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI tem assumido caráter preponderante a questão do mar, por isso que esta expansão é considerada sobretudo como ultramarina. Oblitera-se, entretanto, uma outra dimensão, a da busca de outros sertões, de outras terras, já que os sertões ibéricos estavam ocupados por Castela e outros reinos, e a única alternativa para os lusitanos era procurar terras, buscar outros sertões, no além-mar. A busca de outros sertões é assim o sujeito oculto da expansão ultramarina portuguesa, e teve no infante dom Henrique e em seu sobrinho, el-rei dom João II. os seus maiores incentivadores no século XV. As iniciativas do Infante e do Príncipe Perfeito possibilitaram que o conhecimento tradicional, de origem antiga e medieval, fosse atualizado pela experiência vivida dos lusos. Dessa forma, diversos exploradores e cronistas puseram-se a descrever esses outros sertões, suas terras, suas gentes e seus costumes. Tais descrições eram eivadas ainda de uma geografia imaginária, fruto mais do que se queria ver do que se via efetivamente, que possibilitava, por exemplo, o encurtamento das distâncias entre o Brasil e o Peru (o que reforçaria os indícios da presença de metais preciosos em território brasileiro), ou entre a costa e a contracosta da África (o que tornaria mais fácil cumprir um dos principais anelos dos portugueses naquele continente: a travessia entre as costas atlântica e índica). Essa geografia imaginária, em que se destacavam alguns tópicos como a busca do preste João e do Paraíso terreal, a existência de riquezas imensas escondidas no sertão e de um grande lago interior, que seria a fonte dos maiores rios (tópico este que remetia, também ao Paraíso terreal), tanto do continente africano quanto do americano, estendeu-se até bem entrado o século XVIII, quando começou a ser substituída por uma geografia iluminista, mais próxima da realidade e baseada em pressupostos mais científicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** História luso-brasileira. Sertão. Representações.

**ABSTRACT:** One question has been privileged in the studies regarding the Portuguese expansion of the XVth and XVIth centuries: that of the sea. In doing so, we forget another dimension of the problem, regarding the quest of the sertão, of other lands, provided that the Iberian sertões had been already occupied by kingdoms like Castilla: the only alternative for the Lusitanians was to search lands, to quest the sertão, beyond the sea. The quest of the sertão, then, is the hidden subject, the non-considered fundament, of the ultramarine expansion of the Portuguese, and two of its most

---

<sup>1</sup>Diplomata, escritor e historiador. Pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade De São Paulo – IEB/USP. Tem Doutorado em Estudos Portugueses, Brasileiros e da África Lusófona pela Universidade de Paris Ouest, título revalidado pela USP como doutor em História social. Entre suas publicações mais recentes destacam-se os livros “Família e Coronelismo no Brasil, uma história de poder” (São Paulo: A Girafa, 2008) e “Os sertões e os desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012). E-mail: [andre.heraclitorego@itamaraty.gov.br](mailto:andre.heraclitorego@itamaraty.gov.br)

important players were the infante dom Henrique and his nephew, el-rei dom João II. The initiatives of these men made possible that the traditional knowledge, of ancient and medieval sources, was brought up to date by the experience of the Portuguese. In this way, many explorers and historians made descriptions of these sertões which were conceived in the basis of a imaginary geography, which in its turn was the result mainly of what they wanted to see, and not of what they saw effectively. This geography made possible, by instance, the reduction of the distances between Brazil and Peru and between the atlantic and indian coast of Africa. This imaginary geography lasted until the middle of the XVIIIth century.

**KEY-WORDS:** Luso-Brazilian History. Sertão. Representations.

João de Barros, na *Década I da Ásia*, escreveu que Portugal estava “limitado na costa do mar Oceano, “porque o mais do *sertão* da terra, ficou na coroa de Castela, e a ele lhe não coube mais em sorte nesta nossa Europa”(BARROS, 1988, p. 9). Como o *sertão* pertencia à Espanha, em quase todas as direções, restava a Portugal conquistar terras aos mouros e, isto feito, lançar-se ao mar. Uma possível interpretação do sentido da expansão ultramarina portuguesa seria assim a busca de outros sertões, já que os próprios eram limitados e ameaçados, a todo momento, pelo inimigo espanhol, seja a norte, seja a leste. Nesse contexto, destacou-se o papel do infante dom Henrique, o qual, ademais de lançar o país às descobertas marítimas, sempre mandava inquirir das coisas do *sertão* das terras descobertas e de sua geografia, das “coisas de dentro do *sertão* da terra”. Essa busca de outros sertões destinava-se, entre outros, à salvação das almas dos bárbaros e idólatras. O Infante foi criticado pelo fato de as terras que buscava serem “desertos de idólatras”, mas, à vista dos sucessos obtidos, passou a ser elogiado por ter aberto caminhos aos portugueses “para ganhar muita honra e terras”.

E também porque acerca dos homens lhe ficasse nome de primeiro conquistador e descobridor da gente idólatra [ao infante dom Henrique, o Navegador]: empresa que até o seu tempo nenhum príncipe tentou. Com o qual fundamento para este seu propósito houvesse efeito: era mui diligente e curioso na inquirição das terras e seus moradores, e de toda as cousas que pertenciam à geografia, dando-se muito a ela. Donde assim na tomada de Ceuta, como as outras vezes que lá passou, sempre inquiria dos mouros as cousas de dentro do *sertão* da terra: principalmente das partes remotas aos reinos de Fez e Marrocos. A qual diligência lhe respondeu com o prêmio que ele desejava, porque veio saber por eles não somente das terras dos Alarves<sup>2</sup> que são vizinhos aos desertos de África a que eles chamam Saara, mas ainda das que habitam os povos Azenegues<sup>3</sup> que confinam com os negros de Jalof<sup>4</sup>: onde se começa a região de Guiné [...] E assim como este mouro desejou vir ao reino por ver as cousas dele: o mesmo desejo teve um

<sup>2</sup>Alarves, originalmente, era uma das denominações dos beduínos árabes. Vale por boçal, rústico.

<sup>3</sup>Azenegues eram aqueles que pertenciam às tribos mourisca do Saara Ocidental e do Noroeste da África.

<sup>4</sup>Jalof era a terra dos jalofos, tribo da África ocidental.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

escudeiro a que chamavam João Fernandes, para particularmente ver as cousas daquele sertão que habitavam os Azenegues e delas dar razão ao infante... (BARROS, 1988, p. 12 e 35).

O moto das conquistas portuguesas era, assim, além da busca de riquezas, a salvação de almas, de tantas mil almas que o demônio mantinha presas naquelas regiões e províncias bárbaras. Os sertões africanos, assim, eram a terra de idólatras, de bárbaros, de cativos do diabo, e jaziam encerrados e bem esquecidos. Os portugueses agiam por misericórdia de Deus, que “queria abrir as portas de tanta infidelidade e idolatria para salvação de tantas mil almas que o demônio no centro daquelas regiões e províncias bárbaras tinha cativas, sem notícia dos méritos da nossa redenção”. Para tanto, demonstrava-lhes e descobria-lhes a grandeza dos mundos e terras que tinha criado, com tantos tesouros e riquezas como em si continham, e que jaziam, havia tantos mil anos, “por nossos pecados, ou pelas enormes e torpes idolatrias de seus moradores, ou por outro qualquer juízo oculto”, cerradas e bem esquecidas (BARROS, 1988, p. 14 e 15).

À medida que os navios do infante dom Henrique e de seus sobrinhos e sucessores iam descendo pela costa da África, e descobrindo novas terras, o conhecimento geográfico tradicional passou a ser atualizado e corrigido pela experiência que os portugueses iam adquirindo. Tanto o infante quanto seu sobrinho, dom João II, preocuparam-se em mandar conhecer as “coisas do sertão das terras”, chegando este último mesmo a mandar fazer fortaleza no rio Sanagá (Senegal), por lhe parecer ser “coisa mui proveitosa a seu estado, e a bem de seus naturais”, e por ser “porta por que [...] podia entrar ao interior daquela grã terra até chegar ao Preste”<sup>5</sup>(BARROS, 1988, p. 101).

E porque neste tempo del rei dom João, quando falavam na Índia sempre era nomeado um rei mui poderoso a que chamavam preste João das Índias, o qual diziam ser cristão: parecia a el rei que por via deste podia ter alguma entrada na Índia. Porque por os abexins<sup>6</sup> religiosos que vêm a estas partes de Espanha [...] tinha sabido que seu estado era a terra que estava sobre Egito, a qual se estendia até o mar do sul. Donde tomando el rei com os cosmógrafos deste reino a tábua geral de Ptolomeu da descrição de toda África, e os padrões da costa dela [...] e assim a distância de duzentas e cinquenta léguas para leste onde estes de Benji<sup>7</sup> diziam ser o estado do príncipe Ogane: achavam

---

<sup>5</sup>O preste João era um monarca lendário, cristão, cujo reino estaria localizado entre a Ásia e a África oriental, que foi confundido por muito tempo com o rei da Abissínia. Os europeus buscavam seu apoio para combater os muçulmanos e reconquistar a Terra Santa.

<sup>6</sup>Abissínios.

<sup>7</sup>Benin.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

que ele devia ser o preste João por ambos andarem metidos em cortinas de seda, e trazerem o sinal da cruz em grande veneração (BARROS, 1988, p. 84).

Com o objetivo ao mesmo tempo de descobrir os sertões e chegar até o preste João, e de fazer propaganda da sua grandeza, dom João II havia mandado, ademais, lançar gente por toda aquela costa, bem vestidos e com mostras de ouro, prata e especiarias, para “notificar de uns em outros a grandeza de seu reino e as coisas que nele havia, e como por toda aquela costa andavam os seus navios”. (BARROS, 1988, p. 84 e 85). O objetivo maior, assim, era descobrir a Índia, “e principalmente um príncipe que se chamava preste João, o qual lhe diziam que habitava naquela terra” (BARROS, 1988, p. 85).

Mais ao sul, os navegantes portugueses utilizaram-se de degredados, “os quais iam oferecidos a este trabalho”, para saberem se havia gente branca no sertão, referindo-se aos naufragos das expedições anteriores (BARROS, 1988, p. 398). Foi com base nas informações dessa gente, completadas pelas fontes clássicas e pela tradição oral, que se formou o conhecimento sobre os sertões africanos nos séculos XV e XVI. Esse conhecimento foi exposto por cronistas como Duarte Pacheco Pereira, que misturou, em seu livro, informações procedentes de fontes clássicas com as mais recentes novidades trazidas pelos descobridores portugueses, entre os quais ele próprio se incluía.

É o caso, por exemplo, do comentário sobre a zona tórrida<sup>8</sup>, e da descrição da cidade de Marrocos, situada no sertão e de onde santo Agostinho seria natural<sup>9</sup>, em que ele se baseou em informações de fontes clássicas e medievais; mas também nas descrições da região do cabo Não, da angra dos Ruivos, do rio do Ouro e do deserto de Arguim, em que se fundamentou em informações trazidas pelos navegantes portugueses (CARVALHO, 1991, fl. 42, p. 252).

Duarte Pacheco Pereira passou assim a descrever os sertões africanos e seus habitantes (CARVALHO, 1991, fl. 46v, p. 262.). Primeiramente, informou que se tratavam de duas Etiópias, a Inferior ou Baixa, que se estendia do rio Sanagá ate ao Cabo da Boa Esperança, em mil e trezentas e quarenta léguas, também chamada Guiné (CARVALHO, 1991, fl. 47v, p. 262 e

---

<sup>8</sup>“a zona do meio que equinocial se chama ou cinta do primeiro movimento pelo grande ardor do sol é assaz afadigada e com todo seu tormento grandemente povoada, por cuja causa se crê que os etiópios são tão negros de cor, por este círculo a eles ser propínquo...”. (CARVALHO, 1991, fl. 69, p. 179).

<sup>9</sup>“Além da cidade de Cafy trinta léguas no sertão está a grande cidade de Marrocos, na qual há vinte e quatro portas, pelas quais dizem que no tempo de sua prosperidade por cada porta saíam mil de cavalo com seu capitão...”(CARVALHO, 1991, fl. 31v e 32, p. 230).

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

263). E a outra Etiópia, a Superior, na verdade a asiática, que ia além do reino da Pérsia e da Índia (CARVALHO, 1991, p. 263). Comentou que os habitantes da Etiópia Inferior “são negros e têm os cabelos curtos e crespos feitos como frisa de pano”(CARVALHO, 1991, fl. 47, p. 263), e os da Etiópia Superior “são negros, mas não já em tanta quantidade como os da Etiópia Baixa e tem os cabelos corridos e compridos como os dos homens brancos”. (CARVALHO, 1991, fl. 47, p. 263).

Toda esta gente e outros muitos seus vizinhos além destes não sabem onde este rio de Sanagá nasce e por onde vem, [e] é tão grande e assim fundo que lhe chamo rio Negro, e temos notícia por muitos etiópios, homens assaz entendidos, que sobem mais de quinhentas léguas por este rio acima diversas províncias e terras por onde corre, que o seu nascimento é incógnito, e segundo o curso dele e a parte onde traz seu princípio, sabem-nos que saem de uma grande lagoa do rio Nilo, que tem de longo trinta léguas e dez de largo...”.(CARVALHO, 1991, fl. 47v, p. 264.)

Duarte Pacheco Pereira não se furtou a comentar um dos temas mais recorrentes na expansão ultramarina portuguesa, ao lado da salvação das almas, o da busca de riquezas, ao comentar que, duzentas léguas além do reino de Mandinga<sup>10</sup>, “está uma comarca de terra onde há muito ouro”, cujos “moradores desta província têm rosto e dentes como cães e rabos como de cão e são negros”. (CARVALHO, 1991, fl. 52, p. 274 e 275). Aqui, mais uma vez, mesclavam-se as narrativas fruto da experiência dos portugueses com as tradições orais, nitidamente medievais, sobre os seres monstruosos que habitariam esses sertões incógnitos.

Ao descrever Serra Leoa, misturou mais uma vez relatos verídicos com tradições antigas e medievais. Assim, os habitantes do lugar, negros, “têm os dentes limados e agudos como de cão”. A esta constatação etnográfica, Duarte Pacheco acrescentou uma interessante mistura de relato naturalista com tradição mitológica, na qual descrevia “elefantes e onças e outras muito desvairadas alimárias que nesta Espanha nem em toda Europa não há”; mas também “homens selvagens a que os antigos chamaram sátiros” cobertos de “um cabelo ou sedas quase tão ásperas como de porco”. Trata-se aqui, evidentemente, da descrição de primatas. Acrescenta ainda que não havia edifícios na terra, somente palhoças. (CARVALHO, 1991, fl. 85v, p. 287, 288 e 289). Duarte Pacheco referiu-se também às diferenças entre os habitantes dessa Guiné “e as outras gentes que jazem além do mar Oceano a Ocidente”. Mesmo tendo o grau do sol por igual com os negros da dita Guiné, eram pardos e quase brancos, e estas eram as gentes que habitavam a terra do Brasil, as quais, segundo alguns autores, seriam guardados da quentura do sol por nesta região

---

<sup>10</sup>O reino de Mandinga localizava-se na Guiné.

haver muitos arvoredos que lhe faziam sombra. Mas, segundo Pacheco Pereira, se havia muitas árvores no Brasil, tantas e mais espessas havia “nesta parte oriental daquém oceano”, “e se disserem que estes daquém são negros porque andam nus e os outros são brancos porque andam vestidos”, o fato é que, de ambos os lados do Atlântico, uns e outros andavam como haviam vindo ao mundo. A questão não dizia respeito à impressão que fazia o sol sobre eles, mas se pertenciam todos à geração de Adão (CARVALHO, 1991, fl. 78 e 78v, p. 337 e 338).

Aqui parece haver uma preferência pelos indígenas do Novo Mundo que, para cronistas como Jean de Léry, constituíam uma humanidade nova, e uma nítida desumanização dos africanos. Tal impressão se confirma com a descrição que fez dos negros do cabo da Boa Esperança, gentios e gente bestial, que andavam vestidos de peles e calçados de umas alparcas de couro cru, que não praticavam nenhum comércio, dedicavam-se tão somente à criação de gado vacum, e de cabras e ovelhas(CARVALHO, 1991, fol. 88v, p. 361).

O *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, foi, portanto, um marco desse novo conhecimento que se estava produzindo, ainda eivado de literatura clássica e de lendas medievais, mas já enriquecido pela experiência ibérica, sobretudo portuguesa, mais realista e terra à terra. O próprio autor reconhecia isso:

Nunca os nossos antigos antecessores nem outros muito mais antigos doutras estranhas gerações puderam crer que podia vir tempo que o nosso Ocidente fora do Oriente conhecido, e da Índia, pelo modo que agora é, porque os escritores que daquelas partes falaram, escreveram delas tantas fábulas, por onde a todos pareceu impossível que os indianos mares e terras do nosso Ocidente se pudessem navegar [...] disseram que as partes da equinocial eram inabitáveis pela muita grande quentura do sol, donde parece que segundo sua tenção aquela tórrida zona por esta causa se não podia navegar, pois que a fortaleza do sol impedia não haver aí habitação de gente, o que tudo isto é falso.... (CARVALHO, 1991, fl. 95 E 95v, p. 375 e 376. )[...] Pois tomamos tão pesada carga em escrevermos quanto benefício os príncipes passados têm feito aos reinos de Portugal no descobrimento desta Etiópia, que dantes a nós era [de] todo incógnita... (CARVALHO, 1991, fl. 75, p. 329 )[...] Lícito é a nós dizer as coisas desta Etiópia, pois as vimos, as quais primeiro que as praticássemos pelo que se lia delas em alguns escritores não eram tão graves de crer, pois até aqui trazemos a parte marítima escrita por ordem e assim alguma parte do sertão (CARVALHO, 1991, fl. 79, p. 318).

Esta tão pesada carga foi seguida por outros cronistas, ou historiadores antigos, como João de Barros, cuja obra pode ser considerada como uma precursora das histórias da expansão tão comuns nos meios acadêmicos e literários portugueses. Ele, nas suas *Décadas*, tratou do sertão, ou, melhor dizendo, dos sertões, considerados sob aspectos às vezes bastante sugestivos. Uma parte dessas terras, desses sertões, situava-se na zona tórrida, e era, segundo os autores da

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Antiguidade, inabitada e inabitável. Este era o principal argumento dos críticos, verdadeiros velhos do Restelo, às iniciativas do infante, os quais, à vista dos sucessos obtidos, tiveram que mudar de opinião. Segundo esses críticos, “a terra que o infante mandava buscar não era terra, mas uns areais como os desertos de Líbia”. Faziam eles referência ao conhecimento antigo, mencionando a “tórrida zona”, que não seria habitada. Assim, onde o infante mandava descobrir, “é já tanto dentro no fervor do sol, que de brancos que os homens são, se lá for algum de nós, ficará (se escapar) tão negro como são os guinéus vizinhos a esta quentura”. Ademais desse motivo, levantavam um outro, mais comezinho: se ao infante parecia que poderia achar “outras terras ermas grossas e férteis”, “terras e maninhos há no reino para romper e aproveitar sem perigo de mar, nem despesas desordenadas”... Por último, não se sabia que gente iam descobrir, “nem o modo de sua peleja”. Nada impedia que fosse “tão bárbara como sabemos que é a das Canárias, a qual anda de penedo em penedo como cabras às pedradas contra quem os quer ofender: nós que proveito podemos ter de terra tão estéril e áspera, e cativar gente tão mesquinha...”(BARROS, 1988, p. 20 e 21).

Desse modo, uma das grandes barreiras que os portugueses ultrapassaram nas suas descobertas foi a da zona tórrida, convicção dos autores clássicos, aceita pelos árabes, de que haveria uma área, na altura da linha do Equador, inabitável em função das altas temperaturas, capazes inclusive de provocar a ebulição da água. A vida seria impossível nessa zona. Talvez a houvesse, humana, mais abaixo, mas os europeus nunca poderiam entrar em contato com os assim chamados antípodas. Santo Agostinho foi mais além, ao negar a existência desses antípodas, já que, para ele, se o hemisfério sul fosse habitado, a mensagem do Evangelho de Cristo não poderia chegar a esses homens. Com efeito, o doutor Angélico<sup>11</sup> negava a existência dos antípodas porque, admitindo-a, ele negaria a unidade do gênero humano. A zona tórrida não

---

<sup>11</sup>“Quanto ao que se diz de haver antípodas, isto é, homens que marcam as suas passadas contrárias aos nossos pés pela parte oposta da Terra onde o Sol nasce quando entre nós se põe, nenhuma razão há para o crer. Ninguém refere que o tenha sabido por qualquer conhecimento histórico. Apenas se conjectura pelo raciocínio: a Terra, diz-se, está suspensa no interior da abóbada do Céu – e para o mundo o lugar de baixo é o mesmo que o lugar de cima. Disto se conclui que a outra parte da Terra, que está do lado de baixo, não pode deixar de ser habitada por homens. Não prestam atenção a que, embora se creia que o mundo tem uma forma esférica e redonda, e embora se demonstre isto com algum argumento, - não se segue daí que essa parte da Terra não esteja coberta de massas de água; e, mesmo que esteja seca, nem daí se pode logo concluir necessariamente que tem homens. Mas, porque a Escritura não mente, ela que baseia a confiança nos fatos narrados pelo cumprimento fiel das suas predições, - *seria demasiado inverossímil afirmar-se que alguns homens tenham podido navegar através da imensidade do Oceano até chegarem à outra parte onde também se teria estabelecido o gênero humano procedente do primeiro e único homem*” (itálicos meus. (AGOSTINHO, 2000, vol III, p. 1477).

podendo ser atravessada, segundo o ensinamento dos antigos, a admissão da existência de antípodas teria por consequência a existência de duas humanidades distintas, que se ignoravam mutuamente. Nessas condições, a mensagem evangélica perderia seu caráter universal, o que era inadmissível (LESTRINGANT, 1997, p. 38).

Os portugueses foram dos que contribuíram para resolver esse dilema teológico, ao provar que a zona tórrida não somente era atravessável, como habitável – e habitada -, e ao descobrir nela uma humanidade que, sendo a mesma, era também nova, porque não conhecia a fé cristã, mas que parecia não se importar muito com esse desconhecimento. Donde surgiu um outro questionamento: provado que a zona tórrida era habitável, restava saber se esta humanidade que a habitava era constituída de homens como os outros. (PERRONE-MOISÉS, 1995, p. 70).

Sertão era assim também a região da zona tórrida que, na opinião dos antigos, não era habitada, e não podia ser atravessada. Se fosse habitada mais abaixo, onde os ardores não eram tantos, o seria pelos antípodas, ou contrapedes, ou seja, aqueles seres que viveriam do lado contrário do mundo conhecido, o que nos leva claramente à ideia de um Outro que seria um Eu invertido.

Destacava-se, também, a busca do preste João, que habitava nos sertões, e através deles devia ser alcançado. Esse reino do preste era, mais do que nada, um território legendário. Nesses sertões suspeitava-se haver, por exemplo, um rio das Amazonas, como mais tarde seria o caso também do outro lado do mar Oceano, nos sertões da Terra de Santa Cruz. Assim, comentava-se da fama da grandeza de um rio, que vinha da terra do preste João por uma terra chamada das Amazonas, “por serem varões nos feitos e os maridos afeminados, e que dentro neste interior havia muito ouro” (BARROS, 1988, p. 13).

Mas João de Barros não se refere apenas aos sertões legendários da zona tórrida, dos antípodas, das amazonas e do preste João. Ele tratou também dos sertões estranhos, diversos, onde se sobrevivia à base de sementes e raízes, de ervas e lagartixas e gafanhotos torrados. Trata-se dos sertões africanos da altura do trópico de Câncer, nos quais, nos meses mais abundantes, o único certo comer era o leite de gado, que também servia de bebida, já que a terra era tão estéril que quase não tinha água. Seria interessante a comparação desse povo de pastores, que somente

se servia do leite de seus animais, com os vaqueiros do sertão do Nordeste do Brasil, berço da civilização do couro.

Com efeito, “seu comer era uma pouca de semente que o campo por si dá que se parece com o painço de Espanha”, além de raízes e gomos de ervas, “e toda maneira de imundícia de lagartixas e gafanhotos torrados”. O alimento principal era o “leite do gado que pastoram que também lhe serve de beber”, já que a terra era tão estéril que não possuía “mais águas que em certos lugares alguns poços meios salobros”. O leite era “toda sua vida”, para aqueles “de dentro do sertão”, que habitavam em tendilhões e cujo traço comum eram os “couros do gado que guardam, e os mais honrados alquicéis: e os principais de todos, panos de melhor sorte”.

O geral ofício de todos é pastorar o seu gado: porque nele está toda sua fazenda e substância da vida. [...] Entre eles não há rei ou príncipe, tudo são cabildas de parentelas, e assim andam apartados: e o de maior poder é o maioral que os governa: e muitas vezes entre si estas cabildas umas com as outras têm guerra..... (BARROS, 1988, p. 38 e 39)

A gente que habitava esses sertões era agreste e bárbara em leis e costumes, ademais de esquiva, mas para ela ainda havia salvação: com a proximidade da civilização, os habitantes da terra haviam ficado tão domésticos que eram os primeiros a querer negociar com os portugueses. De fato, pouco depois que “o negócio de Guiné andava já mui corrente entre os nossos e os moradores daquelas partes”, estes, quando se acostumaram com o “uso das coisas desta nossa Europa”, e tiveram “alguma notícia da verdade pelos benefícios que recebiam assim na alma como no entendimento, e coisas para seus usos”, ficaram “tão domésticos, que não havia mais que partirem os navios deste reino”, e chegarem a seus portos, “concorriam muitos povos do sertão ao comércio de nossas mercadorias, que lhes davam a troco d’almas, as quais mais vinham receber salvação que cativoiro”(BARROS, 1988, p. 65).

João de Barros no entanto estabeleceu uma divisão entre as gentes que habitavam esses sertões: ao norte do rio Sanagá, estavam os mouros; ao sul, os negros, embora, ao longo do rio, todos fossem “mestiços, em cor, vida e costumes”. O rio Sanagá apartaria assim a terra dos mouros da dos negros, “posto que ao longo de suas águas todos são mestiços, em cor, vida, e costumes, por razão da cópula que segundo costume dos mouros toda mulher aceitam. O rio, além de dividir as populações, constituía marco e divisão entre as qualidades das terras de suas margens, porque, a que ficava da parte do norte, habitada pelos mouros, em largura de cem léguas, “se vai estendendo contra oriente até ir beber nas águas do Nilo, e tomando ali alguma

umidade da corrente delas, torna com aquela secura e esterilidade que leva até dar consigo em as águas salgadas do mar roxo”(BARROS, 1988, p. 65). E a que ficava da parte do sul, estava na zona tropical úmida.

Os sertões africanos tinham, assim, para João de Barros, representações e significações múltiplas e variadas, não obrigatoriamente convergentes. A Etiópia era um “paraíso de naturais delícias”, porque não somente dava os bens “necessários e proveitosos à vida humana”, mas ainda almas criadas na inocência de seus primeiros pais. Este Paraíso, no entanto, era proibido, “parece que por nossos pecados, ou por algum juízo de Deus oculto a nós”, já que “nas entradas desta grande Etiópia” havia “um anjo percuciente com uma espada de fogo de mortais febres, que nos impede não poder penetrar ao interior das fontes deste orto...”(BARROS, 1988, p. 120).

Mas, ao mesmo tempo, mais ao sul a terra era habitada pelos cafres, gente sem lei, idólatras a viver no sertão. Era a terra que, para Ptolomeu, era incógnita, habitada por muitos e diferentes bárbaros, inclusive com línguas diferentes, motivo pelo qual não possuía esta terra denominação própria. Com efeito, além da Etiópia interior conhecida por Ptolomeu, jazia “outra terra que em seu tempo não era nota”, mas que era no presente “mui sabido o marítimo dela, depois que descobrimos a Índia por este nosso mar oceano”. Esse litoral começava, da parte oriental, no Prazo promontório, que os naturais da terra chamavam Moçambique (BARROS, 1988, p. 300 e 301).

Os habitantes dessa terra, assim, não se autodenominavam, nem atribuíam nome a esses sertões. Somente os povos mais civilizados, árabes e persas, que tinham polícia de letras e eram vizinhos dela, a chamavam *Zanguibar* (Zanzibar), e a seus habitantes *zanguij*. Também eram denominados cafres, gente sem lei, gente negra de cabelo retorcido, e porém de mais entendimento que a outra que habitava Moçambique, já que entre esta havia muita gente que comia carne humana e que sangrava “o gado vacuum por lhe beber o sangue”, com que se mantinha. Essa terra, no entanto, era soberba, e nela se levantava “uma serrania de viva pedra com grandes e ásperos picos que pedem as nuvens com sua altura”. No sopé, rompia “com muita fúria um rio de grandíssima água que nasce no interior daquele *sertão*, de que ao presente não temos notícia”(BARROS, 1988, p. 301, 302, 376 e 377).

Os mouros, povo civilizado, habitavam o marítimo da terra, mas faziam incursões ao interior, e tinham alguma comunicação com os cafres. Repete-se aqui o dualismo tradicional, no estudo dos sertões, entre sertão e litoral. Tudo nos sertões era bárbaro, até os animais, aves, frutas

e sementes, que respondiam “à barbaria da gente em serem feras e agrestes”. Mesmo os baduijs<sup>12</sup>, “que andavam no interior da terra e faziam contato com os seus habitantes, eram considerados pelos que habitavam as cidades e povoações como bárbaros. Mas “naquela áspera e estéril terra para habitação de gente política”, se havia produzido o mais precioso de todos os metais, o ouro (BARROS, 1988, p. 302 e 303).

Havia portanto um povo intermediário entre sertão e litoral: os *banduijs*, mestiços de mouros e cafres. Alguns desses mouros, que “tinham diferentes opiniões dos arábios acerca de sua seita”, não se quiseram submeter à maioria, “e recolheram-se dentro pelo *sertão* ajuntando-se com os cafres por casamentos e costumes, de maneira que ficaram mestiços em todas as coisas”.

João de Barros, assim, fez uma pintura admirável dos sistemas econômico e social da África oriental. Ao lado, e em complemento aos sertões ásperos, estéreis e insalubres, distantes da civilização, onde viviam os cafres feros e agrestes, o litoral habitado por povos civilizados, em cidades comparáveis às da Espanha (no sentido mais abrangente do termo): Sofala, Mombaça, Quiloa e Melinde. Entre os dois extremos, os mestiços, os *banduijs* (BIERDEMANN, 2003, p. 45 e 46).

Outro autor que merece destaque neste processo de formação do conhecimento que se tinha dos sertões é o padre Francisco Álvares, autor da *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias*. Este autor, na descrição que faz da Abissínia, que ainda se supunha ser o reino do preste João, aliou, como os seus antecessores, narrativas clássicas e lendárias, de um lado, e, de outro, relatos de sua própria experiência. No primeiro caso, fez menção, por exemplo, a “maravilhosas terras e senhorios mui grandes”, um dos quais, Aquaxumo, havia sido “a cidade, câmara e estância (segundo dizem) da Rainha de Sabá” (ÁLVARES, 1974, p. 86 e 87), da qual, viajando-se para o poente, contra o Nilo, chegava-se à “terra de Sabaim, onde a rainha de Sabá tinha seu nome e título e onde há o pau preto que ela mandou a Salomão para marchetar o Templo”(ÁLVARES, 1974, p. 96 e 97). Passando da tradição bíblica para a mitologia grega, o padre Francisco Álvares referiu-se também às amazonas, embora que com certa desconfiança, já que elas, cujo reino era situado ao sul de um reino chamado Damute Gorage, possuíam “marido geralmente todo o ano”(ÁLVARES, 1974, p. 359).

---

<sup>12</sup>Beduínos.

Mas o padre se referiu também ao que ele próprio havia observado. Um dos tópicos mais recorrentes de suas observações, que se repetia em outras narrativas sobre os variados sertões, é o da aspereza da terra e das serranias nela existente. No caso específico do preste João, estas serras se destacavam por um detalhe especial, a de serem a prisão dos filhos do rei (ÁLVARES, 1974, p. 47, 149 e 150). Outro tópico da descrição do padre Francisco Álvares era a esterilidade da terra, também recorrente em outras narrativas sobre os sertões. É o caso de um mosteiro, “todo cercado de ribeiras secas que não têm água senão com trovoadas” (ÁLVARES, 1974, p. 96 e 97), ou daquela região, próxima a este mosteiro, onde a terra era muito estéril, e o caminho, conquanto chão, cheio de “maiores matos” e no qual o perigo era ainda maior, por haver maiores passos de ribeiras secas e espessas árvores para “jazer má gente”, ademais de a terra ser, quando próxima das poucas águas, muito doentia (ÁLVARES, 1974, p. 124). A terra, mesmo quando era lavradia, poucas vezes era cultivada, como naquela que se chamava Abugima, onde “tudo são cevadas em os baixos, tudo são trigos nos vales, os melhores que se podem dizer de muitos e bons” (ÁLVARES, 1974, p. 127 e 128). A regra, no entanto, era a negligência, ou mesmo indolência dos habitantes, que não cultivavam a terra:

Digo que ninguém caça, nem pesca, nem tem engenho, nem maneira, nem vontade para o fazer, por isso é a caça muito boa de matar, porque não é corrida da gente. Animais feros muitos: leões, onças, tigres, lobos, raposas, adibes e outros [...] E destes feros animais nunca ouvi dizer que fizessem mal, posto que a gente da terra lhes há muito grande medo...(ÁLVARES, 1974, p. 59).

A solução, como ocorria em outros sertões, eram as “criações de gados infindos” (ÁLVARES, 1974, p. 57), cujo couro servia de vestimenta para os “homens gerais”, que eram “quase todos e poucos os especiais”, e que traziam derredor de si um pedaço de couro de vaca (ÁLVARES, 1974, p. 163).

Tópico recorrente em outras descrições dos sertões, o padre Francisco Álvares também se referiu à desproporcionalidade entre os territórios de Portugal e da Abissínia, quanto apresentou o mapa-múndi que trazia ao preste João: “E porque o nosso Portugal é muito com Castela em pequeno espaço, e Sevilha mui perto de Lisboa, perto da Corunha, lhe pus Sevilha por Espanha e Lisboa por Portugal e a Corunha por Galiza” (ÁLVARES, 1974, p. 322). As terras do preste João, ao contrário, eram vastas, e as distâncias a percorrer eram medidas por dias de caminhada. Entre as terras, reinos e senhorios que confinavam com os reinos do preste, havia o reino de Dangali,

de mouros, que tinha um porto de mar, Belie, e corria “até contestar no reino de Adel que é do senhor de Zeila e Barborá onde se ajuntam ambos estes reinos para a parte do sertão, que é para a terra do preste (ÁLVARES, 1974, p. 355 e 356). Havia também os de Adel e, mais para o sertão, o de Adea, também de mouros sujeitos ao Preste (ÁLVARES, 1974, p. 357). E, “muito carregando sobre o poente”, uma “muito grande terra e reino que se chama Damute”, de “mui bons mouros e grandes guerreiros”, gentios.

Haveria nestes reinos “muitos refrescos de muitas coisas”, como gengibre verde, uvas e pêssegos, “grossos carneiros e cavacas mui grandes de corpos”. Dizia-se “que nas cabeças destes reinos de Damute Gorage contra o Sul” situava-se o reino das amazonas, no qual haveria “muito infindo ouro”. Acreditava-se que nesse reino Damute nascia “um grande rio e contrário ao Nilo, porque cada vai para sua parte: Nilo para Egito, deste outro ninguém da terra sabe para onde vai, somente presumem que vai para Manicongo”. Diziam ainda “que há nele grandes lagos como mares, que há neles homens e mulheres marinhos e alguns afirmam isto de visto...”(ÁLVARES, 1974, p. 360 e 361).

No reino do preste João, situado nos sertões de dentro, enfim, não havia grandes cidades – nenhum lugar passava de mil e seiscentos habitantes; não havia castelos, somente aldeias, constituídas por casas térreas e redondas, cobertas de telhados de palha e ladeadas por currais. Nelas, os habitantes dormiam em couros de bois, outros em leitos de correias, dos mesmos couros, sem nenhuma maneira de mesa. As refeições eram feitas em gamelas, sem toalhas nem guardanapos, e a bebida, armazenada em recipientes de barro. A carne era consumida crua ou assada em brasas, de lenha ou de bosta de boi, onde aquela não havia (ÁLVARES, 1974, p. 417). Esta descrição do padre Francisco Alvares lembra, em muitos aspectos, a que Capistrano de Abreu faria três séculos depois sobre a civilização do couro dos sertões nordestinos brasileiros. Mais um tópico recorrente nas descrições dos diversos sertões sabidos dos portugueses.

Para concluir essa incursão pelos sertões africanos, veja-se a obra *Etiópia Oriental*, do frei João dos Santos. Dominicano de extraordinária energia e insaciável curiosidade, chegado em Sofala em 1586, permaneceu onze anos na região, fazendo inúmeras viagens durante esse período, a partir dos quais escreveu a sua obra, publicada em 1609 e considerada um dos mais importantes livros da literatura portuguesa sobre a África, por ter proporcionado à Europa a posse de dados objetivos de geografia, antropologia, zoologia e botânica que não foram

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

acrescentados antes da segunda metade do século XIX (SANTOS, 1978). Nesta obra encontra-se a mesma tensão entre as fontes clássicas e a experiência vivida, entre o maravilhoso e o real, que caracterizavam as crônicas da época:

E porquanto algumas coisas das que digo, são tão prodigiosas, que quase são incríveis, e contadas aos que tem alcançado pouco das muitas maravilhas que há pelo mundo, corre muito perigo seu crédito para com eles; portanto logo no princípio duvidava sair a lume com a presente história, entendendo que se não deviam contar essas coisas a semelhantes pessoas, que ligeiramente as julgam por fabulosas. Mas como meu intento não é satisfazer a estes, nem contar fábulas afetadas com palavras esquisitas, e bem compostas, usando para isso de alto estilo de falar, e linguagem polida, senão contar na verdade as coisas que vi, notei e ouvi a pessoas de crédito, por isso não quis desistir do intento começado, usando desta singela narração, porque a verdade não tem necessidade de palavras retóricas, para se declarar; e somente esta aceite de mim o curioso leitor, e não o grosseiro modo que tenho de a relatar (SANTOS, 1891, p. 27).

Começou o autor fazendo referência às fontes clássicas, ao informar que Homero dividia a Etiópia em duas, a Ocidental e a Oriental. A primeira começando do cabo da Boa Esperança, e correndo pelo meio da terra até o Egito, confinando da banda do norte com as terras da Líbia, nas quais habitavam os trogloditas, que eram como selvagens, porque comiam todos os animais imundos e circuncidavam os filhos, e junto dos quais viviam os “visófagos tão ferozes e esforçados, que pelejam com os leões”, e a seguir os “os isópafos, esparmatógafos, cineces, acridógafos, canimos, e os ictiófagos, todos bárbaros e pretos de cabelo crespo” (SANTOS, 1891, p. 38 e 39).

Já a Etiópia Oriental começava do mesmo cabo da Boa Esperança e vinha “correndo toda a costa do mar Oceano etiópico” até o mar Vermelho, “onde se fenece”. Era “em parte fertilíssima, e mui abundante”, “povoada de muita diversidade de nações, não somente nas línguas, mas também nos costumes, e feições do rosto”, sendo em partes “deserta, áspera, e infrutífera, onde se criam muitas feras, como são leões, tigres, onças, ursos, e muitos animais silvestres e bravos” (SANTOS, 1891, p. 39). E o autor completou essa informação geral comentando que era ela “terra caldíssima, doentia, e prejudicial aos estrangeiros, e mais em particular aos portugueses, porque nela adoecem ordinariamente e morrem de febres” (SANTOS, 1891, p. 40). Mas isto não era motivo suficiente para eles reprimirem a “cobiça, e sede com que passam a ela em busca de suas minas e riquezas” (SANTOS, 1891, p. 40).

Frei João dos Santos baseou-se, na sua obra, no que se poderia considerar uma geografia imaginária dos sertões africanos, fenômeno que ocorria também nas descrições dos sertões americanos. Tal fato pode ser constatado na descrição do rio Cuama, tão célebre e conhecido por

suas riquezas, que “nasce pela terra dentro tão longe que não há quem tenha notícia do seu princípio”, mas que, segundo a lenda, nasceria “duma grande lagoa que está no meio desta Etiópia, da qual nascem outros rios muito grandes, que correm por diversas partes” (SANTOS, 1891, p. 165). Ou no caso do Nilo, “o qual nasce no sertão desta Etiópia de um grande lago, chamado Barzena”, cercado de altíssimas serras e asperíssimas montanhas, sobretudo no leste, que eram as terras habitadas por cafres gentios, chamados cafates, bárbaros, mui robustos, e dados à caça de feras e animais silvestres (SANTOS, 1891, p. 341).

E isso nos leva a outro tópico da geografia imaginária dos sertões, o da descrição das gentes, entre maravilhada e depreciativa, eivada de preconceitos e prejulgamentos, mas também, e ao mesmo tempo, de um apurado senso realista e etnográfico, ou antropológico. Assim, os reis cafres, entre eles Quiteve, eram os senhores do sertão. Este último, “cafre de cabelo revolto, gentio, não adora coisa alguma, nem tem conhecimento de Deus” antes diz que ele o é de suas terras e por tal é tido e reverenciado de seus vassalos” (SANTOS, 1891, p. 47, 48, 65 e 66).

Havia muita variedade de cafres; uns eram de boa natureza e bem inclinados, como os do reino do Quiteve. Outros comiam carne humana, como aquelas duas castas, de mumbos e zimbas, ou muzimbas, que comiam inclusive os cativos, quando eram já velhos, e não prestavam para trabalhar (SANTOS, 1891, p. 163, 228 e 229.). Estes zimbas, ou muzimbas, não adoravam ídolos, nem conheciam a Deus, mas em seu lugar veneravam e honravam ao seu rei. Este último dizia de si, que ele só era Deus da terra, e, quando chovia sem sua permissão, atirava com setas ao céu, porque lhe não obedecia (SANTOS, 1891, p. 235.). Outros eram ladrões e traficantes de sua própria raça, que furtavam os pequenos, e traziam enganados os grandes até as praias, onde os vendiam aos portugueses, ou aos mouros, ou a outros cafres mercadores, e o mesmo faziam com seus filhos, em tempo de necessidade (SANTOS, 1891, p. 333). Esses cafres eram diferentes na língua e costumes, mas todos “gentios bárbaros, cafres pretos de cabelo revolto”(SANTOS, 1891, p. 340 e 341). Entre os habitantes do interior das terras havia uma casta diferente, que vivia no meio do sertão da África, onde havia muito mel, e que andavam todos pintados de vermelhão. Estes, ao contrário dos outros, eram de cor baça, e tinham o cabelo corredio, vivendo no campo como selvagens, nus a maioria, alguns cobertos com peles de animais silvestres (SANTOS, 1891, p. 37).

Segundo esta geografia imaginária, havia nos sertões da Etiópia Oriental fontes de admiráveis efeitos, como uma fonte de água salgada situada a mais de duzentas léguas de distância

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

do mar, “na qual se via uma espantosa maravilha, que era converter-se em pedra dura todo o pau que lhe deitavam dentro” (SANTOS, 1891, p. 187). Nas terras do reino de Monomotapa, por outro lado, havia grossas minas de ouro, em relação a cujas terras, “era coisa mui averiguada fazer o sol nelas tanta impressão, com as influências de seus raios, que além de as apurar e converter em ouro, fazia brotar o mesmo ouro fora da terra com tanta força, como se fora planta que quer nascer...” (SANTOS, 1891, p. 211). Ainda neste tema, a abundância de metais preciosos nesses sertões constituía um tópico recorrente, a exemplo do que ocorria em outros sertões. Assim, as terras do rei Quiteve, situadas pelo sertão dentro mais de sessenta léguas, eram terras de muito ouro (SANTOS, 1891, p. 42). Já no reino de Monomotapa, tão famoso e lendário, havia minas de ouro na maior parte das terras, particularmente no Chiroro, onde havia muito, e o mais fino que se achava naquele reino. O método de exploração deste metal era, no entanto, rudimentar, ou cavando a terra ao longo das ribeiras e das lagoas, ou, no tempo das chuvas, percorrendo as regueiras por onde corria água, nas quais achavam muitas lascas e pedaços de ouro, que ficavam sobre a terra descobertos com a corrente (SANTOS, 1891, p. 210 e 211). Já nas terras que confinavam com o Monomotapa, pelo sertão dentro da parte do Nordeste, ficava o reino de Chicora, muito famoso pelas grandess minas que tinha de fina prata, consideradas “as mais ricas minas, e da mais fina prata, que até hoje se sabem” (SANTOS, 1891, p. 213 e 217). Para completar o quadro, mencionem-se as minas de prata do grande reino de Bagamedri, povoado de gentios, e “de que os naturais não se aproveitam, porque são mui preguiçosos”, e, por conta disso, pusilânimes e pobres (SANTOS, 1891, p. 348).

Nesta geografia imaginária, ou pouco precisa, há lugar para outros tópicos recorrentes, como o das terras ásperas e serranias, como, por exemplo, na descrição das serras de Lupata, situadas a meio caminho entre os fortes de Sena e de Tete e a noventa léguas do mar Oceano Etiópico, que teriam de largura quatro ou cinco léguas, e que seriam muito altas, e fragosas de pedras e saibro áspero, e duro como ferro. Corriam e atravessavam grande parte da Etiópia Oriental, “e por serem altíssimas e atravessarem muitas terras, lhe chamam os cafres espinhaço do mundo” (SANTOS, 1891, p. 181). Ou a grandíssima e altíssima serra do Chiri, fertilíssima e toda povoada de cafres, situada defronte de Sena, do outro lado do rio, sete ou oito léguas terra adentro, e que fornecia a maior parte dos mantimentos para aquela localidade (SANTOS, 1891, p. 189 e 190). É o caso por fim do reino de Damute, povoado de gentios tributários do preste João e de cristãos abexins, onde havia muito ouro, e pouco ferro, e no qual havia grandes serras muito fragosas e desertas, onde se

criavam muitos bichos e feras, como serpes peçonhentíssimas, elefantes, leões, tigres, onças, unicórnios monteses, considerados “os verdadeiros unicórnios, pelas grandes virtudes que têm experimentado em um só corno...” (SANTOS, 1891, p. 345 e 346).

Uma última menção ao famoso e lendário reino do Monomotapa, na verdade o sucedâneo do império do mesmo nome que, depois de sua divisão em quatro partes, havia resultado no referido reino, no do Quiteve, no do Sedanda e no do Chicanga. O do Monomotapa propriamente dito, o principal deles, tinha de comprimento mais de duzentas léguas, e de largo outro tanto. Este reino fazia fronteira, a noroeste, com o reino chamado Abutua, que “dizem chega pelo meio da terra firme, até os confins do reino de Angola, com cujos cafres têm comércio, e estes com os portugueses” (SANTOS, 1891, p. 199)<sup>13</sup>. O reino do Monomotapa, portanto, não corria ao longo da costa, antes estava metido pela terra adentro no meio da cafraria. Possuía somente, no litoral, uma ponta de terra, tão remota do centro do poder, que os seus habitantes não obedeciam ao poder central, e viviam quase como gente sem rei (SANTOS, 1891, p. 220). Seriam, talvez, como os indígenas brasileiros, sem lei, nem rei, nem fé...

O conhecimento que se tinha dos sertões asiáticos procedia das mesmas fontes: clássicas, medievais e a experiência dos navegadores. Aqui também falava alto a dimensão lendária, imaginosa, das descrições dos cronistas, alguns dos quais, como era o caso de João de Barros, haviam escrito também sobre os sertões da África. Além da obra de Barros, analisarei aqui a de Fernão Mendes Pinto, autor da famosa *Peregrinação*.

Convém notar, antes de mais nada, que João de Barros aplicou aos sertões asiáticos o mesmo esquema que utilizava com os sertões africanos: o de centros urbanos civilizados, semiperiferias com povos nômades e com povos selvagens. É o caso de Samatra, onde a terra era povoada por mouros e gentios, os primeiros no princípio estrangeiros, que povoaram o litoral; e os segundos, autóctones, que, com a chegada dos mouros, abandonaram a costa e recolheram-se ao interior da ilha, separados por uma camada intermediária de mestiços (BIEDERMANN, 2003, p. 47 e 48). Também é o caso do reino de Sião, em que habitavam os siameses, os laos e os gueos. Os primeiros viviam nas cidades, governados por um rei; os segundos, viviam ao redor daquelas, necessitando o auxílio do rei siamês contra os gueos, que habitavam as serranias remotas, e comiam carne humana,

---

<sup>13</sup>Vale observar que esta seria, se não a primeira, uma das primeiras notícias sobre a possibilidade da travessia transcontinental da África, por tantos anos anelada pelos portugueses.

e que comumente desciam à planície, às terras chãs dos laos, onde faziam grandes estragos(BIEDERMANN, 2003, p. 49).

O cenário repetia-se na Índia, onde os mouros haviam conquistado o marítimo aos gentios, que habitavam os sertões. Nesses sertões, havia, no entanto, entre os gentios, grandes reis, como o de Narfinga. Assim, todos os reis e príncipes da Índia, “principalmente os mouros a quem a entrada que nela tínhamos feito mais tocou que ao gentio”, iludiam-se com o parecer de que os portugueses se contentavam “de andar espancando o mar e roubar todas naus do estreito de Meca”,

o qual modo lhe parecia não mui certo e durável por ser diferente do que eles tiveram na entrada dela com que se fizeram senhores do seu marítimo, e depois de parte do *sertão* conquistado dos gentios sem mais tornar à pátria donde cada um era. Porém quando eles viram a segunda tomada de Goa, e depois a de Malaca [...] começaram perder a esperança que diante tinha [...]Tudo a fim de a [Goa] nobrecer e fazer senhora do principal poder e força, com que os senhores do *sertão* que era el-rei de Narfinga e os capitães do reino Decã se faziam poderosos uns contra outros: que era estes cavalos que lhe iam de Pérsia e Arábia(BARROS, [1974] 1988, p. 340 e 341).

Nos sertões, desta vez da Arábia, ficava, também, Meca, onde estava enterrado o corpo do Profeta. Mas também era aí que habitavam os alarves, grande ameaça para os peregrinos, já que aquela cidade, distante de Jedá cerca de quinze léguas e metida no sertão onde jazia o corpo de Maomé, situava-se em terra estéril, que mais esterilizada era por não ter senhor próprio, e porque o sertão dela era dos alarves que andavam em cabildas a roubar os mouros que iam em romaria a Meca (BARROS, [1974] 1988, p. 363). Nos sertões ficavam também cidades antiquíssimas, como Ptolomaida, que se localizava na região Tebaida, que se estendia por dentro das terras, pelo Nilo acima (BARROS, [1974] 1988, p. 289). Eram sertões mais pastados que habitados, tão areentos que não havia alimento nem para os homens nem para os animais. Mas existiam exceções, como a de Lafah, verdadeiro Paraíso, terra fértil e mimosa, chamada Yaman (Iemen), que seria uma das possíveis localizações do Paraíso terreal (BARROS, 1992, p. 164).

As descrições dos sertões asiáticos centravam-se em alguns eixos. O primeiro deles, o de que os sertões se identificariam com as serranias, com cordas de montes (BARROS, 1992, p. 145), que pareciam querer “impedir que os moradores ao longo do mar se não comuniquem com os do sertão” (BARROS, 1992, p. 102). Estes sertões, de ásperas montanhas, eram em sua maior parte desertos despovoados (BARROS, 1992, p. 173). Podiam ser, entretanto, feitos da terra a mais fértil e mimosa, como sucedia com o entorno da cidade de Lafah, no Iemen (BARROS, 1992, p. 164), ou

como sertões da ilha de Lequia, cuja terra era “mais plana e fértil e viçosa de muitos campos regados de rios de água doce, com infinidade de mantimentos”(PINTO, 2010, p. 471 e 472).

Fernão Mendes Pinto mencionou um português, possível exceção à falta de curiosidade de seus conterrâneos e contemporâneos criticada por Garcia d’Orta. Trata-se de Antônio de Faria, que de sua natureza era muito curioso, o qual trabalhou por saber de gente da ilha de Ainão, “que nações habitavam o sertão daquela terra, e donde procedia a origem daquele grande rio (PINTO, 2010, p. 133), o qual “procedia de um lago que se chamava Pinator, que demorava a leste daquele mar duzentas e sessenta léguas, no reino de Quitirvão, o qual lago estava cercado de grandes serranias. Nele havia enorme mina de ouro, uma pedreira de que se tiravam muitos diamantes, muitas minas de prata, cobre, estanho e chumbo (PINTO, 2010, p. 133 e 140). Aqui estão presentes alguns dos tópicos dos conhecimentos e narrativas sobre os sertões: os lagos que davam origem a grandes rios, como o Nilo, o Amazonas, o da Prata e o São Francisco; as grandes serranias; as minas de ouro e de diamantes, de prata, cobre, estanho e chumbo.

Eram também os sertões do refúgio, para onde corriam os perseguidos, fossem eles os portugueses ou seus inimigos, como os habitantes de Malaca que “acolheram-se à serra do sertão e matos mui espessos” para fugir aos portugueses (BARROS, 1992, fo. 312); ou os bárbaros que fugiram, também dos portugueses, para o sertão da ilha de Negamale. Mas era também o caso de certos lusitanos, que se meteram pelo sertão da ilha de São Lourenço, onde desapareceram. (BARROS, 1992, fo. 90 e 136).

Mas esses sertões eram a sede do poder de reis poderosos, como o Nizamaluco, que, por ser homem de grande estado, posto que tivesse cidades marítimas e portos rendosos, o mais do tempo residia dentro do sertão (BARROS, 1992, fo. 79); ou do Hidalcão, que tinha suas ocupações de guerra no interior (BARROS, 1992, fo. 294); ou o rei de Narfinga e os capitães do reino de Decã, os senhores do sertão (BARROS, 1992, fo. 341), ou o rei Hamed (BARROS, 1992, fo. 347). Ou o rei de Caxem, ou o rei de Cambaia (BARROS, 1992, fo. 95 e 106). Ou o príncipe Calaminha, “de grande poder, que habita no âmago deste sertão em muita distância de terra” (PINTO, 2010, p. 525).

Além destes, em “toda esta costa do Malaio, e por dentro do sertão”, dominava um grande rei, o “Prechau Salem Imperador de todo o Sornau”, a que vulgarmente se chamava Sião, cujo senhorio confinava por distância de setecentas léguas da costa (PINTO, 2010, p. 125 e 410); o “Sianmon Imperador dos Gueos”, que confinava por dentro do sertão com o Brama do Tanguí e o

rei dos Mogores, cujo reino e senhorio jazia por dentro do sertão até o Coraçone, que era junto da Pérsia, e o reino de Deli e Chitor (PINTO, 2010, p. 125 e 410). E os príncipes do Sião, que vizinhavam com estes dentro pelo *sertão*, assim como o rei de Orixá e o rei de Bengala, que tinham muitos portos do mar. E os de dentro do *sertão* da ilha de Samatra, todos baços de cabelo corrido, bem dispostos e de bom aspecto (BARROS, [1974] 1988, p. 36 e 119).

Fernão Mendes Pinto, nas páginas finais de sua *Peregrinação*, fez comentário que bem pode ser aplicado ao conhecimento que havia, à época, dos sertões asiáticos, africanos e americanos: “assim que pela variedade de nações incógnitas que aqui vimos, se pode muito bem coligir, que nesta monarquia do mundo há ainda muitas terras que não são descobertas, nem conhecidas de nós” (PINTO, 2010, p. 569). Entre essas terras não descobertas nem conhecidas, estavam as do Novo Mundo, que foram descritas por vários cronistas e narradores, que muitas vezes possuíam formação humanista, o que facilitava a apreensão e a tradução daquele mundo estranho (SANTIAGO, 2003, p. 134).

Essa visão, perpassada assim pelo conhecimento humanista que resgatava os clássicos, mas também pelas tradições e pela visão do mundo medievais, bem como por elementos paradisíacos e infernais, pode ser notada na obra de Pero de Magalhães de Gândavo. Ao descrever a terra, considerava-a lassa e desleixada, por conta da quentura e dos mantimentos que nela usavam, mas, por outro lado, fértil e viçosa, toda coberta de altíssimos e frondosos arvoredos, sempre verdes (GÂNDAVO, 1965, p. 147 e 149).

Esta província Santa Cruz está situada naquela grande América, uma das quatro partes do mundo. [...] De maneira que parte dela fica situada debaixo da Zona tórrida e parte debaixo da temperada. Está formada esta Província à maneira de uma harpa, cuja costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente, e está olhando diretamente a Equinocial; e pela do Sul confina com outras Províncias da mesma América povoadas e possuídas de povo gentílico, com que ainda não temos comunicação. E pela do Oriente confina com o mar Oceano Áfrico, e olha diretamente os Reinos de Congo e Angola até ao Cabo de Boa Esperança [...] E pela do ocidente confina as altíssimas serras dos Andes e fraldas do Peru, as quais são tão soberbas em cima da terra que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje um só caminho lhe acharam os homens vindos do Peru a esta Província, e este tão agro, que em o passar perecem algumas pessoas caindo do estreito caminho que trazem (GÂNDAVO, 1965, p. 53 e 54).

Para Gândavo, a Terra de Santa Cruz carecia destes e de outros extremos semelhantes, característicos de seus vizinhos continentais: a terra era grande, mas não possuía serras nem desertos e nem alagadiços que com facilidade se não pudessem atravessar. E além disso era “sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras da América, por ser

comumente de bons ares e fertilíssima, e em grande maneira deleitosa e aprazível à vida humana” (GÂNDAVO, 1965, p. 53 e 54).

Esta é, sem dúvida, uma perspectiva paradisíaca: terras férteis, clima ameno, natureza dócil, sem grandes obstáculos a atravessar. Para outro cronista, entretanto, o jesuíta Fernão Cardim, a terra era “algum tanto melancólica, regada de muitas águas, assim de rios caudais como do céu” (CARDIM, 1980, p. 40) e, no seu interior, nos campos e sertão da Bahia, havia lugares onde a água era escassa. Mas a Providência havia solucionado o problema com árvores que tinham água, que serviam “não somente de fonte mas ainda de um grande rio caudal”, capaz de abastecer a 100 almas com água gostosa e clara, o que constituía grande remédio para os que iam ao sertão quando não achavam outra (CARDIM, 1980, p. 40).

Nesse mesmo diapasão paradisíaco, frei Vicente do Salvador chegou ao ponto de transformar o que era tradicionalmente uma desvantagem, o fato de se localizar o Brasil na zona tórrida, em vantagem. Assim, após explicar que, segundo Aristóteles e outros filósofos, a zona tórrida seria inabitável, devido ao excesso de calor, contrapunha a esses filósofos antigos a experiência que havia demonstrado não somente ser a zona tórrida habitável, mas que “em algumas partes dela vivem os homens com mais saúde, que em toda a zona temperada, principalmente no Brasil, onde nunca há peste, nem outras enfermidades”, salvo as bexigas (SALVADOR, 2008, cap. IV, fl. 8v e 9).

A explicação para tanto seria que se a terra do Brasil, sendo cálida por estar a maior parte dela na zona tórrida, era juntamente muito úmida, como se provava pelo fato de orvalhar tanto de noite, que nem depois de sair o sol a quatro horas se enxugavam as ervas. Esta umidade seria causa de que o calor desta terra se temperasse e que fizesse o clima de boa compleição. A outra causa eram os ventos leste e nordeste, que ventavam do mar todo o verão de meio dia, pouco mais ou menos, até a meia-noite, e lavavam e refrescavam toda a terra. E, por último, a igualdade dos dias e das noites: o calor dos dias, embora intenso, durava menos, e não aquecia tanto, que o frio da noite o não atalhasse, que não chegasse de um dia a outro (SALVADOR, 2008, cap. IV, fl. 8v e 9).

O conhecimento dos sertões brasileiros, por essa época, pressupunha, como aliás o dos sertões africanos e asiáticos, a já mencionada geografia imaginária. Por essa geografia, variava o diâmetro e a largura do Brasil, porque aqueles que mais apartavam da costa do mar para o poente aquela linha do sertão davam-lhe maior extensão de largura, e os que faziam o inverso, diminuía

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

seu tamanho (VASCONCELOS, 2011, p. 49). Essa geografia contemplava “afamadas serranias, que vão correndo os reinos de Chile e Peru passante de mil léguas, de tão imensa altura, que são um assombro do mundo (VASCONCELOS, 2011, p. 49), mas também os rios, uma verdadeira rede hidrográfica baseada em lendas:

Contam os índios versados no sertão, que bem no meio dele são vistos darem-se as mãos estes dois rios [Amazonas e Prata], em uma alagoa famosa, ou lago profundo, de águas que se ajuntam das vertentes das grandes serras do Chile e do Peru; e demora sobre as cabeceiras do rio que chamam São Francisco [...] que desta grande alagoa se formam os braços daqueles grossos corpos; o direito, ao das Amazonas para a banda do norte; o esquerdo, ao da Prata para a banda do sul; e que com estes abarcam, e torneiam todo o sertão do Brasil... (VASCONCELOS, 2011, p. 53).

Assim, o rio da Prata, por outro nome Paraguai, dava a mão ao Grão Pará, ou Amazonas, naquele grande lago, e desta mão ia formando-se o principal dos braços, e estendendo-se por formosas campinas, e bosques fertilíssimos (VASCONCELOS, 2011, p. 58). Este braço seria a origem de todos os outros rios da costa, que vinham do sertão com poderosas madres, e era por isso que todo o sertão estava feito um bosque, entretalhado em canteiros, da mesma natureza, com suas águas (VASCONCELOS, 2011, p. 58). Visão mais paradisíaca do que esta é difícil de se encontrar.

Estas eternas aparências, viram os exploradores somente, e só com elas ficaram admirados: que fariam, se vissem seus interiores? Se penetraram aquelas matas solitárias, e viram a multidão de feras, que por ali se criam, isentas das traições da gente humana? (VASCONCELOS, 2011, p. 70)<sup>14</sup>.

Mas nem só de vislumbrar o Paraíso viviam os colonos portugueses no Brasil. Havia a expectativa, embora não muito acompanhada de iniciativas, devido à negligência e falta de curiosidade indicadas por frei Vicente do Salvador, de grandes riquezas no interior das terras, outro tópico recorrente nas descrições dos sertões. Mas não havia iniciativas coerentes, estruturadas e institucionalizadas de exploração do interior, e este é o sentido da crítica de frei Vicente. Os colonos portugueses limitavam-se a explorações esporádicas, fruto da iniciativa particular, e baseadas numa expectativa, que pode ser enquadrada em uma visão paradisíaca destes sertões, de riqueza fácil,

---

<sup>14</sup>Simão de Vasconcelos faz, nessa altura, uma descrição grandiloquente do sertão, na qual, após enumerar as espécies de animais, de “aves as mais formosas”, os “grandes arvoredos, espessas matas, que sobem às nuvens, e encobrem o céu”, “os minerais de pedras finas, ferro, chumbo, calaím, prata e ouro, de seus serros, vargens, arredores, e rios, que podem comparar-se à mesma Índia, Potosí, Maldívia e Peru”, comenta: “Tudo isto veriam os exploradores, se então lhes fora possível penetrar estas imensas matas: porém do que viram, e do que ouviram aos índios, tinham bem que contar a seus reis. [...] Viam aqueles capitães e cosmógrafos a formosura, a vária compostura das terras, campos, montes, arvoredos, aves, animais, peixes, e a multidão tão grande, e vária de nações de gentes: e pasmavam, como de coisa nunca vista em outra alguma parte do mundo” (VASCONCELOS, 2011, p. 70).

baseada em lendas e informações precárias. É o caso da iniciativa de alguns colonos de Porto Seguro, narrada por Pero de Magalhães de Gândavo:

A esta Capitania de Porto Seguro chegaram certos índios do Sertão a dar novas de umas pedras verdes que havia numa serra muitas léguas pela terra dentro, e traziam algumas delas por amostra, as quais eram esmeraldas [...] Tanto que os moradores desta Capitania disto foram certificados, fizeram-se prestes cinquenta ou sessenta portugueses com alguns índios da terra e partiram pelo Sertão dentro, com determinação de chegar a esta serra [...] entraram pela terra algumas duzentas e vinte léguas, onde as mais das serras que acharam e viram eram de muito fino cristal e toda a terra em si muito frágil, e outras muitas serras de uma terra azulada, nas quais afirmaram haver muito ouro [...] disto não fizeram mais experiência por ser aquilo no deserto e haver muitos dias que padeciam grande fome nem comiam outra coisa senão semente de ervas e alguma cobra que matavam [...] Alguns índios lhe deram notícia segundo a menção que faziam que podiam estar cem léguas da serra das pedras verdes que iam buscar, e que não havia muito dali ao Peru.... (GÂNDAVO, 1965p. 34 e 35).

O conhecimento sobre a riqueza dos sertões era mera suposição, e de oitiva, fruto das informações trazidas pelos índios. O próprio Gândavo intitulou, muito sintomaticamente, o capítulo XIV de sua obra, *Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertão*. Era tudo expectativa, positiva, decerto, eivada dessa visão paradisíaca, pela qual a Província de Santa Cruz, sendo tão fértil e abastada de todos os mantimentos necessários para a vida do homem, era também, certamente, muito rica, havendo nela muito ouro e pedraria (GÂNDAVO, 1965 p. 125). E a prova da certeza dessas esperanças, dada por Gândavo, é interessantíssima: a “maneira de como isto se veio a denunciar e ter por causa averiguada foi por via dos índios da terra”. Estes, sem fazendas que os detivessem em suas pátrias, e com o intento de buscar sempre terras novas, “a fim de lhes parecer que acharam nelas imortalidade e descanso perpétuo”, meteram-se pelo sertão dentro. Depois de algum tempo, encontraram “outros índios seus contrários, e ali tiveram com eles grande guerra”. O resultado disto é que não puderam, ou souberam, mais voltar, “por onde lhes foi forçado entrar pela terra dentro muitas léguas”, tendo chegado em uma terra, onde havia algumas povoações muito grandes, nas quais havia tanta riqueza que nas ruas não se fazia outra coisa “senão lavar peças de ouro e pedrarias” (GÂNDAVO, 1965, p. 125).

Em um registro menos genérico e mais concreto, Gabriel Soares de Sousa indicou que, na Bahia, trinta léguas pela terra dentro, havia minas descobertas sobre a terra, de mais fino aço que o de Milão, e mais dentro do sertão, a cinquenta ou sessenta léguas do litoral, uma serra muito grande escalvada, que não tinha outra coisa senão cobre (SOUSA, s/d, p 315). Além disso, no capítulo CXIV de seu livro, intitulado *Em que se trata das pedras verdes e azuis que se acham no sertão da Bahia*, ele afirmou que se achavam também no sertão da Bahia umas pedras azuis escuras muito

duras e de grande firmeza e que no mesmo sertão havia muitas pedreiras de pedras verdes coalhadas, muito rijas, de que o gentio também fazia pedras para trazer nos beiços (SOUSA, s/d, p 316).

E não há dúvida senão que entrando pelo sertão desta terra há serras de cristal finíssimo, que se enxerga o resplendor delas de muito longe, e afirmaram alguns portugueses que as viram que parecem de longe as serras de Espanha quando estão cobertas de neve [...] Em algumas partes do sertão da Bahia se acham esmeraldas mui limpas e de honesto tamanho [...] Afirmam os índios tupinambás, os tupinaês, tamoios e tapuias e os índios que com eles tratam, neste sertão da Bahia e no da capitania de São Vicente, que debaixo da terra se cria uma pedra do tamanho e redondeza de uma bola, a qual arrebenta debaixo da terra [...] e que lhe saem de dentro muitas pontas cristalinas do tamanho de cerejas [...] Dos metais de que o mundo faz mais conta, que é o ouro e prata, fazemos aqui tão pouca [...] pois esta terra da Bahia tem dele tanta parte quanto se pode imaginar: do que pode vir à Espanha cada ano maiores carregações do que nunca vieram das Índias Ocidentais, se Sua Majestade for disso servido (SOUSA, s/d, II tomo, p. 316, 317, 318 e 319).

A expectativa aqui transforma-se em certeza, e certeza de engrandecimento da terra e da Coroa, conseqüentemente. Estes cronistas também trataram, em suas obras, de outro tópico recorrente nas descrições dos sertões, o dos indígenas e seus costumes, e o estranhamento que eles provocavam. Assim, um deles afirma que não se podia quantificar “a multidão do bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil”, já que ninguém podia percorrer com segurança pelo sertão dentro. Entretanto, Deus havia permitido que esses índios fossem contrários uns dos outros, “e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na terra nem seria possível conquistar tamanho poder de gente” (SOUSA, s/d, p. 179).

Muitos desses indígenas povoavam outrora a costa, mas como se levantavam contra os portugueses, e lhes faziam muitas traições, foram a pouco e pouco destruídos. Os que restaram haviam fugido para o sertão (SOUSA, s/d, p.181). Estes índios eram portanto muito desumanos e cruéis, e não se moviam a nenhuma piedade, vivendo “como brutos animais sem ordem nem concerto de homens” (CARDIM, 1980, p. 25).

Os cronistas se preocuparam também com a descrição física dos habitantes primitivos do Brasil, sobretudo daqueles que habitavam a costa “e em partes pelo sertão dentro muitas léguas, com que temos comunicação”. Eram eles de cor baça, e cabelo corredio; com “o rosto amassado, e algumas feições dele à maneira de chins”; pela maior parte “bem dispostos, rijos e de boa estatura”. Quanto ao caráter e ao comportamento, “gente muito esforçada, e que estima pouco morrer, temerária na guerra, e de muito pouca consideração”; sobremaneira desagradecidos, “muito

desumanos e cruéis, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo”. E, para completar, viviam todos muito descansados sem terem outros pensamentos senão o de comer, beber, e matar gente, e por isso engordavam muito (GÂNDAVO, 1965, p. 99). Entre esses índios se alevantaram algumas vezes alguns feiticeiros, a que chamavam caraíba, santo ou santidade. Eram, geralmente, gente de ruim vida, que fazendo algumas feitiçarias, e coisas estranhas à natureza, traziam

após si todo o sertão enganando-os, dizendo-lhes que não rocem, nem plantem seus legumes, e mantimentos [...] porque com sua vinda é chegado o tempo em que as enxadas por si hão de cavar [...] e com esta falsidade os traz tão embebidos, e encantados, deixando de olhar por suas vidas, e granjear os mantimentos que, morrendo de pura fome, se vão estes ajuntamentos desfazendo pouco a pouco, até que a santidade fica só, ou a matam (CARDIM, 1980, p. 87 e 88).

Sendo todos de cor castanha, e sem barba, o que os distinguiria, segundo frei Vicente do Salvador, seria “serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos o são assaz)”, e “os mais bárbaros se chamam *in genere* tapuias”, dos quais havia muitas castas de diversos nomes, diversas línguas e que eram inimigos uns dos outros (SALVADOR, 2008, fl. 22).

Havia, com efeito, muitas e várias nações de diferentes línguas sendo uma principal, que vivia na costa do mar, e em uma grande cordilheira do sertão, e que eram os amigos antigos dos portugueses, com cuja ajuda e armas, conquistaram esta terra, pelejando contra seus próprios parentes, e outras diversas nações bárbaras (CARDIM, 1980, p. 101).

Entre essas nações bárbaras merece destaque portanto a dos tapuias, palavra que significa língua travada, e que eram uma espécie de Outro para os próprios indígenas. Estes tapuias, que sob vários aspectos podem ter sua representação comparada com a dos cafres africanos, eram os primitivos povoadores do litoral, e haviam sido expulsos da Bahia e da sua vizinhança por outra tribo de índios, os tupinaês, que havia descido do sertão, “à fama da fartura da terra e mar desta província”. Em seguida, vieram os tupinambás, “d’além do rio de São Francisco descendo sobre a terra da Bahia, que vinham senhoreando, fazendo guerra aos tupinaês”, que lhes despejaram a terra e “se foram por em frontaria com os tapuias seus contrários, os quais faziam guerra com força, da qual só faziam recuar pela terra dentro, por se afastarem dos tupinambás que os apertavam da banda do mar” (SOUSA, s/d, II tomo, p.240).

Eles, que haviam senhoreado toda a costa, desde a boca do rio da Prata até a do rio das Amazonas, se haviam assim recolhido para o sertão, onde viviam divididos em bandos, não se acomodando uns com os outros (SOUSA, s/d, II tomo, p. 240).

Estes tapuias que se espalharam pelos diversos sertões, como o dos campos de caatinga, por exemplo, eram muito guerreiros, e comiam gente (CARDIM, 1980, p. 104), dividindo-se em setenta e seis nações, que falavam as mais delas diferentes línguas; eram gente brava, silvestre e indômita, e inimigas do gentio que vivia na costa do mar, com exceção dos tapuias que viviam no rio São Francisco. Entre estes últimos havia muitos cristãos que haviam sido trazidos pelos padres do sertão, e que haviam sido batizados: somente com estes tapuias se podia fazer algum fruto, pois, com os demais, não se podia “fazer conversão por serem muito andejos e terem muitas e diferentes línguas dificultosas” (CARDIM, 1980, p. 106).

Ainda em relação aos indígenas, e para exemplificar mais um tópico recorrente nas descrições dos sertões, derivado de uma visão e de um imaginário ainda medievais, mencionem-se as nações de índios monstruosos, que realizavam e concretizavam, em pleno trópico, algumas das fantasias da Idade Média. Assim, diziam, que entre as nações de índios, havia uma, de anãos, “de estatura tão pequena, que parecem afronta dos homens, chamados goiazis”; outra, “de casta de gente, que nasce com os pés às avessas: de maneira que quem houver de seguir seu caminho, há de andar ao revés do que vão mostrando as pisadas: chamam-se estes matuiús”; uma terceira, “de homens gigantes, de 16 palmos de alto, valentíssimos, adornados de pedaços de ouro por beiços e narizes”, chamados curinqueans. E por fim, “há outra nação de mulheres também monstruosas do modo de viver (são as que hoje chamamos amazonas, semelhantes às da Antiguidade, e de que tomou nome o rio)” (VASCONCELOS, 2011, p. 55).

Por último, uma menção a Fernão Cardim que, entre os seus méritos, terá sido o primeiro a relacionar os sertões à caatinga – hoje a associação mais forte ao conceito de sertão -, e foi o primeiro a descrever a seca, flagelo recorrente do Nordeste brasileiro, ao narrar o descimento dos índios do sertão, tangidos pela falta de chuva. Com efeito, Cardim contou que se havia produzido grande necessidade, principalmente no interior de Pernambuco, “pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios”. Porém, passado aquele trabalho da fome, os que puderam voltaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade (CARDIM, 1980, p. 162).

## **Conclusão**

Nos estudos sobre a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI tem assumido caráter preponderante a questão do mar, por isso que esta expansão é considerada sobretudo como ultramarina. Oblitera-se, entretanto, uma outra dimensão, a da busca de outros sertões, de outras terras, já que os sertões ibéricos estavam ocupados por Castela e outros reinos, e a única alternativa para os lusitanos era procurar terras, buscar outros sertões, no além-mar.

A busca de outros sertões é assim o sujeito oculto da expansão ultramarina portuguesa, e teve no infante dom Henrique e em seu sobrinho, el-rei dom João II os seus maiores incentivadores no século XV. As iniciativas do Infante do Príncipe Perfeito, cujo objetivo alegado era a busca de riquezas e a salvação de almas, possibilitaram que o conhecimento tradicional, de origem antiga e medieval, fosse atualizado pela experiência vivida dos lusos.

Dessa forma, exploradores e cronistas como Duarte Pacheco Pereira, João de Barros, o padre Francisco Álvares, frei João dos Santos, Fernão Mendes Pinto, Pero de Magalhães de Gândavo, o padre Fernão Cardim, frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares de Sousa e o padre Simão de Vasconcelos, entre outros, puseram-se a descrever esses outros sertões, suas terras, suas gentes e seus costumes. Tais descrições eram eivadas ainda de uma geografia imaginária, fruto mais do que se queria ver do que se via efetivamente, que possibilitava, por exemplo, o encurtamento das distâncias entre o Brasil e o Peru (o que reforçaria os indícios da presença de metais preciosos em território brasileiro), ou entre a costa e a contracosta da África (o que tornaria mais fácil cumprir um dos principais anelos dos portugueses naquele continente: a travessia entre as costas atlântica e índica). Essa geografia imaginária, em que se destacavam alguns tópicos como a busca do preste João e do Paraíso terreal, a existência de riquezas imensas escondidas no sertão e de um grande lago interior, que seria a fonte dos maiores rios (tópico este que remetia, também ao Paraíso terreal), tanto do continente africano quanto do americano, estendeu-se até bem entrado o século XVIII, quando começou a ser substituída por uma geografia iluminista, mais próxima da realidade e baseada em pressupostos mais científicos.

#### **Referências Bibliográficas:**

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. III.

ALVARES, Padre Francisco. *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1974.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

BARROS, João de. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*. Edição facsimilada 4ª edição revista e prefaciada por Antônio Baião, conforme a edição princeps (Coimbra . Imprensa da Universidade, 1932. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

\_\_\_\_. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Segunda Década*. Quarta edição, conforme a edição princeps, iniciada por Antonio Baião, continuada por Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, [1974] 1988.

\_\_\_\_. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Terceira Década*. Edição facsimilar da 1ª edição [Lisboa: João de Barreira, 1563]. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.

BIEDERMANN, Zoltán. *Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros*. Anais de História de Além-Mar Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. IV: Ano 2003.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Introdução de Rodolfo Garcia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*. Edition critique et commentée). Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil*. Reprodução fac-similar do ms. 2026 da Bibl. Sloaniana do Museu Britânico; introdução; leitura; comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1965.

LESTRINGANT, Frank. *Introduction A THEVET, ANDRÉ. Le Brésil d'André Thevet – Les Singularités de la France Antarctique (1557)*. Édition intégrale établie, présentée & annotée par Frank Lestringant. Paris. Éditions Chandeigne 1997.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Le voyage de Gonville (1503-1505) & la découverte de la Normandie par les Indiens du Brésil*. Étude & commentaire de Leyla Perrone-Moisés. Paris : Chandeigne, 1995.

PINTO, Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*. In: Fernão Mendes Pinto and the PEREGRINAÇÃO – studies, restored portuguese text, notes and indexes. Volume II: Restored Portuguese Text. Restored and revised by Elisa Lopes da Costa. Lisboa: Fundação Oriente e INCM, 2010.

SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brazil*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

SANTIAGO, Silviano. *O narrador pós-moderno*. In: Nas malhas da letra. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 43, apud GUIRADO, Maria Cecília A divulgação das primeiras imagens exóticas do Brasil através dos escritos de Pero de Magalhães de Gandavo. Anais de História de Além-Mar Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. IV: Ano 2003, p. 133-140.

SANTOS, Frei João dos. *Ethiopia Oriental*. Volume I. Bibliotheca de Classicos Portuguezes. Director litterario: Luciano Cordeiro. Lisboa: Mello d’Azevedo Editor, 189.

SANTOS, M. Emília Madeira. *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar/Instituto de Cultura Portuguesa/Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. 1 tomo. Introdução, comentários e notas pelo Professor Pirajá da Silva. Biblioteca Histórica Brasileira (direção de Rubens Borba de Moraes), nr XVI. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2011.

## **EL TERRITORIO COMO UNIDAD DE ANÁLISIS EN LA HISTORIA AMBIENTAL Y LA GEOGRAFÍA HISTÓRICA**

*The territory as unit of analysis in Environmental History and Historical Geography*

Marina Miraglia<sup>15</sup>

**RESUMEN:** La unidad espacial donde se producen las interacciones hombre-naturaleza/sociedad-ambiente, ha recibido muchas definiciones a lo largo de la historia, entre ellas, paisaje, espacio, lugar (entendidas como sitio o escenario en el cual se materializan estas relaciones, poniendo el énfasis en el sustrato físico-biológico en el cual éstas se producen) siendo en las últimas décadas cuando comienza a incorporarse, en los trayectos académicos y de gestión, el concepto de territorio como unidad procesual de análisis de estos mismos procesos. La construcción del territorio, entendido éste como un sistema complejo es el resultado de un *continuum* histórico-geográfico donde la sociedad y el ambiente se interrelacionan mutuamente con sus acciones cotidianas. Es necesario indicar que, a lo largo de la historia humana, se fueron modificando las aproximaciones teórico-metodológicas para su estudio y apropiación por parte de las diversas disciplinas que de un modo u otro se interesan por el conocimiento del territorio y de las relaciones sociales que se construyen en él y junto a él. El estudio, análisis, interpretación y ordenamiento del territorio es un objetivo común a muchas disciplinas entre ellas la Geografía y la Historia, desde un punto de vista espacio temporal, a través de las ramas de ambas ciencias como son la Geografía Histórica y la Historia Ambiental. En este artículo se sintetizan algunos conceptos sobre el espacio, el lugar, la escala, el territorio y la dimensión temporal, desarrollados por diversos autores, provenientes de la Geografía y la Historia para finalmente proponer la aplicación del concepto de territorio como unidad de análisis teórico metodológica para los estudios espacio temporales.

**Palabras clave:** Territorio. Historia Ambiental. Geografía Histórica.

**ABSTRACT:** The spatial unit where man-nature / society-environment interactions take place has received many definitions throughout history, among them, landscape, space, place (understood as site or scenario in which these relations materialize, placing the emphasis on the physical substrate). In the last decades, when the concept of territory as a processual unit of analysis of these same processes begins to be incorporated in academic and management journeys. The construction of territory, understood this one as a complex system is the result of a historical-geographical

---

<sup>15</sup>Universidad Nacional de General Sarmiento. Instituto del Conurbano. Área de Tecnologías de la Información Geográfica y Análisis Espacial. E- mail: [mmiragli@ungs.edu.ar](mailto:mmiragli@ungs.edu.ar). Doctora en Filosofía y Letras con Orientación en Geografía por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Docente en la Tecnicatura Superior en Sistemas de Información Geográfica de la Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), en el Seminario de Graduación de Historia Ambiental de la Carrera de Geografía de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA y en la Maestría en Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Universidad Virtual de Quilmes (UVQ). Es profesora asociada regular y Coordinadora del Área de Tecnologías de la Información Geográfica y Análisis Espacial del Instituto del Conurbano de la UNGS. Es co-autora de libros, además de diversos artículos y capítulos en las áreas de investigación en las que se especializa: Historia Ambiental y Tecnologías de la Información Geográfica.

continuum where society and the environment interrelate with each other with their daily actions. It is necessary to indicate that, throughout human history, the theoretical-methodological approaches were modified for their study and appropriation by the different disciplines that in one way or another are interested in the knowledge of the territory and of social relations which are built in him and with him. The study, analysis, interpretation and ordering of the territory is a common objective for many disciplines, including Geography and History, from a temporal space point of view, through the branches of both sciences such as Historical Geography and Environmental History . This article synthesizes some concepts about space, place, scale, territory and time dimension, developed by various authors from Geography and History to finally propose the application of the concept of territory as a unit of theoretical analysis Methodology for time space studies.

**Key words:** Territory. Environmental History. Historic Geography

### **Introducción**

Si consideramos al territorio como un sistema complejo, y acordando con Reboratti (2011, 80), cuando afirma que “en toda disciplina social o natural se establece entre el objeto de estudio y el observador una relación dada por la forma en que este aprehende al primero”, el acercamiento, conocimiento e interpretación y análisis del territorio, va a depender en gran medida del campo disciplinar que lo abarca. El autor plantea también que,

“A medida que los límites disciplinares se van haciendo cada vez más borrosos, (...) se hacen evidentes las tensiones que se generan cuando se intenta compatibilizar las “miradas” de cada una de ellas sobre un mismo problema.” (REBORATTI, 2011, 81 y 82),

Son estas tensiones las que se presentan cuando se procuran definir los campos de acción de las disciplinas que estudian el territorio y los procesos de construcción territorial.

Nos proponemos presentar sintéticamente y a modo introductorio, los principales conceptos trabajados en la Geografía y la Historia, particularmente en la Geografía Histórica y la Historia Ambiental en relación a la definición de las unidades espaciales de análisis comunes a ambas disciplinas. Estas han estado y están estrechamente vinculadas entre sí<sup>16</sup> ya que la Geografía

---

<sup>16</sup>La Historia y la Geografía son creaciones occidentales, concretamente de los griegos. Las dos comparten la paternidad de Heródoto de Halicarnaso (ca. 484-425 a.C.).' La palabra *historiae* proviene de un término griego, que significa investigación o búsqueda, o sea que la intención de Heródoto no era tan sólo contar o narrar eventos sino además investigarlos y explicarlos, junto con la descripción de los escenarios regionales en donde aquellos ocurrían... generalmente a partir de la propia observación. La reconstrucción de fenómenos geográficos pasados por Heródoto puede considerarse como el más remoto antecedente para la geografía histórica. (Rucínque, H.F. y A.L. Velásquez, 2007)

se ocupa básicamente de las relaciones territoriales y la Historia está asociada a las temporales o históricas.

Mediante la aplicación de estos ejes conceptuales se pueden analizar las relaciones establecidas entre las variables ambientales y socio económicas, en un contexto histórico-geográfico, desde la perspectiva de los Sistemas Complejos y la Historia Ambiental. (MIRAGLIA, 2015b) De esta manera es posible comprender que haya sido y siga siendo abordado desde múltiples perspectivas teóricas y metodológicas y allí es donde muchas veces surgen dicotomías en el proceso de análisis y definiciones operativas.

El trabajo está estructurado en primer lugar con las definiciones operativas de la Geografía y la Historia, luego con el objeto de estudio de la Geografía Histórica y sus objetivos; el objeto de estudio de la Historia Ambiental y sus objetivos; las relaciones entre la Geografía y la Historia en los estudios territoriales; el territorio como sistema complejo y el territorio como unidad de análisis geohistórica.

### ***La Geografía y la Historia: definiciones operativas***

La Geografía estudia las relaciones entre los hombres organizados socialmente y los territorios que ocupan. Esto comprende tanto, la organización de los grupos sociales para valorizar su territorio, como las formas en que se explotan los recursos naturales. Para Sauer (1940), la Geografía, fija su atención en una diversidad de rasgos terrestres y los compara en su distribución.

La Historia (BLOCH, 1982) es la ciencia de los hombres en el tiempo, donde el conocimiento de los hechos del pasado, se logra a través del conocimiento indirecto que brindan los documentos; en tanto que para Fernand Braudel (1949), la Historia concebida como proceso temporal, presenta diferentes niveles de análisis:

*La historia inmóvil*, es la Historia del hombre en sus relaciones con el ambiente que lo rodea. Es una Historia lenta en fluir y transformarse; *la historia de ritmo lento*, es la Historia social, o Historia de los grupos y las agrupaciones; *la Historia tradicional* o Historia cortada a la medida de los individuos y los acontecimientos particulares y *la Larga duración*: Es una Historia de aliento mucho más sostenido todavía y, en este caso, de amplitud secular: se trata de la Historia de larga, incluso de muy larga, duración.

### ***El objeto de estudio de la geografía histórica y sus objetivos***

Lukinbeal(2016) presenta un tema de discusión que no es menor en los trabajos de Geografía y de Historia como es el concepto de escala. Este concepto, si bien en las últimas décadas del siglo XX y principios del XXI, fue objeto de debates en Geografía, siempre lo fue desde el punto de vista de las comunidades cartográficas o de Sistemas de Información Geográfica.

Mientras no hubiera consenso sobre el significado del concepto de escala, el grado de utilidad de la misma o si inclusive existe, fue eliminada de los temas de discusión de la geografía humana.

El autor sostiene que lo que se eliminó de los debates fue el concepto de escala cartográfica, como rechazo a la noción cuantitativa de la geografía, mas que el concepto antiguo de escala geográfica

Lukinbeal muestra dos ejes interpretativos en el concepto de escala, por un lado, la dimensión humana, de justicia y valores y por otro la escala como una herramienta que permite transformar las tres dimensiones de la realidad en dos dimensiones planas tal como se presenta en la cartografía. Estas disfunciones históricas en la interpretación de la escala, no hacen más que mostrar, la variada e inestable naturaleza del significado de escala, que complica su uso dentro de todos los campos de la Geografía, y dentro del objeto de nuestro trabajo, de la Historia también.

Los conceptos de escala, lugar, paisaje y espacio son centrales en la tradición geográfica. Sin embargo, sólo en los últimos años se incorporó en los debates el término escala.

En las últimas décadas, (1990–2010), los debates asociados al concepto de escala, lo fueron en términos de su utilidad en los estudios y trabajos cartográficos pero no en su significado social, el cual adquiere gran importancia como espectro de posibilidades en sus aplicaciones en la Geografía y la Historia.

Lukinbeal (2016) sostiene que a lo largo del espectro de los significados del concepto escala, algo ha sido pasado por alto, un componente fundamental de la escala que puede dar luz a aspectos importantes de las ciencias sociales.

La geografía histórica se ocupa de analizar hechos históricos. Su foco de interés reposa en la geografía del pasado o de las transformaciones geográficas o territoriales en algún período pasado.

Así comparte la legitimidad intelectual con los estudios históricos. La geografía histórica coloca cuestiones geográficas en el pasado y brinda una perspectiva geográfica sobre el mismo. Su contribución definitiva al conocimiento es que el entendimiento del pasado es hecho por la geografía y no por la historia.

El dato anterior, sirve para demostrar las diferencias entre el análisis geográfico e histórico, sin por ello hacer una lectura fragmentada del campo que concierne a ambas disciplinas. Otro factor muy importante es que la geografía no se ocupa de las lecturas del presente ni se muestra como una geografía retrospectiva.

La geografía histórica puede entender la complejidad del pasado o mismo las transformaciones territoriales del pasado en un determinado período sin quedarse atada al pasado.

Reforzando el debate sobre la perspectiva geográfica del análisis del pasado, Ferro (1986, p.67) afirma que:

[...] o trabalho e a investigação do geógrafo não pode deixar de ter em conta as transformações históricas do território que se examina, com duplo objetivo de reconstituir as condições do ambiente no passado e, sobretudo, de se reportar às formas de vida, às condições de civilização, às técnicas de trabalho e aos tipos de consumo do passado; e tudo isto não só para melhor compreender as condições de então, mas também as condições do presente [...]"

Si bien el territorio se define, se explica y se entiende por su historicidad, no hay que caer en la falsa historia de carácter lineal. El territorio es una construcción histórica de carácter complejo, por el nivel de interrelaciones producidas. En este sentido, el concepto de historicidad del territorio tiene que ser manejado con cuidado para no caer en una dimensión mecánica del tiempo humano, como una mera sucesión de hechos lineales, sino teniendo en cuenta, entonces las diferentes temporalidades que coexisten en las relaciones sociales.

Un aspecto importante de la geografía histórica y de los estudios históricos en general es el concepto de periodización, el cual no significa solamente datar. Periodizar significa también dividir a la historia en términos de contenidos temáticos.

La periodización no es solamente un problema de fechas, sino que, fundamentalmente es un problema de contenidos formados por los hechos relevantes que ocurrieron y que son objeto de nuestro estudio.

Una porción de tempo no es solamente un ordenamiento arbitrario, es una determinada porción de la historia con colores y matices propios, del mismo modo que las fechas límites de esos períodos(de Menezes Lima 2012, 56/57)

### ***El objeto de estudio de la historia ambiental y sus objetivos***

Como se ha planteado en los documentos consultados, el objeto de estudio de la historia ambiental es la relación sociedad ambiente. Claramente los problemas ambientales exceden las escalas locales y regionales y con la globalización pasan a ser problemas planetarios.

Acordando con Silvia Menendez Dobles (2002, 10) “la evolución de las ciencias y de las ideas sobre la naturaleza permitieron que los historiadores” aplicaran un nuevo paradigma metodológico para analizar el desarrollo de los pueblos en relación al ambiente, incorporando así un nuevo campo de estudio dentro de la Historia.

Resumidamente, los objetivos de la Historia Ambiental son presentados a continuación: Guillermo Castro Herrera (2004) presenta como objetivo de la historia ambiental

“las interacciones entre las sociedades humanas y el mundo natural, y de las consecuencias de esas interacciones para ambas partes a lo largo del tiempo.”

Stefania Gallini (2002) indica que

“La misión de la Historia Ambiental en el estudio de cómo los países latinoamericanos se estructuraron en economías (y sociedades) de exportación de materias primas para el mercado mundial es principalmente otra: Reconocer el papel activo de los ecosistemas locales en determinar las formas, los tiempos y las posibilidades de la agroexportación y de la extracción”.

Para Worster, la Historia Ambiental se organiza en torno a tres ejes temáticos muy destacados como son los aspectos intelectuales de las sociedades en cuanto a las percepciones que éstas tienen del ambiente y la forma de relacionarse, el nivel del dominio socioeconómico y el impacto de las actividades humanas sobre el ambiente. (MIRAGLIA, 2013)

En Historia Ambiental se desarrollan gran cantidad de investigaciones asociadas al análisis de múltiples variables territoriales, tales como: conflictos y movimientos ambientales; naturaleza, pensamiento racial y saber médico higienista en el siglo XIX; Historia, Sociología e interior; el ambientalismo y el pensamiento ambiental en América Latina: raíces, frutos y perspectivas; las dimensiones ambientales del colonialismo europeo.

Otros estudios contemplan las relaciones entre la Historia Ambiental y educación; historia ambiental e historia de las ciencias; paisaje y gestión ambiental; la ciudad y el ambiente en la historia de América Latina y el Caribe; espacios protegidos, apropiación del territorio y políticas ambientales; culturas y naturalezas en movimiento: ideología, imaginario geográfico y apropiación del territorio; lugares, usos, paisajes y memorias; sustentabilidad, modelos de desarrollo e historia; fronteras agrícolas y modelos de desarrollo: el global y el local; fauna en la historia americana: historia y conservación entre los más destacados (Horta Duarte, R. y J.N. Meneses, 2008).

En estos trabajos, se encuentran interrelacionadas permanentemente las escalas temporal y espacial, es decir los objetos de estudio de la Historia y la Geografía. (MIRAGLIA, 2015b)

Como dice Sabio (234), la historia ambiental también recoge las nociones de lugar y de pertenencia local y comunitaria. Es una escala geográfica donde la noción de territorio apropiado por la sociedad local cobra gran relevancia en “Por lo demás, la historia ambiental implica asimismo un retorno a la historialocal entendida como "historia del lugar".

Es en un marco geográfico reducido donde cabe recoger las observaciones sobre el terreno para estudiar intercambios materiales y recursos ambientales, fuertemente condicionadas por el tipo de relación social por el conocimiento de una comunidad sobre su lugar de pertenencia.

Patricia Clare, entiende que la Historia ambiental es “aquella disciplina que se ocupa de las interacciones entre las sociedades humanas y el mundo natural y las consecuencias de esas relaciones para ambas partes a lo largo del tiempo”.

Por otro lado, esta misma autora señala que los temas ambientales ya no son patrimonio de la Biología o la Geografía, sino que son objeto de estudio de otras disciplinas científicas así como de las discusiones y debates parlamentarios y políticos en general, a escala local y planetaria. Los trabajos en historia ambiental, han mostrado las relaciones entre sociedad y ambiente en sus aspectos positivos como en aquellos que llevaron a la destrucción de los ecosistemas originales. (CLARE, 2009)

### ***Las relaciones entre la Geografía y la Historia en los estudios territoriales***

Carl Sauer, en su discurso de 1940, decía que: “Durante casi cuarenta años de existencia de esta Asociación, tan solo dos discursos presidenciales se han ocupado de la Geografía Histórica”: uno de E. Semple (1922), y otro de A. Perkins (1931).

Para Sauer (1940), algunos de los principales temas de estudio de la Geografía Histórica eran los procesos de la Geografía Física que implicaban cambios secular y podrían afectar al hombre; el hombre como agente de la Geografía Física; sitios y patrones de asentamientos; tipos de viviendas; estudios de ocupación del suelo; clímax culturales; receptividad cultural; distribución de energía dentro de un área cultural; etapas culturales y sucesión; competencia por áreas entre culturas.

Los geógrafos, ocupados en las décadas de 1960 y 1970 en el debate de la revolución cuantitativista, descuidaron relativamente su participación en el tema ambiental; no así los historiadores, que vislumbraron ahí una nueva área de estudio. Así tomó forma desde finales de la década de los 60 la Historia Ambiental. En Estados Unidos la nueva subdisciplina rápidamente sumó adherentes, de modo que en 1975 se constituyó la Sociedad Norteamericana de Historia Ambiental (American SocietyforEnvironmentalHistory, ASEH). (RUCINQUE H.F. Y A.L. VELÁSQUEZ, 2007).

La historia ambiental tiene en sus fuentes, las inquietudes de la geografía histórica, la geografía cultural y hasta la geografía del paisaje, siempre ocupados por el conocimiento de las relaciones sociedad ambiente/hombre naturaleza/hombre medio.

“Pero los geógrafos no han sido los únicos. Los antropólogos han analizado las relaciones entre las sociedades, su cultura y el ambiente. Los arqueólogos han relacionado sus investigaciones sobre los restos materiales de diversas culturas en épocas pasadas, con el ambiente en el que vivieron. Los ecólogos, principalmente los que estudian el ambiente como un sistema, han ido incorporando a los seres humanos en su análisis. Entonces para estas últimas disciplinas se habla de ecología histórica, o historia ecológica, pero también se le llama ecología cultural, ecología humana, arqueología histórica o ecológica; en fin, diversos términos que buscan especializarse en las interacciones entre los seres humanos y su ambiente y la forma en que se han afectado mutuamente. Realmente, la diferenciación radica en el énfasis que se dé, ya sea a la sociedad, la cultura, la historia o al ambiente. Lo importante es tomar en consideración la cantidad de trabajos que se realizan sobre hombre\_ambiente, y la diversidad de conceptualizaciones, metodologías y escala de análisis“(MELENDEZ DOBLES, 2002, 12-13)

Las sociedades se desarrollan a lo largo de un período temporal con duraciones variables, siendo éste, objeto de la Historia. De la relación sociedad-naturaleza a lo largo del tiempo histórico, surge la Historia Ambiental. Esta nace formalmente entre 1960 y 1970, como consecuencia directa del aumento en la preocupación mundial sobre problemas ambientales tales como la contaminación del agua y el aire por pesticidas, el adelgazamiento de la capa de ozono y el aumento del efecto invernadero ocasionado por la diversificación de las actividades humanas productivas principalmente.

Gran cantidad de autores, latinos y sajones incorporan la interpretación geográfica apoyada por la Historia, tales son los casos de David Harvey, y su perspectiva de la Geografía Histórica de la espacialización desigual del capitalismo, o los estudios de Ferro sobre temas y problemas de Geografía Histórica o Perla Zusmancon sus aportes sobre el rol que jugaron las sociedades geográficas en la promoción del conocimiento territorial en Argentina y Brasil.

Por otro lado, en Brasil se encuentran los trabajos de Milton Santos, Maurício deAbreu, Vasconcelos y Moraes dentro de los más destacados. Estos autores a través de sus obras, permiten la comprensión del espacio (para nosotros territorio) como la acumulación de tempos y sobre todo entrega un aporte metodológico para conocer y analizar el territorio en su dimensión histórica (DE MENEZES LIMA, ÁTILA Y ZENILDE BAIMA AMORA, 2012).

Claudia Leal (s/f) comparte con nosotros la idea que el estudio de la relación entre sociedad y ambiente desarrollado por la Historia Ambiental, fue relacionado durante siglos con el objeto de estudio de la Geografía, y particularmente con la Geografía Histórica, siendo ésta y la Historia, las disciplinas donde encuentra sus orígenes la Historia Ambiental. (LEAL, 137)

“Dentro de la larga lista de escuelas y personajes que contribuyeron a este esfuerzo, los geógrafos reconocen al francés Vidal de la Blache, quien escribió en las décadas de 1890 y 1900. La historia ambiental tiene sus raíces en la historia, que se centra en el estudio de las sociedades y no de la naturaleza. Por eso la historia ambiental ha sido mucho más permeable a los aportes de la teoría social que la geografía histórica.” (LEAL, 126)

De Menezes Lima y BaimaAmora 2012), mencionan que en Inglaterra en el siglo XIX, la geografía histórica era dictada en las universidades por historiadores, siendo la principal herramienta de análisis territorial los mapas, en su forma de atlas.

Por lo que, entre otros elementos, no fue suficiente esta producción para el establecimiento de la geografía como disciplina académica durante el siglo XIX, siendo recién en el siglo XX cuando creció disciplinadamente y pudo instituirse en una disciplina académica, pero allí el énfasis de los trabajos e investigaciones estuvo asociado a los análisis regionales y espaciales, dejando de lado la dimensión temporal.

El surgimiento de la geografía histórica parece haber sido influenciado por el historicismo del a primera mitad del siglo XX, en señal crítica al ambientalismo acuñado por la Geografía.

En este contexto, la valorización de la ciencia histórica en los procesos geográficos y el análisis de los procesos espaciales serían los principales ejes de la geografía tradicional.

De Menezes Lima y BaimaAmora, afirman que:

“Estabelecendo uma reflexão entre os campos disciplinares (Geografia e História), Moraes (2007), assevera que são dois campos de conhecimento afins, entretanto, por muito tempo percorreram caminhos diferentes na explicação da realidade. Por influência kantiana na divisão do conhecimento, coube à Geografia, ciência empírica, estudar o presente, e à História, estudar o passado. Esta forma de analisar separadamente a relação espaço-tempo, em nossa opinião, foi prejudicial ao entendimento das mediações e particularidades existentes para além da aparência do real. Por isso, nossa proposta foi resgatar a história como elemento fundante da análise geográfica. Mas alguns cuidados devem ser tomados na adoção da perspectiva histórica para os estudos geográficos, a fim de evitar um estudo pretensamente de cunho historiográfico e de pouca ênfase na Geografia. Grandes contribuições para estas reflexões são encontradas em Moraes (2008), que atenta para algumas questões que permeiam a relação entre estes campos disciplinares.” (de Menezes Lima, 2012, 55)

En cuanto al análisis que hace la Geografía Histórica sobre el territorio, de Menezes Lima (2012, 68-69) sostiene que puede ser un aporte muy importante para la Geografía, la que así, incluye no sólo el presente como objeto de estudio sino también las relaciones espaciales desarrolladas a lo largo de la historia humana, incorporando además, el análisis de las transformaciones históricas del territorio.

La autora sostiene que la Geografía Histórica no sólo se ocupa de analizar los procesos de transformación espacial en un momento histórico, o el proceso histórico, sino que también, fruto de este análisis puede presentar cuestiones geográficas pasadas, a modo de una reconstrucción histórico-geográfica del territorio.

“Más allá de sus diferentes orígenes disciplinarios y trayectorias, la Geografía Histórica y la Historia Ambiental presentan actualmente un conjunto de intereses y planteos en común con relación a la cuestión ambiental.” (CASTRO, 2013, 124).

En todos estos casos, las relaciones, objeto de estudio de la historia ambiental y los objetivos de ésta, así como de la geografía histórica, se desarrollan en una unidad espacial, la cual recibiendo múltiples denominaciones, decidimos adoptar la propuesta con el concepto dinámico de territorio y como concepto integrador de interrelaciones vemos que se considera un sistema complejo.

### ***El territorio como sistema complejo***

La definición de un sistema complejo está dada por un punto de partida que es el marco teórico epistemológico que especifica la orientación de la investigación (es decir a partir de una pregunta conductora que guía la selección de los componentes del sistema). (GARCÍA, 2006: 47). Para el mismo autor, hay dos condiciones que le dan el carácter complejo a un sistema, y son las funciones de los elementos y las fronteras; a su vez los componentes de un sistema complejo son los límites, los elementos y las interrelaciones.

La complejidad es el tejido de sucesos, acciones e interacciones, retroacciones, determinaciones y azares que constituyen nuestro mundo fenoménico cotidiano. Eso significa que en la construcción que los actores realizan hay que considerar al mismo tiempo, la diversidad de pensamientos, necesidades, aspiraciones e intereses de los actores que intervienen; la diversidad de campos (educación, salud, producción, cultura, etc.), dimensiones (social, económica, política, etc.) y niveles (micro y macro) que intervienen; las diversas lógicas que en cada una de las acciones, prácticas y actividades aparecen y compiten entre sí.

Los límites incluyen el concepto de adentro y afuera, la problemática que se va a estudiar y el aparato conceptual que se maneja, así como el tipo de fenómenos con sus escalas espaciales y temporales. La elección de los límites debe realizarse de forma tal que, aquello que se estudie, presente cierta forma de organización o estructura, determinados a su vez por el conjunto de relaciones significativas entre elementos.

Los elementos de un sistema constituyen unidades también complejas o subsistemas que interactúan entre sí, las relaciones entre subsistemas determinan la estructura del sistema, tales como el subsistema físico natural y el socio económico.

Las propiedades de los elementos determinan las relaciones entre ellos y por consiguiente, la estructura. El nudo central del análisis de la dinámica de los sistemas, es el estudio de los procesos e interrelaciones.

Para Rolando García (2006), los sistemas complejos tienen una dinámica propia, caracterizada por estados estacionarios, los cuales se definen cuando las condiciones de contorno sufren sólo pequeñas variaciones, y así el sistema se mantiene estacionario sin que se transforme su estructura. Los sistemas complejos son sistemas abiertos, realizando intercambios con el medio externo, produciéndose perturbaciones de muy diversas escalas, las cuales pueden ser internas o externas.

Para Rolando García (2006: 182)

“un sistema es una representación de un recorte de la realidad. Los elementos con los cuales se constituye ese recorte, expresan abstracciones y conceptualizaciones del material empírico tomado del dominio de la investigación. Un sistema complejo es un sistema en el cual los procesos que determinan su funcionamiento son el resultado de la confluencia de múltiples factores que interactúan de tal manera que el sistema no es descomponible sino semi-descomponible. Por lo tanto, ningún sistema complejo puede ser descrito por la simple adición de estudios independientes sobre cada uno de sus componentes”.

Un sistema complejo no está determinado sólo por la heterogeneidad de los elementos o subsistemas que lo componen sino también por la mutua dependencia de las funciones que desarrollan los elementos o subsistemas dentro del sistema que los comprende. Esta visión supera la concepción de la ciencia decimonónica donde los elementos eran estudiados en su especificidad, y/o en el estudio de las partes constitutivas del todo, pero aisladas unas de otras.

En palabras de García, (2006, 39):

“El estudio de un ecosistema natural que ha sufrido la acción del hombre, ya sea por medio de la explotación de sus recursos, renovables o no renovables (agro sistemas o industrias extractivas), o bien por la instalación de asentamientos humanos de diversos tipos, incluyendo las grandes urbanizaciones y las obras de infraestructura, supone la consideración del conjunto de los elementos que intervienen en tales procesos (y de los procesos sociales, económicos y políticos a ellos asociados), de sus partes o factores constitutivos, sus interrelaciones y sus interacciones con otros fenómenos o procesos”.

Por eso vemos el territorio como un sistema complejo. Territorio y sociedad se interdefinen, de tal manera que, así como la sociedad define al territorio, éste ejerce o influye en múltiples aspectos en las formas de la vida social y cultural; por lo tanto, el territorio –y de manera muy

especial el territorio urbano- no es un simple receptáculo de las relaciones sociales” (LÓPEZ RANGEL, 2004).

***Ideas finales: El territorio como unidad de análisis geohistórico***

Para entender el territorio, es necesario conocer su configuración; la cual se establece como el resultado de la representación, construcción y apropiación que realiza la sociedad sobre esta unidad espacial, para la reproducción de su vida. Del mismo modo que es necesario analizar las relaciones que lo impactan en el presente como así en el pasado histórico, siendo estas relaciones las que le otorgan ese carácter complejo que requiere múltiples aproximaciones teórico-metodológicas para aprehenderlo. Sosa Velazquez (2012) considera que el territorio es un espacio construido socialmente, lo cual incorpora así las dimensiones histórica, económica, social, cultural y política.

El hombre organizado en sociedad, modifica el territorio y el funcionamiento del ecosistema en el que participa como agente transformador. Esta varía según los patrones culturales, económicos, políticos, religiosos, sociales que adquiera su grupo de pertenencia

Esta integración del hombre en los ecosistemas reviste dos aspectos principales:

- 2 Por una parte, las extracciones efectuadas por el hombre sobre los ecosistemas en que participa y sobre su medio ambiente (utilización del aire, del agua, de los minerales);
- 3 y por otra, las modificaciones que el hombre imprime, voluntariamente o no a dichos ecosistemas, incluido el medio ambiente: creación de ecosistemas tecnificados (agricultura, ganadería), contaminaciones de todo tipo” (TRICART, 1982: 9-10).

Todas las transformaciones implican modificaciones en las funciones y relaciones establecidas entre los elementos constitutivos de los ecosistemas. Algunas transformaciones se vienen desarrollando desde hace siglos, y otras son recientes. Algunas de ellas modificaron total o parcialmente los ecosistemas originales, de diversos modos (gradual o repentino, puntual o regional), generando condiciones específicas en el proceso de construcción territorial.

Para poder estudiar los procesos de construcción territorial en forma racional y sustentable en el largo plazo histórico, es necesario efectuar no sólo el inventario de los recursos naturales disponibles, sino también la reconstrucción de las dinámicas ambientales.

Así se estudian la organización de los procesos, la exploración, descripción y análisis de

los recursos naturales disponibles y la reconstrucción de las **dinámicas ambientales** que caracterizaron la configuración territorial actual y condicionan la futura.

Las dinámicas ambientales se refieren a:

4. La **dinámica actual** que acciona sobre el proceso de construcción territorial;
5. Las **dinámicas históricas** que se desarrollaron en épocas anteriores, durante unos períodos relativamente breves en relación a la escala geológica y dejaron sus huellas en el medio natural (que en la actualidad se encuentra modificado).

La sucesión de las dinámicas, marcada fundamentalmente por los cambios climáticos, es un factor decisivo en la situación actual, influyendo también sobre la susceptibilidad del medio respecto al impacto del hombre.

La construcción del territorio forma parte de un sistema complejo focalizado en la reproducción de la vida del conjunto de sus actores un territorio específico y en un contexto socio económico determinado. Eso implica tratar de comprender dicha construcción en ese marco intentando superar las visiones positivistas del fenómeno que tienden a separar sus partes y aislarlas, reduciendo la complejidad a explicaciones que simplifican el problema más que explicarlo (LOMBARDO, MIRAGLIA, 2011).

Es necesario incluir además, el tipo de territorio y los recursos naturales que lo componen; el marco en que esas relaciones prácticas y acciones se realizan y que influyen fuertemente en el contexto (variable contextual o relaciones de borde); los cruces múltiples que entre esos componentes se producen; los mecanismos que se generan, las relaciones que ordenan y diferencian en el territorio la distribución de funciones; las relaciones de tiempo y espacio que intervienen; etc.

### **Bibliografía Consultada:**

ALMEIDA ABREU, MAURICIO DE. *Escritos sobre espaço e história*. FaniaFridman e RogérioHaesbaert (orgs.) Garamond Universitaria. FAPERJ. 2014

BEVILACQUA, PIERO. El siglo planetario. Periodizaciones para una historia del medio ambiente en el siglo XX. *Noticiario de Historia Agraria* 11. 14. pp. 61-92, 1997

BLOCH, MARC. *Introducción a la Historia*. Breviarios. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires. 1982

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

BOYER, CHRISTOPHER R. Latinamericanhistory: oxfordresearchencyclopedias. Latinamericanenvironmentalhistory. Printed from *The Oxford Research Encyclopedia, Latin American History*(latinamericanhistory.oxfordre.com).2016.

BRAUDEL F. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Fondo de Cultura Económica. 8º reimpresión. Tomos I y II. México. 1949

CASTRO HERRERA, GUILLERMO. De civilización y naturaleza. Notas para el debate sobre historia ambiental latinoamericana. *Procesos, Revista ecuatoriana de Historia*, nº 20. 2004

CASTRO, HORTENSIA. La cuestión ambiental en geografía histórica e historia ambiental: tradición, renovación y diálogos. *Revista de Geografía Norte Grande*,54: 109-128. 2011

CLARE, PATRICIA. Un balance de la historia ambiental latinoamericana. *Revista Historia*, No. 59-60, enero-diciembre, pp. 185-201. 2009.

DE MENEZES LIMA, ÁTILA Y ZENILDE BAIMA AMORA. Debates acerca da geografia histórica e da geo-história: elementos para a análise espaço-temporal/debates aboutthehistoricalgeographyandgeo-history: elements for a space-time analysis. *Espaço aberto*, PPGG - UFRJ, v. 2, n.2, p. 51-72, 2012.

FERRO, G. *Sociedade Humana e Ambiente no Tempo: Temas e problemas de Geografia Histórica*. [Tradução de Carminda Cavaco]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

GARCIA, ROLANDO. *Sistemas complejos*. Gedisa. España. 2006

LEAL, CLAUDIA. La naturaleza en los estudios sociales. *Repensando la naturaleza. Aportes a lo ambiental desde una visión más amplia de las ciencias sociales*. [www.bdigital.unal.edu.co/53065/36/958818102X.capitulo5.pdf](http://www.bdigital.unal.edu.co/53065/36/958818102X.capitulo5.pdf)

LOMBARDO, J. Y M. MIRAGLIA. La construcción social de la ciudad. Una perspectiva integrada de giros históricos. El caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA). *Revista Esencia y Espacio*. Nº33. Julio-Diciembre, pp.38-51. 2011

LÓPEZ RANGEL, RAFAEL. *La participación social en la transformación del territorio. Una obligada reflexión epistemológica*. Conferencia dictada en la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. México. 2004

LUKINBEAL CHRIS. Scale and Its Histories. *APCG Yearbook*. Volume 78. Association of Pacific Coast Geographers. 2016

MELÉNDEZ DOBLES, SILVIA. La historia ambiental: aportes interdisciplinarios y balance crítico desde América Latina. *Cuadernos digitales: publicación electrónica en Historia, Archivística y Estudios sociales*. Vol.7. No. 19. Noviembre 2002.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

MIRAGLIA, MARINA. *La historia ambiental y los procesos de construcción territorial de dos cuencas hidrográficas de la provincia de Buenos Aires (1776 y 2006)*. Tesis de Doctorado. Universidad Nacional de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras. 2013.

MIRAGLIA, MARINA (a). Abordaje interdisciplinario para los estudios territoriales. La eco-geografía, los sistemas complejos y la historia ambiental aplicados en el estudio de los procesos de transformación ambiental. En: *Oficio. Revista de Historia e Interdisciplina*. Universidad de Guanajuato. México. Vol.3., N°1, Enero-Julio de 2015.

MIRAGLIA, MARINA (b). La perspectiva interdisciplinaria aplicada al estudio de las transformaciones ambientales. Los casos de estudio de las cuencas hidrográficas en la provincia de Buenos Aires, Argentina, entre 1776 y 2006. En: *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis. Brasil número 1, 4º volume. 2015.

NÚÑEZ, ANDRÉS. La historicidad del espacio. *Revista de Geografía Norte Grande*, 54: 5-7. 2013

PARKINS, A. E. The Antebellum South: A Geographer`s interpretation. *Annals of the American Association of Geography*, 21, 1-33. 1931

REBORATTI, CARLOS. Una cuestión de escala: sociedad, ambiente, tiempo y territorio. *Sociologias, Porto Alegre*, ano 3, nº 5, p.80-93, jan/jun 2001.

RUCINQUE, H.F. Y VELÁSQUEZ, A.L. *Geografía e Historia: reactivación de antiguas relaciones interdisciplinarias*. 2007

SABIO ALCUTÉN, ALBERTO. La historia ambiental como parte puente entre áreas de conocimiento. *Historia Agraria*. 26, pp. 233-243. Abril 2002.

SAUER, CARL O. Introducción a la geografía histórica. *Polis* [En línea], 8 | 2004, Publicado el 05 septiembre 2012, consultado el 30 diciembre 2016. URL : <http://polis.revues.org/6159>

SOSA VELAZQUEZ, MARIO. Cómo entender el territorio. 4. *Colección documentos para el debate y la formación. Programa gestión pública y desarrollo territorial*. Universidad Rafael Landívar. Guatemala. 2012.

TRICART, J. Y J. KILLIAN. *La eco-geografía y la ordenación del medio natural*. Editorial Anagrama, Barcelona. 1982

VAN AUSDAL, SHAWN. Medio siglo de geografía histórica en Norteamérica. *Historia crítica*. Bogotá N°32. P198-234. Julio Diciembre 2006.

ZUSMAN, PERLA. La geografía histórica, la imaginación y los imaginarios geográficos. *Revista de Geografía Norte Grande*, 54: 51-66. 2013.

## **DEVASTAÇÃO E CONSERVAÇÃO NO BIOMA CERRADO: DUAS DINÂMICAS DE FRONTEIRA<sup>17</sup>**

*Devastation and Conservation in the Cerrado Biome: Two Frontier Dynamics*

José Luiz de Andrade Franco<sup>18</sup>  
Roseli Senna Ganem<sup>19</sup>  
Cristiane Barreto<sup>20</sup>

**Resumo:** Trata das dinâmicas opostas de devastação e conservação da natureza no bioma Cerrado. Caracteriza e descreve brevemente a biodiversidade do Cerrado. Descreve o processo de ocupação do território e os impactos crescentes da atividade antrópica. Introduce, mapeia e analisa as políticas públicas para a conservação da biodiversidade no Cerrado. Chama a atenção para a urgência de políticas públicas específicas e integradas capazes de conter a degradação dos ecossistemas nativos do Cerrado e promover a conservação efetiva de parcelas representativas de toda a sua biodiversidade.

**Palavras-chave:** Devastação, conservação, biodiversidade, bioma Cerrado.

**Abstract:** It deals with the opposite dynamics of devastation and conservation of nature in the Cerrado biome. It characterizes and briefly describes the biodiversity of the Cerrado. It describes the process of occupation of the territory and the increasing impacts of the anthropic activity. It introduces, maps and analyzes public policies for the conservation of biodiversity in the Cerrado. It draws attention to the urgency of specific and integrated public policies capable of containing the degradation of the native ecosystems of the Cerrado and promoting the effective conservation of plots representative of all its biodiversity.

**Key-words:** Devastation, conservation, biodiversity, Cerrado biome

### **Introdução**

O presente artigo tem por objetivo compreender a dinâmicas opostas de devastação e conservação da natureza no bioma Cerrado. Ele se inicia com uma breve caracterização do bioma e de sua rica biodiversidade. Em um segundo momento descreve o processo de ocupação do

<sup>17</sup>Trabalho realizado no âmbito do projeto PROCAD “Novas fronteiras no Oeste: relação entre Sociedade e natureza na microrregião de Ceres em Goiás (1940 -2013)”, com apoio da CAPES. O artigo é baseado parcialmente em Ganem, Drummond e Franco, 2010; e Ganem, Drummond e Franco, 2013.

<sup>18</sup>Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

<sup>19</sup>Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados.

<sup>20</sup>Professora Adjunta do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

território, com o avanço da fronteira de exploração dos recursos naturais e os impactos crescentes da atividade antrópica. Por fim, introduz, mapeia e analisa as políticas públicas para a conservação da biodiversidade no Cerrado.

A intenção é a de mostrar a importância de se entender o bioma Cerrado e as suas particularidades, e a necessidade de políticas públicas específicas e integradas capazes de desacelerar os processos em curso de degradação dos ecossistemas nativos do Cerrado e promover a conservação efetiva de parcelas extensas, conectadas e representativas de toda a sua biodiversidade.

### **O bioma Cerrado e a sua biodiversidade**

O bioma Cerrado se estende por mais de 2.000.000 km<sup>2</sup>, o que equivale a aproximadamente 23% do território brasileiro. É o segundo maior bioma do país, superado apenas pelo bioma Amazônia. Ele abrange os estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, parte dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Bahia, Ceará, Piauí e Maranhão. Fora da área contínua do bioma Cerrado, há disjunções, enclaves de Cerrado, nos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Amazônia (Ribeiro & Walter, 2008). A Figura 1, abaixo, ilustra os biomas brasileiros.

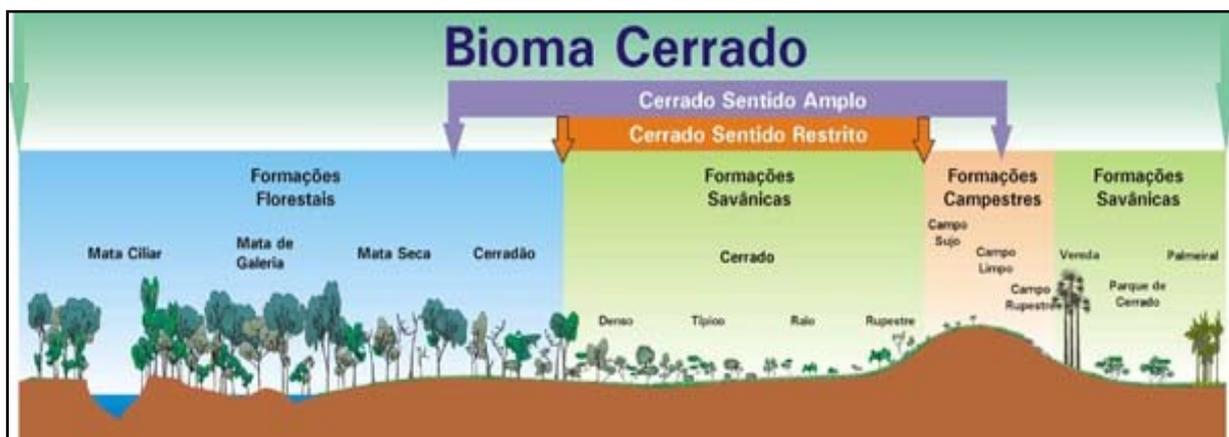
**Figura 1**



**Mapa dos Biomas Continentais Brasileiros: Fonte IBGE – Mapa de Biomas Brasileiros, 2003**

Ribeiro & Walter (2008) definem o Cerrado como um complexo vegetacional, que tem relações ecológicas e fisionômicas com outras savanas da América tropical e com as de outros continentes, como a África, a Ásia e a Austrália. Eles subdividiram o bioma Cerrado com base em critérios ambientais e florísticos, e definiram subtipos para as classes fitofisionômicas. Desta forma, foram descritos onze tipos fitofisionômicos, enquadrados em Formações Florestais, Formações Savânicas e Formações Campestres. As Formações Florestais são: a) Mata Ciliar; b) Mata de Galeria; c) Mata Seca; e d) Cerradão. As Formações Savânicas são: a) Cerrado sentido restrito; b) Parque de Cerrado (murundu); c) Palmeiral e d) Vereda. Por fim, as Formações Campestres são: a) Campo sujo, b) Campo limpo e c) Campo Rupestre. A Figura 2 1, abaixo, ilustra o perfil das fitofisionomias propostas pelos autores com base em um gradiente de quantidade de biomassa.

**Figura 2 1**  
**Representação das principais fitofisionomias do Bioma Cerrado**



Fonte: Ribeiro & Walter, 2008, p.165

Localizado em sua maior parte no Planalto Central, o bioma Cerrado faz interface com todos os principais biomas da América do Sul (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Chaco e Pantanal), sendo um grande corredor de biodiversidade. O Cerrado constitui um mosaico de fisionomias vegetais, com habitats bastante variados, alta riqueza de espécies e grande número de endemismos. O Planalto Central é, também, uma região de nascentes e extensa área de recarga de seis das oito grandes bacias hidrográficas brasileiras (Silva & Santos, 2005; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

O Cerrado é a savana mais extensa e mais biodiversa do planeta. No entanto, ele é, também, a savana mais ameaçada e, por isso, considerado um dos 34 *hotspots*<sup>21</sup> mundiais. O bioma já perdeu 48,2% de sua cobertura original e sofre com um intenso processo de fragmentação de habitats. O Cerrado abriga 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, 199 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 1200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis, e 150 espécies de anfíbios. O número de peixes endêmicos não é conhecido, porém os valores são bastante altos para anfíbios e répteis: 28% e 17%, respectivamente. De acordo com estimativas recentes, o Cerrado é o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos. Inúmeras espécies de plantas e animais correm risco de extinção. A dilapidação acelerada do bioma Cerrado segue a mesma dinâmica que tem norteado os ciclos da história econômica do Brasil, e que levou à devastação da Mata Atlântica e, mais recentemente, avança sobre a Floresta Amazônica (Ganem, Drummond e Franco, 2010; Ganem, Drummond e Franco, 2013; MMA, 2011; <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado> , consultado em 20/12/2016).

### **Ocupação e Devastação do bioma Cerrado**

O atual território brasileiro foi penetrado por duas frentes de ocupação humana original. A primeira se iniciou há 13.000 anos, proveniente da América do Norte, passando pelo istmo do Panamá. A segunda começou com a chegada dos europeus, há mais de 500 anos, por vários pontos da costa Atlântica. Apesar das marcantes diferenças entre indígenas e europeus, nada indica que os povos indígenas tenham sido ambientalistas *avant la lettre*, ou seja, preocupados com o meio ambiente. Eles deixaram fortes indícios de alterações significativas nas paisagens e biotas antes desabitadas por humanos (Dean, 1996; Miller, 2007).

Após milênios de ocupação pela primeira leva de colonizadores humanos, o continente americano, a partir do final do século XV, foi sendo ocupado por europeus, herdeiros das tradições civilizatórias do neolítico – agricultura e pecuária permanentes, cidades de grande porte, sedentarismo, uso de metais, escrita, estados centralizados, exércitos permanentes, religiões

---

<sup>21</sup>*Hotspots* são ecossistemas que, ao mesmo tempo, estão extremamente ameaçados e comportam grande variedade de espécies, muitas delas endêmicas. Estudos desenvolvidos, em 1996, conjuntamente, por Norman Myers, formulador do conceito, e pela *Conservation International* (CI), que o adotou, definiram que, para qualificar-se como *hotspot*, uma região deveria abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original preservada (Myers et al, 2000; Wilson, 2002; Conservação Internacional, 2006). Vale lembrar que a CI considera que o Cerrado possui menos de 30% da sua área original viável para a conservação da biodiversidade.

organizadas etc. No caso do Brasil, os colonizadores foram principalmente portugueses, que se engajaram em duradouras disputas intercolonialistas, principalmente com espanhóis, holandeses e franceses (Dean, 1996; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

A penetração inicial dos portugueses no Cerrado se deu na forma de expedições de longo curso e longa duração, em busca de pedras e metais preciosos, e de indígenas a serem capturados para trabalhar como escravos nos engenhos de açúcar do Nordeste. A fixação portuguesa na procura por metais preciosos foi a principal motivação dessas expedições. Elas seguiam por rotas extensas e as guerras sistemáticas ao “gentio” geraram impactos sobre o Cerrado (Rocha Jr. *et al.*, 2006; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

A existência de riquezas minerais já era conhecida pelos portugueses desde o século XVI. Mas, eles acreditavam também em lendas, como a da existência de um “Lago Dourado” no interior da colônia, no qual se supunha haver enormes riquezas em ouro e prata. Embaladas pelo amálgama de lendas e informações fidedignas, as expedições se sucediam. Os expedicionários, alcunhados bandeirantes, partiam de São Paulo e seguiam pelo vale do rio Tietê, tomando o rumo do norte para adentrar o Planalto Central. Em 1589, a bandeira de Domingos Luís Grou alcançou as nascentes do rio São Francisco. Luís Grou morreu no meio da expedição e o comando passou para Antônio de Macedo. Em todo o seu trajeto, desde São Paulo, passando pelo atual Triângulo Mineiro, até chegar em Goiás, a bandeira atravessou extenso território de Cerrado (Bertran, 1994; Dean, 1996; Rocha Jr. *et al.*, 2006).

Dom Francisco de Souza, Governador-Geral, determinou, em 1595, a partida de três expedições para o interior: uma saindo de São Vicente, outra do Espírito Santo e outra do Rio de Janeiro. A que partiu de São Vicente, comandada inicialmente por José Pereira de Souza Botafogo e depois pelo mineralogista Domingos Rodrigues, passou por extensas áreas de cerrado em Goiás, pelos rios Araguaia e São Francisco, findando a sua marcha em Salvador e trazendo amostras de minérios. Nos anos seguintes, diversas bandeiras atravessaram os sertões ermos do bioma Cerrado, mas, iludidas pela procura do Lago Dourado, passaram sem se dar conta sobre as enormes riquezas auríferas do rio das Velhas (MG) e do rio Vermelho (GO) (Bertran, 1994).

A bandeira de André Fernandes, entre 1613 e 1615, partiu do Tietê para o rio Grande, passou à direita da Serra da Canastra, atravessou o rio São Francisco e seguiu pelo rio das Velhas, pelo rio

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Paracatu e pelo vão do Paranã, até as cabeceiras do rio Tocantins. Na região do atual Distrito Federal (DF), passou pelo rio Preto e chegou à sua nascente, a Lagoa Feia, no município de Formosa (GO). Com base nas descrições feitas pelos participantes dessa bandeira, os mapas elaborados a partir de 1630 passaram a apontar a região do DF como divisor de águas das grandes bacias hidrográficas brasileiras (Bertran, 1994; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Depois de André Fernandes, as bandeiras paulistas que rumavam para o Planalto Central recomeçaram apenas em 1655. Nesse intervalo, houve expedições que partiram de Belém, organizadas por particulares e jesuítas. Elas subiam os rios Tocantins e o Araguaia. O padre Tomé Ribeiro foi o primeiro jesuíta a entrar em Goiás, entre 1655 e 1658. O despovoamento no Araguaia-Tocantins, devido ao descimento de índios pelos jesuítas, alcançou proporções muito maiores do que aquelas provocadas pelos apresamentos paulistas mais ao sul (Bertran, 1994; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Na segunda metade do século XVII, a principal bandeira paulista que seguiu até Goiás foi a de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, iniciada em 1682. Ela chegou ao Araguaia depois de atravessar os rios Paranaíba, Corumbá, Meia Ponte e Vermelho. O filho de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhangüera II, realizou expedição a Goiás e chegou até as chapadas do atual DF em 1722. Retornou a São Paulo em 1725, depois de ter descoberto ouro no rio Vermelho (Bertran, 1994).

Antes, em 1694, ocorrera finalmente a descoberta de grandes depósitos de ouro, mas em regiões do bioma Mata Atlântica, em Minas Gerais, e não nos cerrados de Goiás. A partir de então, os criadores de gado, provenientes do Nordeste, oriundos da caatinga, começaram a penetrar o sertão e a usar os cerrados como pastagens naturais, chegando até o Tocantins (Ganem, Drummond e Franco, 2010). Segundo Bertran (1994), o gado foi introduzido no Brasil por Tomé de Souza, em 1549. Era originário da raça inglesa jersey, pequena e leiteira. O descendente dessa raça, o gado curraleiro do Planalto Central, tornou-se ainda menor. A sua rusticidade permitiu que ele sobrevivesse em condições precárias. Já para Dean (1996), o gado foi introduzido no Brasil por Martim Afonso de Souza, em 1532, oriundo de um estoque das ilhas de Cabo Verde. O gado se expandiu para o semiárido nordestino e depois encontrou hábitat mais adequado em áreas de Cerrado.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Entre 1697 e 1705, ocorreram as primeiras tentativas de formação de fazendas de gado na região do rio da Palma e do baixo Paranã, chamada de Terras Novas, mas os fazendeiros, provenientes da Bahia, foram expulsos pelos índios *Acroá*. Posteriormente, o estabelecimento de novas fazendas de gado foi promovido pelo Coronel Garcia D'Ávila Pereira. Os frequentes assaltos indígenas impediram a permanência dos primeiros fazendeiros em Goiás, mas não a do seu gado. Os fazendeiros retornaram apenas em 1730, quando, depois de guerras contínuas contra os indígenas, conseguiram se estabelecer e formar fazendas no baixo curso do Paranã e no Tocantins. Já em 1741, as terras conquistadas no Cerrado eram habitadas pelos colonizadores, que viviam do gado *vacum* e equino e do comércio de farinha, milho e banana (Bertran, 1994; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

O mesmo processo ocorria no norte e noroeste mineiro, no vale do rio São Francisco. O paulista Matias Cardoso instalou um arraial no atual município de Manga e comandou diversas expedições de aprisionamento de indígenas, chegando até ao Ceará. Outros povoados foram formados por seu sucessor, entre os rios Urucuia e Paracatu. Aliando-se por casamento à família de Guedes de Brito, proprietários dessas terras,, os Matias Cardoso tomaram posse de grande parte do médio São Francisco (Bertran, 1994).

O gado antecedeu a mineração no Cerrado, tanto na região do Tocantins, como na região do São Francisco. Os “movimentos muito antigos de colonização pela pecuária convergiram em largo abraço por sobre as chapadas do Planalto Central” (Bertran, 1994, p. 61). A mineração acelerou e intensificou os processos econômicos e sociais no interior da colônia brasileira, tanto nas franjas interiores do bioma da Mata Atlântica como no Cerrado. Ela motivou a imigração de 450 mil portugueses para o Brasil, ao longo de todo o século XVIII. Ela estimulou a formação de importantes fazendas, cuja produção atendia às regiões mineradoras. A carne era a principal fonte de proteína da população garimpeira, o que estimulou a pecuária no Cerrado (Ganem, Drummond e Franco, 2010).

O ouro de aluvião, em depósitos pequenos e dispersos, originou uma frente de ocupação pulverizada, marcada fortemente pela presença de pequenas operações de garimpeiros ou faiscaidores. Esse padrão marcou a mineração de ouro em Minas Gerais e Goiás, no século XVIII, e de diamantes na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais e na Bahia, respectivamente nos séculos

XVIII e XIX, regiões predominantemente ocupadas pelo Cerrado. Essa característica dispersa da mineração favorecia o contrabando, o que levou o Governador de São Paulo, Luiz Antônio de Souza Botelho, a estabelecer medidas visando a organização da vida aldeã, criando vilas e proibindo a existência de povoados com menos de cinquenta domicílios. Fixaram-se os arraiais onde a mineração foi mais duradoura ou onde a agricultura se desenvolveu (Dean, 1994; Rocha Jr. *et al.*, 2006).

A formação de vilas em Goiás ocorreu após a descoberta de ouro no rio Vermelho. O Anhanguera II voltou a Goiás em 1726, fundando a cidade de Vila Boa, hoje denominada cidade de Goiás Velho. Em 1732, foram descobertas as minas de Pirenópolis. Em seguida, outras descobertas foram feitas no rio Maranhão, o que marca o início da ocupação europeia das terras do atual DF. Ao longo da década de 1730, sucederam-se diversas descobertas de ouro em Niquelândia, Paracatu Cavalcante, Arraias, Natividade etc. Outros achados ocorreram em 1747, em Luziânia, e em 1757, no rio Descoberto. Diferentemente do que ocorreu em Minas Gerais, onde as vilas aglomeravam-se em torno dos rios, os arraiais goianos espalharam-se a longas distâncias umas das outras, o que provocou certo isolamento e dificultava a sua sustentabilidade econômica. Assim, quando as minas se esgotaram, diversos arraiais simplesmente desapareceram ou caíram em estado de penúria. (Bertran, 1994; Rocha Jr. *et al.*, 2006; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Inicialmente, o tráfego mercantil era monopolizado pela Estrada Real de São Paulo, na qual era feito o pagamento do quinto. Entretanto, diversas estradas de contrabando abertas no Planalto Central foram legalizadas em 1735. Foram fundados nelas postos fiscais, denominados Registros e Contagens. Um deles, a Contagem de São João, foi instalado em 1736, próximo ao atual Plano Piloto (DF), na região denominada “Chapada da Contagem”. Já no século XVIII, havia duas grandes estradas que atravessavam o bioma Cerrado, pelas quais circulavam as caravanas em direção ao Rio de Janeiro e, principalmente, à Bahia, para onde convergia a maior parte do ouro goiano (Bertran, 1994; Rocha Jr. *et al.*, 2006; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

O território goiano pertenceu à Capitania de São Paulo até 1748. Sesmarias enormes foram dadas como recompensa pelas descobertas de ouro ou pela expulsão de índios das áreas mineradoras. A legalização das terras era procedimento burocrático, moroso e dispendioso. Somada às grandes distâncias, isso desestimulou os goianos a regularizar as suas propriedades. A

autorização de posse terminava por se constituir em propriedade de fato. A escassa base documental contribuiu para a desvalorização das terras goianas (Bertran, 1994; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

O esgotamento da produção aurífera já se fazia iminente por volta de 1770. Em Goiás, a exaustão das minas levou à regressão econômica, permanecendo uma população reduzida e dispersa, que cresceu muito lentamente durante século XIX. A produção era modesta, embora autossuficiente. Tratava-se de um sistema misto de agricultura e pecuária. Sobreveio o “império da subsistência” e o isolamento deu origem a uma cultura peculiar, a do “homem cerratense”, abalada apenas na década de 1940, com as políticas varguistas de integração do litoral com o sertão brasileiro. (Bertran, 1994; Alho & Martins, 1995; Ribeiro, 2005; McCreery, 2006).

David McCreery (2006), ao discutir o avanço da fronteira de ocupação da província de Goiás durante os períodos colonial e imperial observou que:

Se a literatura sobre fronteiras parece sugerir que a fronteira “ideal” é uma linha claramente móvel atrás da qual ocorrem uma ocupação ordenada e a institucionalização do poder do Estado, e se a fronteira do café em São Paulo foi, em contraste, “oca,” o Goiás do século XIX talvez possa ser mais bem entendido como uma fronteira “queijo suíço”, ou uma miscelânea de fronteiras. As fronteiras cercavam e isolavam cada uma das localidades ocupadas e só permitiam contatos tênues ou esporádicos entre elas. Os habitantes de cada vila, fazenda e assentamento viviam por conta própria no “sertão”, um “deserto” real ou imaginado marcado por sede e fome, por tempestades violentas e rios caudalosos, por animais selvagens e “bugres”. A geologia do ouro dispersou a população original sem atentar para as possibilidades da agricultura e dos transportes. As baixas densidades populacionais, a qualidade variável dos solos, e as enormes extensões de terras reivindicadas pelos fazendeiros asseguravam que os vizinhos não se enxergassem uns aos outros. Para os colonos luso-brasileiros e os seus escravos africanos ou nascidos no Brasil, o “outro” do sertão não ficava atrás de uma linha distante, mas, ao contrário, esse “outro” os cercava e confrontava diariamente, fazendo com que tivessem consciência de sua situação desconfortável e precária<sup>22</sup> (p. 17).

A ocupação do Cerrado concentrou-se, no século XVIII, nas localidades auríferas. Com a decadência do ouro, a pecuária extensiva virou a principal atividade produtiva, ocupando áreas de campo cerrado e evitando as formações florestais. A pecuária extensiva tornou-se o principal vetor de ocupação no século XIX. As áreas de campos cerrados eram queimadas regularmente para servir de pastagem para o gado, mercadoria que não precisava ser transportada, apenas conduzida. A atividade agrícola em escala comercial era inviável, devido às grandes distâncias e à inexistência de vias de escoamento da produção (McCreery, 2006; Silva, Franco e Drummond, 2015).

---

<sup>22</sup>Tradução livre do original em inglês.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

No início do século XX, o sul do Estado de Goiás experimentou certo crescimento econômico, devido à expansão da cultura cafeeira para o oeste de São Paulo e, posteriormente, à industrialização em São Paulo e Minas Gerais. Essas atividades aumentaram a demanda por produtos agropecuários e Goiás fortaleceu o seu papel de produtor de bens primários. A expansão de ferrovias e estradas estimulou a imigração de pessoas interessadas na agricultura comercial. Nesse momento, entretanto, as demais regiões de Goiás não experimentaram desenvolvimento similar (Chaul, 1997; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Os anos 1930 e 1940 foram marcados pelas primeiras manifestações de uma política de modernização e integração do Brasil Central com o sudeste do Brasil. As ferrovias e rodovias substituíram as antigas rotas de tropeiros e boiadeiros. Em 1935, a ferrovia chegou a Anápolis, o que causou a valorização das terras e estimulou um significativo fluxo migratório para a região. Em 1933, a nova capital de Goiás, Goiânia, começou a ser construída e foi oficialmente inaugurada em 1941. A “Marcha para o Oeste” foi lançada pelo governo Vargas em 1938. Visava, entre outros objetivos, ocupar e colonizar o oeste do Brasil, inclusive Goiás. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi criada em 1940 e a Fundação Brasil Central em 1943, ambas as iniciativas vinculadas à “Marcha para o Oeste” (Silva, Franco e Drummond, 2015).

Durante os períodos colonial e imperial, os impactos da ação antrópica sobre o ambiente natural foram intensos, mas localizados, no caso da mineração, ou mais suaves e difusos, no caso da pecuária extensiva, relacionados com a queima das pastagens naturais do Cerrado e o pisoteio pelo gado. As elites locais não se interessavam pelas áreas florestadas, pois elas dificultavam a formação de pastagens. Combinado com a ampla oferta das pastagens nativas, esse desinteresse garantiu a preservação das formações florestais. Com o desenvolvimento da agricultura comercial, no entanto, as florestas passaram a ser mais valorizadas. Elas eram queimadas e derrubadas, e serviam como adubo para as plantações. A região conhecida como “Mato Grosso de Goiás”, um enclave de floresta tropical no Cerrado, caracterizado por um mosaico de florestas estacionais decíduais e semidecíduais e florestas perenes, foi a mais afetada. Foi nela que se estabeleceu a CANG. Aliado à devastação das florestas, as pastagens nativas também começaram a ser substituídas por capins exóticos, o que representava a substituição das fitofisionomias nativas do Cerrado por paisagens cada vez mais antropizadas (Silva, Franco e Drummond, 2015).

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

No Cerrado, a interrupção do “regime autárquico” e do “isolamento dos cerratenses”, o desmatamento e os efeitos mais devastadores da conquista biótica se intensificaram, sobretudo, a partir da construção de Brasília. Os investimentos governamentais em larga escala, voltados para a Região Centro-Oeste, tinham por objetivo a integração e o desenvolvimento regional. A localização da nova capital, a cerca de mil quilômetros da costa atlântica, e as diversas estradas que a uniam ao restante do país representaram uma reversão radical das arraigadas tendências litorâneas da sociedade, da organização política e das atividades produtivas (Braga, 1998; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Um dos principais impactos da construção e do funcionamento de Brasília foi a imigração de grandes contingentes populacionais para o DF e o crescimento vertiginoso da população. Formaram-se diversos acampamentos, que posteriormente deram origem às cidades-satélites, assim chamadas por não terem autonomia administrativa e serem política e economicamente dependentes do Plano-Piloto. Além disso, com o passar do tempo e em virtude das dificuldades de acesso à terra no DF (toda a terra do DF era nominalmente pública, pertencente ao governo federal), o crescimento populacional atingiu também as cidades lindeiras (Ganem, Drummond e Franco, 2010).

O crescimento demográfico no DF e no seu entorno foi replicado em toda Região Centro-Oeste. Apenas entre 1950 e 1960, a população regional aumentou em 6,5 vezes. Os governos militares adotaram políticas regionais como estratégia de planejamento e desenvolvimento. Em 1967, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), herdeira da Fundação Brasil Central, que tinha entre as suas atribuições pesquisar o potencial econômico da região e definir áreas apropriadas para a instalação de polos de crescimento. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) propunha uma política científica e tecnológica para o Brasil e apontava o progresso tecnológico como a base para o fomento de políticas regionais (Sarmiento & Pinillos, 2006; Braga, 1998; Wehrmann, 1999).

Para além dos impactos da criação de novas cidades e do crescimento de cidades mais antigas nas proximidades do DF, o Cerrado foi afetado nas últimas décadas em forte grau e em muitas frentes pela rápida expansão da agricultura modernizada. O período de 1965 a 1979 foi de euforia com a modernização agrícola no País. Um fator fundamental foi a instituição do crédito agrícola subsidiado e vinculado às tecnologias da “Revolução Verde”, por meio da Lei nº 4.829/1965, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural. Além disso, desenvolveram-se as

indústrias fornecedoras de insumos agrícolas e as processadoras de alimentos. Embora não houvesse restrições de acesso ao crédito rural, não houve reformulação da estrutura agrária. Na prática o sistema favorecia quem oferecesse garantias de atendimento ao pacote tecnológico vinculado, que incluía, entre outros aspectos, mecanização e adoção de culturas de exportação, no lugar das culturas alimentares tradicionais (Wehrmann, 1999; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

A agricultura moderna foi bem sucedida no Cerrado devido ao mercado favorável, mas, principalmente, devido às políticas públicas implantadas durante a década de 1970. Em 1971 foi criado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), que definia para a agricultura o objetivo de abastecer os centros urbanos, suprir matérias-primas para as indústrias e reforçar a exportação. O alcance dessas metas dependia do desenvolvimento tecnológico e da incorporação de novas áreas para cultivo. O Cerrado, sobretudo no atual estado de Goiás, tornou-se a área de expansão da fronteira, por várias razões: está mais próximo das regiões litorâneas e dos grandes centros urbanos, tem topografia favorável à mecanização, tem infraestrutura viária e se beneficia de pesquisas específicas para a região (Wehrmann, 1999; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Em 1972, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais criou o “Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados”. Ele aliava racionalidade técnica e gestão empresarial e visava assegurar o lucro ao empresário rural. Em 1975, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), cuja meta era aumentar a produção agropecuária pela incorporação e aproveitamento, em escala empresarial, de 3,7 milhões de hectares de Cerrado, situados em Goiás (inclusive o atual Tocantins), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Foram feitos investimentos em construção de estradas, eletrificação rural, rede de estocagem e comercialização. Esse programa contou com pesquisa agrícola e crédito rural orientado por assistência técnica e agentes financeiros credenciados. A pesquisa foi desenvolvida, sobretudo, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e permitiu o aproveitamento dos solos do Cerrado, com a correção da sua baixa fertilidade e da sua alta acidez (Wehrmann, 1999; Braga, 1998; Theodoro *et al.*, 2002; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Como resultado de um acordo firmado entre o Brasil e o Japão, em 1976, e ratificado pelo Conselho Monetário Nacional, em 1979, foi criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), com o objetivo de estimular a competitividade dos

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional, por intermédio do uso de tecnologias modernas, do fornecimento de crédito dirigido, da implantação de infraestrutura, da aquisição e da distribuição de glebas e do assentamento de agricultores do Sul e do Sudeste no Cerrado. O Prodecer I abrangeu áreas de Minas Gerais e promoveu a incorporação de 70.000 ha de cerrado. O Prodecer II foi implantado em 1987, em áreas de cerrado de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e incorporou 500.000 ha. O Prodecer III foi instituído em 1990, abrangeu cerrados da região do rio Balsas, no sul do Maranhão, e do norte de Tocantins, e visava a incorporação de 200.000 ha (Wehrmann, 1999; Braga, 1998, Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Assim, contrastando com o sistema agropecuário vigente na região, baseado na pecuária extensiva e na produção agrícola diversificada e de subsistência (Bertran, 1994), o modelo agrícola modernizante visava uma agricultura visceralmente comercial, tendo como principais cultivos o milho, o arroz, o feijão e, mais recentemente, a soja (Ribeiro *et al.*, 2005). Os programas iniciados na década de 1970 geraram custos ambientais que se avolumaram, especialmente com a perda de extensas áreas de Cerrado e a degradação do solo por erosão. Ocorreu um deslocamento populacional no sentido rural-rural, de regiões agrícolas consolidadas para regiões de fronteira. A população local do cerrado que se integrou às novas formas de produção permaneceu, mas, os que não se adequaram foram excluídos do processo ou absorvidos para desempenhar um papel de complementaridade. O objetivo principal era a implantação de negócios rentáveis. Ainda assim, a agricultura moderna não eliminou outras formas de produção (Theodoro *et al.*, 2002; Wehrmann, 1999; Faria, 1998; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Durante a década de 1980, houve redução do crédito agrícola, mas o Estado continuou intervindo a favor da agricultura modernizada por meio de financiamentos para a pesquisa, implantação de infraestrutura e fornecimento de assistência técnica. O setor privado tornou-se um novo agente das políticas agrícolas, assumindo o papel de financiador, seja pela venda de máquinas, implementos, fertilizantes e defensivos, seja pela aquisição antecipada da produção e pela conexão eficaz com mercados externos compradores. Nos governos democráticos que se seguiram ao fim do regime militar, os objetivos de resgate da dívida social e de proteção ambiental foram, em tese, incluídos nos programas de desenvolvimento regional. No “Plano de Ação Governamental para a Região Centro-Oeste da Nova República” (1985-1990) foram incluídos como objetivos o incentivo ao pequeno produtor, a permanência da população no campo, a oferta de serviços básicos e a

racionalização do uso dos recursos naturais ((Wehrmann, 1999; Braga, 1998; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Nos anos 1980, houve um crescimento acentuado da produção de soja no bioma Cerrado. Em 1970, a região Centro-Oeste contribuía com menos de 2% da produção nacional de soja; passou para 20%, em 1980; 40%, em 1990 e quase 60%, em 2003. No complexo agroindustrial da soja, o setor privado (especialmente as grandes firmas) passou a tomar parte em atividades que, até a década de 1980, eram financiadas pelo Poder Público, tais como a criação e desenvolvimento de infraestrutura, o fornecimento de crédito, a pesquisa e a difusão de tecnologias. A soja é cultivada, hoje, no DF e em todos os estados que compõem o bioma Cerrado, e avança ininterruptamente em direção às últimas áreas de fronteira agrícola (EMBRAPA, 2007; Wehrmann, 1999; Ribeiro et al, 2005; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Em termos de área ocupada, a criação de gado continuou a ser a principal atividade econômica do bioma Cerrado. Em 1996, havia, no bioma, em torno de 120 milhões de hectares ocupados (59%), sendo 48 milhões (23%) com pastagens cultivadas, 27 milhões (13%) com pastagens nativas, 38 milhões (18%) com outros usos (culturas perenes, florestais e urbanização), e apenas 10 milhões (5%) com culturas anuais. Quase três quintos dos 48 milhões de hectares ocupados com pastos plantados estavam degradados. Assim, a área degradada (30 milhões de hectares) era três vezes maior que aquela ocupada com a produção de grãos, o que demonstra os sérios impactos ambientais da criação de gado sobre o bioma. Os pastos cultivados foram plantados com gramíneas africanas, primeiro as menos palatáveis – *Panicum maximum*, *Melinis minutiflora* e *Hyparrhenia rufa* – depois as mais palatáveis e nutritivas – *Brachiaria* e *Cynodon*. Essas espécies se expandiram sobre os campos nativos sem maiores dificuldades, configurando uma invasão biológica múltipla e largamente disseminada, cujas dimensões e consequências para a biota nativa ainda estão para ser avaliadas. Em 1996, ainda havia 85 milhões de hectares (41%) relativamente intocados (Ribeiro et al. 2005; Sarmiento & Pinillos, 2006; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Além do desmatamento provocado pela expansão agropecuária, há também os impactos da produção de carvão vegetal, marcadamente para o abastecimento das indústrias siderúrgicas de Minas Gerais. É comum a prática de vender lenha produzida no desmatamento para a produção de carvão vegetal, sendo a carbonização realizada no próprio local onde a lenha é retirada. Existem “empresários carvoejadores” que invertem essa dinâmica, pagando os donos de terra para

“limparem” as suas propriedades e formarem pastos, em troca do recebimento da madeira das árvores derrubadas e do direito de fazer localmente o carvoejamento das mesmas. Do ponto de vista dos proprietários, o desmatamento sai a custo zero, gera renda imediata na forma do pagamento pela madeira e gera ativos (pastagens) que servirão para gerar renda no futuro. O Código Florestal determina que as siderúrgicas providenciem o seu próprio suprimento de lenha ou carvão vegetal por meio de florestas plantadas. Entretanto, devido à falta de fiscalização, muitas indústrias não cumprem a lei (Alho & Martins, 1995; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Com a devastação das florestas próximas a Belo Horizonte, o carvão passou a ser trazido, também, de Goiás, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Embora a indústria siderúrgica de Minas Gerais, movida a carvão vegetal, se sustente com base no baixo custo do combustível, ela gera externalidades negativas não contabilizadas, nas formas de desmatamento, de perda de biodiversidade e de exploração de mão-de-obra barata. Nos moldes atuais, a prática do carvoejamento abre um ciclo de devastação, “limpando” a terra para a subsequente expansão agrícola e pecuária. Esse ciclo é um dos principais causadores da perda acelerada da biodiversidade do Cerrado, não só pela retirada da vegetação nativa, mas também pelos efeitos de fragmentação da cobertura vegetal. Os remanescentes de vegetação nativa sofrem empobrecimento biológico e estão sujeitos a pressões do entorno alterado, como queimadas, invasão de agricultores de subsistência, entrada de gado, retirada de lenha e espécies vegetais úteis (medicinais, comestíveis, ornamentais etc.), introdução de espécies exóticas etc. (Alho & Martins, 1995; Scariot & Sevilha, 2005; Campos, 2007; Martins, 2007; Ganem, Drummond e Franco, 2010).

Alho (2005) exemplifica, ainda, a perda da biodiversidade no Cerrado com um estudo sobre a bacia do rio Manso, com 10.880 km<sup>2</sup>, situada em Mato Grosso. Nas décadas de 1980 e 1990, nesta bacia houve expansão das atividades agropecuárias, o que ocasionou a redução de 30% da cobertura vegetal nativa entre 1985 e 1997. A implantação de uma usina hidrelétrica causou a perda de mais 3% da área da bacia coberta com vegetação nativa. Um estudo realizado sobre 100 espécies de mamíferos silvestres localmente presentes nas diversas fisionomias vegetais mostrou que a perda de habitats afetou drasticamente 24% das espécies de mamíferos e colocou em situação de risco 17% delas.

Uma ameaça mais recente ao bioma Cerrado é a agricultura voltada para produção de matérias primas para biocombustíveis (etanol e biodiesel), como cana-de-açúcar, milho, soja e

outras plantas. Os biocombustíveis ostentam a chancela de “combustíveis verdes”, alternativos aos combustíveis fósseis e capazes de reduzir a emissão de gases-estufa. Mas, os efeitos ambientais positivos dessas novas fontes energéticas têm sido questionados, tendo em vista previsíveis efeitos negativos, como o estímulo ao desmatamento, a conversão de novas áreas destinadas aos cultivos energéticos e o deslocamento de cultivos alimentares (Ganem, Drummond e Franco, 2010).

A modernização da agricultura e da pecuária no Cerrado possibilitou o aumento da produtividade e o êxito econômico, mas a acelerada erosão da riquíssima biodiversidade do bioma tem sido uma consequência perversa da crença no desenvolvimento a qualquer custo impregnada na mentalidade de governantes e governados, que cede muito lentamente às preocupações com a conservação da natureza e dos recursos naturais. Levantamentos realizados pela Conservação Internacional revelaram que até 2002, na região central do Cerrado, cuja área original correspondia a 1,58 milhão de km<sup>2</sup>, foram desmatados 54,9%. Entre 1985 e 1993, a taxa de desmatamento foi de 1,5% ao ano. Entre 1993 e 2002, a taxa caiu para 0,67% ao ano. A média de desmatamento para os dois períodos é de 1,1% ao ano, o que implica em uma perda de 22.000 km<sup>2</sup>/ano (Machado *et al.*, 2005). Os dados mais recentes, divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2009, abrangendo toda a área do bioma Cerrado, mostram que 48,8% da vegetação nativa já foi destruída. Entre 2002 e 2006, 127.600 Km<sup>2</sup> foram desmatados no bioma, uma média de 21.260 km<sup>2</sup>/ano, o que equivale a 1% da sua área original a cada ano (MMA, 2009).

Os dados de 2009 indicavam o prazo aproximado de 50 anos para o desaparecimento quase que total da vegetação original do bioma Cerrado. De lá para cá, nada indica que a velocidade do desmatamento tenha diminuído drasticamente ou, o que seria mais apropriado, tivesse sido reduzido para zero. As consequências do desmatamento são a destruição de habitats e a perda inexorável da biodiversidade, o ressecamento de fontes e aquíferos, a emissão de carbono, as mudanças climáticas locais caracterizando um clima ainda mais quente e seco, a queda da produtividade agrícola, a perda da qualidade de vida e do encantamento das paisagens e da vida selvagem.

### **A conservação da biodiversidade no bioma Cerrado**

A legislação ambiental brasileira prevê várias estratégias de conservação da natureza, como a criação de unidades de conservação (UCs), a manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a Reserva Legal (RL) nas propriedades privadas, o controle da supressão de vegetação

nativa por monitoramento e a exigência de autorização para o desmatamento, a exigência de planos de suprimento sustentável para grandes empresas consumidoras de carvão vegetal e outras matérias-primas florestais, e a Cota de Reserva Ambiental. Porém, historicamente, as ações públicas destinadas à conservação da biodiversidade no Brasil tem se concentrado na criação de UCs<sup>23</sup> (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

A criação de UCs isoladas, dissociadas de uma perspectiva mais abrangente da paisagem, no entanto, não assegura a conservação da biodiversidade a longo prazo. A eficácia dessa política depende de uma estratégia simultânea de gestão do entorno das UCs, para evitar que elas se tornem arquipélagos de parques e reservas isoladas, pressionadas por todos os lados e incapazes de garantir, a longo prazo, a proteção das espécies de plantas e animais que contêm. Com o isolamento dos fragmentos, a vegetação nativa se deteriora. Sozinhas, as UCs não podem evitar o colapso dos ecossistemas naturais e da biodiversidade. Embora as UCs sejam a forma mais antiga de proteção da biodiversidade e até agora a mais eficiente, a proteção por elas oferecida é insuficiente, e demanda políticas ambientais e sociais conexas mais eficazes (MMA/SCA/IBAMA, 2001; Rambaldi & Oliveira, 2003; Prado *et al.*, 2003; Drummond, Franco e Oliveira, 2010).

Existem quatro ações centrais do governo federal voltadas para o planejamento da conservação no território nacional, incluído o bioma Cerrado: a Política Nacional da Diversidade Biológica; o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; o levantamento das Áreas Prioritárias para a Conservação; e o levantamento da cobertura vegetal. A Política Nacional da Diversidade Biológica foi instituída pelo Decreto nº 4.339/2002 e estabelece diretrizes concernentes à conservação *in situ* em todos os biomas brasileiros. Em 2006, a Resolução nº 3 da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) aprovou as metas dessa política para 2010, que incluem: proteção de pelo menos 30% da Amazônia e 10% dos demais biomas por meio de UCs; conservação da biodiversidade em pelo menos dois terços das “Áreas Prioritárias para a Conservação”, por meio de UCs, terras indígenas e territórios quilombolas; redução da taxa de

---

<sup>23</sup>No Brasil, as áreas protegidas previstas pela Lei 9.985 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), de 18 de julho de 2000, e regulamentadas pelo Decreto 4.340, de 22 de julho de 2002, são denominadas unidades de conservação (UCs). Há outras áreas protegidas, como as áreas de preservação permanente (APPs) e as reservas legais (RLs), previstas pelo Novo Código Florestal Brasileiro, e como as terras indígenas (TIs) e Terras de Quilombos (TQs), que não são consideradas UCs. O SNUC dividiu as UCs em dois grandes grupos com características específicas: as UCs de proteção integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, e as de uso sustentável, cuja finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

desmatamento em 100% na Mata Atlântica, 75% na Amazônia e 50% nos demais biomas; redução em 25% do número de focos de calor em cada bioma; e implantação de uma rede de monitoramento da biodiversidade em escala nacional (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

O Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, lançado durante a Rio+20 pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), adotou as Metas de Aichi. Entre essas metas, inclui-se a redução ao menos pela metade da taxa de perda de habitats naturais e, quando possível, a zero, e a redução significativa da degradação e da fragmentação de habitats (CDB, 2012). O Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), aprovado pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, prevê as ações a serem seguidas até 2015 relativas a UCs, terras indígenas e terras de quilombo. Visa, entre outros objetivos, estabelecer a conectividade entre ecossistemas; integrar as paisagens às UCs; criar UCs nas áreas prioritárias para a conservação e em áreas de lacuna de UCs para espécies e ecossistemas<sup>24</sup> (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

O levantamento das Áreas Prioritárias para a Conservação (APCs) foi realizado pelo MMA em 1998 e atualizado em 2007 (MMA/SBF, 2007). O trabalho identificou e mapeou as áreas mais conservadas e aquelas com maior probabilidade de ocupação, nas quais as ações de conservação são emergenciais. Para a área *core* do Cerrado<sup>25</sup>, foram identificadas 431 áreas prioritárias, oficializadas por meio da Portaria do MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. 181 são áreas protegidas existentes, UCs federais e estaduais e terras indígenas. As outras 250 correspondem a 37,58% da área do bioma. Foram indicadas diversas ações para elas, principalmente a criação de novas UCs, a recuperação de áreas degradadas, a criação de mosaicos/corredores e o fomento ao uso sustentável da biodiversidade (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

A história da conservação do Cerrado começa, basicamente, com o processo de avanço da fronteira de ocupação do território representado pela construção de Brasília. Entre 1959 e 1961, foram criadas as quatro primeiras UCs no bioma Cerrado, os parques nacionais do Araguaia, do Tocantins (depois denominado Chapada dos Veadeiros), das Emas e de Brasília. É ilustrativo examinar a evolução do número e da área de UCs federais, desde a criação da primeira UC do Cerrado. O Parque Nacional do Araguaia foi criado com 2 milhões de hectares, o que somado com a

---

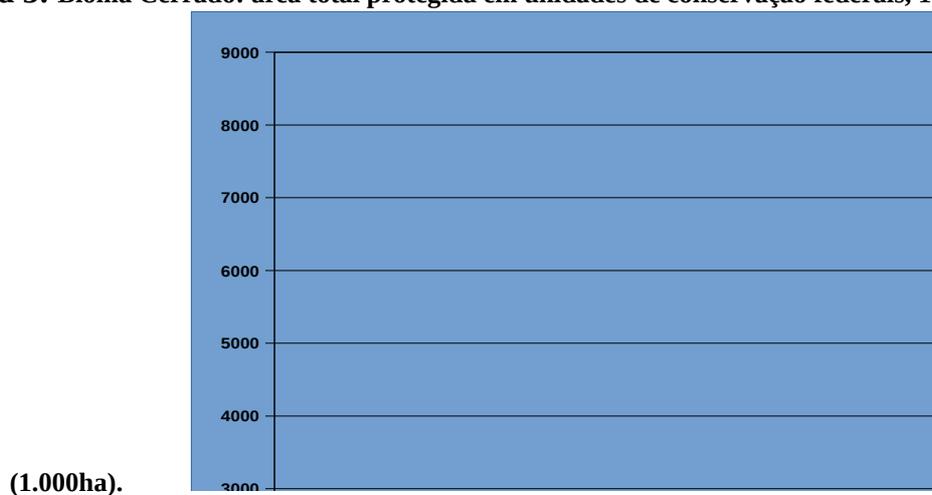
<sup>24</sup>A análise de lacunas consiste na avaliação integrada de mapas de UCs e de mapas de distribuição de espécies e de ecossistemas.

<sup>25</sup>A área *core* abrange a porção contínua de Cerrado nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, conforme mapa do IBGE (2004); ela exclui os enclaves em outros biomas.

área dos outros três parques nacionais representava aproximadamente 2,8 milhões de hectares. No entanto, nos anos seguintes, a área total de parques caiu, por causa da redução drástica das áreas dos parques nacionais do Araguaia e da Chapada dos Veadeiros, e chegou ao seu patamar mais baixo em 1972. O número de UCs cresceu, especialmente a partir da década de 1980, mas a área protegida por UCs de proteção integral no Cerrado superou o que havia sido a área original dos primeiros quatro parques nacionais no Cerrado apenas no ano 2000, quando atingiu a casa de 2,9 milhões de hectares. No entanto, destarte o avanço acelerado da fronteira agropecuária sobre as terras do bioma cerrado, desde 2004, a área de UCs de proteção integral federais no Cerrado praticamente estagnou (Figura 3) (Ganem, Drummond e Franco, 2013; Drummond, Franco e Oliveira, 2010).

Em relação às UCs federais de uso sustentável, as primeiras a serem criadas no bioma Cerrado foram as áreas de proteção ambiental do São Bartolomeu e do Rio Descoberto, em 1983, no DF. Desde então, o número de unidades e a superfície abrangida por elas cresceram continuamente (Figura 3). A partir de 1996, houve um incremento significativo da superfície representada pelas áreas de proteção ambiental (APAs), com a criação da APA da Serra da Ibiapaba, com mais de 1,5 milhão de hectares, e de outras grandes APAs no delta do rio Parnaíba, no rio Araguaia e no DF. Houve apenas uma redução de área, da APA da Serra da Tabatinga, de 61.000 hectares para 9.800 hectares, tendo em vista que o Decreto s/nº de 16 de julho de 2002 destinou parte de suas terras para a criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

**Figura 3: Bioma Cerrado: área total protegida em unidades de conservação federais, 1959-2009**



Fonte: compilado a partir do Cadastro Nacional de UCs (CNUC), em 2009. <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=119> Acesso em 2 de março de 2009.

O número e a área protegida pelas UCs existentes no bioma Cerrado atualmente são disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). São ao todo 384 UCs, nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital: 120 de proteção integral e 264 de uso sustentável (Tabela 1).

**Tabela 1 - Número e área das UCs do bioma Cerrado  
(federais, estaduais, municipais e distritais)**

grupo e categoria	Número	Área Km <sup>2</sup>
<b>proteção integral</b>	<b>120</b>	<b>62.983</b>
reserva biológica	5	81
estação ecológica	28	11.435
parque	70	48.592
refúgio de vida silvestre	5	2.460
monumento natural	12	314
<b>uso sustentável</b>	<b>264</b>	<b>111.786</b>
área de proteção ambiental (APA)	68	108.504
área de relevante interesse ecológico (ARIE)	16	87
floresta	11	557
reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)	2	686
reserva extrativista (RESEX)	6	883
Reserva particular do patrimônio natural (RPPN)	161	1.069
<b>total</b>	<b>384</b>	<b>174.769</b>

Fonte: Cadastro Nacional de UCs (CNUC), atualizado em 09/08/2016

[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC\\_Agosto%20-%20Biomias%201.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Agosto%20-%20Biomias%201.pdf) consultado em 20/12/2016

Considerando as informações do CNUC, excluídas as sobreposições, a superfície protegida por UCs no Cerrado corresponde a 174.769 km<sup>2</sup>, 8,6% da área do bioma. Desse total, 3,1% são UCs de proteção integral e 5,5% são UCs uso sustentável. Esse valor está muito aquém do acordado nas Metas de Aichi, que propõem proteger pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais até 2020, especialmente áreas de especial importância para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Ressalte-se que essa meta deveria ser alcançada prioritariamente com UCs de proteção integral, cuja finalidade é preservar remanescentes de vegetação nativa na quase totalidade de sua área. Sem questionar a importância fundamental das UCs de uso sustentável para o SNUC, deve-se considerar que essas UCs (exceto as RPPNs, que embora pertençam ao grupo de UCs de uso sustentável, não permitem o uso direto dos seus recursos naturais) objetivam o manejo sustentável da biodiversidade em parte de sua área, ainda que abranjam áreas exclusivas de

preservação. Por isso, incluir a totalidade da extensão das UCs de uso sustentável como indicativo de cumprimento das Metas de Aichi, mascara a real situação da conservação. No Cerrado, o alcance da meta de 17% de área de fato protegida exigirá grande esforço, tendo em vista a porcentagem exígua da superfície do bioma abrangida por UCs de proteção integral.

Além da criação de UCs, há outras ações de conservação específicas para o bioma Cerrado: o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado; o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado; a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas; a Reserva da Biosfera do Cerrado; o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2006-2020; os corredores de biodiversidade; e o Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado (CMBBC) (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

O Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável) foi instituído, no âmbito do MMA, pelo Decreto nº 5.577, de 8 de novembro de 2005. O seu objetivo é o de desenvolver políticas socioeconômicas estruturantes, como o monitoramento, a conservação *in situ* e o fomento ao uso sustentável da biodiversidade e à sustentabilidade da agropecuária e da silvicultura. O MMA firmou parceria com o Banco Mundial e o Global Environmental Facility (GEF) – Iniciativa GEF Cerrado. O mesmo decreto criou a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), para acompanhar o programa. Essa comissão não logrou os seus objetivos, quais sejam, o de articular programas, projetos e atividades relativas ao programa e integrar as políticas setoriais relacionadas ao bioma (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCERRADO) foi lançado pelo Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2010, com o objetivo de reduzir a taxa de desmatamento e das queimadas no bioma. Já a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas foi instituída pela Lei nº 12.187/2009. Por meio dela o país assumiu o compromisso nacional voluntário de reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa. A Lei 12.187/2009 foi regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010, que estabelece vários planos, incluindo o PPCerrado. O principal objetivo é o de reduzir em 40% as taxas anuais de desmatamento no bioma Cerrado, em comparação com a média registrada entre os anos de 1999 a 2008 (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

A Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC) foi instituída em quatro etapas. A primeira, circunscrita ao território do DF, foi aprovada em 1992, pela Comissão Brasileira para o Programa o Homem e a Biosfera (COBRAMAB), e, em 1993, pelo Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB, abrangendo 230.000 hectares. A RBC foi ampliada três vezes, passando a abranger o nordeste de Goiás (Fase II, em 2000); Tocantins, Maranhão e Piauí (Fase III, em 2001); e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (Fase IV, em 2002) (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2006-2020 foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional (MIN), como parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Em relação à conservação da biodiversidade, o plano prevê diversas ações, como a recuperação das matas ciliares e nascentes, proteção de espécies ameaçadas de extinção, contenção do desmatamento, orientação para o uso econômico sustentável da biodiversidade, promoção de manejo florestal sustentável, criação e regularização fundiária de UCs, e implantação de corredores ecológicos (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

Em relação aos corredores de biodiversidade, foram identificados cinco projetos públicos: Araguaia-Bananal, Cerrado/Pantanal, Guaporé-Itenez/Mamoré (que constitui parte do Corredor Oeste da Amazônia), Jalapão e Paranã-Pireneus. O Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado (CMBBC) foi desenvolvido entre 1997 e 2005, pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC). Foi financiado pelo Department for International Development do Reino Unido (DFID). O CMBBC visava capacitar parceiros locais e disseminar conhecimento sobre a conservação e o manejo dos recursos naturais do Cerrado. Atuou em 34 municípios do nordeste goiano. Entre os principais resultados figuram a compilação das pesquisas científicas sobre aspectos físicos e socioeconômicos do bioma e o apoio a 20 pequenos projetos comunitários de farmácias caseiras, viveiros de mudas de espécies nativas, criação de animais silvestres, educação ambiental e ecoturismo (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

A análise das políticas públicas federais sobre conservação da biodiversidade no Cerrado evidencia a forte sobreposição de ações conservacionistas. Ocorre a sobreposição, por exemplo, do Corredor Ecológico Paranã-Pireneus, da Reserva da Biosfera do Cerrado (Fases I e II), e do Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado. Não é a carência de ações públicas

que fragiliza a conservação. Se cada uma delas tivesse alcançado os seus objetivos, a região poderia contar com várias iniciativas: UCs e corredor de biodiversidade implantados, envolvendo uma malha de APPs, reservas legais e RPPNs nas áreas de interstício; estruturas de educação e capacitação ambiental atuantes; produtores rurais e comunidades locais engajados na conservação; e populações extrativistas produzindo mais consistentemente para mercados locais, regionais, nacionais e até internacionais (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

A sobreposição de espaços de intervenção pública demonstra a ausência de diálogo entre os diversos órgãos governamentais. Por exemplo, o Ministério da Integração Nacional atua em mesorregiões e o Ministério do Meio Ambiente em áreas protegidas, mas não desenvolvem ações comuns em que haja convergência de metas. A falta de articulação institucional propicia a existência de “lacunas” de atuação. Recursos mal gastos reduzem a abrangência de programas que, embora tenham objetivos amplos, acabam implantados apenas em áreas-piloto, como no caso do Projeto de Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado (CMBBC) e do Projeto Corredor Ecológico Paranã-Pireneus. A CONACER foi criada para articular as instituições e minimizar essas falhas. No entanto, ela não integrou os órgãos que a compõem, nem estabeleceu uma agenda de ações capazes de reorientar os rumos do desenvolvimento no Cerrado (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

Tal como não faltam ações, também não faltam informações. O Poder Público dispõe de informações que poderiam balizar um planejamento eficiente e a articulação institucional das ações de conservação. As Áreas Prioritárias para a Conservação (APCs) de maior importância biológica coincidem, em grande medida, com os remanescentes de vegetação nativa do bioma. Seria razoável, portanto, que as diversas instâncias do Poder Público federal e estadual reconhecessem a necessidade de proteger esses remanescentes e somassem esforços para implantar corredores de biodiversidade. Nelas poderia ser feito o zoneamento das atividades econômicas, que destinaria aquelas de maior importância biológica à implantação de UCs de proteção integral. As demais deveriam ser objeto de criação de UCs de uso sustentável, de ações de fomento à conservação em terras privadas e de outras ações previstas no levantamento das APCs (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

Há, no entanto, uma grande distância entre o planejamento e a implementação das políticas ambientais. Embora os planos e normas tenham – ou devessem ter – impacto sensível sobre a vida

dos cidadãos, normalmente eles são desconhecidos ou ignorados pela maioria. Em geral, o cidadão se relaciona com as normas ambientais somente quando algum fiscal o informa que a sua atividade é proibida. O Estado é quase ausente no meio rural, na fiscalização e na realização de projetos de educação e de capacitação ambiental para as comunidades. Os produtores rurais podem, assim, “passar ao largo, solenemente”, das disposições da legislação de proteção da biodiversidade (Ganem, Drummond e Franco, 2013).

É significativa a falta de implementação e de estabilidade das normas ambientais. Embora a obrigação de conservar a vegetação nativa em terras privadas esteja presente no ordenamento jurídico brasileiro desde a vigência do primeiro Código Florestal, instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, tais normas nunca foram efetivamente cumpridas. A edição do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que pune com multa diária a não averbação da reserva legal, acirrou as pressões por mudanças na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o novo Código Florestal. Este processo resultou na adoção da Lei nº 12.651/2012, que revogou a Lei 4.771/1965 e legalizou o desmatamento não autorizado ocorrido até agosto de 2008. Isso indica que a massa de agricultores brasileiros ainda insiste que a viabilidade dos seus empreendimentos depende da abertura de novas fronteiras em “terras virgens”, e não da melhoria tecnológica e do aumento da produtividade (Ganem, Drummond e Franco, 2013)..

Essa cultura de “fronteira aberta” caracterizou o processo de ocupação da Mata Atlântica. Dean (1996) afirma que as florestas nativas atravessadas pelos primeiros expedicionários portugueses eram “um mundo vivo alienígena e irrelevante” (p. 68). Mais tarde, as terras interiores tornaram-se “uma espécie de depósito de degredados” (p. 118), para onde escapavam os escravos, os fugitivos e os desempregados das vilas. Baseada num sistema de lavoura itinerante, a expansão da fronteira “civilizada” sobre esse mundo marginal ocorreu pela contínua incorporação das terras virgens. A farta disponibilidade de terras não ensejou os agricultores a promover o manejo cuidadoso do solo. Apesar dos avanços tecnológicos do agronegócio, essa cultura histórica de fronteira ou de contínua expansão da agropecuária continua forte na sociedade brasileira e marca a ocupação mais recente do Cerrado e da Amazônia.

## **Conclusão**

Apesar do reconhecimento de sua importância biológica como um dos *hotspots* mundiais, o bioma Cerrado ainda possui uma ínfima porcentagem de áreas sobre proteção integral. A superfície de UCs – especialmente as de proteção integral – cresce lentamente no Cerrado, enquanto que a expansão da fronteira agropecuária tem sido rápida desde 1970, o que reduz a disponibilidade de áreas propícias para a criação de novas UCs representativas do conjunto de fitofisionomias do bioma.

O bioma Cerrado constitui um mosaico bastante variado de fitofisionomias e requer um sistema abrangente e diversificado de áreas protegidas para garantir a conservação de sua diversidade biológica. O número reduzido de UCs, juntamente com a expansão das áreas desmatadas, compromete a proteção desse bioma. Existe um problema grave nisso, pois as UCs, especialmente as de proteção integral, são as zonas-núcleo das políticas de conservação da biodiversidade. É a partir delas que se estruturam as ações conservacionistas de cunho mais amplo, como a reserva da biosfera e os corredores de biodiversidade.

A conservação e a devastação da biodiversidade são dinâmicas características do processo de avanço da fronteira de ocupação do território. As preocupações com a conservação surgem justamente da percepção das ações que geram a devastação dos ecossistemas. No bioma Cerrado, a dinâmica de devastação tem superado amplamente os esforços no sentido da sua conservação. A ameaça de destruição quase que completa dos ecossistemas nativos está no horizonte de apenas meio século, e políticas urgentes e efetivas precisam ser executadas para reverter este quadro.

A conservação do Cerrado depende da elaboração e aprovação de uma política de conservação específica para o bioma Cerrado, integrada aos diversos setores econômicos expressivos na região, especialmente o rural. Essa política deve fomentar a criação e o manejo efetivo de UCs, a conservação em terras privadas, a implantação de corredores de biodiversidade e adotar, urgentemente, a meta de taxa de desmatamento zero no bioma, com a restrição da atividade agropecuária a áreas já ocupadas.

### Referências bibliográficas

ALHO, Cleber J. R. Desafios para a conservação do Cerrado, em face das atuais tendências de uso e ocupação. In: SCARIOT, Aldicir; SOUSA-SILVA, José Carlos; & FELFILI, Jeanini Maria (Orgs.). *Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, pp. 367-381.

ALHO, Cleber J. R. & MARTINS, Eduardo de Souza (Eds.). *De grão em grão, o Cerrado perde espaço*. Brasília: WWF, 1995.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: DUARTE, Laura Maria Goulart & BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Orgs.). *Tristes Cerrados: Sociedade e Biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998, pp. 93-123.

CAMPOS, M. G. Palestra proferida na Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Câmara dos Deputados. 25 de outubro de 2007.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UCG/ Editora UFG, 1997.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade & OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli Sena (Org.). *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Brasília: Editora Câmara, 2010, pp. 341-385.

GANEM, Roseli Senna; DRUMMOND, José Augusto; & FRANCO, José Luiz de Andrade Franco. Ocupação Humana e Impactos Ambientais no Bioma Cerrado: Dos Bandeirantes à Política dos Biocombustíveis. In: BRASIL, Vanessa Maria & GANDARA, Gercinair Silvério. *Cidades, Rios e Patrimônio: Memórias e Identidades Beiradeiras*. Goiânia: PUC-Goiás, 2010, pp. 171-188.

GANEM, Roseli Senna; DRUMMOND, José Augusto; & FRANCO, José Luiz de Andrade Franco. Conservação da Biodiversidade no Bioma Cerrado: Conflitos e Oportunidades. In: SILVA, Sandro Dutra e; PIETRAFESA, José Paulo; FRANCO, José Luiz de Andrade Franco; DRUMMOND, José Augusto; & TAVARES, Giovana Galvão. *Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia: PUC-Goiás, 2013, pp. 331-361.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

MACHADO, R. B.; RAMOS NETO, M. B.; PEREIRA, P. G. P.; CALDAS, E. F.; GONÇALVES, D.; SANTOS, N. S.; TABOR, K. e STEININGER, M. Estimativas da perda do Cerrado brasileiro. [www.conservacao.org](http://www.conservacao.org). Extraído em 09/11/2005.

MMA (Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Monitoramento dos biomas brasileiros, 2009. [http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/monitoramentocerrado2\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/monitoramentocerrado2_182.pdf). Acesso em 21 de outubro de 2009.

MARTINS, E. *Passivo ambiental decorrente da exploração de carvão vegetal*. Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Câmara dos Deputados. 25 de outubro de 2007.

MCCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2000.

PRADO, P. I.; LANDAU, E. C.; MOURA, R. T.; PINTO, L. P. S.; FONSECA, G. A. B. & ALGER, K. (orgs.). Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2003.

RAMBALDI, Denise Marçal & OLIVEIRA, Daniela América Suárez de. (Orgs.). *Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília: MMA/SBF, 2003.

RIBEIRO, José Felipe; BRIDGEWATER, Samuel; RATTER, James Alexander; & SOUSA-SILVA, José Carlos. Ocupação do bioma Cerrado e conservação da sua diversidade vegetal. In: SCARIOT, Aldicir; SOUSA-SILVA, José Carlos; & FELFILI, Jeanini Maria (Orgs.). *Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, pp. 383-399.

RIBEIRO, José Felipe & WALTER, Bruno Machado Teles. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semiramis Pedrosa de; RIBEIRO, José Felipe (Orgs.) *Cerrado, Ecologia e Flora*, Vol. 1. Brasília: Embrapa, 2008, pp. 152-212.

ROCHA JR, Deusdedith Alves; VIEIRA JR, Wilson Carlos Jardim; & CARDOSO, Rafael Carvalho C. *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

SARMIENTO, Guillermo & PINILLOS, Marcela. O caso das savanas tropicais da América do Sul: quando a sustentabilidade econômica e ecológica não é suficiente. In: GARAY, Irene & BECKER, Bertha (Orgs.). *Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Vozes. 2006, pp. 215-237.

Scariot, Aldicir & Sevilha, Anderson C. Biodiversidade, estrutura e conservação de florestas estacionais decíduais no Cerrado. In: SCARIOT, Aldicir; SOUSA-SILVA, José Carlos; & FELFILI,

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Jeanini Maria (Orgs.). *Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, pp. 121-139.

SILVA, José Maria Cardoso da & SANTOS, Marcos Pérsio Dantas. A importância relativa dos processos biogeográficos na formação da avifauna do Cerrado e de outros biomas brasileiros. In: SCARIOT, Aldicir; SOUSA-SILVA, José Carlos; & FELFILI, Jeanini Maria (Orgs.). *Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, pp. 219-233.

SILVA, Sandro Dutra e; FRANCO, Jose Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Devastação florestal no oeste brasileiro: colonização, migração e a expansão da fronteira agrícola em Goiás. *Hib, Revista de Historia Iberoamericana*, Vol. 8, nº 2, 2015, pp. 10-31.

THEODORO, Susie Huff; LEONARDOS, Othon H.; & DUARTE, L. M. G. Cerrado: celeiro saqueado. In: DUARTE, Laura Maria Goulart & THEODORO, Susie Huff (Orgs.). *Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, pp. 145-176.

WEHRMANN, Magda de Faria. *A soja no Cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira*. Tese de Doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, 1999.

## **A REGIÃO DO LAGAMAR: FRONTEIRAS ABERTAS PARA O RE/ORDENAMENTO TERRITORIAL**

*The Lagamar region: open borders for the territorial re-ordination*

Alexandre Dullius<sup>26</sup>  
Maclovia Corrêa da Silva<sup>27</sup>

**RESUMO:** A humanidade têm discutido soluções para o homem se adaptar frente às mudanças do clima. Isto porque, o contexto dinâmico da vida têm presenciado verdadeiros colapsos ambientais tais como fortes chuvas, secas, inundações, deslizamentos de morros, ressaca na costa do mar, cada vez mais frequentes e devastadores. Sob esta perspectiva, este estudo apresenta de forma qualitativa e bibliográfica os conceitos que envolvem a utilização de uma ferramenta de ação de re/ordenamento territorial chamada Adaptação às Mudanças Climáticas baseadas em Ecossistemas (Abe). Sendo assim, o presente estudo inicialmente apresenta conceitos de território e caracteriza um dos territórios mais importantes para o planeta: A Mata Atlântica do Brasil, onde uma das áreas prioritárias é a região do Lagamar que possui mosaicos selecionados para preservação e manutenção de serviços ecossistêmicos. Posteriormente, apresenta-se os conceitos que evoluem adaptar-se por meio de soluções que envolvem a natureza e, que ao final, discute de forma qualitativa variáveis que compõem a utilização de Abe como instrumento de re/ordenamento territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mudanças Climáticas. Adaptação baseada em ecossistema (Abe). Mata Atlântica.

**ABSTRACT:** Humanity has discussed solutions for man to adapt to the changes of the climate. This is because, the dynamic context of life have witnessed true environmental collapses such as heavy rains, droughts, floods, landslides, and sea turmoil, increasingly frequent and devastating. From this perspective, this study presents in a qualitative and bibliographical way the concepts that involve the use of a territorial re-ordering tool called Adaptation to Climate Change based on Ecosystems (Abe). Thus, the present study initially presents concepts of territory and characterizes one of the most important territories for the planet: The Atlantic Forest of Brazil, where in this region, one of the priority areas is the Lagamar region that has mosaics selected for preservation and maintenance of Ecosystem services. Subsequently, the concepts that evolve to adapt by means of solutions involving nature are presented and, in the end, qualitatively discusses the variables that make up the use of Abe as a tool for territorial re-organization.

---

<sup>26</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Tecnologia – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Paranaguá. E-mail: [alexandre.dullius@ifpr.edu.br](mailto:alexandre.dullius@ifpr.edu.br). Agradecimento especial: Instituto Federal do Paraná pelo apoio na tese de doutoramento, ao Prof. Leandro Angelo Pereira do IFPR Campus Paranaguá; a equipe no Brasil da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ); Fundação Boticário e a SOS Mata Atlântica.

<sup>27</sup> Professora do Programa de Pós Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, orientadora da tese de doutoramento: Mudanças climáticas na mata atlântica de Alexandre Dullius, início 2016 e coorientadora deste artigo. E-mail: [macloviasilva@utfpr.edu.br](mailto:macloviasilva@utfpr.edu.br)

**KEY WORDS:** Climate Change. Ecosystem-based adaptation (Abe). Atlantic forest.

## **Introdução**

Esta cada vez mais presente nas sociedades à necessidade de enfrentamento aos efeitos advindos da mudança do clima. Isto porque a sociedades necessitam dos ecossistemas e da manutenção dos seus serviços para a sua sobrevivência.

É preciso repensar o nosso espaço geográfico bem como nossas ações em nosso território orientando e auxiliando as comunidades no enfrentamento às mudanças climáticas, com vistas preservar a biodiversidade e, garantir a manutenção dos serviços ecossistêmicos, fundamental no contexto dinâmico da vida.

Um instrumento de re/ordenamento territorial importante a ser considerado é a ferramenta Abe, pois ela, uma vez considerada em ações territoriais contribui para a restauração, conservação bem como o uso sustentável de serviços ecossistêmicos e, desta forma, pode ser considerada como uma ferramenta de infraestrutura verde com foco no bem estar humano e ambiental.

Neste contexto, este estudo busca de forma sistemática inicialmente caracterizar um importante território presente na Mata Atlântica do Brasil, o Lagamar, onde ações governamentais estão sendo realizadas e, medidas de Abe podem implantadas; posteriormente ressalta-se a necessidade de preservação da Mata Atlântica do Brasil frente á mudança do clima com o olhar voltado á necessidade de restauração da Mata Atlântica e a sua conectividade com os ecossistemas; em seguida é apresentado os principais conceitos que envolvem a utilização da ferramenta Abe apresentada neste estudo como um instrumento de re/ordenamento territorial; e, ao final, discutidos alguns pontos que são centrais e, que necessitam atenção, ao se pensar Abe como ferramenta a ser inserida em instrumentos de re/ordenamento do território.

## **Perspectiva Metodológica**

Trata-se de um estudo qualitativo/bibliográfico, em que o embasamento teórico deste estudo ocorreu pela leitura e aprofundamento de conceitos que envolvem as relações de território utilizando autores como Rogério Hauesbert e Milton Santos. As discussões sobre a temática ocorreram na disciplina de Territorialidade e Sustentabilidade, da Linha Tecnologia e

Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Os conceitos que envolvem a temática Abe são resultados de pesquisas em documentos encontrados na internet no Ministério do Meio Ambiente (MMA), na Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI) e, principalmente, em documentos técnicos disponibilizados pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

As discussões aqui apresentadas são também resultantes das experiências adquiridas no curso de capacitação: Adaptação baseada nos Ecossistemas (AbE) como resposta às Mudança do Clima, realizado no Instituto Federal do Paraná –IFPR, Câmpus Paranaguá.

### **O Lagamar**

O Lagamar é um mosaico que permite a aplicação de conceitos ambientais de conservação da fauna, da flora e da biodiversidade que o compõem, os quais caracterizam um espaço singular de organização e utilização controlada de recursos.

Suas potencialidades estão representadas e consolidadas na forma de oportunidades para manutenção dos serviços ecossistêmicos, além de ser uma alternativa de minimização de desigualdades sociais, territoriais e ambientais. Como exemplo, pode-se citar Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA CIP) onde já foi elaborado um plano de enfrentamento à mudança do clima na região da APA CIP. Além destes é possível citar outros casos de inserção da AbE em instrumentos de ordenamento territorial como a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Duque de Caxias (RJ), o Plano Diretor de Porto Seguro (BA), e os PMMAs em elaboração no extremo sul da Bahia.

É importante destacar que pessoas vivem nestes espaços, urbano, costeiro e rural, e ali predominam políticas, ideias, valores e crenças das populações residentes, com traços e elementos culturais únicos que interagem com os ecossistemas e seus serviços. Toma-se como hipótese inicial que este território sofreu historicamente o desmatamento e a consequente perda da vegetação nativa, e demanda adaptações vegetativas e reprodutivas das plantas.

Entre 1985 e 1990 foram cortadas na Mata Atlântica 1.200.000.000 árvores. Apesar disso, a Mata Atlântica conserva sua importância em termos biológicos. O recorde mundial de diversidade de árvores pertence a uma área no sul da Bahia onde os botânicos registraram 450 tipos de árvores num único hectare, sendo que a maior parte deste imenso patrimônio era desconhecido. Ainda se tiram centenas de ervas medicinais e aromáticas para serem

comercializadas tanto dentro do Brasil como com outros países (Adaptações vegetativas e reprodutivas 2016).

A região do Lagamar pode ser observada como um território que interage com múltiplos territórios sem fronteiras. Possui áreas protegidas com vistas a conservação da biodiversidade que vão desde Unidades de Conservação (UCs), corredores ecológicos até mosaicos. Por ser uma área remanescente específica da Mata Atlântica do sul do país, há o interesse governamental em conversar e preservar o ecossistema, objetivo que pode ser estendido para garantir menos impacto nas mudanças climáticas.

Este Mosaico, na medida em que ele é parte de um território, geograficamente conhecido também como a região do Lagamar, é composto pelo estuário que sai dos municípios de Iguape (SP) e Cananéia (SP) e da Baía do Paranaguá (PR), e sobe a serra, adentrando o Vale do Rio da Ribeira. Logo, o Mosaico Lagamar compreende uma área de abrangência do litoral paulista e paranaense, compreendendo um território de 650.000 hectares, com 33 UCs, situado entre 18 municípios, sendo nove deles situados em São Paulo e nove no Paraná, a saber: Cananéia, Iguape, Peruíbe, Barra do Turvo, Cajati, Jacupiranga, Ilha Comprida, Pariquera-Açu, Miracatu, Itariri, e, no Paraná Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, São José dos Pinhais, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Campina Grande do Sul.

Atualmente os problemas centrais enfrentados na área de sinergia entre clima e biodiversidade na Mata Atlântica são: uma parte significativa dos fragmentos remanescentes ainda não está protegida e encontra-se em mãos de particulares; o alto grau de fragmentação constitui uma grave ameaça à manutenção da biodiversidade; nos últimos anos, uma série de períodos de intensa precipitação e formas não adaptadas do uso da terra levaram a eventos catastróficos, como enchentes e deslizamentos de morros; a vulnerabilidade e a resiliência dos ecossistemas altamente fragmentados da Mata Atlântica frente às mudanças climáticas ainda são pouco conhecidas; o papel desempenhado pela restauração florestal no âmbito de processos de adaptação ecológica e social (no sentido da adaptação com foco ecossistêmico) e da mitigação de emissões de gases de efeito estufa também ainda não é suficientemente conhecido e tampouco foi quantificado.

O contexto dinâmico da vida sofre os efeitos advindos das mudanças climáticas. Cientistas, defensores da natureza, e outros agentes públicos e privados se dedicam a buscar soluções sustentáveis para reestabelecer equilíbrios e manutenção dos ecossistemas, como por exemplo, a

Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE). Projetos, planos e metodologias são ferramentas para a ação em territórios que podem considerar outras espécies de habitantes que frequentam o território. Uma vez que ele não apresenta fronteiras quando se buscam meios de sobrevivências, todos agem e se inter-relacionam sobre este espaço o qual está em constante ajuste e modificação.

### **O Território**

O território Lagamar constitui-se enquanto espaço construído sobre o espaço geográfico, embora não se restrinja às fronteiras político-administrativas dele. É necessário, antes de se adentrar nessa complexa teia, resgatar conceitos de território. Nas palavras de Milton Santos (1999, p.7) "nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o território".

O território, para o geógrafo Milton Santos (1999, p. 9) é "o chão mais a identidade". Este somatório de duas variáveis destaca que este espaço é construído pelas relações de pertencimento e do exercício da vida, e a disciplina da geografia é um dos campos de conhecimento que traduz esses contextos:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (Santos 2011 p. 13).

O autor destaca o território como as relações de pertencimento no espaço. É na apropriação do espaço que o território é construído. Em sua visão "o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais..." (1999, p. 8).

Em Haesbaert (2004), o território assume a conotação material e simbólica, destacando-se enquanto terra (território) e tэрreo (terror), ou seja, evidencia-se a dominação política da terra no sentido de aspirar terror e medo, visto que aqueles que não podem apropriar-se dela são impedidos de adentrá-la. Do mesmo modo, aqueles que têm o privilégio de usufruir deste território se (re)apropriam do espaço. Esta argumentação conduz o autor a admitir relações próximas entre território e poder, as quais se estabelecem em todas as suas formas. Os elementos que estão em torno da concepção de território são, por um lado, os de dominação e apropriação do espaço, do terror e medo, e por outro, a própria questão da terra em si.

Em sua obra "o mito da desterritorialização: o fim dos territórios à multiterritorialidade", Haesbaert delinea três vertentes básicas de concepções do território. A primeira refere-se ao território político ou jurídico, sendo um espaço de relações institucionalizadas, de controle e poder em grande parte, mas não exclusivamente exercido pelo poder do Estado.

Em uma segunda vertente destaca o aspecto cultural ou simbólico-cultural, o qual compreende que o território tem dimensão simbólica e subjetiva, e que os grupos envolvidos fazem um movimento de apropriação e valorização simbólica do objeto.

Na última vertente destaca o aspecto econômico, enfatizando a relação espacial da economia e seus desdobramentos, que assume a noção de território como fonte de recursos e de embates entre grupos sociais inseridos na relação capital-trabalho.

Acrescenta-se ainda uma interpretação naturalista do território como base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no comportamento natural em relação ao seu ambiente físico (lócus).

Para Saquet (2009), em "Abordagens e concepções de território", o conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuravam explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico. Em sentido amplo, o território não pode ser concebido "sem atores". Saquet (2009) aborda a conceitualização de Territorialidade de Claude Raffestin em duas concepções: nas relações sociais (de alteridade) e materiais (com exterioridade, orientadas a conquista da autonomia).

Autores inspirados pela escola regional francesa destacam a idéia de um processo histórico de co-adaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material. Este processo se realiza por meio da grande diversificação cultural da humanidade e das paisagens.

### **A Mata Atlântica e as mudanças climáticas**

O território do Lagamar possui um amplo espectro de territorialidades e envolve múltiplas relações entre os atores que ali estão inseridos, tendo como pano de fundo a Mata Atlântica. Esta é composta por um conjunto de ecossistemas com predominância florestal. As formações florestais remanescentes (cerca de 300.000 km<sup>2</sup>) constituem reservatórios de carbono

significativos e geram importantes serviços ecossistêmicos, especialmente para o abastecimento hídrico das cidades. Levantamentos indicam que 170.000 km<sup>2</sup> são passíveis de serem restaurados. Apesar da perda considerável de espécies a Mata Atlântica ainda é considerada uma das áreas com maior biodiversidade a nível global, com ocorrência significativa de espécies endêmicas (GIZ, 2010).

Antes da colonização europeia o bioma se estendia por todo o litoral brasileiro, além de também abranger extensas áreas interioranas. Sua cobertura original de 1,3 milhões de km<sup>2</sup> corresponde a 15% do território brasileiro. A Mata Atlântica está distribuída por 17 estados e abrange 3.200 municípios, entre os quais também as maiores cidades brasileiras (GIZ, 2010).

Por volta de 120 milhões de habitantes ocupam a região (aproximadamente 60% da população brasileira), gerando 70% da produção econômica nacional. A ocupação e a exploração econômica intensiva levaram à destruição de uma grande parte da cobertura florestal.

Porém, nos últimos dez anos as taxas de desmatamento na Mata Atlântica reduziram-se sucessivamente. Atualmente, 22% da área original ainda estão cobertas por vegetação nativa. No entanto, apenas aproximadamente 7% são constituídos por fragmentos florestais bem conservados e maiores que 100 ha (cerca de 98.000 km<sup>2</sup>).

Importante destacar que hoje, as formações florestais remanescentes (em torno de 300.000 km<sup>2</sup>) constituem reservatórios de carbono significativos e geram importantes serviços ecossistêmicos, especialmente para o abastecimento hídrico das cidades.

Aproximadamente 10% da Mata Atlântica estão protegidos por unidades de conservação (UCs), sendo 2,5% (290 UCs) de proteção integral e 7,5% (606 UCs) de uso sustentável. Dez mosaicos de UCs foram reconhecidos oficialmente na região, somando cerca de 57.000 km<sup>2</sup> (compreendendo 37 UCs federais, 32 estaduais, 47 municipais e 39 privadas).

A figura dos mosaicos integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e designa unidades de conservação próximas e de diferentes categorias que buscam a gestão integrada para compatibilizar a conservação, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável em âmbito regional.

A gestão integrada das unidades de conservação e de suas áreas de abrangência possibilita a implementação de instrumentos de re/ordenamento territorial integrados e a incorporação de aspectos relacionados às mudanças climáticas, aprimorando as condições para a

restauração da Mata Atlântica e a conectividade dos seus ecossistemas. Além disso, propicia a manutenção e valorização dos serviços ecossistêmicos.

As consequências das sucessivas e incontrolláveis emissões destes gases causam o aquecimento global, que é considerado o principal problema ambiental da atualidade. Isto porque veem afetando todo o planeta e comprometendo irremediavelmente o equilíbrio dos ecossistemas, causando: eliminação da biodiversidade, degelo das calotas polares, inundação de áreas litorâneas, danos aos recifes de coral, savanização de florestas tropicais, aumento da desertificação de áreas, elevação da frequência de enchentes e secas, redução no rendimento de safras, aumento da ocorrência de furacões e ciclones (SEIFFERT, 2009).

### **Uma oportunidade: A Ferramenta de Adaptação a mudanças Climáticas**

As sociedades e os ecossistemas são considerados vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas quando os possíveis danos superam as capacidades de adaptação. Conforme relatado pelo IPCC (2001), a resiliência pode ser entendida como a capacidade de um sistema social ou ecológico absorver perturbações enquanto mantém a mesma estrutura e formas de funcionar básicas, a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao stress e à mudança.

Para Walker *et al.* (2004), a resiliência refere-se a capacidade de um sistema absorver perturbações e se reorganizar enquanto esta sujeito a força de mudanças sendo capaz de manter o essencial de suas funções, estruturas, identidades e mecanismos.

Sob a luz do desenvolvimento sustentável, Munn (1992) diz que a resiliência surge como uma necessidade das sociedades aumentarem suas capacidades de adaptação em situações em que ocorre rápida evolução causada por desastres.

Suassuma (2015) discute a interconexão existente entre sustentabilidade, vulnerabilidade, resiliência e capacidade adaptativa. A autora aponta que de apesar de não ser possível afirmar a relação linear entre resiliência e vulnerabilidade, e é perceptível a relação da proporcionalidade indireta entre as duas grandezas, pois afirma que quanto menores forem as vulnerabilidades de um sistema maior será a sua capacidade de resiliência.

Assim, a resiliência pode ser compreendida como a característica do sistema que pode ser produzida ou reforçada e, a promoção da resiliência é uma das maneiras mais eficientes de

alcançar a sustentabilidade. Deve fazer parte do conjunto, e as partes das metas e ações a serem priorizadas quando se trata de sustentabilidade (SUASSUMA, 2015).

Neste pensar, a vulnerabilidade se intensifica, na medida em que o grau de um sistema seja suscetível e incapaz de lidar com as consequências adversas das mudanças climáticas. É uma função da exposição ao stress, à sensibilidade e capacidade de adaptação de eventos climáticos. A vulnerabilidade aumenta com o aumento da magnitude das mudanças climáticas (exposição) ou da sensibilidade e diminui com o aumento da capacidade de adaptação (IPCC, 2007).

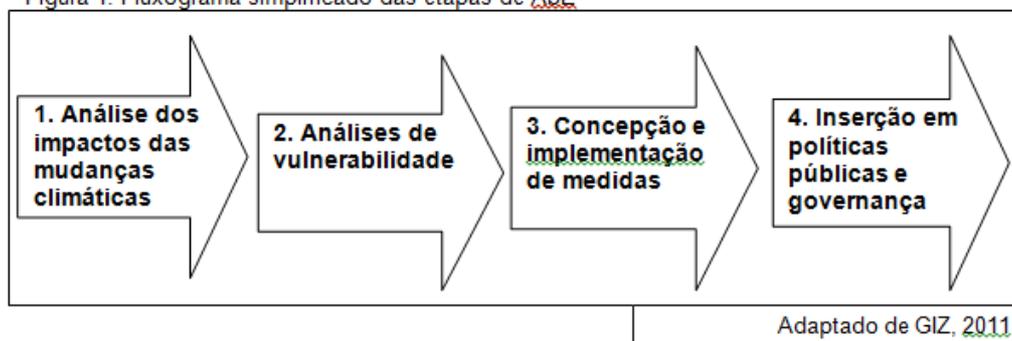
Nos ecossistemas, por exemplo, a capacidade de adaptação é influenciada pela biodiversidade (genética, de espécies, e a sua variabilidade inerente). Em sistemas sociais, a capacidade de adaptação está determinada pela habilidade comum e/ou individual de lidar com mudanças, capacidade de aprender, gerir riscos e impactos, desenvolver novos conhecimentos, planejar abordagens eficazes e o ambiente institucional (MARSHALL et al., 2010).

Já um sistema ecológico compreende a capacidade de um sistema absorver impactos antes de que se chegue a um limiar em que o sistema muda para um estado diferente e a resiliência diminui a sensibilidade de um ecossistema (CDB TECHNICAL SERIES No. 25 and 43, 2006). Isto inclui a habilidade de fornecer serviços ecossistêmicos críticos em condições de transformação (TEEB, 2010), pensando na restauração do ecossistema, que é o processo de auxílio à recuperação de um ecossistema que está degradado ou que foi danificado ou destruído. (SER, 2004).

A ferramenta denominada de adaptação baseada em ecossistemas usa a biodiversidade e os serviços do ecossistema como parte de uma estratégia global de adaptação, que ajuda as populações a adaptarem-se aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Esta abordagem serve-se da gama de oportunidades para a gestão sustentável que pode ser incorporada ao território, com vistas à preservação e restauração de ecossistemas para fornecer serviços que permitam às populações adaptarem-se aos impactos das mudanças climáticas.

A ferramenta Abe utiliza os serviços ecossistêmicos e se diferencia das medidas convencionais de redução de riscos e adaptação às mudanças climáticas pelo uso dos benefícios que a natureza pode trazer para diminuir a vulnerabilidade das pessoas e dos bens materiais. Ela oportuniza uma gestão sustentável, a preservação e restauração de ecossistemas de modo que estes forneçam serviços às populações, adaptando-se aos impactos ocasionados pelas mudanças climáticas (ver figura 1).

Figura 1: Fluxograma simplificado das etapas de AbE



A primeira etapa do processo da ferramenta compreende análise dos impactos das mudanças climáticas, que objetiva conhecer os impactos das projeções das mudanças de clima de acordo com diferentes cenários sobre a região. A análise de vulnerabilidade objetiva identificar riscos e oportunidades em relação às mudanças climáticas no contexto das condições socioeconômicas e ecológicas. As sociedades e os ecossistemas são considerados vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas quando os possíveis danos superam as capacidades de adaptação.

Estas compreendem a análise da relevância climática das iniciativas existentes e priorização das medidas a serem implantadas. Precisam estar inseridas em políticas públicas e programas de alcance nacional, estadual e municipal com objetivos específicos para a Mata Atlântica. Se tiverem a pactuação de compromissos e agendas em comum sobre Biodiversidade e Mudanças Climáticas, é possível criar estratégias de comunicação e sensibilização sobre os valores da biodiversidade, bem como sobre a importância da Mata Atlântica no contexto das mudanças climáticas.

### **Considerações Finais**

Nos últimos séculos, a utilização dos recursos de origem fóssil, florestal e aquático tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento das sociedades. Entretanto, a humanidade está presenciando verdadeiros colapsos e catástrofes ambientais, devido ao aumento das emissões de gases poluentes potencializadores do efeito estufa. Por isso, não se pode desconsiderar a importância da Mata Atlântica no contexto das mudanças climáticas.

Uma das formas de se adaptar é por meio de medidas de Abe. A ferramenta Abe tem como principal objetivo servir de instrumento para auxiliar as pessoas na adaptação às mudanças climáticas, preservar a biodiversidade e, garantir a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Os povos, as comunidades tradicionais que residem no território Lagamar podem pensar na ferramenta como um instrumento que permite tanto a restauração e conservação bem como, o uso sustentável de serviços ecossistêmicos de infraestrutura voltada ao bem estar humano e ambiental.

Para tanto, é necessário conhecer o ecossistema que estão presente e seus serviços na região de análise, entender o que esta acontecendo com ele, e o que pode acontecer frente a alterações climáticas, ou seja, somente por meio de uma integração é que surgirá a discussão, a percepção da sobrevivência e utilização dos recursos frente aos eventos extremos e/ou mudanças climáticas.

Na região caracterizada por este estudo grande parte da maioria das populações que ali residem são de comunidades tradicionais e, desta forma, para que haja uma INTEGRAÇÃO, necessita-se a presença dos principais atores locais, os líderes e da comunidade local, além da presença de instituições de ensino e do poder local que devem se unir para determinar os objetivos que podem ser alcançados ao se pensar Abe como instrumento de re/ordenamento territorial.

A análise de vulnerabilidade é outro item de fundamental importância, conforme relatado anteriormente, esta etapa envolve verificar quais pessoas e áreas são mais sensíveis e tem menor capacidade de adaptação aos impactos advindos das mudança do clima.

Desta forma, conhecendo a vulnerabilidade á que estão suscetíveis as populações é que é possível pensar em opções de adaptação. Estas opções servirão como base para análise e inserção de implementação da engenharia verde baseada em ecossistemas, priorizando medidas de Abe de encontro a medidas de infraestrutura cinza (aquelas geralmente de cimento e concreto, base da engenharia).

Por meio do diálogo, é então necessário PRIORIZAR ESCOLHAS, ou seja, avaliar quais medidas são mais adequadas a serem implementadas avaliando contabilmente o custo de implementar cada uma destas escolhas de adaptação. Neste momento, é mister avaliar o potencial sustentável a longo prazo que medidas de Abe podem proporcionar em comparação a resultados mais rápidos (geralmente de base de engenharia como, por exemplo, planos de contenção de cimento em deslizamento de morros) que apresentam resultados de custos mais elevados e mais rápidos . De posse desta análise econômica, o resultado irá possibilitar a tomada de decisão por parte da comunidade para implementação das medidas de adaptação.

Uma vez de posse das escolhas por meio de um processo participativo e democrático cabe a todos o MONITORAMENTO, ou seja, a fiscalização na etapa de implementação das

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

medidas de adaptação. Desta forma, cabe destacar que o objetivo processual é que a ferramenta seja considerada um instrumento capaz de fortalecer as relações microsociais, e que pode também servir como importante instrumento democrático que potencializa a gestão sustentável do meio ambiente, principalmente nas áreas onde necessita a preservação da biodiversidade atuando na manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Por fim, cabe ressaltar que os instrumentos de ordenamento territorial como planos de manejo, planos diretores e outros podem atuar conjuntamente com a ferramenta AbE. A inserção das questões relacionadas às mudanças climáticas e de AbE nestes instrumentos de ordenamento territorial contribuem para a implementação de medidas de adaptação que usem ecossistemas.

Uma das vantagens que merecem destaque na utilização de AbE como instrumento de re/ordenamento territorial frente as tendências de mudança do clima, é que dentre as medidas de adaptação possíveis, a utilização da ferramenta de medidas de AbE geralmente são mais eficientes e mais baratas do que as conhecidas como medidas de adaptação cinza, que se utilizam da engenharia e da infraestrutura para promover adaptações a mudanças do clima.

Este estudo, atenta para que as concepções do território do Mosaico Lagamar atuem conjuntamente com as ações no local, ou seja, é um espaço que precisa institucionalizar relações de controle e poder, não somente pelo Estado, como também pelas comunidades, suas culturas, seus símbolos e seus interesses em apropriar-se e valorizar este território. Este pode ser uma fonte de recursos, mas não pode ser lugar de embate entre atores que desejam preservar, conservar, explorar e destruir.

### **Referências**

*ADAPATAÇÕES VEGETATIVAS E REPRODUTIVAS DA DIVERSIDADE DO AMBIENTE EM QUE SE DESENVOLVEM*. Disponível em:

<<http://faunaefloradobrasil.blogspot.com.br/2010/10/adaptacoes-vegetativas-e-reprodutivas.html>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro :RelumeDumará / Brasília : Sebrae, 2004.

BRUNET, Roger. *Le déchiffrement du monde*. Théorieet pratique de lagéographie. Paris :Belin, 2001

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

DE SOUZA, Marília. *Cultureet Design: application de l'interculturalité à l'évaluation et à la conception de produits dans un environnement globalisé*. 386 f. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Mecânicas para o Engenheiro), Université de Technologie de Compiègne – França. 2001

FALKE, C; ELMQVIST, T; HOLLING, C.S. *et al. Resilience and Sustainable Development: Building Adaptive Capacity in World of Transformations*. In: The World Summit on Sustainable Development. Sweden, 2002. Disponível em: <[http://www.intelligentcoast.org/downloads/1144440669\\_resilience\\_and\\_sustainable\\_development.pdf](http://www.intelligentcoast.org/downloads/1144440669_resilience_and_sustainable_development.pdf)>. Acesso em: 17 ago 2015.

GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ). *Climate Proofing for Development. Adapting to Climate Change, Reduction Risk*. Eschborn, 2010. Disponível em: <<http://www2.gtz.de/dokumente/bib-2010/gtz2010-0714en-climate-proofing.pdf>> Acesso em: 13 abr 2015.

GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ). *Climate Proofing for Development. Adapting to Climate Change, Reduction Risk*. Eschborn, 2010. Disponível em: <<http://www2.gtz.de/dokumente/bib-2010/gtz2010-0714en-climate-proofing.pdf>> Acesso em: 13 abr 2015.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. *Boletim Goiano de Geografia*, n. 26, n.1, jan/jun 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3371/337127144003.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.

HAESBERT, R. *O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” a Multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, Porto Alegre, 2004

IBAMA. *Ecosistemas Brasileiros*. (ORG) Arruda, M. Edições IBAMA. Brasília, 2001.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Eds. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido, 2007. Disponível em: <[http://www.ipcc.ch/publications\\_and\\_data/publications\\_ipcc\\_fourth\\_assessment\\_report\\_wg2\\_report\\_impacts\\_adaptation\\_and\\_vulnerability.htm](http://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_ipcc_fourth_assessment_report_wg2_report_impacts_adaptation_and_vulnerability.htm)>. Acesso em: 14 ago 2015.

MARSHALL, N. A; MARSHALL, P. A; TAMELANDER, J; OBURA, D; MALLERET-KING, D; CINNER, J.E. *A framework for social adaptation to climate change: Sustaining tropical coastal communities and industries*. IUCN, Gland, Switzerland, 2010. Disponível em: <<http://www.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2010-022.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2015.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

MUNN, Nancy. *The Cultural Anthropology of Time: A Critical Essay*. *Annual Review of Anthropology*. Vol 21. Annual Reviews, Estados Unidos, Outubro, 1992. p. 91-123

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) *Integrating ClimateChange Adaptation into Development Co-operation: Policy Guidance*. 2009. Disponível em: <[www.oecd.org/dataoecd/0/9/43652123.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/0/9/43652123.pdf)> . Acesso em: 26 ago 2015.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: *Rev. Geographia*. Ano 1, nº1. 1999. p 7-13.

SAQUET, M. A. *Território: Abordagens e concepções de território*. Geografia em Movimento Expressão Popular, 2009.

SEIFFERT, M.B.S. Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto: oportunidades de negócio na busca da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

SOCIETY FOR ECOLOGICAL RESTORATION INTERNATIONAL (SER INTERNATIONAL). *Ecological Restoration as a Tool for Reversing Ecosystem Fragmentation*. SER International Policy Position Statement October. Tucson, Arizona, 2008. Disponível em: <<https://www.ser.org/docs/default-document-library/download.pdf?sfvrsn=0>>. Acesso em: 25 ago 2015.

SUASSUMA, C. C. A. Mudanças Climáticas e Resiliência de Cidades: Aspectos institucionais. In: (ORG): FURTADO, Fátima; PRIORI JR, LUIZ & ALCÂNTARA, EDNÉA . *Mudanças Climáticas & Resiliência de Cidades*. Lepur – Laboratório de Estudos Periurbanos. Recife, 2015.

THE ECONOMICS OF ECOSYSTEMS AND BIODIVERSITY (TEEB). *The Economics of Ecosystems and Biodiversity: Mainstreaming the Economics of Nature: A synthesis of the Approach, Conclusions and Recommendations of TEEB*, 2010. Disponível em: <<http://www.teebweb.org/wpcontent/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Synthesis%20report/TEEB%20Synthesis%20Report%202010.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

WALKER, B. H. et al. *A handful of heuristics and some propositions for understanding resilience in social-ecological systems*. *Rev. Ecology and Society*, [on-line]. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art13/>>. Acesso em: 10 de jul. 2016.

## **GEORGES DELBARD E A TRAJETÓRIA DA FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO NO SUL DO BRASIL**

*Georges Delbard and the temperate climate fruticulture trajectory in southern brazil*

Jo Klanovicz \*

**Resumo:** Neste artigo apresento a trajetória do viveirista francês Georges Delbard, que trabalharam diretamente na construção do estado de Santa Catarina como espaço privilegiado para a implantação de projetos de fruticultura de clima temperado a partir dos anos 1960. Ao fornecer conhecimento técnico e mudas de frutíferas para a região, Delbard também influenciou profissionais envolvidos no projeto com sua concepção de natureza e de modernização da agricultura, dando legitimidade ao processo de transformação ambiental que a fruticultura de clima temperado ocasionou. Para este artigo, utilizei de documentos técnicos que representam aspectos da fruticultura na região, bem como analisei a autobiografia de Delbard como texto ambiental.

**Palavras-chaves:** Georges Delbard; fruticultura de clima temperado; Brasil; transformação da paisagem; história rural.

**Abstract:** This article presents the trajectory of the French nurseryman Georges Delbard, who worked directly in the construction of the state of Santa Catarina as a privileged space for temperate climate fruit orchards since the 1960s. By providing technical knowledge and seedlings of fruit trees, Delbard also influenced professionals involved in the project with its conception of nature and with a specific idea agriculture modernization, giving legitimacy to the environmental change process in the region. I used technical documents that represent aspects of fruit growing in the region, as well as Delbard's autobiography as an environmental text.

**Keywords:** Georges Delbard; temperate climate fruticulture; Brazil; landscape change; rural history.

Embora investigações de econômicas, institucionais ou agrícolas posicionem a fruticultura comercial e moderna de clima temperado no sul do Brasil - em especial, a produção de maçãs - como o resultado do empreendedorismo de imigrantes europeus (percorrendo o caminho de uma história tradicional das atividades econômicas na região) (BITTENCOURT, 2008), a história ambiental tem demonstrado que o surgimento e a consolidação da pomicultura foram, ao mesmo

---

<sup>†</sup> Doutor em História pela UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, na Unicentro. Coordenador do Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG). Bolsista Produtividade em Pesquisa - CNPq. E-mail: [klanov@gmail.com](mailto:klanov@gmail.com)

tempo, o motivador e o resultado de uma visão de agricultura moderna, marcada pela racionalização da agrobiodiversidade, de um lado, e por incertezas ambientais, controvérsias técnico-científicas e uso de tecnologia de força bruta, de outro (KLANOVICZ e NODARI, 2005; KLANOVICZ, 2007).

Eventos como tentativas frustradas de produção, consequências imprevistas da devastação de extratos da Mata Atlântica com vistas à implantação de novos pomares, a luta contínua pelo controle da atmosfera contra chuvas de granizo por meio de inúmeras tecnologias, as estratégias para minimizar efeitos de geadas fora de época, o incremento do uso de agrotóxicos versus as limitações legais para seu uso; tudo isso corrobora para o entendimento de que projetos de agricultura em larga escala como os de produção de maçãs no sul do Brasil desde os anos 1960 precisam ser pensados sob a ótica das ambiguidades que estruturam o conhecimento agrícola moderno e sua prática, via processos modernizadores da agricultura.

No caso do município de Fraiburgo, em Santa Catarina, que foi o pioneiro e, por muito tempo, o maior produtor de maçãs na história recente do Brasil, essa modernização ambígua foi marcadamente caracterizada pela radical transformação da paisagem, pela guinada econômica de uma economia extrativista para uma economia agrícola, pela atração de mão de obra especializada na fruticultura e por consequências ambientais que ainda não foram interpretadas em sua totalidade e de maneira coesa.

Não é à toa que, em 1973, o então prefeito Willy Frey, empresário do ramo de reflorestamento e de fruticultura, ao descrever a cidade, não pensou duas vezes em dizer que Fraiburgo era um “verdadeiro laboratório a céu aberto para a fruticultura moderna” (FREY 1973).

A descrição feita por Willy Frey não era exagerada. Saltando de nenhum hectare de plantação comercial e moderna de frutíferas de clima temperado em 1961, as imediações do núcleo urbano dariam lugar a um pomar experimental no ano seguinte e a cidade viria a ser praticamente cercada por pomares no final da década de 1990. Em pouco mais de 40 anos, a escalada de pomares partir de 0 hectare a mais de 7 mil hectares e, na última década, com o envelhecimento dos pomares e sua não substituição, presencia-se a redução dos pomares, a fusão de empresas e a opção por outras atividades agrícolas, tais como o cultivo de soja ou de milho (KLANOVICZ, 2016).

Esse “efeito sanfona” das atividades agrícolas na região também não está distante do cenário da própria modernização agrícola que levou Fraiburgo a ser referência no cultivo de macieiras e está

ligado ao mundo de controvérsias e de ambiguidades das escolhas que foram tomadas no âmbito da própria expansão da fruticultura.

Em meio ao que fazer, como fazer e onde fazer pomares de macieira no meio oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1960 e 1980, as principais decisões estiveram ligadas à presença de um personagem importantíssimo para a promoção da pomicultura no país: o viveirista francês Georges Delbard. Delbard aproximou-se de Fraiburgo a partir do contato comercial e técnico com a Sociedade Agrícola Fraiburgo SA (Safrá SA), da qual passou a fazer parte no final dos anos 1960.

Neste artigo busco discutir a trajetória do viveirista Georges Delbard e seu papel na construção de uma visão específica da fruticultura de clima temperado no sul do Brasil. Sendo um dos responsáveis pela introdução da maçã da variedade *Gala* no Brasil, Delbard difundiu impressões peculiares sobre plantações industriais em Fraiburgo (SC), identificando alguns dos dilemas que a fruticultura veio a apresentar ao longo de sua história. Entre eles, não deixou de questionar, quando da sua presença na Safrá SA estão: I) a dimensão adequada de pomares frente aos custos ambientais de sua instalação, e II) a devastação florestal para dar lugar a pomares.

Busquei a trajetória de Delbard a partir do cotejo de documentos oriundos da experiência de fruticultura local de Fraiburgo (SC) com sua autobiografia (*Jardinier du Monde*, lançada em 1986). Compreendo esses documentos como produções de um contexto no qual a agricultura passou a ter uma dimensão global, marcada pelos discursos de incremento da produção, da área plantada e da produtividade de alimentos como elemento fundamental para resolver a fome em todo o mundo - discurso esse entrelaçado com a capitalização e cientificação das atividades agropecuárias, e que foi estruturado no segundo pós-guerra (UPHOFF, 2007, p.13). Ademais, entendo a autobiografia de Delbard como uma produção peculiar na qual a autorrepresentação da vida de um viveirista está intimamente ligada à emergência de uma nova agricultura moderna pós guerra que dialoga não apenas com os desafios da industrialização agropecuária que buscava assemelhar suas atividades às das empresas manufatureiras típicas da revolução industrial, mas trazia consigo a perspectiva amplamente alicerçada em formulações científicas.

Por esse motivo, trato a autobiografia de Delbard como um texto ambiental multifacetado, repleto de imaginação ambiental, com uma dimensão ética específica, marcada pela interrelação humanos-mundo natural explicitada por meio da ideia de ambiente como um processo e não como

uma constante - uma dimensão bastante interessante do que Lawrence Buell (1995, p.7-8) considera ser um texto ambiental.

A autobiografia de Delbard é, também, um texto histórico, marcado pela representação histórica de si envolta na dinâmica, nas estruturas e no desenrolar de eventos maiores, como a internacionalização de projetos agrícolas franceses no pós-guerra, a emergência de instituições de pesquisa agrícola, os intercâmbios científicos e a dimensão sociopolítica global da agricultura moderna.

A escrita deste artigo leva em consideração a virada biográfica que atingiu os estudos históricos a partir dos anos 2000, especialmente em razão do espírito individualizante que aproveitou a crise das grandes narrativas para dar atenção renovada à relação entre indivíduos, cultura e sociedade na comunidade global (KING, 2001).

### **A modernização da agricultura em Santa Catarina**

Visualizar o processo modernizador da agricultura em Santa Catarina significa situá-lo no contexto maior das atividades que promoveram esses enunciados modernizantes em todo o país, especificamente aqueles que tiveram relevância para o mundo rural. Significa, por outro lado, prestar atenção em diversos agentes, desde governos até entidades locais e internacionais.

A modernização da agricultura brasileira ocupa espaço proeminente na historiografia nacional a partir de uma visão sociopolítica e social desde a década de 1980, discutindo ora o processo de marginalização e alijamento de setores sociais da modernização (a modernização conservadora e a modernização excludente), ora se preocupando com os aspectos institucionais dela.

Mauro Márcio de Oliveira identifica o oferecimento de assistência técnica e de extensão rural como os principais suportes das políticas modernizadoras (OLIVEIRA, 1999). Prestando atenção ao duplo foco das abordagens sobre o fenômeno, quais sejam, a perspectiva que busca nos personagens, iniciativas e ações os elementos da construção do serviço de extensão rural e a outra que enquadra a modernização por meio da vertente política prevalente (liberal com foco no mercado ou estatal e intervencionista), o autor não deixa de destacar o papel pedagógico e institucional da autarquização da modernização, especialmente descrevendo o papel da influência estadunidense por meio da American International Association for Economic and Social Development (AIA).

No cenário do segundo pós-guerra, no qual a grande preocupação dos EUA ainda era com uma possível reemergência do fascismo e no qual a postura isolacionista no que diz respeito às relações entre aquele país e a América Latina cedia espaço para o expansionismo cultural para todo o território, a noção de que cabia aos países do continente *melhorarem* sua produção, escaparem da miséria, da fome, da doença e da ignorância, e que isso só seria possível por meio da filantropia e da cooperação técnica oportunamente fornecida pelos estadunidenses seduziu a parte significativa das elites políticas e empresariais, especialmente do Brasil (SILVA, 2016).

Nelson Rockefeller foi, nesse sentido, personagem fundamental para alastrar a modernização agrícola no Brasil a partir de iniciativas que tiveram lugar em vários estados brasileiros. É importante salientar que o estreitamento das relações entre EUA e Brasil no pós guerra passaram pelos projetos de agricultura e de pecuária (SILVA, 2016, p.54).

Extensão rural e assistência técnica como símbolos e instrumentos da mudança surgiam como objetos de desejo. A AIA, nesse sentido, surgia oficialmente no Brasil em julho de 1946, estabelecendo um escritório no estado de São Paulo, chefiado por Robert Hudgens (SILVA, 2016, p.107), já envolvida em ações de combate ao surto de cólera suína que atingiu no início daquele ano os estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais.

A AIA passou a se articular suas ações junto a governos estaduais, municipais e a órgãos federais, criando um programa matriz com nove projetos (SILVA, 2016, p.90). A regionalização da extensão rural e da assistência técnica aconteceu, contudo, oficialmente, em 1 de agosto de 1948, quando a AIA assinou contrato de cooperação com o município paulista de Santa Rita do Passa Quatro. O modelo de contrato veio a ser expandido, meses depois, para São José do Rio Pardo. Essas experiências serviram para consolidar a perspectiva de extensão rural que norteou o alastramento das autarquias modernizadoras no Brasil a partir da década de 1950, marcada pela experimentação e pesquisa de conhecimentos técnicos com vistas ao incremento racional e econômico da produção agropecuária (SILVA, 2016, p.114).

Para o historiador Claiton Márcio da Silva, o extensionismo colocado em ação pode ser entendido como uma das vertentes possíveis de análises de projetos civilizadores, uma vez que procurou difundir a ideia de que a relação entre a ciência e a tecnologia se tornaria a base das mudanças culturais (SILVA, 117) e não é possível pensar a modernização agrícola fora desse contexto.

Silva (2016, p.122), depois de analisar em detalhe o processo de expansão das atividades da AIA no Brasil até o momento da criação dos escritórios técnicos, observa que a modernização não significaria simplesmente aplicar as técnicas agrícolas desenvolvidas nos EUA, mas aplicar técnicas mais adaptadas ao ambiente local. Fossem elas, por vezes, consideradas ‘modernas’ ou não, o resultado alcançado, a eficiência e a racionalidade aplicada eram os elementos mais importantes no processo (2016, p.122). Assim, a AIA não estava interessada em apenas estabelecer contratos de cooperação, oferecendo técnicos e transmitindo tecnologias, mas também criando outras iniciativas, como os clubes agrícolas para o trabalho com a juventude rural.

Efetivamente, a disseminação da estrutura modernizadora teve início nos anos 1950, após a vitoriosa iniciativa da AIA e da ACAR, com a instalação do escritório técnico encarregado que instalar nos Estados os serviços de extensão rural.

Em Santa Catarina o Escritório Técnico de Agricultura (ETA-Projeto 17) surgiu em 1956. Para dar continuidade ao seu trabalho, a Associação de Crédito Rural e Assistência Técnica de Santa Catarina (ACARESC) foi estabelecida em 29 de junho daquele ano.

Entre 1957 e 1964, a ACARESC abriu 47 escritórios municipais, chegando a ter, em 1976, 137 unidades, "acompanhando a própria complexidade e burocratização do estado" (LOHN, 1997). Simultaneamente, no mesmo período, o governo estadual passou a direcionar os investimentos dos pequenos para os grandes produtores, que podiam, por sua vez, influenciar no desenvolvimento de pesquisas agrícolas. Em 1975, como resultado desse processo, um braço da ACARESC foi desmembrado dando origem à Empresa Catarinense de Pesquisa Agrícola (EMPASC).

Essa agricultura a ser modernizada verticalmente pela ACARESC, que expande e se pulveriza para o interior do estado está inserida num processo iniciado no imediato pós-guerra em todo o território nacional, com suas peculiaridades regionais, mas que tratava de emular ou adaptar padrões de consumo inspirados no *American Way of Life*.

João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais dão ênfase a esse cenário do segundo pós-guerra, marcado pelos avanços produtivos seguidos de mudanças no sistema de comercialização de produtos, expansão e crescimento demográfico de várias cidades e convivência cada vez maior entre pequenas empresas como armazéns, quitandas, feiras, mercearias e açougues com a figura dos supermercados. O supermercado passaria a representar e impulsionar a transformação dos hábitos em geral e dos hábitos de higiene, limpeza e consumo de alimentos, em

particular. Tamás Szmrecsányi (1990, p.75) observa que, nesse momento, a maior integração entre os setores industrial e agrícola também impulsionou a crescente especialização do setor agropecuário.

Enquanto apresento esta visão macro dos processos de modernização da agricultura no segundo pós-guerra em relação ao crescimento de uma vida urbana no Brasil, não é forçoso lembrar que as intervenções modernizadoras, especialmente em Santa Catarina, desenharam-se especialmente sobre áreas que poderíamos denominar de fronteiras agrícolas.

O meio oeste do estado é, entre os anos 1950 e 1960, uma verdadeira fronteira agrícola, com extensas regiões de campos, alguns nativos e outros resultantes da exploração de madeira da Floresta Ombrófila Mista (FOM), caracteristicamente coberta por Araucárias (*Araucaria angustifolia*), Imbuia (*Ocotea porosa*) e Canela (*Ocotea pulchella*). A transformação ambiental da região de Fraiburgo/SC já ocasionada por madeireiras que exploravam o território desde o início do século XX passou a impulsionar alguns empresários da madeira a buscarem alternativas econômicas para a manutenção de seus lucros num futuro possível de escassez de florestas. Frente ao cenário de oferta de madeira dos anos 1930, por exemplo, nos anos 1950, a região de Butiá Verde, que veio a dar origem ao município de Fraiburgo em 1961, não apresentava mais muita floresta a ser extraída.

Aproveitando o cenário de especialização econômica, os irmãos René e Arnaldo Frey, que eram proprietários da maior serraria da região nos anos 1950, e com base em conhecimento tácito, passaram a investir em outros ramos econômicos, encontrando na fruticultura, especialmente no cultivo de ameixas e uvas. Para produzir vinho, instalaram uma pequena cantina. Faltava, contudo, conhecimento técnico para realizar adequadamente a empresa (BRANDT, 2005; BURKE, 1994).

É nesse contexto que a atividade de fruticultura passou a constantemente alterar paisagens, inserindo Fraiburgo/SC numa lógica de movimento, de fluxos próprios resultantes da modernização, tais como migração de mão de obra especializada, perturbações ambientais, modificação de relevo, implantação de novas técnicas agrícolas, emergência de símbolos modernos para um município que deixava de depender da madeira para depender da agricultura de grande porte.

### ***Amis valent mieux qu'argent!* Georges Delbard e a Safra AS**

A aproximação e o envolvimento de Georges Delbard com a produção de maçãs no Brasil deu-se em função da Safra SA e pela intensificação dos negócios e dos intercâmbios técnicos entre a sociedade e a Pepinières Delbard, da França. Nesse sentido, podemos dizer que parte da consolidação da fruticultura de clima temperado como atividade comercial e técnica no Brasil está diretamente ligada à intensa cadeia de trocas científicas, práticas de plantio, conhecimento técnico e capacidade de investimento que acabaram aproximando França, Brasil e Argélia das autarquias modernizadoras que estavam, simultaneamente, sendo expandidas em território catarinense.

Esse é um processo de idas e vindas, que inicia com os anos 1960 e continua até os anos 1980, não sem tensões, discussões sobre os projetos a serem implantados, desafios técnicos com relação a variedades a serem cultivadas, jogos de interesses públicos e privados e, mais ainda, desafios técnicos a serem transpostos quando o assunto é meio ambiente.

Em 1º de setembro de 1965, o viveirista francês Georges Delbard e o empresário franco-argelino Gabriel Evrard encontraram-se na comuna de Malicorne, durante a Réunion Pomologique, organizada regularmente por Delbard desde 1958. O evento, de caráter técnico e empresarial, tinha grande repercussão no mundo da agricultura francesa da época, divulgando as últimas novidades do ramo e sempre contava com a participação de especialistas, entusiastas, políticos e clientes de muitos países, desde os África do norte até a União Soviética, China e Japão. As “reuniões pomológicas” tinham grande repercussão na imprensa francesa, numa época de efervescência de projetos técnicos de fruticultura e de movimentos de modernização da agricultura em várias regiões.

A família Evrard já tinha vinhedos na Argélia e investia no ramo de hotelaria na Europa. O objetivo do encontro com Delbard era, contudo, outro: a família Evrard, juntamente com o empresário francês Albert Mahler e com os irmãos Frey, estabeleceram oficialmente a Sociedade Agrícola Fraiburgo SA (Safra SA) e a Sociedade Vinícola Fraiburgo SA em 27 de março de 1962. O objetivo de ambas as sociedades era produzir frutas de clima temperado e comercializar uvas e derivados. Nesta sociedade, os irmãos Frey entrariam com 1.000 hectares de terra, onde já se encontravam os parreirais, o pomar de ameixas e a cantina onde o vinho era produzido, enquanto o grupo franco-argelino entraria com o capital necessário para expandir a produção de uva e modernizar a cantina, ficando cada sócio com 33% do capital (BRANDT, 2004, p.53).

O surgimento da Safra SA foi favorecido pela capacidade de investimento a longo prazo, pela grande extensão de terras a ser utilizada para a produção (1.200ha), pela facilidade de obter financiamentos para maquinário e pelo custo relativamente baixo da terra e de mão de obra no interior de Santa Catarina.

Henri Evrard conheceu, enfim, a região de Fraiburgo e encontrou ali alguns agricultores que produziam maçãs rústicas. De acordo com ele, "visitando os colonos, cada um tinha um pé de maçã de 30 a 40 anos, bem velho, produzindo uma maçã comum. Mas a folha estava boa, o pé desenvolvendo... os colonos têm maçã, por que a gente não poderia plantar maçã?" (EVRARD, 2003).

A ideia era tentadora, ainda mais que o ritmo das importações não era acompanhado pelo aumento da produção nacional à época, já que a importação de maçãs pelo Brasil, em toneladas, era de 36.424 em 1960, 43.232 em 1961, 50.153 em 1963, enquanto a produção nacional estava estagnada na casa das 10.000 toneladas/ano no mesmo período (SEZERINO, 1982, p.85).

Para a condução das experiências com mudas das mais diversas fruteiras de clima temperado no pomar da Safra SA, foi contratado o agrônomo Roger Marie Gilbert de Castelle Biau, vindo da Argélia, onde já havia trabalhado por 10 anos na propriedade da família Evrard (BIAU, 2003).

Entre 1962 e 1963, foram importadas 100 mil mudas, que desembarcaram no Rio de Janeiro/RJ e foram levadas para Fraiburgo/SC. De acordo com Biau, "as primeiras mudas chegaram em julho e nós fomos plantar em novembro. Já tinham brotado. Foram plantados 2ha com mudas já brotadas" (BIAU, 2003). As mudas que chegaram no Brasil vinham da empresa de Georges Delbard, a Pepinières Delbard, em Malicorne.

Nos próximos 10 anos, a sociedade iria realizar diversas pesquisas de adaptação de cultivares, levando em conta as condições climáticas locais para a produção de frutíferas de clima temperado e Roger Biau, assim como Georges Delbard pontuaram que a planta mais adequada para cultivo comercial na região seria a macieira. Nesse sentido, em 1976, a empresa Agrícola Fraiburgo, de propriedade do grupo franco-argelino e resultante da dissolução da Safra SA daria início à plantação sistemática de três variedades de macieiras: as maçãs vermelhas *Gala* e *Fuji*, e a maçã amarela *Golden*.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Marlon Brandt (2005) sintetizou a formação da Agrícola Fraiburgo e a opção dos empresários locais pelo cultivo comercial de macieiras, mesmo que as condições climáticas de Fraiburgo não necessariamente pudessem corresponder às necessidades edafoclimáticas para um cultivo de qualidade em toda a região, especialmente devido à carência das mínimas 900 horas de frio igual ou inferior a 7°C durante o inverno, condição fundamental para as variedades existentes à época. Outro elemento que o autor explora, assim como Jo Klanovicz e Eunice Nodari (2005), foi a íntima ligação entre os empresários catarinenses do setor agroindustrial e órgãos estatais, entre as décadas de 1950 e 1960, como já havia sido pontuado por autores como Barbara Giese (1991) e Eros Mussoi (2003). Na segunda metade da década de 1960, o cargo de Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina foi ocupado por Luiz Gabriel, que era ligado ao grupo agroindustrial Perdigão, e que tinha, por conseguinte, ligações com a família Frey e o grupo Safra SA.

Marlon Brandt afirma que:

a ligação da Safra com Luiz Gabriel seria fundamental para a implementação de alguns programas visando o desenvolvimento da fruticultura de clima temperado no Estado, culminando com o Programa de Fruticultura de Clima Temperado, o Profit, criado através da Lei nº 4.263, aprovada em 1968, porém executado apenas em 1970 (SANTA CATARINA, 1970) (BRANDT, 2004, p.111).

Marlon Brand constatou que “a implementação do Profit foi extremamente benéfica ao grupo Safra, uma vez que para desenvolver a fruticultura em Santa Catarina seria necessária a produção de mudas de fruteiras de clima temperado” (BRANDT, 2004).

Por meio do Profit, diversos agricultores interessados em produzir frutíferas de clima temperado no meio oeste ou em outras regiões do estado de Santa Catarina teriam acesso a mudas, assistência técnica e extensão rural diretamente ligadas à conversão de propriedades rurais à fruticultura. Nesse sentido, observando-se alterações estatutárias da Safra SA bem como deliberações da ACARESC e da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, é possível perceber que, entre 1968 e 1970, quando o Profit foi efetivado, Fraiburgo passou a fornecer a totalidade das mudas demandadas pelo programa (KLANOVICZ, 2007; BRANDT, 2004).



**Figura 1:** Pomar experimental da Safra SA, criado por Roger Marie Gilbert Biau, em Fraiburgo (SC), 1963.

### **Um pouco sobre Georges Delbard**

Georges Delbard nasceu em 20 de maio de 1906, na comuna de Malicorne, uma pequena comunidade. A região de Malicorne, desde o século XVIII, era marcada pela atividade da mineração, sem uma tradição agrícola qualquer e espaço de lutas operárias desde o final do século XIX.

Na autobiografia que Delbard escreveu, a importância da jardinagem e da horticultura, como um todo, apareceram aos sete anos de idade, quando passou a frequentar a “grande école”, tendo como professor o Monsieur Victor Murat. Murat é homenageado por várias páginas na autobiografia, tanto por sua importância como professor primário de Delbard como também por incutir em seus estudantes a preocupação com a profissão a seguir quando adultos. Delbard já tinha respondido para Murat que seu sonho era ser jardineiro.

Preocupado com as alternativas econômicas para uma região mineira decadente no início do século XX, Murat converteu parte dos fundos da escola num verdadeiro campo pedagógico-experimental, voltado ao incremento da produção de trigo.

Não há como não vincular a decisão profissional de Delbard à influência do professor Murat. As atividades de jardinagem tiveram continuidade com a experiência proporcionada pelo envolvimento com o jardim do Presbitério de Malicorne, cuidado excepcionalmente pelo abade Beaulaton (DELBARD, 1986, p.86).

Ao longo da década de 1910 e 1920, Georges Delbard pode conciliar o caminho de sua formação escolar e o ingresso na produção e comércio de flores, primeiramente, do crisântemo, que, entre 1927 e 1929 já renderia a ele o comércio local de Malicorne e regional de Comentry, bem como alguns prêmios de qualidade.

Buscando melhorar de vida, Delbard dirige-se a Paris e a Versailles, com uma carta de recomendação em mãos, para uma vaga de trabalho junto aos estabelecimentos de horticultura de Georges Truffaut. Lá, trava contato com o diretor comercial da empresa, Monsieur Barbier, que trata da contratação de Delbard como possível secretário da diretoria de horticultura, com um salário de mil francos mensais. Em 25 de setembro de 1929, Delbard desliga-se do trabalho de forja, em Comentry, e ruma para Versailles-Le Chesnay. Em 28 de setembro, Delbard atendeu no departamento comercial o embaixador do Peru na França e alguns de seus ministros, que procuravam comprar pereiras, e então ele percebe que os estabelecimentos Truffaut não tinham frutíferas para fornecer, mas o estabelecimento ao lado, da firma Moser (da mesma família) podia suprir a delegação.

Delbard ganhou aumento salarial imediato por conta de ter conseguido fechar negócio com a delegação do Peru. Sucessos à parte, depois de 6 anos de trabalho com Georges Truffaut, “que tinha poucos amigos entre os colegas”, por seu temperamento direto, Delbard foi demitido em junho de 1935.

Ao deixar os estabelecimentos Truffaut, Delbard tinha adquirido conhecimento técnico, comercial e de gestão, tendo participado da exposição colonial de Vincennes, além de ter conhecido muitas personalidades, aproximando-se, cada vez mais, da *École Supérieure d’Horticulture*.

A partir da demissão por Georges Truffaut, Delbard criou seu próprio negócio, trabalhando para converter a propriedade da família num imenso viveiro de mudas em Malicorne, e conseguiu sucesso nacional quando lançou o primeiro catálogo colorido de venda de plantas na França.

Não interessa, nesse momento, narrar em detalhe a emergência da *Pepinières Delbard* (estabelecida entre 1946 e 1948) a partir da iniciativa de Delbard, mas considerá-la como uma empresa que passou a desempenhar papel significativo na difusão de novas variedades frutíferas e hortícolas em geral, bem como uma lógica mais dinâmica na comercialização de cultivares de flores, de leguminosas e de frutíferas, especialmente a partir do lançamento do catálogo *Les Beaux Fruits de France* (1946).

Dos anos 1940 aos anos 1960, Delbard estabelece sua empresa a partir da criação de um pomar experimental, bem como começa a lançar inúmeras variedades melhoradas de frutas e flores sob a marca Delbard, além de organizar reuniões científicas cada vez mais reconhecidas nacional e internacionalmente. O sonho de ampliar a produção e comercialização de fruteiras e flores a uma escala internacional foi realizado, especialmente entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, quando a economia francesa começou a dar sinais de reação positiva.

### **A paisagem moderna para a fruticultura de Fraiburgo, na visão de Delbard**

Em 1967, dois ano depois do convite de Evrard, Delbard desembarca no Rio de Janeiro, onde tem diversas reuniões de negócios, viaja para São Paulo e, de lá, rumo a Fraiburgo, sem descuidar da descrição da paisagem que ia observando no trajeto.

Delbard narrou com detalhes o que mais lhe impressionou ao longo do trajeto: a biodiversidade e, especialmente, o desmatamento do interior do país: “a aceleração do desmatamento das terras brasileiras é o ponto de partida de uma situação trágica. A recuperação das nova superfícies, é feita por meio do cultivo do milho nessa área” (DELBARD, 1986, p.573).

E continua:

Graças ao húmus, acumulado por milênios, o solo é luxuriante no primeiro ano depois do desmatamento. Rapidamente ele perde a qualidade com a dispersão do húmus, especialmente para as baixadas ou banhados. A erosão catastrófica que varre os solos pela lateralização é pior ainda. Nesses campos inférteis não nasce quase nada. Isso resulta num verdadeiro desastre agrário (DELBARD, 1986, p.573).

Ao chegar em Fraiburgo:

A cidade está situada a uma altitude de 1100m, e é conhecida pela cultura da uva e pelas árvores frutíferas de países temperados, em razão do período relativamente frio. A inspeção das árvores existentes (macieiras e pereiras) convencem-me que o seu comportamento a esta altitude poderá ser semelhante ao que acontece com as frutíferas das planícies costeiras da Argélia. A altitude corrigiria, assim, os efeitos da latitude. Podemos aplicar aqui os métodos de produção da África do norte. Os princípios são: seleção das variedades, seleção de porta enxertos, trabalho de solo apropriado e tratamento para favorecer a dormência, além do cuidado com a irrigação, etc. (DELBARD, 1986, p.577).

Amigo de M. F. Hirigoyen, prefeito de Biarritz de 1929 a 1941 e, à época da viagem que Delbard fez ao Brasil, presidente da Associação Éuramérique du Sud, que colocou o viveirista em contato com a esposa do Ministro do Comércio Exterior da França, Charles de Chambrun.

Interessados em expandir as negociações da França com o Brasil, de Chambrun contactou o Ministro de Planejamento e Cooperação do Brasil, Roberto de Oliveira Campos, intermediado pelo embaixador brasileiro em Paris, Bilac Pinto.

A primeira reunião que Delbard teve no Rio de Janeiro foi com os ministros Roberto Campos e Vilar de Queiroz (Comércio Exterior), acompanhado do prefeito de Fraiburgo, René Frey, e do empresário Henri Evrard. O tom da reunião foi “amável, porém cético e até zombeteiro”, afirmava Delbard, especialmente porque as autoridades brasileiras não acreditavam ser possível cultivar maçãs de qualidade comercial e em escala no Brasil, de acordo com os estudos preliminares que tinham em mãos.

De acordo com o viveirista, Roberto Campos argumentava que os dados folclóricos sobre o frio e a produção de maçãs não servia como base para afirmar a viabilidade séria, rentável e importante de possíveis pomares. Por outro lado, Delbard argumentava que estudos já realizados e sua própria experiência como viveirista eram a base para a obtenção de resultados tangíveis e palpáveis em Fraiburgo.

Delbard pediu dois ou três anos de hiato para provar que sua ideia de produzir comercialmente maçãs de boa qualidade em Fraiburgo estava correta. A isso, Roberto Campos respondeu, desejando boa sorte na tentativa, e que se isso acontecesse, “colocaria uma estátua de Delbard numa praça do Rio de Janeiro” (DELBARD, 1986, p.579).

O governo brasileiro solicitou um estudo, que foi apresentado por Delbard em 1 de março de 1967, intitulado *Production Industrielle Brésilienne de Fruit de Climat Tempéré*. Os trabalhos intensificaram-se, com remessas cada vez maiores de mudas da Pepinières Delbard à Safra SA, e, em 1968, Delbard e Biau lançavam o *Guide de l'arboriculteur brésilien pour la conduite des vergers industriels*.

Delbard fazia o primeiro “discípulo”, como descreveu René Frey. Para estabelecer os pomares em Fraiburgo (SC), a Safra SA passou a aproveitar incentivos fiscais, bem como o conhecimento e os instrumentos técnicos fornecidos por Georges Delbard, tais como o uso de um arado balança, capaz de trazer à superfície o solo da profundidade de 70cm a 80cm.

Delbard salienta o dinamismo de Frey na sua sanha de transformar campos e espaços que antes eram florestas em pomares intensivos de macieira, os primeiros do Brasil nesse estilo de

produção: “em 1969, ele será o primeiro a por em prática minhas teorias sobre a produção de maçã no Brasil” (DELBARD, 1986, p.583).

Em Fraiburgo (SC), Georges Delbard encontra um cenário que foi qualificado posteriormente pelo agrônomo e extensionista da ACARESC, Jorge Bleicher (2002) como um mundo repleto de pessoas “progressistas” (BLEICHER, 2002). Bleicher referia-se aos irmãos René e Arnaldo Frey, Willy Frey e ao padre italiano, pároco da cidade e diretor da Escola Sedes Sapientiae. René e Arnaldo Frey eram os proprietários de terras que foram destinadas à Safra SA; Willy Frey era filho de René Frey e acabou retornando a Fraiburgo (SC) para criar um novo empreendimento, a Reflorestamento Fraiburgo Ltda (Reflor), que será a empresa responsável por dar início aos pomares de grandes dimensões aproveitando incentivos fiscais de reflorestamento. Por fim, o padre Biágio Simonetti era o pároco da cidade e diretor-fundador da Escola Sedes Sapientiae, que, em 1973, estruturará um Curso Técnico de Segundo Grau em Agropecuária, especialmente voltado à fruticultura de clima temperado. Todos esses indivíduos estavam envolvidos com a modernização da agricultura em Fraiburgo (SC) cada um a seu modo, com acordos e desacordos, e com personalidades extremamente fortes (BLEICHER, 2002).

Depois de desavenças no que diz respeito à orientação e à concepção das plantações de macieiras que acontecem em Fraiburgo, Delbard deixa de ser sócio da Safra SA, (que está sendo dissolvida entre 1975 e 1976, e se distancia do Brasil em termos de fornecimento de conhecimento técnico. Até aquele momento, ele tinha-se aproximado cada vez mais do projeto em Fraiburgo, chegando a visitar as plantações duas vezes ao ano.

A dissolução da Safra SA com a saída de Georges Delbard ainda não é apenas o reflexo de visões diferentes sobre o investimento da fruticultura de clima temperado no Brasil. Por muitas vezes, Delbard admirava a perspectiva de entusiasmo e a energia dos investimentos no país. Sua saída deu-se por divergências na condução dos projetos e pomares, na dimensão dos mesmos, no trato técnico, como ele mesmo afirmou.

A insistência do viveirista em reafirmar em diversos momentos de sua autobiografia que a saída da Safra SA deu-se por razões técnicas direciona o olhar para as divergências em termos do que os técnicos entendem por “modernização da agricultura”, “plantações industriais” e “fruticultura de clima temperado comercial e moderna” na região e posiciona Delbard em relação ao saber técnico e às escolhas técnicas e de ciência que foram sendo desenhadas na época.

Uma das principais questões que emergem quando se pensa na ciência agrícola é para quem e para que seu desenho conceitual e prático servem, e quais as mudanças que são operadas nessa comunidade de conhecimento.

No caso de Georges Delbard e como fruto direto das reuniões técnico-científicas e comerciais que passara a promover na Pepinières Delbard desde os anos 1950, a ciência agrícola era, de fato, aquela que pudesse promover as plantações industriais, os megaprojetos agrícolas, preferencialmente vinculadas ou ao fornecimento de mudas ou ao fornecimento de conhecimento técnico advindo da França.

O viveirista, a partir da instalação de seu pomar experimental e com o fim da Segunda Guerra Mundial, faz uma visita a produtores de frutas dos Estados Unidos da América, em 1949, por conta das relações comerciais e técnicas que foram tecidas entre ambos os países por ocasião da implementação do Plano Marshall um ano antes. Lá, tem oportunidade de conhecer algumas variedades frutíferas como a maçã *Golden* e a maçã *Red Delicious*, que foram melhoradas nas dependências da empresa de Stark.

Delbard intercala o biológico e político no que diz respeito à ideia de melhoramento vegetal, ainda nos anos 1950. Ao falar sobre hibridação e seus efeitos na melhoria da qualidade dos frutos, e quais seriam os benefícios do desenvolvimento de variedades a partir dessa técnica no pós-guerra na França, com vistas a uma melhor alimentação em geral, não deixa de se remeter ao processo como um benefício da “civilização” das plantas mais “selvagens” (DELBARD, 1986, p.395).

Delbard afirma que “é sempre possível crer num mundo com variedades frutíferas melhores” (1986, P.402) e, nesse sentido, passa a organizar as réunions pomologiques, em Malicorne, desde o final da década de 1950.

Nesse sentido, um período importante para Delbard e intimamente ligado ao estabelecimento dos projetos de fruticultura de clima temperado teve início em 1958 e se estendeu até o final da década de 1960. É um período de intensa aproximação de Delbard tanto com a hibridação como também à discussão em torno da genética vegetal em linhas gerais, por meio de uma parceria que começou a ser reforçada com o Institute Nationale de la Recherche Agronomique (INRA).

Delbard instituiu esse período como o do “Bien faire et le faire savoir”. Em 1958, em 1 de julho, organizou um colóquio para discussão dos problemas e possibilidades da produção de

pequenas frutas, com atenção especial para a framboesa. O evento contou com mesas de discussão sobre técnica e preparação de solos, modelos de plantio, modos de condução e de otimização de rendimento da planta, observações relativas à vegetação, observações relativas à floração, observações sobre a frutificação, além da apresentação de conclusões relativas às melhores variedades de acordo com estudo de cinco anos de duração (DELBARD, 1986, p.405).

No mesmo ano, em 13 de setembro, aconteceu a inauguração do pomar experimental da empresa. Dois anos depois, em 24 de setembro de 1960, 400 participantes apresentaram-se no lançamento da obra *Bilan de Douze Années d'Experimentation Frutière*. Em 7 de julho de 1962, Malicorne sediu a Journée des arbustes à petits fruits, com a participação de 300 pessoas. Em outubro, Delbard era conferencista do Congrès Pomologique International de Sion, na Suíça, discutindo *Avantages et Inconvénients de Formes Palisées Appliquées aux Arbres Fruitières à Pépins*.



Figura 2: Reprodução de página do jornal *Le Figaro*, repercutino a reunião pomológica organizada por Georges Delbard em 1958. In: DELBARD, Georges. *Jardinier du Monde*. Hachette: Paris, 1986, p.403.

Entre 1965 e 1966, Delbard desenvolve e começa a comercializar mudas de frutíferas livres de vírus por meio de um método de termoterapia. As plantas passavam por uma câmara com temperatura controlada constante de 37,5°C e umidade entre 90% a 100% (DELBARD, 1986).

Nos “anos extraordinários” de Delbard, o viveirista observa que sua intervenção adquiria uma escala internacional, que ele mesmo inseria num cenário característico do século XX, marcado pela “explosão de técnicas em todas as partes”, com progresso significando “produzir mais e melhor” (DELBARD, 1986, p. 457). Além do lançamento de novas variedades, das “terapias” para mudas livres de vírus, Delbard também estabeleceu um laboratório de cultura *in vitro*, e passou a receber inúmeras delegações estrangeiras em sua empresa, cuidadosamente registradas, tais como as da Universidade de Florença (Itália), da Estação Experimental de Cluj (Romênia), do Irã, de Quênia, da União Soviética, da República da Moldávia (URSS), da China, da Bulgária, dos EUA, Argélia, Tunísia. Além de receber delegações, Delbard percorreu e visitou todos os continentes “com a objetividade em questão” e “confrontando técnicas” (DELBARD, 1986, p.519).

Norman Uphoff (2007) descreve a agricultura do segundo pós-guerra como uma agricultura industrial diferente daquela que foi-se estruturando entre o século XIX e início do XX. Para ele, na primeira metade do século XX, as iniciativas ligadas ao que ficou conhecido como agricultura moderna buscaram "industrializar" a agricultura, tornando-a mais e mais semelhante às empresas manufactureiras e aos processos que transformaram as economias ocidentais. Os elementos principais eram: a) a padronização das operações de acordo com o conhecimento científico mais recente; b) a mecanização das operações, tornando a produção em larga escala possível e promovendo a consolidação das unidades produtivas em entidades de larga escala; c) tecnologias de economia do trabalho braçal; d) uso de insumos químicos para aumentar a fertilidade do solo, controlar plantas indesejáveis e proteger as plantações (UPHOFF, 2007, p. 15).

Entre os anos 1950 e 1960, contudo, a agricultura passou a se pautar cada vez mais de acordo com "formulações científicas", tais como: 1) potenciais genéticos, que reforçaram a busca de melhoramento vegetal e animal. Embora isso já fosse importante, agora entravam diretamente no pensamento agrícola; 2) utilização eficiente de insumos, que tornaram os agrotóxicos e fertilizantes mais eficientes; 3) Intensificação do uso de energia, e 4) Intensificação do capital. Essa situação é ampliada porque depois da Segunda Guerra Mundial um objetivo político global da agricultura

emergiu, que era "alimentar o mundo". A extensão das plantações acabou tornando-se o critério de sucesso da produção agrícola: um padrão físico para o sucesso (UPHOFF, 2007, p.16).

### **Considerações finais**

Grande parte das observações que Delbard faz com relação à fruticultura industrial são contemporâneas de movimentos posteriores nas técnicas agrícolas e na forma de se entender as atividades agropecuárias no ocidente no período pós-guerra, principalmente no que tange especialmente ao melhoramento vegetal.

No período de consolidação dos empreendimentos de Delbard, e no que diz respeito à implantação de pomares de macieira em Fraiburgo (SC), a influência dessa perspectiva específica de agricultura moderna deu a tônica para a expansão de pomares. Sua perspectiva de megaplantações aliada ao emprego de tecnologia de ponta e construção de uma dinâmica industrial para projetos acabou sendo determinante para impulsionar uma fruticultura que era, e acordo com ele próprio, “dynamique en diable” no meio oeste de Santa Catarina.

### **Referências:**

BIAU, Roger M. G. *Roger Marie Gilbert Biau: Depoimento*, novembro de 2003, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

BITTENCOURT, Cleiton C.; MATTEI, Lauro F. Panorama da cadeia da maçã no estado de Santa Catarina: algumas evidências no segmento da produção. *Anais do II Encontro de Economia Catarinense*. Chapecó, 2008. Disponível em: <<<http://necat.ufsc.br/files/2011/10/Laurooo-2008.pdf>>> Acesso em: 18 jan. 2017.

BLEICHER, J. *Entrevista concedida a Jó Klanovicz*. Florianópolis, 15 maio 2002.

BRANDT, Marlon. “Frey”burgo: acumulação de capital no setor macieiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960. 2004. 142f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Centro de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. Criação da Sociedade Agrícola Fraiburgo (Safrá) e o início da pomicultura em Fraiburgo/SC, na década de 1960. In: *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis: Depto. Geografia, jun. 2005. n. 1.

BUELL, Lawrence. *The environmental imagination*. Boston: Harvard University Press, 1995.

- BURKE, Thomas J. Fraiburgo: do machado ao computador. Curitiba: Vicentina, 1994.
- CARDOSO DE MELLO, João M.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.) *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DELBARD, Georges. *Jardinier du Monde*. Paris: Hachette, 1986.
- EVARD, Henri. *Depoimento*, novembro 2003, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.
- FREY, Willy. Relatório sobre a REFLOR. SIMONETTI, Biagio. *Processo de criação do curso técnico em agropecuária da Escola de Segundo Grau "Sedes Sapientiae" encaminhado à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina*. Fraiburgo, setembro de 1973.
- GIESE, Bárbara. *A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)*. 1991. 149f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.
- KING, M. *Tread softly: for you tread on my life*. Auckland, Cape Catley, 2001.
- KLANOVICZ, Jo. *A húbria agrônômica em meio aos projetos de agricultura moderna no sul do Brasil*. Anais do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-SC. Chapecó, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Natureza corrigida: uma história ambiental da pomicultura no sul do Brasil*. 2007. 303f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- KLANOVICZ, Jo; NODARI, Eunice S. *Das araucárias às macieiras: a transformação da paisagem em Fraiburgo/SC*. Florianópolis: Insular, 2005.
- LOHN, Reinaldo L. *Campos do atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1954-1975)*. 220p. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.
- MUSSOI, Eros M. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria I. S.; SCHMIDT, Wilson. (orgs) *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003.
- OLIVEIRA, Márcio M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 16, p. 98 (97-134), maio/ago. 1999.
- SCHMIDT, W. *O setor macieiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um complexo agroindustrial*. 1990. 258f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário) Instituto de

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí. Rio de Janeiro, 1990.

SEZERINO, Maria L. *As condições climáticas e o cultivo da maçã em São Joaquim – Santa Catarina*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP Rio Claro, Rio Claro, São Paulo, 1982.

SILVA, Claiton M. da. *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*. Curitiba/Guarapuava: Editora da UFPR/Editora da Unicentro, 2016.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

UPHOFF, Norman. *Agricultural futures: what lies beyond 'modern agriculture'?* Tropical Agriculture Association. Newsletter 27(3)p.13-19, Midlothian: TAA, 2007.

## **UMA LEITURA DA MODERNIZAÇÃO DA SUINOCULTURA: HISTÓRIA, AGROPECUÁRIA E BEM-ESTAR ANIMAL - PARANÁ, BRASIL (1960 – 1980)**

*A Reading of the Swine Production Modernization: History, Farming and Animal Welfare – Paraná, Brazil (1960-1880)*

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho<sup>1</sup>  
Bruno Griebler Provin<sup>2</sup>  
Renan Paganini Valentini<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa as transformações da suinocultura no estado do Paraná, Brasil, nas décadas fundamentais do processo de modernização agropecuária (décadas de 1960 e 1970), tendo em consideração os debates acadêmicos contemporâneos sobre bem-estar animal e direitos dos animais. O artigo aborda os antecedentes, os motivos, a implantação e as características da modernização da suinocultura através do uso de literatura interdisciplinar e de fontes primárias como artigos de jornais, revistas de divulgação do setor, publicações técnicas, uma entrevista e censos agropecuários. As transformações ligadas à modernização da suinocultura são relacionadas ao sofrimento e às alterações na qualidade de vida desses animais, questões geralmente negligenciadas nas análises históricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Suíno. Modernização da suinocultura no Paraná. Bem-estar animal.

**ABSTRACT:** This article analyzes the transformations of the swine production in the state of Paraná, Brazil, in the fundamental decades of agricultural modernization (1960s and 1970s), taking into consideration the contemporary debates about animal welfare and animal rights. The article addresses the background, reasons, implementation and the characteristics of the swine production modernization using interdisciplinary literature and primary sources such as newspaper articles, trade and technical publications, an interview and agricultural censuses. The shifts related to the modernization of swine production are linked to suffering and changes in the quality of life of these animals, issues generally neglected in historical analyses.

**KEYWORDS:** Swine. Modernization of swine production in Paraná. Animal welfare.

***A modernização da agropecuária sob o prisma do bem-estar animal: um tema negligenciado pelos historiadores.***

O tema da relação dos seres humanos com os animais é um tema vasto e de longo alcance histórico. Desde os tempos pré-históricos, os seres humanos tem mostrado interesse pelos animais,

---

<sup>1</sup> Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC . Pós-Doutorado em História pela University of Guelph (Candaá). E-mail: [miguelmxdecarvalho@yahoo.com.br](mailto:miguelmxdecarvalho@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Possui graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

<sup>3</sup> Graduado em Agronomia pela Universidade Federal da Fronteira do Sul - UFFS

seja como fontes de alimento, vestuário e objetos feitos de ossos. Além dos usos práticos, os animais tem despertado sentimentos e inspirado filosofias há milênios, como atestam Pitágoras e Plutarco. A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e o Iluminismo, as mudanças sociais e o desenvolvimento científico colaboraram para a disseminação de percepções favoráveis aos animais em um número crescente de pessoas. Anteriormente a esse período essas percepções estavam restritas a um número bastante limitado, a uma elite de filósofos e naturalistas, como demonstrou Keith Thomas (THOMAS, 2010). No século XIX, o avanço da revolução industrial e a urbanização no continente europeu foram acompanhados da chamada revolução darwiniana, com sua noção perturbadora de que os seres humanos são apenas mais uma espécie de animal entre muitas outras, o que trouxe novas consequências filosóficas para as percepções e os debates em torno da proteção dos animais. O século XIX também foi marcado nesse quesito pela emergência de organizações civis humanitárias e legislações contra a crueldade aos animais em países como Inglaterra, EUA e Canadá (KEAN, 1998; INGRAM, 2013).

No entanto, é em paralelo ao movimento ecológico recente, após a década de 1970, que o interesse pela proteção dos animais se difundiu de maneira muito mais expressiva do que antes, principalmente nos países desenvolvidos. Desde a década de 1970 os movimentos pelo bem-estar animal e direitos dos animais tem crescido vertiginosamente, sobretudo naqueles países (WOODS, 2011; BULLIET, 2005; FRANKLIN e WHITE, 2001). Organizações vegetarianas e de proteção animal contam hoje com milhões de adeptos. Em países em desenvolvimento como o Brasil essa tendência é em geral mais recente e discreta se comparada, por exemplo, com o mundo anglo-americano, embora se mostre um fenômeno social de crescentes proporções e tenha também alguns antecedentes em discussões de cientistas, políticos e intelectuais do final do século XIX e da primeira metade do século XX (HORTA, 2006; DIAS, 2009).

Apesar desse aparente sucesso, o movimento ecológico das últimas décadas e os movimentos pelo bem-estar e direitos dos animais florescem justamente num contexto de crescentes pressões antrópicas sobre o meio natural e de industrialização e confinamento animal, com técnicas de produção intensiva que submetem os mesmos a condições extremamente artificiais e dolorosas de vida. Dessa forma, enquanto emergiam movimentos de defesa dos animais bastante expressivos em todo o mundo a partir dos anos 1980, como a PETA ou o WSPA, os modelos de criação intensiva de animais em granjas industriais tem tido uma difusão verdadeiramente global, onde a

carne (principalmente bovina, suína e avícola) se caracteriza como uma commodity importante na receita de vários países, como é o caso do Brasil. Considerando por esse ângulo, as sensibilidades em prol dos animais parecem um fenômeno tímido se comparados aos processos massivos das mudanças no setor agropecuário nas últimas décadas. No entanto, é preciso também ter em mente que as sensibilidades favoráveis aos animais não se resumem apenas aos grupos vegetarianos e ativistas, mas se trata de um fenômeno social de espectro muito mais amplo, o que fica evidenciado pelo crescente interesse social e econômico pelos pets, ou seja, cães, gatos, pássaros etc.

O historiador Richard Bulliet propôs interpretar a história humana em três fases distintas de relacionamento com os animais: 1) pré-doméstica; 2) doméstica e 3) pós-doméstica (BULLIET, 2005). A era pré-doméstica considera o longo período da formação do animal tipicamente humano até a domesticação de animais não-humanos, há poucos milênios atrás. A era doméstica, muito mais breve, engloba no máximo os últimos 10 mil anos e é caracterizada pela domesticação de várias espécies de animais, que tiveram uma influência considerável na história de várias civilizações, como cavalos, bois, ovelhas, cabras, porcos e galinhas. Durante esse segundo período que dura até recentemente (década de 1970), segundo Bulliet, diversas sociedades viveram em intensa proximidade e contato com os animais domésticos, construindo significados os mais diversos sobre eles, mas de modo geral sempre naturalizando e colocando o domínio do ser humano sobre as demais espécies como algo indiscutível e sancionado pelos deuses. Por fim, recentemente (década de 1970) emerge a era pós-doméstica, primeiramente nos países desenvolvidos, mas cujo modelo cada vez mais se aplica a sociedades urbanizadas e industrializadas como o Brasil. Nessa nova etapa, marcada por um distanciamento cada vez maior dos locais onde vivem os animais destinados ao abate, surge uma tensão entre por um lado um amor e sentimentalismo pelos pets, ou animais de companhia, e uma alienação e sentimentos de vergonha e contestação em relação às práticas de utilização de animais domésticos como comida, como é o caso de porcos, galinhas, bois, cavalos etc (BULLIET, 2005; FITZGERALD, 2010; LÉVI-STRAUSS, 2009; LEE, 2008).

Embora Bulliet possa ser criticado por minimizar os importantes debates e a longa trajetória histórica anteriores a década de 1970 sobre bem-estar animal, podemos concordar com o autor que uma nova intensidade nesse debate se delineia, ou pelo menos, uma difusão nunca antes alcançada. Nesse contexto, esse artigo procura explorar um tema que para muitos é somente técnico, como a moderna suinocultura no estado do Paraná, tendo em vista a produção acadêmica recente sobre

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

bem-estar e direitos dos animais. Essas discussões vem se avolumando nos últimos 25 anos entre os historiadores, principalmente dentro da história ambiental, e influenciados por um campo mais amplo dentro das ciências humanas conhecido como animal studies (FUDGE, 2014; KEAN, 2012; RITVO, 2004; HRIBAL, 2007).

O estado do Paraná em particular é uma das regiões do Brasil e do mundo onde mais se destaca a produção de alimentos de origem animal e da difusão do modelo de criação intensiva de animais ligados a produção de frango e suíno. Como exemplo disso se destaca a atuação de empresas globais gigantes de alimentos de origem animal, como a Sadia no oeste do estado a partir da década de 1960. Essa e outras empresas menores, como a Frimesa, foram em consonância com a esfera governamental, através dos técnicos ligados a extensão rural, responsáveis por implantar e difundir as técnicas de criação intensiva de animais, onde eles são privados de movimentos e de uma série de instintos para que se possa maximizar a taxa de conversão de cereais em carne. Esse processo esteve intimamente ligado as técnicas da modernização agrícola e de infra-estrutura de transporte do governo militar, que permitiram a produção de ração a um preço viável para o funcionamento desse modelo intensivo de produção animal. Além das mudanças técnicas, o processo de intensificação e confinamento animal foi acompanhado de uma série de discursos técnicos e empresarias sobre a necessidade de adotar um modelo considerado racional e eficiente de produção. Todo esse processo é contemporâneo da difusão das técnicas da Revolução Verde no Paraná, intensificando-se na década de 1970, que barateou e aumentou a produção de cereais, especialmente milho e soja, favorecendo assim a viabilidade no fornecimento de rações para as unidades produtivas. Além disso, o processo de urbanização brasileira e o rodoviarismo no Brasil favoreceram a expansão econômica das agroindústrias da carne, que cada vez mais foram se especializando em produtos congelados e de rápido preparo, objetivando acompanhar o frenesi da vida das populações urbanas das grandes cidades (BRUM, 1988; CAMPOS, 2011; TEIXEIRA, 1994).

Todo esse processo descrito resumidamente acima transformou radicalmente as práticas de criação de suínos, que até a década de 1960 eram criados na maioria dos casos soltos em poteiros e alimentados com restos de alimentos, ou mesmo deixados soltos em roças de milho cultivadas especificamente para esse fim (as safras de porcos). O transporte até os abatedouros nesse sistema tradicional consistia no tropeirismo de porcos conduzidos por tocadores experientes, os chamados

“porcadeiros” (BACH, 2009). A passagem desse sistema tradicional para o sistema moderno e intensivo acompanhou o crescimento dos frigoríficos (agroindústrias), com consequências profundas para os criadores e para os próprios animais. Essas mudanças nas práticas de criação, e consequentes atitudes e percepções em relação aos suínos são mal estudadas pela historiografia e com dificuldade podem ser encontradas algumas informações dispersas num conjunto desarticulado de artigos e livros de autores de especialidades e linguagens acadêmicas diferentes como sociólogos, geógrafos, economistas e historiadores.

A modernização da agropecuária tem sido descrita e estudada em termos gerais, nas grandes tendências que caracterizaram essas transformações, enquanto as questões mais específicas ou regionais, e não menos importantes, como a suinocultura, tem sido negligenciadas nas suas singularidades históricas (WOODS, 2012; FINLAY, 2004; MAZOYER e ROUDART, 2010; BLAXTER e ROBERTSON, 1995; FEDERICO, 2009; GRAZIANO DA SILVA, 1982; VEIGA, 2007; TAUGER, 2010). Do ponto de vista dos historiadores, a modernização em geral tem despertado pouca atenção e produção acadêmica, talvez pelo tema exigir certa abertura interdisciplinar para além das ciências humanas, o que é incomum entre os historiadores. Essa postura tem tido como consequência a falta de um olhar específico de historiador frente a essa problemática tão relevante para a formação do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a proposta do restante desse artigo é investigar um aspecto relativamente recente e específico, porém mal conhecido e estudado (principalmente pelo olhar de um historiador) da modernização da agropecuária, que é a passagem do sistema tradicional de criação de suínos para o sistema moderno e intensivo, com o objetivo principal de entender as consequências para o bem-estar animal. Dessa forma, entre outros resultados, esse artigo oferece uma contribuição ao debate mais recente sobre bem-estar animal e direitos dos animais através de subsídios históricos do processo de modernização da suinocultura (SINGER, 2010; POLLAN, 2007; REGAN, 2006; FRASER, 2012; VISAK, 2013). É preciso esclarecer também que não se trata aqui de exagerar no contraste entre o tradicional e o moderno, e afirmar que apenas nas décadas recentes se pensou em produtividade, eficiência ou em técnicas modernas, como apontou Abigail Woods, mas apenas em investigar um específico período histórico de significativas transformações na agropecuária (WOODS, 2012).

## **Os antecedentes: a criação tradicional de porcos**

A criação de porcos antes da modernização da agropecuária diferia radicalmente das práticas contemporâneas em várias questões. As raças, a alimentação, os espaços onde os animais viviam e a forma como eram transportados até os abatedouros eram completamente diferentes do modelo implantado no período da modernização. Discorrer brevemente sobre esse período anterior é útil para aquilatar a dimensão das mudanças produzidas durante a modernização agropecuária em termos das condições de vidas dos animais sob um novo sistema técnico e econômico. É importante ressaltar que ao discorrermos sobre esse modelo da criação tradicional não pretendemos elogiá-lo e exaltá-lo, ou defender modelos semelhantes, ou afirmar que eles eram um paraíso para os animais como sugerem certos setores do movimento pela agricultura agroecológica ou *free range* nos EUA (POLLAN, 2007). É preciso também esclarecer que esse sistema tradicional não era estático, mas apresentou dinâmicas importantes e foi influenciado decisivamente por transformações históricas no século XX, como a construção da ferrovia São Paulo Rio Grande e o crescimento do mercado consumidor da cidade de São Paulo.

A criação de porcos no sistema tradicional predominava no Paraná até a década de 1960 por uma série de razões. Os porcos eram criados principalmente pela sua banha, pois a gordura do porco tinha um alto valor comercial nos centros urbanos do sul e do sudeste, onde era largamente utilizada no preparo dos alimentos nas cozinhas. Além do mais, a banha era utilizada pelos agricultores para conservar as carnes, através da imersão de pedaços de carnes cozidas em latas de banha, em épocas de inexistência de energia elétrica nas zonas rurais. Associado a esta questão da banha está a carne de porco e também o fato de o porco ser um animal bastante versátil e excelente aproveitador dos recursos vegetais disponíveis aos pequenos agricultores, desde restos de cozinha e das roças, até milho, abóboras, batatas, sementes de araucária (pinhão) etc.

Nessa questão do aproveitamento dos recursos vegetais disponíveis aos agricultores, se notabilizou no Paraná e também em outros estados, o sistema de safras. Esse sistema consistia no plantio de roças de milho especialmente preparadas para alimentar porcos, geralmente em áreas de fronteira agrícola preparadas por caboclos. A preferência por áreas mais afastadas era para evitar conflitos com vizinhos, pois se corria o risco dos porcos destruírem lavouras. Quando o milho estava maduro os porcos é que realizavam a colheita das espigas, pois eles mesmos derrubavam os pés de milho para alcançá-las. Após essa “colheita” os porcos engordavam bastante e eram vendidos

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

a comerciantes tropeiristas (os chamados “porcadeiros”) que tocavam varas compostas de centenas de porcos em trajetos variáveis que chegavam a 250 km até os abatedouros ou os trilhos da ferrovia.<sup>28</sup> Esse sistema foi muito utilizado no Paraná entre as décadas de 1920 e 1960, época de intenso crescimento urbano e de demanda por banha no Sudeste e ao mesmo tempo de inexistência de ferrovias ou estradas de rodagem viáveis em vastas regiões do centro, sudoeste e oeste do Paraná (BACH, 2009, p.40, 94).

O tropeirismo de porcos no Paraná foi, portanto, um fenômeno típico e expressivo da primeira metade do século XX, pois, ao contrário do tropeirismo de bois, cavalos e mulas, que ocorria desde o século XVIII e que entrou em decadência no final do século XIX, foi dependente da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande<sup>29</sup>. Isso por que muitos porcos eram transportados vivos até São Paulo pelos trilhos ou eram encaminhados a frigoríficos localizados em Ponta Grossa e Jaguariaíva, de onde a produção de banha seguia via ferrovia. Ou seja, a própria ferrovia São Paulo – Rio Grande ofereceu as condições para que esse tipo de economia e de transporte (sistema de safras e tropeirismo de suínos) fosse viável e atrativo.

O sistema de safras representava uma forma de aproveitamento do milho no período anterior a modernização agropecuária, pois naquele momento não existiam condições de transporte e armazenamento para a produção deste cereal em áreas mais afastadas dos centros urbanos. Nesse sentido, o porco era considerado um saco de milho que anda. Ao mesmo tempo em que o sistema de safras representava uma forma de aproveitamento energético otimizado das áreas rurais ele também era acoplado a um sistema altamente desperdiçador de energia, pois boa parte da energia do milho e outros vegetais era gasto em exercício físico dos porcos em longas jornadas até os frigoríficos.

Nas regiões de maior altitude do sul do Brasil (área da floresta com araucária), o sistema de safras era complementado com a colheita do pinhão (semente da araucária). Delmir Valentini relata que os porcos eram soltos nas roças de milho no final do verão. Depois desta etapa de alimentação, no início do outono, quando os pinhões começavam a cair das araucárias, os porcos eram soltos nas

---

<sup>28</sup> Essa questão do conflito entre vizinhos devido à destruição indesejada de lavouras pelos porcos também foi um aspecto importante na história dos EUA. A questão dos tropeiros de porcos também foi outro aspecto relevante na história dos EUA em regiões ou épocas em que inexistiam ferrovias, caminhões ou outros meios de transporte mais eficientes, como mostrou o historiador Bret Mizzelle. MIZELLE, 2011; Ver também capítulo 5 de CRONON, 1991.

<sup>29</sup> A ferrovia São Paulo – Rio Grande ligava a cidade de São Paulo a cidade de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul. Foi concluída em 1910 e na época atravessava vastas áreas de sertão do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

densas matas de araucária existentes na primeira metade do século XX para aproveitarem essa fonte natural e abundante de carboidrato em competição com a fauna silvestre (VALENTINI, 2006, p.46).

Além do sistema de safras, dos pinhões e das sobras de cozinhas, outra forma de alimentação dos suínos digna de nota é o que se chamava de “lavagem”. A “lavagem” era praticada principalmente nas regiões de colonização europeia e foi um importante estímulo à produção de soja antes que esta leguminosa se tornasse uma *commodity* internacional altamente disseminada pelo Brasil. Anderson Farias *et al* relatam que os colonos da região de Santa Rosa – RS utilizavam na década de 1930 a soja misturada com outros vegetais em cozidos caseiros devido ao alto teor de proteína da leguminosa. O trabalho de cozinhar a soja em tachos era realizado pelas mulheres e essa prática migrou junto com os gaúchos descendentes de europeus para o oeste de Santa Catarina e o sudoeste e oeste do Paraná (FARIAS, RECK e FRISKE, 2010, p.60, 61).

Todas essas práticas de alimentação realizadas por caboclos e colonos descendentes de europeus revelam a importância dos suínos para a sobrevivência econômica do pequeno agricultor, pois dentro do sistema diversificado desse tipo de economia, o suíno representava uma fonte de renda extra e que poderia ser vendido ou abatido pelo agricultor no momento em que este julgasse mais apropriado, corroborando a antiga simbologia do porquinho como uma espécie de poupança (TERHORST e SCHMITZ, 2007; FROEHLICH, 2011).

Devido a preferência dos criadores e consumidores pela banha em relação à carne, as raças de suínos eram completamente diferentes das raças modernas. Aquelas eram antigas, derivadas das trazidas pelos portugueses desde o início da colonização europeia, como Piau, Canastra, Macau, Moura, Caruncho, Polanchim e outras denominações (BACH, 2009, p.26-31; VALENTINI, 2006, p.49). Essas raças produziam o que se considerava como porco “tipo banha”, ou seja, um animal com um percentual de gordura muito mais elevado no seu corpo em relação às raças introduzidas no período da modernização. Estas últimas, por sua vez, foram chamadas de porco “tipo carne”.

### **A modernização da suinocultura: produtividade e sofrimento animal**

A modernização da suinocultura foi um processo que ocorreu em paralelo a modernização da agricultura, que por sua vez foi acompanhada da modernização da economia brasileira e de grandes transformações no contexto internacional. Assim como é o caso da produção vegetal, geralmente estudada quando se fala em Revolução Verde ou modernização do setor agrícola, o que

## EXPEDIÇÕES

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

se buscava com a transformação das práticas de criação de porcos era aumentar a produção e a produtividade através de uma série de técnicas, porém em geral sem levar em consideração o bem-estar ou os direitos dos animais.

Em termos de distribuição espacial da modernização, os três estados do sul do país se destacaram e foram pioneiros no país na disseminação das novas formas de criação. O Paraná possuía o maior rebanho suíno do Brasil na década de 1970, como podemos ver pela Tabela 1 (abaixo), o que torna ainda mais relevante um olhar mais detalhado sobre as práticas da modernização da suinocultura neste estado.

Tabela 1 - Rebanho suíno brasileiro por estado (milhares de cabeças) (1960-1979)

Estados	1960			1970			1979		
	Efetivo suíno	%	Posição	Efetivo suíno	%	Posição	Efetivo suíno	%	Posição
PR	3.630	14,2	2º	6.209	19,7	1º	5.651	15,8	1º
RS	5.554	21,2	1º	5.854	18,6	2º	4.082	11,4	2º
MG	3.300	12,9	3º	3.287	10,4	3º	3.825	10,7	3º
MA	1.819	7,1	6º	2.756	8,7	5º	3.594	10,0	4º
SC	2.393	9,3	4º	3.154	10,0	4º	3.512	9,8	5º
BA	1.619	6,3	7º	1.899	6,0	6º	2.558	7,1	6º
GO	1.240	4,8	8º	1.686	5,3	8º	2.464	6,9	7º
SP	2.285	8,9	5º	1.855	5,9	7º	2.161	6,0	8º
Outros	3.735	14,6		4.836	15,3		7.848	21,9	
Total	25.579			31.540			35.695		
Brasil									

Fontes: IPARDES, 1977, p.436; IBGE, 1980.

É importante destacar que as criações de suínos na época da modernização se concentravam majoritariamente nos municípios do oeste e sudoeste do estado, como Toledo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Francisco Beltrão e Pato Branco, o que aponta para a tradição dos colonos descendentes de europeus provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em criar porcos.

Para a modernização da produção de suínos no Paraná foi fundamental a atuação dos técnicos (agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos agropecuários). Esses técnicos trabalhavam no órgão de extensão rural estatal (a antiga ACARPA), nos frigoríficos (como a Sadia e a Frimesa), e em outras instituições públicas e privadas da esfera nacional e internacional, como o Ministério da Agricultura e a EMBRAPA Suínos e Aves (instalada em Concórdia – SC em 1975). Assim como era o caso da produção vegetal, os técnicos promoviam exposições de animais, cursos,

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

palestras, apostilas e programas de rádio com o intuito de convencer os criadores a adotar técnicas modernas de produção e considerar como uma evolução natural do setor a passagem do porco tipo banha para o tipo carne, a exemplo do que vinha ocorrendo há algumas décadas na Grã-Bretanha e na América do Norte (THOMPSON, 2000; WHITE, 2011; WOODS, 2012; FINLAY, 2004; ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA, 1957; ACARPA, 1965; ACARPA, 1970; ACARPA, 1979). No caso de uma apostila de 1970 publicada em Marechal Cândido Rondon, Joaquim Felipe Laginski, um dos autores, era veterinário da ACARPA e foi também o primeiro presidente da Associação Paranaense de Suinocultores, fundada em 1971 (LAGINSKI e PIOTROWSKI, 1970).

A adoção de novas raças de porcos era vista como um fator fundamental para o sucesso da modernização, pois as raças importadas eram mais produtivas (tempo de vida até o abate menor e com maior taxa de conversão). Para que ocorresse essa substituição foram feitas inúmeras importações de reprodutores a um custo elevado, pois até o início da década de 1980 não havia inseminação artificial no estado (PARANÁ SUINÍCOLA, 1980, p.16; SUDESUL, 1980, p.35, 44).

Os jornais dos principais municípios criadores do estado, como Toledo, Marechal Cândido Rondon e Medianeira contém inúmeros artigos e avisos referentes ao setor da suinocultura, incluindo sobre essa questão dos reprodutores. A seguir, apresentamos aviso contido em jornal de Toledo, de 1968:

Segundo determinação da Diretoria do Frigorífico, a Granja de Suínos será aumentada ainda este ano, para que possa atender aos crescentes pedidos de reprodutores e criadeiras. Ainda este mês, virão mais 30 criadeiras de alta linhagem adquiridas em São Paulo. Em março virão também da Exposição Feira de Curitiba, uma dezena de animais premiados. Ótima notícia para os criadores da região. As Organizações Sadia gestenam a importação direta do grande campeão Duroc Jersey, da Exposição do Texas, USA, a ter lugar ainda neste semestre de 1968 (A VOZ DO OESTE, 1968, p.15).

O excerto de jornal acima demonstra a importância da empresa Sadia para fomentar a nova suinocultura. A inserção desta empresa no Paraná, fundada na década de 1940 no oeste catarinense, se dá no município de Toledo a partir de 1964 (TEIXEIRA, 1994). Naquele município do oeste do estado instalou o maior frigorífico de suínos do Paraná, o Frigobrás, numa região estratégica, pois o oeste vinha recebendo levadas contínuas de descendentes de europeus (gaúchos e catarinenses) desde a década de 1950, uma mão-de-obra disciplinada e acostumada, para não dizer inclinada, a criar suínos. Além do mais a região oferecia vantagens ecológicas, como topografia plana e ideal para a

mecanização das lavouras (fundamental para a produção de ração a baixo custo), e viabilidade do chamado milho “safrinha”. Segundo o zoneamento agrícola do Instituto Agrônomo do Paraná, o oeste e parte do sudoeste do estado oferecem condições adequadas para o cultivo do milho safrinha”, o que significa que era possível realizar duas colheitas de milho em um ano, devido ao clima ameno do inverno, ao contrário do que ocorre na maioria das regiões do sul do Brasil (INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ, 2015). Como se pode perceber essa era uma tremenda vantagem, pois o milho era o maior custo de produção da suinocultura (FAEP, 1975, p.36, 37).

Essas condições ecológicas e sociais, além do asfaltamento da rodovia que liga a região oeste a Curitiba e São Paulo, foram fundamentais para o sucesso do frigorífico da Sadia. A seguir, apresentamos os principais frigoríficos do estado no período 1969-74, para se ter um comparativo:

Tabela 2 – Número de suínos abatidos no estado do Paraná nos principais frigoríficos (1969-1974)

<b>Empresas Filiadas</b>	1969	1970	1971	1972	1973	1974
01 - Frigobrás - Cia. Brasil de Frigoríf.	173.199	180.062	234.700	212.052	304.343	315.596
02 – Comabra -Cia de Alimentos do Bras.	91.013	133.342	141.259	176.983	200.826	209.468
03 – Frigorífico Medianeira S/A	89.742	124.099	158.824	183.405	196.504	165.285
04 – Frigorífico Rondon S/A	1.020	18.171	36.283	36.385	43.221	40.212
05 - Frig. Luso-Brasileiro Central Ltda	13.506	11.922	22.856	15.329	21.564	18.312
06 – Paraná Pecuária Ind. Com. S/A	11.424	11.576	9.870	7.512	6.754	12.714
07 – Coop. Central de Latic. do PR.	-	-	-	-	-	10.367
08 – Frigorífico Maringá S/A	-	-	-	3.320	6.800	5.727
09 – Frigorífico Santo Antonio S/A	2.853	2.965	5.742	3.556	5.191	1.828
10 – CATEI S/A	13.248	17.623	20.524	22.069	24.879	1.809
11 – Frigorífico Argus S/A	1.293	1.788	3.617	5.342	6.237	1.579
12 – Frigorífico Iguacu Ltda	-	-	-	-	-	1.485
13 – Central Ind. Com. de Carnes Ltda	-	-	-	4.889	6.370	896
14 – Frigorífico Bacacheri Ltda	1.316	1.445	1.661	1.722	1.411	465
15 – Frigorífico Guapeva S/A	-	-	2.573	39	-	-
16 – Frigorífico Platinense S/A	1.585	1.615	1.662	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>400.199</b>	<b>504.608</b>	<b>639.571</b>	<b>672.603</b>	<b>824.100</b>	<b>785.743</b>

Fonte: STEFANELO, 1976, p.26.

Como se pode perceber pela tabela, os maiores frigoríficos do estado estavam concentrados no oeste, (Frigobrás, Medianeira e Rondon), sendo a única exceção o frigorífico Comabra, de Ponta Grossa, antiga região para onde convergiam os tropeiros de suínos, por ser importante cidade comercial e entroncamento ferroviário estratégico da linha São Paulo – Rio Grande. Se somarmos a participação desses três frigoríficos do oeste, eles representavam 66% de todos os abates do estado em 1974. Esse número se torna muito mais relevante se observarmos que, de acordo com a mesma fonte, 56% dos suínos abatidos no Comabra eram provenientes do oeste e sudoeste do estado e 29% provenientes de Santa Catarina (STEFANELO, 1976, p.17).

Como se pode inferir através desses dados o poder de pressão destes frigoríficos sobre os criadores, apoiados ainda pelos técnicos governamentais da extensão rural, era muito grande. Os frigoríficos pagavam por páginas inteiras nos jornais locais para fazer propaganda e divulgar conhecimentos técnicos aos criadores sobre a relação com os animais.

Da Frimesa Para o Criador

(...)

A alimentação do leitão

(...) Amigo suinocultor: Crie bem o leitão e aumente muito o lucro de sua suinocultura. Você já reparou que um leitão que é desmamado com pouco peso, jamais será um suíno que cresce ligeiro, ficando sempre um refugo? Compara este refugo com outro leitão que tem bom peso ao desmame e veja se há vantagem. Use boa alimentação e bons cuidados e tenha esta vantagem (O ENCONTRO, 1968, p.11).

Os técnicos da ACARPA sintonizavam-se aos interesses dos frigoríficos.

Em nossa redação, o Sr. Paulo Dodo de Oliveira, supervisor local da Acarpa, fala com entusiasmo do “Curso de Suinocultura” a ser realizado em Medianeira de 20 a 30 de novembro, para 30 criadores abrangendo os municípios de Matelândia, Medianeira e Capanema. As maiores autoridades no assunto farão conferências e palestras na ocasião. É de se ressaltar a participação da Acarpa na melhoria dos rebanhos suínos da região, principalmente em Medianeira, onde há propriedades selecionadas que funcionarão como exemplos e servirão como unidades de vendas de reprodutores (O ENCONTRO, 1968, p.4).

Os frigoríficos e os técnicos dos órgãos governamentais convenceram os produtores a introduzir as novas raças importadas de suínos (*Duroc, Berchshire, Wessex, Sadblack, Hampshire, Large White e Landrace*) e todo um conjunto de técnicas como pocilgas apertadas, rações nutricionalmente adequadas, remédios, vacinas e antibióticos visando ao mesmo tempo um crescimento acelerado dos animais e soluções para as questões sanitárias resultantes das condições

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

artificiais de confinamento (ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA, 1957; ACARPA, 1965; ACARPA, 1970; ACARPA, 1979; SUDESUL, 1980, p.38). Todas essas técnicas e métodos de criação foram introduzidos sem levar em consideração o bem-estar animal, exceto nos casos específicos em que havia claramente um sinal de prejuízo econômico pela perda de animais ou deficiência de crescimento/rendimento.

O esforço governamental e dos frigoríficos em disciplinar e modernizar a produção de suínos culminou na elaboração de um documento técnico publicado em 1976, chamado “Sistemas de produção para suínos”, com 101 páginas. Esse documento contou com a colaboração de 50 pessoas, entre técnicos, pesquisadores e produtores, provenientes de instituições de credibilidade frente ao governo, aos frigoríficos e aos criadores, como a EMBRAPA, a ACARPA, a Associação Paranaense de Suinocultores, o IAPAR, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, a ESALQ – Piracicaba, a Faculdade de Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, a UFPR e a UFMG. Na apresentação do documento aparecem as expectativas quanto ao significado do mesmo perante o setor: “Graças a este esforço comum hoje as regiões do oeste e do sudoeste são contemplados com este documento, cuja implantação demarcará uma nova etapa na suinocultura paranaense” (EMBRAPA, 1976, p.3).

Nesse documento, uma série de práticas agressivas e dolorosas aos suínos era recomendada para o bom funcionamento das granjas de produção. De forma geral, chama atenção a ausência da utilização de anestésicos numa série de procedimentos dolorosos, o que obviamente seria um custo adicional inaceitável para um setor que começava a buscar uma competitividade internacional e uma margem de lucro maior frente aos custos de produção (DALLA COSTA, 1999). Logo ao nascer, recomendava-se “cortar os dentes rentes à gengiva, com alicate próprio, tendo o cuidado de não deixar os tocos pontegudos.” No terceiro dia de vida, recomendava-se “praticar caudoctomia (corte do rabo), [...] rente à inserção da cola”, para evitar práticas de canibalismo futuras decorrentes do ambiente estressante do confinamento. Antes de completar 21 dias era recomendado aos leitões a castração. Quanto ao desmame era recomendado que fosse efetuado “de forma brusca, preferencialmente retirando-se as mães dos 35 aos 42 dias de idade” (EMBRAPA, 1976, p.36,51). Além disso, em relação as porcas, recomendava-se

reduzir a alimentação em 80% do consumo durante os 3 dias anteriores à desmama (fornecer 1 kg RGL/dia). No dia da Desmama, suspender totalmente a ração. Durante os próximos 3 dias da desmama, 1 kg RGL/dia, voltando à normalidade do consumo (2 – 2,5 kg RCL/dia)(EMBRAPA, 1976, p.47).

Depois do desmame, os leitões eram colocados em abrigos denominados “creches”. Esses abrigos eram divididos em celas apertadas revestidas de concreto (o que impedia contato com a terra), onde se recomendava colocar de 4 a 6 leitões por m<sup>2</sup> até que atingissem os 20 kg de peso (EMBRAPA, 1976, p.25).

Segundo o documento, a única exceção em que os suínos deveriam ter acesso à terra era o caso das criadeiras em gestação, com a orientação de que os piquetes deveriam conservar uma área de 50m<sup>2</sup> por criadeira com pasto. Mas nesses casos, havia também uma observação: “para animais com acesso a piquetes recomenda-se o uso do destrompe” (EMBRAPA, 1976, p.23). O “destrompe” seria necessário, segundo os técnicos, para impedir o comportamento natural dos suínos de fuçar a terra, pois dessa maneira eles destruiriam o piquete de dimensões reduzidas, conforme explica em mais detalhes uma outra publicação técnica de 1970:

O destrompe é feito com argola metálica ou arame de cobre, que colocado no focinho do porco impede que os suínos fuceem, mantendo assim o pasto nos piquetes bem conservados. Isto é usado principalmente nos suínos destinados a reprodução, e a melhor idade para a colocação da argola é de 3 a 4 meses. No caso do arame, deve ser mole n. 10 ou 12, que é introduzido por uma narina saindo na outra, em seguida coloca-se um pedaço de madeira roliço, passando o arame em volta até fechar uma argola que deve ficar solta pendurada na narina, conforme mostra a figura ao lado (LAGINSKI e PIOTROWSKI, 1970, p.36).

Figura1 - Destrompe



Fonte: LAGINSKI e PIOTROWSKI, 1970, p.36.

Ainda segundo o documento da EMBRAPA de 1976 os leitões após a “creche” deveriam ser enviados para celas de “recriação” (de 60 a 120 dias, ou 20 a 50kg) e por fim a “terminação” (de 120 a 180 dias, ou 50 a 100kg). Essas celas, com acesso a um solário de no máximo 2 m de largura, também revestidas de concreto, eram bastante apertadas, pois era recomendado no caso das celas de recriação, 0,6 suíno por m<sup>2</sup>, e nas celas de terminação, 0,9 suíno por m<sup>2</sup> (EMBRAPA, 1976, p.26). Após ter vivido nessas condições por 180 dias, com um peso de 100kg, e consumido cerca de 370 kg de ração, o suíno era finalmente carregado em caminhões (também apertados) com destino aos frigoríficos, sendo que a expectativa de vida de um suíno é de cerca de 10 anos.

Como se pode perceber por esses documentos, as pocilgas apertadas impediam os suínos de se exercitarem e de realizar comportamentos naturais como fuçar a terra e tomar banhos de lama, o que era comum na época das criações tradicionais. Além disso, a ração era nutricionalmente adequada para o crescimento acelerado, porém tendia para a monotonia, não variada em termos de sabor, e impedia uma importante atividade do animal que é a busca pelo seu próprio alimento. As condições de vida dos animais, o sofrimento imposto por esses métodos de criação sequer aparece nessas fontes, pois tudo era visto de uma forma naturalizada e técnica, onde o que realmente importava era produzir mais e aumentar os lucros. Nesse sentido, o crescimento do número de abates nessas publicações era visto como um sinal de progresso.

Diferentemente dos tempos atuais, nessa época (décadas de 1960 e 1970) não se falava em direitos dos animais ou bem-estar animal no Brasil, embora já fosse um fenômeno expressivo no meio social e entre veterinários na Inglaterra, como aponta a pesquisadora Abigail Woods (WOODS, 2011). Aparentemente a discussão sobre bem-estar animal e direitos dos animais no Brasil começou a receber uma atenção mais significativa somente nos últimos 15 anos (BROOM e MOLENTO, 2004; FRASER, 2012).

Como vimos, a década de 1960 foi crucial para a transformação e adoção das práticas modernas de criação de suínos, embora algumas iniciativas já sinalizassem para essas mudanças desde a década de 1950, como a criação da Associação Brasileira de Criadores de Suínos em 1955 (ACARPA, 1965). Os fatores fundamentais colaboradores para a modernização da suinocultura a partir da década de 1960 no Paraná foram o crédito rural abundante para o cultivo das lavouras (entre elas o milho e soja) e as instalações dos frigoríficos, o asfaltamento das rodovias e o

crescimento da demanda interna e externa por carne. Em contraste com esse período da modernização, em fins da década de 1950 ainda apareciam as vantagens do porco tipo banha em importantes veículos de comunicação aos criadores, como a revista *A Granja*, ou mesmo em publicações da Secretaria de Estado da Agricultura, o que denota uma outra atitude governamental e privada em relação a suinocultura até a década de 1950 (A GRANJA, 1957, p.67; SECRETARIA DE AGRICULTURA DO PARANÁ, 1957, p.7).

O porco tipo banha foi gradualmente sendo substituído pelas raças de porcos tipo carne nas propriedades rurais, pois a aquisição/empréstimo de reprodutores era um procedimento custoso, como nos contou o especialista em suinocultura da EMATER, Remi Sterzelecki, que trabalha no setor desde 1973, e também de acordo com outras fontes (STERZELECKI, 2013; STEFANELO, 1976, p.14).

A introdução das novas raças (tipo carne) visava não só aumentar a produtividade das criações, mas fundamentalmente direcionar o setor para a carne de porco em contraposição a banha, pois houve a transformação de hábitos alimentares com a introdução do óleo de soja nas cozinhas no início da década de 1970, muito mais barato de ser produzido em larga escala do que a banha (SUDESUL, 1980, p.34). É preciso destacar que essa transformação de hábitos alimentares no Brasil e no mundo foi em certa medida direcionada pela indústria, pois com a utilização em larga escala da parte sólida da soja para a alimentação de animais confinados e sua consequente valorização no mercado internacional, a indústria apreciava direcionar o óleo para um ramo lucrativo de negócios (CAMPOS, 2011).

A década de 1970 foi o deslanchar da modernização da agropecuária no Brasil, com crédito abundante para o setor e mercado internacional favorável aos produtos agrícolas, o que também ocorreu na suinocultura. Como reflexo dessa conjuntura, incluindo a expansão da intervenção estatal no meio rural, multiplicaram-se nessa década as publicações técnicas referentes às formas de criação de suínos (EMBRAPA, 1976; FAEP, 1975; STEFANELO, 1976). A escala de produção se manteve em patamares elevados e mesmo o mercado interno em grande expansão não era mais suficiente para absorver toda a produção. Assim, com o início das exportações em escala representativa de carne suína (e também de frango) nesta década o setor foi ficando cada vez mais dependente do mercado externo e seus riscos e flutuações (DALLA COSTA, 2005).

A modernização da suinocultura e do setor agropecuário em geral implicou num elevado êxodo rural e intenso crescimento urbano, pois as técnicas de produção na lavoura e nas granjas de animais poupavam muita mão-de-obra. Em termos das transformações de atitudes e sensibilidades em relação aos animais isso teve um significado crucial, pois agora, mais do que nunca, cada vez mais pessoas vivem afastadas, alheias a sorte dos animais que são consumidos. Essa tendência das sociedades altamente urbanizadas e industrializadas, no rol do qual o Brasil se inseriu há poucas décadas, acaba transformando as sensibilidades em relação aos animais, como apontou Richard Bulliet (BULLIET, 2005). Essas “novas” sensibilidades tendem a ser favoráveis aos animais, pois o próprio abate de animais, uma prática tão antiga, passa a ser visto como algo muito mais chocante e desconfortável. Nesse sentido, e não apenas por questões sanitárias, os abatedouros apresentam cada vez mais reticências em permitir visitas, fotografias ou filmagens por parte do público.

O cidadão urbano contemporâneo conhece o porco através de vídeos e desenhos da internet, livros, jornais ou televisão. Quando muito há a aproximação com os caminhões de transporte de animais até os abatedouros, ou para aqueles poucos que conseguem obter autorização para visitar granjas ou trabalhar em frigoríficos. Ou seja, um contato cada vez mais restrito. Na década de 1960, época do início da modernização, 70% da população paranaense vivia no campo, o que significava na prática que a maior parte da população tinha contato, senão diário, pelo menos esporádico com a vida e morte dos porcos. Em contraste, o censo de 2010 revela que apenas 14% dos habitantes do Paraná vivem no campo, e são cada vez mais comuns cidadãos urbanos de segunda e terceira geração (IBGE, 2010). A vida no campo, incluindo a vida dos porcos, vai ficando cada vez mais distante da experiência prática da grande maioria das pessoas, embora continue sendo um setor econômico expressivo e fornecedor de alimentos comuns à maioria das pessoas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que ocorre esse distanciamento, o interesse pela sorte desses animais cresce a cada dia na imaginação do público e na produção acadêmica sobre bem-estar e direitos dos animais. Por fim, é preciso dizer que mais estudos são necessários para se entender com mais clareza os ganhos e principalmente as perdas em termos de bem-estar animal na mudança dos sistemas tradicionais para os modernos na suinocultura.

**Lista de siglas:**

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PETA – People for the Ethical Treatment of Animals

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

WSPA - World Society for the Protection of Animals

**Fontes Primárias:**

A GRANJA. Porcos da raça Piau. Porto Alegre, Jan., ano 13, n.116. 1957. p.67.

A VOZ DO OESTE. Notícias para o agricultor. Toledo-PR, 10 de fev. 1968. p.15. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

ACARPA. Relatório anual. 1965. Acervo: Biblioteca da EMATER.

ACARPA. Relatório de atividades. 1970. Acervo: Biblioteca da EMATER.

ACARPA. Relatório de atividades. 1979. Acervo: Biblioteca da EMATER.

EMBRAPA. Sistemas de produção para suínos: Paraná – regiões oeste e sudoeste. Francisco Beltrão-PR, 101p. 1976. Acervo: Biblioteca da EMATER.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA – PROJETO N.15. Relatório. 1957. Acervo: Biblioteca da EMATER.

FAEP. A suinocultura paranaense: realidade e perspectivas. Curitiba, 106p. 1975. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Vol.41. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 837p. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1980.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf) Acesso em: 30 out 2015.

IBGE. Sinopse do censo demográfico 2010. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 30 out 2015.

IPARDES. *Estudo de integração de pólos agroindustriais do Paraná* – revisto e atualizado. Vol 2. 1977. p.436. Acervo: Biblioteca do IPARDES.

LAGINSKI, Joaquim Felipe; PIOTROWSKI, Leopoldo. *Curso de suinocultura*. Marechal Cândido Rondon – PR: Sindicato Rural, Prefeitura Municipal, Acarpa, 1970. 76p. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O ENCONTRO. *A alimentação do leitão*. Medianeira-PR, 1968. p.11. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O ENCONTRO. *Síntese oestina*. Medianeira-PR, 1968.p.4. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

PARANÁ SUINÍCOLA. *Inseminação artificial de suínos*, CIAS – Francisco Beltrão. Curitiba-PR, Set., ano 1, n.1. 1980. p.16-19. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO PARANÁ. *Boletim quinzenal*. Curitiba-PR, Maio, ano 6, n.14. 1957. p.7. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

STEFANELO, Eugenio L.*et al.* *Plano de desenvolvimento da suinocultura do estado do Paraná*. Curitiba, Secretaria de Estado da Agricultura. 1976. 55p. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

STERZELECKI, Remi. *Entrevista* concedida a Miguel M. X. de Carvalho e Bruno G. Provin. Curitiba-PR, 12 abril 2013. 48 min.

SUDESUL. *Programa de Agroindústria: a suinocultura na região sul*. Porto Alegre, Ministério do Interior, SUDESUL, 1980. Acervo: Biblioteca da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná.

### **Referências bibliográficas**

BACH, Arnaldo Monteiro. *Porcadeiros*. Ponta Grossa,PR: Pallotti, 2009.

BLAXTER, Kenneth; ROBERTSON, Noel. *From Dearth to Plenty: the modern revolution in food production*.Cambridge University Press, 1995.

BROOM, Donald M.; MOLENTO, Carla Forte M. *Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas* – revisão. Archives of Veterinary Science. v.9, n.2, p.1-11. 2004.

BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

BULLIET, Richard. *Hunters, herders and hamburgers: the past and future of human-animal relationships*. New York: Columbia University Press, 2005.

CAMPOS, Margarida Cassia. *Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná*. Revista Geografar, Curitiba, PR, v.6, n.1, p.161-191. 2011.

CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the great West*. New York: W.W. Norton & Company, 1991.

DALLA COSTA, Armando João. A Perdígão, a passagem do poder e a profissionalização nas empresas familiares. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, VI ECONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, VII*, 2005, Conservatória-RJ. Anais...Conservatória- RJ, 2005. p.1-20. (CD-ROM). Disponível em: <http://www.empresas.ufpr.br/perdigao.pdf>. Acesso em: 30 out 2015.

\_\_\_\_\_. *A Sadia e o pioneirismo industrial na agroindústria brasileira*. In: Revista História Econômica & História de Empresas, São Paulo, n.1, p. 109-144. Fev/1999.

DIAS, Juliana Vergueiro Gomes. *O rigor da morte: a construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FARIAS, Anderson; RECK, Brígida; FRISKE, Lizete. *Um olhar sobre a história da suinoculturana região do grande Santa Rosa*. Santa Rosa, RS: Lucano Cultura e Marketing, 2010.

FEDERICO, Giovanni. *Feeding the world: an economic history of agriculture, 1800-2000*. 2 ed. Princeton-NJ: Princeton University Press, 2009.

FINLAY, Mark R. Hogs, antibiotics, and the industrial environments of postwar agriculture. In: SCHREPFER, Susan R.; SCRANTON, Philip. *Industrializing organisms: introducing evolutionary history*. New York and London: Routledge, 2004.

FITZGERALD, Amy J. A social history of the slaughterhouse: from inception to contemporary implications. *Human Ecology Review*, v.17, n.1, p.58-69. 2010.

FRANKLIN, Adrian; WHITE, Robert. Animals and modernity: changing human-animal relations, 1949-98. *Journal of Sociology*, vol. 37, n.3, p.219-238. 2001.

FRASER, David. *Compreendendo o bem-estar animal: a ciência no seu contexto cultural*. Londrina, RS: Eduel, 2012.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

FROEHLICH, Graciela. Carne(ar), no passado e no *presente*: hábitos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães. Campos, vol. 12, n.2, p.69-82. 2011.

FUDGE, Erica. What was it like to be a cow?: history and animal studies. In: KALOF, Linda. The Oxford handbook of animal studies (forthcoming). 2014. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199927142.001.0001/oxfordhb-780199927142-e-28>. Acesso em: 2 nov 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HORTA, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. In: *Latin American Research Review*, Austin, TX, vol 41, n. 1, p.3-26. Fevereiro 2006.

HRIBAL, Jason C. Animals, agency, and class: writing the history of animals from below. In: *Human Ecology Review*, Vol. 14, n. 1, p.101-112. 2007.

INGRAM, Darcy. Beastly Measures: Animal Welfare, Civil Society, and State Policy in Victorian Canada. In: *Journal of Canadian Studies*, Toronto, vol 43, n.1, p.221-252. Inverno 2013.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). Zoneamento da Cultura de Milho 2ª Safra. 2015. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1089>. Acesso em: 30 out 2015.

KEAN, Hilda. *Animal Rights: political and social change in Britain since 1800*. London: Reaktion, 1998.

\_\_\_\_\_. Challenges for historians writing animal–human history: what is really enough? In: *Anthrozoos*, vol. 25, supplement, p.S57-S72. 2012.

LEE, Paula Young (ed). *Meat, Modernity, and the rise of the slaughterhouse*. Lebanon-NH: University Press of New England, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 23, n. 67, p.211-216. 2009.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MIZELLE, Brett. *Pig*. London-UK: Reaktion Books Ltd, 2011.

POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. São Paulo: Intrínseca, 2007.

REGAN, Tom. *Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais*. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.

RITVO, Harriet. *Animal planet*. In: *Environmental History*, vol. 9, n.2, p.204-220. 2004.

SINGER, Peter. *Libertação animal: o clássico definitivo pelos direitos dos animais*. WMF – Martins Fontes, 2010.

TAUGER, Mark. *Agriculture in World History*. Florence, KY, USA: Routledge, 2010.

TEIXEIRA, Francisco. *Sadia 50 anos: construindo uma história*. São Paulo: Prêmio, 1994.

TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari. In: MENASCHE, Renata (org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no vale do Taquari*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007. p.100-119.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, Michael D. This Little Piggy Went to Market: The Commercialization of Hog Production in Eastern North Carolina from William Shay to Wendell Murphy. In: *Agricultural History*, vol. 74, n. 2, p.569-584. Primavera, 2000.

VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suínos na região do contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida. *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Concórdia-SC: Universidade do Contestado-UnC, HISED, 2006. p.43-51.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

VISAK, Tatjana. *Killing happy animals: explorations in utilitarian ethics*. Palgrave Macmillan, 2013.

WHITE, Sam. From globalized pig breeds to capitalist pigs: a study in animal cultures and evolutionary history. In: *Environmental History*, vol. 16, p.94-120. Janeiro 2011.

WOODS, Abigail. From cruelty to welfare: the emergence of farm animal welfare in Britain, 1964-71. In: *Endeavour*. v. 36, n.1, p.14-22. 2011.

\_\_\_\_\_. Rethinking the history of modern agriculture: British pig production, c.1910–65. *Twentieth Century British History*, vol. 23, n.2, p.165-191. 2012.

## **REMANESCENTES DE FLORESTA COM ARAUCÁRIA NA REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ E OS SENTIDOS DE FRONTEIRA**

*Remaining Areas of Araucaria Forest in the Central-South region of the state of Paraná and the senses of frontier*

Ricardo Gomes Luiz<sup>30</sup>  
Maclovia Corrêa da Silva<sup>31</sup>

**Resumo:** O processo de ocupação de uma região do estado do Paraná foi analisado com base em conceitos presentes na Teoria de Fronteira de Frederick Jackson Turner, como a geração de desenvolvimento econômico e social de um país e a construção de valores como democracia e liberdade. O texto faz relações com as ideias sobre territórios de diferença explorado por Arturo Escobar. Analisa a convivência entre a expansão territorial, política e a conservação da Floresta com Araucária (Floresta Ombrófila Mista), ecossistema associado à geração de riqueza, tecnologia, ciência e progresso da região centro-sul. A planta nativa erva-mate – uma das espécies da diversidade biológica deste ambiente – se entremeia à narrativa evolucionista das políticas e programas do processo de ocupação territorial e de exploração dos recursos naturais. Conclui-se que há aderências e não-aderências aos conceitos de Turner para explicar estes fenômenos e que existe a necessidade de investigar outras visões e olhares para incorporar a compreensão interdisciplinar na sua totalidade.

**Palavras-chave:** Teoria de Fronteira; Floresta com Araucária; Erva-mate; Estudos CTS.

**Abstract:** The process of occupation of a region of the state of Paraná, Southern Brazil, is analyzed based on concepts present in the Frontier Theory of Frederick Jackson Turner, as the generation of economic and social development of a country and the construction of values such as democracy and freedom. It is made relations of territories of differences worked by Arturo Escobar. It analyzes the coexistence between the territorial expansion, politics and the conservation of the Araucaria Forest (Mixed Ombrophylous Forest), ecosystem associated with the generation of wealth, technology, science and progress of the region. The native yerba mate – a species of the biological diversity of this forest – is intermingled with the evolutionist narrative of the policies and the programs of territorial occupancy process and exploitation of natural resources. It is concluded that there are adhesions and non-adherences to Turner's concepts to explain these phenomena, and that exists a need to investigate other visions and looks to mainstream an interdisciplinary understanding in its entirety.

**Keywords:** Frontier Theory; Araucaria Forest; Yerba-mate; STS Studies

---

<sup>30</sup>Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. E-Mail: [ricardogomesluiz@gmail.com](mailto:ricardogomesluiz@gmail.com)

<sup>31</sup>Professora do Programa de Pós Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR E-Mail: [macloviasilva@utfpr.edu.br](mailto:macloviasilva@utfpr.edu.br)

## INTRODUÇÃO

A proposta do texto é iniciar uma discussão sobre a existência de uma história sem ideologias, que foca a objetividade, e que nega o ponto de vista dos autores e suas metodologias. Peinado e Alonso explicam a importância de se compreender uma época passada a partir dos próprios elementos contidos nos textos, discutidos pelo autor ou autores, sem recorrer a critérios contemporâneos para avaliá-los. A postura do investigador é buscar fontes ou textos paralelos que possam apontar limites, análises, estilos, relações entre texto e autor, credibilidade e erros.

A história da ocupação das terras brasileiras não difere daquelas contadas por historiadores de outros países, como a dos Estados Unidos. Ela começou com as capitanias hereditárias no litoral e se expandiu para o oeste do país. Movimentos políticos e guerras intermediaram os movimentos de conquista de territórios e extensão de fronteiras. Como nação livre, após 1822, as construções políticas do Império reproduziram comportamentos coloniais de domínio territorial – incluindo o desmatamento de florestas e a consequente perda do patrimônio natural.

A fermentação liberalista, explica Sérgio Buarque de Holanda, que precedeu o movimento de independência, restringia-se a pequenos grupos sociais e a propaganda da República ainda não conseguia introduzir sentimentos de nacionalidade. Os partidos políticos representavam menos as ideias e mais os ideais de pessoas e de famílias.

O território nacional republicano do final do século XIX foi comandado pelos militares. O que se queria era um homem novo, construído com ideais distantes dos agricultores rurais e inserido nos valores sociais vinculados à burguesia em ascensão. Esta nova sociedade ainda não tinha um sentimento de nacionalidade no processo democrático. Getúlio Vargas, que foi presidente do Brasil entre 1930 e 1945, criou agências para agir na integração do território nacional e incutir valores no inconsciente coletivo.

Era o “sertão” um lugar desconhecido, entendido como um espaço vazio, que estava desconectado. “Foi assim também que, em 1940, Vargas lançou a chamada ‘Marcha para o Oeste’, como uma diretriz de integração territorial para o país”. Valorizava-se a figura do conquistador, do bandeirante, um herói que desbravava as terras incultas e chegava ao sertanista. Ele construía a nacionalidade na medida em que agregava territórios ao país (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Iguazu e Ponta Porã), induzia a ocupação humana feita por meio da criação de povoados, estradas e meios

de comunicações . O sertão, um conceito polissêmico, também compõe a paisagem geográfica do romance de Guimaraes Rosa, conforme explica Meyer.

A percepção geográfica em Grande sertão: veredas é corporal, vivida com cumplicidade no meio de situações do cotidiano. As paisagens são percebidas e ganham existência porque estão impregnadas de significados que se traduzem na memória e na expressão, em reminiscências do vivenciado e do experimentado .

Os enunciados “sertão”, “vazio demográfico” que foram usados pelos que exerciam o poder geravam movimentos populacionais e territoriais que modificavam o ambiente. O presidente Vargas agiu na colonização do norte e oeste do Paraná sem interesse em conhecer informações da vegetação, dos povos e das fronteiras ou mesmo registrá-las. Bandeiras militares conquistaram territórios por meio de combates e revoltas como a Guerra do Contestado, a Revolta Federalista e a Revolta Armada. Buscava-se o alargamento dos interiores da nação, das fronteiras políticas, que segundo Pierre Bourdieu seriam espaços onde se produzem, circulam culturas e relações de poder.

Conceitos como progresso e desenvolvimento não poderiam ficar congelados, desatualizados e inadequados considerando a dinamicidade das mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. As autenticidades significavam a forma de legitimar ações de modernização e investimentos em ciência e tecnologia. “Assim, uma inter-relação é possível. Sem dúvida, o sistema como um todo mudou de estrutura, mas o sistema antigo aparece, então, como identificável a uma parte diminuída do novo sistema” .

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA - SÃO MATEUS DO SUL - PARANÁ**

A pesquisa trata de processos de ocupação de áreas, em especial o da região de São Mateus do Sul, no Paraná, a qual percorreu políticas governamentais organizadas na forma de expedições militares, imigração tendo em vista as atividades econômicas que ali poderiam se constituir . Os programas e projetos públicos permitiram a fixação de viajantes, imigrantes espanhóis, alemães e poloneses que se dedicaram à agricultura, ao extrativismo, à navegação e, mais recentemente, à exploração do mineral xisto.

A presença de um porto fluvial e de reservas florestais no Município induziu a um conjunto de práticas progressistas de destruição do ambiente natural e das relações socioculturais. Radomsky , citando Gilbert Rist, diz que isto “foi ganhando, ao longo das décadas, reformulações e

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

críticas internas que, pouco a pouco, se tornaram o próprio reconhecimento do insucesso das teorias, dos programas e das políticas”. A queda dos investimentos no porto e o esgotamento de reservas florestais nativas acresceram as preocupações político-governamentais para encontrar meios de intervenção no território, o qual já possuía uma infraestrutura de transporte para atender o escoamento da produção da região.

No período de intensa extração da erva-mate e da madeira no Centro-Sul do Estado do Paraná (1850-1940), o principal meio de transporte utilizado na região eram as pequenas e médias embarcações a vapor que navegavam pelo Rio Iguaçu. Nesta época, em São Mateus do Sul, existia um porto. Eram transportadas a erva-mate e madeira do município e região através do rio para o município de Porto Amazonas (PR), onde eram acondicionados em vagões que seguiam para os Portos Marítimos de Antonina (PR) e Paranaguá (PR).

Situada no domínio de Floresta com Araucária, na porção Oeste da Serra do Mar, no Município encontravam-se, entre outras, as espécies pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), erva-mate (*Ilex paraguayensis*), o cedro e as árvores frutíferas guabirobeira e pitangueira. Mas, não havia somente esta paisagem. Pessoas viviam na região, as quais foram desconsideradas visto os interesses de ocupação do território. A legitimação do processo exige a retomada das ações da colonização portuguesa, quando atracaram suas caravelas no litoral baiano brasileiro em 1500. No Paraná não foi diferente, conforme explica Tomaz ao estudar o caso da região norte do Estado.

O conceito de fronteira ajuda a entender esse processo de ocupação em nome do Estado paranaense, visto que os povos indígenas que povoavam esta vasta região não eram reconhecidos como tais pelo governo brasileiro, tratando-se assim de uma fronteira interior a ser conquistada. Isso ocorre quando em determinada região precisa haver uma ocupação que integre o território ainda não totalmente dominado pelo poder institucionalizado, o que ocorreu neste caso, pois havia terras ocupadas por povos nativos ainda não sujeitos ao governo do Estado.

A Teoria de Fronteira de Turner representa avanços no estudo dos processos de ocupação territorial e desenvolvimento, mas ainda sem remeter às abordagens ecológica e social. Por outro lado, o que estava previsto era o progresso material, sem relações com direitos, serviços e criação de processos democráticos a partir do domínio territorial. O aprofundamento desta problematização pode ser feito com estudos de Ciência Tecnologia e Sociedade, em especial quando se analisa a relação criada entre ecossistemas naturais, atores, novas tecnologias e desenvolvimento territorial.

Escobar diz que os deslocamentos forçados e os assassinatos de líderes que defendem seus territórios ocorrem toda vez que o capital global ou nacional produz discursos de expansão de

culturas, de espaços para a criação de animais, e apaga, simultaneamente, outras formas de existir dos grupos sociais. O autor fala em erosão de práticas relacionais de base ontológica e territorial, a qual não trabalha com as dualidades do ser humano e da natureza, do saber e da cultura, e das inter-relações com a materialidade e espiritualidade. “Todos existimos porque existe o todo” .

O caso de São Mateus do Sul faz parte da decadência das atividades extrativas do mate e da madeira e a ascensão de polos industriais nos anos 1950 na Região Sul do país. Com a produção nacional de veículos automotores, o consumo de energia apresentou uma tendência a crescer progressivamente. Novos campos petrolíferos e o aproveitamento do mineral xisto reascenderam a economia desta região paranaense. Porém, a degradação do meio ambiente acompanhou o processo e “os corpos hídricos próximos às áreas de exploração de xisto são atingidos pelas explosões na área da mina. Em virtude do rebaixamento do lençol freático alguns rios têm seu leito diminuído e outros chegam até a secar” .

## **APORTES TEÓRICOS**

A Teoria de Fronteira Frederik Jackson Turner , idealizada no século XIX, oferece o pano de fundo para analisar as formas de ocupação da região Centro Sul do Paraná e as relações dos atores locais com a Floresta com Araucária. O autor trata de aspectos da fronteira e da formação do território norte-americano que convergiram ao progresso econômico e social deste país. Associa a construção de valores como democracia e liberdade com as condições que os americanos encontram à medida que avançaram na ocupação em direção ao oeste dos Estados Unidos.

A experiência e a superação de situações como as dificuldades em explorar, exigiram que as pessoas se relacionassem e se adaptassem a “novos” territórios e à lida com ambientes naturais (selvagens). A conquista de competências de domínio territorial se transformou em poder econômico e político, reproduzindo-se na nação como um todo . Escobar inclui o aspecto antológico destas conquistas.

*El territorio se concibe como más que una base material para la reproducción de la comunidad humana y sus prácticas. Para poder captar ese algo más, el atender a las diferencias ontológicas es crucial. Cuando se está hablando de la montaña, o una laguna o río, como ancestro o como entidad viva, se está referenciando una relación social, no una relación de sujeto a objeto.*

A Teoria Ator-Rede, no campo dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade, possui argumentos que podem complementar a abordagem de Escobar e Turner sobre as relações sociais que permeiam os atores locais e os ecossistemas. Logo, habitantes e governantes de uma região interagem com áreas naturais, as quais exercem um papel protagonista no início da implantação de práticas. Porém, na medida em que ocorrem processos de desmatamento e degradação de seus ecossistemas, as relações se modificam e crescem as limitações e restrições no manejo da região.

O conhecimento acerca da Floresta com Araucária, ecossistema integrante do bioma Mata Atlântica, abrange características de sua formação e processos que incidiram na perda de flora e fauna. Neste aspecto, os estudos e pesquisas sobre uma das espécies nativas, a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) (OLIVEIRA; ROTA, 1985; COSTA, 1995; BONDARIK *et al.*, 2006; BOGUSZEWSKI, 2007; GERHARDT, 2013; CHAIMSOHN *et al.*, 2014; MARQUES, 2014), servem para reforçar o entendimento sobre a importância da manutenção do ambiente do entorno e a conexão do seu aspecto ambiental com as questões sociais, econômicas, de desenvolvimento e de ocupação territorial.

Vale ressaltar que os pilares de construção deste texto abrange ainda dados históricos no campo da política e da expansão agrícola no Paraná, com a substituição de áreas de florestas nativas e com a atuação de agentes promotores do desenvolvimento (BONATO; BONATO, 1987; WESZ JUNIOR, 2011; TONIN, 2012; SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2013; INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2016; SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2016).

## **METODOLOGIA**

A estruturação deste artigo se valeu de pesquisa qualitativa, na modalidade de discussão dos atores envolvidos em processos de ocupação de terra e pontos de vista de autores que tiveram com centro de suas pesquisas o tema da fronteira. Em específico, buscou-se explorar uma visão crítico-reflexiva tendo como objeto de estudo a Floresta com Araucária e a viabilidade de ações de conservação na região centro sul do estado do Paraná. A bibliografia escolhida para dar sustentação e promover a argumentação do texto também pode contribuir para sugerir e apontar horizontes de mudanças e transformações. Foram inseridos os recursos metodológicos dos relatos de experiência,

por meio de conversas informais, as quais contribuíram para entender como ocorrem as práticas de extração da erva mate e como os atores estabelecem as relações com o meio ambiente. Estendeu-se a delimitação espacial para São João do Triunfo, município vizinho de São Mateus do Sul, dada as circunstâncias favoráveis de poder abrir o diálogo com atores que puderam contribuir com o desenvolvimento de conceitos e definições relevantes para o trabalho. A reflexão central foi sintetizada com os enfoques teóricos, as falas dos participantes e os contextos político-econômico, sociocultural e ambiental.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A Floresta com Araucária no Paraná**

A Floresta com Araucária, tecnicamente chamada de Floresta Ombrófila Mista, é um ecossistema associado ao bioma Mata Atlântica e tem a Região Sul do Brasil como sua principal área de ocorrência. Nos três estados da região – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, a extensão territorial deste ecossistema era estimada em mais de 182 mil km<sup>2</sup>.

Gubert Filho e Silva et al. detalham o processo de desmatamento da Floresta com Araucária e outros ecossistemas no Paraná: trajetória que ocorreu, principalmente, no final do Século XIX e durante o Século XX, sendo a principal atividade a exploração madeireira – facilitada por novas ferrovias para escoamento da madeira extraída de árvores como araucária, imbuia e canelas. O estado do Paraná era a unidade da federação que abrigava a maior porção desta floresta – próximo de 74 mil km<sup>2</sup> de seu território, dos quase 200 mil km<sup>2</sup> que perfazem as fronteiras do estado. No entanto, estudos de 2001 da Fundação de Pesquisas Florestais da Universidade Federal do Paraná indicavam que apenas 0,8% da área de ocorrência natural da Floresta com Araucária no Paraná restavam no território.

A principal característica da Floresta com Araucária é a presença do pinheiro que lhe dá o nome – a araucária (*Araucaria angustifolia*). A diversidade biológica da Floresta Ombrófila Mista é muito maior, abrigando, além do pinheiro araucária, outras espécies da flora como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), imbuia (*Ocotea porosa*), o xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e as canelas sassafrás (*Ocotea odorifera*) e preta (*Ocotea catarinenses*), e da fauna como a gralha azul (*Cyanocorax caeruleus*), o lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*).

Além da diversidade de espécies de sua fauna e flora, uma outra característica da Floresta com Araucária é sua longevidade. Como exemplo, Koch e Corrêa contam que a araucária, árvore símbolo do ecossistema, está presente na natureza há vários períodos geológicos, sendo uma das espécies mais antigas da flora do Brasil.

A política patrocinada pelo Governo Vargas na metade do Século XX também reforçou a ocupação territorial, gerando a substituição de florestas nativas por atividades econômicas. Sob a perspectiva do significado de fronteira para Turner, o quadro de desmatamento da Floresta com Araucária no Paraná possui correspondência com aspectos da expansão territorial e com o desenvolvimento, especialmente por conta do ciclo econômico da erva-mate vivido pelo Paraná no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando houve significativa geração de divisas com a comercialização e exportação da erva-mate.

Mas, conforme tratado no próximo item, a alteração dos ecossistemas naturais da região oferece parâmetros limitados se comparados com a teoria de Turner, especificamente quanto ao aspecto da construção de valores da democracia e da competência no domínio territorial, que se transformam em poder econômico e político em novos territórios.

### **A erva-mate e a criação de identidades**

No Paraná, a região Centro-Sul concentra boa parte dos remanescentes da Floresta com Araucária. Nesta área se localizam os municípios de São Mateus do Sul e São João do Triunfo que serviram de cenário para entrevistas com agricultores e as relações que mantêm com os ecossistemas naturais da região<sup>32</sup>. Os ecossistemas da região integram o domínio de ocorrência de erva-mate, conforme descreve Oliveira e Rotta ao apresentar um mapa que abrange boa porção do território do sul do Brasil e ainda áreas na Argentina e Paraguai.

Assim como boa parte do território paranaense, a agricultura de larga escala para produção de *commodities*, como a soja, avançou também para esta região (BONATO; BONATO, 1987; SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2013; 2016). É uma composição com grandes extensões de áreas com monoculturas e propriedades rurais de escala familiar. Essas duas categorias de propriedade rural exploram tal *commodity* e posteriormente

---

<sup>32</sup>É importante colocar que, segundo classificação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), os dois municípios pertencem à Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense. Por outro lado, é comum os habitantes afirmarem que a própria região está localizada no Centro-Sul do Paraná.

comercializa o produto junto às cooperativas, *tradings* ou diretamente com grandes empresas 2). A produção é destinada ao processamento industrial (fabricação de óleo de soja, ração para animais e biodiesel, por exemplo) ou à exportação 011). Culturas como tabaco e feijão, bem como a criação de aves e suínos, entre outras práticas, também fazem parte deste mosaico de atividades econômicas baseadas na agricultura e pecuária 2016).

Além disso, tem papel destacado o cultivo de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) na região, importante centro produtor. Os agricultores e pecuaristas conciliam a produção desta planta com outros trabalhos na propriedade rural . Entre usos atuais e potenciais, a erva-mate tem aplicações como a produção de chás, chimarrão, tererê (bebida fria), energéticos e cosméticos, além de usos nas indústrias alimentícia e de medicamentos .

Adicionalmente aos aspectos econômicos, a relação da erva-mate com aspectos sociais e ambientais é relevante. Primeiro, o desenvolvimento das técnicas de preparo para o consumo remonta a comunidades indígenas, que envolve a extração das folhas, o ponto certo de secagem e o modo de preparo (GERHARDT, 2013; MARQUES, 2014). Primeiramente estes povos ocuparam e viveram na região de ocorrência da planta entre o sul do Brasil, Paraguai e Argentina. Posteriormente, colonizadores jesuítas, portugueses e espanhóis adquiriram o hábito e o difundiram pelas terras que exploraram na América do Sul 7).

Gerhardt , em sua tese de doutorado, descreve a história ambiental da erva-mate, e exemplifica as necessidades e o convívio dos exploradores da erva-mate com a floresta. São situações que envolvem a habilidade de identificar a planta no meio vegetal, a instalação de abrigos e estruturas para processamento do produto, bem como formas de sobreviver no campo.

Acampar e trabalhar na floresta durante semanas requeria saber se proteger do frio, evitar animais perigosos, levar consigo a alimentação e saber como obtê-la no ambiente. A caça, a pesca, a extração de palmito, a coleta de frutos e da semente de *Araucaria angustifolia*, o pinhão, onde ela está disponível, são algumas das possibilidades de alimentação na floresta .

Segundo relatos de dois profissionais<sup>33</sup>, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus do Sul busca organizar um sistema produtivo mais amplo da erva-mate para transformá-la em atividade econômica rentável para seus associados . Além de ser a planta nativa deste ecossistema,

---

<sup>33</sup>Evandro Möller e Tiago Licheski, funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus do Sul.

ela faz parte da paisagem do cotidiano dos produtores rurais da região, os quais estabelecem relação de interdependência do produto com a floresta em pé.

Além disso, eles travam relações da vida da árvore da erva-mate com a Floresta com Araucária. Agricultores e pesquisadores afirmam que a erva-mate de melhor qualidade é aquela produzida de forma consorciada com a Floresta com Araucária. Aproveitando a sombra das árvores maiores, apresentam menos problemas fitossanitários, entre outras características disponibilizadas ou viabilizadas pela presença da área natural .

Em continuidade ao tema desta conversa, o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Licheski, diz que esta questão ultrapassa o âmbito ambiental e pode ser um contraponto à “revolução verde” – o fenômeno de intensificação de práticas agrícolas de grande escala, privilegiando a cultura de *commodities* com o objetivo praticamente exclusivo de geração de lucro . O contraponto neste caso seria a busca por parte dos agricultores familiares por inserção mais ampla no mercado agrícola, por intermédio de práticas mais acessíveis e para as quais eles têm capacidade de alcançar melhores resultados.

Uma parte deste anseio pode ser verificada em campo, em uma propriedade rural no interior do município, de posse de Demerval Pessin Farias, associado ao sindicato de São Mateus do Sul. Ele relata os esforços necessários para manter a qualidade da erva-mate. Enquanto líder do empreendimento de um sistema, ele identifica e separa as melhores matrizes da espécie para posterior produção e comercialização de mudas com características genéticas que, por exemplo, rendam maior produtividade e melhor qualidade da planta com vistas a ganhar vantagens no mercado .

No município vizinho de São João do Triunfo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais trabalha em busca do melhor aproveitamento deste processo ecológico no interior da Floresta. O presidente do Sindicato, Nelson Dias da Silva, relata um aspecto novo para o empreendimento, que seria o cultivo orgânico de erva-mate, o qual se vale da sombra e do funcionamento da Floresta com Araucária para produção e colheita, evitando o uso de insumos químicos como agrotóxicos e ainda tendo o intuito de agregar valor ao produto . Esta produção consorciada contribui para o terceiro ponto da relação entre a floresta e a erva-mate, visto que a planta tem apelo e potencial para servir como estímulo à conservação da biodiversidade dos ecossistemas onde a espécie ocorre . Assim, a manutenção da Floresta contribui com a qualidade e a quantidade da produção de erva-mate.

Os empreendimentos encampados pelos sindicatos em São Mateus do Sul e São João do Triunfo encontram correspondência com os estudos de Chaimsohn et al. que embasam argumentações para alcançar um título de indicação geográfica, um atributo que pode rotular a erva-mate produzida na região e ao mesmo tempo atestar seus diferenciais, sua qualidade e compromissos para manutenção dos ecossistemas naturais e desenvolvimento regional.

Esta projeção dos autores foi confirmada com a obtenção da qualificação requerida pela Associação dos Amigos da Erva-Mate de São Mateus. Em outubro de 2016, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial concedeu o registro de indicação geográfica para a erva-mate cultivada em ervais nativos nos municípios paranaenses de São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Rio Azul, Mallet, Antônio Olinto, e Rebouças .

Apesar do reconhecimento da importância da Floresta com Araucária para a produção da erva-mate, e conseqüentemente a permissão de uma atividade econômica e a permanência de aspectos culturais da região, é comum ouvir relatos de desafios em conciliar a produção agrícola com a manutenção do patrimônio natural . Representantes dos agricultores, via de regra, atestam o atrapalho de sombras de áreas naturais sobre o campo produtivo ou a limitação de espaço para ampliação de cultivos. Tais limitações estão relacionadas a instrumentos jurídicos que preveem a necessidade de se manter áreas de preservação permanente ou reserva legal em propriedade rural .

Os aspectos sociais e ambientais do cultivo da erva-mate dialogam com a Teoria de Fronteira de Turner, uma vez que em todo o sistema produtivo agrícola residem características relacionadas à experiência em explorar, se relacionar e se adaptar a um novo território. Além disso, o atributo de expansão do hábito de consumo de erva-mate, comportamento marcante entre os brasileiros do Sul, paraguaios, argentinos e uruguaios, igualmente se relaciona com as proposições teóricas de Turner.

Vale ampliar essa abordagem apresentada no artigo para os Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade sob o enfoque da Teoria Ator-Rede. Desta forma, seriam questionados os olhares sobre as estratégias de ocupação e desenvolvimento territorial que consideram apenas a presença humana como protagonista exclusiva da ação de desbravamento das novas regiões. Baseando-se no conceito de actante, ou seja, o elemento não-humano atua como um agente e também determina os processos e rumos que um fato pode tomar. Conseqüentemente, ele deve ser entendido como ator da rede que forma os ecossistemas da Floresta com Araucária e sua diversidade biológica explorada, e também

as árvores que forneceram madeira ou que ainda as que trarão a perspectiva de crescimento econômico, como é o caso da erva-mate. Esta seria uma valiosa contribuição para entender o que significam os ambientes naturais e trabalhar os valores de desenvolvimento, domínio territorial e democracia previstas na Teoria de Fronteira de Turner.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação e recriação de identidades e novas possibilidades de desenvolvimento ocorreu na exploração da cultura da erva-mate, da conquista de territórios e na organização da produção e comercialização. A complexidade e os conflitos provindos da dualidade proeminente de conservação e desmatamento, apropriação e território provocaram comportamentos desfavoráveis para todos e para o todo.

O avanço sobre as áreas naturais e a transformação do uso do solo para a geração de riqueza é a essência da teoria de fronteira de Turner, mais especificamente com os aspectos de expansão territorial e desenvolvimento econômico. Mas, segundo Escobar, o aspecto ontológico precisa ser incluído neste tipo de ocupação territorial. A construção de outros valores, classificados pela modernidade como civilizados, como democracia e competência no domínio territorial, oculta ações e manipulações que precisam ser reveladas e estudadas.

Os conquistadores agiram de modo semelhante seja em contexto norte ou sul americano. Parecia que não existiam limites para a natureza e o poder da ação humana e das tecnologias. Do mesmo modo, os colonizadores portugueses exploraram os territórios brasileiros sem considerar a finitude dos ecossistemas e suas relações com as populações nativas. Políticas públicas e programas governamentais continuam sendo o discurso da dubiedade do patrimônio natural e do desenvolvimento, e das tecnologias e qualidade de vida.

As contradições transparecem por todos os lados e ainda estamos caminhando a “passos de formiga e sem vontade” de mudar.

### **Referências Bibliográficas:**

BÔAS, Orlando Villas; BÔAS, Cláudio Villas. *A marcha para o oeste*. São Paulo: Editora Globo, 1994.

BOGUSZEWSKI, José H. *Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações*. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BONATO, Emídio R.; BONATO, Ana Lúcia V. *A soja no Brasil: história e estatística*. Londrina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Soja, 1987.

BONDARIK, Roberto; KOVALESKI, João L.; PILATTI, Luiz A. A produção de erva-mate e a iniciação industrial do Paraná. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO*, 19. 2006, Ponta Grossa. *Anais eletrônicos*. Ponta Grossa: 2006. Disponível em: < [http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindimate-old/uploadAddress/A%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20Erva%20Mate%20e%20a%20Inicia%C3%A7%C3%A3o%20Industrial%20do%20Paran%C3%A1\[37677\]\[6394\].pdf](http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindimate-old/uploadAddress/A%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20Erva%20Mate%20e%20a%20Inicia%C3%A7%C3%A3o%20Industrial%20do%20Paran%C3%A1[37677][6394].pdf) >. Acesso em: 11 set. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALLON, Michel. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, p. 302-321, 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222008000100013&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000100013&nrm=iso) >. Acesso em: 15 jan. 2017.

CASTELLA, Paulo R.; BRITZ, Ricardo M. de. *A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração-CID Ambiental, 2004.

CHAIMSOHN, Francisco P. et al. Sistemas tradicionais e agroflorestais de erva mate e impactos no desenvolvimento territorial: o Centro-sul do Paraná e Norte catarinense. In: Valdir R. Dallabrida (Org.). *Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs, 2014. p.47-54.

COSTA, Samuel G. *A erva-mate*. Curitiba, PR: Farol do Saber, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, 2015.

FARIAS, Demerval Pessin. Entrevista concedida a Ricardo Gomes Luiz. São Mateus do Sul, 29 jul. 2016.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. 2013. 290 p. f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

GUBERT FILHO, Francisco A. . O Desflorestamento do Paraná em um Século. In: Claudia (Org.) Sonda e Silvia C. (Org.) Trauczynski. *Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná*. Curitiba, PR: ITCG, 2010.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Perfil da Região Geográfica Sudeste Paranaense. Curitiba, 2016. Disponível em: < [http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=709&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=709&btOk=ok) >. Acesso em: 11 set. 2016.

KOCH, Zig; CORRÊA, Maria Celeste. *Araucária – A Floresta do Brasil Meridional*. 2ª ed. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2010.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador; Bauru: Edufba; Edusc, 2012.

LICHESKI, José. Entrevista concedida a Ricardo Gomes Luiz. São Mateus do Sul, 29 jul. 2016.

LICHESKI, Tiago; MÖLLER, Everton. Entrevista concedida a Ricardo Gomes Luiz. São Mateus do Sul, 29 jul. 2016.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. Curitiba, PR: Max Roesner, 1968.

MARQUES, Anesio da C. *As paisagens do mate e a conservação socioambiental: um estudo junto aos agricultores familiares do Planalto Norte Catarinense*. 2014. 434 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MEYER, Mônica. *Ser-tão natureza: a natureza de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia L. *O Brasil de JK. A conquista do oeste*. 2016. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste> >. Acesso em: 14 ago. 2016.

OLIVEIRA, Yeda M. M. de; ROTTA, Emilio Área de distribuição natural de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). In: *SEMINÁRIO SOBRE ATUALIDADES E PERSPECTIVAS FLORESTAIS*, 10., 1985, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: Embrapa-CNPq, 1985. Disponível em: <

<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102798/1/AreaDistribuicao.pdf> >. Acesso em: 10 set. 2016.

PEINADO, Federico L; ALONSO, Manuel A. R. *Comentario de textos historicos*. Lerida: Dilagro Ediciones, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL. *Erva-mate local obtém registro de indicação geográfica*. 2016a. Disponível em: < <http://www.saomateusdosul.pr.gov.br/noticias/erva-mate-local-obtem-registro-de-indicacao-geografica/> >. Acesso em: 21 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. O Município. História. 2016b. Disponível em: < <http://www.saomateusdosul.pr.gov.br/o-municipio/historia/> >. Acesso em: 14 ago. 2016.

PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá, PR: Eduem, 2012.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento. A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, p. 149-193, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. *Milho Paranaense - Safra 2013/2014*. Departamento de Economia Rural. Curitiba, PR. 2013.

\_\_\_\_\_. *Milho - Análise da Conjuntura*. Departamento de Economia Rural. Curitiba, PR. 2016.

SILVA, Claiton M.; BRANDT, Marlon; DE CARVALHO, Miguel M. X. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: Paulo A. Zarth; José Carlos Radin, et al. *História da Fronteira Sul*. 1ª. Porto Alegre, RS: Letra&Vida, 2015. cap. 13, p.271-297.

SILVA, Nelson D. da. Entrevista concedida a Ricardo Gomes Luiz. São João do Triunfo, 06 ago. 2016.

TOMAZ, Paulo C. A Região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. In: *Revista Semina*, Passo fundo, RS, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010.

TONIN, Julyerme M. *Cadeias produtivas da soja e do milho*. Maringá: Centro Universitário de Maringá, 2012.

TURNER, Frederick J. *The frontier in American History*. 3ª ed. New York: Dove Publications, 1996.

WESZ JUNIOR, Valdemar .J. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

***EXPEDIÇÕES***

Teoria da História &

Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

ARTIGOS

## TEORIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO DELICADA

*Theory and history: a delicate relationship*

Marcia Mansor D'Alessio<sup>34</sup>

**Resumo:** Existe uma tensão entre Teoria e História: “[...] a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular” (ARISTÓTELES, 2007, p. 43). Esta afirmação de Aristóteles talvez tenha sido a primeira indicação da referida tensão entre as duas formas de conhecimento: a histórica e a teórica. Na citação acima, a filosofia é a referência de um pensamento hierarquicamente superior, sendo que sua legitimação enquanto tal passa pela universalidade de suas verdades. É importante salientar que a poesia nesta reflexão aristotélica é uma forma de conhecimento, embora difira da história no que concerne a matéria do conhecido: na primeira, o fato poderia ter acontecido; na segunda, aconteceu. Porque aconteceu, o fato é singular, e o que poderia ter acontecido cai no âmbito do universal. Neste sentido, a chave para a compreensão da tensão entre história e teoria é a universalidade ou singularidade do conhecimento adquirido: “[...] é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato do primeiro escrever em prosa e o segundo em verso [...]. Diferem entre si porque um escreve o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido” (ARISTÓTELES, 2007, p. 43). Ao situar a história em nível menos elevado que a poesia, Aristóteles parece ter suscitado em pensadores contemporâneos a ideia da distinção entre conhecimento histórico e conhecimento teórico. O presente estudo versa sobre a natureza do conhecimento histórico e seus impasses metodológicos no uso dos referenciais teóricos necessários às suas indagações fundamentais.

**Palavras-chave:** Teoria. História. Historiografia.

**Abstract:** There is a tension between *Theory and History*: “[...] poetry is more philosophical and of a higher character than history, because poetry remains in the universal sphere whilst history studies only the particular” (ARISTÓTELES, 2007, p. 43). This statement of Aristotle was perhaps the first indication of that tension seen between these two forms of knowledge: historical and theoretical. In the quote above, philosophy is the reference of a thought hierarchically higher, and its legitimacy as such involves the universality of its truths. Additionally, it is of paramount importance to state that poetry in this Aristotelian reflection is considered a form of knowledge, although differing from history regarding the matter of the “know”: in the first one, the fact could have happened, while in the second it certainly happened. And as it happened, the fact is singular, and what could have happened falls into the universal sphere. In this sense, a key to understand the tension mentioned above is the uniqueness and the universality of the knowledge acquired: “[...] It is clear that it is not

---

<sup>34</sup> Professora Livre-Docente do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. E-mail: [mardalessio@uol.com.br](mailto:mardalessio@uol.com.br)

up to the poet to narrate exactly what happened, but what could have happened, “the possible”, in accordance with the likelihood or necessity. The historian and the poet are not distinguished from each other by the fact of the first write in prose and the second in verse [...]. They differ from each other because one wrote what happened and what else could have happened” (ARISTÓTELES, 2007, p. 43). By situating the history in a lower level in comparison with poetry. Aristotle seems to have aroused in contemporary thinkers the idea of the distinction between historical knowledge and theoretical knowledge. This study deals with the nature of historical knowledge and their methodological difficulties in the use of theoretical frameworks, which are necessary to address their fundamental questions.

**Keywords:** Theory. History. Historiography.

Existe uma tensão entre Teoria e História: “[...] a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular” (ARISTÓTELES, 2007, p. 43).

Esta afirmação de Aristóteles talvez tenha sido a primeira indicação da referida tensão entre as duas formas de conhecimento: a histórica e a teórica<sup>35</sup>. Na citação acima, a filosofia é a referência de um pensamento hierarquicamente superior, sendo que sua legitimação enquanto tal passa pela universalidade de suas verdades. A partir daí, Aristóteles classifica a poesia em relação à história. É importante salientar que a poesia nesta reflexão aristotélica é uma forma de conhecimento, embora difira da história no que concerne à matéria do conhecido: na primeira, o fato poderia ter acontecido; na segunda, aconteceu. Justamente porque aconteceu, o fato é singular, e o que poderia ter acontecido cai no âmbito do universal. Neste sentido, a chave para a compreensão da tensão entre história e teoria é a universalidade ou singularidade do conhecimento adquirido:

[...] é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso [...] Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. (ARISTÓTELES, 2007, p. 43).

Ao situar a história em nível menos elevado que a poesia, Aristóteles parece ter suscitado em pensadores contemporâneos a ideia da distinção entre conhecimento histórico e conhecimento

---

<sup>35</sup> Esta ideia teve como inspiração o texto de Ernest Nagel, *Ciências Nomotéticas e Ciências Ideográficas*, como ficará claro no decorrer desta exposição. Foi também por meio de referido texto que se teve o primeiro contato com a frase de Aristóteles citada no início desta reflexão.

teórico. Ao primeiro, Ernest Nagel e Jean Piaget atribuíram especificidades em relação ao segundo na construção e na natureza de sua cientificidade.

Segundo NAGEL (1976), é bastante conhecida a diferença que se costuma fazer entre dois tipos de ciências: as nomotéticas e as ideográficas. As nomotéticas são generalizantes, ou seja, criam leis que abarcam e explicam múltiplos fenômenos considerados repetíveis, portanto trabalham com um grau significativo de abstração. As ideográficas observam fenômenos singulares, únicos, aqueles que não se repetem. As ciências naturais são tidas como nomotéticas, enquanto a História é classificada como ciência ideográfica.

Embora reconheça diferenças no resultado das pesquisas em uma e outra forma de conhecimento, quando mostra a forte presença de nomes, lugares e datas nos estudos históricos, dados ausentes nos estudos generalizantes, o autor reconhece também aproximações ao argumentar no sentido da impossibilidade de se construir leis e teorias sem nenhuma referência empírica e na necessidade de algum nível de abstração na descrição de fatos e/ou fenômenos, evidenciada até mesmo pelo “emprego de nomes comuns e de termos descritivos gerais” (NAGEL, 2008). É como admitir que o saber, em algum patamar, necessita de uma linguagem comum. No entanto, adverte, ainda que o historiador se utilize de conceitos generalizantes, ele não os estabelece, ao contrário das ciências teóricas, que certamente desempenham esta função.

Jean Piaget (1976, pp. 30-34), ao discutir o mesmo tema, qual seja, a natureza das formas de conhecimento científico, também destaca as diferenças entre as ciências “nomotéticas” e aquelas que chama ciências históricas, utilizando argumentos muito próximos daqueles do autor acima referido.

As nomotéticas, também para Piaget, são ciências que se preocupam em generalizar situações e construir leis, e são classificadas como tais não apenas as áreas de conhecimento possíveis de serem matematizadas (quantificadas matematicamente), mas disciplinas da área de humanas, como a sociologia, a etnologia, a psicologia, a linguística. Pode-se argumentar que a psicologia, por exemplo, examina situações individuais, ao que o autor provavelmente responderia que, ainda que o objeto investigado seja um caso individual, ele poderá ser comparado a outros e, a partir daí, classificado, o que configura uma busca de generalização.

As históricas são as ciências que enxergam os fenômenos da vida coletiva em sua temporalidade, em cada uma de suas dimensões ou na articulação de várias dentre elas, o que supõe,

para ele, a diacronia, ou seja, a sucessão progressiva dos fatos/fenômenos, não no sentido de melhoria, mas no sentido do antes e do depois.

Não obstante, o autor reconhece a prática da diacronia mesmo em ciências nomotéticas; neste sentido, o que pode aparecer como apenas uma sutil diferença entre as duas formas de conhecimento, no que concerne à adoção da diacronia, vem a ser, em verdade, uma dessemelhança importante. Com efeito, quando uma ciência nomotética coloca seu objeto numa sequência diacrônica, mostra PIAGET (1976, p. 31), fá-lo geralmente buscando a repetição no tempo, o que pode demonstrar semelhança ou diferença entre as variáveis; assim sendo, “o objetivo principal permanece sendo a procura de leis, sob a forma de ‘leis do desenvolvimento’”. Ao contrário, a diacronia, a serviço da ciência histórica, não leva à descoberta de variáveis para a elaboração de leis, o que implicaria abstração, mas ao reconhecimento da singularidade dos fatos/fenômenos concretos.

Cioso de não estabelecer uma separação estanque entre as duas formas de conhecimento, o autor adverte que uma tem necessidade da outra, diferindo, entretanto, em suas orientações: “à abstração necessária das primeiras [nomotéticas] corresponde à restituição do concreto nas segundas [históricas], e esta é uma função tão primordial no conhecimento do homem como a outra, mas uma função distinta do estabelecimento das leis” (1976, p. 34).

Interessa à presente reflexão destacar ainda outra característica das ciências nomotéticas considerada fundamental por Piaget: trata-se da prática da experimentação, que também as diferencia das ciências históricas, pois estas, obviamente, não podem passar por nenhum experimento. Parece ser legítimo supor que o historiador “substitui” esta “lacuna” do conhecimento histórico pela ênfase dada à dimensão empírica da investigação realizada nas fontes documentais. Porém, deve-se dizer que esta hipótese só é admissível se se considerarem, de um lado, as exigências de cientificidade da história a partir do fim do século XIX (que se mantêm em toda a primeira metade do século XX) e, de outro lado, o conceito de ciência vigente naquele momento da história do conhecimento.

A se acreditar na hipótese de Aristóteles ter inaugurado uma inquietação em torno da tríade arte – filosofia – história, no que concerne à construção de abordagens do real, com mais razão tem-se que assinalar a mesma discussão suscitada pelos historiadores do século XIX, a exemplo dos precursores da proposta de cientificação da história, como os alemães Ranke (1795-1886) e

Droysen (1808-1884). Situados num tempo no qual a filosofia elabora grandes sistemas de explicação histórica – basta pensar em Kant e Hegel –, os historiadores alemães do século XIX, ainda que hesitantes entre esses campos do conhecimento, colocam em suas propostas o deslocamento do saber histórico das ideias para a concretude da vida real. Diz Ranke:

A História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte. Ela é ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é apreendido [...] Enquanto ciência, ela se aproxima da Filosofia; enquanto arte, da poesia. A diferença está no fato de que Filosofia e poesia, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a História não tem como prescindir do plano do real. (RANKE, 2010, p. 202).

O conhecimento histórico assim estabelecido vai introduzir enfaticamente a empiria como procedimento metodológico fundamental. É através dela que se atinge o real desejado. Dito de outra forma, a empiria é o instrumento que possibilita à história atingir o patamar de ciência:

Não por suas possibilidades, mas sim por causa de seu próprio material, dado e condicionado pela empiria, é que a História se diferencia da poesia e da Filosofia. Ela associa as duas em um terceiro elemento que lhe é peculiar. A História não é nem uma coisa nem outra, ela promove a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na Filosofia sob a condição de que tal síntese passe a orientar-se menos pelo ideal – com o qual ambas se ocupam – que pelo real. (RANKE, 2010, p. 202).

Trata-se de um momento da história da historiografia no qual os historiadores buscam insistentemente uma identidade para o conhecimento histórico; para tanto, usam a filosofia como alteridade para sua própria autodefinição. Nesse movimento já é detectado um vício fartamente denunciado na segunda metade do século XX, qual seja, o de submeter os fatos concretos a *a priori* teóricos, fator que diferencia, para os alemães do século XIX, a filosofia da história:

Daí resulta que o filósofo, partindo de um lugar completamente diferente, de uma verdade descoberta de uma maneira que lhe é própria, constrói a totalidade da história – como se ela tivesse de ser deduzida a partir de seu conceito de humanidade. Em seguida, não satisfeito de ter de verificar se seu conceito é verdadeiro ou falso a partir do decurso do que realmente aconteceu, ele passa a adequar os eventos ao conceito. Ele reconhece a verdade da História [Geschichte] unicamente na medida em que ela se submete ao seu conceito [...] Caso esse procedimento fosse correto, a História perderia toda a sua autonomia: ela seria simplesmente regida por um teorema da Filosofia [...] Todo seu interesse desapareceria. (RANKE, 2010, p. 204).

No esforço de autonomizar a história em relação à filosofia, Ranke chega a sugerir que a última, ao pretender explicar a primeira, produz um conhecimento atemporal:

Tudo que é digno de ser conhecido teria por objetivo apenas o saber em que medida o *principium philosophicum* se deixa comprovar. Em que medida se deu aquela continuidade do gênero humano concebida *a priori*. Só que não haveria mais qualquer interesse em nos aprofundarmos nas coisas do passado. Querer saber como se viveu e pensou numa dada época. (RANKE, 2010, p. 205).

Em suma, a abstração, recurso do conhecimento para a construção do conceito, obstaculiza o encontro do real. Teria Ranke (1795-1886) lido Marx (1818- 1883), na contundente crítica deste último ao inócuo diálogo entre ideias em detrimento das condições reais de subsistência dos povos, já que, na continuidade de sua reflexão, RANKE (2010, p. 205) diz que “A única diversidade possível consistiria num desdobramento de conceitos, numa dedução feita de cima para baixo – suficiente para que a História deixasse de gozar de autonomia, sem interesse em si mesma, e sua fonte vital se esgotaria”.

Em Ranke reaparece a polêmica questão do universal versus o particular, aqui mediada pelo tratamento que os pensadores, segundo ele, dão ao tempo na observação da história:

[...] aquela [filosofia] coloca mais peso no interesse pelo universal, esta [história] no interesse pelo particular [...] por sua própria natureza, ela [filosofia] é profética, orientada para a frente; a História vê o que é bom e benéfico no existente, o qual tenta captar, e direciona seu olhar para trás. (RANKE, 2010, p. 206).

A busca da especificidade dos fatos/fenômenos, através da delimitação do tempo/espaço, que vai caracterizar os estudos históricos daí para frente, em oposição ao universalismo do olhar filosófico, aparece claramente no pensamento rankiano:

Enquanto o filósofo, observando a História a partir de seu campo, busca o infinito por meio do progresso, do desenvolvimento e da totalidade, a História reconhece o infinito em cada coisa viva, algo de eterno vindo de Deus em cada instante, em cada ser; é este seu princípio vital. (RANKE, 2010, p. 206).

A especificidade dos fenômenos históricos implica necessariamente, nesse pensamento, a investigação do concreto. Em outras palavras, a história delimita os fenômenos para enxergar melhor sua concretude, e a concretude aparece porque a pesquisa histórica liberta-se das especulações filosóficas atemporais: “O próprio fenômeno, em e por si mesmo, será elevado à

História por causa do seu conteúdo – mais importante: será salvo. A História dedica seus esforços ao concreto, e não apenas ao abstrato que nele estaria contido” (RANKE, 2010, p. 207).

A sequência de exigências colocadas por Ranke para a realização da pesquisa em história mostra a construção do método. O autor fala em amor à verdade, o que pode ser lido como decorrência da crença na concretude dos fenômenos. Com efeito, se o fenômeno é concreto, existe; conhecê-lo é chegar à verdade; como procedimento metodológico para atingi-la, o documento. Como se sabe, a fonte documental torna-se o referencial de verdade. Por outro lado, a história não pode ser olhada apenas como uma sequência da guerra e da paz; outros “campos” deverão merecer a atenção do historiador; dessa exigência decorre a ideia rankiana de “nexo causal”, que não se resume à justaposição de fatos, mas significa uma relação de causa e efeito entre eles: “Existe uma articulação íntima entre causa e efeito – mesmo que não possamos datá-la, o nexo causal não está menos presente. Ele existe, e, pelo fato de existir, devemos procurá-lo e conhecê-lo” (RANKE, 2010, p. 209).

Na história universal, continua Ranke, existem conflitos; ao historiador não é permitido defender uma posição dentre os conflitantes, mas cabe a ele compreender as razões das disputas. Esta premissa expressa o medo dos conservadores à revolução no conturbado século XIX. O autor diz claramente:

É certo que a História reconhece o princípio do movimento, mas como evolução e não como revolução; precisamente por essa razão ela reconhece o princípio da resistência. Somente onde o equilíbrio se mantém, sem que surjam essas lutas violentas e que a tudo devoram, é que pode a humanidade prosperar. (RANKE, 2010, p. 212).

Ecos da Revolução Francesa, das revoluções de 1848, da Comuna de Paris?

Como última “exigência”, o autor fala em totalidade, palavra que veio a ser, posteriormente, estruturante do ideário da Escola dos *Annales*. Tem-se a impressão de que, também aqui, Ranke mostra uma hesitação entre o olhar universalizante das filosofias da história e o impulso que caracteriza sua proposta de recortar, por assim dizer, o curso dos acontecimentos de maneira a reconhecer de perto a vida de homens, grupos e povos. Sua explicação da ideia de totalidade dá a entender que a vê como tudo que acontece:

Vê-se como a história universal é algo tremendamente difícil. Que massa infinita! Quantos esforços entre si! Quanta dificuldade em captar uma individualidade! Desconhecendo tantas

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

coisas, como haveríamos de identificar por toda a parte o nexos causal? Para não falar em fundamentar a essência da totalidade. Realizar plenamente essa tarefa é algo a meu ver impossível. Somente Deus conhece integralmente a história universal. (RANKE, 2010, p. 212).

As propostas de Ranke emergem de um contexto específico da história das ideias, qual seja, o momento de apologia da ciência como a forma superior do conhecimento. Assim, o cientificismo do século XIX, herança do iluminismo setecentista, leva os pensadores das humanidades a almejarem transformar suas áreas de estudo em ciência. A partir daí, as reflexões metodológicas dos historiadores alemães e franceses se desenvolverão neste sentido. Não foi outro o objetivo de Leopold von Rank.

Contemporâneo de Ranke, Johann Gustav Droysen (1808-1884) é outro expoente da historiografia alemã. O pensamento dos dois historiadores é convergente no que concerne às questões fundantes daquela Escola, o que não exclui embates teóricos e rivalidades pessoais, como apontam seus intérpretes (DROYSEN, 2009, p. 9). A convergência se dá justamente porque seus membros pertencem ao mesmo tempo histórico, respiram a mesma atmosfera, e os pensadores, como todo ser humano, se parecem com seu tempo.

No texto *Arte e Método*, de 1868, Droysen anuncia sua devoção à ciência, preconizando a construção de um método para a história, questão que ocupa um lugar central em seu pensamento. Nessa reflexão, faz a crítica da historiografia de seu tempo feita tanto no estrangeiro como na própria Alemanha.

O autor acusa de arte retórica o discurso, segundo ele, pretensamente historiográfico, que tem como foco eventos monumentais expostos em linguagem “esmaecida artisticamente”, com o objetivo voluntário de ser palatável pelo grande público; ao contrário, a arte do historiador trabalha com “o sumo das particularidades e a verdade que há em todas as realidades” (DROYSEN, 2010, p. 40).

A exaltação da verdade fica mais evidente quando ele critica aqueles que acreditam ser a história, ao mesmo tempo, ciência e arte. Ao identificar a ciência com a arte, o historiador compromete, a seu ver, a metodologia. Ou seja, é o método o que preocupa Droysen:

Também nós na Alemanha nos vangloriamos de já dispormos de uma literatura histórica que corresponda às necessidades populares; também entre nós já se adotou a perspectiva de que “a História é simultaneamente ciência e arte”. Só que, com isso, a questão

metodológica – e é disso que tratamos – cai novamente na obscuridade. (DROYSEN, 2010, p. 40).

Assim, arte e ciência são produções opostas, já que a arte expressa o que o criador deseja mostrar, e a ciência empírica mostra o fato dentro dos limites de sua existência. Para tanto, continua o autor (DROYSEN, 2010, p. 41), o recurso metodológico da ciência é a comprovação das fontes: “[...] a comprovação das ‘fontes’ (a partir das quais nós criamos) é o fundamento de nossos estudos. Com isso, a relação da História com o passado foi alicerçada sobre um ponto cientificamente basilar”.

Ainda dentro da preocupação com o método, o que, no fundo, é a busca pela cientificidade nos estudos históricos, Droysen vai polemizar com os que acreditam ser o modelo das ciências naturais o único modelo de ciência possível e que, portanto, a História deveria adotá-lo. Ao discordar dessa posição, o autor vai reforçar tanto a crítica às generalizações quanto a aceitação das singularidades na explicação da História, o que se configura, é importante ressaltar, como uma das conquistas da historiografia, na medida em que estabelece um procedimento que leva ao recorte dos objetos de investigação, tornando possível o ofício do historiador a partir de então. Aos seus opositores diz:

Seria como se na região dos eventos históricos, isto é, da vida moral, somente o análogo fosse digno de atenção, e não também o anômalo, o individual, o livre-arbítrio, a responsabilidade, o gênio; como se não fosse uma tarefa científica buscar caminhos de pesquisa e verificação e de compreensão para os movimentos e efeitos da liberdade humana, da singularidade pessoal, não importando o quão pequeno ou grande seja o peso que se ponha nelas [...] Mas há de se encontrar métodos para que obtenhamos parâmetros e controles **objetivos** que permitam fundamentar, ajuizar e aprofundar estas concepções imediatas e subjetivas – especialmente porque, do passado, apenas dispomos de concepções registradas por outros autores ou fragmentos daquilo que um dia existiu, pois esse parece ser o sentido daquilo que por várias vezes se denominou **objetividade histórica**. (DROYSEN, 2010, p. 44, grifos do autor).

Parece que, para Droysen, a objetividade pode abrigar subjetividades.

Pesquisar as obras históricas talvez seja a melhor forma de se conhecer a escrita da história de Droysen. Não obstante, em 1858, foi publicado seu *Manual de Teoria da História*, texto que mostra claramente sua proposta de conhecimento histórico. Se se considerar quanta importância tem o método na composição de sua teoria da história, essa obra assume foros de manual de

metodologia. Nela é detalhado, minuciosamente, o procedimento metodológico a ser adotado para se atingir, na História, o estatuto de ciência.

Apesar da rejeição à especulação filosófica no trabalho do historiador, aspecto basilar, como já visto, na escola historiográfica alemã, Droysen expressa profundas inquietações epistemológicas em relação à ciência histórica. A busca da cientificação da história harmoniza, neste pensador, a relação entre teoria e história; não há tensão, a teoria da história é o método científico aplicado aos estudos históricos: “Sintetizá-los [os métodos] em pensamentos comuns, desenvolver seu sistema e sua teoria e assim determinar as leis da pesquisa histórica, e não as leis da história: essa é de fato a tarefa da teoria da história” (DROYSEN, 2010, p. 46).

Ao lado da Alemanha, a França foi igualmente marcante para os estudos históricos no fim do século XIX. Em virtude de viverem os dois países o mesmo tempo histórico e o mesmo momento da história da historiografia ou por terem seus intelectuais intercambiado ideias, a produção dos alemães e dos franceses, em relação ao fazer histórico, é extremamente semelhante. É o que expressa a publicação francesa, fundada por Gabriel Monod e Gabriel Fagniez, em 1876, intitulada *Revue Historique*.

Os historiadores reunidos em torno desta revista formaram o que ficou conhecido como Escola Metódica, e sua produção foi vista por alguns como história positivista; não por serem “filiados” a Auguste Comte, muito pelo contrário, mas por suas propostas reivindicarem enfaticamente a revelação da existência concreta dos fatos históricos, dir-se-ia, sua positividade<sup>36</sup>.

O artigo de abertura do primeiro número da revista, intitulado *Progrès des Études Historiques en France depuis Le XVIème siècle*, traz claramente a intenção dos fundadores de fazer e divulgar uma história livre das especulações filosóficas, com todas as características que isto implicava, consoante já se via na historiografia alemã: busca da verdade, concretude dos fatos, uso exaustivo das fontes documentais, aplicação rigorosa do método, transformação da história em conhecimento científico. A leitura do artigo, quase um manifesto, autoriza a considerar-se a Escola

---

<sup>36</sup> O termo “positivismo” é muito claro quando se refere ao pensamento de Augusto Comte, mas se torna confuso quando aplicado a uma forma de escrita da história que nada tem a ver com a filosofia da história comtiana. Por esse motivo, alguns estudiosos da história da história consideram abusivo seu uso para classificar a Escola Metódica. Optou-se aqui por falar em positividade para explicar-se esse “mal” uso, baseado na leitura de Paul Veyne sobre Foucault, em brilhante ensaio intitulado *Foucault revoluciona a história*, no qual Veyne explica o método de Foucault a partir do privilégio que este dá à prática em relação à metafísica para a análise da história. O apelo à concretude dos fatos históricos feito pelos metódicos talvez ajude a entender por que Paul Veyne afirma, logo no início de seu estudo, que Foucault “É o primeiro historiador a ser completamente positivista”. (VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1982, p. 151).

Metódica como uma radicalização das propostas dos alemães, evidenciada também no manual mais importante produzido pelo grupo, com significativa repercussão no Brasil, *Introdução aos Estudos Históricos*, escrito por Charles Langlois e Charles Seignobos e publicado no Brasil em 1946. A obra explica, descreve, fundamenta pormenorizadamente um método para a história; porém, se analisada em comparação ao manual escrito por Droysen com a mesma intenção pedagógica de difundir um método, nota-se um viés mais “técnico”, por assim dizer, no texto de Langlois e Seignobos em relação ao texto do historiador alemão, este carregando ainda nítidas influências das filosofias da história em suas inquietações epistemológicas a respeito dos estudos históricos<sup>37</sup>. Além da filosofia, os metódicos franceses polemizam com uma história vista por eles como monarquista, argumento usado para pregar a neutralidade no fazer histórico, embora os estudiosos da historiografia constatem uma produção republicana em suas obras, o que os coloca plenamente inseridos no contexto de consolidação do Estado-nacional francês<sup>38</sup>.

O intenso debate entre as ciências humanas no fim do século XIX e começo do XX produziu uma reação contra o excesso de descrição de fatos, expostos em uma temporalidade curta, da chamada história positivista. Essa reação, como se sabe, veio de um grupo também reunido em torno de uma revista, os *Annales*, que derrubou a hegemonia dos metódicos, disputando com sucesso o espaço nos estudos históricos, porém carregando algumas das conquistas metodológicas de seus antecessores. Pelo menos as três primeiras gerações, sobretudo a segunda, mantiveram com firmeza o ideal de construir uma história científica, embora a ideia de ciência tenha ganhado novos significados.

Estes novos significados trazem marcas do pensamento marxiano. Malgrado a negativa de alguns dos protagonistas do grupo e de vários de seus intérpretes, considera-se aqui grande a influência de Marx nas formulações dos “analistas”, tanto no que concerne às reflexões epistemológicas e aos questionamentos da temporalidade dos fatos/fenômenos, quanto sobre os procedimentos metodológicos. É significativo que Pierre Vilar, historiador considerado o marxista da Escola dos *Annales*, tenha dito em entrevista, em 1992, do alto de seus 86 anos e de sua condição de um dos maiores historiadores franceses do seu tempo, o seguinte sobre a relação marxismo/*Annales*: “[...] Para mim, enquanto os *Annales* conservarem como subtítulo e como

<sup>37</sup> Sobre comparação entre historiadores franceses e alemães, sugerindo aproximações, mas sobretudo diferenças, cf.: REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>38</sup> A Escola Metódica será analisada mais à frente nesta tese.

proposição a sequência economia–sociedade–civilização, não perderemos o parentesco com o marxismo” (VILAR, 1998, p. 66).

Apesar de todas as conquistas do fazer histórico nos séculos XIX e XX, o impasse entre universalidade/particularidade, abstração/concretude, conceito/realidade, ciência/arte, em suma, o impasse entre teoria e história continua. Todo esforço da reflexão sobre o conhecimento histórico vai no sentido de tirar a história da condição de discurso retórico e colocá-la em condições de igualdade com outros campos de investigação.

Poder-se-ia situar na segunda metade do século XX as ideias contrárias à necessidade de dar estatuto de ciência à história, discussão que pode levar, inoportunamente, a certa valoração das formas do saber. Impossível não rememorar Aristóteles, que, conforme visto, hierarquiza o conhecimento, contrapondo universalidade, forma superior, própria da filosofia e da poesia, à singularidade, forma “menos nobre”, atribuída à história.

O importante, contudo, é perceber que existe uma relação entre a questão da cientificidade do conhecimento histórico e as escritas da história, já que o uso de generalizações conceituais interfere na construção do discurso historiográfico, o qual, nesta condição, aparece diferenciado da narrativa descritiva.

A questão da escrita da história é recorrente nas várias correntes de pensamento da contemporaneidade. Em suas reflexões a respeito do historicismo de Popper, Patrick Gardiner, nos anos 1960, preocupa-se em mostrar como os historiadores escrevem a história, enxergando este tema como um dos mais discutidos pelos filósofos. Dentro desta questão, a grande problemática para Gardiner é também a cientificidade da história, tendo como ponto de partida a singularidade dos fenômenos históricos e a consequente dificuldade de generalizações:

O uso de conceitos “unificantes” [...] a fim de agrupar ou situar os acontecimentos históricos, pode ter, como argumenta Dray, uma função explicativa importante: e embora as interpretações deste tipo não sejam habitualmente dadas em respostas a perguntas como “Por que (ou como) isto aconteceu?”, daí não se segue que, à sua maneira, elas não expliquem. O que acaba de ser dito é talvez suficiente para mostrar, em termos gerais, alguns dos aspectos da produção histórica que atraíram, recentemente, a atenção dos filósofos. O trabalho deles tem-se orientado, em grande parte, no sentido de pôr em relevo os caracteres distintivos da história, de preferência a tentar absorver os estudos históricos dentro dos moldes de um quadro sinóptico do conhecimento humano, sugerido pela forma de proceder das ciências naturais. (GARDINER, 2008, p. 332).

Assim, o que está em questão é o uso de generalizações em história e, conseqüentemente, a defesa da especificidade desta área do conhecimento no que concerne à construção de seu raciocínio e de sua narrativa. Em última análise, isto significa discutir a tensão entre teoria e história.

Retome-se Karl Popper, trazido por Gardiner a esta discussão através da crítica do primeiro ao chamado historicismo. POPPER (2008, p. 335) definiu o historicismo como “a doutrina segundo a qual faz parte das atribuições das ciências sociais apresentar profecias históricas, e que as profecias históricas nos são necessárias se é nosso desejo orientar a política de um modo racional”.

Popper vê o historicismo como muito presente no pensamento filosófico de sua época e, embora considere o marxismo sua forma emblemática, esclarece:

sempre que menciono o Marxismo, tenho também em mente muitas outras filosofias da história, pois vou tentar criticar um determinado método histórico, considerado válido por muitos filósofos, antigos e modernos, de ideias políticas muitíssimo diferentes das de Marx. (POPPER, 2008, p. 335).

O argumento mais forte do autor contra o que considera historicismo consiste em afirmar que só se pode fazer previsão quando se tem um sistema estacionário, no qual as fases se repetem, como o sistema solar, a partir do qual se fazem profecias a respeito dos eclipses e da regularidade das estações. Ao contrário, sobre os fenômenos sociais não há possibilidade de previsões, pois a

sociedade está em evolução. A sua evolução não é, de um modo geral, de repetição [...] não são de repetição os aspectos mais flagrantes da evolução histórica. As condições vão se alterando, e (em consequência, por exemplo, de novas descobertas científicas) vão surgindo situações que são muito diferentes de tudo quanto até agora aconteceu. (POPPER, 2008, pp. 339-340).

Como se observa, está presente na insistente crítica ao historicismo, no século XX, o reconhecimento da singularidade dos fenômenos sociais, poderoso argumento contra a utilização da teoria nos estudos históricos.

O autor Frank R. Ankersmit escreve um texto intitulado *Historicismo, pós-modernismo e historiografia*, no qual parece dar continuidade à linha de interpretação de Popper relativamente à crítica ao historicismo. Esta crítica é o objetivo fundamental do referido texto e, de resto, serve muito bem ao propósito das reflexões aqui urdidas.

Ankersmit atribui ao historicismo um olhar a-histórico sobre a realidade na medida em que o seguidor desta linha de reflexão coloca-se fora do tempo em sua atividade investigativa, como se os

agentes sociais e o produto de seu conhecimento não devessem ser, eles próprios, historicizados. O objetivo desse distanciamento temporal por parte do pesquisador é, segundo o autor, encontrar um fundamento epistemológico sólido para o conhecimento histórico, necessidade instituinte do historicismo, já que esta solidez significaria a estabilidade que referencia a análise dos fatos/fenômenos históricos ao construir um passado portador de uma unidade coerente.

O contraponto do historicismo, para Ankersmit, é o pós-modernismo. Apesar da antinomia entre as duas visões, ambas trabalham com a ideia de alteridade, mas com usos totalmente distintos: o historicista estabelece a diferença entre o pesquisador e o fato pesquisado, colocando o primeiro como distanciado do segundo por encontrar-se fora do tempo do desenrolar histórico e situado em lugar transcendental, criando, assim, um sujeito histórico deshistoricizado; o pós-modernista coloca-se diferente do objeto pesquisado porque ele próprio está sujeito à ação do tempo, de outro tempo, o que resulta em historicização do sujeito social e do conhecimento por ele produzido: “Com Gadamer, precisamos reconhecer que ‘só conhecemos historicamente porque nós mesmos somos históricos’. Em suma, tudo aquilo que (na tradição modernista-historicista) era transcendental, precisa ser agora historicizado” (ANKERSMIT, 2009, p. 98).

Ou seja, para Ankersmit, apoiado em Gadamer, o historicismo precisa criar situações históricas estáveis, vale dizer, fora do tempo, para a partir delas explicar o desenrolar histórico dos fenômenos pesquisados; ao contrário, o pós-modernismo tudo submete à ação do tempo, até mesmo as leituras – e os leitores – que se faz da história.

Dando continuidade à sua reflexão, o autor discute a importância da contextualização para o historicismo, mostrando a descontextualização praticada pela escrita pós-moderna, o que significa o não reconhecimento da articulação entre dimensões do real, as “partes” do objeto investigado sendo vistas em sua autonomia. Trata-se de um golpe na ideia de estrutura e/ou totalidade, recurso epistemológico de organização do real praticado pelo marxismo e pela Escola dos *Annales*. Os críticos do contexto vêem este recurso como estabilidade a-histórica.

Dentro desse “combate” a todo tipo de estabilidade, encontrou-se na reflexão de Ankersmit uma referência à epistemologia trazida pela escrita pós-moderna da história, que ele classifica de nova em contraposição à que seria tradicional, ou seja, as buscas epistemológicas anteriormente praticadas. Como a historiografia pós-moderna tem como objeto de investigação o texto histórico, a epistemologia daí decorrente deixa de buscar “um ‘fundamento’ para o conhecimento histórico”, na

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

medida em que o próprio texto é historicizado, donde se conclui que, para o autor, fundamento significa princípio fundante (como o próprio nome sugere), portanto estável, a partir do qual o conhecimento se dá:

A epistemologia abdica com isso à sua tradicional presunção e à sua pretensão de poder proporcionar um “fundamento” para o conhecimento histórico. Ela é historicizada, contanto que a história da escrita da história se torne daqui para frente o fundamento da epistemologia. (ANKERSMIT, 2009, p. 106).

O texto acima analisado mostra, ao cabo, a emergência de uma nova forma de se pensar historiografia. No entanto, não é a única. Em 1984, com a publicação de *Les lieux de mémoire*, Pierre Nora anuncia novidades decisivas para uma resignificação da historiografia:

Un des signes les plus tangibles de cet arrachement de l’histoire à la mémoire est peut-être le début d’une histoire de l’histoire, l’éveil, en France tout récent, d’une conscience historiographique [...] Dans un pays comme la France, l’histoire de l’histoire ne peut être une opération innocente. Elle traduit la subversion intérieure d’une histoire-mémoire par une histoire-critique. Toute histoire est par nature critique, et tous les historiens ont prétendu dénoncer les mythologies de leurs prédécesseurs. **Mais quelque chose de fondamental commence quand l’histoire commence à faire sa propre histoire.** (NORA, 1984, p. 21, negritos nossos).

No ensaio, já bastante conhecido, intitulado *Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux*, ao explicar sua noção “lugares de memória”, Nora fornece elementos para a reflexão sobre as metamorfoses historiográficas ocorridas. Não se pretende aqui discorrer sobre a importante análise do autor em torno do binômio memória–história, o que já se fez em outra ocasião<sup>39</sup>, mas apenas destacar fragmentos de seu pensamento que apontam para as referidas transformações.

De imediato advirta-se que a leitura que se faz de referido ensaio implica a aceitação do duplo significado da palavra história, qual seja, história-vivência e história-conhecimento. Assim, a história que faz sua própria história é a que reflete sobre a temporalidade do conhecimento histórico, ou seja, a historiografia, que passa assim a não só analisar as diferentes interpretações dos mesmos fatos, mas a se perguntar como e por que aquela visão foi construída. A referência das representações historiográficas construídas será sempre o real histórico, que esta abordagem acredita existir. Este procedimento dá *status* ontológico ao passado e função teórica à historiografia.

---

<sup>39</sup> D’ALESSIO, Marcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e Pierre Nora. In: Revista Brasileira de História. Vol. 13, nº. 25/26, setembro 92/agosto 93. São Paulo: Anpuh/Marco Zero.

A reflexão acima proposta baseia-se na diferença feita por Pierre Nora entre memória e história: “Memoire, histoire: loin d’être synonyme, nous prenons conscience que tout les oppose” (NORA, 1984, p. 29). Para o autor existe a sociedade-memória (*collectivité-mémoire*) e a sociedade histórica. A sociedade-memória é a que vive memória, ou seja, não tem historicidade. O tempo não passa, vive-se o mesmo, como um ritual. A sociedade-histórica está em constante e rápida mutação; o passado passa e é diferente do presente.

A sensação de referenciais sempre perdidos leva à busca de estabilidades; as contínuas rupturas levam à busca de continuidade. Estabilidade e continuidade levam à construção dos “lugares de memória”: “Il y a des lieux de mémoire parce qu’il n’y a plus de milieux de mémoire” (NORA, 1984, p. 17).

Há lugares de memória porque, na sociedade, tudo muda, não há continuidade, portanto, não há como os grupos se reconhecerem neles mesmos. Nas sociedades-memória – ditas primitivas ou arcaicas –, o grupo se reconhece nele mesmo porque a vida e as vivências se repetem, são iguais a elas mesmas: “Habiterions-nous encore notre mémoire, nous n’aurions pas besoin d’y consacrer des lieux. Il n’y aurait pas de lieux, parce qu’il n’y aurait pas de mémoire emportée para l’histoire” (NORA, 1984, p. 19).

É importante salientar que Nora pensa essas questões historicamente. Ele situa a passagem da sociedade-memória para a sociedade-histórica no momento do advento da industrialização, que leva à aceleração da história, e vincula a este processo a nação moderna, cuja consolidação é devedora de sua celebração pela historiografia. É ali que o conhecimento histórico perde a ingenuidade, ao reconhecer a passagem do tempo arrebatando estabilidades, logo tudo relativizando. O historiador já não habita a memória, o passado; a alteridade primeira do historiador é o reconhecimento do passado como “o outro”.

Evidencia-se, assim, que a história (historiografia) tem história e a história da história põe em questão o discurso historiográfico, dessacralizando-o. A memória celebra, a história questiona!

“On ne célèbre plus la nation, mais on étudie ses célébrations” (NORA, 1984, p. 25).

Essas ideias autorizam a pensar-se que o estudo da historiografia pode ser considerado a teoria da história, uma vez que, ao dessacralizar o conhecimento histórico (historiografia), o historiador cria um meta-conhecimento, senão uma metafísica. É importante dizer que não se trata de uma abordagem que considera a história um texto, como pregam os pós-modernos; muito pelo

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

contrário, pois, como já dito, a palavra “história” é sempre vista nos seus dois significados, e a história-conhecimento só é pensada como teoria em sua relação com a história-vivida.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Trad. de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- ANKERSMIT, Frank R. *Historicismo, pós-modernismo e historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009.
- D’ALESSIO, Marcia Mansor. *Memória: leituras de Maurice Halbwachs e Pierre Nora*. In: Revista Brasileira de História. Vol. 13, nº. 25/26, setembro 92/agosto 93. São Paulo: Anpuh/Marco Zero.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Teoria da História*. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. Arte e Método. In: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A História Pensada: teoria e método na historiografia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GARDINER, Patrick (org). *Teorias da História*. Tradução de Vitor Matos e Sá. 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- NAGEL, Ernest. Ciências Nomotéticas e Ciências Ideográficas. In: DA SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.) *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- \_\_\_\_\_. Alguns Problemas da Lógica da Análise Histórica. In: GARDINER, Patrick. (coord.) *Teoria da História*. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Vol. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.
- PIAGET, Jean [William Fritz]. As Ciências “Nomotéticas” e as Ciências Históricas do Homem. In: SILVA, Maria B. N. *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- POPPER, Karl. Previsão e profecia nas ciências sociais. In: GARDINER, Patrick (org.). *Teorias da História*. Trad. Vitor Matos e Sá. 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- REIS, José Carlos. *História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, DF: UnB, 1982.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

VILAR, Pierre. Entrevista. In: D’ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o Saber Histórico*. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. Trad. Márcia Mansor D’Alessio. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

von RANKE, Leopold . O Conceito de História Universal. Tradução e Apresentação: Sérgio da Mata. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A História Pensada: teoria e Método na Historiografia Europeia de Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

## **LA DISPUTA IMAGINARIA: CONSIDERACIONES SOBRE NOVELA E HISTORIA EN HAYDEN WHITE Y CARLO GINZBURG**

*An imaginary dispute. Considerations about novel and history in Hayden White and Carlo Ginzburg*

Sebastian Raul Raya<sup>†</sup>

**Resumen:** A partir de las consideraciones sobre la novela y la historia de Hayden White y Carlo Ginzburg podemos trazar un itinerario conceptual, metodológico y práctico del modo en que ambos historiadores construyen su propia teoría de la historia. Para este fin, mediante un ejercicio de abstracción, se tomarán los términos “historia” y “ficción” utilizados como elementos maleables con los cuales White y Ginzburg organizan sus aparatos teóricos. Si bien no se registró una discusión intelectual formal entre ambos autores, ni hicieron explícito estas operaciones, es posible reconstruir en sus discursos algunas reflexiones sobre cómo consideran los términos en cuestión y, a partir de ello, cómo ejercen el oficio.

**Palabras claves:** Hayden White- historia- novela- Ginzburg

**Abstract:** From considerations of novel and history in Hayden White and Carlo Ginzburg we can draw a conceptual, methodological and practical itinerary of how both historians construct their own theory of history. To this purpose, through an exercise of abstraction, it will be taken the terms "history" and "fiction" used as malleable elements with which Ginzburg and White organize their theoretical apparatus. Although formal intellectual discussion between the two authors weren't recorded, nor even made explicit these maneuvers, it is possible to reconstruct in his discourses some reflections on how to consider the terms in question and, from it, how to exercise the profession.

**Key words:** Hayden White- history- novel- Ginzburg

En torno a las discusiones de larga data con respecto a la relación entre historia y literatura, entre relato histórico y narración literaria, me propongo construir una nueva línea de discusión. Más que una discusión, una disputa que ocurrió indirectamente y que permite reflejar la confrontación de dos concepciones de la historia de dos figuras claves de la reflexión histórica de esta última parte del siglo XX. La historia entre Hayden White y Carlo Ginzburg no es extensa, la polémica no se

---

<sup>†</sup> Archivista e investigador en el Museo Mitre. Miembro del Instituto de Estudios Historicos de la Universidad Tres de Febrero. E-mail: [sebastianraya@gmail.com](mailto:sebastianraya@gmail.com)

manifestó como suele suceder con dos intelectuales que tienen posiciones disímiles. No hubo un artículo que mereció una réplica, como sí sucedió con las críticas que Roger Chartier realizó a algunas consideraciones de White. En este caso no hubo intercambio de posiciones entre ambos autores y cada uno le asignó una importancia distinta a la disputa que posteriormente no resultó fructífera ni dejó demasiadas conclusiones.

De los trabajos de Hayden White que desataron tanta polémica, en especial *Metahistoria*<sup>40</sup>, Ginzburg se enfocó en la teoría de White y desplegó una serie de críticas que se encuentran diseminadas a lo largo de dos de sus obras más teóricas; estas son *El hilo y las huellas: lo verdadero, lo falso y lo ficticio*; y *El juez y el historiador*. Si bien White no confrontó con Ginzburg directamente, creyó que sus respuestas a las críticas generales sobre su teoría saldarían cualquier discusión posterior. Con el correr de los años, incluso White incorporó algunas críticas a su propia obra y fue redefiniendo algunos conceptos. Sin embargo, lo que no varió fue su teoría de la historia, esta se encuentra implícita en sus escritos más allá de los recorridos discursivos whiteanos (RAYA, 2015, p.27). Y disipando esos recorridos, se mantienen en vigencia las críticas que Ginzburg realiza específicamente a ciertos aspectos de la teoría de la historia de White. Por estos motivos resulta necesario reconstruir la polémica entre dos concepciones sobre la disciplina histórica que por momentos resultan antitéticas en la configuración de un marco teórico y conceptual, y en otros se encuentran en coincidencias relativas a ciertas definiciones sobre los problemas que presenta la actividad historiográfica; para luego separarse definitivamente en las acciones frente a la problemática del quehacer histórico.

### **Un poco de contexto. Giros epistemológicos a mediados del siglo XX**

Para poner en contexto la polémica planteada, podemos señalar que el giro lingüístico que dio la reflexión sobre la historia durante los años 1970-1980 es parte de una corriente más general de transformaciones englobadas en el llamado “giro epistemológico”. Este giro epistemológico que había comenzado unas décadas antes para plantear la crisis de la historia surgida luego de las guerras, pero también para discutir con la escuela de los Annales, significaba la apertura de la historiografía a la posibilidad de que la historia encuentre el fundamento de su cientificidad en otras

---

<sup>40</sup> Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX

ciencias sociales. Primeramente, la “historia de lo cotidiano” que postulaba a la antropología y la hermenéutica como las disciplinas que proveían basamento científico a la historia; también surgió en esos años el “giro crítico” que sostenía que aquella base la proporciona la filosofía crítica. Finalmente encontramos en estas discusiones el llamado “giro lingüístico” que enfatizaba que la historia encuentra en la crítica textual y en la lingüística, el terreno verdaderamente científico donde fundar su práctica. Cada uno de estos giros epistemológicos justificaba su voluntad de hegemonía en la investigación histórica, igual que anteriormente se había justificado Marc Bloch (NOIRIEL, 1997, pp. 123-126).

Uno de los exponentes del giro lingüístico, Hayden White, consideraba que la distinción entre discurso "realista" y discurso de "ficción" se había vuelto caduca. Como veremos, esta afirmación no presenta ningún problema; si surgirán conflictos a partir de las consecuencias que White hace derivar de esta proposición al afirmar luego que la historia no es más que un género literario como cualquier otro y, que el método para abordarla debe conceder primacía a la crítica textual. Estas premisas serán las que criticará Carlo Ginzburg. Pero falta decir aun en nuestra síntesis contextual que *The burden of history*, escrito por White en 1966, ya daba cuenta de esta necesidad de un giro epistemológico en la historia indicando que la disciplina se encontraba, entre la ciencia y el arte, estancada en relación a las otras disciplinas dentro de la comunidad intelectual y resultaba una carga para el historiador y para el avance mismo de la historia. *Metahistoria* parecía ser la salida que proponía White para la crisis, el alivio de esa carga que significaba la historia. El trabajo metodológico realizado por White permite justificar, tal cual lo indica Noiriél, el énfasis en la crítica textual y en la lingüística, adecuando a la historia dentro de la comunidad científica.

Ahora si, mientras este giro lingüístico llamaba la atención sobre el problema de la escritura de la historia en relación con la verdad, el historiador italiano radicado en Estados Unidos, Carlo Ginzburg comenzaba a criticarlo, y especialmente en la relación que se estableció entre la narración y la verdad. En su obra *El hilo y las huellas. Lo verdadero, lo falso y lo ficticio*, Ginzburg nos indica que, gracias a su maestro Arnaldo Momigliano, notó las implicaciones morales y políticas, además de cognitivas de la tesis que en esencia borraba la distinción entre relatos históricos y relatos de ficción (GINZBURG, 2010, p. 13). Llama al giro lingüístico: “la tendencia del escepticismo posmoderno” que intenta difuminar la frontera entre narraciones de ficción e históricas en nombre del elemento constructivo que las pone en pie de igualdad (GINZBURG,

2010, p.15). Se proponía combatir esta tendencia al considerar el vínculo entre unas y otras como una disputa por la representación de la realidad. Un conflicto hecho de desafíos, préstamos recíprocos e hibridaciones (GINZBURG, 2010, p. 15). Por lo tanto, postulaba volver a ciertas reflexiones de Marc Bloch, historiador que ya había combatido contra el escepticismo antes y durante la gran guerra. Ante la duda que se sembraba sobre algún documento, Bloch proponía mirar con más profundidad dicho documento en busca de un núcleo involuntario de voces no controladas. Este método es lo que toma Ginzburg y le llama “leer a contrapelo”, método, a su vez tomado de Walter Benjamin, que formó parte de una nueva tendencia historiográfica conocida como “Microhistoria”. Ginzburg indaga en los procesos de brujería, procesos judiciales y actas inquisitoriales buscando las voces involuntarias sobre usos y costumbres que le permitan obtener la mayor cantidad de información sobre el momento histórico en el que se redactaron dichos documentos, al igual que trata de leer las novelas de los grandes escritores de ficción, como documentos históricos impregnados de historia (GINZBURG, 2010, p. 17); de esto se trata *El hilo y las huellas*.

### **Fundamentos de la polémica. Ejercicio de abstracción**

Para la reconstrucción de la polémica, seleccionaremos dos de los elementos con los cuales nuestros autores configuran su marco teórico y conceptual; estos son la novela y la historia o lo que, para este ejercicio es lo mismo: ficción y hechos. El motivo de esta selección entre otras posibilidades es verificar cómo pueden ser ubicados estos elementos y relacionarlos entre sí a partir de una elección del historiador/escritor que surge de su necesidad para argumentar una posición ya tomada, y no a causa de una configuración metodológica. Es importante esta distinción porque las derivaciones de una cierta concepción de la historia a partir de un desarrollo metodológico, tienen pretensiones de verdad natural, científica, es decir que no admite mucha discusión porque son postulados que no estaban presupuestos sino que surgieron de la aplicación de técnicas “probadas y reputadas como válidas”. De esta manera se advierte que Hayden White ubica al trabajo historiográfico y el de la escritura de ficción en dos posiciones opuestas que finalmente terminan siendo lo mismo en el aspecto formal. Por un lado, el historiador halla su relato, es decir cuenta la verdad de lo que sucedió en algún momento; por el otro, los relatos del escritor son ficciones

inventadas por su imaginación. A partir de esta diferenciación White le otorga a la invención, un papel a desempeñar en la construcción del historiador; y de esa manera disuelve la distinción entre hechos y ficción mostrando la naturaleza retórica que los historiadores positivistas se negaban a explicitar (WHITE, 1999). Ginzburg, a su vez, ubicará ambos elementos dentro de un mismo conjunto indicando que para el historiador, tanto la novela como los documentos históricos son materiales arqueológicos con un reservorio de valor histórico por igual. Su valor no reside estrictamente en el contenido sino en el método a aplicarle para obtener datos sobre el período que trata. Vemos entonces que las conclusiones sobre los relatos de ficción e historia no vienen de la reflexión sobre su escritura sino de la necesidad teórica en la construcción argumentativa para sustentar dichas consideraciones y el posterior abordaje de sus metodologías. Cuando Hayden White diferencia en polos opuestos la ficción y la historia para después igualarlas en los modos de tramar, es la ubicación de dichos elementos la que nos habla de su concepción de la historia y de su intencionalidad argumentativa que a la luz de *Burden* se nos clarifica: pretende “...restablecer la dignidad de los estudios históricos sobre una base que los ponga a tono con los estudios y los objetivos de la comunidad intelectual en su conjunto” (WHITE, 1966, p.124). Necesita poner en el plano lingüístico- literario a la historia y a la novela, aunque sea solamente por el aspecto formal de la narración, porque así servirá a los intereses de la comunidad intelectual y a la simplificación teórica que sustentará su armado metodológico en *Metahistoria*.

De la misma manera, con diferente concepción y distinta intencionalidad, Ginzburg ubica los elementos “historia-hechos” y “novela-ficción” en el plano historiográfico porque su metodología consiste en leer a contrapelo dichos elementos en búsqueda de registros involuntarios, como ya se mencionó más arriba. Para Ginzburg no es importante si el documento que tiene ante sí fue un hecho jurídico del pasado que pretende investigar, o si fue escrito por un historiador o un novelista. Tampoco resulta importante para el análisis textual las pretensiones que tiene el individuo histórico, ni el historiador o novelista a la hora de escribir, sino que pone énfasis en la mirada del lector-investigador que lee más allá del autor y sus intenciones en búsqueda de una verdad “mas pura”, o en términos de Ginzburg, una verdad involuntaria. La lectura a contrapelo que Ginzburg propone sobre las actas inquisitoriales, vale también para los textos literarios que quieren constituirse como realidades autónomas. “Esas huellas opacas que se dejan ver en los textos son como percepciones que la mirada registra sin comprender. Estas zonas opacas son algunas de las

huellas que un texto (todo texto) deja detrás de si” (GINZBURG, 2010, p.14). Cada capítulo de *Los hilos y las huellas* es un trabajo distinto de Ginzburg donde muestra la manera de utilizar las herramientas del oficio de historiador. La datación de acuerdo a una o varias palabras, excavaciones arqueológicas, hechos históricos que sirvan de contexto para el autor, etc. Ginzburg parte de la hipótesis de que cada autor de ficción se atiene al efecto de verdad, por lo tanto trata de utilizar conceptos que den cuenta de que lo que se narra fue vivido por el narrador o los personajes de la historia. A la hora de utilizar textos históricos, Ginzburg no separa entre ficción y realidad, tanto Homero como Tucídides, la historia de Lancelot y la de Tito Livio, las novelas de Balzac y Standhal son utilizados como documentos arqueológicos. Aunque parezca absurdo, “todos esos autores nos dan una reseña perfecta de la era respecto de la cual escribieron” (GINZBURG, 2010, p.14), dice Ginzburg. “Un escritor que inventa una historia debe representar personajes basados en los usos y costumbres de la época en que vivieron, sino no serían dignos de crédito.

El punto crucial de este análisis es enfocar en el objeto sobre el cual, tanto White como Ginzburg, eligen tramar una historia. Para White ese objeto es la dimensión estética en donde se ubican los hechos luego de la elección topológica, por lo cual no importa el carácter ficcional o real de los hechos tramados (WHITE, 2010, p.145). Para Ginzburg el objeto son las huellas encontradas en los documentos que condicionan la manera de tramar el relato que un historiador realiza. Lo mismo sucede para el novelista, la elección que hará para tramar su narración depende del elemento histórico para dar verosimilitud poética a la narración, al modo aristotélico, Ginzburg cita: “La obra del poeta no consiste en referir acontecimientos reales sino hechos que pueden suceder y hechos que son posibles, en el ámbito de lo verosímil y de lo necesario” (GINZBURG, 2010, p.14). A su vez, esta utilización de la novela como lo hace Ginzburg “nos permite construir la verdad sobre esas ficciones, la historia verdadera sobre la ficticia (GINZBURG, 2010, p. 133).

### **Función y dinámica. El contenido de los elementos. Coincidencias aparentes**

Ahora bien, ¿Cómo es la dinámica de los elementos “historia y ficción” dentro de los trabajos de ambos historiadores de acuerdo a su ubicación en la construcción teórica? Vemos que en el libro *Los hilos y las huellas*, Ginzburg expone sus consideraciones sobre las narraciones tanto de ficción como de historia. Pareciera que el vínculo entre ambas es similar a la indicada por White;

Ginzburg nos dice “una afirmación falsa, una afirmación verdadera y una afirmación inventada no presentan, desde el punto de vista formal, diferencia alguna” (GINZBURG, 2010, p. 23). Es decir que da por sentado la semejanza entre relato histórico y relato inventado, sin embargo plantea los motivos por lo cual el lector percibe como reales los acontecimientos narrados en un libro de historia al igual que en las novela. Encuentra que “lo verdadero es un punto de llegada, no un punto de partida, por lo cual los historiadores y los poetas hacen por oficio, algo propio de la vida de todos: desenredar el entramado de lo verdadero, lo falso y lo ficticio que es la urdimbre de nuestro estar en el mundo” (GINZBURG, 2010, p. 21). Es por esto que en el oficio de historiador se depende de la interpretación del documento histórico, pero advierte que “aunque las interpretaciones son infinitas, el contenido no es ilimitado. Son las huellas, mas o menos involuntarias, dejadas por el autor las que permiten leer desde una perspectiva distinta con respecto a sus intenciones y a su perspectiva. La ficción, alimentada por la historia, se vuelve materia de reflexión histórica, o bien de ficción, y así sucesivamente” (GINZBURG, 2010, p.14).

White lo que intenta en la diferenciación entre relatos de ficción y de historia es enunciar las voces del establishment de historiadores que sostenían el estatus científico de la historia. Lo hace en modo irónico para así dar cuenta del error que conlleva la manera de considerar a la historia y el peso que esto genera al avance mismo de la disciplina. La búsqueda de lo que “realmente sucedió” frente a los relatos ficcionales era la manera de que los historiadores del siglo XIX sentían que su producción era ciencia, superior a cualquier otra disciplina. Pero para White esto mismo generaba sobre la pretensión de cientificidad una carga que dejaba a la historia relegada con respecto a las otras ciencias sociales y recaía a su vez sobre el presente. De esta manera, el peso de la historia materializada en la revuelta contra la conciencia histórica se dio en el marco de la crisis de la disciplina donde los historiadores del siglo XX quedaron rebasados por el ambiente intelectual de fines de siglo XIX (RAYA, 2015). White explica que para mediados del siglo XIX, los historiadores se habían quedado encerrados en concepciones del arte y la ciencia que tanto artistas como científicos habían abandonado progresivamente para poder comprender el mundo cambiante que les ofrecía el proceso histórico mismo (WHITE, 1966, p.126).

Es decir que el historiador se pretendía sostener en pleno siglo XX como el mediador entre arte y ciencia que había sido en los albores del siglo XIX, producto del esfuerzo por comprender la experiencia de la Revolución Francesa (WHITE, 1966, p.125); sin reparar que el ambiente

intelectual había dejado atrás ciertas concepciones con las cuales los historiadores trabajaban en dicho período. Por lo tanto en la medida en que los historiadores de la segunda mitad del siglo siguieron viendo su trabajo como una combinación de arte y ciencia, vieron la historia como una combinación de arte romántico, por un lado, y de ciencia positivista por el otro (WHITE, 1966, p.126). La gran crítica que hace White es que los historiadores continuaban, a mediados de siglo XX, creyendo que la única forma posible de narración histórica es la de la novela inglesa del siglo XIX (WHITE, 1966, p.126). Esto provocaba un alejamiento de la comunidad intelectual verificado en la vejez del arte en la historiografía y en la falsa escuadra en que quedó el rol del historiador luego de las Guerras Mundiales.

A lo largo de su diatriba contra la conciencia histórica, White dispone a la historia como la historia anticuaría que se sostiene como un fin en si mismo y a la novela como el sistema que penetra en los secretos de la experiencia humana (WHITE, 1966, p.132). Al historiador lo muestra impotente para hacer frente a la realidad y añejo en las respuestas que da al cambio operado en el nuevo siglo, mientras que a los novelistas los exhibe como aquellos que más han aportado a la cultura moderna con sus técnicas de representación literaria (WHITE, 1966, p.126). De este modo prefigura el campo teórico suponiendo un ideal que debe ser alcanzado por la escritura de la historia si el historiador pretende de veras, elevar el status de su disciplina. Indica que el camino es el conocimiento y aplicación de las técnicas literarias y los aportes de la lingüística moderna.

### **Acciones frente a la problemática del quehacer histórico**

Ahora bien: ¿En qué se basa White para sostener el ideal de los novelistas y las técnicas que utilizan? Repasemos las lecturas que él hace sobre ciertos escritores que muestran una marcada hostilidad hacia la historia y fijémonos como atraviesa esas lecturas con el ideal prefigurado sobre lo que debería representarse en la escritura que al mismo tiempo plantea como un espíritu de época que los novelistas reflejaron. La revuelta contra la historia es una idea posible que puede desprenderse de las lecturas pero no responde a un espíritu de época como lo sostiene White, sino que resulta una crítica a una determinada manera de hacer historia que ya se encontraba superada para el momento en que se escribía el artículo. De esta manera, frente a la novela *Middlemarch* de Eliot escrita en 1872 existe una representación en donde la intuición artística y la sabiduría histórica

se oponen, y sus respectivas respuestas a la vida se excluyen mutuamente (WHITE, 1966, p.116). La referencia sobre la historia está puesta en el historiador anticuarista incapaz de reaccionar ante el pasado que lo rodea en los monumentos de la ciudad, e incapaz de traer sus trabajos intelectuales al vínculo activo con el presente. Pero esa crítica al anticuarista no tiene que ver con el historiador tal como nos lo recuerda Ginzburg: “la vieja retórica diferenciaba a los historiadores de los anticuarios, quienes se dedicaban pura y exclusivamente a la producción de pruebas o a la valoración de pruebas producidas por otros” (GINZBURG, 1993, p. 25). Es decir, ambos coinciden en la crítica al anticuarismo cuyo trabajo no tiene vínculo activo con el presente, y aunque White nota esta disrupción, finalmente su propio trabajo demuestra que tampoco tiene un vínculo con el presente específicamente político y social que la historia y la reflexión sobre la misma deben tener.

Sigue White en su lectura y pasa por la novela de Ibsen, quien escribe una década después de Eliot y continúa su línea argumental, peculiarmente en la preocupación por las limitaciones de una cultura que otorga mayor valor al pasado que al presente. Hedda Gabler, la protagonista, soporta la pesadilla del pasado que se refleja en un temor penetrante hacia el futuro (WHITE, 1966, pp.116-117). White presenta una historia trágica de enfermedades psicológicas que se traducen en conflictos con la percepción del tiempo más que una crítica a la historia como ciencia. En *El inmoralista* de Andre Gide la revuelta contra la conciencia histórica es todavía más explícita, nos indica White. La oposición entre la respuesta del arte al presente y el culto de la historia por los muertos, retoma la historia anticuarista donde el problema es la falta de relación entre los hechos del pasado y el presente del historiador (WHITE, 1966, p.117). La crítica es a una historia anticuarista sin conciencia social. Cultura historizada como sinónimo de literatura de evasión. Acá nos encontramos con un conflicto conceptual dado que White entiende como una cultura historizada, una cultura que vive el presente a través de la oscuridad del pasado dejando a los hombres como sombras y abstracciones (WHITE, 1966, p.117). Sin embargo, Sartre quien en un primer momento sostenía que el pasado era irrecuperable por lo cual la historia no tenía sentido, luego escribiría en sus *Cuadernos de guerra* una meditación diametralmente opuesta a *La Nauseè*, indicando que “la historia sólo se comprende mediante la recuperación y la asunción de los momentos. No hay historia más que cuando hay asunción del pasado y no pura acción causal de éste” (SARTRE, 1987, p. 361). Y a esto que le llamaba historicidad era lo que le permitió comprender la guerra en su presente. Es decir que una cultura historizada tiene otra acepción

completamente opuesta a la indicada por White en Gide, esta es que una cultura historizada es una cultura que puede entender su presente producto de su conocimiento del pasado.

Continuando con la argumentación de White contra la conciencia histórica, adscribe a los literatos y artistas modernos el ataque a la “imaginación histórica” considerándola como una contradicción de términos, la barrera fundamental de cualquier intento de acercarse realistamente a los problemas espirituales más urgentes. Sin embargo, para la misma época, el filósofo Aron sostenía en la imaginación histórica un elemento fundamental a la hora de construir un relato histórico con base científica. Indicaba que “el historiador no colecciona hechos, sino que reconstruye conjuntos (ARON, 1962, p.46). Y la reconstrucción de conjuntos se realiza con evidencia e inferencia, donde la imaginación histórica es un elemento para hacer inferencias derivadas exclusivamente de las evidencias. Pareciera estar en consonancia con el rol de la invención que White le otorga a la historia para igualarla a la ficción. Pero evidentemente la selección de las palabras obra un giro en la argumentación. Mientras que para Aron la imaginación, en relación con los hechos y datos que dispone el sabio, le permite concebir una elaboración de un relato de historia; para White, la utilización del término invención con respecto a la construcción de un relato de historia, lleva la intención de disipar la distinción entre historia y ficción. Asimismo podemos indicar que para Aron la imaginación no solo se somete a la evidencia sino también al valor e interés que el historiador tiene en su presente. Entonces, mientras que la revuelta contra la conciencia histórica que presenta White es contra un elemento del arte romántico que quedo anticuado, la “imaginación histórica” resulta una contradicción de términos. Sin embargo Aron en su momento ya había definido la “conciencia histórica” como la búsqueda de precedentes en el pasado para situar el momento del presente en el curso de la historia; y esa conciencia histórica se encontraba estrechamente ligada al vínculo social del hombre con su medio (ARON, 1962, pp.29-30).

Por último White adscribe una actitud parecida en N.O Brown quien ve la historia como una especie de “fijación” que “aliena lo neurótico del presente y lo remite a la búsqueda inconsciente del pasado en el futuro”; no es tan sólo un peso considerable impuesto al presente por el pasado en forma de instituciones, ideas y valores viejos, sino también una manera de ver el mundo que le da a estas formas anticuadas una autoridad verosímil (WHITE, 1966, p.123). Contrastando con Ortega y Gasset, quien no compartía la creencia de que la historia era una carga,

justamente enseñaba que sin historia el peso de las instituciones, ideas y valores sería insoportable sobre nosotros al considerar que dichos elementos siempre existieron y no pueden ser modificados. En cambio con la historia, se entiende que son construcciones y que son posibles de ser modificadas, porque así como no existieron en un momento, luego se crearon, fueron variando hasta lo que vemos y es posible de contribuir a que continúe modificándose (ORTEGA Y GASSET, 1923, p.38). Ortega y Gasset no estaba hablando de un peso de la historia que hace de las instituciones obsoletas y del hombre inmóvil frente al acontecer, sino que advierte que una generación que no tiene en cuenta su historicidad, al modo sartreano, puede caer en una contradicción delincencial en perpetuo desacuerdo consigo misma y fracasada (ORTEGA Y GASSET, 1923, pp.38-39). Es decir, le otorga a la historia un valor fundamental a la hora de renovar y justamente liberarse del peso de las instituciones.

El pesimismo y angustia que Hayden White recoge de las novelas tiene que ver con una historia que estudia el pasado como “un fin en sí mismo”, un anticuarismo sin relación con el presente del investigador, por eso el tedio y la evasión por el arte. Y se hace mas profundo ese pesimismo si recogemos la preocupación de White sobre la necesidad de que el historiador valore el estudio del pasado, no como "un fin en sí mismo", sino como una manera de ofrecer perspectivas que contribuyan a resolver los problemas de su época (WHITE, 1966, p.125). ¿No es acaso, esto, una preocupación del historiador moderno? ¿Querer contribuir a aclarar el panorama del presente utilizando su oficio? White claramente lleva esa preocupación al advertir la revuelta contra la conciencia histórica en al artículo escrito en 1966 y en su pretensión de dar a la historia un anclaje científico con la cual rescatarla de su letargo. Sin embargo a partir de *Metahistoria*, Ginzburg nos indica que White “se interesó cada vez menos en construir una ciencia general de la sociedad y cada vez mas en el aspecto artístico del trabajo historiográfico” (GINZBURG, 2010, p. 319), diferente de su preocupación inicial sobre el peso de la historia y la necesidad de desembarazarse de la carga para participar dentro de la comunidad intelectual en igualdad de condiciones. Porque si *Burden* es un análisis del estado de la disciplina histórica en clave modernista, también es un manifiesto para una nueva historiografía (GINZBURG, 2010, p.319) con pretensiones transformacionales. Pero al alejarse de esa inquietud de que el trabajo del historiador tenga un arraigo en el presente para ofrecer perspectivas frente a los conflictos de la época, y volcarse definitivamente a la poética de la historia, el efecto sobre la función del historiador y de la historia como disciplina no difiere del

anticuarismo que tanto criticó. Sin duda Hayden White transformó los estudios históricos al calificar a la historia como una actividad intelectual que es científica, filosófica y poética (WHITE, 2010, p.12). *Metahistoria* es el estatuto del aspecto poético que no estaba contemplado por los historiadores del siglo XIX, pero una vez planteada y aceptada esa dimensión poética, discutida por más de cuarenta años, deberíamos poder articular una teoría de la historia que contemple las tres dimensiones de la disciplina teniendo en cuenta también consideraciones que provengan puramente del ámbito de los historiadores (RAYA; POÉTICA, p.68).

Ginzburg, cuando caracteriza a la historia, lo hace en el mismo espíritu que White, pero con términos que refieren a su práctica historiográfica. En su reflexión sobre las actividades del juez y el historiador, Ginzburg nos indica que “la historia como actividad intelectual específica se constituye en el encuentro entre medicina y retórica: examina casos y situaciones buscando sus causas naturales según el ejemplo de la primera y los expone siguiendo las reglas de la segunda. Es el arte de persuadir nacido en los tribunales. Pero esa naturalidad del campo histórico no pretende ser la verdad de lo que “realmente sucedió” sino que, como la escuela de los Annales ya había dicho, entre juzgar y comprender se prefería comprender (GINZBURG, 1993, p.19). En este punto, Ginzburg le da mucha importancia al contexto entendido como “lugar de posibilidades históricamente determinadas que sirve para colmar lo que los documentos no dicen sobre la vida de un individuo” (GINZBURG, 1993, p.111). Pero estas lagunas en el conocimiento “son posibilidades, no consecuencias necesarias; conjeturas, no hechos comprobados” (GINZBURG, 1993, p.111). Ginzburg llega a la misma conclusión que White en *Burden* cuando en su crítica al positivismo, construido de historia y anticuarismo que simplifica y empobrece (GINZBURG, 1993, p.112), al fin y al cabo termina siendo una carga en la disciplina de la historia. Pero Ginzburg no pretende realizar un giro epistemológico sino que retoma la tradición de la historiografía italiana, centrándose en las fuentes, con los reparos que sus propias críticas, tanto a los Annales como a su tradición, le permitan advertir. Y la diferenciación de respuestas frente a la consecuencia del positivismo sobre la historia es metodológica, si, pero ideológica en primer lugar.

En su libro *El juez y el historiador*, Ginzburg analiza, casi como un perito, el proceso judicial contra un amigo suyo declarado culpable de ser el actor intelectual en un asesinato. Dicho proceso le permite trazar un paralelismo entre los oficios del juez y del historiador, dado que los elementos con los que cuentan ambos para dar cuenta de un hecho ocurrido en el pasado y que

resulta oscuro para nosotros en el presente son similares. Resulta interesante a la hora de contraponer la concepción de la historia que es explícita en *El juez y el historiador* con la concepción de la historia de White y cómo ambas concepciones se traducen en metodologías de trabajo. De esta manera, la obvia vinculación entre pensamiento y acción, discurso y práctica, queda expuesta en cuanto a las pretensiones de hegemonía interpretativa que Hayden White pareciera tener. LaCapra ha dicho del trabajo whiteano: “que debe ser tomado como un manifiesto” en el traspaso de la historia social a una historia enmarcada en el *linguistic turn* (NOIRIEL, 1997, p.133)

### **Conclusión**

Hemos señalado que White ante las críticas a su trabajo reelaboró una y otra vez sus postulados en un recorrido circular y progresivo, sin embargo, ha mantenido constante su teoría de la historia. Quizás esa circularidad pueda deberse a que en el trabajo de repensar sus propias afirmaciones con el propósito de hacer frente a las críticas que se le hacían, radicalizó sus planteos apropiándose de nuevas categorías y conceptos provenientes de la teoría literaria y de la lingüística. De este modo desde *Burden* hasta uno de su trabajo más reciente, *Practical Past*, ha ensanchado su horizonte interpretativo, ha modificado afirmaciones tajantes, y abandonado el método metahistórico. Durante la trayectoria desde la crítica a la historia anticuaria que se pretendía científica en *Burden* hasta su elección de una escritura del pasado práctico que prioriza la memoria, White mantuvo constante su proceso deshistorizante en orden de dar cuenta de los problemas presentes a través de una historia sin correlato con el presente. Por este motivo, las críticas de Ginzburg mantienen su vigencia y considero que deberían renovarse para hacer frente a una filosofía de la historia deshistorizante como la que propone White que, con diversos matices y características, se pretende hegemónica. Se ramifican las renovaciones y críticas sobre los diversos aspectos del giro lingüístico, se traen nuevos elementos a la discusión en torno a las relaciones entre novela e historia pero se realiza sobre las raíces deshistorizante de la teoría de la historia mencionada. Se discuten prácticas y métodos cuando debería discutirse teoría; deberíamos discutir cómo una teoría determina una práctica, y cómo repercute esto en la función social de la historia y el pasado.

### **Bibliografía:**

- ARON, Raymond. *Las dimensiones de la conciencia histórica*. Madrid: Editorial Tecnos, 1962.
- GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Madrid: Editorial Anaya & Mario Muchnik, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *El hilo y las huellas. Lo verdadero, lo falso, lo ficticio*. Buenos Aires, Fondo de cultura económica, 492 p. (2010).
- NOIRIEL, Gérard. *Sobre la Crisis de la Historia*. Madrid, Ediciones Cátedra, 313 p. (1997)
- ORTEGA Y GASSET, José. *El tema de nuestro tiempo*. Barcelona: S.L.U. Espasa Libros, 1923.
- RAYA, Sebastian. *Del peso de la historia al alivio por la Metahistoria. El discurso como práctica. Una perspectiva de la concepción de historia de Hayden White*, UNTREF, 41p.(2015).
- RAYA, Sebastian. *La poética de la historia como re-significación de la conciencia histórica. Una hipótesis deshistorizante*”, 1ras. Jornadas Nacionales de Historiografía; compilado por Eduardo Escudero; Claudia Harrington, 1ª ed. - Río Cuarto: UniRío Editora, 2015.
- SARTRE, Jean Paul. *Cuadernos de Guerra: Noviembre de 1939 – marzo de 1940*. Barcelona: Edhasa, 1987.
- WHITE, Hayden. “The burden of history”, *History and Theory*, 1966, Vol. 5, No 2.
- WHITE, Hayden. Entrevista realizada por entrevistador Alfonso Mendiola.  
Transcriptor: *Historia y Grafía*, Num. 12. México: Universidad Iberoamericana, 1999.
- WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica. (2010).

## **“POVOANDO O PRESENTE DE FANTASMAS”: FERIDAS HISTÓRICAS, PASSADOS PRESENTES E AS POLÍTICAS DO TEMPO DE UMA DISCIPLINA**

*Peopling the present with ghosts: historical wounds, present pasts and the politics of time of a discipline*

Arthur Lima de Avila\*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir as políticas do tempo que possibilitaram a emergência da historiografia disciplinada, ainda no século XIX, e sua crise diante da “condição pós-colonial” contemporânea, como definida por Sandro Mezzadra e Federico Rahola, a partir de alguns exemplos específicos. Uma das conclusões aventadas é a de que o tempo histórico disciplinado, herança da modernidade, serviu para legitimar determinados processos de exclusão que acarretaram, por sua vez, certas feridas históricas. Tais mágoas reemergiram na atualidade em parte por causa do colapso do tempo vazio e homogêneo da modernidade e, com isso, ajudaram a embaralhar as fronteiras entre passado e presente, tornando-se, na acepção de Andreas Huyssen, “passados presentes” que demandam reparação e reconhecimento. Neste sentido, o artigo defende uma nova imaginação para as políticas do tempo que ordenam a disciplina, para que ela possa efetivamente colaborar neste processo.

**Palavras-chave:** feridas históricas; passados presentes; políticas do tempo.

**Abstract:** This article aims to discuss the politics of time that made possible the emergence of disciplined historiography, during the 19<sup>th</sup> century, and its crisis, given the the contemporary “postcolonial condition”, as defined by Sandro Mezzadra and Federico Rahola. One of its inferred conclusions is that disciplined historical time, a legacy of modernity, legitimated various exclusionary processes which, in turn, created certain historical wounds. Such injuries reemerged in actuality partly due to the collapse of that empty and homogeneous time of modernity and, with that, helped to blur the borders between past and present, becoming, in the words of Andreas Huyssen, “present pasts” that demand compensation and recognition. In this sense, the article defends a new imagination for the politics of time that order the discipline, so that it may contribute to this process.

**Keywords:** historical wounds; present pasts; politics of time.

---

<sup>†</sup> Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O autor agradece o convite dos editores para a publicação deste texto. Do mesmo modo, agradeço ao comentarista anônimo pelas observações pertinentes e pelas importantes indicações bibliográficas. Algumas de suas sugestões foram incorporadas ao texto, sem prejuízo, conteúdo, de seu argumento mais amplo. E-mail: [arthurlavila@gmail.com](mailto:arthurlavila@gmail.com)

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Sempre partimos da mesma afirmação: a crítica é um serviço público (RAMA, 2008, p. 68).

We are, perhaps, the lead weights of a fantastic clock, necessary to keep it in motion, to keep an ordered sense of history and time prevailing against chaos (PYNCHON, 2005, p. 251)

### **Introdução**

Em 2004, foi fundado, em Buenos Aires, o Espaço de Memória e Direitos Humanos, na antiga Escola Superior da Marinha Argentina (ESMA), um dos principais campos de concentração da última (genocida) ditadura local. No novo espaço funcionariam uma série de instituições que buscavam preservar a memória daqueles vitimados pelo terror de Estado, proteger os direitos humanos como um valor universal e educar as atuais e futuras gerações para a necessidade de sua contínua defesa. Foi justamente por causa destas intenções, expressas pela própria administração<sup>41</sup>, que o Movimento Indígena Argentino tentou incorporar a Conquista do Deserto (1878-1885) ao recém-criado museu como sendo o ato fundador do terror estatal argentino. Na visão de seus representantes, as campanhas militares na Patagônia teriam inaugurado as práticas típicas daquilo que Osvaldo Bayer (2010) chamou de “crueldade argentina” como, por exemplo, o extermínio militar e a experiência concentracionária utilizadas no país durante o século XX (RUFER, 2010, p. 282-286).

Para a surpresa dos líderes do Movimento, esse pedido não foi só negado, como foi deslegitimado em suas bases políticas e intelectuais. O presidente da Academia de História argentina, Jorge Luiz Cresto, por exemplo, afirmou ser um “mito” o genocídio indígena durante a Conquista. Outros setores, ainda que simpáticos à causa indígena, estranharam e criticaram a tentativa do Movimento em integrar a Conquista do Deserto, um evento *passado*, às experiências da última ditadura, um acontecimento ainda *presente* na sociedade argentina. Tal demanda fora considerada *anacrônica* e, como já foi dito, acabou sendo recusada pelos administradores do Espaço (RUFER, 2010, p. 283).

Parece ficar claro, assim, que este episódio desvela uma determinada *organização política* do tempo histórico, isto é, um dado modo de se ordenar as relações entre passado, presente e futuro e manifesta o âmbito *performático* de nossas relações com ele. Enquanto alguns declaravam a passadidade de certos eventos, outros defendiam, de uma maneira ou outra, sua condição presente,

<sup>41</sup> Esta exposição de motivos está no sítio do museu: <http://www.espaciomemoria.ar/> (acesso em 01/09/2016)

ainda que fantasmagórica. Temos aqui, portanto, um conflito entre diferentes imaginações sobre o tempo coexistentes em uma mesma sociedade, com suas consequências políticas mais específicas, incluindo aquelas que embasam e legitimam a própria historiografia disciplinada. Partindo destas considerações, é preciso se perguntar, assim, sobre quais são as políticas do tempo que nortearam a disciplina durante sua (ainda breve) história, suas implicações ideológicas e, por conseguinte, seu papel mais amplo no ordenamento deste regime temporal moderno que, do alto de sua pretensa naturalidade, pareceu ruir nas últimas décadas, quando vários passados fizeram-se cada vez mais presentes, para usar a já célebre formulação de Andreas Huyssen (2003).

Parte desta ruína, e este é o argumento deste texto, também deve-se à “condição pós-colonial” (MEZZADRA & RAHOLA, 2013) da atualidade e à consequente emergência de maneiras de se pensar o tempo histórico não necessariamente tributárias daquele “tempo imperial” que, como será visto, ajudou a organizar a disciplina quando de seu nascimento. Sobre isso, nos dizem Sandro Mezzadra e Federico Rahola (2013, p. 270):

Por este motivo, hablar de lo postcolonial es especificar el tiempo que llega problemáticamente «después» de las colonias, después de esa geografía no resuelta que surgió en Berlín en 1885; significa sacar a la luz la imposibilidad de esa trinchera formada sobre el papel, la aparición de ese territorio sobre el mapa, sin negar una sola gota de la sangre que se vertió y que se sigue vertiendo a causa de ese mapa. Al mismo tiempo, nos invita a reconsiderar la complejidad de un mundo que, gracias sobre todo a las luchas anticoloniales, se ha hecho verdaderamente uno y cuya unidad sigue estando atravesada por el espacio subversivo de diferencias, así como por una profunda desigualdad, por desequilibrios flagrantes y por una explotación incesante.

A condição pós-colonial nos confronta com um presente eivado de heranças do colonialismo ao mesmo tempo em que reconhece a ruptura produzida pelos processos de descolonização. Isso significa admitir, dentre outras coisas, que certos pretéritos considerados como efetivamente encerrados (o da escravidão ou da destruição dos diversos povos originários, por exemplo) são agora tomados, nos termos de Stuart Hall (2013, p. 120), como fundamentais, ainda que recalcados, para a emergência da própria modernidade. Consequentemente, se fazem, assim, “passados presentes” e produtores de uma desordem no regime temporal linear e progressivo da modernidade.

Diante desta conjuntura, não é de se estranhar as dificuldades que a atualidade coloca à disciplina, reconhecidas por uma série de autores<sup>42</sup>, na medida em que a estrutura temporal e

---

<sup>42</sup> Como faltariam páginas para aqui elencar todas as litâneas dos últimos trinta anos sobre a “crise da história”, encaminharemos os leitores e leitoras à recente obra de François Hartog (2013), que resume magistralmente tais agravos, e a um dos trabalhos de Chris Lorenz (2010) sobre o assunto.

política que lhe deu origem e que ela mesma sustentou parece ter colapsado. Como continuar afirmando a separação “objetiva” entre passado e presente num contexto em que demandas passadas são constantemente reatualizadas? Como acreditar na centralidade do Estado-nação quando tais “comunidades imaginadas” não conseguem mais produzir imaginações efetivamente comuns aos seus cidadãos? Não estaríamos, finalmente, testemunhando a erosão, talvez irreversível, da ordem social que legitimou a historiografia disciplinada, estando ela fadada a fenecer neste novo regime de tempo?

Desesperos, mesmo que justificados, à parte, este ensaio tentará iluminar algumas destas questões, na tentativa de, no espírito daquele tipo de crítica historiográfica avalizada por Joan Scott (2007), desvelar o que não pode mais permanecer oculto para, a partir daí, imaginar genealogias outras para o presente.

### **Disciplinando o tempo: a escrita conquistadora**

Walter Benjamin (2002, p. 249), em suas fundamentais teses sobre a história, nos confronta com aquilo que chamou de “tempo vazio e homogêneo” do historicismo oitocentista – uma temporalidade linear, cumulativa e irreversível, que arrastava a tudo e a todos em seu caminho. O corolário disto era a subsunção de múltiplos outros tempos a ele, com a conseguinte divisão não só entre aqueles que tinham história e aqueles que não a possuíam, mas entre os que estavam realizando-a e os que estavam forçados a esperar na “antessala da história”, para usar a apta expressão de Dipesh Chakrabarty (2000, p. 8). Tributário em parte da expansão imperial europeia, este “tempo vazio e homogêneo” se constituiu, portanto, em uma poderosa ferramenta ideológica a serviço dos diversos projetos coloniais que tomaram o globo de assalto durante aquilo que se pode, sempre de forma problemática, chamar de “modernidade”.<sup>43</sup> Apesar de suas diferenças, o conjunto

---

<sup>43</sup> Para Fredric Jameson (2002, p. 15-96), qualquer tentativa de se definir a “modernidade” está fadada de antemão ao fracasso, na medida em que tal conceito busca representar algo que foge às possibilidades mesmas de representação – como, pergunta o crítico norte-americano, fixar o sentido de algo tão fugidio e que parece adquirir novos contornos a cada tentativa de significá-lo? Por isso, para Jameson (2002, p. 40), modernidade é uma “categoria narrativa” que produz efeitos sociais concretos, como a obsessão pelo novo, a desvalorização do passado diante do futuro, a universalização da ideia de progresso (ou “desenvolvimento”), o domínio da razão instrumental e a progressiva mercantilização e comodificação de todos os aspectos da vida social. Contudo, tal qual a inversão dialética proposta por Jameson (2002, 112-113), a modernidade gera suas várias formas de colonialidade, ou seu lado obscuro – como conceitualizou Walter Mignolo (2012) em obra recente. Cada documento da civilização moderna é também, portanto, um documento de barbárie, para usar o conhecido aforismo de Benjamin (2002, p. 245).

## EXPEDIÇÕES

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

de projetos imperiais/coloniais do Ocidente legitimaram a ocupação euro-americana do resto do globo através de marcadores *temporais*, isto é, do recurso a termos como “civilização”, “progresso”, “atraso” e “desenvolvimento”, com a marginalização e/ou o apagamento de outras formas de se conceber o passado em suas multifacetadas relações com o presente. Sob esta perspectiva, sendo a história um discurso moderno por excelência, qualquer consideração teórica sobre ela deve, assim, confrontar aquilo que Peter Osborne (1995, p. ix) chamou de as “*políticas do tempo histórico*”, isto é, a associação de determinadas temporalizações, explícitas ou implícitas, com certas epistemologias e práticas disciplinares, principalmente, que vinculam passado, presente e futuro na “dinâmica e excêntrica unidade de uma única visão histórica” (OSBORNE, 1995, p. ix).

Como já foi dito, a conquista do globo pelas potências coloniais, em diferentes momentos e com ritmos diversos, forçou esse tempo vazio e homogêneo ao conjunto daquilo que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, convencionou-se chamar de “humanidade” (OSBORNE, 1995, p. 13-14). Ainda assim, no mesmo momento em que se inventava mesmo a noção de uma humanidade universal, se encontravam instrumentos ideológicos para a distinção entre aqueles que eram “intrinsecamente” humanos e os que, por um motivo ou outro, não necessariamente eram contemplados pela “igualdade universal entre os homens” – não seria, por exemplo, o velho adágio hegeliano sobre os “povos sem história” uma maneira de se medir a humanidade de alguns em detrimento de outros (BUCK-MORSS, 2013, p. 127-135)?<sup>44</sup> Não seria a história, assim, um marcador de diferenças fundamentais entre o Ocidente euro-atlântico e o resto do planeta que, por sua vez, sustentava cada vez mais aquela identidade soberana ocidental? Se respondermos positivamente estas questões, pode-se pensar, a partir de Robert Young (2004), na história “universal” consolidada durante a “Era dos Impérios” como sendo aquela “mitologia branca” que ajudou a legitimar ideologicamente a dominação colonial e, como resultado, a fornecer uma *raison d’être* para as metrópoles globais; trocando em miúdos, tal “história universal”, como lembra Susan Buck-Morss (2013, p. 163), pode ser entendida como um dos principais “saberes identitários” do Ocidente:

Europa y la América colonizada por los europeos eran los agentes dominantes de la historia en los “tiempos modernos”, justificando así el proyecto colonizador como un desarrollo de

---

<sup>44</sup> Para Osborne (1995, p. 13-20), a modernidade cria, ao mesmo tempo, processos de homogeneização *do tempo* e *do espaço*, a partir do colonialismo, e de diferenciação dos grupos humanos *no mesmo tempo* e *espaços* agora tomados como homogêneos, criando, assim, a ótica que permite a afirmação de alguns estão atrasados em relação a outros; estes processos são, assim, inerentes às políticas do tempo modernas e fundamentais para ao assentamento da expansão capitalista e dominação colonial do globo.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

la Razón en el mundo. Occidente fue entonces nombrado como la vanguardia histórica para toda la humanidad que necesariamente progresaba hacia un final en común.

A historiografia disciplinada, ainda que desconfiada de filosofias da história explícitas, reformulou de modos diversos a cesura hegeliana entre grupos com e sem história, atribuindo à Europa (e, mais tarde, aos Estados Unidos e demais “*settler colonies*” europeias) o privilégio de estarem entre os primeiros, cabendo ao resto das populações do planeta a dúbia prerrogativa da segunda condição. Quando muito, os não-ocidentais eram relegados o tempo do “ainda não” que regulava politicamente a narração de suas histórias e dava sanção ideológica para os projetos colonialistas (CHAKRABARTY, 2000, p. 8). Neste sentido, como chamou à atenção o historiador indiano, existem semelhanças inegáveis entre a “insistência rankeana” no detalhe e o “discernimento de padrões históricos gerais” de determinadas filosofias da história europeias. Desta forma, para ele, o termo “historicismo” pode ser usado para se referir a esta dupla tradição herdada da Europa oitocentista (CHAKRABARTY, 2000, p. 22-23):

O historicismo nos diz que para compreendermos a natureza de qualquer coisa neste mundo devemos vê-la como uma entidade que se desenvolve historicamente, isto é, primeiro, como um todo único e individual – como uma forma de unidade em potencial, ao menos – e, em segundo lugar, como algo que se desenvolve através do tempo. O historicismo tipicamente pode permitir complexidades e “*zigzags*” neste desenvolvimento e não necessariamente implica em suposições de teleologia. Mas a ideia de desenvolvimento e a suposição de que uma certa quantidade tempo decorre durante o próprio processo de desenvolvimento são críticas para esta compreensão (CHAKRABARTY, 2000, p. 23).<sup>45</sup>

Neste contexto, a História se constituiu como uma escrita conquistadora, para citar Michel de Certeau (2002, p. 9), tomando os corpos dos Outros para ali inscrever o querer ocidental. O planeta, neste processo, tornou-se um enorme palimpsesto, com as histórias locais sendo apagadas pelo desígnio global ocidental<sup>46</sup>, agora pensado como o ponto de partida e chegada de *toda* a humanidade. Tomemos como exemplo boa parte das historiografias nacionais produzidas durante o século XIX e parte do XX: como lembram Hayden White (1987, p. 58-82) e Harry Harootunian (2013), elas, de uma maneira ou outra, apagaram e/ou silenciaram vozes e experiências que

---

<sup>45</sup> Historicism tells us that in order to understand the nature of anything in this world we must see it as an historically developing entity, that is, first, as an individual and unique whole—as some kind of unity at least in potentia—and, second, as something that develops over time. Historicism typically can allow for complexities and zigzags in this development; it seeks to find the general in the particular, and it does not entail any necessary assumptions of teleology. But the idea of development and the assumption that a certain amount of time elapses in the very process of development are critical to this understanding

<sup>46</sup> Tal formulação é de Walter Mignolo (2000).

desafiam a univocidade do tempo da nação; representaram atos bárbaros, como a destruição de povos originários ou dos “inimigos” da nação, em episódios gloriosos da construção do “ser” nacional; legitimaram o poder dominante como “natural”; e, enfim, justificaram a dominação imperial da maior parte do planeta como algo “historicamente” determinado pela inexorabilidade do progresso.

Desta forma, no julgamento de White (1973, p. 2), a supostamente aguçada consciência histórica do homem ocidental parecia estar umbilicalmente ligada à noção de sua pretensa superioridade, derivada da expansão imperial, e acabou por tornar-se a base teórica pela qual ele julgava tanto as civilizações que o antecederam no tempo, como aqueles que lhes eram contemporâneas e contíguas no espaço: “o historicismo afirmava assim o tempo histórica como uma medida de distância cultural (...) que era pensada como existente entre o Ocidente e o não-Ocidente” (CHAKRABARTY, 2000, p. 7).<sup>47</sup> A “distância” se tornava uma noção operacional fundamental para a historiografia, na medida em que postulava a diferenciação de relações *temporais* não só entre colonizados e colonizadores, mas entre “moderno” e o “não-moderno”, o “agora” e o “antes”.

É nesse sentido, portanto, que os historiadores confiaram, para usar as palavras de Siegfried Kracauer (1985, p. 38), na “mágica da cronologia” e, por conseguinte, nos artifícios da periodização histórica – formas de ordenamento político do tempo mascaradas de supostas naturalidade e neutralidade universais. Com a “encenação cronológica”, para usar as palavras de Certeau (2002, p. 98), o tempo vazio e homogêneo adquiriu, assim, densidade e representabilidade. A “cronologia” foi confundida, de forma não necessariamente inocente, com a *própria temporalidade histórica*, através daquilo que Kathleen Davis (2008, p. 20) chamou de um “mecanismo de exclusão epistemológica” (e política, diria eu) – ponto ao qual retornarei nas páginas seguintes. A cronologia confirmava a superioridade do “novo” diante do “antigo”, separados pelo abismo intransponível do tempo. O estabelecimento da noção de “eras históricas”, esse corte tão fundamental às nossas operações historiográficas, foi uma das decorrências da universalização de uma certa cronologia ao longo do século XIX. Como consequência, a heterogeneidade, como recentemente lembrou Stefan Tanaka (2016, p 161-162), dos diversos modos de se imaginar o tempo histórico foi forçosamente homogeneizada pelo “ordenamento taxonômico das coisas” efetuada pela mágica cronológica à

---

<sup>47</sup> Historicism thus posited historical time as a measure of the cultural distance (...) that was assumed to exist between the West and the non-West.

disposição dos historiadores. Destarte, a cronologia tornou-se uma tecnologia social de primeira importância na imposição de uma “mecânica ordeira da vida” que, em última instância, serviu, aos olhos de Tanaka (2016, p. 164), às necessidades últimas do estado-nação e do capitalismo – ambos dependentes da cronologia unilateral e linear para sua consolidação global.<sup>48</sup>

Essa “disposição cronológica” acarretou, do mesmo modo, na periodização como uma forma de organização das relações entre passado e presente, “nós” e os “outros”. Se, como escreveu Osborne (1995, p. xii), a “modernidade é uma forma de tempo histórico que valoriza o novo como o produto de uma dinâmica temporal de autonegação”, a periodização efetuada é ela própria eivada de valorizações que, no entanto, nem sempre são explícitas. Certeau (2002, p. 15), com sua habitual perspicácia, percebeu como esta clivagem, o estabelecimento de uma distância, foi fundamental para a gestação da historiografia disciplinada:

Inicialmente, a historiografia separa seu presente do passado. Porém, repete sempre o mesmo gesto de dividir. Assim sendo, sua cronologia se compõe de “períodos” (...) entre os quais indica sempre a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia sido até então. Por sua vez, cada tempo “novo” deu lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu, recebendo um “passado” já marcado pelas rupturas anteriores.

Desta maneira, na análise de Davis (2008, p. 2-3), a periodização histórica quadripartite consagrada ao longo do século XIX e que em grande medida ainda sustenta nossos currículos escolares, dividia o tempo entre a “modernidade” e tudo que, de um modo ou de outro, havia ocorrido antes de sua emergência. Neste processo, sob a guarida de uma cronologia controlada pelo Ocidente como a medida do progresso humano, o “não-Ocidente” tornou-se, na acepção de Tanaka (2016, p. 168), aquele espelho contrário da modernidade ocidental: “o primitivo para o avançado”, o “contemporâneo para o não-contemporâneo”, o “Terceiro para o Primeiro Mundo”, com suas histórias enredadas de acordo com um tempo único e linear. Destarte, para os não-ocidentais (ou, no caso da América Latina, “mais ou menos ocidentais”), esta cronologia autorizou o historicismo como a narrativa da “eterna transição” (CHAKRABARTY, 2000, p. 41-42) ou daquela constante falha em tornarem-se ocidentais, logo, plenamente modernos; a história, portanto, daquilo que jamais poderemos ser, apesar de todos os nossos esforços, às vezes redobrados, em contrário. Afinal

---

<sup>48</sup> Ainda assim, como lembrou Harootunian (2013), tanto o estado-nação quanto a economia capitalista nunca conseguiram de fato submeter completamente todos os outros tempos que desafiavam suas supostas univocidades. Tais alteridades continuaram existindo, ainda que de forma fantasmagórica e tênue, sob o tempo triunfante da nação e do capital e seguidamente voltavam para perturbar a suposta estabilidade e ordem de seus regimes temporais.

de contas, como reconhece Jameson (2002, p. 8), o que é encorajado por esta perspectiva é “a ilusão de que o Ocidente tem o que ninguém mais possui – mas que eles devem desejar para si mesmos. Esta coisa misteriosa pode ser chamada de ‘modernidade’ (...).”<sup>49</sup>

Em resumo, parte desta ilusão foi alimentada pelas políticas de tempo da historiografia disciplinada, com seu papel mais específico na postulação de diferenças não só entre o passado e o presente, mas entre aqueles que tinham história e os que não a possuíam. Neste sentido, até a emergência das “novas histórias” da segunda metade do século XX<sup>50</sup>, a disciplina, mesmo que implicitamente, foi fundamental para a legitimação da ordem dominante, fosse por causa de sua naturalização do Estado-nação, fosse por sua crença no progresso capitalista como horizonte incontornável da humanidade (HAROOTUNIAN, 2013).

### **Feridas históricas: reconhecimento e anacronia**

Ora, esta forma de ordenamento político do tempo histórico, parece ter entrado em colapso nas últimas décadas. Dentre outras coisas, a crise do estado-nação, menos como entidade política e mais como comunidade imaginada<sup>51</sup>, e a enormidade das catástrofes do século XX colocaram em questão vários dos pressupostos disciplinares e políticos, da historiografia profissional. As antigas certezas em relação à separação pretensamente objetiva e/ou natural entre passado e presente e à necessidade de se estudar o passado como um fim em si mesmo pareceram ruir diante da extensão da crueldade humana a limites talvez anteriormente inimagináveis, pela erosão das grandes narrativas herdadas do Iluminismo e, por consequência, do encolhimento dos horizontes de expectativa do próprio Ocidente.

Se, como vimos, o regime de tempo moderno era baseado na naturalização da separação entre passado e presente como esferas apartadas entre si, esta mesma naturalização é agora problematizada; como falar de um “passado que passou” diante da magnitude dos crimes contra a humanidade do último século, a *Shoah*, os gulags, o colonialismo e os genocídios étnicos diversos?

---

<sup>49</sup> The illusion that the West has something no one else possess – but which they ought to desire for themselves. This mysterious something can be called ‘modernity’ (...).

<sup>50</sup> Não há que se fetichizar a novidade das “novas histórias” surgidas na segunda metade do XX, principalmente. Sem duvidar de seus aportes fundamentais para a historiografia contemporânea, é preciso, contudo, lembrar que tanto a Nova História Social quanto a História Cultural mantiveram-se dentro dos parâmetros disciplinares e não questionaram de forma mais incisiva as políticas do tempo da historiografia. Sobre isso, ver PIHLAINEN, 2011.

<sup>51</sup> Ver, sobre isso, as considerações de Maria Inés Mudrovcic (2014a; 2014b)

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Não seria isso uma ofensa à memória de suas vítimas e uma anistia a seus perpetradores? As demandas por justiça, verdade e reconhecimento, em suas mais diferentes formas, passavam, assim, pelo reordenamento das relações entre passado e presente, como especificou Aleida Assman:

Esta nova forte ênfase no passado de fato se tornou um sinal importante do tempo presente. O passado que foi abandonado e amplamente ignorado no regime de tempo moderno agora é recuperado como memória e transformado em patrimônio em um novo ordenamento cultural da temporalidade ocidental (ASSMAN, 2013, p. 52).<sup>52</sup>

Há, contudo, um outro âmbito para este problema, como perceberam Dipesh Chakrabarty (2007), Sandro Mezzadra e Federico Rahola (2013): a descolonização do “não-Occidente” e a “condição pós-colonial” daí derivada. De certa forma, este processo envolveu a negação daquele “ainda não” típico do historicismo, na medida em que os colonizados tomaram, por assim dizer, a história em suas próprias mãos ao afirmar um retumbante “agora sim” diante dos impérios do globo. Da mesma maneira, na análise de Michael Rothberg (2009, p. 6), a atenção dada aos crimes nazistas e a barbárie que implementaram no coração da velha Europa suscitou o exame de outras atrocidades cometidas pelos europeus nas colônias – vários foram os intelectuais que atrelaram, deste modo, a possibilidade mesma do Holocausto às violências imperiais que o antecederam, como fez Aimé Cesaire (2000) em seu formidável discurso sobre o colonialismo. Aliás, a memorialização da *Shoah* ao longo das últimas décadas também possibilitou a emergência de outras demandas por reconhecimento e justiça que a usavam como fonte de inteligibilidade. Deste modo, as violências do colonialismo passaram a ser escrutinadas mais amplamente e passados antes considerados encerrados se reatualizaram no presente também como um efeito da descolonização (ROTHBERG, 2009, p. 1-29). Essa condição pós-colonial coloca, assim, algumas dificuldades substanciais às formas de imaginação histórica disciplinada, já que, conseqüentemente, uma de suas características fundamentais é a confusão dos limites entre passado e presente: “*en la medida en que este pasado se resiste a toda posibilidad de compensación en relación con las expectativas, se resiste obstinadamente a quedar relegado al pasado y puebla el presente de fantasmas*” (MEZZADRA & RAHOLA, 2013, p. 275).

---

<sup>52</sup> This strong new emphasis on the past has indeed become an important signature of the present time. The past that had been disposed of and largely ignored in the modern time regime is recovered now as memory and refashioned as heritage in a new cultural ordering of Western temporality.

Neste sentido, como defender o Ocidente euro-atlântico como sendo o portador natural da história, com os outros povos interminavelmente aguardando em sua antessala, se em seu coração foram perpetrados horrores inimagináveis? Não seria a descolonização, para usarmos uma metáfora benjaminiana, a explosão de um determinado *continuum* histórico e a reafirmação de um outro tempo que não o imperial?<sup>53</sup> Não seria a irrupção destes novos atores e atrizes coletivos, antes tomados como *sem* ou *atrás* na história, uma ameaça aos fundamentos epistemológicos da disciplina histórica? Como ela, por fim, poderia lidar com as violências que agora exigiam reconhecimento e elaboração – violências que ela própria ajudou a silenciar ou, em alguns casos, a legitimar?

É nesta conjuntura que o problema das “feridas históricas” adquire urgência. Segundo Chakrabarty (2007, p. 77-79), tais “*historical wounds*” podem ser pensadas como uma combinação da história e da memória de injúrias e violências passadas que, por sua vez, sustentam demandas públicas por justiça e reconhecimento, especialmente por grupos submetidos a processos diversos de colonialismo externo e interno. Desta maneira, a própria ideia de uma “ferida histórica” confunde passado e presente, tornando o segundo habitado de pelos espectros do primeiro. Dentre estas máculas, pode-se mencionar todas aquelas desigualdades e injustiças resultantes de processos de colonização, de exclusão legal ou social e de subalternização que são imaginados como ainda operando na atualidade. Feridas históricas traduzem-se, assim, em passados presentes que, contudo, são reconhecidos menos pela “evidência” de sua ocorrência do que pelas experiências que comandam. Por isso, nas palavras do historiador indiano, este apelo à “experiência” complica a forma como historiadores e historiadoras disciplinados podem lidar com tais mágoas:

O apelo à ‘experiência’ presente de alguém como um guia para seu passado – um apelo inerente à política das feridas históricas – provou ser inaceitável para a maior parte dos historiadores que são, em seu conjunto, céticos quanto à ‘evidência da experiência’. A capacidade de assumir certa distância do passado tem sido central à ideia de ‘objetividade histórica’. A experiência colapsa essa distância (CHAKRABARTY, 2007, p. 81).<sup>54</sup>

Ainda que tenham se mostrado simpáticos às causas por reconhecimento, certos setores da disciplina, como atesta o próprio Chakrabarty (2007, p. 83-85), continuam rarefeitos a pleitos que se

<sup>53</sup> Isto não impediu que algumas das novas nações não reproduzissem, internamente, a mesma lógica temporal e colonial da qual tentaram se libertar durante o período de descolonização, tal como demonstrado por Chakrabarty (2000, p. 149-179)

<sup>54</sup> The appeal to one’s present ‘experience’ as a guide to one’s past – an appeal built into the politics of historical wounds – has proven unacceptable to most historians who are, on the whole, skeptical about the ‘evidence of experience’. The capacity to assume a certain distance from the past has been central to the idea of ‘historical objectivity’. Experience collapses this distance

baseiam menos em noções disciplinares acerca da “objetividade histórica” e das “fontes primárias” do que em formas criativas de se lidar com o tempo histórico. Isto não significa que historiadoras e historiadores não possam contribuir para estas lutas por reconhecimento (a Austrália é um caso exemplar aqui)<sup>55</sup>, mas sim que as regras disciplinares, devedoras como são de políticas do tempo bastante conservadoras, colocam limites àquilo que pode ser o papel da disciplina nos embates entorno de determinadas feridas históricas. A crença em uma separação “objetiva” entre passado e presente, ainda que em crise, e na “distância” necessária para a operação historiográfica ainda funciona para desarmar o engajamento disciplinar com outras formas de se relacionar o tempo antes de agora e a atualidade. Examinemos, assim, alguns exemplos.

Como vimos, o pleito para que a Conquista do Deserto fosse tomada como o ato inaugural do terror de Estado argentino não foi levado à sério por vários historiadores e historiadoras argentinos, mesmo que *simpatizassem* com a causa ameríndia. Sintomaticamente, contudo, Mario Barrio, líder do Movimento Indígena, comentou sobre as políticas do tempo que sustentavam as objeções à inclusão da Conquista no Espaço:

Queremos ser parte de la historia nacional. No de esos que mataron –aunque quedaron unos pocos como yo [se refiere irónicamente al hecho naturalizado (pero errado) de la desaparición total de la población indígena en Argentina]. Esa es su historia. Ahora tenemos cierto reconocimiento como “otras culturas” [Hace gestos de comillas]. Pero no nos reconocen historia. Nuestra cultura no produce documentos. Y si producimos algo, son otras cosas, como exóticas [...] Pero ahora usted dígame, ¿realmente cree que sus documentos son historias verdaderas sobre lo que pasó? ¿Realmente ustedes creen que su historia es real y que nosotros necesitamos más de lo que tenemos para contar la nuestra? [Ríe] [...] Pero claro, para decir que la Conquista fue un mito, eso vale. Y entonces la historia es la república, eso sí. Y ahora parece que podemos entrar con nuestros vestidos y nuestras cosas, pero sin hablar del saqueo de las tierras por ejemplo, eso sí es la historia de cómo nos dejaron sin nada, desde allá hasta ahora. Igualito (BARRIO apud RUFER, 2016, p. 283).

Na concepção de Barrio, o problema era justamente aquilo que a representação da Conquista como um genocídio implicava: reconhecer as raízes violentas do próprio Estado argentino moderno e, por consequência, revelar os cadáveres ocultos sob sua fundação. Sob este ângulo, o terror de Estado não fora uma exceção sangrenta à vida nacional, mas sua fonte original. Nas palavras de Rufer (2016, p. 285), assim, os discursos de Barrio e de outras lideranças revelaram como “la invención del tiempo homogéneo de la nación impide explicar la continuidad de los procesos de

---

<sup>55</sup> Sobre o papel dos historiadores e historiadoras do país em apoiar as demandas aborígenes por justiça e reparação, ver MACINTYRE & CLARK, 2004.

violencia entre colonia y nación, y borra una memoria posible a partir de la denegación de un relato que es experiencia temporal de sutura”.

A acusação de “anacronismo” contra as tentativas indígenas de vincular, ainda que de forma não necessária e geneticamente causal, as violências do século XIX com as da centúria seguinte servem, deste modo, para expor as políticas do tempo que ordenam uma dada maneira de se conceber a história da Argentina. Aliás, como o próprio Rufer (2016, p. 285-286) lembra, Jacques Rancière (2011, p. 21-50) há muito já denunciou que por trás de admoestações sobre o “anacronismo”, o suposto pecado mortal da disciplina, se esconde uma forma de coação social a partir da coerção temporal, ou seja, se limitam as maneiras como uma dada sociedade pode imaginar sua relação com o tempo antes de agora e o que pode ser dito sobre ele, criando-se certos códigos que, quando ultrapassados, deslegitimam determinadas representações. Com isso, a historiografia pode se afirmar como a definidora das formas “corretas” de se representar o passado em detrimento daquelas tomadas como “erradas”, “mitológicas”, “ideológicas” e, enfim, “anacrônicas”.

Desta maneira, a própria definição de algo como “anacrônico” serve como uma regulação das fronteiras entre passado e presente. Ainda assim, como o caso acima tratado exemplifica, como pode se operar em tal terreno quando nos são oferecidas não indagações acerca da *verdade factual* de algum episódio, mas do *reconhecimento* de uma dada experiência?<sup>56</sup> Refazendo a indagação: o que se fazer quando o problema não é a *veracidade* de uma dada representação, mas seu sentido *prático*, logo ético, no presente (WHITE, 2014)? A questão colocada não era a factualidade da Conquista, mas as formas com que os indígenas buscavam vinculá-la ao presente – o que, obviamente, não pode ser comprovado nem desaprovado com apelos às regras disciplinares, já que o que estava em jogo eram certas relações *temporais*, não *empíricas*, entre eventos diversos.

---

<sup>56</sup> Aqui, talvez alguns levantem aquele espectro que parece rondar a disciplina, o velho “relativismo”. Se o adjetivo “relativista” não necessariamente me incomoda, é preciso, contudo, lembrar que assumir tal posição não significa afirmar que todas as histórias têm o mesmo valor ou, atestado pelo próprio Chakrabarty (2007, p. 80), que a verdade factual não importa, pois é óbvio que uma mentira ou uma falsificação podem sempre ser tratadas como tais. A questão é outra: é afirmar que uma ou outra *vinculação temporal* entre determinados eventos está *factualmente* errada é algo que transcende a competência da disciplina. Como poderia ela, por exemplo, sustentar, para continuar com os exemplos utilizados no texto, que o vínculo estabelecido pelos indígenas argentinos entre as sevícias da Conquista do Deserto e do famigerado “Processo de Reorganização Nacional” está *factualmente* errôneo, na medida em que a questão era menos empírica (a existência destes acontecimentos, por óbvio, não era questionada) do que, digamos, “narrativa”, na medida em que envolvia uma imaginação *outra* para a história nacional argentina.

Este tipo de questão igualmente apareceu nos debates brasileiros sobre o passado escravista e as ações afirmativas no presente, bastante reveladores das políticas do tempo de nossa historiografia diante da ferida histórica da escravidão. De um lado, se perfilavam aqueles que condenavam a adoção de políticas de reparação com base no passado escravocrata, na medida em que ele ou estaria definitivamente superado (ou seja, apartado do presente) ou por recurso a dados empíricos que comprovariam a “artificialidade” de identidades atuais baseadas em algo como uma “descendência de escravos” (isto é, “experiência”). José Roberto Góes (2006), professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, considerou, *exempli gratia*, que, estando mortos os escravos do passado, não haveria possibilidade de redimir (isto é, reparar) suas experiências no presente, já que não existiria nenhuma relação entre eles e “grupos historicamente excluídos” – “indefiníveis”, segundo ele. Em outro texto, Góes (2004) perguntou, de forma incisiva “que responsabilidades têm os vivos pelas infâmias do passado?”. Para ele, fazer emergir as “dores e medo” do passado (feridas históricas!) era algo deletério e equivalente a construção de uma visão revanchista do mundo. O que passou, portanto, passou e estava para sempre apartado do presente.<sup>57</sup>

De outro, estavam intelectuais, como Hebe Mattos e Martha Abreu, que enfatizavam a continuidade entre aquele passado e o presente, igualmente apelando para argumentos empíricos para comprovarem suas posições e, da mesma forma, a necessidade da adoção de medidas reparatórias referentes à chaga do cativo (ABREU, MATTOS & DANTAS, 2010, p. 21-37). O problema, contudo, deste segundo grupo (que, para todos os efeitos, possui a evidente simpatia deste autor) é que tentavam usar argumentos empíricos para provar o que estava além deles, isto é, a vinculação temporal que certos grupos faziam de sua atualidade com o passado da escravidão. Logo, uma vez mais, a questão dizia respeito a uma política do tempo e aos sentidos que o pretérito pode adquirir na atualidade, coisa que transcende nossas capacidades disciplinares, ao menos no modo como elas existem *hoje*.

Sob este ângulo, cabe perguntar: o que pode se ganhar com novas formas de cronologização que não necessariamente obedeçam à lógica do tempo vazio e homogêneo disciplinar? Não seria possível imaginar que os eventos têm outras durações que impedem sua simples consignação a um

---

<sup>57</sup> No mesmo espírito, Manolo Florentino (2013), decano nos estudos sobre escravidão no Brasil, afirmou, em entrevista, não existir qualquer passivo nacional em relação ao nosso passado escravista, restando apenas uma “lição” a ser demonstrada para o mundo. Qual será tal lição, diante do estrondoso número de jovens negros assassinados todo ano em nosso país, é algo que deveria ser esclarecido. Ver: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/manolo-florentino>. (acesso em 14.09.2016)

passado encerrado? Não poderia ser este exatamente o caso da Conquista do Deserto e da escravidão brasileira, passados presentes que desafiam a diacronia simples da história? Neste sentido, a *anacronia*, para usar o termo de Ranciére (2011, p. 44-49), seria uma maneira de revelar as formas como dada temporalidade aparece como política e, com isso, desnudar sua cumplicidade com formas de subalternização, exclusão e coerção social diversas. A partir disso, não seria o caso, então, de fazermos uma autocrítica sobre nossas formas de temporalização, isto é, nossas políticas do tempo? Talvez um ato radicalmente novo de ligação entre eventos aparentemente muito diversos possa expressar o poder excludente do tempo disciplinar e, com isso, abrir outras imaginações sobre o passado que (possivelmente) tenham um efeito minimamente inclusivo, permitindo historicizações do presente conscientes de seu poder performativo em relação ao tempo histórico.

No Brasil, para citarmos um último exemplo, poderíamos utilizar os embates acerca da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)<sup>58</sup> como um momento privilegiado para pensarmos sobre o fardo da divisão quadripartite do tempo para a disciplina e sua função eminentemente conservadora no que tange à imaginação histórica – função essa que fica clara em diversos ataques à Base, em que sua crítica ao modelo tradicional é tomada como um “assassinato da temporalidade” (MAGNOLI, 2015; VAINFAS, 2015; REDE, 2016). Mesmo Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e simpático à Base, replicou este julgamento ao afirmar que “não havia sequência histórica” (cronologia linear?) ao documento e que seus organizadores “queriam partir do presente para ver o passado” – atos, portanto, *anacrônicos*. Esta crítica, embora de forma muito mais elegante e intelectualmente estimulante, também está presente na carta aberta da direção da Associação Nacional de História aos organizadores da BNCC, em que se condena a “despreocupação com a cronologia” e se afirma que o tempo é “categoria que confere identidade ao conhecimento histórico”. A primeira condenação expressa, evidentemente, aquela naturalização da cronologia linear com a temporalidade histórica mesma (uma invenção, como vimos, moderna) e a segunda afirmação, ainda que correta, oculta, contudo, que, além de identidade, o tempo (ou uma certa forma de conceber o tempo) politiza o conhecimento histórico ao vincular passado, presente e

---

<sup>58</sup> A Base Nacional Curricular Comum é uma proposta de currículos comuns às diversas áreas do ensino para as escolas de Ensino Fundamental e Médio no país. No que tange à História e as demais Humanidades, a base tem sido objeto de intensos debates desde, pelo menos, 2015, quando sua primeira versão foi divulgada ao público.

futuro de diferentes maneiras.<sup>59</sup> A questão, novamente, parece ser o conteúdo empírico da base e mais a política de tempo que lhe é peculiar.

Antes de ser um desígnio assassino levado a cabo por “pós-modernos” com tendências homicidas, como faz crer um professor da Universidade de São Paulo (REDE, 2016), a Base, para além de seus inúmeros problemas<sup>60</sup>, pode oferecer formas de se imaginar o processo histórico que transcendam a simples linearidade temporal ou a busca por um assentamento fixo da história nacional na tradição maior desta invenção chamada “Ocidente”. Aliás, não seria a obsessão de alguns críticos em desmoralizar a Base como “uma história de grupos étnicos e culturais encaixados, pela força, na moldura das fronteiras políticas contemporâneas” (MAGNOLI, 2015) um signo mesmo da *fragilidade*, por um lado, e do *poder excludente*, por outro, desta mesma tradição, que continua a afirmar que, se muito insistirmos, chegaremos a ser plenamente modernos?<sup>61</sup> Talvez, no fundo, isto revele a cumplicidade da violência simbólica de certas políticas do tempo com a violência, essa muito real, que continua a assassinar cotidianamente jovens destes (bem específicos) “grupos étnicos e culturais” Brasil afora.

## Epílogo

Destarte, não me parece uma coincidência que as meditações teóricas mais recentes sobre os problemas da temporalidade histórica, das quais este texto é devedor, tenham ganho densidade a partir dos processos de descolonização dos últimos cinquenta anos, pois o (relativo) fim dos impérios coloniais, ancorados como estavam naquele tempo vazio e homogêneo, significou também a erosão, mesmo que não total, das noções de temporalidade herdadas do século XIX. Ainda que, politicamente falando, o historicismo continue ordenando alguns discursos e práticas políticas, às

---

<sup>59</sup>Ver: <http://site.anpuh.org/index.php/mais-rj/noticias-rj/item/3353-manifestacao-publica-da-anpuh-sobreabasenacional-comum-curricular> (acesso em 10.09.2016)

<sup>60</sup> Um bom compêndio das discussões sobre a Base pode ser encontrando em <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia> (acesso em 10.09.2016)

<sup>61</sup> No momento em que escrevo isso, agosto de 2016, setores política e religiosamente arqui-conservadores, em aliança com o movimento “Escola sem Partido”, uma agremiação de caráter nitidamente autoritário, estão demandando uma reformulação da Base, tomada por eles como sendo “excessivamente ideológica”. Deste modo, se suas proposições de uma votação no Congresso Nacional sobre o conteúdo da Base se concretizarem, o resultado pode não ser só a afirmação de uma história marcadamente eurocêntrica, mas de uma narrativa excludente e legitimadora do violento *status quo* brasileiro, a ser ensinada em todas as escolas públicas do país. Nesse sentido, o velho adágio do escritor florentino, “ó, vós que aqui entraís, abandonai toda esperança”, talvez venha a ser bastante pertinente para a nova geração de nossos historiadores e historiadoras.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

vezes de forma verdadeiramente letal<sup>62</sup>, a crítica produzida nas últimas décadas demonstra a importância de reconhecermos outras formas de imaginação dos diversos passados que compõem a vida em nosso pálido ponto azul. Por outro lado, a indiferença ou mesmo hostilidade com as quais setores importantes da historiografia, à esquerda e à direita, receberam estas críticas, pejorativamente chamada de “pós-modernas” (essa grave ofensa!)<sup>63</sup>, evidencia o quanto a historiografia disciplinada ainda não consegue se desvencilhar das heranças oitocentistas que caracterizam seu, digamos, “inconsciente político”<sup>64</sup> e que lhe deram sustentação ideológica por muito tempo. O temor de alguns grandes historiadores (*qua* Hobsbawm, por exemplo) diante das “ameaças” do novo tempo parece traduzir, assim, os medos mais amplos de que, com a erosão da ordem social que lhe deu legitimidade, a historiografia disciplinada possa fenecer. O que fazer agora, nesta nossa condição pós-colonial, em que passado e presente parecem coabitar o mesmo tempo e que as ilusões de um processo histórico “unitário e racional” parecem ter se esfumado de vez?

Um começo possível seria a admissão que existem múltiplas maneiras de se imaginar o tempo histórico e que nem sempre a historiografia disciplinada tem, ou deveria ter, ingerência sobre elas. Pretender coagir outros tempos à sincronia totalizante da disciplina pode, em vários momentos, a equivaler a um ato de violência simbólica que transforma a historiografia em cúmplice da ordem dominante e em *reificadora* de feridas históricas, mesmo que de forma involuntária. Se queremos representações do tempo antes de agora que possam ter um papel minimamente emancipador, devemos permitir e estimular os usos criativos do passado pelos seres humanos da atualidade, pois, caso contrário, estaríamos replicando, ainda que em diferentes formas, a lógica daquele historicismo oitocentista, com toda sua vacuidade e homogeneidade. Quando quiserem afirmar a continuidade especiosa, marquemos a diferença; quando almejarem a diferenciação espúria, afirmemos a semelhança. Uma historiografia realmente comprometida com a tolerância como valor fundamental deve ter isso como seu norte básico, especialmente nesses tempos de muros, arames farpados e de negação constante e reiterada da humanidade alheia (passados presentes?).

<sup>62</sup> Enquanto componho estas linhas, indígenas continuam sendo mortos “em nome do progresso” no Brasil: desde 2003, já foram mais de oitocentos seres humanos originários assassinados no país, em geral por causa da ampliação da área de produção agropecuária e da necessidade do “progresso” da economia nacional. Pode se falar que a Conquista da América faz parte do já distante “período colonial”?

<sup>63</sup> Para um bom resumo da recepção do “giro linguístico” e de discussões afins, ver, para o Brasil, CEZAR, 2015. Para os debates mais amplos e as reações de historiadores e historiadoras proeminentes ao “pós-modernismo”, justas ou não, ver o excelente *reader* organizado por Keith Jenkins (1997).

<sup>64</sup> O termo é, obviamente, de Jameson (1992)

Em segundo lugar, tomando inspiração nas ideias de Michael Rothberg (2009, p. 27; p. 313), este posicionamento pode influir na emergência de histórias multidirecionais que desafiem ativamente o conservadorismo que afirma a naturalidade da ordem social vigente e paralisa a historicização do presente a partir do silenciamento de tudo aquilo que o coloque em questão. “Multidirecional”, na leitura que faço, significa mais do que a aceitação do pluralismo historiográfico inerente à nossa condição pós-colonial; implica igualmente na compreensão do *tempo histórico* como tendo várias direções, estando o presente eivado destas diferentes temporalidades – o que, por sua vez, sugere as inúmeras possibilidades que se abrem no aqui e agora. Devemos, afinal, estar dispostos e dispostas a ouvir os “ecos de vozes que emudeceram” (BENJAMIN, 2002, p. 242), para, quem sabe, antever novas imaginações para o hoje e, principalmente, para o porvir.

#### **Referências Bibliográficas:**

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe & DANTAS, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: *Antíteses*, vol. 3, n. 5, janeiro-junho, 2010. p. 21-37
- ASSMAN, Aleida. Transformations of the modern time regime. In: LORENZ, Chris & BEVERNAGE, Berber. *Breaking Up Time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. p. 39-56.
- BAYER, Osvaldo (org.). *Historia de la crueldad argentina*. Buenos Aires: Ediciones El Tugurio, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras Escolhidas*. Vol 1: magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.
- BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti y la Historia Universal*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CESAIRE, Aimé. *Discourse on Colonialism*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- CEZAR, Temístocles Américo Correia. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica. In: *História da Historiografia*, n. 17, abril, 2015. p. 440-461.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

\_\_\_ History and the politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue & MUNSLOW, Alun (org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 77-87.

DAVIS, Kathleen. *Periodization and Sovereignty: how ideas of feudalism and secularization govern the politics of time*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

GÓES, José Roberto. O racismo vira lei. In: [http://www.observa.ifcs.ufrj.br/bibliografia/artigos\\_jornais/JoseRobertoPintodeGoishtm.htm](http://www.observa.ifcs.ufrj.br/bibliografia/artigos_jornais/JoseRobertoPintodeGoishtm.htm).

\_\_\_ Os manifestos e a escrava Inês. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/401318/noticia.htm?sequence=1>.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 110-140.

HAROOTUNIAN, Harry. Uneven Temporalities/Untimely Pasts: Hayden White and the question of temporal form. In: DORAN, Robert (org.). *Philosophy of History after Hayden White*. New York/London: Bloomsbury, 2013. p. 119-150.

HARTOG, François. *Creer en la Historia*. Santiago de Chile: Universidad Finis Terrae, 2014.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

HUYSEN, Andreas. *Present Pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

JAMESON, Fredric. *O Inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_ *A Singular Modernity*. London: Verso Books, 2002.

JENKINS, Keith (org.). *The Postmodern History Reader*. London: Routledge, 1997.

KRACAEUR, Siegfried. *History: the last things before the last*. New York: Oxford University Press, 1994.

LORENZ, Chris. Unstuck in Time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (org.). *Performing the Past: memory, history, and identity in Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 67-102.

MACINTYRE, Stuart & CLARK, Anna. *The History Wars*. Melbourne University Publishing, 2003.

MAGNOLI, Demetrio. História sem tempo. In: <http://oglobo.globo.com/opiniaohistoria-sem-tempo-17719022>.

MEZZADRA, Sandro & RAHOLA, Federico. La condición postcolonial. Unas notas sobre la cualidad del tiempo histórico en el presente global. In: MEZZADRA, Sandro et alli (org.). *Estudios Poscoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. p. 261-278.

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: coloniality, subaltern knowledges and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *The Dark Side of Modernity*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MUDROVICIC, Maria Inés. Time, history, and philosophy of history. In: *Journal of the Philosophy of History*, n. 8. 2014a, p. 1-26.

\_\_\_\_\_. About lost futures or the political heart of history. In: *Historiein*, vol. 14, n. 1. 2014b. p. 7-21.

OSBORNE, Peter. *The Politics of Time: modernity and avant-garde*. London: Verso, 1995.

PIHLAINEIN, Kalle. The end of oppositional history? In: *Rethinking History*, vol. 5, n. 4, 2011. p. 463-488.

PYNCHON, Thomas. *V. A novel*. New York: Harper Modern Classics, 2004.

RAMA, Angel. O serviço público do crítico. In: RAMA, Angel & ROCCA, Pablo (org.). *Literatura, Cultura e Sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 68-73.

RANCIERE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011. p. 21-50.

REDE, Marcelo. O assassinato da história. In: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/02/1744204-o-assassinato-da-historia.shtml>.

ROTHBERG, Michael. *Multidirectional Memory: rethinking the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

RUFER, Mario. *La Nación en Escenas: memorias públicas y usos del pasado en contextos poscoloniales*. Mexico: Colégio de Mexico, 2010.

\_\_\_\_\_. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. In: BIDASECA, Karina (org.). *Genealogías Críticas de la Colonialidad en América Latina, África, Oriente*. Buenos Aires: Clacso/Usam, 2016. p. 275-296.

SCOTT, Joan W. History-writing as critique. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue & MUNSLOW, Alun (org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 19-38.

TANAKA, Stefan. History without chronology. In: *Public Culture*, vol. 28, n. 78, 2016. p. 161-186.

**EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

VAINFAS, Ronaldo. Nova face do autoritarismo. In: <http://oglobo.globo.com/opiniao/nova-face-do-autoritarismo-18225777>.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in the 19th century*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

YOUNG, Robert. *White Mythologies: writing history and the West*. London: Routledge, 2004.

## A HISTÓRIA É FORÇA PARA O PRESENTE: A NARRATIVA HISTÓRICA DE FRIEDRICH GUNDOLF

*History is force for the present: The historical narrative of Friedrich Gundolf*

Walkiria Oliveira Silva<sup>65</sup>

**RESUMO:** Entre o final do século 19 e as primeiras décadas do século 20, o conhecimento histórico passou por diversos questionamentos acerca de sua função pragmática para a vida dos homens. A chamada crise do historicismo pode ser compreendida, neste sentido, como uma crise da função pragmática do conhecimento histórico em orientar os homens diante de suas próprias experiências no presente. Friedrich Gundolf, importante intelectual alemão das primeiras décadas do século 20, refletiu consideravelmente sobre o papel do conhecimento histórico para a vida prática a partir de uma análise da história da literatura alemã. Neste artigo, busca-se analisar a proposta da Friedrich Gundolf sobre o conhecimento histórico, a partir de dois de seus textos: *Vorbilder*, publicado em 1911 e *Hoelderlins Archipelagus*, publicado cinco anos depois.

**PALAVRAS-CHAVE:** Círculo de Stefan George, Historicismo, Friedrich Gundolf.

**ABSTRACT:** Between the late nineteenth century and the first decades of the twentieth century, historical knowledge was questioned about his pragmatism function for human life. In this sense, the so called crisis of historicism can be understood as a crisis of the pragmatic function of historical knowledge to men's life. It's understood by pragmatic function the ability of historical knowledge to orientantion men in their present time. Friedrich Gundolf, an important intelectual of the first decades of twentieth century, thought about the function of history to pragmatic life based on his own research on history of german literature. This article seeks to analyzing Gundolf's proposals on historical knowledge from two of his texts: *Vorbilder*, published in 1911 and *Hoelderlins Archipelagus*, published five years later.

**KEYWORDS:** Stefan George Circle, Historicism, Friedrich Gundolf.

“E apesar de ser evidente que, à proporção que suas pesquisas avançam, o campo do que permanece por ser conhecido se torna cada vez mais vasto, os objetos da pesquisa se tornam cada vez mais complexos e os próprios conhecimentos alcançados por eles se tornam cada vez menos aplicáveis à vida, nada disso os incomoda e eles, plenamente convencidos da importância de seus conhecimentos, continuam a pesquisar, pregar, escrever, publicar e traduzir de uma língua para outra todas as suas pesquisas e raciocínios, que na maior parte nada têm de útil [...]”

Liév Tolstói<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - UnB. Este artigo é parte da minha pesquisa de doutoramento que conta com apoio do CNPq. Pesquisadora associada ao *Institut für Soziale Bewegung* / Ruhr Universität Bochum E-mail: [walkiria.oliveiras@gmail.com](mailto:walkiria.oliveiras@gmail.com). Agradeço ao professor Estevão de Rezende Martins pela leitura prévia e importantes sugestões.

<sup>66</sup> TOLSTÓI, Liév. “A destruição do inferno e sua reconstrução”. In: TOLSTÓI, Liév. *Contos Completos*. Vol.3. São Paulo: Cosac-Naify. 2015, 289.

A partir do último terço do século 19 e as primeiras décadas do século 20, o conhecimento histórico sofreu transformações a partir de novas concepções acerca das formas e das funções da ciência histórica para a vida dos homens do presente. Parte da intelectualidade alemã viu-se aturdida diante do crescimento da especialização do conhecimento científico, da derrocada do ideal humanista de intelectual voltado para a convivência harmônica da humanidade e do crescimento do domínio da técnica em diversos setores da vida cotidiana. A ciência, ao se encarcerar dentro das muralhas especializadas das universidades, havia perdido sobremaneira a sua capacidade para construir uma relação dialógica com os homens no desempenhar da sua vida prática cotidiana. Neste caminho, ciência e vida encontravam-se, ao olhar de diversos intelectuais, apartados um do outro.

Neste momento, não foi outra a temática central da reflexão de diversos intelectuais sobre o conhecimento histórico. *A Segunda Consideração Intempestiva* de Friedrich Nietzsche, publicada em 1874, é considerada um marco inicial da chamada crise do historicismo. Para o filósofo, a história, ao se transformar em uma ciência racional especializada havia se distanciado da sua capacidade para orientar os homens em seu presente e em suas possibilidades de ação frente às experiências da contingência. O conhecimento histórico não era mais capaz de formar o homem. Tratava-se, portanto, da derrocada da função formativa da história a qual havia se tornado inerte e mesmo nefasta. Contudo, para Nietzsche, a única solução possível para reestabelecer o elo entre história e vida era que a história deixasse de ser uma ciência racional especializada e autônoma<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Para Thomas Brobjer, historiador das ideias e especialista em Nietzsche, a *Segunda Consideração Intempestiva* não pode ser tomada como a única referência sobre as considerações de Nietzsche para o conhecimento histórico, embora seja o único texto no qual o filósofo tratou extensivamente e exclusivamente acerca do tema. Brobjer sublinha que Nietzsche não retomou sua obra e os seus conceitos de história antiquária, monumental e crítica nela apresentados. De acordo com o autor, a história se tornou importante para o pensamento nietzscheano sobretudo após 1876. Sua *Genealogia da Moral*, para Brobjer, bem como seu projeto filosófico e sua tentativa de reavaliação de todos os valores pressupunha o entendimento acerca do conhecimento histórico e suas funções. (BROBJER, 2004, p.160). Um caminho possível para entender a relação de Nietzsche com a história, a partir do texto de 1874, é compreender sua relação com o ideal neo-humanista e romântico de Grécia clássica. Brobjer afirma que sua crítica à história, tal como apresentada na *Segunda Consideração*, consiste em uma tentativa de resguardar o ideal neo-humanista sobre os gregos como um valor eterno – um *standart* – para a cultura e a estética, ao mesmo tempo em que essa tentativa não encontrava sustentação mediante os métodos históricos que haviam ganhado força com o historicismo, o qual afirmava que o mundo só poderia ser explicado a partir das ideias de desenvolvimento e mudança. A partir de 1875, Nietzsche teria se afastado desse ideal neo-humanista. A razão para esse afastamento não seria apenas a relação de Nietzsche com Wagner e Schopenhauer, mas sua aproximação com o conhecimento histórico e seus métodos e a constatação de que o ideal neo-humanista de Grécia clássica não poderia ser assegurado historicamente (BROBJER, 2004, p.164-165). Contudo, a importância das considerações intempestivas acerca das vantagens e desvantagens da história para a vida, ainda hoje, permanece como a principal referência para a relação entre Nietzsche e a história. Não procuro tecer aqui uma relação direta entre a concepção de Nietzsche e de Gundolf sobre a história, mas destacar a importância indiscutível de Nietzsche – e claro, de sua *Segunda Consideração* - para o questionamento do paradigma historicista dominante até àquela época.

O objetivo de reconstruir o caminho pelo qual fosse possível restabelecer a união entre conhecimento histórico e vida prática foi central na discussão sobre o conhecimento histórico entre o final do século 19 e as primeiras décadas do século 20. A experiência traumática da Primeira Guerra Mundial faria aprofundar o debate. Embora não seja o período aqui tratado, cabe destacar que não foi diferente o ponto central da reflexão sobre o conhecimento histórico após a experiência da Segunda Guerra Mundial e suas consequências nas consciências individuais e coletiva. Para além das reflexões sobre novas propostas teóricas e metodológicas da história, o questionamento acerca da função pragmática do conhecimento histórico foi fundamental.

A conclusão de Nietzsche era, para muitos intelectuais, correta: a história havia perdido sua função utilitária para a vida dos homens. Entretanto, a solução para essa crise não estava no enfraquecimento ou despojamento do estatuto científico da história. Neste sentido, a possibilidade de reunificação entre história e vida passava pelo próprio reforço da autonomia científica do conhecimento histórico. Portanto, a crise do historicismo pode ser compreendida, como apontou Thomas Nipperdey, como uma crise da função pragmática de orientação do conhecimento histórico na vida dos homens, na sua formação para um agir adequadamente no mundo diante de suas próprias possibilidades de ação (NIPPERDEY, 1990, p. 633-637). Na mesma linha Jörn Rüsen entende a crise do paradigma historicista como um retroceder da capacidade da historiografia, enquanto produto da pesquisa metodicamente controlada, de orientar a vida dos homens diante de suas escolhas de ação em sua vida prática. De acordo com Rüsen, a historiografia pode ser entendida como o processo de constituição de sentido e desta forma o conhecimento histórico é inserido na vida humana prática mediante narrativa. É a partir dessa relação dialógica entre história e vida prática que os sujeitos se orientam e se autocompreendem mediante as mudanças temporais significativas (RÜSEN, 2007, p.43). Neste sentido, se há uma crise do conhecimento histórico ela está ligada diretamente à sua função na vida prática e no agir humano cotidiano.

Friedrich Gundolf (1880-1931) completou sua formação acadêmica em um momento de profunda reflexão e transição, no qual a discussão em torno das funções do conhecimento científico para a vida era constante e fundamental. Gundolf, cujo patronímico Gundelfinger foi modificado por sugestão do poeta Stefan George (1868-1933), estudou História da Arte e da Literatura e Filosofia nas universidades de Munique, Heidelberg e Berlim, a partir do semestre de verão de

---

1900. Frequentou aulas de professores destacados como as do historiador da arte Heinrich Wölfflin (1864-1945) o qual era, nas palavras de Gundolf, “um novo historiador da arte o qual eu não posso suficientemente louvar e que pode me ensinar em duas horas mais do que qualquer professor [...]”<sup>68</sup> (KLUNCKER, 1978, p.106). Foi aluno e amigo de Georg Simmel (1858-1918) e travou intensos diálogos intelectuais com Max Weber (1864-1920), a quem conheceu pessoalmente em 1909<sup>69</sup>. Por volta deste mesmo ano, mostrou um profundo interesse pela obra do filósofo francês Henri-Bergson (1859-1941), o qual segundo Gundolf, em carta ao poeta Stefan George, “ainda era desconhecido na Alemanha” (BOEHRINGER, 1962, p.192)<sup>70</sup>

Gundolf publicou, no ano de 1904, *César na literatura alemã*, resultado de seu doutoramento na Universidade de Heidelberg sob orientação do seu professor de Germanística Erich Schmidt (1853-1913)<sup>71</sup>. Em 1911, publicou sua tese de livre docência, supervisionada pelo economista e sociólogo Alfred Weber (1868-1958) e pelo historiador Eberhard Gothein (1853-1923), com o título *Shakespeare e o espírito alemão*. A obra de Gundolf foi elogiada por Wilhelm Dilthey (1833-1911) filósofo com o qual Gundolf se correspondeu e por quem foi fortemente influenciado. A amplitude da obra de Gundolf impressiona. De maneira geral, sua vasta obra – que ainda inclui diversos artigos e textos não publicados – mostra um grande interesse do germanista pela história da literatura alemã mediante a análise de obras de autores significativos que influenciaram a formação da identidade cultural alemã.

Embora apresentasse um profundo interesse pela história da literatura alemã, Gundolf não era historiador de formação. No entanto é evidente que seu interesse era analisar sobretudo o desenvolvimento histórico da identidade cultural alemã mediante análise histórica da sua própria literatura. Logo, Gundolf possuía um grande interesse pelos debates acerca do conhecimento histórico e não ficou indiferente às questões sobre a função pragmática do conhecimento histórico para a vida prática, tal qual ocorria nas primeiras décadas do século 20. Em um momento de

---

<sup>68</sup> Carta de Gundolf a Karl Wolfskehl, 5 de maio de 1901.

<sup>69</sup> Gundolf e Max Weber encontraram-se regularmente em Heidelberg. Sobre uma análise detalhada da relação entre Gundolf e Weber, ver GROPE, 1997, pp. 582- 618.

<sup>70</sup> Gundolf a Stefan George, carta de fevereiro [sem dia] de 1909. O irmão de Gundolf, Ernst Gundolf (1881-1945), publicou no III *Jahrbuch* um ensaio sobre a obra de Bergson. Também bastante ativo nas discussões do Círculo de George, o irmão de Gundolf nunca completou os estudos formais devido ao seu frágil estado de saúde.

<sup>71</sup> Gundolf pediu a Wölfflin que também acompanhasse o desenvolvimento de seu trabalho. Gundolf a Wolfskehl, carta de 21 de dezembro de 1901 (KLUNCKER, 1978, p.144). Gundolf entregou seu trabalho no final do ano de 1902, como informou a Wolfskehl em carta de 10 de novembro de 1902 (KLUNCKER, 1978, p.163). Gundolf passou pelo exame de doutoramento em 20 junho de 1903.

efervescência e renovação no campo das *Geisteswissenschaften* em geral, era natural que um intelectual com profunda formação humanística, como Gundolf, se envolvesse em tais discussões. Além disso, seu esforço efetivo em entender e definir a função do conhecimento histórico deixa claro que as reflexões sobre a história não ficaram restritas somente aos historiadores de formação. Além disso, é preciso ressaltar que Gundolf era germanista. A germanística tinha métodos de análise evidentemente históricos e havia sido muito influenciada pelo surgimento da história como ciência a partir do historicismo alemão. Nesse sentido, podemos afirmar que a própria formação em germanística despertou em Gundolf, muito provavelmente, um interesse pelo desenvolvimento histórico da cultura alemã.

Analisar a posição de Gundolf diante do debate sobre a função do conhecimento histórico para a vida prática é o objetivo deste artigo. Não se trata de uma reflexão sobre a vasta obra do germanista alemão. A partir de dois textos do autor, *Hoelderlins Archipelagus* [Arquipélago de Hoelderlin] e *Vorbilder* [Exemplos], busca-se compreender o quanto possível, a contribuição de Gundolf para a atividade fundamental do historiador: a reconstrução do passado. Gundolf não foi um teórico da história, e assim, nunca compôs um tratado sistemático sobre suas ideias para a epistemologia da ciência histórica. Suas reflexões e contribuições encontram-se, de maneira geral, pulverizadas em seus livros, artigos e correspondências.

*Hoelderlins Archipelagus* [Arquipélago de Hölderlin] embora publicado em 1916, diz respeito à conferência que Gundolf proferiu como parte de seu exame para obtenção do título de doutor, diante do poeta Stefan George e de Max Weber, em 26 de abril de 1911, na Universidade de Heidelberg. Nesta conferência, Gundolf buscou realizar uma análise diacrônica da recepção do poema de Friedrich Hölderlin (1770-1843) *Der Archipelagus* [O arquipélago] (1800/1801) e de seu significado para os alemães de seu próprio tempo. Ao longo de sua análise, Gundolf teceu profundas reflexões sobre o conhecimento histórico e suas demandas. *Vorbilder* [Exemplos] foi publicado no terceiro *Jahrbuch für die geistige Bewegung* [Anuário para o movimento espiritual], em 1911. Gundolf considerou seu artigo como ligado à *Blätterreligion*<sup>72</sup>, uma clara referência ao Círculo de Stefan George. Diferente da sua abordagem sobre Hölderlin, *Vorbilder* constitui um texto eminentemente teórico. Nele, Gundolf preocupou-se em apontar as imbricações entre o

---

<sup>72</sup> O termo *Blätterreligion* diz respeito às *Blätter für die Kunst* [Folhas para a arte], principal publicação do Círculo de Stefan George.

conhecimento histórico e o indivíduo, mediante o reforço da função pragmática da narrativa histórica.

Há nestes textos, portanto, dois momentos: o primeiro deles constitui um texto voltado para um público acadêmico. Trata-se de uma *Vorlesung*, uma preleção (aula) proferida na Universidade de Heidelberg. O segundo é um artigo que compôs um número de uma publicação oficialmente vinculada ao Círculo de Stefan George, o *Jahrbuch für die geistige Bewegung*. Não deixa de ser substancial que o *Jahrbuch*, de caráter polêmico, era dirigido, de certa maneira, também ao público acadêmico, pois em muito discutia questões ligadas à ciência de seu tempo. Em certa medida, esses dois textos, tratam de questões parecidas a partir de duas experiências diferentes: a vida acadêmica formal e a vivência no Círculo de Stefan George.

É impossível não mencionar a participação efetiva de Gundolf no chamado Círculo de Stefan George. Gundolf conheceu, por intermédio de Karl Wolfskehl (1869-1948), o poeta Stefan George do qual foi muito próximo sobretudo até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1899. Seu rompimento definitivo com o poeta ocorreu em 1926, ano em que Gundolf casou-se com Elisabeth Salomon (1893-1958). Nesse ínterim, Gundolf foi o mais importante discípulo de Stefan George e o principal membro de seu Círculo. De maneira geral, podemos compreender o Círculo em torno de George, sobretudo a partir da virada do século, como um grupo de intelectuais que buscavam discutir a situação da arte, ciência e sociedade de seu tempo. Com um caráter místico e religioso em torno de George, seus membros – todos advindos da burguesia culta alemã – acabaram por ocupar cargos de docência em diversas universidades alemãs ao longo das primeiras décadas do século 20. Ademais, diversos intelectuais como Simmel, Max Weber, o sociólogo e filósofo Erich von Kahler (1885-1970) e o historiador da literatura Ernst Robert Curtius (1886-1956) aproximaram-se, mesmo de maneira não oficial, do Círculo de George. Espalhados pelas universidades alemãs, intelectuais como Gundolf, Karl Wolfskehl e Friedrich Wolters (1876-1930) tentaram conciliar seu próprio fazer científico com suas respectivas experiências no Círculo de Stefan George.

É significativo ressaltar que o Círculo de Stefan George, ao contrário do que o nome possa sugerir, não era um grupo homogêneo em relação às suas premissas. A partir de 1910, quando os jovens georgeanos como Gundolf, tornaram-se professores universitários, o Círculo de George espalha-se de acordo com a presença desses intelectuais nas universidades. Wolters, por exemplo, ocupou cargo docente nas Universidades de Marburg e Kiel e lá acabou por formar um pequeno

## EXPEDIÇÕES

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Círculo de discípulos a fim de promover o que ele acreditava ser os ideais do Círculo de George. Já Gundolf, por exemplo, nunca formou um Círculo em torno de si na Universidade de Heidelberg<sup>73</sup>. Essa atitude nunca pareceu interessar a Gundolf que, ao que parece, não se importava com a divulgação ou com a expansão do próprio Círculo, mantendo uma postura muito mais hermética. De maneira geral, eram os próprios intelectuais que moldavam os ideais que acreditavam determinar o Círculo de George. Nesse sentido, por exemplo, princípios comuns em relação à uma postura avessa ao racionalismo, à técnica, a valorização da subjetividade para o conhecimento era moldado de acordo com os estudos e crenças de cada um dos georgeanos separadamente.

É preciso repensar também a própria importância do poeta Stefan George para a formação dos princípios e das discussões que permeiam as obras dos próprios georgenos e das suas reflexões sobre o conhecimento científico de modo geral. Em Gundolf, por exemplo, é necessária uma reflexão ponderada. George acompanhou de perto a produção acadêmica de Gundolf e corrigiu suas obras. No entanto, as trocas de cartas – daquelas que sobreviveram – entre ambos evidencia uma influência menor do que parece. George tinha, evidentemente, uma relação muito próxima a Gundolf, no entanto pouco discutia acerca do trabalho acadêmico do germanista. Inclusive, ao comentar *Goethe*, publicado em 1916, George chama a atenção de Gundolf para um excesso de misticismo em torno da figura de Goethe<sup>74</sup>. Era com Wolters que Gundolf discutia consideravelmente suas apreensões e reflexões sobre a ciência e sobre o desenvolvimento de suas obras. Na relação entre George e seus seguidores é preciso refletir sobre – a meu ver – uma diferença evidente entre aquilo que poderíamos chamar de a luz e a sombra<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> A questão quanto ao papel dos membros do Círculo de Stefan George nas universidades alemãs é discutível. Embora alguns autores como Carolla Groppe reforcem essa importância, na verdade ela parece ser significativa em Heidelberg devido ao reconhecimento intelectual de Gundolf por seus pares. É sabido que Gundolf era um professor que causava impressão nos alunos – suas aulas eram sempre lotadas, mesmo no período da guerra – devido à sua participação no Círculo, mas sobretudo à sua importância acadêmica no período. No entanto, Gundolf não imitou George e não procurou por discípulos. Outros membros do Círculo como Wolters ou o economista Edgar Salin tiveram pouca repercussão à época. Cabe refletir se não é perigoso estender a fama de Gundolf em Heidelberg para o espaço universitário alemão de modo geral.

<sup>74</sup> Em carta a Gundolf, datada de 28 de julho de 1916, George aponta que Gundolf havia exagerado, fabulado [*fabeln*] em seu capítulo “Neue Lyrik” [Nova Lírica] (BOEHRINGER, 1962, p. 282). *Goethe*, principal obra de Gundolf, foi publicada em meados de setembro de 1916. No entanto, Gundolf terminou o livro em dezembro de 1915. A demora na publicação foi causada pelos problemas advindos da guerra, como a falta de papel para impressão. Portanto, a crítica de George não causou modificações na obra publicada, que àquela época já se encontrava em processo de impressão. Em abril, metade da obra já se encontrava pronta.

<sup>75</sup> A meu ver é preciso muito cuidado ao indicar uma relação controladora entre George e Gundolf. Que isso tenha se dado num primeiro momento é certo, no entanto Gundolf tendeu a tornar-se, sobretudo academicamente, independente com o desenvolvimento de sua carreira acadêmica e principalmente após a Primeira-Guerra Mundial. Por isso, minha tentativa é defender que não há uma relação controladora entre Gundolf e George e isso está muito claro no trabalho de

O significado da participação de Gundolf no Círculo de George é incontestável. Todavia não é o objetivo deste artigo, traçar um paralelo entre seus textos e as premissas defendidas pelo Círculo de George, embora tais paralelos sejam devidamente apontados quando necessários. O objetivo deste artigo, mediante os textos selecionados, é analisar a posição de Gundolf frente ao debate sobre a função do conhecimento histórico para a vida humana prática, para a capacitação do agente racional humano em suas escolhas diante das suas possibilidades de ação.

## **O indivíduo movimenta a história**

Os artigos e demais obras de Gundolf são marcados por uma rica e, ao mesmo tempo, confusa construção conceitual. De modo geral, alguns conceitos apresentam-se de forma constante na obra de Gundolf e são, diversas vezes, utilizados de forma automática, sem um esclarecimento específico de seu significado e relevância. A importância que Gundolf deu à construção conceitual talvez possa ser explicada pela sua própria formação em germanística. Gundolf deu uma relevância significativa ao uso de conceitos que pudessem expressar devidamente o cerne de sua reflexão.

Gundolf se interessou em compreender como as experiências históricas do passado continuavam a atuar nas experiências dos homens de seu tempo. Para entender a interdependência entre o passado e sua influência no presente, era imprescindível entender o papel dos indivíduos históricos significativos nessa dinâmica temporal. Não por acaso, Gundolf fez uso do substantivo “*Bewegung*” [movimento] para entender as ações do indivíduo significativo atuante nos processos históricos do passado e cuja influência se encontrava no presente. Neste “*Bewegung*”, o passado estaria ainda presente, não como algo morto, desvinculado do presente, mas como força [*Kraft*] e influência [*Wirkung*] (GUNDOLF, 1965, p.173). O passado seria, portanto, atuante no presente. Neste sentido, no indivíduo, também denominado por Gundolf como “*Geister*”, “nenhuma diferença havia entre mortos e vivos” (GUNDOLF, 1965, p.173), pois o passado tornava-se, nele,

---

Gundolf. As suas referências principais como Dilthey e Henri-Bergson não passam por George. Sua concepção mesmo de historicismo ou das funções do conhecimento histórico pouco são discutidas em cartas com George. Stefan Breuer em seu *Ästhetischer Fundamentalismus. Stefan George und der deutsche Antimodernismus* sugere que todo o desenvolvimento e formação do Círculo, a partir da relação com o poeta e seus discípulos, como ele os denomina, seria o desenrolar da característica narcísica de George – um desenvolvimento de seu narcisismo infantil. Embora respeitável, entendo a opção por uma análise psicanalítica em torno de George e seu Círculo rica, porém muito pouco proveitosa para esta pesquisa.

força viva para seu próprio tempo. A história constituía, portanto, um movimento pendular – articulado pelo indivíduo – mediante o qual passado, presente e futuro se inter-relacionavam.

Esse indivíduo que se move na história e move a história é designado por Gundolf sob o conceito de *Gestalt*.<sup>76</sup> Resguardadas as devidas diferenças, seria possível mencionar a máxima de Marc Bloch para Gundolf, pois a história é a história dos homens no tempo (BLOCH, 2002, p.67). Assim, para Gundolf não há outro caminho através do qual seja possível entender o passado, a não ser através dos indivíduos, *Gestalt*, em seu agir no mundo, *Bewegung*.

os maiores pensamentos estão nos homens, através dos homens e provém dos homens. O mundo espiritual e histórico não existe fora dos homens reais [...] Homens não são o substrato de ideias, mas seus criadores e seu conteúdo. O homem está sempre antes da ideia: ideias são meios ou resultado, mas não o princípio [*Ursache*] (GUNDOLF, 1965, p.174)

De acordo com a concepção de Gundolf sobre o papel do indivíduo no processo histórico era manter o significado do passado para o presente, uma vez que portava um conteúdo atemporal. Esses indivíduos, ao agirem no mundo, davam expressão a um conteúdo atemporal fundamental para o significado do passado que era interpretado pelos homens do presente. Para Gundolf, esse conteúdo pode ser compreendido apenas temporalmente, pois “o eterno apenas existe no tempo, é compreensível como temporal.” (GUNDOLF, 1965, p.179). Parece existir um conteúdo metafísico indispensável no processo histórico sempre readaptável às contingências do presente.<sup>77</sup> Por essa razão, ao voltar-se para as experiências históricas do passado, o historiador deve “converter [o indivíduo] em seu próprio ser e as irradiações que dele receber transformar em uma nova criação [*Gebild*].” (GUNDOLF, 1965, p.173). Esse processo de conversão somente poderia realizar-se intersubjetivamente. Na linha de Wilhelm von Humboldt cujo clássico ensaio sobre a tarefa do historiador realçou o caráter intersubjetivo do conhecimento histórico, Gundolf sublinhou que apenas poderíamos conhecer aquilo “que também está em nós” (GUNDOLF, 1965, p.179). O conhecimento histórico era produzido mediante o estabelecimento de um diálogo intersubjetivo

---

<sup>76</sup> *Gestalt* é utilizado por Gundolf, amplamente, para designar o indivíduo significativo nos processos históricos. *Gestalt* é traduzido por forma. Até agora, podemos entender que há o passado enquanto coisa em si [Stoff – Matéria] e o indivíduo que através de sua obra – ação no mundo - dá forma a esse passado é o que chega até nós enquanto fenômeno.

<sup>77</sup> “In jeder historischen Aufgabe liegt ein Punkt, wo sie metaphysisch bedingt. Erst wer den findet und sie dort anpackt, kann ihre Möglichkeiten erschöpfen, sie als Hebel benützen, um eine ganze Geisteswelt mit herauf zu heben; dazu bedarf es nicht grosser Begriffsmaschinen, sondern eines glückhaften Gefühls für das Wesentliche, das immer einfach und unscheinbar ist, das *punctum saliens* [...] Berechnen lässt jener schöpferische Punkt sich nicht, und er liegt bei jeder Aufgabe woanders.” (GUNDOLF, 1908, p. 133. Apud RAULFF, 1992, p.121)

entre os homens em suas experiências históricas do passado e os homens do presente a partir de sua própria historicidade.

No ato cognitivo de pesquisar o passado, Gundolf entende que a história [*Geschichtswissenschaft*] apenas pode trabalhar com indícios, resíduos de experiências históricas passadas. Por isso, o conhecimento histórico constitui para ele um processo cognitivo no qual uma força atuante entra em contato com o pesquisador o qual, no seu presente, a recebe e a reatualiza. Segundo Gundolf, não bastava descrever o passado, era indispensável conectá-lo ao presente. Mais uma vez, Gundolf aproxima-se notavelmente de Humboldt segundo o qual “se não sair em busca da articulação da situação contemporânea com as modificações vividas no passado, o historiador, de fato, só produzirá caricaturas” (HUMBOLDT, 2010, p. 90-91). O conhecimento histórico somente se realiza se, e somente se, promover o diálogo intersubjetivo entre a força ativa do passado e a daquele que pesquisa no presente.

A ciência da história tem que verificar e significar como provas os os sedimentos – fatos, gêneros, palavras – que são resíduos de processos vividos. Então ela preenche novamente os conceitos gerais com sangue e carne individuais, desperta o contorno vazio com cores e movimento [...] a partir do contato entre as forças atuantes e as forças que as recebem. (GUNDOLF, 1916, p.5)

Gundolf interessou-se em compreender o significado do passado para o presente mediante análises acerca da história da literatura alemã com base em seus autores significativos. Nesse âmbito, as obras desses autores constituíam a principal fonte para a história<sup>78</sup>. Nesse sentido, pode-se considerar que o indivíduo age no mundo quando produz, e esse agir no mundo é o que movimenta o processo histórico em um diálogo constante entre passado, presente e futuro. O indivíduo, embora carregue consigo uma mensagem atemporal, não estaria desprovido de temporalidade. Gundolf não negou que a ciência histórica tinha por tarefa investigar processos únicos, irrepetíveis. Contudo, haveria algo de eterno em cada individualidade histórica e esse elemento só poderia ser compreendido pela análise das obras de um autor. É justamente esse elemento eterno que possibilitaria significar o passado a partir do olhar interpretativo do presente.

---

<sup>78</sup> Para Gundolf, apenas a análise da obra importaria. O autor destaca que a biografia de um autor não dava sentido à sua obra e sim a obra daria sentido à biografia do autor. Não é o objetivo aqui, discutir tais questões, mas parece haver uma afinidade entre o pensamento de Dilthey e de Gundolf no que tange à investigação mediante as obras produzidas por indivíduos que, ao expressarem sua vivência interna, possibilitaria ao pesquisador chegar até elas. A principal obra de Dilthey *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften* é de 1910. Além disso, vale mencionar novamente que Dilthey foi professor de Gundolf. Esse ponto é destacado por Gundolf, em várias de suas obras e parece ser um ponto de permanência em seu pensamento. Outra possível relação com Dilthey seria o uso do conceito de vivência [*Erlebnis*] como princípio metódico fundamental para a compreensão do passado mediante um processo empático pelas obras. Esses pontos parecem ser um ponto de permanência na obra de Gundolf.

Esse eterno é preenchido por camadas temporais distintas, e por isso é compreensível somente a partir de processos temporais. Ao pesquisador cabia a difícil tarefa de entender a mensagem atemporal do agente histórico em sua própria historicidade, seu diálogo com o passado a partir dessa historicidade e sua influência para o presente via a captura desse elemento atemporal difundido pelo seu agir no mundo: sua obra. Embora Gundolf não tenha deixado um texto minucioso sobre esse assunto, afirmou que o elemento eterno é temporal na medida em que é reinterpretado e inserido na contemporaneidade dos próprios autores que o analisam. Existem, portanto, camadas temporais que se intercalam entre o pesquisador e sua fonte. Assim, por exemplo, Gundolf destaca que para entender o espírito grego – elemento eterno em Hölderlin- seria necessário compreender como o poeta o havia expressado a partir do “fogo do seu presente” (GUNDOLF, 1916, p.13). O mundo histórico era constituído por forças eternas – modificáveis diante das experiências históricas - que eram novamente reinterpretadas e significadas pelo pesquisador o qual era também cercado pela sua própria historicidade. Assim, a natureza e culturas gregas de Hölderlin, expressas em suas obras, não são apenas um passado, mas forças ativas na contemporaneidade, tanto na de Hölderlin, quanto na do próprio Gundolf.

Hölderlin é, no sentido dado por Gundolf, uma *Gestalt*, pois é o agente que ao movimentar-se na história, dá a ela significado para os homens do presente. Hölderlin é o agente histórico que, a partir de seu *Bewegung*, permite o diálogo entre passado, presente e futuro em uma relação essencialmente intersubjetiva. Gundolf não explicou como resolver metodicamente as diferenças de temporalidades entre o pesquisador e seu objeto. Afirmou que o indivíduo significativo ao se expressar no mundo carregava uma dupla temporalidade. Era histórico, pois havia vivido em um tempo determinado pelo seu nascimento e morte. Por outro lado, era eterno, pois dava vazão a um elemento eterno atemporal, mas que só poderia ser entendido temporalmente. Por isso Hölderlin “entre a sua atemporalidade e sua temporalidade [...] era para os alemães o protetor do fogo eterno” (GUNDOLF, 1916, p.25).

O conhecimento histórico se constitui a partir de um diálogo intersubjetivo entre o objeto – no caso de Gundolf as obras literárias – e o pesquisador em uma dialética entre o temporal e o atemporal. A partir de sua própria subjetividade e temporalidade o pesquisador devia buscar o elemento eterno expresso pelo autor ao qual se dedicava. Hölderlin, por exemplo, não deveria ser compreendido como um autor desconectado do presente, como uma “reliquia”, como sugeriu

Gundolf. O poeta, mediante suas obras, não era apenas matéria [*Stoff*] do passado, mas era forma, *Gestalt*. Gundolf fez uso de um par conceitual para diferenciar o passado morto e o passado que vivia, como força ativa e criadora no presente. Assim, “*Stoff*” [matéria] dizia respeito ao passado em um sentido antiquário, enquanto “*Kraft*” se referia à força, ou influência, do passado no tempo presente. Assim, para Gundolf, o passado [*Stoff*] transforma-se em força [*Kraft*] mediante o indivíduo cujas obras – sua ação no mundo – possibilitaria que essa força pudesse ser reatualizada no presente. Gundolf não explicou, metodicamente, como alcançar esse elemento eterno que parece ser alcançado mediante uma relação fortemente intuitiva com o passado.

A apreensão do passado apenas torna-se relevante quando se compreende seu significado para o presente a partir da procura por um elemento eterno que o significa. Há um elemento metafísico o qual, modificado temporalmente, se adequa às experiências do presente e às expectativas do futuro. Nesse sentido, pode-se dizer que Gundolf procurava por um elemento normativo para o presente. Na realidade, o autor buscava entender como os alemães deveriam ser a partir da garantia de uma continuidade histórica ancorada em um elemento eterno que permaneceria se adequando para fundamentar a identidade histórica e cultural alemã.

Em sua análise de Hölderlin, Gundolf elegeu a natureza helênica do poeta como elemento fundamental de seu espírito, expresso em sua obra, elemento eterno o qual se movia, mediante as obras do poeta, no tempo histórico como um movimento pendular coberto por camadas de temporalidades distintas. Sua importância para os alemães se dava na medida em que era possível resgatar esse espírito grego para o próprio presente e inseri-lo nas expectativas de futuro. Por isso, Gundolf fala em uma *Wirkungsgeschichte*, uma história da influência, que pode ser caracterizada em um sentido eminentemente pragmático. Trata-se de retirar do passado não exemplos, no sentido de uma historiografia *magistra vitae*, mas de detectar forças que poderiam auxiliar na orientação dos indivíduos diante de suas escolhas de ação no mundo. A história, para Gundolf, parece indicar um mundo de possibilidades que, ao ganhar significado para o presente, mediante o ato cognitivo intersubjetivo de interpretação do passado, orientam o agir adequadamente no mundo.

### ***Geistesart*: a necessidade de uma outra história**

Não é tarefa fácil mapear na obra de Gundolf, sua compreensão acerca do conceito de “*Historismus*”. Ao que parece, o germanista entendia por historicismo – ou historicismo, embora o

termo historicismo seja o utilizado por Gundolf<sup>79</sup> – um conhecimento histórico produzido a partir do despojamento da subjetividade do pesquisador, considerada dispensável, ou mesmo, prejudicial. Assim, o historicismo abarcava, pela ótica de Gundolf, o conhecimento histórico que, ao buscar erradicar a subjetividade, almejava se desconectar das necessidades do presente. De maneira geral, Gundolf entendia sob o conceito de “*Historismus*” um conhecimento histórico cujo parâmetro de objetividade fosse equiparado ao das ciências naturais. Nessa lógica, o historicismo abarcaria a produção de um conhecimento histórico considerado por ele como morto para a vida, um culto de relíquias, como ele mesmo o designou. Portanto, a crise do conhecimento histórico constituía, nesta lógica, uma crise da função pragmática da história para o tempo presente. Uma possível resposta à crise era a conciliação entre história e vida prática mediante a reabilitação da subjetividade do pesquisador como elemento inerente e indispensável à compreensão do passado.

Gundolf procurou afastar-se de uma concepção de passado no sentido antiquário, um passado dado, de nós apartado e sem significado para o presente e para as construções de expectativas de futuro. Esse passado [*Stoff*] seria inútil. A pesquisa devia focar-se no passado vivo, ou seja, no significado do passado para os homens diante das experiências do seu tempo presente. A narrativa histórica teria por tarefa expor esse significado do passado, o que Gundolf chamou de *Kraft* [força].

Gundolf não era inocente. Entendeu que alcançar o passado em sua totalidade, enquanto *Stoff*, era impossível. O passado só chega ao historiador mediante uma reconstrução levada a cabo a partir de sua própria subjetividade. A subjetividade seria marca distintiva das *Geisteswissenschaften* em geral, considerada como um ponto positivo, não prejudicial ao trabalho intelectual de compreensão do passado.

No intuito de enfatizar a necessidade de pesquisar não o passado em si, mas seu significado para o presente, Gundolf propôs uma dicotomia conceitual. A pesquisa enquanto *Forschung*, cujo único objetivo era a busca da verdade mediante o aniquilamento da subjetividade- e neste caso, sinônimo do que o autor compreendeu por *Historismus*- se contrapunha à *Geistesart* [forma espiritual]. Essa última procurava “pelo que se fazia útil, por despertar forças, por intensificar o sentimento de vida”.<sup>80</sup> (GUNDOLF, 1965, p. 173). Trata-se de uma construção conceitual que busca

---

<sup>79</sup> “Historicismo”, conceito amplamente adotado para denominar o paradigma dominante na ciência histórica alemã ao longo do século do 19, foi cunhado posteriormente. O termo alemão é “*Historismus*”.

<sup>80</sup>Distinção semelhante faz Ernst Kantorowicz o qual, em 1931, na sua conferência em Halle, durante o 17. *Historikertag*, defendeu o conhecimento histórico a partir do Círculo de Stefan George. Kantorowicz fez uma distinção

ênfatisar a função pragmática do conhecimento histórico. Neste sentido, o mesmo aplicava-se ao indivíduo. Ao tentar analisar o indivíduo, inserido em seu próprio mundo histórico, a partir de suas obras – seu agir no mundo – era importante despertar sua força, sua influência para o presente.

Não é nosso dever um culto de relíquias, uma reedificação do passado, um serviço de autoridade [*autoritätsdienst*]. Os grandes são grandes através de sua inesgotável novidade, não através de sua antiguidade imutável..porque eles *são* por mil anos, não porque *foram* por mil anos. (GUNDOLF, 1965, p.174. Grifos do autor)<sup>81</sup>

A importância do indivíduo para a história consiste em sua capacidade para movimentar a história. O indivíduo, ao movimentar-se na história [*Bewegung*] é um *Gestalt* [Forma] na medida em que dá forma ao passado mediante suas ações. O passado como coisa em si é inalcançável. O que os indivíduos nos deixam – no caso de Gundolf, a obra - é o fenômeno através do qual compreendemos o significado do passado para o presente. Essa visão é reforçada por Gundolf ao enfatizar que toda compreensão de um indivíduo é feita a partir de sua obra, dispensando quase totalmente a biografia extratextual.

Não por acaso, um dos conceitos utilizados por Gundolf para adjetivar o indivíduo histórico ativo no mundo foi *Bewegung*. O indivíduo significativo é o que garante a continuidade histórica, o diálogo intersubjetivo entre os homens do passado e os do presente que assim, projetam seus próprios futuros. Por conseguinte, pode-se afirmar que, para Gundolf, o indivíduo é o que garante a continuidade do espírito – no sentido de uma identidade cultural – diante das transformações históricas significativas. O indivíduo é, neste sentido, o principal agente da identidade, pois garante a continuidade histórica dos alemães.

Entende-se aqui por identidade a continuidade histórica entre o passado, o presente e a conformação do futuro. A narrativa histórica é fundamental para garantir a ideia de permanência e continuidade diante das mudanças temporais significativas. A ideia de pertencimento e

---

entre a *Geschichtsforschung* e a *Geschichtsschreibung* no mesmo sentido de Gundolf. A primeira dedicava-se ao passado “morto”, a segunda, parte da literatura nacional, ao passado vivo para o presente. Cf.: KANTOROWICZ, Ernst. “Grenzen, Möglichkeiten und Aufgaben der Darstellung mittelalterlicher Geschichte”. In: GRÜNEWALD, Eckhardt. “Sanctus amor patriae dat animun – ein Wahlspruch des George-Kreises? Ernst Kantorowicz auf dem Historikertag zu Halle a.d. Saale im Jahr 1930 (mit Edition)”. *Deutsches Archiv* 50, 1994.

<sup>81</sup> Os substantivos são grafados, no alemão, com inicial maiúscula. Entretanto, nas publicações oficiais do Círculo, essa regra não se aplicava, e por isso os substantivos eram grafados com inicial minúscula. Por isso, na tradução do trecho acima citado, “*autoritätsdienst*” está com inicial minúscula entre colchetes.

continuidade, no âmbito pessoal e coletivo, é impensável sem a reflexão da consciência histórica, pois somente ela é capaz de atrelar experiências históricas passadas para além de nosso próprio tempo, nosso presente e aquilo que esperamos do futuro (RÜSEN, 2015, p. 261-263).

Por esta razão, a *Geistesart* de Gundolf apresenta uma função evidentemente pragmática. Seu objetivo não é o alcance de uma verdade desprovida de significado para o presente, mas o alcance da *Wirklichkeit*, a realidade. A realidade para Gundolf é o passado vivo para o presente, o objetivo fundamental da sua *Geistesart*. Existe uma realidade do passado que, alcançável por meio dos indivíduos em sua existência, é substancial para garantir a continuidade histórica do presente.

Quando considerado sob a perspectiva da crise do historicismo, Gundolf procurou dar ao conhecimento histórico uma ressignificação pragmática. Alguns intelectuais como Ulrich Raulff enfatizaram o caráter anti-histórico de sua obra devido à ênfase no caráter subjetivo e intuitivo de sua proposta. Quando Gundolf afirma que “o passado, no qual vive o movimento do espírito, é influência e não conhecimento [*Wissen*]” (GUNDOLF, 1965, p.173) não significa que o germanista desqualificava a história científica. O que Gundolf negava era o conhecimento histórico produzido mediante uma objetividade que desprezava seu caráter subjetivo inerente. Gundolf criticou veementemente a produção de uma história de caráter antiquário cujo único objetivo seria descrever o passado. As experiências históricas do passado mereciam ser estudadas desde que pudessem constituir uma força estabilizadora para o presente.

Dois anos depois da publicação de *Vorbilder*, no terceiro *Jahrbuch*, Gundolf tornou a reformular a primeira versão de seu ensaio. Durante os primeiros meses de 1914, Gundolf e Friedrich Wolters planejaram a publicação do quarto *Jahrbuch für die geistige Bewegung*. Para este novo número, Gundolf havia decidido publicar uma nova versão de seu ensaio na qual destaca o que entendia por método histórico.<sup>82</sup> Nesta nova versão do seu ensaio – uma expansão a fim de completar lacunas da versão anterior – Gundolf pretendia discutir mais detidamente a questão do método histórico e as funções do conhecimento histórico. Em 1914, Gundolf encontrava-se em um “furor editorial” (FRICKER, 2009, p.101), acreditava que o ano seria muito produtivo, tanto para suas próprias publicações, como para as publicações do Círculo. Todavia, diante da eclosão da Primeira Guerra Mundial, os planos editoriais foram cancelados. Um quarto *Jahrbuch* nunca chegou a ser publicado.

---

<sup>82</sup> O plano editorial de Gundolf e Wolters encontra-se na correspondência trocadas entre ambos. Em carta para Wolters, de 16 de abril de 1914, Gundolf escreveu que já havia terminado a revisão de seu *Vorbilder* (FRICKNER, 2009, p. 101).

Anos depois, em 1919, Erich von Kahler (1885-1970) respondeu ao famoso ensaio de Max Weber (1864-1920), “A ciência como vocação”. Erich von Kahler<sup>83</sup> foi muito próximo ao Círculo de Stefan George e amigo de Gundolf, assim como Weber. Seu ensaio, “A vocação da ciência”, antes de ser publicado, foi largamente discutido entre os membros do Círculo. De maneira geral, ele refletia a posição do Círculo, e claro de Gundolf, com relação ao papel social da ciência. Contrário às posições de Weber, o ensaio de Kahler afirmava que a ciência tinha um papel crucial para a sociedade, pois relacionava-se diretamente com uma função pragmática na vida dos homens. A ciência possuía uma função formativa e, como em Gundolf, auxiliava os homens em suas escolhas e na manutenção da sua individualidade social e coletiva no mundo. Garantia a identidade. Gundolf, assim como muitos intelectuais de seu tempo, buscou responder à questão fundamental que ainda hoje persegue quem se dedica ao estudo do passado: Por que estudar e pesquisar história?

#### **Referências Bibliográficas:**

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOEHRINGER, Robert (Hg.) *Stefan George Friedrich Gundolf Briefwechsel*. München; Düsseldorf: Helmut Küpper, 1962.

BROBJER, Thomas H. “Nietzsche’s View of the Value of Historical Studies and Methods. ” In: *Journal of the History of Ideas*. 65, 2004.

\_\_\_\_\_. “Nietzsche’s Relation to Historical Methods and nineteenth-century German Historiography.” In: *History and Theory*. 46, 2007.

FRICKER, Christophe (Hg.). *Friedrich Gundolf-Friedrich Wolters*. Ein Briefwechsel aus dem Kreis Stefan George. Köln;Weimar; Wien: Böhlau Verlag, 2009.

GUNDOLF, Friedrich. *Hoelderlins Archipelagus*. Heidelberg: Weiss’sche Universitäts-Buchhandlung, 1916.

\_\_\_\_\_. “Vorbilder”. In: LANDMANN, Georg P. *Der George-Kreis: eine Auswahl aus seinen Schriften*. Köln; Berlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965.

HUMBOLDT, Wilhelm von. “Sobre a tarefa do historiador”. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.) *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

---

<sup>83</sup> Na década de 60, Kahler publicou uma outra obra sobre o poeta e seu Círculo na qual salientou a relação dos membros do Círculo com o meio universitário alemão. VON KAHLER, Erich. **Stefan George**. Grösse und Tragik. Pfullingen 1964.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

KLUNCKER, Karlhans (Hg.) *Karl und Hanna Wolfskehl Briefwechsel mit Friedrich Gundolf 1899-1931*. 2 vols. Amsterdam: Castrum Peregrini, 1978.

MARTINS, Estevão de Rezende. “Tempo e Verdade. Proposta de critério para um conhecimento histórico confiável”. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

NIPPERDEY, Thomas. *Deutsche Geschichte: 1866-1918*. Band I: Arbeitswelt und Bürgergeist. Munique: Verlag C.H. Becker, 1990.

RAULFF, Ulrich. “Der Bildungshistoriker Friedrich Gundolf”. In: GUNDOLF, Friedrich. *Anfänge deutscher Geschichtsschreibung von Tschudi bis Winckelmann*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1992.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2015.

TOLSTÓI, Liev. *Contos Completos*. Vol.3. São Paulo: Cosac-Naify, 2015.

## **EVOLUÇÃO, EVOLUCIONISMO E CIÊNCIA NO PENSAMENTO DE TOBIAS BARRETO: NOTAS PARA UMA RECENSÃO**

*Evolution, evolutionism and science without thought of Tobias Barreto: notes for a recension*

Aruanã Antonio dos Passos<sup>84</sup>

**Resumo:** O trabalho analisa a ideia de evolução e a recepção e circulação do evolucionismo europeu oitocentista no pensamento de Tobias Barreto. Destaca-se o debate sobre a raça e a evolução e as implicações e críticas que Tobias Barreto realizou a esse conjunto de ideias. Enquanto pensamento referenciado e simultaneamente crítico a esses debates e embates, Tobias Barreto forjou mecanismos de construção crítica que possibilitaram ao seu pensamento uma síntese e apropriação desse conjunto de ideias no contexto nacional. Buscamos dessa forma compreender suas ideias à luz de uma concepção de ciência que procurava escrutinar os saberes que almejam um grau de cientificidade, como o evolucionismo em suas diversas vertentes.

**Palavras-chave:** Evolução; evolucionismo; Tobias Barreto.

**Abstract:** The paper analyzes the idea of evolution and the reception and circulation of nineteenth-century European evolutionism in the thought of Tobias Barreto. The debate about the race and the evolution and the implications and criticisms that Tobias Barreto made to this set of ideas stands out. As a referenced thought and simultaneously critical to these debates and struggles, Tobias Barreto forged mechanisms of critical construction that enabled his thinking to synthesize and appropriate this set of ideas in the national context. In this way we seek to understand their ideas in the light of a conception of science that sought to scrutinize knowledge that seeks a degree of scientificity, such as evolutionism in its various aspects.

**Key-words:** Evolution; evolutionism; Tobias Barreto.

Os nomes de Darwin e Haeckel, – bem o sei, – não soam de modo agradável aos ouvidos felizes, que encontraram a serenidade nas alturas, que acham por tanto Haeckel e Darwin dignos de lastima, principalmente porque nunca leram. Mas isto não é uma rasão plausível, para que eu deixe de prosseguir na minha viagem.

Tobias Barreto, *Questões vigentes*, p. 116.

No fim do século XIX, data a que somos chegados, o espetáculo que se oferece a todo o observador reflectido é dos mais notáveis. Todas as pessoas instruídas concordam em reconhecer que, sob bastantes pontos de vista, este século

---

<sup>84</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco. Contato: [aruaana@utfpr.edu.br](mailto:aruaana@utfpr.edu.br)

excedeu infinitamente os que o precederam e que resolveu problemas que, na sua aurora, pareciam insolúveis.

Ernesto Haeckel, *Os enygmias do universo*, p. 1.

A recepção e sucesso das ideias evolucionista, não apenas as ideias de Darwin, principalmente a partir da segunda metade do século XIX no Brasil Império, podem ser analisados sob vários aspectos. Podemos enfatizar o mecanismo pelo qual essa recepção preenchia uma lacuna à crítica da filosofia. Após a morte de Hegel, a filosofia, para muitos, teria se tornado obsoleta, não contribuindo mais para a resolução dos problemas contemporâneos. O debate sobre a anunciação da “morte da metafísica”, entre nós tem capítulo de destaque realizado por Sílvio Romero em sua defesa de tese na Faculdade de Direito do Recife, é uma prova de que esses intelectuais estavam a par do impasse. Leôncio Bausbaum, em sua *História sincera da República*, reduz o horizonte intelectual a tintas cinzentas. Na sua descrição:

No Brasil, liquidado o positivismo, nada mais restou como Filosofia. E os livre-pensadores do fim do século passado, que, colocando-se contra a Igreja, passavam a simpatizar com o positivismo, ou ingressavam na maçonaria ou ainda se deleitavam com as verrinas iconoclastas de Tobias Barreto, haviam desaparecido (BASBAUM, 1976, p. 197).

As “verrinhas iconoclastas” de Tobias Barreto teriam perdido sua força porque não se articulavam mais aos problemas e paradoxos políticos e culturais. A República se esforçara por construir consensos dentro de um quadro geral de reordenamento das instituições e do exercício de suas funções. A burocracia estatal, as reformas educacionais e urbanas, o reordenamento jurídico relegara os combates de Tobias a um passado recente, mas concluso pelo novo regime. Ainda assim, até as “ideias novas” agora teriam adquirido à luz republicana – como sentenciava Basbaum ao se referir as ideias de Heackel – um, “(...) fundo reacionário da doutrina” (BASBAUM, 1976, p. 98)

Numa escala evolutiva (construída pelo próprio pensamento europeu), a Europa afirmara uma posição superior no contexto geral dos povos. A emergência da modernidade e as ideias de civilização e progresso estavam articuladas a um amplo processo histórico que colocava em perspectiva as ideias de história e evolução. E sob essa perspectiva o pensamento moderno articulará novas relações entre natureza, cultura e homem. Segundo Francisco Falcon: “Isso é particularmente visível na completa transformação que se opera nas maneiras de situar as relações entre o homem e a natureza, bem como na luta empreendida pela Igreja contra os avanços do espírito matemático-natural” (FALCON, 1982, p. 7). Dessa forma, as forças conservadoras da moral

religiosa se confrontavam com as teorias científicas mais recentes gerando debates e polêmicas, nas quais Tobias não se furtou a enfrentar. Assim, podemos considerar um esforço de racionalização em todos os campos onde seu pensamento agiu. Seja no direito, na filosofia, na crítica. Esse esforço de racionalização, também pode ser incluído no movimento amplo de secularização que marca a modernidade. Ainda segundo Falcon:

No âmbito específico das teorias e práticas políticas e econômicas, essa passagem da transcendência à imanência assumiu, de certo modo, uma conotação facilmente identificável: a *secularização*. É a emancipação de cada um dos campos particulares do conhecimento da tutela da teologia e da metafísica tradicional (FALCON, 1982, p. 8).

Se a Europa mantinha sua posição superior na escala geral de evolução dos povos, podemos considerar que a ciência oitocentista continha em si uma força de retração que a despeito das descobertas não prescindia de uma ideologização. Essa força de retração exercia pressão através do campo político e sob muitos aspectos legitimou os projetos de dominação imperialistas da Europa sobre territórios diversos na África e Ásia. Assim, o evolucionismo muito cedo transitou entre uma teoria científica e uma ideologia política. Segundo Pierre Boule: “A maioria dos *philosophes*, de forma mais tradicional, considerava a humanidade como resultado de evolução. Mas como demonstrou o darwinismo social do século XIX, essa posição não evitava um conceito de superioridade européia, até mesmo racial” (BOULLE, In: KRANTZ, 1990, p. 196).

Análise própria de época, qual seja, contextualização e tipificação de um pensador na linhagem histórica de evolução das ideias, a ideia mesma de evolução transpassa o universo teórico para o metodológico definindo no social as suas significações. Num momento embrionário de consolidação das ciências sociais e humanas, de fronteiras disciplinares pouco definidas, o que unifica diversos saberes em construção é a sua reivindicação junto à ciência. Nesse contexto, como bem aponta Francisco Paz:

O discurso da ciência e do progresso estrutura os demais discursos e reinventa tradições. A história, ao anunciar a nova verdade universal, tão somente esquece que a verdade suprema é sempre antiempírica e que, naquele momento, mesclara-se com a genealogia das nações e da civilização de que é portadora (PAZ, 1996, 153).

No julgamento de Antero de Quental, em marcante trabalho sobre as correntes filosóficas do século XIX, encontramos a determinação de um modo de observação e análise de um pensamento. Nas suas palavras: “As ideias de um grande pensador, cujo largo âmbito ele raríssimas vezes mede bem, não são o que ele quis ou pretendeu que elas fossem, mas sim aquilo que de facto representam na evolução do pensamento geral a que se ligam” (QUENTAL, 1991, p. 66). Se

recorrermos a prescrição de Quental, podemos realizar esse enquadramento de Tobias diante várias questões latentes na urgência de seu tempo. É o caso de sua posição em relação ao antissemitismo. Tobias se colocara contra o antissemitismo que nascia na Alemanha nos finais do oitocentos. Em artigo elaborado entre 1871 e 1873 já se colocava contra os críticos do judaísmo. O texto, um exercício de exegese bíblica, se encerra com a seguinte assertiva:

É certo por conseguinte que os semitas não se caracterizam só pela posse de um alto senso religioso, revelando em tudo mais pobreza e esterilidade, como sôe parecer a alguns ethnologos. O exemplar da raça, os judeus, tem direito a maior apreço, baseado em um estudo menos superficial de sua psychologia. Elles se acham actualmente na vanguarda do progresso intellectual, entre os grandes combatentes e os grandes demolidores do edificio de velhos erros. Visivelmente, elles tem ainda um nobre destino a cumprir. (...). E é uma verdade (BARRETO, 1926 p. 78).

A mesma postura se conservará ao comentar a atuação de Heinrich von Treitschke (1834-1896), então professor de filosofia na Universidade de Berlim e redator dos *Annaes prussianos*. Tobias questiona as razões do movimento antijudaico em outro artigo de 1880:

O que não comprehendo é que elle pretenda, como acaba de fazel-o, por força do mesmo principio, condemnar ao odio e á execração da maior parte uma pequena parte da população allemã. Quero falar da actual questão judia, que tão pouco sympathicos vae tornando no estrangeiro os nomes de seus agitadores na Allemanha. Qualquer que seja a divisa, por que se assignalem taes combatentes, ainda mesmo a santa divisa do amor da patria, não justifica o anachronico e disparatado de semelhante lucha (BARRETO, 1926b, p. 353).

O sergipano compreendeu as manifestações de Treitschke e acusações de manipulação e enfraquecimento da opinião pública através do controle da imprensa como anacrônicas aos valores modernos “da tolerância das crenças e da harmonia das raças”, nas suas palavras. Desacreditando a posição de Treitschke, Tobias defendia a opinião de que a imputação causal aos judeus que se realizava então, na Alemanha não possuía mais significação no contexto de evolução dos povos. Logo, concluímos que a adesão de Tobias a determinado sistema de pensamento ou ideia não era em absoluto dogmática. Ao contrário, cada debate e “adesão” a ideias que acompanhamos visualizamos um crivo de criticidade a examinar a forma e plasticidade dos raciocínios. Mas, nosso intuito não é o de simplesmente relativizar a adesão a ideias por parte de Tobias, ou esvaziar as classificações que o taxam com este ou aquele rótulo ideológico, mas afirmar que essas adesões não se deram ao vento das apropriações assistemáticas e fortuitas, mas sofreram crítica e reflexão por parte do sergipano. Retrospectivamente o historiador tem condições de realizar esses julgamentos classificatórios, mas jamais pode deixar de fitar o devir de um pensamento, ou seja, a sua constituição no tempo.

Monismo, evolucionismo e darwinismo social eram perpassados pela ideia geral de evolução e com ela as ideias de luta pela vida e de força. Sendo assim, ainda se constituíam consensos amplos sobre as teorias elaboradas na Europa. O deslizamento das descobertas da história natural para a análise das sociedades foi um dos movimentos realizados por esses intelectuais. Assim, se por um lado esses intelectuais passaram a admitir uma distinção entre natureza e cultura, as civilizações e o homem ainda mantinham uma relação com o mundo natural. Seu trabalho, então, consistia na adequação dessas ideias às especificidades dos povos e das dinâmicas sociais. Esse esforço é efetivado por, dentre outros, Beviláqua ao explicar as ideias de Spencer – vale lembrar que era crítico de Darwin – nos seguintes termos: “A nação, que não tem em si a seiva necessaria para crear as originalidades, está exposta á uma lucta mais tenaz, porque tem de disputar com outras, n'um duello de morte, todos os seus elementos de vida” (BEVILAQUA, 1883, p. 56). Nesse fragmento, fica evidente a transposição de uma noção científica para o campo social, recurso frequente realizado por Tobias e Romero.

Dessa maneira, no campo da análise das sociedades emerge desse mecanismo teórico de apropriação de um saber e sua transposição para outros, uma visão de história e de progresso das civilizações. Esse mecanismo articulava um senso de tempo e evolução dos povos, mas que poderia admitir a intervenção humana, no caso específico do pensamento de Tobias Barreto, através da cultura e seus implementos (destaque para a educação, o direito e a razão filosófica). É sob esse olhar que se edifica a conexão entre essas experiências reflexivas do final do século XIX e seu papel na construção de nossa modernidade. Ao analisar essas experiências e suas ramificações no futuro, Francisco Foot Hardman localiza a forte presença do positivismo, evolucionismo e materialismo naturalista e sua importância na formação do nosso modernismo. Ao comentar a obra de Fausto Cardoso, Hardman afirma que:

É o caso sugestivo da obra filosófica de Fausto Cardoso, *Concepção monista do universo* (1895) – cuja filiação à chamada Escola do Recife é notória, tendo sido, sintomaticamente, prefaciada por Graça Aranha, que antecipa, ali, muito de certo vitalismo messiânico presente em seus escritos futuros –, livro precursor, entre nós, de uma concepção moderna sobre a linguagem humana vista como código objetivado e passível de se decifrar pela lógica científica (HARDMAN, 1992, p. 300).

A *Concepção monista de universo*, se apropria de outra noção implícita ao evolucionismo: a de desenvolvimento no tempo. A historicidade se torna categoria fundamental para esse pensamento. Por isso, podemos entender a afirmação de Francisco Paz, para o qual “o passado é a

base duradoura da sociedade e reveladora de seu futuro” (PAZ, 1996, 153). Daí surgirem visões escatológicas e teleológicas da história. A ideia de evolução interferiu no senso temporal de forma decisiva. Analisar o passado tornara-se condição *sine qua non* para o entendimento do presente e as projeções de futuro, logo, construções de propostas políticas. A força do saber científico no discurso intelectual oitocentista guarda em si essas projeções que serviam, ao mesmo tempo, como unidades de sedimentação teórica: ao passo que legitimavam uma posição e lhe davam autoridade, elas também instituíam um lugar de novidade. Assim:

A singularidade do oitocentos (...) não está na novidade das respostas, mas sim no significado e no triunfo do *devir*. Isto é, no desenvolvimento de um modo de pensar que envolve tudo o que é perene e que projeta tudo para o novo. Concepção explosiva e fragmentária do universo, o *devir* oitocentista sujeita as verdades presentes às transformações da revolução tecnológica e da revolução científica. O espírito imanente do ser é invadido pelo espírito científico. Ao firmar o motor da ciência, o homem estabelece o novo sentido da vida. Da história. (PAZ, 1996, 162).

No limiar do século XX, o ideário oitocentista parecia reforçar e concretizar muitas das suas projeções. O *devir* produzira a guerra de raças, como a chamou Michel Foucault<sup>85</sup>, e que explodira num conflito mundial entre os grandes impérios do Ocidente. Se, como a epígrafe de Haeckel (que para alguns, chegou a influenciar, até mesmo, certos ramos da psicanálise<sup>86</sup>), a esta seção afirma, o século XIX resolveu problemas até então considerados “insolúveis”, é bem verdade, que ele também edificou outros tão ou mais complexos que os que se propôs a resolver. Daí então, fazer todo sentido histórico a consideração de Hardman de que no limiar dos conflitos mundiais as utopias dos modernistas contrastavam com a barbárie em pleno vigor:

Por isso, quando os antigos modernistas chegaram, projetando cidades e esperanças, as guerras tinham, havia muito, começado. Numa era de barbáries tecnológicas crescentes, suas utopias emergiram como fogos-fátuos, como reminiscências de verdades, como prelúdios de alucinações reais (HARDMAN, 1992, p. 304).

### ***Raça e evolução: embates evolucionistas***

A relação entre raça, evolução das sociedades e história é uma das chaves de ordenamento dos discursos baseados nas ideias evolucionistas de Ernest Haeckel e da sociologia de Spencer.

---

<sup>85</sup> Cf: Aula de 21 de Janeiro de 1979. In: FOUCAULT, 2005b.

<sup>86</sup> Segundo Demétrio Magnoli: “(...) segunda a qual a evolução embrionária dos organismos mais complexos reflete o conjunto da árvore da vida – ‘a ontogênese recapitula a filogênese’, numa expressão sintética da época. A teoria experimentou enorme sucesso e saltou o muro da Biologia para invadir os domínios da Psicanálise ganhando adesão de Sigmund Freud”. In: MAGNOLI, 2009, p. 28.

Assim, Romero se expressa em termos de invariável certeza científica: “A distinção e desigualdade das raças humanas é um facto primordial e irreduzível, que a todas as cegueiras e todos os sophismas dos interessados não têm força de apagar”, e prossegue: “Esta desigualdade originária, brotada do laboratorio immenso da natureza, é bem differente da outra diversidade, oriunda da historia, a distinção das classes sociaes” (ROMERO, 1894, p. XXII). Spencer está na base dessa relação inerente entre o paralelismo organização biológica natural e social.

Nas considerações de Ana Beatriz Demarchi Barel, a respeito da miscigenação racial e seu lugar no fim do XIX: “estamos diante de um dos muitos momentos em que o intelectual brasileiro vai se deparar com o descompasso das teorias elaboradas nos ditos países de centro ou geradores de cultura e a leitura dessas mesmas teorias por aqueles de periferia cultural, nosso caso”<sup>87</sup>. Mas, a observação de Spencer dirigida ao contexto europeu bem vale a elite. Nas suas palavras “la mayor parte de los que se reputan ahora como liberales, son conservadores de una nueva especie” (SPENCER, s/d, p. 9). Ainda para Spencer: “a evolução faz surgir, quer no organismo social quer no organismo vivo, não apenas diferenças, mas diferenças entre as quais existe uma relação definida, diferenças de tal natureza que cada uma delas torna as outras possíveis” (SPENCER In: CRUZ, 2013, p. 195). Em outras palavras, há correção que ultrapassa a dimensão metafórica da comparação da sociedade ao universo dos seres naturais e organismos vivos. Acompanhamos uma vez mais sua percepção dessas relações, agora no nível do crescimento das sociedades:

As sociedades, tal como os organismos vivos, começam sob a forma de embriões, têm origem em massas que são extremamente pequenas em comparação com aquelas que alguns deles chegam por vezes a atingir. Que as maiores sociedades surgiram a partir de pequenas tribos errantes semelhantes às que formam actualmente as raças inferiores, é uma conclusão incontestável (SPENCER, In: CRUZ, 2013, p. 207).

Para Spencer, os agrupamentos biológicos e sociais mantêm integração ao passo que crescem em massa produzindo uma coesão “resultante da aproximação dos pares”. No mesmo lastro, Haeckel realizará toda uma leitura da evolução dos povos pelas lentes da evolução biológica, perspectiva que, em Romero, fará da filosofia um saber que só teria algum sentido e função a partir de uma analítica que levasse em consideração o mundo biológico e da interação entre os seres, ou seja, uma filosofia com base científica sem espaço para a simples “fantasia” (RABELLO, 1967, p.

---

<sup>87</sup> Ao analisar a posição de Romero, Demarchi pondera: “A saída de Sílvia é de uma fineza intelectual admirável. Uma vez que para ele o fator raça era o determinante de um caráter genuinamente nacional, o que nos diferenciava seria a presença do mestiço ‘agente transformador por excelência... que por sua vez já é uma transformação’. O mestiço seria também ‘autor’, pois o resultado dessa transformação é a criação de algo novo”. In: BAREL, 2002, p. 278.

104). Especialmente característico desse ordenamento entre mundo social e natural é realizado por Haeckel. Acompanhemos a demonstração do seu raciocínio:

**Ordem moral do mundo** – Na philosophia da historia, nas considerações geraes que desenvolvem os historiadores sobre os destinos dos povos e sobre a marcha tortuosa da evolução dos Estados, admite-se ainda hoje a existencia d'uma “ordem moral do mundo”. Os historiadores procuram, nas alternativas variadas da historia dos povos, um alvo conductor, uma intenção ideal que tivesse eleito tal ou qual raça, tal ou qual Estado para lhe procurar uma felicidade especial e a supremacia sobre os outros. Essa concepção teleologica da historia encontrou-se n'estes ultimos tempos em opposição tanto mais radical com a nossa philosophia monista, quanto esta appareceu com mais certeza como a única legitima no inteiro dominio da natureza inorganica. Quando se trata da astronomia e da geologia, da physica e da chimica, ninguém já hoje falla d'uma ordem moral do mundo, como não falla d'um Deus pessoal cuja “mão dispoz todas as coisas com sabedoria e talento”. Mas succede o mesmo no dominio da biologia, da composição e da historia da natureza organizada, exepuando ainda o homem. Darwin não só nos demonstrou, na sua theoria da seleção, como as disposições conformes a um fim, na vida e na estrutura do corpo dos animaes e das plantas, foram produzidas mechanicamente, sem fim preconcebido, mas ensinou-nos além d'isso a reconhecer na *lucta pela vida*, a possante força natural que de ha milhares d'annos, rege e regula, sem interrupção, todo o processo evolutivo do mundo organico. Poder-se-hia dizer: “A lucta pela vida” e a “sobrevivencia do mais apto” ou o “triumpho do melhor”, mas não se pode senão considerando-se sempre o mais forte como o melhor (no sentido moral) e de resto toda a historia do mundo organico nos mostra, em todos os tempos, ao lado do progresso para o mais perfeito, que predomina, alguns regressos para estados inferiores. A “tendencia para um fim”, na opinião do próprio Baer<sup>88</sup>, não mais offerece o menor character moral.

Seguir-se-hia talvez differentemente na historia dos povos, n'essa historia que o homem, victima como é do delirio anthropistico das grandezas, se compraz em chamar “a historia universal”? Poder-se-ha ahí descobrir, em toda a parte e em todos os tempos, um principio moral supremo ou um sabio regente do unverso que dirige os destinos dos povos? No estado adiantado a que hoje chegaram a historia natural e a historia dos povos, a resposta imparcial só pode ser uma: – Não. Os destinos dos diversos ramos da especie humana que, em tantas raças e nações, luctam desde milhares de annos para conservar a sua existencia e proseguir no seu desenvolvimento – estão submetidos ás mesmas “grandes e eternas leis de bronze”, que a historia de todo mundo organico que, de ha milhões d'annos, povoa a terra. (...)

Pode-se agora considerar este processo evolutivo progressivo como a expressão d'uma tendencia consciente para um fim ou d'uma moral do mundo? Absolutamente que não. Porque a theoria da seleção ensina-nos, como a diferenciação organiza, que o *progresso* organico é uma *consequencia* necessaria da lucta pela vida. Milhares d'especies, boas, famosas, dignas d'admiração, tanto no reino animal como no vegetal, desappareceram no decurso d'esses quarenta e oito milhões d'annos, por que lhes foi preciso darem logar a outras mais fortes e estes vencedores, na lucta pela vida, nem sempre foram as formas mais nobres ou as mais perfeitas no sentido moral.

**Succede exactamente o mesmo com a historia dos povos.** A maravilhosa cultura da antiguidade classica desapareceu porque o Christianismo veio fornecer ao espirito humano que se debatia, um possante e novo vôo, pela crença n'um Deus d'amor e pela esperanza d'uma vida melhor no além. O papismo bem depressa se tornou a caricatura imprudente do christianismo puro e cacou inexoravelmente aos pés os thesouros de sciencia que a philosophia grega tinha reunido já; mas conquistou a supremacia universal pela ignorancia das *massas* cegamente crentes. Foi a Reforma que despedaçou as algemas em que o espirito

<sup>88</sup> Karl Ernest von Baer (1792-1876): médico, naturalista, geógrafo e antropólogo. Autor da obra “*De ovi mammalium et hominis genesi*”, publicada em 1827.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

estava captivo e que ajudou a razão a reivindicar os seus direitos. Mas n'este novo periodo da historia da civilização, como no precedente, a grande luta pela vida ondeia eternamente, sem a menor ordem moral (grifo nosso). (HAECKEL, 1909, p. 308-311).

Uma série de elementos de ordem discursiva estruturam a explicação de Haeckel para a evolução das sociedades. A longa citação revela uma estrutura discursiva e imagética presente no evolucionismo de Tobias, daí sua importância. Sabemos, com ajuda dos trabalhos de Michel Foucault, que a ordenação dos discursos funciona através de uma série de procedimentos de exclusão (FOUCAULT, 2005a, p. 9 e ss.) e, “(...) quando elaboramos um discurso, inclusive o discurso histórico, vemos que toda a sociedade o controla a partir de múltiplos procedimentos de exclusão” (PAZ, 1996, p. 147). Esses procedimentos são determinados pela própria sociedade que coloca em funcionamento esses mecanismos. Os discursos então, se organizam sob procedimentos que colocam em estruturação “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras definidas, de técnicas e de instrumentos”. (FOUCAULT, 2005a., p. 30). No caso de Haeckel, popularizador das ideias evolucionistas e correspondente internacional da Academia Brasileira de Letras, a luta pela vida é o eixo de ligação entre a evolução dos seres vivos e da vida das civilizações, já que: “de um modo generico, o progresso tem por base a diferenciação; é igualmente um resultado immediato da selecção natural pela luta pela existencia” (HAECKEL, 1930, p. 205). Essa luta transbordava o mundo natural:

A luta para viver favorece necessariamente a divergencia geral, o desvio mutuo das fórmulas organicas, a tendencia perpetua para a formação de novas especies. Não se deve este resultado a uma propriedade mythica, a uma força misteriosa do organismo, mas á acção combinada da hereditariedade e da adaptação na luta pela vida. Pela extincção das fórmulas intermediarias de cada especie, pronuncia-se o desvio cada vez mais e engendra as fórmulas extremas, que constituirão as novas especies (HAECKEL, 1930, p. 200).

Tobias Barreto reverberou essa ciência evolucionista de maneira incisiva até pelo menos sua “redescoberta” do pensamento de Kant<sup>89</sup>. A raça era um fato recentemente confirmado pela ciência oitocentista. Instrumento de dominação política dos imperialismos europeus que exploraram África e Ásia, a ideia de raça sustentada pela ciência extrapolou os limites do universo natural e ascendeu com a explicação da evolução dos povos. Juntamente os fatores espaciais e geográficos a raça sustentava a escritura da jovem sociologia e suas explicações para a assimetria da diversidade

<sup>89</sup> Antonio Cândido contextualiza a presença da *História da Criação* de Haeckel no Brasil Oitocentista: “Um livro como História da Criação, de Haeckel, expõe teorias de Kant, Lamarck, Goethe, Lyell, Darwin, Wallace, devia constituir verdadeiro tesouro para os nossos bacharéis. Estribado nele, podia-se discutir, num país de pouca cultura, como o Brasil, cosmogonias, geologia, biologia; os mais curiosos – e é o caso de Sílvio – usavam-no talvez como fio de Ariadne para chegar a estudos mais detalhados”. In: CÂNDIDO, 1988, p. 31.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

das culturas num mundo em crescente redimensionamento e aceleração proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico – transportes e comunicações – provas inequívocas da realidade do progresso. Nas palavras de Tobias Barreto:

O progresso não é o ruído das paixões humanas, das paixões mesquinhas que refervem, que se agitam pelo espírito da desordem. Elle é menos uma marcha, que uma ascensão; a vibração de todas as sympathias, o azulamento de todos os céos, a transfiguração de todos os martyres; é o vôo da civilização, o vôo da ave lugubre carregando o Prometheu do Caucaso aos Alpes, dos Alpes aos Andes, dos Andes ao céu, o redemoinhar dos povos em torno das idéas, o redemoinhar das idéas em torno de Deus (BARRETO, 1926c, p. 193-194).

No entanto, como bem define Michel Foucault, o evolucionismo se efetivou numa espécie de máscara que articulou poder político ao discurso da ciência.

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato (...) tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcreever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 307).

Tratava-se, nesse século, do progresso e da aceleração das percepções do tempo e de reedificação também de nossas sincronias e diacronias com o passado. Assim, raça, história e evolução se articulavam nas estruturas discursivas produzindo uma ressignificação do passado das sociedades e a reboque projeções de futuro variantes e condicionantes a essas categorias e suas especificidades. O dilema nacional se centrava na possibilidade de queimar estágios de média e longa duração já vividos por outras raças em estágio de evolução mais avançados que o nosso. Dessa maneira: “as transformações da sensibilidade histórica, ao longo do oitocentos, revelam as diferentes fases da consciência e do sentido da história – ora ciência, ora arte, ora discurso. E reafirmam o constante desejo de decifrar as ironias do destino humano” (PAZ, 1996, p. 194). A novidade era a negação de uma transcendência à natureza responsável pelo ordenamento da evolução. Nas palavras de Haeckel: “Se um exame critico e imparcial das coisas não nos permite reconhecer uma 'ordem moral' na marcha da historia dos povos, não podemos imaginar que uma 'sabia providencia' regule o destino dos indivíduos” (HAECKEL, 1909, p. 311).

Por isso o movimento falava sobre o papel da raça na história<sup>90</sup>. O mesmo passado que legitimava a superioridade de uma raça sobre outra era capaz de desmontar esse tipo de arranjo discursivo. No entanto, os que aceitavam a superioridade da raça branca também acreditavam na possibilidade de reversão do quadro negativo de nossa raça mestiça, parda e negra. Segundo Skidmore: “A maioria previa um processo 'evolucionista' em que o elemento branco aos poucos triunfaria. Também estavam dispostos a acelerar essa 'evolução' promovendo a imigração européia (...)” (SKIDMORE, 2012, p. 62). Essa maioria incluía Sílvio Romero que “dizia-se um darwinista social, e embora nutrisse reservas quanto a algumas ideias de Spencer, julgava-se o melhor guia para a compreensão histórica” (SKIDMORE, 2012, p. 73). Ora, se pensava-se com Spencer e a sociedade era vista como um organismo, era a ciência europeia que daria através de suas mais elevadas teorias científicas (discursos autorreferenciais em grande medida) tanto o instrumental teórico para que se pudesse compreender a superioridade da raça branca, quanto das possibilidades de aceleração de nossa evolução. Dessa forma, “Sílvio Romero tinha uma convicção inabalável: os brasileiros precisavam dominar as doutrinas científicas então correntes e aplicá-las a seu país” (SKIDMORE, 2012, p. 73). E aí que o processo de miscigenação generalizado nos trópicos era um enorme empecilho a essa tarefa civilizatória, já que, “a ciência europeia inclinava-se a condenar a mistura de sangue humano como fonte de fraqueza e possível esterilidade. Ele [Sílvio Romero] achava que isso provavelmente era tolice, mas não dispunha, ainda, de uma base científica para expressar essa opinião” (SKIDMORE, 2012, p. 78). Esses postulados são aceitos por nossa intelectualidade até as primeiras décadas do século XX. Como destaca Lúcia Lippi Oliveira:

A intelectualidade cientificista brasileira no início deste século assume tais pressupostos [desigualdade das raças, superioridade do branco e o mal da miscigenação]. Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha (em Canaã), para citar figuras expressivas, estão preocupados com a nacionalidade, querem soerguer o Brasil, mas ficam limitados pelos impasses advindos das teorias da época, que eles aceitam e postulam (OLIVEIRA, 1990, p. 191).

---

<sup>90</sup> Em texto publicado postumamente por Artur Orlando na Revista do Norte de 15 de julho de 1891, e intitulado *Ideias introdutórias ao Estudo da História*, Tobias vai negar a história universal e a história da humanidade defendendo uma concepção de história diversa. Nas suas palavras: “Daqui resulta que o verdadeiro nome da ciência, que nos ocupa, é o de história da civilização, ou história das nações, ou simplesmente história, podendo-se adicionar a esta palavra o epíteto de geral, como fazem alguns autores, no intuito de distinguir a história das nações da história desta ou daquela nação em particular”. Conclui então em termos evolucionistas: “Fique portanto assentado que a história geral ocupa o meio-termo entre a história da humanidade, que não existe, e a história do homem, que faz parte da história natural”. In: BARRETO, 2012, p. 217-218.

Até a década de 1930 temos uma forte presença da ideia de raça como função explicativa de nosso ordenamento social. O exemplo de peso nessa presença, certamente, é a figura de Gilberto Freyre, que insistia na Europa como modelo étnico.

A conservação de uma forma social – para fixar-se o fenômeno em moderna linguagem sociológica – que permitisse desenvolver-se daquelas substâncias transplantadas da Europa para a América tropical – raça e civilização européias – um novo tipo de raça e um novo tipo de civilização. Precisamente aquele novo tipo de raça e civilização que estudos de Antropologia iniciados no fim da época considerada neste ensaio – os de Roquette-Pinto – iriam identificar, ao se estenderem da Antropologia Física para a Social, como caracterizado por predominâncias européias, sem ser de modo algum tipo exclusiva ou estaticamente europeu de raça ou de civilização; muito menos, subeuropeu (FREYRE, 1990, p. 36).

Já no caso da escravidão, Gilberto Freyre generalizara as imagens edificadas e os sentidos atribuídos do espaço e tempo passado a tal ponto que acabara por negligenciar a “dinâmica do processo histórico” e ignorando, dessa maneira, “a historicidade da escravidão”, ao estender a condição escrava do Nordeste açucareiro ao Brasil todo (QUEIRÓZ In: FREITAS, 1998, p. 107). Isso, em parte, pode ser pensado se levarmos em conta o fato de que haveria uma distância entre sistema produtivo e a vida ideológica, tal qual enunciou Roberto Schwarz (SCHWARZ, 1973, p. 153).

### ***Considerações Finais***

No final do oitocentos a materialização desse modelo que reverbera na República se dá na recepção do monismo na Escola do Recife. Termo forjado no século XVIII por Christian Wolff, o monismo proclama a unidade de tudo que existe em uma única substância. No século XIX, Spencer será um dos grandes defensores e divulgadores do monismo, ao lado de Haeckel. Em defesa do monismo escreveu:

O monismo, que será a religião do futuro, não é, como as religiões ecclesiasticas, o antagonista das sciencias naturaes e da razão; está de accordo com ellas. As primeiras são synonymas de superstição e illusão; o monismo tem como base a verdade e a sciencia. A razão humana sujeita á superstição, a guerra declarada á natureza são factos que não tornam nem melhor nem mais feliz, como o provam aos espiritos imparciaes as historias das religiões. A floração da edade media, o triumpho do cristianismo correspondem brutalidade e de profunda immoralidade. Cinco séculos antes de Christo, a philosophia, com Thales e Anaximandro, Heraclito, Empedocles e Democrito, já fundamentara a theoria transformista, mas a diffusão dos dogmas catholicos e as fogueiras da inquisição fizeram da rainha das sciencias o cego instrumento da theologia. Foi o vôo poderoso das sciencias naturaes que no ultimo seculo reconduziu para o caminho da verdade a philosophia, transviada e rebaixada; dá-lhe hoje uma base solida o transformismo monistico (HAECKEL, 1930, p. 566).

E, assim conclui:

A nossa epocha, que teve a gloria de fundamentar scientificamente o mais brilhante resultado do saber humano, a doutrina genealogica, será celebrada pelos seculos vindouros, como havendo inaugurado, pelo progresso da humanidade livre exame sobre o dominio auctoritario, pela nobre e poderosa influencia da philosophia monistica (HAECKEL, 1930, p. 566).

Portanto, a sua adesão ao monismo de Haeckel é ponto de articulação da sua reflexão sobre a cultura. Em torno da antítese natureza/cultura ele se posicionará a partir do monismo considerando sua perspectiva filosófica materialista:

Não faço mysterio da minha fé philosophica: – eu sou materialista, no bom sentido da palavra. Não me insurjo nem mesmo contra a tentativa de fazer-se da chamada sciencia da alma um compartimento da meteorologia. “O homem é o que elle come” – disse o auctor de *Kraft und Stoff*<sup>91</sup>–; e não hesito glosar: – o homem é todo feito á imagem e semelhança, não de Deus, porém da natureza, isto é, do céu que elle contempla, do ar que respira, da terra em que pisa, do leito em que dorme, e até das flores que colhe, se não até dos labios que beija. Isto não é poesia, como de tal costuma-se acoimar tudo aquillo que não sabe ao pão quotidiano das idéas e palavras corriqueiras; – isto não é poesia, é pura realidade (BARRETO, 1926, p. 70).

Na urdidura de sua filosofia emerge o aparente paradoxo de sua condição racial. A crença de que escapamos ao preconceito de cor, como exemplifica Thomas Skidmore através de Joaquim Nabuco, que escrevia n' *O Abolicionista*, seu grande panfleto político, não passara então, de olhar enviesado sobre as relações sociais no regime escravocrata: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos” (NABUCO, Apud: SKIDMORE, 2012, p. 62). É inegável que Nabuco vislumbrava os capítulos posteriores à abolição e os desafios inerentes à nova ordem social, com atenção especial para o lugar de brancos e negros nesse ordenamento: “Ocorre que dentro de uma sociedade escravocrata que reconhecia o mestiço e possibilitava a sua mobilidade por intermédio de credenciais intelectuais, não era inexpressivo o número dos que enveredavam pela via intelectual como forma de negociar certas formas de reconhecimento e mobilidade” (BARBOSA, 2014, p. 4).

A antropometria e a criminologia do início do século instrumentalizariam, cada qual a seu modo e de maneira incisiva, o saber científico com o controle das populações. Como vaticinou Romero, “a crítica-ciência, pois, não nasceu no Rio com a retórica do Cônego Pinheiro”

---

<sup>91</sup> Obra de autoria do filósofo materialista e médico alemão Friedrich Karl Christian Ludwig Büchner (1824-1899).

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

(ROMERO, 1980, p. 1189). Dessa maneira: “Para classificar as raças humanas tomam-se por base a natureza dos cabellos, a coloração da pelle, a fôrma do cranio. Debaixo d'este ponto de vista ha dois typos cranianos oppostos, cabeças compridas e cabeças curtas” (HAECKEL, 1930, p. 520-1). Consequentemente, a raça de maior “progresso intellectual”, segundo Haeckel é a indo-europeia. E arremata: “É preciso dar hoje a preeminencia aos ingleses e allemães, que activamente trabalham para esclarecer e edificar a theoria genealogica e assim abrir uma nova éra ao progresso intellectual” (HAECKEL, 1930, p. 538). No que se refere à etnologia do Oitocentos e o posicionamento no debate sobre as raças, Tobias era enfático na crítica às limitações de alguns modelos que hierarquizavam raças. Nas suas palavras:

Quanto ao ponto relativo ás raças, isso é apenas o effeito de outra mania do nosso tempo, a mania ethnologica. Eu quizera que Lilienfeld viesse ao Brasil para vêr-se atrapalhado com a applicação de *sua theoria* ao que se observa entre nós. As chamadas *raças inferiores* nem sempre *ficam atraz*. O filhinho do negro, ou do mulato, muitas vezes leva de vencida o seu coevo purissimo sangue aryano (BARRETO, 1892, p. XII).

Do mesmo modo, exemplo da apropriação das ideias evolucionistas e a leitura feita por esses intelectuais à luz da realidade nacional é o julgamento de Romero sobre a obra do poeta Cruz e Souza. Romero caracterizava o gênio do poeta do simbolismo: “Elle [o poeta Cruz e Souza (1861-1898)] é o caso único de um negro, um negro puro, verdadeiramente superior no desenvolvimento da cultura brasileira. Mestiços notaveis temos tido muitos; negros não, só elle” (ROMERO, 1905, p. 197). Como aponta Roberto Ventura ao analisar o lugar da mestiçagem: “os modelos, como o de 'estilo tropical' ou de 'poesia mestiça', são representativos dos padrões específicos de estilo historiográfico, formados na América Latina a partir do sincretismo de teorias e conceitos europeus deslocados de suas funções de origem e através de uma escrita do tipo sincrético, cuja principal expressão é o ensaísmo cultural” (VENTURA, 1987, p. 34).

Muito se disse sobre um “deslocamento de Romero da evolução social para os determinismos”. Considerado por parte da crítica da historiografia com autor racista, como o define Carelli<sup>92</sup>, a questão da cultura é um dos grandes temas, tanto em Romero quanto em Tobias, e reverbera na posteridade que se filia ou contrapõe à Escola do Recife. Também é ponto pacífico nessa mesma historiografia o fato de que a aproximação com o pensamento alemão foi a chave para a formulação do culturalismo por parte de Tobias Barreto e seus herdeiros intelectuais. No caso de

---

<sup>92</sup> “Racista, Sívio Romero inaugurara os estudos culturalistas realçando o valor do papel dos negros e da mestiçagem brasileira das raças e das idéias”. In: CARELLI, 1994, p. 151.

Romero, a sua recepção da sociologia norte-americana o ajudou a ampliar os horizontes de sua teoria da miscigenação das raças.

O que se revela no jogo entre raça, evolução e história – e evolução das sociedades no tempo – é o jogo dos saberes que ordenam a realidade com o intuito declarado de intervir politicamente no presente em nome de uma ou muitas projeções de futuro. No caso que nos propomos a analisar, podemos corroborar a análise de Francisco Paz, para o qual, “a construção dos sentidos, como podemos ver, dá-se no interior de um campo de tensões entre diferentes ideias, *idéés-forces* que impulsionam os desejos e impelem os indivíduos, as coletividades. Assim, é no campo da história das idéias que localiza(m)-se a(s) ideia(s) de história” (PAZ, 1996, p. 161).

### **Referências bibliográficas**

BARBOSA, Ivan Fontes. Tobias Barreto: mestiçagem e sociologia no Brasil do século XIX. Uppsala: Moderna språk, Vol. 108, n. 1, 2014.

BAREL, Ana Beatriz Demarchi. *Um romantismo a oeste: modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2002.

BARRETO, Tobias. *Philosophia e Critica*. (Obras Completas III). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926a.

\_\_\_\_\_. *Estudos Allemães*. (Obras Completas, Vol. VIII). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926b.

\_\_\_\_\_. *Discursos*. (Obras Completas IV). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926c.

\_\_\_\_\_. *Menores e Loucos e Fundamentos do Direito de Punir*. (Obras Completas V). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926d.

\_\_\_\_\_. *Estudos alemães*. Organização: Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: J. E. Solomon; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012e.

\_\_\_\_\_. *Estudos de direito* (publicação posthuma dirigida por Sylvio Roméro). Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1892f.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República de 1889 a 1930*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BEVILAQUA, Clovis. *Philosophia Positiva no Brazil*. Recife: Typographia Industrial, 1883.

BOULLE, Pierre H. Em defesa da escravidão: oposição à abolição no século XVIII e as origens da ideologia racista na França. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CÂNDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papyrus, 1994.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política econômica e Monarquia Ilustrada)*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FOUCAULT Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

HAECKEL, Ernesto. *Historia da Creação dos Sêres Organizados Segundo as Leis Naturais*. Trad. Eduardo Pimenta. Porto: Livraria Chardron, 1930.

HAECKEL, Ernesto. *Os enygmias do Universo*. Trad. Jayme Filinto. Porto: Livraria Chardron, 1909.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Apud: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

QUEIRÓZ, Suely Robles de. A Escravidão Negra em Debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

QUENTAL, Antero de. *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*. (Edição fac-símile manuscrito). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra Doutrina*. O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1894.

\_\_\_\_\_. *História da Literatura Brasileira*. Contribuições e Estudos Gerais para o Exato Conhecimento da Literatura Brasileira. (4º Volume). 7.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1980.

\_\_\_\_\_. *Evolução do lyrismo brasileiro*. Recife: F. B. Edelbrock Editor, 1905.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. Estudos Cebrap, n. 3, jan. 1973.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPENCER, Herbert. A sociedade é um organismo. In: CRUZ, M. Braga da. *Teorias Sociológicas: os fundamentos e os clássicos*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

\_\_\_\_\_. Crescimento social. In: CRUZ, M. Braga da. *Teorias Sociológicas: os fundamentos e os clássicos*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

SPENCER, Herbert. *El individuo contra el Estado*. Valencia: F. Sempere y C.<sup>a</sup>, Editores, s/d.

VENTURA, Roberto. “Estilo tropical”: a natureza como pátria. Remate de Males, Campinas, (7): 1987.

## **PÓS-MODERNO E A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: O DEBATE ENTRE FRANK ANKERSMIT E PEREZ ZAGORIN**

*Post-modern and historiographic practice: the debate between Frank Ankersmit and Perez Zagorin*

Leandro Rosa da Silva<sup>93</sup>

**RESUMO:** Trata-se de uma breve discussão sobre a trajetória da perspectiva pós-moderna, desde suas manifestações na sociedade até sua consolidação na prática historiográfica. Para tanto, discutimos alguns apontamentos sobre o pós-modernismo como conceito periodizante e nova abordagem histórica, assim como o esmaecimento e a falência das fronteiras modernistas, substituídas pelas manifestações do pós-modernismo. Para consubstanciar nosso discurso referente à prática historiográfica e as considerações que estiveram em voga nas discussões acadêmicas, nos debruçamos sobre o polêmico debate concernente as implicações das atuais propostas pós-modernas e as consequentes objeções modernistas, tomando o debate entre Frank Ankersmit e Perez Zagorin como estudo de caso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernismo. Pós-modernismo. Prática Historiográfica.

**ABSTRACT:** This is a brief discussion of the trajectory of the postmodern perspective, since its manifestations in society until its consolidation in historiographical practice. To do so, we discuss some pointers about postmodernism as a concept to define a period, and new historical approach, as well as dimming and bankruptcy of the modernist borders, replaced by the manifestations of postmodernism. To substantiate our discourse referring to the practice historiographical and considerations that were in vogue in academic discussions, we concentrate on the controversial debate concerning the implications of the current proposals postmodern and consequent objections modernists, taking the debate between Ankersmit and Zagorin as a case study.

**KEYWORDS:** Modernism. Postmodernism. Historiographical Practice.

### **INTRODUÇÃO**

A crítica e o debate em torno do conceito e propostas estéticas, culturais e teóricas do pós-modernismo mostraram-se polêmicas nas últimas décadas do século passado e pelo visto a multiplicidade do debate permaneceu em alta na primeira década do nosso século. Apontaremos aqui, de forma sucinta, sua trajetória e manifestações a partir da década de 60, com suas

---

<sup>93</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ / 2016-2020). Desenvolve pesquisas com ênfase em História da África e História Moderna, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, identidade, imagens e representações iconográficas sobre a África, assim como sua inserção às redes de conexões globais no início do Período Moderno. E-mail: [leandrorosa.silva78@gmail.com](mailto:leandrorosa.silva78@gmail.com). O presente trabalho é fruto das discussões e leituras na disciplina *O mundo na pós-modernidade: aspectos políticos e culturais (1970-2010)*, anteriormente cursada no Mestrado em História Social (USS/2015).

implicações, na cultura, assim como na estética artística e literária, que, a partir da década de 80, vem se consolidando nas propostas teóricas da História. No entanto, também é possível perceber avanços e inovações quanto à prática historiográfica, sobretudo com a emergência dos estudos de memória, literatura de testemunho, metodologia oral, micro-história e as diversas vertentes e possibilidades de história comparada. Debruçando-se sobre as transformações que deram origem a sociedade pós-moderna, Fredric Jameson propõe, dentre outras, que tais avanços e adoções se deram concomitante à perda dos referenciais teóricos que, forjados no modernismo anterior a década de 60, delimitavam e demarcavam a alta cultura da cultura popular.

Nesse processo, os agentes demarcadores de uma individualidade, identidade, paradigma e estilo – representado por um artista, autor, intelectual ou teórico – são substituídos por uma falta de referencial ou identidade, comum no pós-modernismo, definido por Jameson como “a morte do sujeito”. Dentre as manifestações do pós-modernismo, numa sociedade extremamente dinâmica e fluida, que surge a partir da década de 60, as propostas e abordagens teórico-narrativas que atendam as demandas da produção acadêmica dessa sociedade, assim como as objeções modernistas em torno da estética narrativista, são algumas questões do breve debate de especificidades na historiografia, tomando a discussão entre Frank Ankersmit e Perez Zagorin como estudo de caso.

### **“A MORTE DO SUJEITO” E UM NOVO PARADIGMA TEÓRICO**

Fredric Jameson, em *O pós-modernismo e a sociedade de consumo*, apresenta uma instigante discussão sobre a concepção da arte, da arquitetura, da literatura, da produção intelectual acadêmica e do comportamento da sociedade capitalista ocidental, frente à perspectiva pós-moderna, que julgamos importante trazer para uma rápida reflexão sobre algumas implicações do pós-modernismo na sociedade e conseqüentemente na historiografia (Cf. JAMESON, 1993: 25-44). Dizemos “conseqüentemente”, pois há um consenso entre os historiadores em que as angústias do presente, o contexto no qual está inserido o pesquisador influenciarão, em maior ou menor medida, em sua pesquisa historiográfica. Nas palavras de Keith Jenkins, em sua obra *A História Repensada*: “o passado é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio presente” (JENKINS, 2001: 33). Nesse sentido, no trabalho supracitado de Jameson, podemos perceber muito bem a

afinidade entre as angústias do presente e a interpretação do passado, essa relação inseparável entre sociedade, arte e literatura (e porque não incluir também historiografia), na qual obviamente o referido trabalho de Jameson também se insere.

Inicialmente, ao propor a sua definição sobre o pós-modernismo, Jameson aponta que “o conceito de pós-modernismo não é amplamente aceito ou sequer compreendido nos dias atuais” (início da década de 80) (JAMESON, 1993: 25) – perceberemos ao longo de nossa discussão que tal resistência e incompreensão permaneceram em voga nos debates teórico-historiográficos até a primeira década do presente século. Segundo a proposta do autor, fica claro que o pós-modernismo não seria unicamente uma nova abordagem histórica, o mesmo ultrapassa a proposta de um novo paradigma pós-moderno:

[...] não é apenas mais um termo para descrever um estilo específico. É também, pelo menos tal como o emprego, um conceito periodizante, cuja função é correlacionar a emergência de um novo tipo de vida social e com uma nova ordem econômica – aquilo que muitas vezes se chama, eufemisticamente, de modernização, sociedade pós industrial ou de consumo, sociedade da mídia ou dos espetáculos, ou capitalismo multinacional (JAMESON, 1993: 27).

Assim, para discutir o pós-modernismo como um conceito periodizante, Jameson julga necessário considerar dois momentos históricos da relação entre a produção cultural e a vida social em geral: o período moderno, tendo início entre os anos 30 e 40, e o pós-moderno que, segundo ele, surge a partir da década de 60. No primeiro período (o modernismo anterior ou clássico) as músicas, as pinturas e a literatura emergiram na clandestinidade; seus conteúdos eram tidos como “perigosos e explosivos, subversivos dentro da ordem estabelecida”. Havia em suas ideias uma ruptura com os costumes morais daquela sociedade; em geral, suas propostas ideológicas e estéticas não combinavam “bem com o mobiliário vitoriano superestofado, com os tabus morais vitorianos, ou com as convenções da sociedade requintada” (JAMESON, 1993: 42).

Em um segundo momento, em um ritmo mais rápido e dinâmico, proposto por um novo conceito de mercado, a partir da década de 60, surge a sociedade de consumo — gestada e concebida junto com o capitalismo pós-moderno. Essa sociedade que surge, detentora e exploradora de um poder de mídia sem precedente, apresenta uma nova ideia de arte: o que é proposto como inédito ou “novo”, agora vem acompanhado do passado, um “retrô” atualizado. Nesse período, Jameson identifica um fenômeno que denomina “pastiche”; ou seja, no pós-modernismo a obra de arte, a literatura, o cinema, a música ou a arquitetura, olhando atentamente, imita a obra de um

artista, teórico, ou qualquer outro autor modernista anterior. Essa prática geralmente se diferencia da paródia no sentido em que celebra, em vez de zombar do trabalho que imita. Nesse contexto é que o autor se utiliza de exemplos como o primeiro filme de Star Wars, que pode ser considerado um pastiche, uma nostalgia da ficção científica dos seriados do mesmo gênero das décadas de 1930/50, como Flash Gordon ou Buck Rogers. Diferente de uma alusão ou uma homenagem, o pastiche apontado e comparado por Jameson, não é uma referência de passagem, mas, em vez disso abrange um trabalho na sua totalidade. É como se nesse período o homem tivesse utilizado todo o seu poder de criação.

[...] os escritores e artistas da atualidade já não podem inventar novos estilos e mundos; apenas um número restrito de combinações é possível; as singulares já foram pensadas. Assim, o peso da tradição estética modernista – agora morta – também “oprime como um pesadelo no cérebro dos vivos”, como disse Marx num outro contexto. Daí mais uma vez o pastiche: num mundo em que a inovação estilística já não é possível, só resta imitar os estilos mortos, falar através das máscaras e com vozes do estilo do museu imaginário (JAMESON, 1993: 30, 31).

Aproximando-se da prática historiográfica, esse ponto se coaduna bastante com o fenômeno observado por Ankersmit no final da década de noventa, que discutiremos acuradamente mais à frente, onde o referido pós-modernista salienta uma superprodução de “guerras de interpretação”, onde há quase que um esquecimento dos textos originais em detrimento da preferência às avalanches de interpretações dos mesmos, “onde não temos mais textos, mais passado, apenas interpretações destes” (ANKERSMIT, 2001a: 114). Voltando ao olhar de Jameson, o mesmo salienta alguns pontos característicos do pós-modernismo na década de oitenta que reverberam não só na sociedade, como também na prática historiográfica atual. Entre eles está o “esmaecimento de algumas fronteiras”; aquilo que antes era observado nos hábitos e atitudes que distinguiam e hierarquizava a sociedade, as “separações fundamentais”, hoje se tornaram quase extintas ou vítimas do “desgaste da distinção prévia entre a alta cultura e a chamada cultura de massa ou popular” (JAMESON, 1993: 26).

Esse desgaste das fronteiras culturais também se faz sentir (naquilo que atualmente lidamos de forma positiva) no diálogo interdisciplinar e intradisciplinar proposto pela Escola dos Annales. Embora, há cerca de oitenta anos atrás, a primeira geração dos Annales, ao propor uma história vista de baixo, ainda envolvia pretensões totalizantes que dificilmente poderiam ser compatíveis com a perspectiva mais fragmentária do pós-modernismo. No entanto a partir de sua terceira geração, o esmaecimento das antigas categorias de campos, áreas de conhecimentos, gênero

e discursos assumem perspectivas mais fragmentárias, múltiplas e dinâmicas que se aproximavam mais do rompimento efetivo das distinções entre a alta cultura e a cultura de massa, recebendo um tratamento de aproximação e diálogo entre si. O fenômeno da micro-história é um bom exemplo do protagonismo da terceira geração, ao se aproximar das perspectivas pós-modernistas que se firmaram, sobretudo nos anos 80. Propunha-se a enxergar através do microrrecorte, rejeitando as grandes generalizações demasiadamente redutoras, ao mesmo tempo em que nomeia um enfoque na complexidade e pluralidade das transformações das sociedades. Carlo Ginsburg é um exemplo clássico que pode sustentar essa aproximação. Em 1976, publica sua obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, onde adota o conceito de cultura popular, definindo-a como “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico”. (GINZBURG, 1986, p. 16)

Ginsburg pesquisa pormenorizadamente a atividade dos inquisidores que investigam e interrogam Menocchio, um moleiro do século XVI, para tentar enxergar a sociedade, o cotidiano e os padrões culturais em circularidade da época. A obra de Ginsburg é um exemplo de como a teoria e a prática historiográfica começava adotar, nesse período, propostas de abordagens focadas em uma escala de observação mais reduzida, onde se podem perceber os processos sociais, culturais e políticos com extraordinárias riquezas de detalhes, descrições densas e meticolosas. Nesse mesmo movimento cresce a preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social, sem necessariamente se importar com o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social. As propostas e abordagens teórico-narrativas, nesse período, conseqüentemente, buscam atender as demandas de produção acadêmica sobre uma sociedade entendida de maneira cada vez mais dinâmica, fluida e multifacetada, onde, muitas vezes, torna-se difícil identificar as fronteiras que delimitam os campos e áreas de conhecimentos afins. Jameson apresenta essa distinção, utilizando como exemplo o estilo teórico de Foucault, não como uma crítica negativa, mas apenas uma observação de que a falência, ou o esmaecimento, das antigas categorias de gênero e discurso também deveria ser considerado entre as manifestações do pós-modernismo.

Uma indicação bem diferente desse esmaecimento das antigas categorias de gênero e discurso pode ser encontrada no que às vezes se denomina de teoria contemporânea. Uma geração atrás, ainda havia um discurso técnico da filosofia profissional [...], ao lado do que ainda era possível distinguir o discurso, muito diferente, das outras disciplinas acadêmicas – da ciência política, por exemplo, ou da sociologia, ou da crítica literária. Hoje, cada vez mais, temos um tipo de texto simplesmente chamado “teoria”, que é todas ou nenhuma dessas

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

coisas ao mesmo tempo. Esse novo tipo de discurso, geralmente associado à França e à pretensa teoria francesa, têm-se difundido muito e assinala o fim da filosofia como tal. Deve a obra de Michel Foucault, por exemplo, ser chamada de filosofia, história, teoria social ou ciência política? Isso é impossível de decidir, como se diz hoje em dia; e sugiro que esse “discurso teórico” também deva figurar entre as manifestações do pós-modernismo (JAMESON, 1993: 26, 27).

Uma das explicações propostas por Jameson, para entender por que o pós-modernismo assumiu o lugar do modernismo clássico – na qual julgamos de igual importância para o entendimento das implicações pós-modernas na historiografia – é o que ele denomina de “morte do sujeito”, ou seja, “o fim do individualismo como tal”, a falência de “um estilo pessoal e privado, tão inconfundível como a nossa impressão digital, tão incomparável como nosso próprio corpo” (JAMESON, 1993: 29). Essa ideia de “sujeito”, apontada pelo autor, estaria no passado, “a morte do sujeito”. Nesse sentido, ele propõe duas possibilidades explicativas para a morte do individualismo como tal: (1ª) a ideia de que havia na era do modernismo “uma coisa chamada individualismo, sujeitos individuais”, mas “hoje esse antigo sujeito individual burguês já não existe”; (2ª) e a mais radical das duas ideias, “que se poderia chamar posição pós-estruturalista”, de que no mesmo período “nunca houve esse tipo de sujeitos autônomos”, o mesmo “foi apenas uma mistificação filosófica e cultural que procurou convencer as pessoas de que elas ‘tinham’ sujeitos individuais e possuíam essa identidade pessoal única” (JAMESON, 1993: 30). Em suma, Jameson entende o “fim do individualismo”, a “morte do sujeito” (tendo existido efetivamente ou tendo ele apenas sido um mito, um constructo filosófico no imaginário social da época), como uma ausência da profundidade, antes existente no modernismo, presente na representatividade que o indivíduo tinha com o seu mundo, que, no pós-modernismo, parece se extinguir. Agora essa relação de identidade única já não é mais reconhecível para o indivíduo e irão refletir diretamente na produção estética da arte, da literatura, da arquitetura, na relação interpessoal e, conseqüentemente, acrescentamos, na prática historiográfica. Tal situação, para o autor, seria um interregno estético, um momento de falta de referencial:

[...] se estão mortas e enterradas a experiência e a ideologia do eu singular, uma experiência e uma ideologia que instrumentaram a prática estilística do modernismo clássico, já não fica claro o que se supõe que estejam fazendo os artistas e escritores do período atual. O que fica claro é, simplesmente, que os modelos mais antigos – Picasso, Proust, T.S. Eliot – já não funcionam (ou são decididamente prejudiciais), uma vez que ninguém mais tem esse tipo de mundo e estilos particulares únicos para se expressar (JAMESON, 1993: 30).

Nesse sentido – uma vez que a prática historiográfica não foge das influências que as transformações culturais e estéticas da sociedade pode exercer sobre ela – a busca de um paradigma teórico mais coerente suscitaram muitos debates sobre as questões pós-modernas no palco das discussões acadêmicas. No entanto, considerando especificamente o conceito pós-moderno na prática historiográfica, a primeira década do presente século produziu críticas acirradas sobre a historiografia pós-moderna (com bordões depreciativos como falta de profundidade, de historicidade, ou por privilegiarem a estética em detrimento do conteúdo) usadas para desqualificar uma determinada abordagem interpretativa, estilo ou perspectiva de pesquisa, de uma gama de pesquisadores que adotaram o pós-modernismo histórico. Tal atitude, a nosso ver, se mostrou inadequada, ao ser utilizada de forma global, como critério de análise, diante da multiplicidade de pesquisadores pós-modernistas com propostas tão diferentes entre si. Portanto, a partir desse ponto, vamos analisar a proposta de um historiador e filósofo assumidamente pós-modernista num interessante embate teórico com um historiador modernista.

## **A PROPOSTA NARRATIVISTA**

Não caberiam aqui, nesse pequeno texto, as considerações múltiplas que poderíamos fazer sobre o paradigma pós-modernista, as suas críticas internas, assim como as externas. Deste modo, escolhemos imbricar aos apontamentos de Jameson algumas observações, no mínimo interessantes, de dois historiadores que adotam práticas historiográficas antagônicas. O debate travado nos três textos entre Ankersmit e Zagorin (publicados inicialmente na revista *History and Theory*, em 1989, traduzidos e publicados em português pela revista *Topoi* em 2001) se trata de um embate agudo e direto entre um pós-modernista e um modernista com suas respectivas propostas, concordâncias, discordâncias e contradições.

Ankersmit, em seu artigo *Historiografia e pós-modernismo* (ANKERSMIT, 2001a: 113-135), chama a atenção para o fenômeno da grande disposição de interpretações sobre textos originais. Para ele, as “comentários sobre comentários”, com suas infindáveis cadeias interpretativas, têm seduzido muitos intelectuais. Esse fenômeno parece extinguir a produção de textos originais, substituídos por uma...

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

“[...] aquarela na qual as linhas se fundem. Isto significa que a ingênua crença de que o texto poderia oferecer uma solução para nossos problemas de interpretação tornou-se tão absurda quanto crer em sinalização de rosa-dos-ventos” (ANKERSMIT, 2001a: 113).

Tal situação produz uma “espessa e opaca cadeia de interpretações”, onde Ankersmit conclui que “não temos mais textos, mais passado, apenas interpretações destes” (ANKERSMIT, 2001a: 114). Ao refletir sobre a produção historiográfica que tendia predominar no presente século, propõe que, em certa medida, o advento da superprodução de textos, que até hoje experimentamos, seria consequência de um crescente número de historiadores, superior ao total de pesquisadores que já existiram desde Heródoto até os anos 60 (ANKERSMIT, 2001a: 115).

No referido artigo, Ankersmit rejeita uma história determinada, exclusivamente, pelo fato histórico e abre um espaço teórico para uma interpretação ainda mais sofisticada; “uma história como uma atividade literária de criação de significado” (MUNSLOW, 2009: 77). Para Ankersmit, não é possível interpretar ou buscar a realidade histórica através dos fragmentos de informações de fontes espalhadas pelos arquivos disponíveis; ele oferece uma alternativa que vai além das pressuposições apontadas pelas evidências. Para ele não é possível seguir uma linha de raciocínio onde o pesquisador busque uma realidade histórica que estaria por trás das fontes e evidências selecionadas, pelo contrário, considera que as mesmas “não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado” (ANKERSMIT, 2001a: 124). Essa interpretação, sob uma perspectiva de prática historiográfica proposta por ele, se aproxima do texto literário de uma forma positiva. Por sua íntima ligação teórica ao desconstrucionismo, característico no pós-modernismo, Ankersmit entende que a objetividade de uma realidade histórica é impossível de ser alcançada. Portanto, diante de uma inevitável subjetividade, os historiadores se utilizam, assim como na literatura, de recursos que atraem atenção para a estética narrativa de seu texto ou discurso (que o autor chama de “natureza intensificada”), “em vez de atrair atenção para uma realidade fictícia ou histórica por trás do texto” (ANKERSMIT, 2001a: 123). Tais comportamentos dão à história uma forma ou aspecto inventado, por exemplo: quando utilizamos expressões semelhantes à “era dos extremos”, “era das revoluções”, “origem da classe trabalhadora inglesa”, “a era do capital”, “o legado religioso” dos africanos, “imagem de um continente ‘pintado de ouvido’”, a “revolução burguesa” no Brasil. Todos esses exemplos são recursos de linguagem utilizados pelos pesquisadores que, tentando se aproximar ou reproduzir realidades históricas, assumem uma forma discursiva de interpretação por

representações, essas representações demonstram certa opacidade, quando associamos às coisas à interpretação da realidade histórica, apontando para uma intenção literária do autor.

Esta é uma característica que o texto literário tem em comum com a historiografia; pois a natureza do olhar sobre o passado apresentado em um texto de história é definida com exatidão pela linguagem usada pelo historiador em sua obra. Por causa da relação entre o olhar historiográfico e a linguagem usada pelo historiador para expressar este olhar — uma relação que nunca entrecruza o campo do passado — a historiografia possui a mesma opacidade e dimensão intensificada que a arte (ANKERSMIT, 2001a: 123).

Assim, Ankersmit defende e acredita numa filosofia da história que concebe a prática historiográfica como uma forma de explanação narrativa, ou seja, a sua função cognitiva estaria situada na substância narrativa do texto, e não essencialmente naquelas afirmações factuais isoladas. Nesse sentido, para ele a história é entendida como uma narrativa construída sobre o passado que só pode ser comparada com outras narrativas – nunca com o passado em si. Por essa perspectiva, o empiricismo deixa de ser o elemento fundamental da representação histórica; a proposta seria analisar o passado por intermédio de suas representações, suas narrativas, em outras palavras; somente a descrição poderia ser avaliada como verdadeira ou falsa.

## **Reconsiderações modernistas**

Já era de se esperar que as discussões que se seguiram às propostas pós-modernas para a prática historiográfica, em torno das associações entre a linguagem, narrativa, estética e história, assim como as questões dos modismos literários, o esmaecimento das fronteiras entre a forma e o conteúdo (fronteiras essas que ainda são muito bem defendidas e representadas pelos modernistas dos dias atuais), trouxessem uma especial atenção ao artigo de Ankersmit e seu instigante debate com o historiador norte-americano, assumidamente modernista, Perez Zagorin. Em seu artigo *Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações* (ZAGORIN, 2001: 137-152), o modernista levanta duras críticas ao artigo de Ankersmit. Afirma que o referido holandês pós-modernista, “pode nem ser o primeiro a abraçar o pós-moderno para a historiografia, apesar de talvez realmente ser o primeiro a fazê-lo explicitamente” e reprova a conclamação de Ankersmit aos historiadores adotarem “a perspectiva pós-moderna como a forma nova e superior de compreensão dentro desta disciplina”. Zagorin considera essa posição uma consequência do caráter pluralista da historiografia atual que se encontra sujeita às “influências e modismos” do “pós-moderno em algumas das artes,

bem como na teoria literária e em outras áreas, através de uma ligação com o desconstrutivismo” (ZAGORIN, 2001: 137). Essa ligação tem promovido um número cada vez maior de historiadores e filósofos da história que, como Ankersmit, adotam uma nova proposta de abordagem, onde não abandonam, mas depositam menor ênfase ao empiricismo tradicional, à teorização sociocientífica e dão maior ênfase à relação entre a forma e o conteúdo, à estética narrativa e o objeto e à consequente subjetividade da interpretação histórica. Propostas desconstrucionistas como essas, apropriadas pela abordagem pós-moderna, segundo o crítico-teórico Alun Munslow, aceita que o conteúdo da história, assim como na literatura, “seja definido mais pela natureza da linguagem usada para descrever e interpretar tal conteúdo”. O mesmo princípio é adotado também na construção da análise e “pesquisa de origem documental” (MUNSLOW, 2009: 35) que, sob essa perspectiva, a filosofia da história pós-moderna tende...

[...] a ver a história e o passado como uma série de complexos produtos literários, cuja corrente de significado (s) ou significações deriva da natureza da estrutura da narrativa (ou formas de interpretações) tanto quanto de outros fatores ideológicos culturalmente concebidos (MUNSLOW, 2009: 35).

Nesse sentido, a crítica de Zagorin sobre as concepções pós-modernas (presentes nas defesas de Ankersmit ao narrativo-teórico historiográfico) estaria, no que ele considera, na vulnerabilidade das concepções pós-modernas aos modismos decorrentes da pluralidade interdisciplinar, que orbitam sobre a ligação do pós-modernismo ao desconstrutivismo, da estética narrativa à “morte do autor”<sup>94</sup> – termo extensivamente empregado por Michel Foucault (1926-1984) –, onde as fontes documentais não significam “uma realidade do passado possível de ser descoberta, conforme encontrada na intencionalidade do autor, mas, ao contrário, oferece apenas uma cadeia de significações e interpretações” (MUNSLOW, 2009: 243). Essas reprovações de Zagorin se concentram na proposição comparativa e apologética de Ankersmit sobre a deficiência do olhar modernista, ao abordar as fontes, e a possível superioridade do olhar pós-modernista sobre as mesmas.

O historiador modernista seguia uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás destas fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para

<sup>94</sup> “Deriva do estudo desconstrutivo da literatura principiado por Roland Barthes (1915-1980) [...] que sugere que todos os textos precedem seus autores que são apenas construtos e não podem privilegiar um significado (MUNSLOW, 2009: 243).

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

interpretações do passado; pois é para tanto que de fato usamos essas evidências (ANKERSMIT, 2001a: 124).

Por esse viés Zagorin reprova as propostas pós-modernistas de Ankersmit que, segundo ele, distanciam o passado das evidências; rejeita a tarefa da explicação e o princípio da causalidade; renuncia a verdade em detrimento de uma prática historiográfica como atividade estética, onde o estilo é mais importante. Nas palavras de Zagorin, o pós-modernismo de Ankersmit propõe que:

[...] o historiador deve renunciar à tarefa da explicação e ao princípio da causalidade, além da idéia de verdade, os quais são considerados como parte de um “essencialismo” superado. Em vez disto, deveria reconhecer a historiografia como atividade estética na qual o estilo é o mais importante (ZAGORIN, 2001: 140).

Tal pensamento, segundo Zagorin, torna a prática historiográfica superficial; afasta o passado, a importância da origem e contexto histórico, ao valorizar a interpretação narrativa do historiador. As proposições pós-modernas de Ankersmit, especialmente a crença do mesmo no fatalismo historicista (quando o mesmo propõe uma crise de metanarrativas da historiografia ocidental após a II Guerra) se coadunam, segundo Zagorin, com a análise de Fredric Jameson, que já discutimos anteriormente, sobre a produção cultural contemporânea e suas especificidades representativas do pós-moderno, a exemplo do esmaecimento das antigas categorias de gênero e discurso, a morte do sujeito, assim como a falência de modelos e estilos particulares únicos para se expressar. Embora o crítico modernista acredite que “Ankersmit sem dúvida não aceitaria nenhuma dessas características como representativas do que ele advoga como pós-moderno” (ZAGORIN, 2001: 140), assim resume a avaliação de Jameson ao pós-modernismo – somado, é claro, a algumas inferências suas sobre a obra do autor em questão:

Uma nova falta de profundidade e uma superficialidade; uma cultura fixada sobre a imagem; a diminuição do afeto e a libertação ou o desaparecimento da emoção; o abandono do conceito de verdade como bagagem metafísica desnecessária; o desaparecimento do indivíduo autônomo e a morte do sujeito; a perda da historicidade e do passado; a desintegração do sentido de tempo em uma série de presentes puros e não-relacionados; a prevalência do pastiche e a canibalização de estilos passados. Estas estão entre as mais fortes características e temas, de acordo com a observação perceptiva de Jameson, do pós-moderno como o estilo inapelavelmente ascendente da cultura do capitalismo de hoje (ZAGORIN, 2001: 140).

Se fundamentando na aproximação que faz do narrativismo de Ankersmit à visão jamesoniana, Zagorin não concorda com a prática historiográfica pós-moderna e acusa o historiador

holandês de eleger a estética mais importante que o conteúdo “e o conteúdo uma derivação do estilo” (ZAGORIN, 2001: 146) – o que nos parece ser diferente da proposta do então pós-modernista, que na verdade propõe a indissociabilidade entre conteúdo e estilo, onde o estilo, com seus atributos cognitivos, também têm *status* ontológico de objeto. No entanto, assim define os comentários de Ankersmit:

Seus comentários seriam, mais provavelmente, no sentido de que o conteúdo deriva da leitura crítica de fontes e evidências, da leitura crítica de outros textos sobre o assunto e de suas percepções sobre os inter-relacionamentos existentes na indefinida multiplicidade de fatos relativos ao seu objeto de estudo (ZAGORIN, 2001: 147).

Em suas “reconsiderações” ao artigo de Ankersmit, Zagorin advoga em favor dos modernistas (mesmo com suas interpretações e argumentações históricas, ditas como verdade sobre o passado, baseada unicamente em evidências disponíveis), reconhecendo que ainda que seus textos apresentem considerações muito complexas e “interpretações discutíveis” sobre as fontes abordadas, tem “como um de seus princípios reguladores mais básicos”, “a veracidade em seu sentido mais amplo” (ZAGORIN, 2001: 148). Defende que cabe ao historiador...

[...] determinar o que constitui evidência e para que ela serve, uma vez determinada ela exerce uma pressão contínua. Não estão livres para ignorá-la ou usá-la como bem lhes aprouver. Essa pressão é um dos principais fatores para a formação da obra histórica (ZAGORIN, 2001: 148).

Parece-nos que, para justificar a abordagem historiográfica modernista, Zagorin tende a interpretar proposições bem radicais na fala de Ankersmit. No entanto, as considerações do então pós-modernista giram em torno de uma prática historiográfica que olha para o passado sem desprezar as fontes. Procura deixar bem evidente que o historiador não produz nada sem as mesmas. Por outro lado, pondera que o foco da busca por uma realidade histórica deve deixar de orbitar unicamente ao redor das evidências – como se as mesmas fossem capazes de sozinhas apontarem para o passado. Propõe uma aliança efetiva das evidências com as múltiplas interpretações que podemos ter sobre as mesmas. Interpretações reveladoras de imagens subjetivas do passado, que se apropriam dos recursos narrativos que a literatura pode nos oferecer. Lançar mão daqueles aspectos que foram reprimidos ou que são ditos involuntariamente nas entrelinhas do texto, do mesmo modo que nos apropriamos dos recursos da hermenêutica, da filosofia, da linguística, da sociologia, da

antropologia, entre outros campos de conhecimento que vieram no mesmo movimento de esmaecimento das fronteiras interdisciplinares apontadas por Jameson.

Esses aspectos reprimidos limitariam a prática historiográfica à medida que se somam a ausência de um ímpeto próprio da história enquanto disciplina (apontado por Ankersmit) que, normalmente, pelo menos nos primeiros 30 anos após a II Guerra, “limitava-se ao uso do campo dos *insights* já obtidos no pensamento histórico” (ANKERSMIT, 2001b: 153). No pós-modernismo, o historiador, além de justificar suas fontes (nunca como uma descrição precisa do passado) precisa justificar as perguntas e interpretações que tem sobre as mesmas, além de discutir com outras interpretações sobre a realidade histórica de sua busca.

No entanto, Zagorin apresenta suas reconsiderações como se as propostas de Ankersmit desprezassem esses princípios. Em uma dicotomia excludente, parece que ele elege os modernistas ao inventário dos “historiadores que sabem que podem ser chamados a justificar a veracidade de suas evidências” e elimina os pós-modernistas desse rol – uma vez que, segundo Zagorin, esse peso não teria lugar dentro dos “domínios da estética”, do narrativismo, o que, conseqüentemente, seria reprovado “por estudiosos e leitores críticos”.

Os historiadores sabem que podem ser chamados a justificar a veracidade, adequação e confiabilidade de alegações em particular, interpretações ou mesmo do seu relato como um todo. Seu linguajar tende a incorporar muitas justificativas para os julgamentos, opiniões, descrições e análises que apresentam em seu olhar sobre o passado. Mesmo a mais pura história narrativa não pode dispensar a necessidade de justificativas, se quer ser aceita por estudiosos e leitores críticos (ZAGORIN, 2001: 148).

## **A RÉPLICA NARRATIVISTA**

As duras críticas e reprovações às propostas do então pós-modernista deram fôlego ao debate. A crítica de Zagorin teve a sua resposta quando no mesmo ano (1989) Ankersmit publicou na *History and Theory* o seu artigo *Resposta a Zagorin*. No início de sua réplica, o autor ratifica o seu pensamento teórico-narrativo sobre a prática historiográfica, assim como a função do texto histórico, asseverando certa falta de autonomia à escrita da história, enquanto disciplina (embora não tenha se aprofundado nisto no texto criticado pelo historiador modernista). Lembra que essa carência ocorre desde sua gênese, no momento em que a mesma se desarraigava da filosofia, desdobrando-se para uma filosofia da história, no início do século vinte. Em outras palavras, ainda

que tenha uma história própria, ela sempre esteve atrelada a outra disciplina, salvo o historicismo alemão do final do século dezanove e início do século vinte. Nesse contexto, Ankersmit afirma que “durante boa parte de sua existência, a filosofia da história foi um apêndice da teologia cristã” (ANKERSMIT, 2001b: 153). O desenvolvimento da mesma e...

[...], particularmente, as metamorfoses mais conspícuas que sofreu, no curso de sua longa existência, sempre dependeram do que acontecia fora da filosofia da história em si. Ela jamais possuiu grande ímpeto próprio e normalmente limitava-se ao uso do campo dos *insights* já obtidos no pensamento histórico (ANKERSMIT, 2001b: 153).

Posteriormente, por essa “falta de ímpeto próprio”, aglutinaram-se às funções do texto histórico “doutrinas sobre a razão dialética (Hegel), a razão científica (Condorcet, Comte) ou sobre a natureza racional do homem (Kant)”, culminando, entre as décadas de Cinquenta e setenta, na formação da “pretensa filosofia crítica da história”, onde a mesma teria “finalmente munido a filosofia da história com o tipo certo de perguntas após tantos séculos de especulações inúteis”. No entanto, já na década de oitenta, a filosofia crítica da história “teve que ceder espaço a uma filosofia da história que se utiliza das ferramentas da teoria e críticas literárias” (ANKERSMIT, 2001b: 153). Cabe aqui apontar que, no conceito periodizante de pós-modernismo proposto por Jameson (discutido no início do presente texto), os aspectos pós-modernistas teriam surgido primeiro no comportamento social e nas artes (a partir da década de sessenta) enquanto que as teorias e críticas literárias, salientadas por Ankersmit, só foram incorporadas a prática historiográfica por volta da década de oitenta.

Após justificar seu ponto de vista sobre o vínculo da filosofia da história às “ferramentas da teoria e críticas literárias”, assim como aos recursos de outras disciplinas afins, o autor ratifica, em sua réplica, sua posição narrativista de aproximação e relação entre a forma e o conteúdo, a estética e o objeto, para a formação de “imagens do passado” ou aquilo que ele mesmo denomina “substância narrativa”. O ponto principal de sua réplica gira em torno das discussões entre a visão pós-modernista e modernista sobre a função do texto histórico: no referido artigo, o autor salienta que, na prática historiográfica, o modernista formula os seus enunciados, suas proposições, se baseando em evidências de fontes descobertas em arquivos, ou em outros lugares diversos, como se fosse uma descrição precisa do passado. No entanto, para Ankersmit, a importância que a função do texto histórico deveria dar seria a construção de substâncias narrativas – aquelas interpretações

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

diversas que podemos ter sobre o passado através das fontes ao invés da formulação de enunciados através das mesmas, ou seja:

[...] se quisermos dizer algo que valha a pena sobre o desenvolvimento de textos históricos devemos manter nossas reflexões teóricas focadas nestas “imagens de passado” e não sobre os enunciados individuais (ou subconjuntos de) e o que estes dizem sobre o passado (ANKERSMIT, 2001b: 157).

Vemos que sua resposta à crítica de Zagorin esclarece alguns pontos importantes do primeiro texto. Inicialmente, Ankersmit aponta que, convenientemente, Zagorin descrevera sua posição como “modernista” (ANKERSMIT, 2001b: 154, 155), o que não parece um problema para o mesmo, que sempre se posicionou como tal e parece considerar os pós-modernistas muito hábeis em suas críticas ao modernismo, no entanto, deficientes na defesa de seus paradigmas. Em sua defesa, Ankersmit sustenta que a lógica narrativa não tem outro propósito além de ampliar a compreensão histórica e – diante da postura de Zagorin em discordar da possibilidade do “estilo gerar conteúdo” – o então pós-modernista rebate propondo que as categorias estilísticas podem não só gerar conteúdo como também são recursos cognitivos indispensáveis, pois se apresentam “como uma rede que nos permite pescar as interpretações e substâncias narrativas propostas pelos historiadores” (ANKERSMIT, 2001b: 165). Em todo tempo Ankersmit, assim como no primeiro texto da presente discussão, milita em sua proposta de aproximação narrativa aos pontos contributivos do estilo literário. Defende que, com frequência (embora os modernistas discordem), o historiador recorre à estética do texto, como na literatura, procurando construir um texto mais palatável e alcançar os benefícios cognitivos à apresentação das interpretações da “realidade histórica” por trás do texto (ANKERSMIT, 2001a: 123). Para ele:

[...] o pós-modernismo é, acima de tudo, uma teoria da escrita. Isto é, não tanto uma teoria da interpretação como a hermenêutica, mas sim uma teoria dos efeitos (não intencionais) da escrita interpretativa como os encontramos na teoria literária e, é claro, na escrita histórica (ANKERSMIT, 2001b: 168).

Dando continuidade em sua dicotomia apologética, modernismo x pós-modernismo, esclarece que a história não progride (semelhante às ciências exatas) “através da produção de caixas pretas”, ou seja, aquelas afirmações sobre uma realidade histórica, possível de ser descoberta e que

estariam por trás das evidências apresentadas pelas fontes documentais. Muito pelo contrário, diz o autor, a escrita da história “não conhece caixas pretas”, ela “gera sempre novas interpretações sem jamais chegarmos a uma conclusão (caixa preta)” (ANKERSMIT, 2001b: 169).

Deste modo, no pós-modernismo, a escrita da história oferece apenas uma multiplicidade de interpretações e significações do passado. Nele (no pós-modernismo) não existe uma realidade histórica possível de ser descoberta. Na leitura de Ankersmit, concluímos que em qualquer evento do passado, por mais recente que seja, o máximo que conseguiremos alcançar ao descrevê-lo será apenas uma versão desse evento. Até mesmo as fontes primárias são versões desse passado a que representam. É nesse sentido que Ankersmit apresenta, como meta do historiador, a construção de “um objeto linguístico, a substância narrativa, nos termos pelos quais ele [o historiador] espera que entendamos o passado (ANKERSMIT, 2001b: 170).” Como ele mesmo salientou no início de sua resposta a Zagorin:

Se levarmos a sério o texto e suas substâncias narrativas, nos tornaremos pós-modernistas; se enxergarmos apenas os enunciados permaneceremos modernistas. Ou, para colocar esta questão em forma de slogan, o enunciado é modernista e o texto (histórico) é pós-modernista (ANKERSMIT, 2001b: 157).

Das propostas de Ankersmit podemos inferir e exemplificar que, mesmo que inventem uma “máquina do tempo”, nunca poderemos alcançar ou reproduzir a imagem de uma realidade objetiva do passado, porque esta simplesmente não existe. Mesmo aqueles eventos históricos que presenciamos e carregamos em nossas lembranças, ao descrevê-los, estarão inevitavelmente sujeitos às omissões da seletividade da memória humana, e isso vale também para aqueles sujeitos e instituições que produziram as fontes primárias ao longo dos processos históricos; essas fontes estão sujeitas às intencionalidades de quem as produziram em detrimento daqueles que não participaram da produção das mesmas. Nesse sentido, sabendo que não exista o ofício do historiador sem as suas fontes, as interpretações sobre as mesmas serão sempre subjetivas. Tendo isso em mente, a proposta de Ankersmit é bastante relevante; “a lógica narrativa não tem outro propósito além de ajudar a compreensão” (ANKERSMIT, 2001b: 171), a interpretação do passado (considerando toda sua subjetividade), como proposta de prática historiográfica que aproxime a forma e o conteúdo, a estética narrativa e o objeto sem, no entanto, conceber as evidências como portadoras de uma realidade objetiva do passado. O produto desta proposta para a prática historiográfica seria o que,

em sua essência, o autor chama de substância narrativa, resumido de forma compacta e objetiva nas postulações abaixo:

[...] a linguagem narrativa possui o status ontológico de objeto; que é opaca; que é auto-referente; que é intensificada e, portanto, intrinsecamente estética; que o significado narrativo de um texto (histórico) não é possível de ser decidido, em um sentido importante desta expressão e que tem até as marcas da autocontradição; que o significado narrativo pode ser identificado apenas na presença de outro significado (intertextualidade); que no que concerne ao significado narrativo o texto se refere, mas não a uma realidade fora de si mesmo; que os critérios de verdade ou falsidade não se aplicam a representações históricas do passado; que podemos falar com propriedade de causas e efeitos somente no patamar das alegações; que a linguagem narrativa é metafórica (tropológica) e portanto encarna uma proposta de como devemos olhar o passado; que o texto histórico é um substituto do passado ausente; que representações narrativas do passado têm uma tendência à desintegração (especialmente face a representações rivais do passado); que todas estas alegações pós-modernas tão surpreendentes e até repulsivas ao modernista podem ser justificadas de maneira formal e até “modernista” se estivermos preparados para desenvolver uma lógica filosófica adequada para lidarmos com a substância narrativa. E justificação aqui não tem a conotação de recomendação. Não desejo aplaudir nem condenar nada. A lógica narrativa não tem outro propósito além de ajudar a compreensão. (ANKERSMIT, 2001b: 170)

Contudo, mesmo adotando, àquela altura, a posição pós-modernista, Ankersmit encerra o debate com ressalvas a essa tendência. Concorde com os modernistas que frequentemente é possível encontrar em textos pós-modernistas argumentos breves e rasos, “questões técnicas superficiais e jargões obscuros. Além do núcleo de argumentação e extensão dos textos pós-modernistas serem frequentemente inversamente proporcionais”. No entanto assevera que por baixo do extenso recurso argumentativo do narrativismo realmente existem interpretações do passado “que pode nos dizer muito que não sabíamos e que o modernista nunca se deu ao trabalho de nos dizer sobre o texto (histórico)” (ANKERSMIT, 2001b: 171).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É no mínimo interessante como, ainda hoje, quase duas décadas depois do debate supracitado, a classificação de pós-moderno é assumida de forma tão positiva pelos profissionais da arte, da literatura, da arquitetura – que, às vezes, ingenuamente são aclamados como “alguém a frente do seu tempo”, uma expressão criminosa no ofício do historiador. No entanto, no outro lado da equação, o pós-modernismo muitas vezes tem sido aplicado como um rótulo, quase que um “xingamento”, aos historiadores que “renegam” os paradigmas conservadores, forjados no

modernismo, ou, no limite, é usado como uma classificação estética, teórica e preguiçosa sobre aqueles “pesquisadores não marxistas”.

As defesas de Ankersmit rompem com esses estereótipos, assumindo de forma positiva a classificação pós-moderna na prática historiográfica. Até aqui apresentamos um quadro sobre as propostas teórico-narrativistas que emergem no mesmo movimento de transformações culturais da sociedade pós-moderna, discutida por Jameson, com ideias e comportamentos extremamente fluidos e dinâmicos. Consequentemente a essas demandas, o pós-modernismo vem como uma resposta que não comporta mais àqueles modelos teórico-explicativos totalizantes e científicos que generalizam os fenômenos sociais, pois sempre apresentarão limitações de uma realidade histórica que simplesmente não existe. As múltiplas e dinâmicas transformações sociais influenciam diretamente a prática historiográfica no que tange ao abandono das explicações totalizantes e impulsiona estudos com problemas e objetos cada vez mais fragmentados e específicos. É nesse cenário que surgiu, na historiografia da década de 80, a proposta da “morte das metateorias” do modernismo, uma vez que “morte do sujeito” já havia sido formulada na década de 60. Nesse mesmo movimento, o pós-modernismo e o consequente narrativismo de Ankersmit se apresenta com uma atenção especial a estética, à linguagem e a literatura, onde escrever e falar do passado é entender melhor os recursos estéticos e literários pelos quais escrevemos e falamos dele através das evidências.

Enfim, da leitura de Jameson e do polêmico debate entre Ankersmit e Zagorin, podemos sugerir algumas considerações que estiveram em voga sobre as implicações das propostas pós-modernas na prática historiográfica. A valorização e ampliação do discurso interdisciplinar, assim como a adoção de uma análise do passado por intermédio de suas representações, suas narrativas, em detrimento do distanciamento do empiricismo, como elemento fundamental da história, são desdobramentos da abertura pós-moderna. Por outro lado, devido o esmaecimento das antigas categorias de gênero e discurso, apontadas por Jameson, assim como a abertura interdisciplinar decorrente do mesmo movimento, não é raro depararmos com escritores, e suas respectivas obras literárias, que se inclinam para a investigação histórica, são aceitos como tal e, com as devidas restrições teóricas, são cada vez mais citados em bibliografias de pesquisa histórica. Porém, invertendo a equação, nos deparamos também com obras de historiadores que, seduzidos pela valorização da estética, do discurso e das formas de representação através da linguagem, escorregam por vezes em falhas conceituais, paradigmas superados, pesquisas superficiais em

fontes, anacronismos e outros erros no ofício do historiador que, adotando o pós-modernismo, se esquece de alguns pressupostos teóricos que, mesmo forjados no modernismo clássico apontado por Jameson, ainda estão em vigor. Para aqueles que adotam o narrativismo como prática historiográfica, é preciso encontrar um equilíbrio entre a estética pós-moderna (com suas propostas de cognição e explanação narrativa, capazes de produzir textos, consideradas por muitos, mais palatáveis) e as fronteiras teóricas que distinguem o ofício do historiador.

### **BIBLIOGRAFIA**

ANKERSMIT, Frank R. *Historiografia e pós-modernismo*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001a, pp. 113-135. Disponível em: <[www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a4.pdf](http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a4.pdf)>. Acesso: 23/05/14.

\_\_\_\_\_. *Resposta a Zagorin*. In: *Topoi*, RJ, mar. 2001b, p. 153 -173. Disponível em: <[www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi2a6.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi2a6.pdf)> Acesso: 23/05/14.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986.

JAMESON, Fredric. *O pós-modernismo e a sociedade de consumo*. In: KAPLAN, E. Ann, org. *O mal estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ZAGORIN, Perez. *Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações*. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 137-152. Disponível em: <[www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a4.pdf](http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a4.pdf)> Acesso: 23/05/14.

## **ANTIGOS E MODERNOS: DEBATES ACERCA DA TRADUÇÃO E AUTORIA DO CÂNONE JUDAICO À LUZ DA ARTE NA MODERNIDADE**

*Ancient and modern: discussions about the translation and authorization of the judaic canon in the  
light of art in modernity*

Nathália Queiroz Mariano Cruz<sup>95</sup>

**RESUMO:** No intuito de lançar luz à iniciativa de tradução dos antigos pelos modernos com ênfase nos sagrados escritos judaicos, nos propomos neste trabalho a um debate sobre a tradução do cânone judaico de matriz farisaica a partir da repercussão que a tradução alcançou no cenário artístico europeu na modernidade. Para tanto, usamos como basilares os conceitos de *mimesis* e autoria, uma vez que estes atuaram diretamente nos desdobramentos da tradução de textos antigos e influenciaram substancialmente na repercussão do conceito de tradução não com repetição, mas como reprodução, alargando assim o espaço de circulação das obras antigas e tornando-as cada vez mais acessíveis ao presentismo dos sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradução. Mimesis. Cânones Bíblicos.

**ABSTRACT:** In order to shed light on the initiative of translation of the ancients by the moderns with an emphasis on the sacred Jewish writings, we propose in this work a debate on the translation of the Jewish canon of Pharisaic matrix from the repercussion that the translation reached on the European artistic scene in modernity. In order to do so, we use the concepts of mimesis and authorship, as they acted directly in the unfolding of the translation of ancient texts and influenced substantially the repercussion of the concept of translation, not with repetition, but as reproduction, thus extending the circulation space of And making them more and more accessible to the presentism of the subjects.

**KEYWORDS:** Translation. Mimesis. Biblical Canons.

Uma vez que o termo tradução já apresenta em sua base genealógica uma gama polissêmica capaz de inseri-lo nas mais diversas áreas de estudo, a sua estreita relação com o conceito de *mimesis* não faz mais do que contemplá-lo como um conceito subjacente ao campo da linguagem: de natureza real e física, sensitiva e cognitiva. Se a linguagem – primeiramente atrelada a um sistema associativo capaz de conceber as várias versões e percepções do mundo – foi amplamente discutida e coloca em prática pelos antigos (sobre forma de arte e literatura), foi com a

---

<sup>95</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás - UFG sob orientação da Profa. Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Email: taiaqueiroz@hotmail.com

linguística, com a sistematização estruturalista das formas de linguagem<sup>96</sup>, que a tradução ampliou seu espaço científico e passou a caracterizar uma ferramenta que atua complementarmente a uma estrutura cognitiva, ao conhecimento da forma (processo de identificação), ao conhecimento da substância (processo de interpretação) e, por fim, à compreensão, gerando um novo produto alterador e fomentador daquele primeiro.

Por se ater às esferas da fruição, da evanescência dos sujeitos e das formas por eles concebidas, a linguagem e a linguística alocam uma série de problemas quando enunciados os objetos de estudo. No entanto, é justamente do paradigma da linguagem, compreendida sistema mimético e imagético por excelência, que questões como a tradução de textos antigos foram extensamente debatidas na modernidade e ainda têm papel de destaque na contemporaneidade, dada a vastidão de vozes de discursos que se interpõem no processo de tradução destes textos.

No intuito de lançarmos luz à iniciativa de tradução dos antigos pelos modernos e de apontarmos as principais discussões envoltas nesse debate, é que nos propomos neste trabalho a uma discussão sobre a tradução dos cânones bíblicos de matriz judaica à luz dos debates sobre tradução no cenário artístico europeu da modernidade. Para tanto, utilizamos de conceitos como os de *mimesis* e autoria, visto que os mesmos tiveram desdobramentos consideráveis na tradução de textos antigos e influenciaram na repercussão do conceito de tradução não com repetição, mas como reprodução, alargando assim o espaço de circulação das obras antigas e tornando-as cada vez mais acessíveis à presentificação dos sujeitos.

Em um primeiro momento, fazemos uma breve digressão histórica sobre o conceito de *mimesis* e sua repercussão no conceito de tradução, correlacionando-os às práticas e teorias artísticas da Antiguidade à Modernidade. Uma vez que compreendemos os cânones narrativos bíblicos como *corpora* narrativos de premissa religiosa que exercem uma função social, é senão razoável torná-los partícipes do processo linguístico de tradução que reforçou a importância das obras antigas como textos originários, germinativos e identitários. cremos, assim, que também as narrativas bíblicas são parte indissociável dessa produção histórica, com as ressalvas – que aqui pretendemos reforçar –, de que detêm um estatuto canônico próprio, as quais não devem ser desprezadas.

---

<sup>96</sup> Cf. SAUSSURE, F. d. *Curso de Linguística General*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1945; DERRIDA, J. *La Différance*. Conferência pronunciada em la Sociedad Francesa de Filosofía em 27 de enero de 1968. Edición digital en castellano. Madrid, 1968.

Por fim, daremos atenção especial ao espaço de disseminação do texto canônico, especialmente o judaico, acentuando as concepções de autoria e tradição nesse *corpus* narrativo sagrado no intuito de discutir como a tradução e a inauguração de uma linguagem sistêmica de interpretação – e por isso exegética –, são ferramentas que se verificam, com certa prematuridade, nos textos bíblicos mais até do que em outras literaturas. Por mais antigos que sejam os debates acerca de linguagem, tradução e *mímesis*, cremos que estes são ainda inesgotáveis dada a amplitude de temáticas e problemáticas que abarcam e, principalmente, são debates modernos – este último compreendido a partir de um significado de presentismo, e não por um viés histórico cronológico –, uma vez que ainda geram sentimentos de inquietação e especulação nos sujeitos e objetos interrogados. O equivalente a dizer, conforme enunciado de Philippe Lacoëu-Labarthe (2000, p.183-195), que esses valores ainda são regidos pelo pensamento fundamental da dialética especulativa.

### ***Mímesis e Tradução: a Arte em Linguagem***

Conforme indicou Jörn Rusen em sua fala breve acerca de teoria da linguagem, “aquilo que os antigos tratavam como *mímesis* e que hoje chamamos de representação, são nada menos do que formas de se compreender a realidade”<sup>97</sup>. Talvez nada menos, mas muito mais do que isso, essas ferramentas atuam – são criadas e dotadas quase que de uma vontade própria – do estigma de trazer coerência ao real, de criar um ponto de conexão satisfatório entre a realidade objetiva, concebida *natura naturans*, física, e a realidade sensitiva, compreendida segundo mecanismos de cognição, de interpretação. Tratam-se, portanto, de instrumentos de linguagem que atuam na relação entre o sujeito e a natureza, sendo dotados de uma genealogia, de pré-condições e razões que fazem com que se estabeleçam e exerçam suas funções em espaços e campos propícios às suas condições *ab origines*.

Entre a antiguidade e o medievo o conceito de *mímesis* não só vai ser constantemente debatido nas esferas teórica e filosófica, como será colocado em prática, sobretudo no campo artístico, como forma de se enfatizar uma aproximação entre a natureza física com a realidade sensitiva. Assim, a *mímesis* irá se referir, no período grego clássico, à forma como a natureza nos

---

<sup>97</sup> Conferência ministrada em 09/10/2010 na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Texto xerografado. Goiânia, Goiás.

aparece e à ideia que preside esta natureza. Isto é, a *mimesis* irá se referir, primeiramente, à ideia de que o real sensitivo sobrepuja o real objetivo. Será em Heráclito (535 a.e.c – 475 a.e.c) que a ideia de *mimesis* como linguagem artística de imitação surgirá pela primeira vez, compreendendo-se que, uma vez que a natureza é ativa e seus elementos opostos atuam como um todo coerente, a arte deve imitar a natureza para conferir atividade e coerência à obra (PSEUDO ARISTÓTELES, *De Mundo*, 396b7). E mais adiante, com Platão (428 a.e.c – 348 a.e.c), a arte será compreendida como inferior à natureza na medida em que seu objeto elabora-se como cópia do mundo sensível e, portanto, como cópia de uma cópia (*República*, X, 595; 596a; 597).

No entanto, é somente com Aristóteles (382 a.e.c - 322 a.e.c) que a *mimesis* vai passar a caracterizar um ato poético de produzir, muito mais do que de reproduzir. Pensamento que elevará a arte de uma condição de imitação de um objeto exterior para representar um objeto interior ou mental. Um conceito universal distinto tanto das aparências sensíveis quanto das ideias metafísicas e supracelestes do artista platônico. Para Aristóteles, a arte é superior à natureza uma vez que ela abstrai as imperfeições desta e constrói uma beleza ideal e mais verdadeira do que a própria natureza (ARISTÓTELES, *Poética*, II.1; VI.19-21; IX.1-3; XV.2; XXV.1-2, 26-28). Uma concepção que autonomiza a função da arte frente à natureza objetiva e faz com que ela se inaugure elemento de produção por “entusiasmo divino” (BRANDÃO, 2000, p.144-148).

O conceito aristotélico de *mimesis*, amplamente difundido no campo artístico e literário, alargará a independência da arte e do artista e irá conferir à tradução – à interpretação resultante da interpolação do sujeito frente ao objeto físico – um ato de produção, de expansão das possibilidades de um objeto primário. Fator indissociável, em linhas genealógicas, dos desdobramentos alcançados pelo conceito de *mimesis* no campo artístico. Ainda que na Idade Média “a inspiração divina” à qual a *mimesis* aristotélica foi associada passe a caracterizar uma função com premissas religiosas, a tradução, já reconhecida como linguagem mimética, não deixa de gozar de seu espaço de produção. A evolução que se verifica, já na Idade Média, na função do artista, que deixa de ser concebido apenas como *imitatore* para atuar também como *inventore*, é equivalente também à da tradução, que tem seu espaço de produção ampliado uma vez que se compreende na capacidade de produção uma emancipação – com as perdas e ganhos de qualquer princípio emancipatório –, da *natura naturans*, da realidade primária.

Segunda aponta Carlos Antônio Leite Brandão na obra *Mímesis e História*, verifica-se no período renascentista um salto enriquecedor na aplicação do conceito de *mímesis* dentro do cenário artístico, fator que irá promover uma efetiva ascensão da ótica mimética antiga e medievalista para uma moderna (BRANDÃO, 2000, p.138-139). Um avanço que irá estreitar a relação da *mímesis* com a tradução. Uma vez que o *Quattrocento* enfatizou a formação do ofício do artista por meio da imitação da natureza, tal como fizeram Giotto, Cennini, Boccaccio e Villani, outros artistas renascentistas, a exemplo de Ghiberti e Brunelleschi, enxergavam a *mímesis* artística como a imitação perfeita da arte na antiguidade (BRANDÃO, 2000, p.139). Ao final do século XV, enfatiza-se entre artistas e intelectuais como Petrarca e Leon Battista Alberti a concepção de arte e *mímesis* como imitação da ideia, fator que faz emergir, entre as concepções neoplatonistas do período, uma ponte efetiva que atrelou o conceito de *mímesis*, na modernidade, às suas raízes clássicas.

Neste sentido, a ótica moderna da *mímesis* e seus desdobramentos nos conceitos de produção (ato poético) e tradução já nascem vinculados à antiguidade. Conforme argumenta Philippe Lacoue-Labarthe, para os gregos e os renascentistas a arte (enquanto *mechanica* ou *liberalis*) é *poiesis* e tem por princípio não o fazer, mas o saber fazer. Um fundamento que na modernidade – especialmente entre o pensamento francês e o alemão –, será compreendido de forma tripartite a partir dos ramos: ciência, técnica e arte (LACOUÉ-LABARTHE, 2000, p.120-123; 186-190). Tríade esta que diferencia os princípios artísticos da antiguidade (os quais são retomados no renascimento) dos da modernidade e que transfere a noção de tradução (no campo artístico) de sua relação com a política – a qual ficou submetida até o século XVIII e início do XIX – para uma relação com a estética, que atingiu seu apogeu no século XX.

A concepção de *mímesis* como imitação de uma ideia e sua estreita associação com a arte e a filosofia antiga irá instaurar a ação mimética, na modernidade, não como uma cópia, mas como uma tradução, uma vez que os acréscimos garantem à *mímesis* sua condição ativa e criativa, tal como se compreende esta por termos aristotélicos (LACOUÉ-LABARTHE, 2000, p.121-123). E ao passo que aquilo que é um acréscimo não pode ser considerado mera imitação ou duplicação, na medida em que o aprender do homem com as representações aponta para um conceito de *mímesis* que busca reassumir os procedimentos da natureza, isto é, em sua instância ativa e criativa, o conceito de tradução delineará, na modernidade, sua condição poética que tem por princípio não o

fazer, mas o saber fazer. Autonomizando assim essa ferramenta de linguagem no âmbito artístico e conferindo-lhe os paradigmas e problemas que lhe são pertinentes.

Todavia, a inauguração da dinamização da tradução é também advinda da premissa que se instaurou entre os modernos de que não é mais possível criar nada original, restando ao campo das ideias apenas espaço para a dialética especulativa daquilo que já foi criado entre os antigos. Conforme argumentos de Philippe Lacoue-Labarthe (2000, p.211-215), a interpretação filosófica, pensada a partir dos termos aristotélicos de *mímesis* e de trágico, é o que possibilita a dialética especulativa. Uma vez que, para o autor, o especulativo é guiado por sentimentos negativistas – ele nasce justamente da necessidade de querer alcançar aquilo que não está ali, do mistério, da angústia de não saber e do vazio de querer complementar –, ele se configura elemento de representação: de querer dizer. No entanto, os problemas advindos com a dialética especulativa não se encerram quando colocados sobre ótica representativa. O grande mal estaria no fato de se tratar de um pensamento trágico, metafísico por excelência (KANT, 2010, p. 72-74). E neste sentido, deixar que ele atue apenas como condição representativa na tradução conduz uma série de problemas à fonte que pode não ser subjacente a esta e ao emaranhado de vozes que ela revela. Tal unilateralidade em se tratar a questão poderia resultar na desfiguração das características representativas particulares à fonte e fecundar uma série de outras que não lhe são pertinentes, mas apenas aos anseios dos sujeitos que as interrogam (ou interrogam a si, usando a fonte apenas como espelho de distorção). O que figuraria, talvez, o grande mal da tradução na modernidade (e também contemporaneidade): o de encerrar vozes intertextuais, ao invés de dar-lhes espaço.

Ainda que seja possível verificarmos a ênfase que a modernidade conferiu às obras antigas no campo da linguagem mimética, é necessário lembrar que tal fator deve ser compreendido dentro do advento de uma filosofia e teoria da arte que se deu mediante aos desdobramentos do conceito de *mímesis* entre os modernos e, talvez mais importante ainda, dentro do amplo espaço de repercussão possibilitado pela tradução. Conforme argumentou Lacoue-Labarthe, se a arte é o lugar de transcendência do político, atuando como modelo civilizacional, a tradução é um código que permite a internacionalização deste modelo (LACOUÉ-LABARTHE, 2000, p.217-219). A tradução já nasce, assim, de uma proposta utilitária que permite com que o objeto traduzido possa ser racionalizado, estruturado e explicado, não encerrando em si mesmo. Ela é, pois, o espaço de

especulação do outro e do eu. A ponte que permite com que linguagens diferentes possam encontrar semelhança e coerência dentro de um mesmo objeto.

### ***Cânone Bíblico Judaico: A Tradução em Debate***

Os *corpora* narrativos bíblicos parecem sofrer, no embate entre as linguagens miméticas, um problema ulterior ao da tradução das demais fontes antigas uma vez que eles não apenas estão inseridos nas adversidades mencionadas anteriormente, mas ainda obtêm um estatuto canônico que eleva as vozes do discurso a uma exegese que se pretende exterior e inatingível à evanescência dos sujeitos e de seus pensamentos. Visto que o problema central que figura a tradução na modernidade trata-se justamente da vontade de querer reproduzir os antigos tais como foram – e melhor – e não conseguir atingi-la (LACOUÉ-LABARTHE: 2000, p.12-17), a intenção de uma tradução no sentido de preservação do clássico, de fidelidade à origem, apresenta um paradoxo nos textos canônicos uma vez que é a exegese, o modelo hermenêutico do cânone bíblico, que se modifica nesse desdobramento e que conflui para uma traição do texto original.

Se a ambivalência da tradução como traição é um fato consciente para os modernos, mas não solucionado com êxito – mesmo por meio da compreensão da tradução como reprodução –, para a narrativa canônica ele é uma afronta, um quase pecado que poderia anular, na intenção do discurso, sua condição inalienável e divina. No entanto, mesmo tal premissa não se supõe inalterável. É preciso que, mesmo dentro da exegese, se enuncie valores majoritários para ordenações que podem ser reformuladas – e por isso transgredidas –, e para aquelas que devem se manter fidedignas. A não reprodução do texto bíblico, seja judaico ou cristão, poderia levar ao esquecimento, à morte dos valores religiosos, éticos e morais do texto divino. E enquanto texto coletivo, que pressupõe uma origem cosmogônica de comum acordo para um número considerável de sujeitos, ele deve se esforçar para ser reproduzido e chegar ao alcance do maior número de membros que o acate como escrito sagrado por excelência, perpassando o tempo e o espaço.

Para conferir ao texto bíblico sua característica celestial sem que esta o afaste da secularização, é necessário que a exegese transfira para o espaço narrativo do texto sua condição de autenticidade perante as demais obras, fazendo com que o apelo aos antecedentes históricos se erija como fator fundamentador da tradição e da autoria na narrativa bíblica. Buscar nas referências do

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

passado a condição de inalienabilidade e autenticidade da palavra divina é a resolução encontrada, na exegese bíblica, para lidar com o paradoxo da traição pela tradução e para não permitir que a narrativa sagrada seja questionada dentro dos anseios e das emoções do presentismo dos sujeitos. Neste sentido, os conceitos de autor e de autoria encontram, nos cânones bíblicos judaicos, uma vinculação indissociável com os antecedentes históricos de forma que estes possam lhes garantir uma origem celestial e divina anteriormente a qualquer iniciativa ou fenômeno que tenha possibilitado a expansão do texto bíblico. Tratam-se, portanto, de conceitos que subjazem à exegese ao mesmo tempo em que a mantêm.

Florence Dupont, em seu texto *Comment devenir à Rome un poète bucolique?* argumentou que o conceito de autor, no mundo antigo, deve ser visto a partir do significado da origem de uma tradição e nunca como a invenção de um escrito ou a criação deste. Neste sentido, o *auctor* antigo não se refere a um indivíduo social, mas a uma função social que o sujeito assume, temporariamente. “*Auctor* é aquele que toma a iniciativa de uma ação, agindo graças às suas qualidades pessoais, à sua *auctoritas*, seu prestígio e posição social” (DUPONT, 2004, p.163). Trata-se de um indivíduo capaz de introduzir uma novidade em um espaço coletivo. É o homem que principia, mas não aquele que cria, necessariamente.

Consoante a perspectiva de Dupont, entendemos que a *auctoritas* é o que consente à obra um reconhecimento público, visto que aquele que é imbuído de autoridade é quem garante a existência social e a repercussão da obra. Devemos considerar, no entanto, uma outra via pela qual a autoridade deve ser encarada nos cânones bíblicos judaicos, reportando para a tradição seu caráter de *mos maiorum*. Isto é, todas as disposições ritualísticas e legislativas das práticas religiosas judaicas são legitimadas por meio do apelo ao passado histórico, tal como é recorrente em algumas passagens da *Torah*:

Quando seus filhos perguntarem: ‘o que quer dizer esse rito?’, vocês responderão: ‘é o sacrifício de *Pessach* em honra ao Eterno, que não parou nas casas dos filhos de Israel no Egito, quando feriu os egípcios’ (*Shemot*, 12.26);

No dia de amanhã, quando seus filhos perguntarem: ‘o que isso quer dizer?’, vocês responderão: ‘com grande poder o Eterno nos tirou do Egito, onde éramos escravos’ (*Shemot*, 13.14);

No futuro seus filhos perguntarão: ‘por quê o Eterno nos deu esses mandamentos e essas leis?’, e então vocês responderão: ‘nós éramos escravos no Egito, e o Eterno nos tirou de lá com grande poder’ (*Devarim*, 6.20).

Ainda que se atribua parte considerável dos cânones bíblicos judaicos às iniciativas rabínicas de redação e editoração, em nenhum momento se questiona a legitimação destes escritos como sagrados. A autoria dos preceitos bíblicos encontrados em fontes como a *Torah*, a *Mishnah*, o *Talmud* e os Manuscritos de Qumran é reportada não a um agente social ou ao patrocinador da obra, mas à manifestação da tradição histórica judaica, cuja origem celestial é o repositório maior para a legitimação das práticas e discursos de poder. Dessa forma, todos os cânones bíblicos que atuam enquanto uma extensão redativa<sup>98</sup> da Lei oral (*Mishnah*, *Talmud*<sup>99</sup> e Manuscritos de Qumran), têm seu caráter canônico característico de uma exegese hebraica que apenas parece enxergar no sujeito judeu (escribas e rabinos) a função mediadora para a interpolação da anunciação da história, reservando-se a legitimação desta obra a um conjunto de disposições ritualísticas, originárias e com um passado referencial entendido de comum acordo pelos membros da sociedade judaica. É o papel da tradição compreendido como um arcabouço dos eventos memoriais e identitários que permitem que o indivíduo judeu se conecte com seu passado de tal forma que sua atuação nestes textos-registros mantem uma relação com a realidade, operando nela.

A análise da *mishnah* que abre o *Mas. Berakhot*, o primeiro tratado do sêder de *Nezikin*<sup>100</sup>, permite-nos exemplificar o papel de legitimação da tradição no texto talmúdico quando esta vem a atuar na realidade do cotidiano judaico:

---

<sup>98</sup> Conforme indica a tradição, todos os Mandamentos foram dados à Moshe pelo Eterno, no Sinai: “Eu darei para ti as *Lukhot habrit* (Tábuas de pedra), e a *Torah*, e as *Mitsvot* (Mandamentos)” (*Shemot*, 24.12). A *Torah* abarca, assim, a Lei escrita e as *Mitsvot* as interpretações dessa Lei. Conforme indica o livro de *Devarim*, toda a compilação da *Torah*, que compreende os livros de *Bereshit*, *Shemot*, *Vayikra*, *Bamidbar* e *Devarim*, foi feita por Moshe, tendo este presenteado cada tribo de Israel com uma cópia da *Torah* e guardado outra na Arca sagrada, como testemunho: “pegue este livro da *Torah*, e ponha ao lado da Arca” (*Devarim*, 31.26). A *Mitsvah* (Mandamento), diferentemente da *Torah*, não teria sido redigida, ficando sujeita ao ensinamento oral, segundo ordenação divina: “Todas as palavras que Eu lhes ordeno, devem se cuidar em fazer” (*Devarim*, 13.4). Dessa forma, Moshe teria ensinado a *Mitsvah* para os anciãos e para o sacerdote Yehoshua (Josué) de forma oralizante, e estes últimos teriam se dedicado também a ensinar a Lei oral para os tribunais das gerações posteriores. Assim, são consideradas extensões redativas da Lei oral todas as narrativas bíblicas que foram redigidas para auxiliar na compreensão da *Torah* e da *Mitsvah*.

<sup>99</sup> Ainda que, recorrentemente na historiografia judaica, o *Talmud* seja caracterizado como uma extensão e explanação da *Mishnah*, vamos ao encontro de uma compreensão mais complexa deste, explorada primeiramente por *Rabbi Nossan Dovid Rabinowich*. Entendemos, pois, que o *Talmud* é antes o resultado de um método de investigação e de análise dos princípios que compreendem as ordenações divinas (*mitsvot*) (RABINOWICH, 1988, p.4). Neste sentido, todo o processo investigativo que resulta na dedução de uma coisa a partir de outra, na compreensão dos 13 princípios pelos quais a *Torah* deve ser interpretada e em toda a tradição recebida por Moshe pelo Eterno, configuram estágios substanciais no desenvolvimento de uma exegese hebraica que tem sua fórmula mais definida com o *Talmud*, e por isso acreditamos que tomá-lo apenas como extensão da Lei oral implica em abnegá-lo de todo o desenvolvimento de uma hermenêutica sacro-literária judaica.

<sup>100</sup> Quarto tratado do *Talmud*. Se dedica aos códigos de leis cíveis judaica.

## EXPEDIÇÕES

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

A partir de quando se lê o *shemah* da noite? Quando começa o horário para a *mitsvah* de recitar o *shemah*? A partir da hora em que os *cohanim* entram pra comer *terumah*, até o fim da primeira vigília. Essas são as palavras de *Ribi Eliezer*. E os sábios dizem: até a meia noite. *Rabban Gamliel* diz: até o levantar da aurora. Um acontecimento, seus filhos chegaram de uma festa. Eles disseram para ele: não lemos o *shemah* ainda. Ele disse-lhes: se a aurora não levantou, vocês são obrigados a recitá-lo. E não somente isso, senão, sobre tudo que os sábios disseram “até meia noite” sua *mitsvah* é até o levantar da aurora. O queimar das gorduras e órgãos, sua *mitsvah* é até o levantar da aurora. E tudo que é comido em um dia, sua *mitsvah* é até o levantar da aurora. Se é assim, por quê os sábios disseram “até meia noite”? Para manter o homem longe da transgressão. (*MISHNAH. Mas. Berakhot, I.2*).

Nesta *mishnah*, estão as interpretações de dois sábios comentadores da Lei oral sobre qual horário adotar para a recitação do *shemah*, que constitui as rezas principais do cotidiano judaico, sendo realizadas no amanhecer e no anoitecer do dia. De acordo com *Ribi Eliezer*, o *shemah* pode ser recitado do período em que os *cohanim* (sacerdotes) entram em suas casas para comer a *terumah*<sup>101</sup>, parte da produção agrícola destinada à alimentação dos sacerdotes, até o momento da primeira vigília, isto é, a primeira parte da noite<sup>102</sup>. *Rabban Gamliel*, por sua vez, diz que o horário para recitar o *shemah* é até o levantar da aurora, implicando que o período da noite é todo aquele em que há pessoas indo dormir até a aurora sair. Dessa forma, se seus filhos ainda não dormiram e está de noite, eles têm a obrigação de cumprir a *mitsvah* do *shemah*, pois mesmo de acordo com os sábios, a Lei básica é que o *shemah* seja recitado em algum período durante toda a noite. A limitação da recitação do *shemah* até o período da meia noite nada mais é, pois, do que uma cerca para distanciar o homem da transgressão.

No trecho que se segue, podemos observar com mais clareza essa proteção com a *halakhah*: “O queimar das gorduras e órgãos, sua *mitsvah* é até o levantar da aurora”. Encontra-se aqui o mandamento sobre o holocausto (queima) das oferendas<sup>103</sup> no Altar, que ordena que os sacrifícios sejam queimados durante o mesmo dia em que foram trazidos ao Altar ou até o levantar

<sup>101</sup> Os *cohanim* que estavam impuros e imergiam em uma *mikveh* (banheira com água corrente destinada a purificação do corpo por meio da imersão na água) antes do sol se pôr precisavam esperar até *haarev hasheesh* (o passar do Sol) para poder comer *terumah*. Esse tempo é chamado de *tset hakokhavim* (quando as estrelas saem), e é também o tempo para o início do horário da *mitsvah* de recitar o *shemah* da noite. De acordo com a tradição, os sacerdotes deveriam comer a *terumah* apenas na queda da noite. Mas uma nova discussão surgia: qual período adotar para entender que já era noite, ainda mais com as diferenças de horários para os judeus da diáspora? De forma a barrar a transgressão e impedir que os sacerdotes viessem a comer a *terumah* em período de dia, ainda que o céu estivesse escuro, estabeleceu-se entre os sábios que o período da noite seria assim declarado logo que se avistasse a terceira estrela no céu.

<sup>102</sup> Tanto o dia quanto a noite obedeciam, no judaísmo, a critérios de medição do tempo. De acordo com a *Mishnah* a noite é dividida em três períodos, chamados de vigília. A primeira vigília refere-se ao período que se inicia quando a terceira estrela desponta no céu até o momento em que começa a segunda vigília.

<sup>103</sup> Segundo nos apresenta o livro de *Vayikra*, o Eterno teria dito a Moshe que os sacrifícios ofertados a Ele seriam de quatro tipos: *olah* (elevação), *minhah* (oblação), *shelamim* (pazes) e *hatat* (expição) (*Vayikra, 1-4*).

da aurora. Caso a ordenação não fosse cumprida dentro deste prazo, a oferta seria inválida. De acordo com a exegese talmúdica, há uma hierarquia (que leva em consideração o mais alto nível de instrução e observância da lei, a maior idade, a linhagem e, em muitos casos, o prestígio social) no que se refere aos comentários rabínicos a serem acatados para o cumprimento da *halakhah*. É justamente nesse sentido de temporalização e presentismo<sup>104</sup> dos sagrados escritos que a tradição hebraica exerce seu valor de legitimidade. Dada a necessidade de que a *mitsvah* do *shemah* não viesse a se perder, a tradição é retomada na lei oral para abrir um novo paralelo mais adequado a realidade momentânea, sem invalidar, entretanto, a tradição posterior, mas utilizando-a para explicar a importância dessa ordenação, tal como a necessidade da criação de “cercas” para protegê-la.

O filósofo Michel Foucault apresenta no texto *O que é o autor?* uma síntese básica – mas muito pertinente quando aplicada ao cânone legislativo judaico – do espaço de produção e repercussão do texto. Segundo apresenta Foucault, o texto, enquanto um jogo bem disposto e ordenado de signos formados por um agregado de várias vozes, é o lugar onde cada leitor interpreta à luz do seu entendimento e de suas vivências o que está escrito, resignificando-o. Neste sentido, ao escrever, o autor coloca as suas impressões e verdades na composição da obra, autenticando-a e conferindo maior ou menor grau de valoração a ela (FOUCAULT, 1992, p.119-122). Os ensinamentos da Lei oral judaica se restringiram à palavra falada por cerca de mil cento e quinze anos, indo desde o momento da revelação que Moshe teve no Sinai, no ano de 1312 a.e.c, até a redação da *Mishnah*, na penúltima década do século II e.c. No entanto, a compilação desta parece não representar uma mudança na estrutura tradicional da Lei, em termos de exegese, pois ainda que seja possível notar as diferenças narrativas e interpretativas entre os vários autores/redatores da *Mishnah*, o papel do texto escrito, que permite uma maior autonomia na individualização da leitura, não foi explorado durante os primeiros séculos de redação da *Mishnah*. Em um primeiro momento, a redação da Lei configurou apenas uma formalização e normatização com a tradição, não se alterando o preceito bíblico de manter os Mandamentos de forma oralizante.

Ao escutar dos sábios e anciãos as *mitsvot* da Lei oral, cada indivíduo anotava para si aquilo que havia compreendido, fazendo surgir um agregado de várias vozes que foram preponderantes na reunião dos estudos da *Mishnah*, de vários livros que compõem os *Neviim e*

---

<sup>104</sup> O emprego dos termos *temporalização* e *presentismos* são utilizados em concordância com a bibliografia judaica para se referir à secularização da Lei oral, que se tornou, após sua redação, cada vez mais flexível e adaptável às realidades momentâneas das comunidades judaicas, sobretudo àquelas do Antigo Oriente Próximo.

*Ketuvim* e também nos Manuscritos de Qumran. É devido a esses testemunhos que surgem as discussões rabínicas sobre as *mishnayot*. Não obstante, a compilação de muitos dos cânones bíblicos judaicos é advinda dessa prática de escrita que é anterior às suas redações, configurando um momento de fala individual (a escrita) atuante no discurso público e oficial, reservado à Lei oral. A autenticação do discurso e o grau de valor que se imputará a ele obedecem, assim, não a originalidade de uma fala, mas antes a competência desta no texto, o que nos permite observar a presença de determinados comentários rabínicos em algumas *mishnayot*. O que vem a garantir a legitimidade destes na Lei oral, tornando-os “intocáveis”, é em parte o *status* do sujeito que detém a fala, configurando muitas vezes um membro de algum tribunal ou um *hakham* de alto nível, e em parte a própria tradição, que por considerar aqueles comentários referenciais, acaba por inserí-los na esfera celestial.

Diante da insistência de alguns autores (BASSER, 2000, p.114-117; FISHBANE, 1988, p.111) em se referirem aos cânones bíblicos judaicos como livros que conservam a pureza das Leis judaicas pelo fato destes prezarem pela pureza da sacro-legislação a partir de uma idealização inalienável e incorruptível da Lei, pautamos que essa característica não deve ser analisada isoladamente. Se, por um lado, essa legislação procura se manter cerceada desde o século II e.c, é somente com o auxílio da *Guemarah* e outros textos rabínicos que intencionam lançar luz sobre esses escritos, que os cânones bíblicos judaicos se tornam mais compreensível e adaptáveis às realidades sociais judaicas, transformando em maior escala a autoridade da tradição numa forma permissível e possível para a vivência judaica e validando todas as disposições de que goza a tradução.

Não nos parece muito apropriado, pois, irmos de encontro à afirmativa da conservação de uma pureza das Leis senão no limite em que outros textos é que garantem essa proteção em nome da legitimidade dos escritos sagrados. O que notamos neste processo de produção e tradução da obra sacro-legislativa é um esforço por retomar a autoridade da tradição judaica primitiva e reafirmá-la de modo que ela se erija como elo norteador e central para o reconhecimento da religião. É somente na crítica imposta ao texto que temos a oportunidade de notar a eleição das verdades anunciadas, em detrimento daquelas que serão ocultadas. Fator que deve, e muito, ao campo da tradução.

## Referências Bibliográficas:

### DOCUMENTOS TEXTUAIS

#### Textos Originais

תלמוד בבלי. ירושלים: וגשל, בשנת תשנ"ד (TALMUD BAVLI. Yerushalaim: Vagshal, 1994).

ששה סדרי משנה. ירושלים: המאיר לישראל, בשנת תשס"ב (SHISHA SIDRE MISHNAH. Yerushalaim: HaMeir LeIsrael, 2002).

#### Edições Modernas de Documentos Textuais (Bilíngues e Traduções)

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril, 1979.

MANUSCRITOS DO MAR MORTO. Tradução de Júlia Bárany e Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1997.

PLATÃO, *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

PSEUDO-ARISTOTLE. *De Mundo*. Translated by E. S. Forster. Oxford: Clarendon Press, 1914.

THE BABYLONIAN TALMUD. Translated by D. Mandel e D. Kantrowitz. Bilingual edition hebrew/english. New York: Judaic Classics Library; Judaica Press, 2001.

THE BABYLONIAN TALMUD. Translated by Isidore Epstein. 35 vols. Bilingual edition hebrew/english. Londres: Soncino, 1990 (também disponível em CD-ROM).

THE CHUMASH. Translated by Rabbi Nosson Scherman and Rabbi Meir Zlotowitz. Bilingual edition hebrew/english. New York: Mesorah Publications, 2010.

THE TANACH. Translated by Rabbi Nosson Scherman. Bilingual edition hebrew/english. New York: Mesorah Publications, 2011.

TORÁ a Lei de Moisés. Tradução de Meir Melamed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

TORAH. Translated by Trinitarian Bible Society. Bilingual edition hebrew/english. London: The Netherlands, 1998.

### 2 OBRAS DE REFERÊNCIA

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

BOLOZKY, S. *501 Hebrew Verbs*. Amherst: Barron's, 2008.

DEL GIGLIO, A. *Iniciação ao Talmud*. São Paulo: Sêfer, 2000.

FRANK, Y. *The Practical Talmud Dictionary*. Jerusalem: Feldheim, 2001.

IOSSEF, Y. *Ain Yitschak*. Yerushalmi: A'S Pitochim, 2008.

KELLEY, P. H. *Hebraico Bíblico*. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 2000.

KHAFIF, M. *Derech Limud: Estudando Como se Estudo*. São Paulo: Sêfer, 2006.

LUZZATO, M. C. *The Ways of Reason. The Classic Guide to the Talmud Study*. Jerusalem: Feldheim Publishers, 1997.

MELAMED, E. Z. *Aramaic Hebrew English. Dictionary of the Babylonian Talmud*. Jerusalem: The Samuel and Odette Levy Foundation, 2005.

MORGENSTERN, M. *Studies in Jewish Babylonian Aramaic*. Based upon early eastern manuscripts. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SEGAL, M. H. *A Grammar of Mishnaic Hebrew*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2001.

### **3 OBRAS GERAIS**

BASSER, H. W. *Studies in Exegesis: Christian Critiques of Jewish Law and Rabbinic Responses 70-300 C.E.* Leiden; Boston; Köln: Brill, 2000.

BRANDÃO, Carlos. Antônio Leite. *Quid Tum? O Combate da Arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

DERRIDA, Jacques. *La Différance*. Conferencia pronunciada en la Sociedad Francesa de Filosofia en 27 de enero de 1968. Edición digital en castellano. Madrid, 1968.

DUPONT, Florence. Comment devenir à Rome un poète bucolique? Corydon, Tityre, Virgilleet Pollion. In: CALAME, Claude ; CHARTIER, Roger. (orgs.). *Identitésd'auteurdansl'Antiquité et la tradition européenne*. Paris: JérômeMillon, 2004. pp.171-189.

FISHBANE, Michael. *Biblical myth and rabbinic mythmaking*. New York: Oxford University Press, 2004.

FOUCAULT, Michel. *O que é o autor ?* São Paulo: Vega, 1992.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. *A Imitação dos Modernos. Ensaio sobre Filosofia e Arte*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística General*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1945.

**“A ÚNICA TESTEMUNHA QUE NÃO PUDE CORROMPER”:  
FOTOGRAFIAS E DISPUTAS PELA VERDADE NO ESTADO LIVRE DO  
CONGO (1885 – 1908)**

*“The only witness I couldn't bribe”: photographs and struggles for the truth in the Free State of Congo*

Antonio José Alves de Oliveira\*

**RESUMO:** Entre 1885 e 1908, o Estado Livre do Congo foi cenário de uma das maiores atrocidades do colonialismo em África, aproximadamente 10 milhões de vidas foram ceifadas, seja pela fome, por doenças mas, principalmente pelo regime de terror em relação à exploração da borracha indígena. Sequestros, estupros e mutilações se tornaram a tônica. Nesse período, a câmera fotográfica transformou-se em uma importante arma política, principalmente para a Associação de Reforma do Congo e os missionários Alice Seeley Harris e John Harris. O trabalho tem como objetivo discutir o estatuto de verdade e as disputas empreendidas através de relatos e imagens das atrocidades, e perscrutar como os registros fotográficos foram utilizados como provas cabais e irrefutáveis nessas disputas.

**PALAVRAS CHAVE:** Fotografias. Missionários. Verdade.

**ABSTRACT:** Between 1885 and 1908, the Congo Free State was scenario of one of the biggest atrocities of Colonialism in Africa, about 10 millions lives were mowed, either by the hunger or by the diseases, but, mainly for the Terror Regime relative to indian rubber harvest. Kidnappings, rapes and mutilations became the tonic. In this period, the photographic camera became an important political weapon, mainly to the Congo Reform Association and the missionaries Alice Seeley Harris and John Harris. The work aims to discuss the status of the truth and the struggles undertaken through accounts and images of the atrocities, and to investigate how the photographic images were used as complete and irrefutable proofs in these struggles.

**KEYWORDS:** Photographs. Missionaries. Truth.

*“the photographs are means of making 'real' (or more real)  
matters that the privileged and the merely  
safe might prefer to ignore”*

**Susan Sontag, *Regarding the pain of others***

---

<sup>†</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. E-mail: [ajalvoliveira@gmail.com](mailto:ajalvoliveira@gmail.com)

## **I - O horror em imagens**

Fotografias chocantes sobre os terrores da guerra, de campos de refugiados, de violência desmedida, de injustiças impostas e acerca da dor infligida à outrem como consequência das agruras irracionais de conflitos já possuem mais de um século e meio de difusão. Desde as “colheitas da morte”, fotografadas por Frederick Gardner nos campos de batalha de Gettysburg e Antietam, durante a Guerra Civil Americana em 1864, até o potente livreto de Ernst Friedrich, “War Against War”, publicado pela primeira vez em 1924, as imagens fotográficas foram uma poderosa arma de denúncia das atrocidades, das injustiças, do terror e da irracionalidade promovidas na guerra (*The Guardian*, 24.11.2014).

As imagens e as fotografias das injustiças e do terror, no entanto, possuem uma outra trajetória. Um marco nesse sentido, talvez sejam as imagens de Goya, sobre a invasão napoleônica à Espanha no início do século XIX. São 83 gravuras, catalogadas sob o título de “Los desastres de la Guerra”, e publicadas em 1863. Essas gravuras de Goya, na perspectiva de Sontag, representam uma virada significativa na história da produção da empatia, dos sentimentos morais e na representação da tristeza. Mais do que isso, suas gravuras são um ponto de inflexão sobre uma dupla responsabilidade que adentra o campo da arte, o da responsabilidade sobre o sofrimento de outrem, tanto daquele que é testemunha quanto daquele que observa, daquele que é colocado perante a dor do outro (SONTAG, 2004, p. 63).

Mesmo assim, depois desses quase dois séculos, ainda hoje alguns questionamentos são passíveis de serem colocados perante essa missão que os relatos, as imagens e as fotografias do horror colocaram para si próprios e para o observador. Um desses válidos questionamentos, saturados de pessimismo e ceticismo, foi levantado recentemente por Paul Mason, colunista do *Guardian*, e sua afirmação de que as pessoas que acreditam que em se mostrando imagens violentas de zonas de conflito iriam conter a matança estariam enganadas (*The Guardian*, 23.11.2014). Mason sustenta que houve uma massiva banalização hoje das imagens do terror, desde os conflitos na Síria e as horríveis imagens de crianças assassinadas, do morticínio em Gaza, passando pela difusão de imagens, fotografias e vídeos sobre o Estado Islâmico, com crucificações, execuções e decapitações, que tem como objetivo impelir uma ação concreta no sentido de interrompê-los. Mais do que a banalização evocada, existiria, para o britânico, uma crescente frustração por parte de todo o meio

jornalístico envolvido, mas principalmente por parte do público que coloca tais imagens sob o signo do potencialmente falso, do provavelmente manipulado ou simplesmente do propagandístico.

Para o britânico, entretanto, existe um forte ponto de inflexão acerca dos eventos e a maneira como são evocados através de relatos e imagens. Trata-se da possibilidade de um posicionamento claro, de uma concreta escolha subjetiva na elaboração de uma narrativa imagética, mesmo em se tratando de algo que arroga para si tanta objetividade, como a câmera fotográfica. Atualmente, para Mason, o horror que essas imagens propaladas difundem erram o alvo, nesse mesmo fator subjetivo. O mais plausível seria narrar o quanto o horror provocado é absurdo, o que seria até mesmo mais importante do que simplesmente mostrar as violações. Só então, entendendo o caráter subjetivo das narrativas fotográficas, e caminhando para sua conseqüente mudança de direcionamento, existiria alguma esperança acerca das imagens e o seu suposto poder na transformação da nossa relação com as atrocidades. E só então, elas exerceriam o papel de “educar contra o absurdo e a matança” (*The Guardian*, 23.11.2014).

As fotografias, nesse sentido, adentram elas mesmas o campo da narrativa e da subjetividade. Elas, como já percebido por Sontag, unificam duas características extremamente contraditórias. As credenciais de objetividade das fotografias repousam ao lado do ponto de vista do fotógrafo e das escolhas tomadas por ele. São ao mesmo tempo “uma tomada objetiva e um testemunho pessoal, ambas uma cópia fiel ou transcrição de um determinado momento da realidade e ao mesmo tempo uma interpretação dessa realidade” (SONTAG, 2004, p. 22).

Essa tensão de contar o que viu, demonstrar e provar o absurdo e por fim, convencer para a ação esteve fortemente colocada na virada do século XIX para o XX, no recém-criado Estado Livre do Congo, quando uma missionária britânica batista, Alice Seeley Harris, ao lado do seu marido, John H. Harris, se deparou com os horrores do colonialismo em África, uma das maiores atrocidades da humanidade, um grande morticínio de aproximadamente 10 milhões de nativos africanos, com escravização de pessoas, mutilações, sequestros e estupros. Os relatos pessoais, os testemunhos e as narrativas orais pareciam não ter efeito nos noticiários e jornais europeus, tidos como fictícios, falaciosos ou simples fantasias dos missionários. O horror e o desatar de um emaranhado de relatos e representações foi trazido e percebido de forma mais intensa pela imagem fotográfica e a maneira como essa mesma objetiva era vista e entendida em uma outra temporalidade histórica e por determinados sujeitos históricos que vivenciaram esta mesma realidade pretérita. No campo das

## EXPEDIÇÕES

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

narrativas e nas disputas pela verdade em que estavam inseridos, as provas irrefutáveis das atrocidades viriam das mãos e do olhar de Alice Harris e da objetiva de sua câmera.

Tal batalha de representação não passou despercebida por Mark Twain, que embora tenha omitido a participação e a presença notável de Alice S. Harris em relação aos testemunhos e à denúncia dos horrores no Estado Livre do Congo, não deixou de notar o papel essencial exercido pela câmera fotográfica em relação a instituição de um discurso de veracidade e objetividade, e ainda, na aferição de uma determinada realidade (TWIN, 1905), uma horrorosa realidade, que poucos anos antes, tinha já sido colocados nas páginas ficcionais de Joseph Conrad.

Twain, em um célebre discurso ficcional que representaria uma suposta auto-defesa de Leopoldo II em relação as atrocidades no Estado Livre do Congo, de forma brilhante, com passagens de jornais, imagens e relatos dos missionários, traz a narrativa para uma determinada finalidade, a irrefutável impossibilidade de negação de uma realidade horrorosa, experimentada pelos nativos e testemunhada principalmente pelos missionários. É quando a *res gestae*, os eventos ocorridos, transbordam a *historia rerum gestarum*, a narração desses mesmos eventos. Mesmo assim, é à objetiva da câmera fotográfica que Twain, em seu discurso ficcional atribui o maior valor nessa disputa pela verdade:

a *Kodak* tem sido uma dolorosa calamidade para nós. A mais poderosa inimiga que tem nos confrontado. Nos anos anteriores nós não tivemos problema em fazer a imprensa expor as narrativas sobre mutilações como calúnias, mentiras, invenções de missionários americanos bisbilhoteiros e estrangeiros que encontraram a 'porta' Berlin-Congo fechada contra eles quando inocentemente tentaram ir lá para negociar. Com a ajuda da imprensa nós tínhamos as nações cristãs em toda a parte torcendo o ouvido de forma descrente para aquelas histórias e maldizendo os seus contadores. Sim, tudo ia harmoniosamente e de forma prazerosa naqueles bons dias, e eu era visto como benfeitor dos oprimidos. Então, de forma repentina veio o choque! Quer dizer, a incorruptível *kodak* – e toda a harmonia foi para o inferno! A única testemunha que encontrei em minha longa experiência que não pude corromper. Cada missionário *yankee* e cada comerciante enviado para casa tem uma; e como – oh, bem as imagens agora vagueiam por toda a parte, apesar de tudo que podemos fazer para suprimi-las. Dez mil púlpitos e cem mil jornais dizendo boas palavras a meu respeito o tempo todo, placidamente e convincentemente negando as mutilações. Então, aquela *Kodak* trivial que uma criança pode carregar em seu bolso, surge, e sem expressar sequer uma palavra, torna-as estúpidas. (TWIN, 1905, p. 40)<sup>105</sup>

<sup>105</sup>The *kodak* has been a sore calamity to us. The most powerful enemy that has confronted us, indeed. In the early years we had no trouble in getting the press to expose the tales of the mutilations as slanders, lies, inventions of busy-body american missionaries and exasperated foreigners who had found the 'open door' of the berlin – congo charter closed against them when they innocently went out there to trade; and by the press's help we got the christian nations everywhere to turn an irritated and unbelieving ear to those tales and say hard things about the tellers of them. Yes all things went harmoniouly and pleasantful in those good days, and i was looked up to as the beneactor of a down-trodden and friendless people. Then all of a sudden came the crash! That is to say, the incorruptible *kodak* – and all the harmony went to hell! The only witness i have encountered in my long experience that i could not bribe. Every yankee

Para Twain, tratava-se da possibilidade de causar um deslocamento. Em um discurso ficcional, com a imaginação do que Leopoldo II poderia dizer ou poderia ter dito, Twain, trabalha no limiar da tensão entre a literatura ficcional e o “real”, sem descuidar que se o seu discurso ficcional não fala propriamente do que tenha ocorrido, mas do que possivelmente poderia ter ocorrido, operando assim no campo do plausível, das possibilidades e da verossimilhança. O que remonta a antiga tensão evocada por Aristóteles em sua comparação entre a história e a poesia (que poderíamos tomar aqui como a literatura ficcional), de que a história trataria do ocorrido, e à literatura caberia explorar o que poderia ter sido (GINZBURG, 2007,11)<sup>106</sup>. Distinto, para Twain é sua observação em relação à possibilidade trazida pela pequena máquina fotográfica, e a atribuição de significados atribuída a ela, principalmente no que concerne às provas e à objetividade.

Mas, se temos em mente que se trata também de um ponto de vista, e de um dentre outros possíveis testemunhos acerca dessa realidade, o que podemos aferir dos episódios e das batalhas travadas em torno dessa disputa pela CRA (Congo Reform Association), por homens como Edmund Dene Morel, Roger Casement e os missionários Harris? Estes últimos vivendo em uma tênue tensão em relação a um compromisso moral perante às agruras do sofrimento dos nativos. Mais do que propriamente essa suposição de objetividade trazida pela câmera, cabe ressaltar o poder da narrativa elaborada pelos missionários, e em especial pela missionária britânica. E assim, adentramos novamente numa linha tênue na tensão entre as narrativas e os testemunhos e o valor de prova e objetividade atribuída a esse conjunto de narrativas e imagens. Foi quando o verdadeiro, o falso e o fictício, estiveram sob uma ferrenha disputa no Estado Livre do Congo.

## **II - O Estado Livre do Congo e o “novo mercado de escravos”**

Entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, representantes das potências europeias discutiam os rumos e os espaços de exploração sobre o continente africano. Nos jardins da Wilhelmstrasse, em Berlim, presidida por Otto von Bismark, teve lugar a Conferência acerca da

---

missionary and every interrupted trader sent home and got one; and now – oh, well, the pictures get sneaked around everywhere, in spite of all we can do to ferret them out suppress them. Ten thousand pulpits and ten thousand presses are saying the good word for me all the time and placidly and convincingly denying the mutilations. Then that trivial little *kodak*, that a child can carry in its pocket, gets up, uttering never a word, and them dumb! (Tradução livre).

<sup>106</sup>No entanto, o historiador italiano vai além: “os historiadores (e de outra maneira, também os poetas) tem como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que a trama do nosso estar no mundo.”

navegação do Congo (ou como ficou conhecida pouco depois, a Conferência de Berlim). As discussões vinham sendo encaminhadas desde 1876, na Conferência de Bruxelas. Com a leitura dos sucessivos relatos de viajantes exploradores tais como David Livingstone, Savorgnan de Brazza e Henry Morton Stanley, as preocupações se voltavam para três pontos principais: o melhor mapeamento do continente africano, o estabelecimento de pontos de comércio e o fim do comércio de escravos no interior do continente. Acerca deste último ponto, os discursos se voltavam para a importância de se lutar contra um potente inimigo escravagista, os mercadores de escravos árabes suaílis. Essa acabou por ser a mais nova racionalização, que coube muito bem à retórica para a justificativa da presença europeia na África, uma máscara de humanitarismo para o empreendimento colonial e para o esforço exploratório da terra e do trabalho dos africanos.

Em 1884, na Conferência de Berlim, esses três pontos ainda eram preocupações candentes, no entanto, a maior delas, sem dúvida, se dava em relação à exploração de uma porção de terra gigantesca recém percorrida por Savorgnan de Brazza em nome dos franceses, e pouco depois por Henry Morton Stanley. A foz do rio Congo, se tornou então um ponto fulcral nesse meio tempo. Na Conferência em que o rei dos belgas, Leopoldo II, contou com o próprio Stanley como seu representante, ficou assinalado que seria criado o Estado Livre do Congo, um território maior que França, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Itália reunidas, e que Leopoldo II, seria, nas palavras do próprio Bismarck, “um dos mais importantes executores do trabalho que pretendemos fazer” (HOCHSCHILD, 1999, p. 69).

Segundo Hochschild, o imenso território era entendido pelos representantes europeus na Conferência de 1884-85, como uma espécie de colônia internacional, sob a “proteção” de Leopoldo II, mas aberto aos negociantes de toda a Europa. E ainda, com a possibilidade da livre navegação por parte das companhias de comércio no Zaire, a entrada de missionários cristãos e, ainda, que uma larga faixa na África Central, incluindo o território de Leopoldo na bacia do Zaire seria uma zona de livre comércio (HOCHSCHILD, 1999, p. 93).

O imenso território, com aproximadamente 20 milhões de habitantes, entre os anos de 1885 e 1908, foi então, cenário de uma das maiores atrocidades do colonialismo em África. O censo de 1924, elaborado pelos próprios belgas em outro contexto colonial, evidenciava a perda de aproximadamente metade da população do território. Hochschild aponta como aproximadamente 10 milhões de vidas foram ceifadas nesse período, seja pela fome, por doenças como a varíola e a

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

doença do sono provocada pela tsé-tsé, mas, principalmente pelo grande regime de terror e desprezo pela vida dos africanos. Ainda, outros estudiosos apontam que o número de vítimas pode ter sido bem maior<sup>107</sup>.

Tratava-se de uma matança sistemática, um regime de terror, empreendido pela lógica do colonialismo, ancorado no racismo, na ganância, no lucro e exploração fáceis, como bem explicitado por Joseph Conrad, em seu “Coração das Trevas”, donde não faltava nem mesmo os colecionadores de crânios dos nativos<sup>108</sup>. O missionário estadunidense George Washington Williams, que até então acreditava nas promessas e na suposta forma benigna de “desenvolvimento” do território, em sua visita ao Congo, por volta de 1890, o chamou de Sibéria do Continente Africano. Como o mesmo J. Conrad deixa transparecer em seu romance, o desprezo pela vida dos africanos era a tônica do colonialismo, mesmo porque, para grande parte dos europeus do período, os africanos eram tratados como seres inferiores: “preguiçosos, incivilizados, pouco melhores que animais. E de fato, a maneira mais comum de fazê-los trabalhar seria, como animais, como bestas de carga” (HOCHSCHILD, 1999, p. 118). Como explicita Hochschild em tal sistema de terror, antes, os funcionários deveriam ver suas vítimas como menos que humanos, e foram justamente as ideias vitorianas sobre raça que os deram tal fundamento.

Do mesmo modo, tal forma de desprezo poderia ter sua explicação, pela razão de tais funcionários coloniais terem sido praticamente “expulsos de um mundo com valores sociais estabelecidos e jogados à mercê de si mesmos, sequer tinham onde se apoiar, a não ser lampejos de talento” que os tornariam, entretanto bastante perigosos. No entendimento de Arendt, eram homens que topavam tudo, “desde jogar cara-e-coroa até matar alguém” e para eles a vida do próximo “tanto fazia como tanto fez”. Assim, trouxeram consigo ou logo aprenderam o código de boas maneiras

---

<sup>107</sup> Não há consenso acerca do número de mortos no Estado Livre do Congo nesse período, os cálculos e as estimativas são levantadas principalmente a partir do censo de 1924 produzido por funcionários do então Congo Belga em contraposição a um cálculo aproximado acerca do número de habitantes antes da criação do Estado Livre do Congo. As dificuldades em se estabelecer números exatos são enormes, principalmente em decorrência dos obstáculos que a própria administração colonial impôs sobre investigadores em potencial que circulavam pelo Estado Livre do Congo, tais como os missionários batistas. Por outro lado, outra dificuldade se encontra no fato de que com o avanço de regime de terror rumo as regiões interiores, migrações em massa ocorreram, as vilas e povoados eram constantemente abandonadas, mortes em decorrência de subnutrição e doenças de toda espécie se tornaram frequentes durante esses anos, e o número de mortes pode ser maior do que os anotados por Adam Hochschild.

<sup>108</sup> Trata-se de Léon Rom, agente colonial belga, com ar de artista e intelectual, que entre outros livretos escreveu, “Le nègre du Congo”, panfleto racista e pseudo científico que procurava lançar luzes para compreender o “negro do Congo”. Para Hochschild é, provavelmente, uma das maiores inspirações para Joseph Conrad na criação de Kurtz, de *O Coração das Trevas*, inclusive com sua exposição de crânios dos nativos.

ajustado ao futuro tipo de assassino, que só conhecia um pecado imperdoável: perder a calma” (ARENDDT, 1989, p. 220).

A corrida econômica e a exploração dos recursos naturais do território, antes baseada na caçada de elefantes que atravessavam a região e a exploração das presas de marfim, passaram, no início da década de 1890, à exploração sistemática da borracha selvagem. Com a extração da borracha, passou-se a utilizar o trabalho forçado dos africanos, com uso sistemático da violência, o uso do chicote, das ameaças, de sequestros de mulheres e crianças das mais distantes comunidades ao longo do território onde se poderia explorá-la, e ainda, o que caracterizou de maneira notável o desprezo pela vida dos africanos durante esse regime de terror, a profusão de mãos decepadas.

Por não possuir os recursos suficientes para a exploração de todo o extenso território, e por ser o seu empreendimento pessoal, sem custeio do Estado belga, Leopoldo II redimensionou o Estado do Congo em blocos, cujas “terras vacantes” foram arrendadas por um determinado período de tempo às companhias privadas. Essas companhias possuíam diversos acionistas, em sua grande maioria não-belgas, no entanto, por contrato estava assegurado à Leopoldo II cinquenta por cento das ações, o que, na prática, fazia com que o investimento de capital estrangeiro fosse utilizado em seus próprios “negócios” e onde os lucros estariam assegurados.

O trabalho forçado dos africanos de diferentes grupos étnicos e comunidades se dava pela instituição de uma espécie de taxa quinzenal, ou quota de colheita, que cada comunidade era obrigada a ceder aos sentinelas (*sentries*), que trabalhavam sob supervisão das companhias de comércio, em sua grande maioria belgas, mas também companhias mistas como a ABIR (Anglo Belgian Indian Rubber). John Harris, missionário batista britânico que, juntamente a sua esposa Alice Seeley Harris, esteve no Congo entre os anos de 1898 e 1905, em suas cartas para o Edmund Morel explica-nos o funcionamento do sistemático aparelho de morte que dizimou milhões de vidas africanas durante o regime de terror de Leopoldo II.

Eu quero agora lhe contar como essa borracha é coletada. Por algum processo secreto, uma companhia de magnatas da Europa aparentemente negocia um tratado do país aqui, incluindo as pessoas (eu entendo que é o pessoal assim chamado de pessoas da ABIR, que são por volta de 2 milhões) esses magnatas escolhem um diretor e agentes na África. Os agentes possuem distritos onde são a lei, e podem pegar toda a borracha que puderem. O agente é suprido com armas e munições; Estas ele cede a um determinado número de homens os quais possuem um determinado propósito. São estes os sentinelas (*sentries*), e são localizados nas vilas em número de dois a dez, de acordo com a extensão da vila. A pior

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

parte parece ser que isso tudo são atos de brutalidade cometidos com o único propósito de aterrorizar as pessoas. (MOREL, 1904, p. 438)<sup>109</sup>

O britânico tece sua narrativa, em um primeiro momento descrevendo a estrutura de todo o regime de terror, buscando, ele mesmo, compreender como o trabalho forçado e a escravização de pessoas no continente africano possuía uma determinada racionalidade, pensada e estruturada no continente europeu com o fito único de angariar lucros com a exploração do trabalho dos africanos. Em um momento seguinte da carta, então, passa a descrever elementos da vida cotidiana dos africanos sob o regime de terror, extratos de relatos de chefes e de pessoas das comunidades que tiveram suas vidas transformadas desde que se deu a corrida para a exploração da borracha, que, não obstante, se utilizava de africanos das regiões mais distantes submetidos aos agentes coloniais belgas, os temidos sentinelas (*sentries*).

Os sentinelas ou *sentries* eram os principais agentes do terror nas comunidades, os agentes belgas, seus superiores, cediam-lhes uma determinada quantidade de munição, então, os africanos deveriam provar que estas não foram utilizadas de maneira “indevida” como em caçadas, ou desperdiçadas, e para isso era exigido que se trouxesse para os agentes a mão direita dos africanos que se insurgiam contra a exploração da borracha, ou aqueles que não conseguiam cumprir com as metas estabelecidas de quotas quinzenais.

Mesmo à época, as atrocidades e o morticínio empreendido foi objeto de discussão, os milhões de mortos, as razias praticadas pelos agentes da borracha e seus sentinelas (*sentries*), os sequestros de mulheres e crianças e os milhares de mutilados, foram ponto central para uma discussão acerca do colonialismo e o valor da vida humana, desembocando, por um lado, numa importante campanha humanitarista, apesar de todo o seu ranço paternalista e tutorial, e por outro lado, levantou questões acerca dos direitos humanos e sobre os crimes cometidos contra a humanidade (BIANCHI, 2014, p. 128; THOMPSON, p. 2012)<sup>110</sup>. No entanto, mais do que isso,

---

<sup>109</sup> “I want now to tell you how this rubber is collected. By some secret process, a company of magnates in Europe apparently buy a tract of country out here, including the people. (i understand what are called the 'Abir people' number about two millions.) these magnates choose a director and agents in Africa. The agents have districts assigned to them to rule, and to get in all the rubber they can. The agent is supplied with guns and ammunition; these he gives to a number of men whom he call for the purpose. These men are named sentries, and are placed in the towns in the numbers of two to ten according to the size of the town. The worst part appears to be that these were mere acts of brutality committed with the sole object or terrorising people”. Letter from Mr. John Harris. (Tradução livre).

<sup>110</sup> O mesmo George Washington Williams que viajou para o Congo em 1890, diante do horror em que se encontrava, escreveu sucessivas missivas, para Leopoldo II escreveu uma carta aberta e para o secretário de Estado americano, uma carta que utilizou a assertiva “crimes contra a humanidade” pela primeira vez. Não tardaram para as narrativas de George W. Williams serem colocadas em descrédito pelo aparato midiático de Leopoldo II.

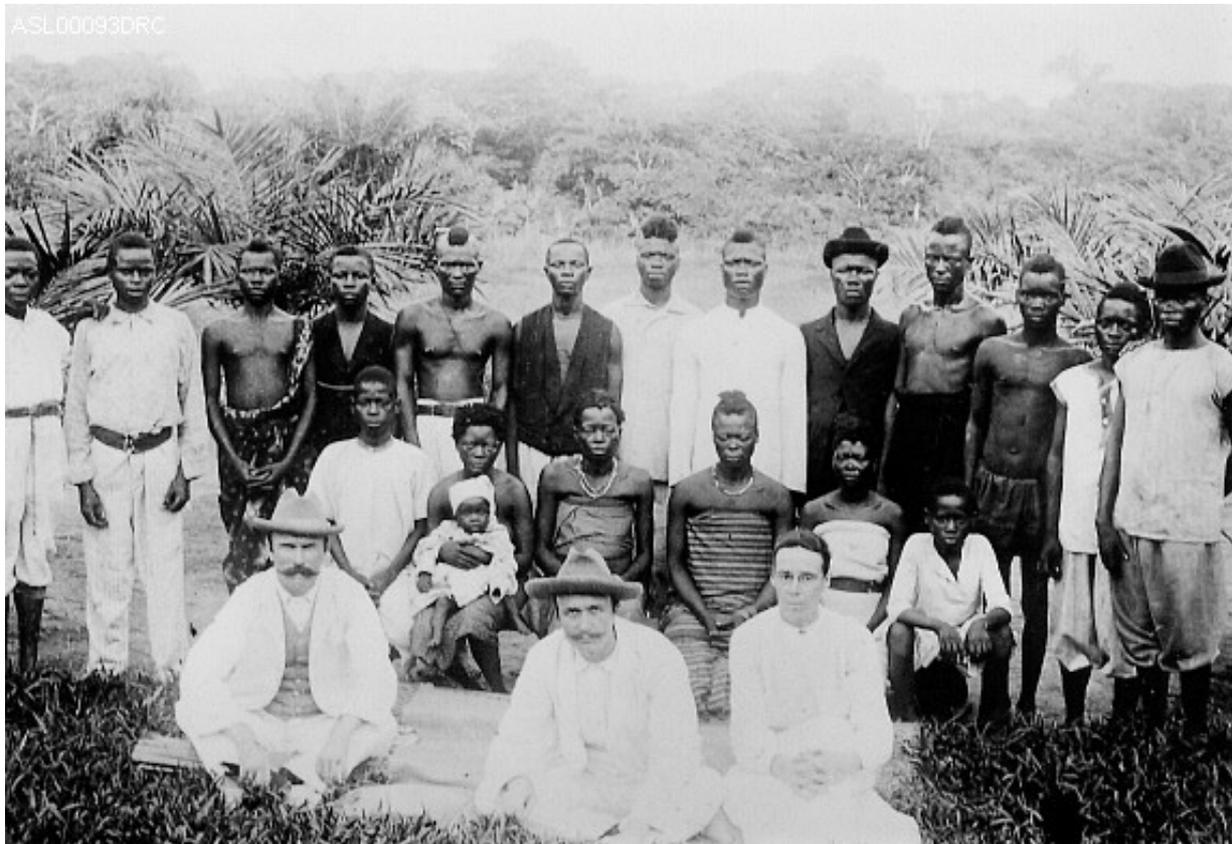
aqueles que lutavam do lado da CRA (Congo Reform Association), se depararam com um árduo entrave em suas proposições e em suas evidências dos eventos terríveis que os cercavam. Diante da dúvida levantada como legitimar seus discursos? E ainda, em suas narrativas como assegurar o estatuto de veracidade dos seus relatos?

Por um lado, as grandes campanhas de divulgação, levadas a cabo pela Associação de Reforma do Congo, instituição que tinha como fundadores Edmund D. Morel, sua esposa Mary Morel e o cônsul britânico no Estado Livre do Congo, Roger Casement, e como principais apoiadores os missionários John H. Harris e Alice Seeley Harris, ainda, como importantes membros e divulgadores, os escritores Mark Twain e Arthur Conan Doyle. Por outro lado, toda uma contraofensiva liderada por Leopoldo II, um empreendimento de corrupção da imprensa, que contava com jornais nas principais cidades europeias e nos Estados Unidos, na busca de deslegitimação das palavras e do que estava sendo proposto pela Associação de Reforma do Congo. Um jogo retórico empreendido por Leopoldo II, que envolvia por vezes uma espécie de cinismo, quando enviou uma comissão de investigação corrompida ao Estado Livre do Congo e quando tentava se mostrar desentendido quanto aos eventos.

### **III - Alice Seeley Harris e a veracidade em imagens**

A presença de missionários no Estado Livre do Congo foi acordada ainda na Conferência de Berlim, em 1885. Diferente da grande maioria dos mercadores e dos agentes comerciais, que apenas passavam pela região, e quando permaneciam por um período mais longo, ficavam no máximo por três anos, os missionários católicos e protestantes permaneciam muito mais tempo, os Harris, por exemplo permaneceram no Estado Livre do Congo por aproximadamente sete anos, o que fazia com que os missionários possuíssem um olhar mais aguçado sobre os modos de vida das populações, reagissem de forma mais empática, e se posicionassem de forma veemente ante as drásticas transformações em seus modos de vida ocasionadas pelo Regime. William Sheppard, por exemplo, outro missionário protestante que esteve no Congo, na década de 1890, e profundo admirador da força da cultura Kuba, notou profundas transformações durante o período que esteve com eles. Questionando-se acerca das razões dessas transformações, ressalta que o problema residiria no fato de que havia “sentinelas armados das companhias de comércio que forçam homens e

mulheres a passar grande parte dos seus dias e noites na floresta procurando borracha, e o preço que eles recebem é tão baixo, que eles não conseguem viver disso” (THOMPSON, 2012, p. 183).



Não que os missionários não estivessem interessados nas transformações dos modos de vida dessas populações, afinal, tratava-se de uma “missão civilizadora”, acima de tudo, como se costumava dizer. Na fotografia acima, encontram-se os missionários batistas da Congo Balolo Mission, à esquerda Edgar Stannard, no centro John Hobbis Harris e à direita, Alice Seeley Harris. Segundo Thompson, a princípio, humanitaristas como Edmund Morel, este um interlocutor constante de viajantes como Mary Kingsley, tinham os missionários em pouca estima, talvez por sua maneira de abordagem das populações nativas, também propensos a impeli-los a uma mudança radical em seus costumes e em seus modos de vida, numa árdua transformação cultural e numa constante visão desses mesmos povos como inferiores. Na fotografia acima, utilizada por Alice em sua segunda leitura em Liverpool<sup>111</sup>, que provavelmente teve lugar no distrito de Baringa, onde os missionários

<sup>111</sup>Fotografia disponível em: <http://www.panos.co.uk/preview/00052898.html?p=8>. Consultada em: 21.02.2015.

Harris permaneceram entre 1900 e 1905, podemos observar alguns desses elementos de transformação em processo, principalmente no que trata às vestimentas utilizadas por grande parte nativos, as roupas e os chapéus. Os missionários, no centro e à frente, predominam na imagem, preponderantemente em vestes brancas, parecem querer significar a sua liderança frente a comunidade.

No entanto, com os constantes relatos, narrativas e imagens enviadas, missionários e humanitaristas logo se tornariam potentes aliados contra o regime de terror instituído. É novamente Twain, em seu discurso ficcional *King Leopold's Soliloquy* que enfatiza o real temor, e o poder que a narrativa dos missionários poderia ter frente a opinião pública no continente europeu, Twain coloca no campo do possível, prováveis palavras tomadas por Leopoldo II, ou pelo seu séquito de defensores. Tomados nesse sentido, os missionários “parecem estar sempre por aí, sempre espiando, sempre testemunhando os acontecimentos; e tudo que eles veem tomam nota. Eles estão sempre procurando algo de lugar para lugar; (...) eles viajam e viajam, eles espionam e espionam! E nada é tão trivial para eles que não mereça nota” (THOMPSON, 2012, p. 185). E entre estes missionários estava Alice S. Harris, nas palavras de Jack Thompson, a mais importante fotógrafa missionária durante toda a Campanha de Reforma do Congo (THOMPSON, 2012, p. 186).

Alice Seeley Harris, nasceu em 1870, e ainda muito jovem se voluntariou à Congo Balolo Mission, estudou no Harley College, instituto de treinamento missionário, e pouco antes de viajar para o Congo como missionária batista casou-se com John Hobbis Harris. Logo em sua chegada à Missão de Balolo, os Harris começaram a enviar para casa cartas com narrativas de aspectos da nova vida, juntamente a isso, começaram a enviar também suas fotografias. Estas começaram a ser difundidas já em 1902, pela revista do Congo Balolo Mission, a *Regions Beyond*, que a princípio não publicou as fotografias sobre as atrocidades, estas só vieram à lume em 1903, onde então se começou a falar abertamente sobre os crimes, e a se exhibir as fotografias de Alice Harris como provas cabais do ocorrido, no intuito de protestar e exigir mudanças radicais na administração. Em 1904, a *Regions Beyond* publicou ainda um pequeno panfleto intitulado “*Congo Slavery*”, novamente ilustrada com muitas fotografias de Harris (THOMPSON, 2012, p. 185).

No mesmo ano de 1904, Roger Casement, o cônsul britânico, que já havia narrado uma série de atrocidades sobre as regiões as quais havia percorrido, junta-se a Edmund Morel, e fundam a CRA (Congo Reform Association). Então, as fotografias de Alice Seeley Harris passam a ser

largamente difundidas nas publicações de Morel, de forma mais notável, em seu “*King Leopold's rule in Africa*”, da mesma forma, em 1905, uma ilustração baseada na fotografia de Alice Harris foi utilizada por Mark Twain, em seu “*King Leopold's Soliloquy*”.

No ano de 1905, com o retorno dos Harris à Inglaterra, então, uma maciça campanha de convencimento por meio das fotografias teve lugar, principalmente em Liverpool. Os encontros contavam com uma apresentação de imagens, ou o que era conhecido como lanternas mágicas, com a ampliação das imagens por um projetor, com o intuito de exibi-las a um grande público. Logo no primeiro ano, em 1905, segundo Jack Thompson, houveram o impressionante número de 300 encontros pela Inglaterra, e subsequentemente, em uma viagem aos Estados Unidos houveram mais cerca de 200, em quase 50 cidades.

#### **IV - Testemunhos em relatos e imagens**

Em carta datada de 30 de maio de 1904, John Harris examinava as atrocidades buscando compreender a natureza brutal do sistema que estava sendo instituído no Estado Livre do Congo, mas que o levava cada vez mais a surpresa com a agressividade desmedida e da utilização do trabalho forçado dos africanos para a exploração da borracha, e, mais do que isso, a instauração de um regime de terror, que estava ocasionando a morte de milhões de africanos, direta e indiretamente, e que sistematicamente estava destruindo os modos de vidas de diversas comunidades, as expulsando para pântanos ou cada vez mais para o interior da floresta tropical. Para o missionário batista, as questões que ele se colocava, em interlocução com E. D. Morel eram as seguintes:

Por que quando um agente de uma companhia de borracha entra em uma cidade, todas as mulheres e crianças correm desesperadamente para a floresta para se esconder, carregando com elas todas as suas posses? (...) O estado dos negócios é o resultado natural do sistema. Os oficiais do Congo querem a borracha. O estado diz que a coleta de borracha é uma coleta de taxas; mas como pode ser assim, considerando que as assim chamadas companhias privadas fixam a quantidade de borracha a ser levada, e a borracha levada para eles é para o favorecimento destas companhias? Certamente taxas não devem ser usadas para o benefício privado e individual, mas para o desenvolvimento do Estado. (e o benefício das pessoas que pagam as taxas) (MOREL, 1904, p. 438)<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> “another question i should like to ask is, why, when an agent of a rubber 'company' enters a town, do all the women and children run helter – skelter into the forest to ride, carrying withe them all their possessions? (...) The state of affairs is the natural outcome of the system. The congo officials want rubber. The State says that the collection of rubber is a collection of taxes; but how can this be, considering that so-called private companies fix the quantity of rubber to be brought in, and the rubber brought to them is for these companies benefit? Surely taxes ought not to be used to benefit private individuals, but for the development of the State”. (Tradução livre).

Roger Casement, o cônsul britânico no Congo, da mesma forma que os Harris é testemunha ocular de uma série de desmandos e violências desmedidas por parte dos agentes belgas. O cônsul relata que em uma de suas “viagens surpresa” pelos tributários do rio Lulongo, encontrou uma habitação com alguns sentinelas, e com eles haviam 15 mulheres nativas reféns. Quatro delas, segundo lhe contou o sentinela, eram reféns para que as comunidades vizinhas e rivais não entrassem em conflito, as onze restantes estavam presas para que os seus companheiros fossem impelidos a coletar a borracha selvagem:

Ele me disse que tinha as capturado e as detinha como prisioneiras para compelir seus maridos a trazer a quantia correta da borracha indígena deles para o próximo dia de mercado, quando eu os questionei se isso era um trabalho feito por mulheres, coletar a borracha, eles disseram que não. Que claro que é um trabalho feito por homens, a colheita da borracha, então, por que você captura as mulheres e não os homens? Eu indaguei. Você não percebe, foi a resposta, se eu capturar e manter os homens, quem iria trabalhar na borracha? Mas se eu capturo as esposas, os homens ficam ansiosos para tê-las novamente em casa, e então a borracha é trazida rapidamente e a quantia combinada. Quando questionei o que aconteceria a essas mulheres se seus companheiros falhassem em trazer a quantia correta de borracha no próximo dia de mercado, ele disse de uma vez que então elas permaneceriam presas lá até que seus companheiros as resgatassem (MOREL, 1904, p. 169)<sup>113</sup>

Não obstante os constantes assassinatos, sequestros de mulheres e trabalho forçado e a violência desmedida empreendida pelos agentes belgas, a presença dos missionários começou a ser vista com maus olhos por essas mesmas autoridades, temendo que os relatos dos religiosos pudessem de alguma maneira prejudicar o empreendimento da borracha. Dessa maneira, se inicia uma batalha retórica, onde as narrativas que chegam à Europa são constantemente colocadas em descrédito por parte do governo belga, que corrompe a imprensa nacional e de outros países. É novamente John Harris que nos evidencia o início dessa batalha de narrativas, no entanto, o contar o que viu aqui é assegurado com evidências indefectíveis da violência sofrida pelas comunidades. Harris se questiona novamente:

---

<sup>113</sup>He said he had caught and was detaining as prisoners to compel their husbands to bring in the right amount of indiarubber required of them on next market day, when i asked if it was a woman's work to collect indiarubber, the say, no. That of course it is a man's work to collect indianrubber. Then why do you catch the women and not the men? I asked. Don't you see, was the answer, if i caught and kept the men, who would work the rubber? But if i catch the wives, the husbands are anxious to have them home again, and só the rubber is brought in quickly and quite up to the mark. When i asked what would become of these women if their husbands failed to bring in the right quantity of rubber on the next market day, he said at once that then they would be kept there until their husbands had redeemed them. (Tradução Livre)

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

se o Estado do Congo está ansioso para colocar a baixo essas atrocidades, por que tratam aqueles que narram essas grandes brechas da lei como inimigos do Estado? Eu acho que posso ficar, sem medo de contradição, que cada vez que nós chamamos atenção para os ultrajes, nossas posições tem ficado mais difíceis. De fato, um último comissário do Distrito Equatorial contou a dois missionários de Basankusu, que se eu fizesse algum problema em Baringa ele colocaria uma corrente em meu pescoço e me colocaria na prisão. O problema se refere, claro, em falar acerca das atrocidades.(MOREL, 1904, p. 438) <sup>114</sup>

Para o missionário britânico, estava claro que havia uma sistemática campanha de negação das atrocidades no Estado Livre do Congo, com grande parte da imprensa pendendo para lado de Leopoldo II. Ainda nas batalhas de narrativas e representações, o convencimento que o missionário tenta angariar para a sua causa residia ainda no cotejamento de informações, na demonstração das evidências e nos lugares de fala, assim como nos distintos interesses levantados por cada um desses mesmos testemunhos. A sua conclusão acerca de todos esses eventos impele ao seu interlocutor, Edmund Morel, e conseqüentemente para toda uma série de leitores que, a partir de então, julguem eles mesmos essas diferentes narrativas, e no cotejar dos testemunhos se aproximem da veracidade:

É inútil esperar algo melhor do Estado Livre do Congo com esta administração. Do *Times* de 18 de março, recém-recebido, nós ficamos sabendo que o Cônsul britânico foi vítima de um boato, sua narrativa é fundada em evidências dos nativos; e de uma outra fonte nós ficamos sabendo que estas atrocidades são resultado de “mórbida imaginação de missionários”. Ficamos sabendo também que os porcos do Congo possuem fantasias sobre mãos humanas! Suponhamos que isso fosse aceito por um momento, pela consideração do argumento, que o cônsul britânico é o tolo ignorante que o Estado do Congo descreve, e que um porco levou a mão de Epondo, o que dizer sobre as outras pessoas sem mãos no Congo? O que dizer do pequeno rapaz que eu vi há algumas semanas, não mais que quatro anos de idade, com sua mão cortada? Novamente, o que dizer do chefe que eu sei que tem somente uma mão, e uma outra agora inútil, mutilada pelos “sentinelas”, mudamente clama hoje por justiça. Talvez essas coisas também são devido aos porcos. (...) Nós sabemos poucas coisas acerca da investigação do caso de Epondo, mas deixe passar por um momento. (...) Tanto para a imaginação mórbida dos missionários. Quem é o mais interessado em saber sobre a verdade – o missionário residente, e o missionário de anos de experiência, ou o passante ocasional oficial do Estado, que não conhece a língua do nativo, e faz tudo através de um intérprete? (MOREL, 1904, p. 438)<sup>115</sup>

<sup>114</sup>Another most interesting question is, why, if the congo state is anxious to put down the atrocities, do they treat those who report gross breaches of the law as little better than enemies to the State? I think i can state, without fear of contradiction, that every time we have called attention to outrages our positions have been rendered more difficult. In fact, a late Commissaire of Equator District told two of our missionaries at Basankusu, that if i made any trouble at Baringa he would put a chain round my neck and put me in prison. The trouble refers, of course, to speaking about atrocities.” (Tradução Livre), Letter from Mr. Harris.

<sup>115</sup>“It is useless to expect anything better from the Congo Free State in the way of administration. From the *Times* issue of March 18, just received, we learn that the British Consul was the victim of a hoax, that his report is founded upon native evidence; and from another source we learn that these atrocities are the outcome of “morbid imagination of missionaries”. We also learn that the Congo pigs have a rere fancy for human hands!. Suppose it were admitted for a moment, for the sake of argument, that the British Consul is the ignorant fool the Congo State depicts him, and that a pig took Epondo's hand, what about all the other handless people on the Congo? What about the little lad i saw a few



As fotografias, reproduzidas por Morel, visam assegurar ao interlocutor o valor de prova irrefutável, o valor de verdade das narrativas e dos testemunhos dos missionários (MOREL, 1904, p. 112). Na imagem, a ênfase nas mãos decepadas por mando dos agentes belgas é assegurada pelo realce produzido pela fotógrafa por meio do contraste das vestimentas brancas, buscando evidenciar e deixar claro que não se trata de fantasias por simples oposição ao regime, nem muito menos de jovens atacados por javalis. A justaposição de três crianças na mesma situação, também visa evocar essa garantia de verdade dos testemunhos. Do mesmo modo, uma outra fotografia retirada por Alice Harris, na Congo Balolo Mission, em Baringa busca evocar esse mesmo discurso de autoridade e verdade das narrativas, com os dois missionários Edgar Stannard e John H. Harris, ao lado de outros três nativos, com o exclusivo fito de mostrar as mãos decepadas de seus companheiros, algo que foi bastante comum, durante esse período.

Na imagem acima, produzida por Alice Harris, aparecem Edgar Stannard, à esquerda, e John H. Harris à direita, e junto a eles dois dos nativos seguram as mãos de seus companheiros, mortos pelos sentinelas durante uma das cobranças das taxas quinzenais da borracha indígena (MOREL, 1904, p. 49)<sup>116</sup>. Uma das mãos mantida pelo nativo da direita exhibe marcas do seu período de manutenção. As mãos decepadas serviam de provas que a munição estava sendo “bem utilizada”, mas como os agentes poderiam demorar a receber suas provas, havia, em algumas unidades dos sentinelas, o “guardião de mãos”, e o seu trabalho era unicamente “defumá-las”, para evitar a deterioração dessas “provas” (HOCHSCHILD, 1999, p. 123).

A fotografia aqui, retirada por Harris, possui também o seu claro propósito de mostrar os horrores do cotidiano dos nativos. Nesse sentido, por mais perigoso que isso pudesse ser, como demonstra a ameaça sofrida pelos Harris, estas eram a possibilidade e a escolha de arrebatar fotografias que testemunhassem, elas também, o horror e o massacre ocorridos. Como explicita Didi-Huberman, eram a possibilidade de “arrebatar as imagens daquele real, mas também porque uma imagem é feita para ser observada por outrem – arrebatar o pensamento humano em geral, o pensamento do “de fora”, algo imaginável sobre o qual ninguém, até então entrevia a possibilidade” (DIDI-HUBERMAN, 2003, p. 16). Evidentemente, na ocasião, as discussões sobre as mãos decepadas dos nativos do Estado Livre do Congo, eram imaginadas e narradas longamente por um

---

<sup>116</sup> A carta de Edgar Stannard referindo-se à imagem se encontra na página 444-445.

grande número de testemunhas oculares. Tratava-se, no caso das fotografias de Harris, de servirem para esse outro, para “o de fora”, de provas incontestáveis dos eventos ocorridos.

No entanto, a fotografia de Alice Harris de maior difusão, que no livro de Edmund Morel acabou por ser creditada ao seu esposo John Harris, e que no livro de Twain, este nem sequer menciona os missionários Harris, é a fotografia do nativo Nsala do distrito de Wala (STANNARD In MOREL, 1904, 444-445)<sup>117</sup>. A fotografia, produzida em 15 de maio de 1904, aparece no livro de Morel (pág. 144) creditada à John Harris, no entanto, se verificarmos a missiva de Stannard, o missionário afirma que John Harris estava em Jikau, não em Baringa, quando do ocorrido, e ao longo da missiva atribui à fotografia à missionária Alice Harris. A fotografia foi retirada nas imediações da residência em que viveram os missionários da Balolo Congo Mission, donde é possível observar a haste de sustentação do teto, e uma espécie de alpendre. Ao fundo, uma pequena clareira que antecede a floresta, na clareira, alguns espécimes de palma de óleo, vegetal que dali a poucos anos seria outro motivo de exploração no Congo. Ainda na clareira, dois jovens nativos e uma criança se aproximam e olham fixamente para a missionária no ato da fotografia.



NSALA OF WALA IN THE NSONGO DISTRICT (ABIR CONCESSION)

(Photographed by Mr. John H. Harris in May, 1904, with the hand and foot of his little girl of five years old—all that remained of a cannibal feast by armed rubber sentries. The sentries killed his wife, his daughter, and a son, cutting up the bodies, cocking and eating them. See letter from Mr. Stannard in the Appendix.)

Se tomarmos novamente a narrativa ficcional de Mark Twain, na alusão tomada no solilóquio, o escritor enfatiza, tomando nota acerca dos missionários, que “os nativos os consideram

<sup>117</sup>A carta de Edgar Stannard se encontra no livro de MOREL, E. Op. Cit., pag. 444-445. Juntamente a esta, são compiladas muitas outras cartas de missionários no Congo naquele período.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

seus únicos amigos”, para onde eles vão “com seus sofrimentos; mostram suas cicatrizes e suas feridas, infligidas pelos soldados; seguram os seus braços mutilados e se lamentam porque suas mãos foram decepadas, como punição por não terem trazido borracha suficiente” (TWAINE, 1905, p. 14-15).<sup>118</sup> Semelhante com o discurso ficcional é a narrativa da maneira como Nsala se aproxima dos missionários, contada por Edgar Stannard:

Domingo, 15 de maio, pouco depois de 8 da manhã, eu tinha ido à casa do Sr. Harris, e nós começávamos os trabalhos matinais quando dois garotos apressados sem fôlego entraram, disseram que alguns agentes tinham matado um certo número de pessoas, e que dois homens tinham ido contar ao homem branco responsável, eles também tinham algumas mãos para mostrá-lo, caso ele não acreditasse. Isso nos surpreendeu imensamente, e nós os pedimos para atentarem para o homem quando ele estivesse de volta, para contar-nos, aí então, eles chegaram. Rapidamente os dois homens se aproximaram e nós ouvimos os garotos o chamando e pedindo para nos mostrar; eles pareceram temer, e então nós saímos e rapidamente perguntamos onde estavam as mãos. Então, um deles abriu um amontoado de folhas, e nos mostrou as mãos e os pés de uma pequena criança, que não poderia ter mais de cinco anos de idade. (...) O pai da garotinha disse que seu nome era Nsala, e ele era nativo de Wala, que é uma seção de Nsongo District conectada com Lifinda, o posto avançado de Baringa. No dia anterior, embora faltassem três dias para os agentes virem pegar a borracha, quinze agentes vieram de Lifinda, todos exceto dois armados com rifles Albini, e eles estavam acompanhados de um séquito. Começaram fazendo prisioneiros e atirando, e assim mataram Bongingangos, sua esposa; Boali, sua filhinha de aproximadamente cinco anos de idade; e Esanga, um garoto de 10 anos. (...) Nsala disse que quando os agentes não estavam olhando, ele conseguiu agarrar o pé e a mão de sua garotinha, para trazer e mostrar para o homem branco, caso ele não acreditasse no que ele dissesse. Nós perguntamos então se ele tinha cortado a mão e o pé, mas ele olhou horrorizado, e protestou que não tinha feito isso. Acrescentou que quando eles vieram os agentes ainda estavam caçando as pessoas, e eles agora estão indo se esconder na mata, posto que estão com medo de voltar<sup>119</sup>.” (MOREL, 1904, p. 444)

<sup>118</sup> “the natives consider them their only friends; they go to them with their sorrows; they show them their scars and their wounds, inflicted by my soldier police; they hold up the stumps of their arms and lament because their hands have been chopped off, as punishment for not bringing in enough rubber.”. TWAINE, Marc. Op. Cit, p. 14-15.

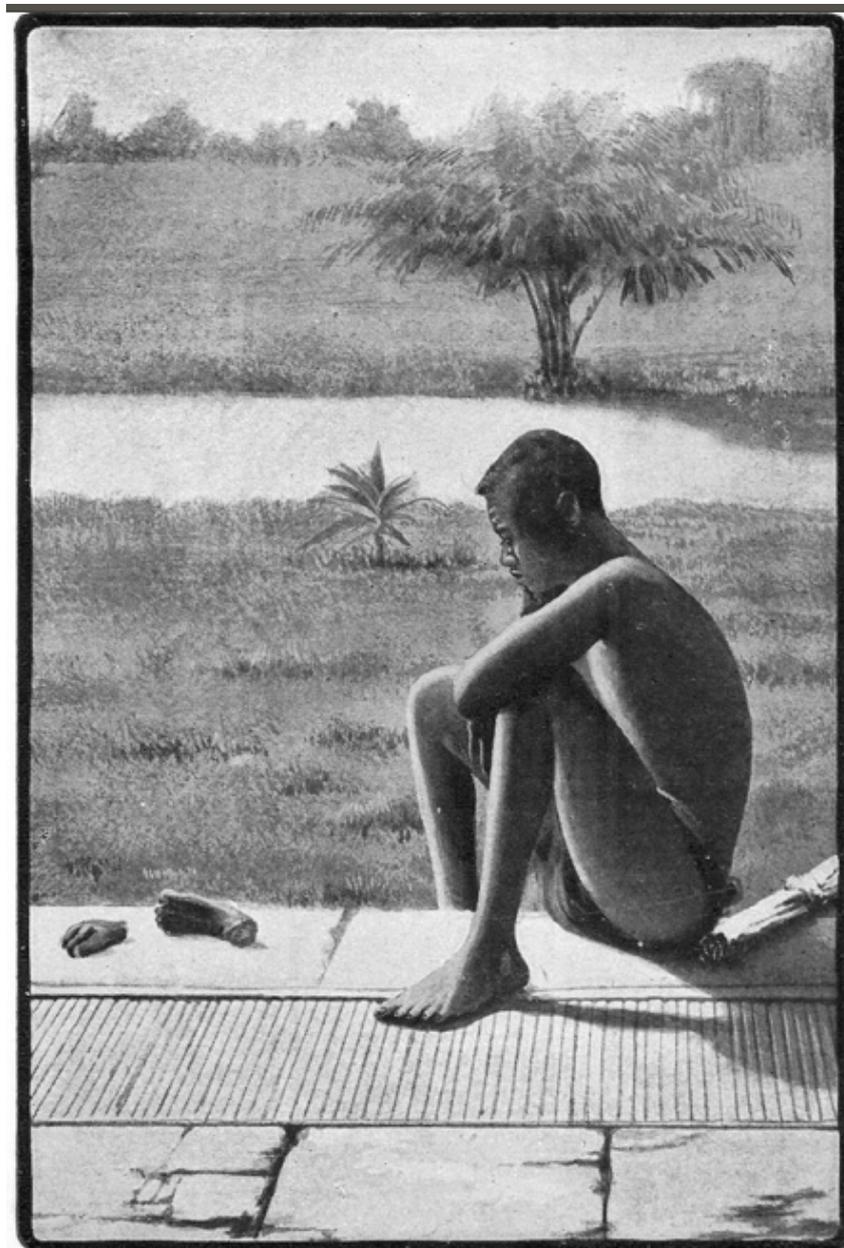
<sup>119</sup> On Sunday morning, May 15, just after eight o'clock, I had gone across to Mr. Harris's house, and we were just going to commence morning worship when two boys rushed breathlessly in, and said that some sentries had killed a number of people, and that two men had gone by to tell the rubber white men, and that they also had some hands to show him, in case he did not believe them. It greatly upset us, and we told them to watch for the men as they came back, and to tells, so that we could see them. Shortly afterward the two men came along the path, and we heard the boys calling to them to come and show us; but they seemed afraid, and só we went out quickly and overtook them, and asked them where the hands were. Thereupon one of them opened a parcel of leaves, and showed us the hand and foot of a small child, who could not have been more than five years old.(...) The father of the little girl said his name was Nsala, and he was a native of Wala, whice is a section of the Nsongo District and connected with Lifinda, the outpost of Baringa. On the previous day, although it was three days before they were due to take in the rubber, fifteen sentries came from Lifinda, all except two being armed with Albini rifles, and they were accompanied by followers. They began making prisoners and shooting, and killed Bongingango, his wife; Boali, his little daughter of about five years of age; and Esanga, a boy of about ten years. These they at once cut up, and afterwards cooked in pots, putting in salt which they had brought with them, and then ate them. (...) Nsala said that when the sentries were not looking, he snatched up the foot and hand of his little girl, to bring and show to the white man, in case he should disbelieve what he said. We asked him whether he had cut off the hand and foot, but he looked horrified, and protested that he had not done so. He added that when they came away the sentries were still hunting the people, and that they were then going to hide in the bush, as they were afraid to go back. Letter from Mr. E. Stannard. (Tradução Livre)

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

O episódio relatado permite denotar o entrelaçamento das duas narrativas, a ficcional e a emitida por meio da missiva de Edgar Stannard. Mais do que isso, por meio das duas narrativas, é possível observar uma luta pela salvaguarda da veracidade em várias frentes, principalmente, nesse sentido, uma clara agência entre os próprios nativos, que, primeiro, buscam os “homens brancos responsáveis”, possivelmente o diretor da seção, e então, na sequência, procura os missionários para narrar-lhes os eventos dramáticos, e com eles, trazem o valor de prova irrefutável nos pés e mãos decepados da criança pelos sentinelas.



FOOT AND HAND OF CHILD DISMEMBERED BY SOLDIERS, BROUGHT TO MISSIONARIES BY DAZED FATHER. FROM PHOTOGRAPH TAKEN AT BARINGA, CONGO STATE, MAY 15, 1904. SEE MEMORIAL TO CONGRESS, JANUARY, 1905

A imagem apresentada por parte de Mark Twain, em sua narrativa fictícia, “*King Leopold's Soliloquy*”, de 1905, traz somente a reprodução por meio de gravura de Nsala fitando os membros decepados de sua pequena filha, e os dois garotos, que na fotografia aparecem à direita, são excluídos pelo gravurista. Nas notas, não há nenhuma menção ao Harris, apenas a indicação de que a fotografia teve lugar em Baringa e que a imagem foi capturada por missionários no Estado do Congo. A ênfase dessa reprodução recai totalmente sobre o sofrimento de Nsala, que tem as expressões do seu rosto realçadas.

Mas se atentarmos novamente para a fotografia original, ela traz em si uma tensão. Primeiro em relação às intenções da fotógrafa, que tem como propósito enviá-la no sentido de evidenciar os crimes e fazer as denúncias das atrocidades. E com essa intenção, a denúncia parece querer demonstrar o fragmento da realidade vivenciada, mas justamente o que busca evocar é que esse mesmo fragmento da realidade não deveria ser contemporâneo, o tipo de atrocidade perpetrada e testemunhada pela fotógrafa e suas lentes objetivas, não mais deveria ter lugar na sociedade contemporânea, deveria ser erradicada, é esse mesmo que parece ser o maior drama experimentado pela foto denúncia, demonstrar e comprovar o inimaginável, (ou o que estava sendo constantemente negado), por meio de imagens, objetivas.

E isso é ainda mais evidente, essa tensão entre o fantasioso e o real, trazida pela fotografia por meio da narrativa que acompanha a imagem elaborada pelo missionário Edgar Stannard, e ainda pela própria legenda produzida por Edmund Morel. Se a imagem deveria trazer a prova irrefutável das atrocidades, na narrativa e na sua legenda, o fantástico, ou ao menos, o que parece ser menos plausível ou ao menos questionável, emerge por meio da alusão de que os sentinelas haviam cortado, cozinhado e comido outros nativos.

Do mesmo modo, a mesma fotografia comporta a tensão entre a realidade e a temporalidade, aludida por Bourdieu. Se como descreve o autor francês, a temporalização do real, seria evidenciada quando ocorre “um corte instantâneo no mundo visível”, petrificando o gesto humano, e assim “prende o olhar num momento imperceptível de uma trajetória nunca completa” (BOURDIEU & BOURDIEU, 2006, p. 39). A fotografia de Nsala de Wala e ao seu lado outros dois nativos olhando fixamente para a fotógrafa, foge, em parte, dessa “desrealização”. Se por um lado, o gesto de Nsala, contemplando pés e mãos brutalmente arrancados de sua filha, acaba por ser petrificado e se tornando uma arma política na luta da CRA. A imagem dos dois garotos olhando

fixamente para a fotógrafa e o ato de fotografar permite ao menos inferir que a luta pela verdade e pela descrição da realidade também perpassa por outros sujeitos históricos, e estão entre as mais caras intenções do nativos.

### **Considerações finais**

Siegfried Krakauer, em ensaio publicado originalmente em 1927, traçava uma série de comparações entre a fotografia e o que ele originalmente chamava de historicismo, a primeira trazia, segundo o crítico alemão, a evidência de um contínuo espacial, enquanto o que ele chamava de historicismo buscava atentar para um determinado contínuo temporal, a explicação de qualquer fenômeno puramente em termos de sua “gênese”. A realidade histórica reconstruída por meio da série de eventos em sua sucessão temporal sem nenhum intervalo. Enquanto que o tempo não seria propriamente parte da fotografia, de outro modo, o que ela traz consigo, como roupas e costumes pretéritos, paisagens de outrora, trariam uma representação de um outro tempo, justamente por dotar os detalhes que lhe estão contidos com a duração, e assim, “não são eles que sobrevivem ao tempo, mas antes, o tempo que traz as imagens de si mesmo, fora deles” (KRAKAUER, 1993; GINZBURG, 2007).

O entrelaçamento das temporalidades nas fotografias de Alice Seeley Harris, traz principalmente, primeiro a comprovação de uma horrorosa realidade vivenciada pelos nativos do Estado Livre do Congo, e subseqüentemente, o espanto na representação e percepção dessa temporalidade na contemporaneidade, traz em seu bojo, justamente a condenação de atitudes como aquelas que tiveram lugar no território sob as leis de Leopoldo II. As fotografias e a representação dessas temporalidades entrelaçadas, e seus usos como provas cabais dos desmandos, se tornam então, armas políticas importantíssimas nas narrativas dos missionários e dos membros da CRA.

Por outro lado, a fabricação ou o ato de fotografar por parte de Alice Seeley Harris, em sua estadia no Estado Livre do Congo também possuiu uma outra relação com a história, ou como queria Krakauer com o historicismo. Sua relação, na virada do século aproximava-se mais de uma intrincada disputa acerca de evidências, testemunhos, e ainda da crítica interna e externa dos relatos, com o fito de esclarecer e comprovar uma determinada veracidade acerca dos eventos. O verdadeiro, o falso e o fictício se enredavam em um emaranhado de notícias acerca dos eventos no Estado Livre

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

do Congo. Assim, a sua luta política junto aos outros membros da CRA, traz também consigo uma série de similaridades com o ofício do historiador, principalmente em relação a suas lutas políticas, suas escolhas narrativas por meio de relatos, imagens e narrativas, e enfim, a sua trama de estar no mundo.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARENDRT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIANCHI, Bruna. “La gomma è morte”: I crimini in Congo nell'obiettivo di Alice Seeley Harris (1898-1912). *Deportate, esuli, profughe – Rivista telematica di studi sulla memoria femminile*. Nº 24, 2014.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc; CASTEL, Robert; CHAMBOREDON, Jean Claude and SCHNAPPER, Dominique. *Photography: a middle-brow Art*. Polity Press / Blackwell publishers Ltd: Cambridge, 1990.

\_\_\_\_\_. & BOURDIEU, Marie Claire. O camponês e a fotografia. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 26: 31-39, 2006.

CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Images malgré tout*. Paris: Editions de Minuit, 2003.

DOYLE, Arthur Conan. *The Crime of the Congo*. 4th edition London: Hutchinson & Co., 1909.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: falso, verdadeiro, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Relações de Força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOCHSCHILD, Adam. *The King Leopold's Ghost: A history of greed, terror and heroism in Colonial Africa*. A Mariner Book: Houghton Mifflin Company, Boston-New York, 1999.

KRAKAUER, Sigfried. *Photography. Critical Inquiry*. The University of Chicago Press. Vol. 19, nº 3, 1993, pp. 421-436.

MOREL, E. D.. *King Leopold's Rule in Africa*. London: William Heinemann. 1904. Digitalizado Archive.org.

OLIVEIRA, Ana Balona. “When the harmony went to hell”, Congo dialogues: Alice Seeley Harris and Sammy Baloji. Against Leopold's (and others') soliloquies. Disponível em <http://www.artecapital.net/exposicao-401-sammy-baloji-e-alice-seeley-harris—when-harmony-went-to-hell-congo-dialogues-alice-seeley-harris-and-sammy-baloji>. Último acesso em 09.02.2015.

SLIWINSKI, Sharon. The childhood of Human Rights: The Kodak on the Congo. *Journal of visual Culture*. Vol. 05 (3): pp. 333-363. dez. 2006.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Regarding the Pain of Others*. Picador - Farrar, Straus and Giroux: New York, 2003.

\_\_\_\_\_ Looking at the War: Photography's view of devastation and death. *The New Yorker*, december 9, 2002.

THOMPSON, Jack. Light on the dark continent: the photography of Alice Seely Harris and the Congo atrocities of the early twentieth century. *International Bulletin of Missionary Research*. Oct. 1, 2002. Disponível em: [http://www.thefreelibrary.com/Light on the dark continent: the photography of Alice Seely Harris...-a093009102](http://www.thefreelibrary.com/Light+on+the+dark+continent:+the+photography+of+Alice+Seely+Harris...-a093009102). Acesso em 09 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. *Images of Africa: Missionary photography in the nineteenth century an introduction*. Occasional Paper – Centre of African Studies University of Copenhagen, 2004.

\_\_\_\_\_. *Light on Darkness?: Missionary photography of Africa in the nineteenth and early twentieth centuries*. Grand rapids and Cambridge: Eerdmans, 2012.

TWAIN, Mark. *King Leopold's soliloquy: a defense of his Congo rule*. 2 ed. Boston: The P. R. Warren co.,1905.

KRAKAUER, Sigfried. Photography. *Critical Inquiry*. The University of Chicago Press. Vol. 19, nº 3, 1993, pp. 421-436. Cf. Também GINZBURG, Carlo. Detalhes, primeiros planos, microanálises – à margem de um livro de Siegfried Krakauer. In: \_\_\_\_\_ *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre & BOURDIEU, Marie Claire. O camponês e a fotografia. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 26: 31-39, 2006.

Jornais:

*The Guardian*. “160 years of war photography: an audiovisual guide to the world's most powerful conflict images. 24.11.2014. Disponível em: [http://www.theguardian.com/artanddesign/2014/nov/24/-sp-conflict-time-photography-tate-modern-audio-guide-war?CMP=fb\\_gu](http://www.theguardian.com/artanddesign/2014/nov/24/-sp-conflict-time-photography-tate-modern-audio-guide-war?CMP=fb_gu).

*The Guardian*. “Horrific pictures of dead bodies won't stop wars”. 23.11.2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/23/horrific-pictures-of-dead-bodies-wont-stop-wars?#comment-44167683>.

### Referência das Imagens:

Imagem 1: Missionários da Congo Balolo Mission. Fotografia disponível em: <http://www.panos.co.uk/preview/00052898.html?p=8>. Consultada em: 21.02.2015

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Imagem 2: Children mutilated by Congo Soldiers. In. MOREL, Edgar. *King Leopold's Rule in Africa*. London: William Heinemann. 1904, pág. 112.

Imagem 3: Natives of the Nsongo District: Abir Concession. In. MOREL, Edgar. *King Leopold's Rule in Africa*. London: William Heinemann. 1904, pág. 112.

Imagem 4: Nsala of Wala in the Nsongo District: Abir Concession. In: MOREL, Edgar. *King Leopold's Rule in Africa*. London: William Heinemann. 1904, pág. 144.

Imagem 5: Foot and hand of child dismembered by soldier, brought to missionaries by dazed father, from photograph taken at Baringa, Congo State, May, 15, 1904. In. TWAIN, Mark. *King Leopold's soliloquy: a defense of his Congo rule*. 2 ed. Boston: The P. R. Warren co.,1905.

## **UMA INSTITUIÇÃO DE ‘PRESTÍGIO’ NO NOROESTE FLUMINENSE: O COLÉGIO RIO BRANCO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA E SUA CULTURA ESCOLAR**

*A “Prestigious institution in the Northwest Fluminense: the Rio Branco of Bom Jesus of Itabapoana school and its School Culture*

Suelen Ribeiro de Souza<sup>120</sup>  
Silvia Alicia Martínez<sup>121</sup>  
Renata Maldonado da Silva<sup>122</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisou o percurso do Colégio Rio Branco (1920-2011), os aspectos marcantes da história da instituição e da sua cultura escolar. Instituição privada localizada no município de Bom Jesus do Itabapoana, no Noroeste Fluminense. O colégio foi responsável pela escolarização de grande parcela da população dessa localidade, com especial relevância para a oferta do ensino secundário de primeiro ciclo. O período estudado compreende os anos de 1920 a 1971. Inicialmente, no artigo, discutiram-se os conceitos de instituição escolar, cultura escolar e os temas de pesquisas em história da educação que surgiram no momento de renovação dos paradigmas, a partir da década de 1980. Em seguida, apresenta-se a trajetória da instituição e alguns aspectos da sua cultura escolar.

**PALAVRAS CHAVES:** Brasil. Colégio Rio Branco. Cultura Escolar. Ensino Secundário.

**ABSTRACT:** This study analyzed the trajectory of the Rio Branco school (1920-2011), the remarkable aspects of its history and school culture. A private institution, settled in the municipality of Bom Jesus do Itabapoana, in the Northwest Fluminense, the school was responsible for the education of a great portion of the city’s population, especially by offering the first cycle of secondary school. The studied period covers the years 1920 to 1971. Firstly, the concepts of scholar institution, school culture and the research themes in the history of education field, which arose in a moment of paradigms renovation, the 1980’s decade, are discussed. Then, the institution's trajectory is presented, along with some aspects of its school culture.

**KEYWORDS:** Brazil. Rio Branco School. School Culture. Secondary School.

---

<sup>120</sup> Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, bolsista da UENF/FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Contato: e-mail: [suelens\\_16@hotmail.com](mailto:suelens_16@hotmail.com)

<sup>121</sup> Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Atua na linha Educação, Política e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (Mestrado e Doutorado Acadêmico), sendo atualmente sua coordenadora. Contato: e-mail: [silvia-martinez@hotmail.com](mailto:silvia-martinez@hotmail.com)

<sup>122</sup> Professora associada da área de Política e Gestão Educacional da UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Contato: e-mail: [r.maldonado@globo.com](mailto:r.maldonado@globo.com)

## **Introdução**

Ao se perguntar sobre uma instituição escolar de relevância ao longo de grande parte do século XX em Bom Jesus do Itabapoana, há unanimidade entre os bonjesuenses em indicar o Colégio Rio Branco (CRB). Trata-se de instituição privada, fundada em 1920 pelos professores José Costa Júnior e Mário Bittencourt, localizada à época no 10º Distrito de Itaperuna, atual município de Bom Jesus do Itabapoana, situado na região noroeste do estado do Rio de Janeiro. Com o intuito de conhecer melhor essa instituição educativa, neste trabalho estudou-se sua cultura escolar, com recorte no ensino secundário<sup>123</sup>.

Extinto em 2011, após uma trajetória de noventa anos, o antigo prédio do CRB abriga, hoje, o Espaço Cultural Luciano Bastos (ECLB), dedicado a preservar a história e a memória do educandário e do próprio município de Bom Jesus do Itabapoana.

A respeito das fontes localizadas para este estudo, é válido destacar que, com o encerramento das atividades escolares da instituição, os documentos oficiais foram recolhidos pela Secretária Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), a qual nunca respondeu à solicitação formal de autorização para pesquisar a respeito da instituição. Alguns documentos que preservavam a memória do cotidiano escolar, porém, tem permanecido no ECLB, os quais tem possibilitado uma leitura desse cotidiano.

Ainda, muitos aspectos da história do CRB estão preservados nas páginas dos periódicos da época e, principalmente, da edição comemorativa dos “60 anos do CRB” no jornal *O Norte Fluminense* (1980). Analisando essas páginas, observa-se que os periódicos tinham uma visão laudatória sobre o educandário mas, apesar disso, eles constituem importante fonte para compreender parte da cultura da instituição, assim como seu campo de atuação.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas com ex-alunos, os quais puderam explicitar aspectos importantes da cultura escolar.

## **Objetos históricos: a história das instituições escolares e a cultura escolar**

As pesquisas em história da educação no Brasil, de longa trajetória, ganharam visibilidade a partir dos anos de 1980 quando se inicia um processo de discussão e revisão

---

<sup>123</sup> O CRB recebeu ao longo dos anos duas nomenclaturas: Colégio Rio Branco e Ginásio Rio Branco, no período de 1942-1973.

historiográfica neste campo do conhecimento. A partir de então, surge um movimento de revisão crítica da historiografia, aliado à determinação de alguns pesquisadores e professores universitários de organizar um grupo de trabalho “destinado a promover a aproximação dos historiadores da educação de todo o país, constituindo-se como espécie de fórum permanente de discussão de questões historiográficas” (SAVIANI et al., 2011, p. 16).

Nesse sentido o mesmo grupo de trabalho impulsionou o “movimento de renovação teórica, temática e metodológica” (SAVIANI et al., 2011, p. 17) das pesquisas nesta área, definindo três orientações principais a partir dos anos de 1990. Segundo Saviani et al. (2011), a primeira orientação buscou evidenciar a relação entre o historiador e as fontes, com o intuito de incentivar a localização e catalogação de fontes primárias, assim como de promover discussões para ampliar o conceito então dominante. A segunda orientação se manteve centrada na relação entre gênero e educação, buscando a renovação teórico metodológica. Enfim, a terceira orientação, marcada pela influência da Nova História Cultural, estimulou a incorporação de novos referenciais teóricos que “evidenciavam a historicidade do lugar de produção da prática historiográfica, pondo em cena a necessidade de historicizar a linguagem das fontes e das ferramentas conceituais da pesquisa em História da Educação” (SAVIANI et al., 2011, p. 18). Nesse contexto multiplicaram-se os objetos de análise e os referenciais teóricos, ampliando para estudos do cotidiano escolar e práticas escolares, dos sujeitos da educação e de novas categorias como gênero ou profissão docente, dentre outros.

Segundo Buffa (2002) “pesquisar uma instituição escolar é uma forma de se estudar a filosofia e a história da educação brasileira, pois as instituições estão impregnadas de valores e ideias educacionais” (BUFFA, 2002, p. 25). Pode-se acrescentar que também pode-se compreender as políticas educacionais que se sucedem ao longo das trajetórias particulares. Partindo destes pressupostos, identificamos o papel relevante que essas pesquisas têm para a educação brasileira, já que as mesmas buscam “compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade que se utiliza das instituições escolares, como espaços privilegiados para executá-la” (SANFELICE, 2006, p. 24).

Sobre os arquivos escolares e os procedimentos técnicos de investigação, levantamento e utilização das fontes neles encontrados, diversos autores Buffa (2002); Pessanha et al. (2004); Mogarro (2005); Moraes et al. (2005); Martínez et al. (2006); Martínez (2013) afirmam que documentos como: atas, relatórios, livros de matrícula, livro de ouro, programas das disciplinas,

fotografias e até o edifício retratam os diversos momentos da vida escolar. Todavia, é importante ressaltar que a maioria dos arquivos está em situação precária, existindo documentos importantes ao lado de materiais inutilizados. Segundo Buffa (2002) “essa é mais uma razão para pesquisar a história das instituições escolares e tentar preservar o que ainda resta da nossa memória” (BUFFA, 2002, p. 28). Podem-se utilizar, ainda, como fonte, a legislação, jornais da época, literatura pertinente e entrevistas com atuais ou ex-professores, diretores e alunos.

Para Martínez et. al. (2012) os documentos e objetos da escola são importantes pois representam a “memória institucional e sua cultura específica” (p. 216). Nesse sentido as iniciativas de criação de espaços, públicos e privados, de conservação dos “objetos-documentos-monumentos” (p. 216) da escola são muito importantes e vem crescendo ao longo das últimas décadas.

Por sua parte Buffa (2002) afirma que “se bem realizadas, as investigações sobre as instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia” (p. 25-26). Assim, pelas ações expressas dos sujeitos e da escola pode-se identificar a singularidade de cada instituição escolar. Nesse sentido, como aponta Nóvoa (1999) “[...] é preciso olhar para a escola como uma topia, isto é, como um tempo e um espaço onde podemos exprimir a nossa natureza pessoal e social” (NÓVOA, 1999, p. 42).

No que tange à cultura escolar, pode-se descrevê-la como um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10-11).

Vidal (2005) analisa diferentes nuances que o conceito adota para diversos autores. Viñao Frago (2001 apud Vidal, 2005) acredita que as dimensões do universo escolar variam de instituição para instituição, optando assim pelo termo “culturas escolares”. “Enquanto Julia (2001) concebia a existência de duas culturas escolares (primária e secundária), Viñao Frago estendia o conceito a todas e a cada uma das instituições escolares” (VIDAL, 2005, p. 35), concluindo que não existe uma única cultura escolar. Assim, em uma instituição educativa existe a cultura escolar administrativa dos diretores e supervisores do ensino que engloba a proteção e o controle. Tem-se, também, as características específicas da instituição, que tornam possível identificar a qual nível de

ensino ela pertence: fundamental, médio e universitário. Nesse sentido, “cada centro, además, tiene su propia cultura específica, unas características peculiares” (VIÑAO FRAGO, 2007, p. 9).

Como dito, as pesquisas sobre cultura escolar buscam compreender as particularidades do cotidiano de uma instituição. Julia (2001) utiliza a metáfora da “*caixa preta* da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13, grifo do autor), pois as práticas cotidianas desta instituição tornam-se acontecimentos silenciosos do seu funcionamento interno. Assim, ao acessar a caixa preta da escola, pode-se descobrir aspectos significativos das práticas, normas e condutas de uma instituição educativa.

Quando se opta por estudar a cultura escolar de uma determinada instituição é necessário entender as práticas definidoras do conhecimento que a sociedade da época desejava que fosse ensinado e os valores e comportamentos a serem inculcados. Para Pessanha et al. (2004) esses valores nem sempre estão explícitos nos documentos oficiais (relatórios, atas, boletins) analisados. Por isso, é indispensável examinar tais registros de forma diferente. Além disso, o pesquisador deve buscar sondar outros documentos menos formais como: cadernos, planos de ensino, livros, provas e material didático em geral.

A pesquisa sobre cultura escolar se vale dessas fontes privilegiadas que não são utilizadas pela historiografia tradicional. Por isso, normalmente não estão presentes nos arquivos públicos. Assim, cabe ao pesquisador a tarefa de utilizar essas fontes esquecidas pela historiografia tradicional buscando “reconstituir práticas sociais não mais presentes ou ressignificadas nos dias atuais” (PESSANHA et al., 2004, p. 63).

A análise histórica da cultura escolar fundamenta-se em três componentes inseparáveis: “os objetos em sua materialidade, as práticas e as configurações dos dispositivos e das suas variações” (PESSANHA, et al., 2004, p. 63), e esses elementos só podem ser resgatados quando o pesquisador se apossa das fontes primárias. A escola como detentora das fontes primárias é um manancial pouco explorado, principalmente nas escolas do interior do estado<sup>124</sup>. Seguindo essa análise, observa-se que a construção da cultura escolar necessita de um “espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico” (JULIA, 2001, p. 14-15). Na visão de

---

<sup>124</sup> No estado do Rio de Janeiro grande parte das pesquisas em história das instituições escolares focam seu olhar nas práticas das escolas da capital. Cumpre destacar que muitos estudiosos estão empenhados em ampliar essa perspectiva, como o grupo de pesquisa do CNPq “Educação, sociedade e região”, criado em 2002 e coordenado pela professora Silvia Alicia Martínez, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), que se dedica a analisar a história, a memória e as práticas educacionais de instituições do norte fluminense.

Vidal (2009), a escola “tem-se destacado como produtora de cultura específica e como espaço de convivência de culturas” (VIDAL, 2009, p. 26).

Em vista do apresentado, dos variados aspectos a serem estudados para compreender a cultura escolar do Colégio Rio Branco, um dos mais relevantes para a pesquisa que deu sustento a este texto são os sujeitos. Vidal (2009) aponta que o sujeito é analisado “com o objetivo de perceber como traduziram e traduzem as regras legais, as normas pedagógicas e os imperativos políticos em práticas escolares” (VIDAL, 2009, p. 26).

Nesse sentido, busca-se no depoimento dos sujeitos, somados à análise dos documentos e jornais da época, compreender alguns aspectos da cultura escolar do Colégio Rio Branco. Antes, porém, torna-se necessário apresentar algumas considerações acerca da trajetória histórica do CRB.

### **A história do Colégio Rio Branco nas páginas dos jornais**

O Colégio Rio Branco ocupou posição central na formação dos bonjesuenses desde a sua fundação em 1920 até 2011, contribuindo de forma significativa no processo de modernização da cidade de Bom Jesus do Itabapoana. A localidade teve sua história educacional marcada pela presença de inúmeras escolas particulares que, infelizmente, não perduraram. Neste sentido, o CRB se apresentou com uma instituição forte, sobrevivendo ao longo das décadas às mudanças internas e externas. As primeiras referindo-se à história administrativa da própria instituição e as segundas às reformas educacionais empreendidas pelo Estado brasileiro ao longo dos anos.

O mestre José Costa Júnior, fundador do colégio, morava na localidade havia pouco tempo<sup>125</sup>. No entanto, constatou que o distrito era próspero e que necessitava de instituições educacionais para ampliar a escolarização dos seus habitantes. Assim, foi criado em 25 de maio de 1920 o colégio particular Rio Branco, que passou a funcionar na rua Aristides Figueiredo, lugar em que permaneceria por uma década. Nesse espaço de tempo, Mário Bittencourt, cunhado do professor, juntou-se a ele para auxiliar na direção da escola, iniciando a empresa Costa & Bittencourt<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> As informações que temos do professor José Costa Júnior limitam-se ao jornal *O Norte Fluminense*. Infelizmente, a pesquisa não pôde localizar nenhum outro dado seu.

<sup>126</sup> Mário Bittencourt nasceu em 27 de setembro de 1895 em Macuco/RJ, onde iniciou seus estudos. Em 1916 iniciou o curso de direito, que abandonou para lecionar. Pertencia a uma família de educadores que, ao vir para o interior do estado do Rio de Janeiro, fundou algumas escolas nas cidades de Itaperuna, São Fidélis e Campos dos Goytacazes, denominadas de Colégio Bittencourt. Permaneceu na direção do colégio, assim como José Costa Júnior, até o final da

O Colégio Rio Branco recebeu esse nome em homenagem ao Barão do Rio Branco, que na época era figura de grande prestígio no país<sup>127</sup>. Inicialmente, a instituição dedicou-se ao ensino primário. No entanto, já em 1922, em seu segundo ano de funcionamento, contava, também com os níveis complementar e o secundário (curso de preparatórios)<sup>128</sup>. Cumpre destacar que o colégio não foi o primeiro a ofertar o nível secundário em Bom Jesus, mas se manteve como o mais importante ao longo das décadas.

O ensino secundário ofertado pelo colégio e pelas demais instituições, inclusive o Ginásio Nacional (antigo Colégio de Pedro II), caracterizava-se pelos cursos de preparatórios, com o objetivo de capacitar os alunos para os exames finais realizados no Ginásio Nacional ou nos colégios inspecionados. Vale ressaltar que esse nível de ensino era dirigido a uma parcela ínfima da população, sendo assim bastante elitizado.

Ainda que o secundário se apresentasse como mero cursinho de preparatório e o colégio fosse privado, seu papel tem importante significado para Bom Jesus, pois a instituição secundarista pública mais próxima era o Liceu de Humanidade de Campos, fundado em 1880. Distante cem quilômetros dali, cabia aos alunos, ainda, arcar com as despesas de hospedagem. Diante disso, percebe-se que a presença do CRB em Bom Jesus preenchia uma lacuna deixada pela ausência de escolas públicas que ofertassem o mesmo nível de ensino, ampliando a escolarização de uma parcela dos habitantes da cidade.

Em 1924, foram realizados os primeiros exames de preparatórios pelos alunos rio-branquenses no Ginásio Nacional. O bom rendimento e a aprovação de 23 dos 24 inscritos foi importante para o colégio, que se valeu da conquista para divulgar seu trabalho e ampliar seu prestígio. Destaca-se que as bancas examinadoras eram rigorosas e os exames complexos, levando, muitas vezes, a um grande número de reprovações. Nesse sentido, entende-se a importância, para o colégio, de divulgar a aprovação em massa dos seus alunos, demonstrando assim que estava preparado para cumprir a tarefa de capacitá-los para os exames de preparatórios. Nesse período, as

---

década de 1930. (Fonte: site do Colégio Bittencourt de Campos. Acesso em novembro de 2015).

<sup>127</sup> José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como Barão do Rio Branco, viveu de 1845 a 1912. Professor interino no Colégio Pedro II. De 1902 até falecer foi ministro das Relações Exteriores e nesta qualidade dirimiu a intrincada questão do Acre, assegurando este território ao Brasil pelo tratado de Petrópolis. O Barão do Rio Branco foi, ainda, presidente do Instituto Histórico e Geográfico e membro da Academia Brasileira de Letras. (BARRETO & LAET, 2010).

<sup>128</sup> O decreto n.º 1.200, de 7 de fevereiro de 1911, [...] dividiu a escola primária em elementar e complementar. (RODRIGUES, 2014).

escolas públicas e particulares divulgavam nos jornais locais os resultados finais dos exames de seus alunos, como forma de mostrar sua competência.

Ainda em 1924, os exames do primário e complementar realizaram-se no colégio<sup>129</sup>. Os resultados dos alunos foram significativos, com aprovação unânime, servindo de argumento para se fortalecer o ensino no colégio. No ano seguinte, outros exames parciais das disciplinas primárias também foram realizados, sendo exigidos os seguintes componentes curriculares: caligrafia, ditado, aritmética, leitura e gramática.

Nesse contexto, a escola funcionava nas modalidades de internato, externato e semi-internato. Neste mesmo ano de 1924 foi instituída a Escola de Instrução Militar 211, anexa ao prédio do CRB, com o objetivo de inculcar nos jovens bonjesuenses seus “deveres para com a pátria”, onde os alunos usavam “um uniforme de gala, todo branco, em estilo militar” (O NORTE FLUMINENSE, 11/05/1980, p. 01). Ainda, realizaram-se os exames, que conferiam ao aluno o certificado de reservista do Exército brasileiro, fiscalizado por uma banca que contou com a presença do capitão José Andrade Faria, inspetor regional dos tiros de guerra.

De acordo com a política educacional em vigor na década de 1920, somente os estabelecimentos secundários oficiais (públicos), principalmente o Ginásio Nacional ou as escolas fiscalizadas, poderiam aplicar os exames de preparatórios<sup>130</sup>. Nesse contexto, o CRB empenhou-se em buscar autorização para ter sua própria banca examinadora das provas finais. A oficialização ocorreu em 1928 pelo Departamento Nacional de Ensino. O inspetor enviado para fiscalizar a aplicação das provas, em novembro do mesmo ano, foi o Sr. Alarico Damasio.

No mesmo ano foi anexada ao colégio a Escola Remington de Datilografia, que antes funcionava no prédio do Sr. Antonio Ferreira Conde. O jornal *Nossa Terra* publicou uma pequena nota informando o novo endereço. Em seu primeiro ano de funcionamento no novo prédio foi realizado o concurso de datilografia, com o objetivo de contabilizar o número de palavras datilografadas por minuto pelos candidatos. O primeiro e o segundo colocados receberam medalha de prata e homenagens. Já o terceiro e quarto, apenas as homenagens.

O país passou por grandes transformações no campo político e educacional em decorrência da Revolução de 1930, pondo “fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace

---

<sup>129</sup> A banca examinadora estava composta pelos professores Mário Bittencourt, Acacio Azevedo, José Vieira Seródio, Nair Oliveira Borges, Amelia Ferolla e Isaura Mendonça.

<sup>130</sup> Essa situação viria mudar na década de 1930, com a reforma do Ensino Secundário, realizada a cargo de Francisco Campos, então ministro da educação e saúde, a qual será apresentada posteriormente.

## EXPEDIÇÕES

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional” (FAUSTO, 1997, p. 149)<sup>131</sup>. Em síntese, pode-se dizer que esse acontecimento histórico imprimiu a urgência em reajustar a estrutura do país, que se mantinha por meio da produção de um único gênero, em declínio iminente, o café.

Fotografia 1: Prédio do CRB em 1935



Fonte: Acervo do ECLB.

Fotografia 2: Prédio do CRB em 2011



Fonte: Acervo do ECLB.

As reformas empreendidas no ensino secundário, iniciadas em 1932, mudariam algumas práticas escolares. Nos primeiros meses de 1930, a sede do CRB foi transferida para o edifício do Largo de Santa Rita, nº 1, hoje Praça Amaral Peixoto, onde permaneceria até o encerramento das suas atividades. O grande número de matrículas levou o diretor José Cortes Coutinho a realizar a mudança, visando oferecer um espaço mais confortável aos alunos.

O prédio onde o colégio se instalou havia sido anteriormente a residência do vigário local, o padre Mello<sup>132</sup>. De acordo com *O Norte Fluminense* (1980), o prédio continha “salas de aula amplamente ventiladas e batidas pelo sol; um espaçoso parque para recreio [situadas] num local muito salubre, [...] ao mesmo tempo mais ao centro da cidade; enfim aparelhado com todos os preceitos higienistas e de acordo com a moderna pedagogia” (O NORTE FLUMINENSE, 01/06/1980, p. 4), como se pode observar na fotografia 1. Na época essas características eram muito importantes para o bom funcionamento dos colégios.

De acordo com as leituras realizadas nos jornais da época, e apesar de não possuir o caráter monumental de outras instituições localizadas principalmente nas capitais do país, percebeu-

<sup>131</sup> Por meio da Revolução de 1930, assume a presidência do Brasil Getúlio Vargas. Seu governo foi dividido em três períodos: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-45).

<sup>132</sup> O prédio foi construído, em meados do século XIX, por José Carlos Campos (fonte: BLOG DO ECLB, 10/08/2014).

se que o colégio buscava se enquadrar nos preceitos higienistas, pois seu novo prédio atendia algumas especificidades do movimento. Destaca-se, também, que o prédio passou ao longo do tempo por sucessivas reformas, principalmente na área externa, como se observa na fotografia 2.

Em 1932, produzia-se no colégio um jornal de circulação interna: *O Rio Branco*. O objetivo desse veículo era preparar e incentivar os alunos para o desenvolvimento de suas atividades futuras como “líderes” locais (O NORTE FLUMINENSE, 18/05/1980, p. 1). Os alunos contribuíam com o periódico preparando crônicas, como: “*A Bandeira*, por Cys de Souza; *Saudade*, por Izaura Vieira de Rezende; e, *O Pequeno Travesso*, por Antonio Miguel” (O NORTE FLUMINENSE, 01/06/1980, p. 4).

Neste mesmo período, foi publicada a primeira reforma do ensino secundário modificando as práticas escolares em sua estrutura e organização. Para Dallabrida (2009), a Reforma Francisco Campos, instituída pelo decreto n.º 21.241 de abril de 1932, estabeleceu de maneira oficial a modernização do ensino secundário por meio de várias medidas. Além disso, instituiu a seriação e a frequência obrigatória, que conseqüentemente eliminou os exames de preparatórios, mas em contrapartida estabeleceu em todo o território nacional o exame de admissão que vai se apresentar como uma barreira de acesso ao ensino secundário. Nota-se que além das mudanças de cunho estrutural a reforma inseriu novos hábitos no cotidiano escolar.

A reforma empreendida por Francisco Campos dividiu o ensino secundário em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos, subdividido em faculdades de direito, ciências médicas e engenharia. Estabeleceu, ainda, a equiparação de todos os colégios oficiais ao Colégio Pedro II, por meio da inspeção federal “e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem a mesma inspeção” (ROMANELLI, 2003, p. 135).

A busca pela oficialização do CRB começou uns anos após a publicação da reforma, pois a crise do café que assolou todo o Brasil no início dos anos de 1930, prejudicou especialmente a economia de Bom Jesus de Itabapoana, ainda vinculado ao município de Itaperuna, que tinha no produto sua principal base de sustentação. A partir de 1934, iniciaram-se as obras de reforma e construção de um novo pavilhão nos padrões exigidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) para obter a oficialização.

No jornal *A Voz do Povo* (1934) a matéria sobre a oficialização do colégio aponta como principal responsável o diretor Carlos Marques Brambila, trazendo também informações sobre as obras de reforma e construção, a preparação do espaço para a prática de ginástica e jogos desportivos, concluindo que a pretensão do diretor era “adquirir os gabinetes de physica, chimica e historia natural, assim que estiverem promptas as necessarias instalações” (A VOZ DO POVO, 10/11/1934, p. 1, manteve-se a grafia original). Cumpre destacar que o funcionamento desses gabinetes de ciências eram pré-requisitos legais para a oficialização do colégio, que, neste intervalo, ofereceu o ensino primário, o complementar, o curso preparatório para o exame de admissão e o comercial, além da escola militar e de datilografia (oficializada).

Nesse sentido, a busca pela oficialização do colégio torna-se intensa. Entende-se, então, que se buscava por meio da equiparação o prestígio e a chance de ofertar o ensino inspecionado pelo governo federal<sup>133</sup>. No início de 1935, o diretor do colégio recebeu o inspetor Sr. Theodomiro Magalhães para realizar a primeira inspeção da Diretoria Nacional da Educação. Para o Sr. Magalhães, as dependências do colégio atendiam às “normas exigidas [concedendo assim] um relatório favorável que foi recebido sob intenso júbilo” (O NORTE FLUMINENSE, 20/07/1980, p.3). Em fevereiro do mesmo ano, o CRB realizou o primeiro exame de admissão para o ensino secundário.

A oficialização foi decretada pela portaria do MES, em 3 de abril de 1936, que tornava oficial o CRB e nomeava inspetor federal o Dr. Lauro Alonso. Desta forma, a escola passou a ser fiscalizada pelo Governo Federal, garantindo aos seus alunos a continuidade dos estudos pós-primários. Assim, passou-se a ofertar, após a 4ª série primária, o exame de admissão ao ensino secundário e o fundamental de cinco anos (1ª a 5ª série).

A oficialização representou uma dupla vitória, pois beneficiou o colégio e estimulou os pensadores bonjesuenses a continuar com os debates emancipacionistas travados na imprensa da cidade, onde se expunham questões relativas à falha do poder público municipal e às ideias para se chegar à emancipação. Para o colégio, a oficialização também representou a confirmação de uma posição de destaque na formação dos jovens na região.

Neste mesmo ano foi inaugurado o Centro Pró Melhoramentos de Bom Jesus, com participação ativa dos membros do colégio. Destacou-se na sua direção o Sr. Olívio Bastos, 2º

---

<sup>133</sup> Somente os colégios equiparados ao Colégio Pedro II podiam ofertar o ensino secundário e emitir diplomas de conclusão do curso.

tesoureiro que viria a se tornar diretor e proprietário do CRB. Bom Jesus esteve ligado à Comarca de Itaperuna/RJ por toda a Primeira República, percorrendo um longo caminho para conseguir sua emancipação. Esta foi finalmente conquistada em 1938 e efetivada em 1943, quando se estabeleceu a Comarca de Bom Jesus do Itabapoana, completando a estruturação do município com a nomeação do primeiro juiz, o Dr. Armando Prestes de Menezes.

Mas no Colégio Rio Branco nem tudo foram glórias. Em janeiro de 1939 sua autorização foi cassada pelo ministro de Educação e Saúde Pública, considerando que o colégio não tinha condições de manter os padrões exigidos. O impacto movimentou a população na tentativa de solucionar o problema. Destacando-se a participação do Sr. José de Oliveira Borges, que assumiu a posição de liderança e conseguiu “graças à sua perseverança e inegável prestígio junto as autoridades” (O NORTE FLUMINENSE, 03/08/1980, p. 1), juntamente com o Sr. Olívio Bastos, José Mansur e Deusdedit Tinoco, reverter a situação com o MES, ainda em 1939, possibilitando, novamente, a oferta do ensino oficial.

Percebeu-se nesse momento o peso político que o colégio e seus dirigentes tinham. Um fator que possivelmente contribuiu para a permanência da instituição ao longo de muitas décadas, sobrevivendo a muitas reformas educacionais. Logo em seguida, esse grupo organizou uma junta governativa para dirigir o CRB, formada por Olívio Bastos, José de Oliveira Borges e José Mansur. A diretoria de administração geral e comercial do Rio Branco ficou ao cargo do Sr. Olívio Bastos<sup>134</sup>.

A chegada de Olívio Bastos à direção administrativa do CRB marca um momento importante na história da instituição, pois desse período em diante a direção e administração da escola permaneceria nas mãos de sua família. Alguns anos depois, em 1958, seu filho, Sr. Luciano Augusto Bastos, assumiria a direção do colégio e permaneceria por mais de 50 anos.

A primeira medida da junta governativa foi nomear a professora Maria do Carmo Baptista de Oliveira, conhecida como D. Carmita, como diretora técnica do colégio, que permaneceu na função por mais de vinte anos. Nesse período, o Colégio Rio Branco viveu os seus “anos de ouro” (O NORTE FLUMINENSE, 31/08/1980, p. 2). Pela primeira vez na sua história, a instituição inaugurou um Grêmio Littero Esportivo, batizado “Humberto de Campos”.

---

<sup>134</sup> Funcionário graduado da Leopoldina Railway Cia. Ltda. - pertencente aos ingleses - veio para Bom Jesus com a missão de administrar a Cia. Ferroviária Itabapoana em Bom Jesus do Norte- ES, em 1933, trazendo a família, da qual Luciano A. Bastos era o caçula. (Fonte: BLOG DO ECLB, 24/06/2013).

Em 1940 aconteceu a primeira formatura do curso ginásial, nos salões do CRB, comemorada ao som da orquestra “Os Tangarás” da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Já os formandos de 1941 tiveram um baile animado pelo “Jazz Natal” de Itaperuna/RJ. As festas solenes contaram com mesa de dirigentes e pessoas ilustres para proferir discursos, destacando-se a presença do Padre Melo, e prestigiar os formandos.

O ano de 1942 trouxe algumas mudanças para a estrutura do ensino secundário no Brasil, por meio da publicação da Lei Orgânica, elaborada por Gustavo Capanema. As instituições de ensino secundário tiveram de reorganizar novamente seu cotidiano, pois o ensino ganhava nova estrutura, com o primeiro ciclo, chamado de ginásial, de quatro anos, e o segundo ciclo, de três anos, subdividido em clássico e científico.

Assim, segundo Dallabrida (2011) as instituições de ensino secundário que ofereciam o primeiro ciclo eram chamadas de ginásios e as que apresentassem o ensino secundário completo eram conhecidas, distintamente, como colégios. Diante disso, entre os anos de 1942 e 1973 o CRB passou a ser chamado de Ginásio Rio Branco (GRB), por ofertar apenas o primeiro ciclo do ensino secundário.

A nova estrutura do ensino secundário, especificamente o ginásial, que passou de cinco para quatro anos, permitiu que duas turmas ginásiais se formassem no GRB em 1942, os alunos do quarto e quinto ano do secundário. A festa de encerramento das turmas ocorreu em períodos diferentes, em dezembro os “quintanistas” e em fevereiro de 1943 os “quartanistas”, que tiveram uma cerimônia bem preparada, com missa, solenidade de entrega dos diplomas e um baile de despedida.

Nesse período, também passou a ser produzido no GRB outro jornal interno: *A Voz do Estudante* (1943). Dirigido por Gefferson Lima de Jorge e gerenciado pelo aluno Julio Luiz Maia da Costa, teve como secretária Maria da Conceição Muylaert, tesoureira Saly Poubel Batista e como redator Aroldo Pani. Segundo a edição comemorativa de *O Norte Fluminense* (1980) o folheto escolar contava, ainda, com a participação dos alunos na elaboração de algumas matérias.

O esforço dos responsáveis do ginásio pela manutenção dos padrões demandados pela reforma de ensino era notório pois, nesse momento, representava a garantia de permanência da oferta desse nível de ensino na instituição; qualquer desatenção poderia lhe custar a oficialização e conseqüentemente o seu prestígio.

Alguns anos depois da implementação da reforma Capanema, a escola normal foi anexada ao GRB, por meio do decreto n.º 3.176 de 13 de julho de 1947, com o intuito de formar professores para atender a demanda da localidade, ali permanecendo até o fechamento da instituição. Além do curso normal, na época, a instituição ofertava o ensino primário, o exame de admissão, o secundário e o técnico em comércio.

Sobre a escolha dos alunos e suas famílias por uma ou outra modalidade de ensino, não podem deixar de se observar as preferências por gênero, muito bem demarcadas à época. Ao analisar a documentação restante do GRB no arquivo do Espaço Cultural Luciano Bastos pode-se perceber que havia uma polarização: no curso de formação de professores, as meninas predominavam. Já no técnico em comércio, a frequência maior era de meninos.

Em 1958, o Sr. Luciano Augusto Bastos assume a direção administrativa do colégio<sup>135</sup>. Após o afastamento da D. Carmita, em 1967, Luciano Bastos vai para a direção geral do colégio permanecendo até 2011. Neste mesmo ano foi criada a “Sociedade Educadora Limitada”, razão social do estabelecimento.

Os anos de 1960 trouxeram mudanças significativas para o Brasil no campo político e educacional. No plano educacional, destaca-se a publicação da lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual instituiu a equivalência entre os cursos secundário de segundo ciclo (clássico e científico), formação de professores (normal) e os técnicos. E lei permitia, assim, que os alunos egressos dos cursos técnicos e normal, além dos egressos do clássico e científico, pudessem ingressar no ensino superior. Pode-se dizer que essa equivalência foi positiva para o GRB que só ofertava o ensino secundário de primeiro ciclo. No entanto, a lei não alterou a estrutura do ensino secundário que permaneceria a mesma desde a Reforma Capanema até a publicação da reforma de primeiro e segundo graus em 1971.

---

<sup>135</sup> Luciano Augusto Bastos nasceu em 21 de janeiro de 1928, em Carangola - MG, filho de Olívio Alves Bastos e Vivaldina Martins Bastos. Ingressou na Faculdade de Direito de Campos, formando-se em dezembro de 1964. Luciano atuou como advogado por mais de 40 anos. Em 1989, no governo Carlos Garcia, e em 2001, no governo Miguel Motta, foi secretário municipal de educação. Colaborador ativo do jornal *O Norte Fluminense* desde sua fundação, passando a diretor do periódico após o falecimento de seu irmão, Ézio Bastos. Luciano Bastos foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição moderada ao governo, em 1966, no período da ditadura militar. Nos anos ulteriores manteve-se alinhado com a ideologia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Faleceu em 08 de fevereiro de 2011, em Bom Jesus do Itabapoana. (BASTOS, 2008).

No campo político, o golpe civil-militar de 1964 inaugurou no Brasil um regime ditatorial que iria suprimir as liberdades individuais e políticas, além de defender uma concepção de educação fortemente tecnicista, voltada para atender aos interesses do mercado de trabalho.

Enfim, a entrada da década de 1970 trouxe a publicação da lei nº 5.692/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau, introduzindo mudanças na estrutura do ensino. “O primeiro ciclo do ensino secundário seria definitivamente incorporado ao primeiro grau, ampliando a obrigatoriedade para oito anos” (NUNES, 2000, p. 58) e o segundo ciclo do secundário se tornaria o ensino médio. Alves (2012) aponta que a lei eliminou os exames de admissão ao curso ginásial, um dos instrumentos mais eficazes na restrição do ingresso ao ensino secundário, ampliando o acesso à escolarização. Entretanto, esse maior acesso veio acompanhado de um empobrecimento da qualidade do ensino, representando uma perda para a educação nacional. Ainda, o 2º grau teve caráter profissionalizante.

As determinações impostas pela reforma do 1º e 2º grau levaram algum tempo para ser implementadas no GRB, efetivando-se apenas em 1973. Neste período, a instituição retornou à denominação anterior de Colégio Rio Branco e reorganizou a estrutura do ensino de primeiro grau começando a ofertar o ensino de 2º grau regular nas modalidades profissionalizantes formação de professores e técnico em comércio.

Nesse sentido, pôde-se perceber que a história do CRB foi marcada por muitas transformações internas de cunho administrativo e que, até a década de 1940, os dirigentes permaneciam pouco tempo no cargo, situação que mudou com a chegada da família Bastos na direção, marcando o início da estabilidade administrativa do colégio. Notou-se, ainda, que os dirigentes do colégio tentaram ao longo do tempo adequar suas atividades cotidianas às políticas educacionais impostas na época, contribuindo para a formação de uma cultura escolar específica. Diante disso, na próxima seção se apresentam os aspectos mais relevantes da cultura escolar do CRB.

### **Aspectos relevantes da cultura escolar do Colégio Rio Branco**

Diante de tudo que foi apresentado, destaca-se como ponto marcante da cultura escolar do Colégio Rio Branco a disciplina, o nacionalismo - representado pela participação nos desfiles cívicos - e a religiosidade, presente nas aulas e no ambiente escolar.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

O incentivo ao nacionalismo, intensificado nas escolas a partir de 1930, incorporou novas condutas cívicas às práticas comuns dos anos de 1920 no CRB, como a homenagem à bandeira, feita pelos alunos da escola militar, os jogos estudantis e as comemorações de encerramento dos exames finais. Nesse sentido, os desfiles cívicos e a admiração ao chefe de Estado, introduzidos no cotidiano escolar, visavam incutir nos jovens estudantes o sentimento de pertencimento à nação, ausente nos primeiros anos da República, pois “os vários governos que assumiram o poder teriam falhado na tarefa de construir a noção de nacionalidade” (FAGUNDES, 2004, p. 67).

Assim, a participação dos alunos nas festas cívicas tornou-se um marco. Segundo Fagundes (2004), essa naturalização da civilidade remete-se aos regimes autoritários, os quais buscavam por meio desses eventos enaltecer a figura do líder supremo. Com esse objetivo, o governo de Getúlio Vargas cria ou recria “uma série de manifestações e cerimônias cívicas como: o Dia da Raça; o Dia da Pátria; o Dia da Juventude; a Semana da Pátria; o Dia do Soldado; o Dia do Trabalhador” (FAGUNDES, 2004, p. 70).

O jornal *A Voz do Povo* (1934) dedicava uma cobertura de primeira página às comemorações patrióticas. Segundo Fagundes (2004) a administração de Vargas incorporou o discurso nacionalista, assim como implementou “projetos no interior da escola no sentido de moldar essa noção, principalmente, entre o conjunto dos estudantes [...], essas ações afetaram o cotidiano escolar, sobretudo com a criação e a reconstrução de cerimônias cívicas e comemorações de caráter patriótico” (FAGUNDES, 2004, p. 68), intensificadas no período do Estado Novo.

Os alunos sempre representavam o CRB nas solenidades e nas comemorações patrióticas, como descrito acima. O colégio teve participação ativa nas festividades do município no pós-1930. Em meio aos documentos restantes do CRB, foi possível identificar alguns ofícios da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana e da Câmara Municipal convidando o colégio para as comemorações<sup>136</sup>. Dessa forma, o CRB marcava presença nos desfiles de sete de setembro e quinze de novembro, como pode-se observar na fotografia 3.

---

<sup>136</sup> Como dito na introdução deste artigo, após o encerramento das atividades escolares do colégio os documentos oficiais foram recolhidos pela Secretária Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), mas em meio a outros papéis foi possível encontrar alguns documentos que preservavam a memória do cotidiano escolar.

# EXPEDIÇÕES

## Teoria da História &

## Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Fotografia 3: Comemorações cívicas, da Escola Militar 187 do CRB no ano de 1933



Fonte: Jornal A Voz do Povo (09/09/1933 e 18/11/1933), acervo do Espaço Cultural Luciano Bastos.

O nacionalismo não estava presente apenas nas práticas dos alunos, mas também em todo o ambiente escolar. A análise da cultura material escolar permite compreender as estratégias de “conformação da corporeidade dos sujeitos” (VIDAL, 2009, p. 32) determinadas pelas relações de poder<sup>137</sup>. Assim, Vidal (2009) aponta que:

É a percepção de que a cultura escolar se efetiva das práticas escriturais e não escriturais (oral ou corpórea), em que se acionam os vários dispositivos constituintes dos fazeres da escola, no que concerne às lições e aos usos da materialidade posta em circulação no espaço e no tempo escolares, que permite tomar a cultura material escolar como importante indício das práticas escolares. (VIDAL, 2009, p. 32).

Segundo Vidal (2009), está representação, como se observa na fotografia 4, serve para abordar a materialidade da escola, podendo informar os diferentes aspectos que nela estão representados. O conjunto de carteiras; o quadro negro; a mesa do mestre em posição centralizada e elevada; os instrumentos pátrios (bandeiras); o crucifixo; as figuras geométricas, o globo e outros

<sup>137</sup> Pode-se dizer que as estratégias de “conformação e da corporeidade dos sujeitos” estão expressas na aceitação das imposições culturais da época, como a questão de gênero e a disciplinar, defendidas pela escola. No entanto, Vidal (2009) afirma que essas estratégias podem conter, em alguns casos, “táticas de subversão, como diria Michel de Certeau (1994 apud Vidal, 2009), inventadas pelos alunos e professores” (VIDAL, 2009, p. 32).

materiais pedagógicos que auxiliam na aprendizagem das disciplinas, mostrando claramente a presença do nacionalismo no ambiente escolar.

Fotografia 4: Reprodução de uma sala típica dos anos de 1940 no ECLB.



Fonte: Acervo particular da autora. Foto tirada no ECLB em 2015.

Pode-se observar que os objetos escolares presentes no CRB demonstram os valores da instituição. Em primeiro lugar, identifica-se a religiosidade, representada pelo crucifixo e, também, pelas aulas de religião ministradas por padres, evidenciando a proximidade da escola não confessional com a Igreja Católica, muito presente na região. Segundo Amanda (2015) aulas de religião eram ministradas pelo “monsenhor Francisco” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 23 de outubro de 2015). Em segundo lugar destacam-se os valores nacionalistas, expressos nos objetos pátrios e também nas festas cívicas.

Nota-se, então, que o CRB buscou manter-se alinhado com as diretrizes impostas pelo Estado Nacional. Nesse sentido o ambiente escolar traduzia essa ideia de nacionalidade nos símbolos e práticas cotidianas. Pôde-se observar outro aspecto do nacionalismo do colégio nos quadros de formatura dos alunos da década de 1940. Toda escola que desejasse mostrar seus ideais tradicionais tinha os quadros de formandos em suas paredes, que eram solenes. Os quadros de formandos do CRB além de expressar seu tradicionalismo, ainda apresentavam os símbolos nacionalistas em suas molduras, como exposto na fotografia 5.

Fotografia 5: Quadro de Formandos de 1941 e 1942



Fonte: Acervo particular da autora. Foto tirada no ECLB em 2015.

A expressão do nacionalismo nos quadros de formandos está caracterizada pelo brasão da República, pelo mapa do Brasil e pelas disposições hierárquicas da representação dos diretores, inspetor, professores e alunos. Nas paredes do ECLB estão expostos três quadros de formandos da década de 1940, que permaneceram expostos por mais de 60 anos no colégio. Segundo Martínez (2012), os quadros de formandos constituíam parte importante e representativa na preservação da memória escolar, prática muito utilizada no Brasil.

O ano de 1942 trouxe algumas mudanças para a estrutura do ensino, por meio da publicação da já mencionada Lei Orgânica do Ensino Secundário, elaborada por Gustavo Capanema. As instituições de ensino secundário tiveram de reorganizar seu cotidiano.

As medidas impostas pela reforma mostram uma aproximação entre a ditadura do Estado Novo e a Igreja Católica, representada pela adoção do ensino religioso e a segregação de gênero. O Colégio Rio Branco não chegava a separar os alunos em salas por gêneros, mas a sua disposição na sala era pensada para que eles mantivessem certo distanciamento, zelando assim pela “moral e os bons costumes” da época, como se pode observar na fotografia 6.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &

Historiografia

Vol. 7, Nº 2, AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

**Fotografia 6: Alunos do CRB divididos entre meninas à direita e meninos à esquerda.**



Fonte: Foto reproduzida pela autora a partir de uma fotografia pendurada na parede do museu, em 2015. Arquivo do ECLB.

Nota-se também que, mesmo o colégio sendo misto, buscava manter os meninos e as meninas a certa distância. Para Laís (2015), ex-aluna da instituição, a responsável por manter o distanciamento entre meninos e meninas era D. Carmita, pois era “muito beata e rigorosa, então ela não gostava de ver muito menina e menino conversando, então [ela colocava] as meninas pra lá e os meninos pra cá” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 05 de setembro de 2015). Além disso, o ensino no CRB era muito rígido, como se comprovará mais adiante por meio dos depoimentos, sendo a disciplina a marca da escola.

No que tange à disciplina, pode-se dizer que o CRB tinha uma equipe dedicada a inculcar nos alunos os padrões do colégio de bom comportamento e civilidade. Para Lis (2015) a “[...] disciplina era 100%. Ninguém respondia professor, ninguém. Mal fazia uma pergunta se não entendia o que ele explicava. Era assim [...] muito rígida”. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 23 de outubro de 2015).

Na visão de José, era a

[...] disciplina muito boa com a D. Carmita. [...] tenho gratas recordações [...] aquela disciplina do chefe de disciplina. O aluno era obrigado a prestar atenção na aula, justificar pra ir no banheiro. Então eu acho que pra mim foi muito bom, contribuiu muito. [...] A disciplina do colégio também ajudava muito. Se sabia que na sala de aula quem mandava era o professor e o aluno teria que obedecer. Não tinha muito esse questionamento de hoje. Então era prestar atenção na aula e tirar nota boa. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 30 de agosto de 2015).

Segundo Lara (2015), antigamente a disciplina era diferente, tudo envolvia comportamento, “[...] tinha até chefe de disciplina [que] ficava sentado lá na sala vendo o professor dar aula” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 12 de outubro de 2015).

Apesar das exigências impostas pela D. Carmita, os egressos do CRB entrevistados demonstraram muita gratidão e carinho por ela e pelos excelentes professores que tiveram. Os alunos, ainda, lembraram os famosos “estudos da D. Carmita”, que não eram nada fáceis:

[...] a gente tinha muito medo do estudo, que quando você não ia bem durante as aulas a D. Carmita arrumava um estudo pra você. Então, aquele estudo era cruel e todo mundo queria sair dele. E tinha alguns que [tinham] que ir. Eu entrei nessa fila de ter que ficar no estudo. Eu lembro bem, a gente naquele silêncio estudando, porque não podia fazer barulho nenhum. De repente a gente ouvia aquele passo da D. Carmita, aquele passo pesado que ela tinha naquele assoalho. Olha, era complicado, chegava a doer por dentro. A gente ficava com medo daquela situação, mas acabando que no final [...] ela só chegava e perguntava: alguma dificuldade? A dificuldade que tiver vocês interrogam/ perguntam, tem professor do que vocês quiserem na sala. Por que não era uma sala, era um corredor largo, que era a sala dos professores, então ali ficavam alunos estudando, fazendo um reforço e os professores que entravam em uma sala e outra. Tinha essa parte que eu achava muito válido, [...] na hora a gente tinha um certo tabu por aquilo. Mas depois eu vi que valeu a pena. [...] Esse famoso estudo da dona Carmita é que resolvia todos os meus problemas, apesar de eu não gostar. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 05 de setembro de 2015).

Os estudos extraclasse eram para alunos com baixo rendimento nas aulas. O intuito era evitar problemas maiores no final do ano. Por exemplo, nas aulas de história da D. Carmita, quando os alunos erravam ou esqueciam as respostas do questionário aplicado em aula, ela logo mandava eles voltarem à tarde para praticar mais. Assim aconteceu com Amanda (2015) que esqueceu o nome do capitão donatário, e a D. Carmita mandou ela “voltar [depois]. A gente sai meio dia [...], ia em casa, almoçava e voltava pra estudar. E lá onde a gente [estudava], [ela] botava cada aluno num lugar, numa mesinha e tal. [...] Nossa, [ela era] carrasca, todo mundo morria de medo” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 23 de outubro de 2015).

Sem contar alguns professores, como a D. Vera de português, que possuía sua própria estratégia de revisão dos conteúdos aplicados em sala, exigindo dos alunos que passassem o caderno de aula a limpo. Era uma prática comum na época os alunos manterem um caderno de aula e um de casa, no entanto, dos depoimentos dos egressos do CRB, somente Carla (2015) lembrou desse detalhe, contando que a

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

[...] professora de português [...] gostava muito de caderno, caderno preparado. Aí eu tinha um caderno [...] de português separado, tudo que fazia lá no colégio, chegava em casa eu passava a limpo [...]. Quer dizer, então você via no colégio, chegava em casa, quando você ia passar a limpo [...] via novamente aquilo [...]. Acho que ela já fazia isso mesmo pra poder [...] a pessoa, né, ler o que estava escrevendo de novo [...]. É, ela era muito boa [...]. [E] hoje é tudo no computador mesmo e acabou, né, e a gente escrevia mesmo. [...] você tinha que copiar [...] tudo do quadro no caderno. Se você não tivesse letra boa [...] passava apertada, por que se tinha que copiar pra poder estudar aquilo depois. Se você não soubesse o que você escreveu como você ia fazer pra estudar? E tinha que ser ligeiro, porque passava e já vinha logo apagando. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 12 de outubro de 2015).

Diante disso, percebeu-se que os estudantes se dedicavam para se manter no nível secundário, podendo, futuramente, ingressar em um curso superior<sup>138</sup>. Esses aspectos da cultura escolar ficaram marcados na trajetória histórica do CRB. Outro dado interessante é a visibilidade que os jornais da época, principalmente *O Norte Fluminense* (1980), davam à instituição com matérias de destaque buscando conferir prestígio e renome ao colégio<sup>139</sup>. Em algumas publicações da edição comemorativa de *O Norte Fluminense* (1980), por exemplo, encontram-se nomes de alunos que estudaram na escola, ações do colégio junto ao município, agradecimentos às pessoas que contribuíram para que o educandário conquistasse seu espaço e homenagens a ex-alunos que se formaram, ao longo das décadas, em diversos cursos superiores (na capital ou em outro estado), com o intuito de compartilhar sua conquista.

Portanto, constatou-se que a história do Colégio Rio Branco esteve pautada, também, por um tipo de intercâmbio: o colégio contribuía nas ações do município com o intuito de torná-lo moderno e os munícipes, em contrapartida, defendiam a bandeira da escolarização e do lugar privilegiado que o colégio nela ocupou por muitas décadas. O papel relevante do CRB na formação dos jovens é vívido na memória local.

### **Considerações finais**

Ao optar por escrever a trajetória histórica do CRB por meio da análise dos jornais, foi necessário realizar um grande esforço para manter a visão crítica e o afastamento do discurso

---

<sup>138</sup> Como já dito, o CRB ofertava o ensino secundário de primeiro ciclo, o técnico em contabilidade e o normal. Então, na maioria das vezes os alunos faziam o ginásio e depois iam para o curso técnico ou o normal. A Lei 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu a equivalência entre os cursos secundário, técnico e normal, transformando-os em ensino médio. Assim, os alunos do CRB podiam ingressar nos cursos superiores após terminar o curso técnico e normal.

<sup>139</sup> Jornal da família do Sr. Luciano A. Bastos.

saudosista produzido na época pelos periódicos, principalmente *O Norte Fluminense*, que pertencia à família do proprietário do colégio. No início foi muito difícil conceber esse afastamento e não reproduzir o discurso laudatório por eles utilizado. No entanto, ao longo da pesquisa foram surgindo questionamentos e a necessidade de contextualizar, mostrando que os acontecimentos da época no colégio não eram fatos isolados, mas sim estavam inseridos nas políticas educacionais impostas no período.

Nessa perspectiva, foi necessário esboçar a trajetória do CRB articuladamente à do ensino secundário no Brasil, o qual passou por várias transformações ao longo de tempo. Foi preciso ponderar, também, as influências que as políticas educacionais tiveram no cotidiano do colégio, principalmente após a década de 1930 quando se iniciam as reformas nacionais de ensino, pois essa relação não estava explícita nos jornais consultados.

O Colégio Rio Branco, assim como outras instituições, precisou se adaptar às normas impostas pelas políticas educacionais ao longo dos anos. Buffa (2002, p. 25) aponta que as “políticas educacionais deixam marcas nas escolas”. E a apropriação dessas diretrizes é díspar de escola pra escola, pois podemos encontrar casos de submissão, resistência e subversões. No entanto, verificou-se que a instituição fez um grande esforço de ajuste às diretrizes educacionais impostas pelo Estado brasileiro.

A análise da cultura escolar nos leva a desvendar aspectos significativos da instituição que estão guardados na “caixa preta” (JULIA, 2001) da escola. Diante disso, observamos que a cultura escolar é fruto do entrecruzamento das políticas educacionais, da finalidade da educação da época e da ação dos sujeitos escolares. Segundo Julia (2001), estudar uma instituição educativa por meio da cultura escolar nos permite compreender e reinventar os caminhos que levaram à apropriação de certas práticas, normas e condutas pela instituição. É importante salientar que a cultura escolar não está restrita ao universo da escola, ela é fruto da sua relação com a sociedade da época. A cultura escolar impressa pelo nacionalismo, religiosidade e disciplina deixou marcas profundas na vida dos sujeitos que passaram pelos bancos escolares do colégio.

### **Referências bibliográficas**

a) Fontes citadas Jornais dos jornais fluminenses e de bonjesuense

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

*15 DE NOVEMBRO: como foi comemorado em Bom Jesus essa magna data – a parada pelo E.I.M. 187 – as festas esportivas – outras notas.* A Voz do Povo. Bom Jesus do Itabapoana, 18 de novembro de 1933, nº 16, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

*A PRÓXIMA oficialização do - Collegio Rio Branco.* A Voz do Povo. Bom Jesus do Itabapoana, 10 de novembro de 1934, nº 64, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

*COLÉGIO RIO Branco – Espaço Cultural Luciano Bastos.* Blog do Espaço Cultural Luciano Bastos. Bom Jesus do Itabapoana, 10 de agosto de 2014. Disponível em: <http://espacoculturallucianobastos.blogspot.com.br/2014/08/colégio-rio-branco-espaco-cultural.html>. Acesso em: janeiro de 2016.

*COLÉGIO Rio Branco: Festeja sessenta anos de fundação o tradicional educandário de bonjesuense – idealismo e grandeza – programações durante o ano.* O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 11 de maio de 1980, nº 1446, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

*COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de glórias (II).* O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 18 de maio de 1980, nº 1447, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

*COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (IV).* O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 01 de junho de 1980, nº 1449, p. 4. Disponível no acervo do ECLB.

*COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (VII).* O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 20 de julho de 1980, nº 1455, p. 3. Disponível no acervo do ECLB.

*COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (VIII).* O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 03 de agosto de 1980, nº 1457, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

*COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (IX).* O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 31 de agosto de 1980. Nº 1460, p. 2. Disponível no acervo do ECLB.

*NO ALTAR da pátria.* A Voz do Povo. Bom Jesus do Itabapoana, 09 de setembro de 1933, nº 6, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

*NOS TRILHOS do trem viajou a família Bastos para o Vale do Itabapoana em dia de São João.* Blog do Espaço Cultural Luciano Bastos. Bom Jesus do Itabapoana, 24 de junho de 2013. Disponível em: <http://espacoculturallucianobastos.blogspot.com.br/2013/06/nos-trilhos-do-trem-viajou-familia.html>. Acesso em: janeiro de 2016.

*O PROFESSOR Mário Bittencourt. Nossa história: há quase um século formando jovens.* Site do Colégio Bittencourt. Disponível em: <http://espacoculturallucianobastos.blogspot.com.br/search?q=pr%C3%A9dio>. Acesso em novembro de 2015.

b) Bibliografia

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

ALVES, Claudia. *Estudos secundários no Brasil nos séculos XIX e XX*. In: PESSANHA, E. C.; JÚNIOR, D. G. (organizadores.). *Tempo de cidade, lugar de escola: História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”*. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 87-116.

BARRETO, Fausto; LAET, Carlos de. *Barão do Rio Branco – Resumo da biografia e obra. Consciência: Filosofia e Ciências humanas*. Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.consciencia.org/barao-do-rio-branco-resumo-da-biografia-e-obra>. Acesso em janeiro de 2015.

BASTOS, Luciano Augusto. *De Município a Distrito: Primeira Emancipação de Bom Jesus do Itabapoana (1890-1892)*. Bom Jesus do Itabapoana: volume 1. Ed. O Norte Fluminense, 2008.

BUFFA, Ester. *História e filosofia das instituições escolares*. In: ARAUJO, J.C.S.; GATTI JR, D. (organizadores). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação).

DALLABRIDA, Norberto. *A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário*. Revista Educação. Porto Alegre, volume 32, n.2, p. 185-191, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>.

\_\_\_\_\_. *O Público e o Privado no Ensino Secundário em Santa Catarina (1945-1961)*. Revista Educação Pública. Cuiabá, volume 20, n. 42, p. 145-159, 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org/organizadoresbr/pdf/repub/v20n42/v20n42a09.pdf>. Acesso em junho de 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A Reconstrução da nacionalidade: uma análise do Liceu De Humanidades De Campos – RJ (1931-1942)*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2004. 120 páginas. (Dissertação, Mestrado em Políticas Sociais).

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como objeto histórico. Tradução do artigo: “La culture scolaire comme objet historique”*. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da educação. Campinas/SP. Volume 1, n.1, jan/jun. 2001. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia. *A Escola Normal de Campos na gênese do processo de formação e profissionalização do magistério no Norte Fluminense*. In: LOPES, Sonia de Castro; CHAVES, Miriam Waidenfeld (organizadoras). *A história da Educação em Debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. Cap. 6, p. 121-137.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

MARTÍNEZ, Silvia Alicia. *Nível Secundario y fotografías*. CABÁS- revista digital sobre el Patrimonio Histórico Educativo, v. 9, p. 23-38, 2013.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; GANTOS, Marcelo Carlos; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. *Arquitetura, escola e memória: o edifício do Liceu de Humanidades de Campos*. Cadernos de História da Educação (UFU), v. 5, p. 161-174, 2006.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; VIANA, Jussara Scafira Mesquita; PINHO, Leandro Garcia; GAMA, Michele dos Santos da Silva; BALDES, Marcio Andrade Lyrio; MACHADO, Rafaela. *Preservação, pesquisa e difusão do patrimônio educacional: o caso do Liceu de Humanidades de Campos (RJ)*. Vértices. Campos dos Goytacazes/RJ, v. 14, n. Especial 2, p. 215-227, 2012.

MOGARRO, Maria João. *Os arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira*. Pro-Posições. v. 16, n. I (46) - jan./abr. 2005, p. 103-116.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, ZAIA, Iomar Barbosa, VENDRAMENTO Maria Cristina. *Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira* Pro-Posições, v. 16, n. I (46) - jan./abr. 2005, p. 117-133.

NÓVOA, António. *Para uma análise das Instituições Escolares*. In: NÓVOA, A. (coordenação). *As organizações escolares em análise*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1999, 3 edição.

NUNES, Clarice. *O “Velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos*. Revista brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782000000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. *Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: Uma trajetória de pesquisa*. Revista brasileira de Educação. Mato Grosso do Sul, n. 27, Set /Out /Nov /Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a04>. Acesso em: 01 de agosto de 2015.

RODRIGUES, Rodrigo Rosselini Julio. *Formando cidadãos fluminenses: república e escola primária no município de Campos – RJ (1893-1931)*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2014. 330p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANFELICE, José Luís. *História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais*. Revista HISTEDBR online. Campinas, n. especial, p. 20-27, agosto 2006.

SAVIANI, Dermeval; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana; ALVES, Claudia; NETO, Wenceslau Gonçalves. *Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, n. 3 (27), p. 13-45,

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

set./dez. 2011. Disponível em: <http://sbhe.org.br/modules/publisher/item.php?itemid=95>. Acesso em março de 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Cultura escolares: Estudo sobre prática de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Coleção memória da educação.

\_\_\_\_\_. *No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares*. Currículo sem fronteiras, São Paulo, v.9, n.1, p. 25-41, jan/jun 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Culturas Escolares Y Reformas (Sobre La Naturaleza Histórica De Los Sistemas E Instituciones Educativas)*. Revista Teias, vol. 1, n. 2, página 1-25, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/40/42>. Acesso em: janeiro de 2016.

## **HERÓIS SEPULTADOS E HERÓIS VIVOS: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS TÊM A DIZER SOBRE A FUNDAÇÃO DA NAÇÃO?**

*Buried and Alive heroes: what does the textbooks have to say about the national foundation?*

André Luan Nunes Macedo\*

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo comparar os ensinamentos de história brasileiro e venezuelano a partir da análise de livros didáticos utilizados em escolas públicas. Pretendemos construir uma compreensão das possíveis relações entre os processos de formação da identidade com os conteúdos de história nacional. Nosso objeto remete às apropriações existentes nos materiais didáticos que produzem sentido à consciência histórica, por meio do estudo de materiais didáticos produzidos em 2013 no Brasil e na Venezuela. Do ponto de vista da Venezuela, os materiais escolhidos são feitos pelo próprio governo bolivariano, a chamada *Colección Bicentenario*, publicada pela primeira vez em 2012, tendo sua segunda edição em 2013. No caso brasileiro, utilizamos os materiais didáticos melhores avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014. A investigação sobre os políticos recorre não só aos estudos historiográficos sobre as figuras do mito fundador nacional. Foi também necessário apresentar um balanço conceitual sobre a formação dos estados, situando a América Latina no contexto de construção identitária-nacional. A questão nacional brasileira, e a latino-americana em geral, precisam de um espectro teórico e crítico próprio, que reflita suas especificidades. Esse é um dos objetivos de nosso trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livros didáticos. América Latina. Independência. Brasil. Venezuela

**ABSTRACT:** This work has as objective the comparing of Brazilian and Venezuelan teaching of history throughout the textbooks used in public schools. We pretend to build a comprehension of the possible relations between the process of identity formation with the national history contents. We utilized as an assumption three Venezuelan and one Brazilian textbook. In Venezuela's perspective, the chosen textbooks were made by the Bolivarian government itself, also known as *Colección Bicentenario*, published in 2012, having its second edition in 2013. In the Brazilian case, we utilized the best evaluated textbooks by the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) of 2014. The investigation about the politicians refers not only to historiographical studies about the mythical founders of the nation. It was also necessary to present a conceptual balance on the formation of states, situating Latin America in the context of building the national identity. The Brazilian question, and Latin American in general, needs its own theoretical and critical spectre, that reflects its own specificities. That is one of the objectives of our work.

**KEYWORDS:** Textbooks. Latin America. Independency. Brazil. Venezuela.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei. Professor substituto da Universidade Federal de Alagoas. Leciona nas áreas de Ensino de História e História do Brasil. e-mail: [andreluanlamarca@gmail.com](mailto:andreluanlamarca@gmail.com)

O que é a independência para Brasil e Venezuela nos livros didáticos? Qual é o significado do termo do ponto de vista histórico? Como aparecem os heróis que “fundam o mito” da nação em ambos os países? Existe um culto personalista dessas figuras? De que forma a história da independência constrói um imaginário político que opera e produz sentido nas consciências históricas nacionais a partir da relação passado-presente-futuro?

Para responder às questões levantadas, é necessário compreender as opções ideológicas e políticas dos autores e editoras dos livros didáticos ao tratar sobre a fundação das nações. Cabe, nesse sentido, analisar figuras históricas que sintetizam o sentimento de pátria e de rompimento com a metrópole e o Pacto Colonial. Analisando Venezuela e Brasil, temos de um lado o libertador Simon Bolívar, os generais “coadjuvantes” que estiveram ao seu lado nas batalhas pela libertação das colônias espanholas - O’Higgins, San Martín, Sucre, Miranda - e seu precursor intelectual - Simon Rodríguez. No caso brasileiro, temos Dom Pedro I e a formação de um império brasileiro que “rompe pelo alto” com a Coroa portuguesa. Além disso, temos também a figura de Tiradentes, a “Fênix Republicana” de fins do século XIX e início do XX, transformado miticamente em um herói nacional a ser cultuado por sua luta anti-colonial contra a tirania portuguesa.

A investigação sobre os políticos recorre não só aos estudos historiográficos sobre as figuras do mito fundador nacional. É também necessário apresentar um balanço conceitual sobre a formação dos estados, situando a América Latina no contexto de construção identitária-nacional. Situamos os livros didáticos no centro da formação nacional, como artefato ideológico crucial que produz significado para a nação. Afinal, o que os livros têm a nos dizer sobre a independência?

### **Considerações metodológicas**

Utilizamos nesse artigo quatro livros didáticos venezuelanos e dois brasileiros. Do ponto de vista da Venezuela, os materiais escolhidos são feitos pelo próprio governo bolivariano, a chamada *Colección Bicentenario*, publicada pela primeira vez em 2012, tendo sua segunda edição em 2013. Conseguimos os materiais digitalizados quando realizamos um trabalho de campo, ao conversar

diretamente com o vice-ministro responsável pela direção da publicação destes materiais. Trata-se de uma tiragem de 450 mil exemplares espalhados por todas as escolas públicas do país.

Durante nossa investigação, detectamos três exemplares que tratavam diretamente sobre a questão da fundação nacional e com o enaltecimento do “Libertador” Simon Bolívar: “*Historia de Venezuela y de Nuestramérica*”, “*História de la Republica*”, “*Bolívar: tempo y vigencia del hombre de las dificultades*” São materiais voltados para alunos do primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio. Existe um volume alto de exemplares dos materiais venezuelanos que tocam no assunto, mostrando que o objeto de pesquisa para a confecção deste artigo não se limita a esses exemplares. Nesse sentido, temos como objetivo analisar a história nacional segundo o chavismo enquanto perspectiva ideológica.

No caso brasileiro, utilizamos os materiais didáticos melhores avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014: o *Projeto Araribá e História e Vida Integrada*. Os critérios do PNLD estão contidos em uma Ficha de Avaliação que analisou os livros a partir dos seguintes elementos: “(1) manual do professor; (2) componente curricular História; (3) proposta pedagógica; (4) formação cidadã e (5) projeto gráfico” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, pg.16).

### **A América Latina entre as nações criollas e a unidade nacional como projeto**

Voltar à questão da formação dos Estados-Nação remete a uma tensão com o projeto civilizatório europeu para a humanidade. Para Xavier-Guerra, a ideia de nação e seu derivativo conceitual para a construção de uma ideia de povo a partir do sujeito cidadão são as “duas maiores novidades do mundo moderno” (1999, pp. 33-61). A construção de uma identidade nacional das colônias hispânicas durante o processo de independência se dá a partir de embates que buscam disputar tal “novidade”. Diferentemente do que ocorre nas nações europeias, que procuravam uma homogeneização do povo a partir da construção da cidadania, as colônias espanholas entendiam o projeto de construção da nação como uma soma dos diferentes povos que existiam nesse território (GUERRA, Idem, p.37). Trata-se, portanto, de uma visão histórico-cultural distinta sobre a nacionalidade, uma construção identitária latino-americana.

Dentro desse conglomerado de povos americanos, a mestiçagem entre europeus, indígenas e negros fundamenta a base étnica que produz um outro significado para a constituição de um novo

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &

Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

sujeito político nos trópicos. Segundo a tipologia étnico-nacional de Darcy Ribeiro, os povos que se misturaram e produziram o fenômeno da violenta mestiçagem e deculturação das etnias indígenas e africanas perante o europeu fazem parte da substância que os unifica contraditoriamente nos chamados Povos-novos:

Os Povos-Novos das Américas são, também, o resultado de formas específicas de dominação étnica e de organização produtiva sob condições de extrema opressão social e deculturação compulsória que, embora exercidas em outras épocas e em distintas áreas do mundo, alcançaram na América colonial a mais ampla e a mais rigorosa aplicação. [...] Os traços comuns a todas estas nações e enclaves, que as caracterizam como Povos- Novos, não se revelam apenas no seu processo formativo. Manifestam-se, também, nos seus perfis atuais e nos problemas de amadurecimento étnico-nacional e de desenvolvimento sócio econômico com que se defrontam. Manifestam-se, sobretudo, pelo seu desatrelamento de qualquer tradição arcaica, que permitiu configurar as parcelas mais atrasadas de suas populações como componentes marginais de tipo diverso daquele que encontramos nos Povos- Testemunho [as antigas civilizações-Estado indígenas], porque marginalizados antes social do que culturalmente. O processo de integração compulsória a que foram submetidos os deculturou drasticamente, conformando-os como massas propensas à mudança e, por isto mesmo, menos conservantistas e mais flexíveis. (RIBEIRO,1970, p.226-232)

A consolidação dos povos novos no continente americano, aliada a questões específicas da conjuntura global, levou à construção de uma unidade nacional com características próprias da formação dos Estados-Nação nas Américas. Quando falamos mais especificamente das colônias hispânicas, há um complexo movimento de independência a partir de suas guerras, ininteligíveis se colocadas como uma mera *derivação comum* dos desencadeamentos e dos fatos políticos da Europa. Nesse sentido é que o título de nosso tópico ganha substância, uma vez que há uma naturalização conveniente por parte da história europeia em encarar a fragmentação da Grã-Colômbia em distintas e pequenas nações.

Dentro dessa mesma problematização cabe questionar se, de fato, grande parte dos estudos voltados para o entendimento teórico sobre a ideia de nação respeita os limites e parâmetros de especificidade entre o projeto civilizatório europeu e o projeto independentista das colônias americanas. Em termos de estudos historiográficos, antropológicos e das ciências sociais em geral percebemos uma transposição mecânica das concepções sobre a nação no Velho Mundo instaladas na *intelligentsia* crítica de nossos intelectuais dos trópicos. Autores europeus que veem as nações como “comunidades imaginadas”, “invenções de tradição” ou até mesmo “uma ideologia de falseamento da realidade” reproduzem suas teses acadêmicas nos trópicos em uma zona nacional de conforto bem consolidada e hegemônica perante o cenário internacional.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

El concepto de ‘Nación’ es anacrónico para la mayor parte de los europeos, sólo en el sentido de que han realizado hace ya mucho tiempo su unidad nacional en el marco del Estado moderno. El nacionalismo de los europeos es tan profundo, arraigado y espontáneo, bajo su manto imperial de generoso universalismo, que únicamente se advierte cuando otros pueblos, llegados más tarde a la historia del mundo, pretenden realizar los mismos objetivos que los europeos perseguían en los siglos XVI, XVII, XVIII y XIX. Resulta cosa de meditación percibir entonces su afectada indiferencia (teñida de un sutil desprecio) hacia los importunos brotados en las márgenes del mundo civilizado. Es el momento que los europeos eligen para subrayar en los nacionalismos de los países coloniales su fosforescencia folclórica, su pintoresca filiación religiosa o sus evidentes rasgos semibárbaros (RAMOS,2012, p.21).

A ideologia eurocêntrica é um motor da história para grande parte dos pensadores europeus do século XX e XXI. Aqueles que também assumem o materialismo histórico-dialético como método científico caem nessa cilada. A própria historiografia marxista inglesa é formuladora dos termos conceituais citados acima. Dessa forma, é necessário realizar uma breve análise sobre o conceito de nação para os europeus e distingui-lo no sentido de entendimento sobre a nação nos trópicos. Mais ainda, é necessário situar o livro didático nesse contexto e desconstruir determinados tipos ideais a seu respeito.

### **A Nação na Europa e no Novo Mundo: breves distinções**

Do ponto de vista da Ciência Política, ou até mesmo das Ciências Sociais de maneira geral, o debate sobre o conceito de nação é, provavelmente, um dos mais densos e complexos. Uma vez que, para categorizá-la, é necessário articular a ideia de nação com Estado, principalmente quando situamos o debate historicamente situado no século XIX. Para que não caiamos em devaneios ou imprecisões teóricas, a historiografia surge como ferramenta de contextualização dos debates travados por intelectuais ao longo do tempo.

A nação é um conceito por si só paradoxal. Parafraseando Otto Bauer, quanto mais forte é a ideia de nação, mais forte é o seu sentimento compartilhado perante uma comunidade e, ao mesmo tempo, mais distinta é essa comunidade perante as demais nações existentes no mundo. A forma melhor indicada para se retirar dessa dialética insuperável do ponto de vista da naturalização da ideia de nação – tratando-a como uma entidade genético-social existente desde a Antiguidade – é

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

situando-a no seu espaço-tempo. Dessa maneira, percebemos a não-linearidade do conceito ao longo da História e passamos a tratá-lo como um objeto social passível de um olhar crítico.

Diante do cenário historiográfico crítico sobre a nação, existem alguns divisores. Há aqueles que repudiam o conceito, situando o historiador como um desconstrutor das nacionalidades, uma vez impregnadas de mitos e tradições induzidamente inventadas. Eric Hobsbawm faz parte dessa ala intelectual. Do outro lado do ringue acadêmico, existem autores que repudiam a crítica antinacional, como Tom Nairn. Segundo ele, a crítica antinacional remete a uma construção na qual o historiador passa a falar de um “não-lugar”, caindo em um internacionalismo abstrato (BAUER apud. PALTI, 2006, p.11).

Para Elias Palti, entender a ideia de nação significa superar a binária oposição entre nacional/anti-nacional. É necessário promover suas distinções de acordo com o contexto histórico. Afinal, como já situamos acima, existem radicais diferenças entre o conceito de nação na Antiguidade e o conceito *moderno* de nação, principalmente advindo de fins do século XVIII e XIX.

Precisar historiograficamente o debate sobre a nação significa enxergar outras oposições intelectuais sobre o tema. Passamos a perceber a distinção entre aqueles que enxergam a nação como uma entidade *genealógica* –ou seja, permanente e imutável desde a Antiguidade europeia – ou como uma entidade *antigenealógica*. No entanto, mesmo com a dualidade histórica, dentro daqueles que defendem a nação como um conceito antigenealógico, é possível perceber a força da crítica diante de suas posições. Segundo Palti:

En efecto, la crítica ‘débil’ del nacionalismo no descarta todavía la posibilidad de que existieran, ya bajo el Antiguo Régimen, otras formas de nacionalidad, distintas de las modernas, lo cual resulta profundamente perturbador puesto que hace surgir inmediatamente la sospecha de que, de ser así, las naciones bien podrían sobrevivir a la erosión del concepto genealógico a que los historiadores del nacionalismo se encontrarían consagrados [...] Una crítica ‘fuerte’ del concepto genealógico de la nación debe poder sostener, pues, no sólo la afirmación – absolutamente irrefutable, pero aun fuertemente tautológica – de que antes de fines del siglo XVIII no existían las naciones modernas, sino que la nación *como tal* no existía anteriormente (PALTI, 2006, p.15-16).

Parte da perspectiva antigenealógica, sustentada por Eric Hobsbawm, pensa a nação como um “constructo mental”, “abstrato”, “discursivo” e “identitário”. A nação passa a ser entendida como uma “tradição inventada” que não representa o mundo real. Tal definição parte do pressuposto

dual, que divide o entendimento sobre o conceito entre uma definição objetiva e outra subjetiva. A nação seria, portanto, terreno das emoções e irracionalidades, não produzindo formulação concreta no mundo real.

O exemplo-padrão uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo. Ernest Renan observou há mais de um século, ‘Esquecer, ou mesmo interpretar mal a história, é um fator essencial na formação de uma nação, motivo pelo qual o progresso dos estudos históricos muitas vezes é um risco para a nacionalidade’. As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes (HOBSBAWM,1998, p.285).

O pensamento da chamada historiografia marxista inglesa, se colocado em relação às perspectivas que se vinculam ao campo da educação histórica – encabeçada pelos ensaios teóricos de Jorn Rusen – promove interessantes choques e embates necessários, principalmente para compreendermos a ideia de nação e sua necessidade de construção histórica, ou seja, de promoção de uma, digamos, *consciência histórica oficial*.

Uma consciência histórica oficial seria voltada para a construção de uma visão nacional, na qual o mito fundador do Estado-Nação aparece como o protagonista. O protagonista aqui se torna o político influente, em grande parte membro das elites econômicas e políticas de determinado tempo histórico. Para não ser impreciso temporalmente, podemos dizer que a consciência histórica oficial se inicia no século XIX, quando o ofício de historiador assume status de ciência na Europa.

Nesse sentido, dialogando com os pressupostos colocados pela historiografia inglesa, os manuais escolares fortalecem as tradições e a “invenção” de uma história uniforme e “pelo alto” das elites. É nessa interseção teórica que há um embate entre os campos de estudo.

Para o campo da educação histórica, entender a consciência histórica significa analisar as *estratégias narrativas* utilizadas pelos autores dos livros para produzirem determinado tipo de orientação prática. As narrativas dos livros, por não estarem ausentes da mediação das políticas públicas, ou seja, de uma concepção formulada no seio do Estado por intelectuais do campo histórico, também condicionam os autores, “sugerindo-lhes” diretrizes básicas para que seus materiais sejam aprovados e possam competir e ganhar destaque no mercado editorial.

Diferentemente das leituras que colocam a tradição como elemento anti-histórico e a ser combatido pelos historiadores, Rusen entende que existe uma maneira de pensar e se orientar por meio do entendimento de um passado mais imóvel. A tradição, ou em outras palavras, o próprio mito, é visto por Rusen como elemento participativo do conhecimento histórico, e não uma antípoda. Dessa forma, tudo indica que a perspectiva de Jorn Rusen se distingue da noção de *tradição inventada*, formulada por Eric Hobsbawm e Terrence Ranger:

A obra organizada por Hobsbawm e Ranger lida com a utilização de imagens que se referem a um passado longínquo, identificado à tradição, e seu uso para a integração social e legitimação institucional. Para os autores, tradição inventada é um conjunto de práticas que estabelece uma continuidade em relação a um passado histórico considerado apropriado pelos seus formuladores (Hobsbawm e Ranger, 2008:9). O mecanismo da tradição inventada – recurso de manutenção ou disputa por bens, direitos, vantagens por parte de grupos dominantes, submetidos ou emergentes – está sustentado na transformação de algo que é relativamente novo em algo que teria uma existência imemorial, ou que, no mínimo, se encaixa com uma tal antiguidade. Ela também é dotada de um caráter simbólico e ritual, com gestos e objetos que não tem função prática, *mas sim ideológica* [grifo nosso] (CERRI, 2011, p.34).

Partindo do pressuposto político, quais narrativas realizadas por agentes do Estado e intelectuais contratados para consolidar diretrizes e fundamentações para a construção da cidadania não são ideológicas? Se assumirmos a tese da invenção das tradições, não corremos o risco de reduzir todo o campo do ensino de história a uma mera fabricação de mitos, uma vez que a edificação da história escolar passa pelo reconhecimento e produção de uma identidade nacional? O simples fato de existir um horizonte de expectativa nacional significa caminhar num sentido contrário à produção de uma história crítica e global?

Diante de nossas fontes e de nosso quadro metodológico, cabem as seguintes questões: o que é mitificar um agente histórico? Em que medida esse fenômeno ocorre no livro Didático? Qual posição deve assumir o historiador? Devemos nos distanciar do mito e contribuir para sua destruição? Ou devemos assumir a árdua tarefa de explicá-lo e problematizá-lo, ao invés de simplesmente ignorar sua existência, colocando-o como objeto alheio ao nosso conhecimento?

Nesse sentido, os sujeitos políticos que se apresentaram como vanguarda de um ideário republicano-nacional – como Simon Bolívar e Tiradentes – ou de um Estado-Nação imperial – como é o caso de Dom Pedro I – precisam ser problematizados à luz de um olhar voltado para a apropriação contemporânea dessas figuras. Afinal, como são tratados nos livros? Qual é a

importância histórica dada para eles? Quais são os contrastes ideológicos entre essas figuras, quando utilizados para gerar um sentido histórico nacional nos livros didáticos?

### **Simon Bolívar e o bolivarianismo**

Nas edições da Colecion Bicentenário, Simon Bolívar é o principal ícone dos materiais didáticos. Em todos os volumes existe algum tipo de referencial sobre o Libertador. Simbolicamente ele está em todas as capas dos livros, sombreado sob um cavalo, empunhado de uma espada na mão esquerda, no qual seu corpo é misturado aos contornos continentais da chamada “Nuestra America”, a América do Sul.

Simon Bolívar aparece para os venezuelanos como o pai fundador do registro político, jurídico, moral e ético, um exemplo a ser seguido por todos os latino-americanos. Mesmo que o registro político da Revolução Bolivariana seja o chamado “socialismo do século XXI”, é em Bolívar que se encontra a maior ênfase para as respostas filosóficas, rumo à construção de um novo projeto civilizatório para a Venezuela. Marx, Engels, Lênin e Mao complementam esse discurso, principalmente o de Hugo Chavez<sup>140</sup>. No entanto, não assumem a base de sustentação teórica e exemplar como assume Simon Bolívar e seu projeto nacional independentista para toda a América Latina.

A narrativa sobre Bolívar permite a construção épica desse personagem. Um homem que lutou pela liberação das colônias hispânicas e buscou, com isso, formular um novo projeto nacional. Inspirado nos ideais de Francisco de Miranda – participante ativo da Revolução Francesa- que já em 1806 convida Bolívar rumo à empreitada de libertar a Venezuela e a América do jugo colonial espanhol - também é um dos primeiros formuladores da ideia da Pátria Grande, conforme assinala Jorge Abelardo Ramos:

Miranda había concebido una vasta Confederación, llamada Colombia, que abrazaría a los pueblos hispano-americanos desde Tierra del Fuego hasta el Misisipi. Esta organización política estaría coronada por un Inca como emperador hereditario. Contaría con dos cámaras, un poder judicial, un sistema de ediles y cuestores. En esta caprichosa combinación de Roma y Cuzco, la constitución americana completaría la amalgama (Idem, p.111).

---

<sup>140</sup> Ao que tudo indica, por ter se inspirado no maoísmo, Chavez contribuiu para a construção do Libro Rojo, do PSUV e deixou o Libro Azul como uma contribuição teórica antes de sua morte. A própria edição da Constituição Bolivariana em pequenos livros, baratos e acessíveis às camadas populares, remonta o estilo e a didática política formulada por Mao Tse-Tung.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

A utopia, associada à necessidade histórica de construção de uma grande nação americana moveu Simon Bolívar e aqueles que libertaram as colônias do jugo espanhol. O Congresso Anfictiónico realizado no Panamá em 1826 é a tentativa de construção do marco utópico proposto por Bolívar. Com sua morte, ocorre aquilo que Ramos chama de *balcanização criolla* da nação latino-americana. Divididas em pequenas nações e fragmentadas, controladas pelas elites locais, ocorre um processo de transferência da dependência e, conseqüentemente, uma reorientação da dominação no continente, que passa a ser controlado por Estados Unidos e Inglaterra.

Do ponto de vista da construção histórica de Bolívar, trata-se de um desbravador continental, que percorreu mais batalhas e caminhou mais quilômetros com seu exército que Alexandre, o Grande. Arriscamos a dizer que trata-se de um personagem épico-alexandrino (GIRARDET,1987, pg.75). Dentro do atual contexto sócio-político, afirmar Bolívar como elemento identitário significa dar continuidade às ideias de seu principal seguidor: Hugo Chavez Frias.

Voltando a questão dos materiais didáticos da Colecion Bicentenário, Bolívar é tão importante que existe um material específico sobre ele, para os alunos do terceiro ano do ensino médio, intitulado “Bolívar: un hombre de todos los tiempos”. De todos os capítulos desse livro, o que mais me despertou curiosidade foi logo o primeiro. O início do material já busca constituir o amálgama temporal da nação, a fusão ideológica necessária entre passado, presente e futuro. Logo no início do livro, há uma interessante mensagem para os professores que instrumentalizam os materiais didáticos.

*La didáctica en la enseñanza del ideario bolivariano se construye desde múltiples miradas, por lo que esta debe ser el producto de la triangulación de tres aspectos: las y los estudiantes, actores y actrices sociales, protagonistas de su aprendizaje; las y los docentes, responsables de generar múltiples y diversas estrategias pertinentes para cada grupo; y el contexto particular en el que se encuentra ubicada la institución, a fin de que el conocimiento se genere en tiempos y espacios específicos. [...] Colega: te invitamos a seguir el consejo que nos dejó la maestra y poeta chilena Gabriela Mistral: “Enseña en tu clase el sueño de Bolívar, el vidente primero. Clávalo en el alma de tus discípulos con agudo garfio de convencimiento (...)”. Está en tus manos fomentar la valoración del ideario de Bolívar y la vigencia de su pensamiento, que no es más que la consolidación de la emancipación.*

*¡A iniciar el camino hacia la construcción de la nueva y el nuevo republicano que nuestro país necesita! (EQUIPO KARAIWE, 2013,p.1)*

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Percebe-se a centralidade que assume o professor ao valorizar o ideário bolivariano para seus alunos. O professor, ao ensinar a história de Bolívar, contribui para a “consolidación de la emancipación” da Venezuela. A mensagem para os professores é coerente com a constituição do material, que logo no primeiro capítulo procura criar essa fusão ideológico-temporal entre Simon Bolívar e o novo ideário republicano pós-1999.

*Es importante que conozcas que el actual nombre de nuestro país: República Bolivariana de Venezuela (1999), nació de una Asamblea Nacional Constituyente convocada por el entonces presidente de la República, Comandante Hugo Rafael Chávez Frías, como una manera de reivindicar el ideario de Bolívar, símbolo de unidad nacional, latinoamericana y caribeña. [...] Después de elaborado el proyecto constitucional, el pueblo elector fue convocado a un referendun aprobatorio, porque debía decidir si estaba o no de acuerdo con ese modelo. En efecto, el 15 de diciembre de 1999 este fue aprobado por mayoría de votos. [...] Cuando leas el preámbulo de la Constitución, te darás cuenta de que su fin supremo es “Refundar la República” con base al ideario que nuestro Libertador Simón Bolívar dejó inconcluso, porque la realidad de su tiempo histórico no se lo permitió. [...] Bolívar y los hombres y mujeres que participaron en el proceso de independencia de nuestro país nos dejaron un ejemplo de lucha por la patria, de libertad, igualdad y justicia. Por tal motivo, son mencionados en el preámbulo de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999) (EQUIPO KARAIWE, Idem, p.9).*

Logo no início do primeiro capítulo, o projeto bolivariano contemporâneo iniciado por Hugo Chavez é visto como conclusão da obra de Bolívar, não realizada pelo Libertador devido aos limites de seu tempo histórico. A construção de uma democracia participativa a partir da Constituição de 1999 possui centralidade para o bolivarianismo, elemento chave para a unidade nacional e o fermento ideológico necessário para uma nova Venezuela.

O fato de Bolívar se encaixar como um precursor da Constituição Bolivariana o coloca como um homem que enxerga para além de seu tempo, “um homem de todos os tempos”, como sugere o nome do material didático analisado. Cabe a ele ser a luz, uma espécie de prisma político-ideológico do povo venezuelano, latino-americano e caribenho em geral. Nesse sentido, Bolívar se torna “um visionário”:

### *Bolívar: un visionario*

*El pensamiento de Simón Bolívar abarcó muchas facetas que supo fusionar en el trayecto de dos décadas dedicadas a crear repúblicas independientes del imperio español, lo que lo consolida como un visionario. A continuación conocerás algunas de ellas:*

*Visionario: persona capaz de anticipar una visión justa del futuro.*

*Bolívar legisló sobre el manejo y la propiedad de las minas mediante un decreto en el que estas pasaron a ser del Estado; es decir, las nacionalizó en el año 1829. El Libertador*

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

*decidió dictar esta orden debido a que España, en 1523 y 1786, por medio de decretos, se adjudicó la propiedad de las minas.*

*En 1829, Bolívar ordenó que los beneficios económicos de las salinas y de la fundición y amonedamiento de metales del territorio se entregaran al Estado. Esta idea de soberanía para el manejo de los recursos del actual espacio de Venezuela está presente hoy en día en el artículo 12 de nuestra Constitución, en el cual puedes apreciar que se hace referencia a las minas e hidrocarburos presentes en el país.*

*También legisló para controlar la exagerada burocracia, evitar el enriquecimiento ilícito de funcionarios, la corrupción administrativa y el contrabando; viejas aberraciones que, posteriormente, en lugar de aminorarse, se incrementaron y todavía lastiman y perjudican la vida de la sociedad.*

*Nada fue improvisado, todo se ajustó a situaciones reales que se debían superar, porque si algo caracterizó la acción del Libertador fue la planificación.*

*Bolívar, aunque no utilizó los términos “conservación” ni “ecología”, implementó medidas que contemplaban, a través de un cuerpo legal, la protección de bosques, aguas, suelos, fauna y minas.*

*Probablemente, ese interés de Bolívar por preservar los recursos naturales tuvo su origen en la admiración que tuvo por la naturaleza desde que era niño, además de que su condición de propietario de plantaciones le había permitido adquirir conocimientos sobre el valor del agua para los cultivos. Además de ello, había estudiado Historia Natural y tuvo conversaciones sobre el tema ambiental con Alejandro de Humboldt y Aimé Bonpland (EQUIPO KARAIWE, Ibidem, p.13).*

Em um mundo onde especialistas consideram o contexto atual global de crise “ambiental e ecológica”, a qual fomentada pelos altos níveis de consumo promovidos pelos países centrais do capitalismo, surge um Bolívar que pensa em questões de “planejamento” e “distribuição da água” para todos os cidadãos. Mais uma vez, o passado é utilizado como arma exemplar para a profecia dos nossos problemas, assim como um possível reformador para um futuro melhor.

Fica clarividente que Bolívar é a base de sustentação de uma consciência histórica oficial da nova nação bolivariana. Um país que busca construir um novo modelo civilizatório a partir do “socialismo do século XXI”, o Libertador, ao que nos parece, é a principal ferramenta ideológico-salvacionista para o futuro da nação venezuelana. É a partir dele também que a própria Venezuela busca romper com a balcanização entre as nações latino-americanas. Obviamente que, sem a “reencarnação política” de Bolívar na figura de Hugo Chavez, o Libertador ainda assumiria um papel simbólico e ideológico secundário na luta entre o antigo Estado – pautado na democracia liberal-representativo-burguesa – e o Estado que tenta nascer a partir de suas bases antigas-

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

projetado a partir da “democracia participativa, da plurinacionalidade e do protagonismo popular”- conforme sugerido pela Constituição de 1999.

Dentro da seara conceitual construída pela Constituição de 1999, como é possível dar substância a uma democracia participativa e plurinacional? Ou seja, como incluir as diferentes etnias – indígenas e afrodescendentes - que conformam e se constituem enquanto um Povo Novo? Vejamos o trecho abaixo, sobre Bolívar e a questão indígena:

*Con relación a los indígenas, Bolívar emitió un decreto de protección de los mismos en el Cuartel General del Rosario de Cúcuta (actual Colombia) el 20 de mayo de 1820, en el que estableció, entre otros aspectos, la devolución a las comunidades indígenas, como propietarias legítimas, de todas las tierras que formaban los resguardos, los cuales serían repartidos a cada familia a fin de que pudieran cultivarlas, tomando en cuenta el número de personas que conformaban cada una de ellas.*

*En el presente, la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999), en su Artículo 119, establece lo siguiente:*

*El Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y en la ley.*

*Lo leído anteriormente nos permite inferir que el Estado, actualmente, le brinda protección jurídica a los pueblos indígenas como nunca antes se había hecho en la historia de Venezuela. Nuestra Carta Magna ha servido de ejemplo a otras naciones hermanas en materia de reconocimiento de los pobladores indorinarios y de las tierras que por derecho les pertenecen.*

*Es importante señalar que Bolívar vivió en una sociedad en la que las y los indígenas padecían las consecuencias de la dominación colonial, eran discriminados y carecían de muchos derechos, entre ellos, la participación política. Esto no fue impedimento para que el Libertador reconociera la importancia de “los naturales”, como él los llamaba, por lo que buscó la manera de defender no solo sus tierras, sino también de brindarles educación, así como prohibir la explotación de estos por parte de sacerdotes, jueces, políticos o cualquier persona (EQUIPO KARAIWE, op. Cit, p.15).*

Bolívar no trecho destacado serve como um amálgama, uma espécie de síntese criolla-mestiça dos Povos Novos americanos. Pode ser até tratado como um “proprietário de plantações” como vimos em um trecho anterior. No entanto, a sua distinção com relação ao espanhol se dá por sua mestiçagem, mesmo que seja filho de importante família de donos de escravos e latifundiários súditos da Coroa espanhola. O Libertador aparece como essa provável síntese dos povos novos, um

símbolo capaz de se locomover entre os diferentes estratos sociais e étnicos da sociedade que vivia o jugo colonial, seja no século XIX ou em seu processo de recolonização durante o século XX, a partir da estruturação do capitalismo dependente na América Latina. Por isso, a contradição sobre quem foi Bolívar de fato e a relação com sua classe de origem é tangenciada, no sentido de manter uma coerência com a construção ideológica de um Bolívar inserido no seio das camadas populares. De certa maneira, o “Bolívar Bolivariano” é um personagem ligado mais à sua relação com os escravos – como sua própria ama-de-leite, a Negra Hipólito – e indígenas, quando de sua prisão pelos espanhóis na sua primeira empreitada pela libertação colonial.

Para garantir o status de homem célebre, o livro busca mostrar algumas curiosidades sobre a vida privada do Libertador. São destacadas as amantes de Bolívar, suas respectivas biografias, como elas as encontrou em cada momento da vida (Equipo Karaive, p. 24). Mostra-se necessário, portanto, tratar do político em todas as suas dimensões. Não somente elementos biográficos visíveis à questão pública, mas também privadas. É extraído o máximo de informações possíveis sobre o Libertador. Afinal, todas elas são imprescindíveis para a sustentação de uma consciência histórica oficial e bolivariana. Trata-se de um herói a ser mantido vivo em todos os aspectos inerentes à vida humana- sejam elas ações políticas e militares, projetos políticos e utopias, passando pelos afetos e por sua personalidade romântica- garantindo uma faceta de eternidade em sua “obra terrena”. Assim como acontece com Hugo Chavez, Bolívar não morreu. Trata-se de uma desapareição física. O herói precisa estar vivo para a garantia do equilíbrio moral de todos os venezuelanos e latino-americanos em geral.

Diante desse cenário, qual é o tom dado pelos livros didáticos brasileiros para heróis como Tiradentes e Dom Pedro I? Há um contraste ou semelhança na forma descritiva de suas narrativas de vida?

### **Tiradentes e Dom Pedro I**

Mesmo que não sejam figuras políticas que dividem o mesmo tempo-espço na história do Brasil e representam construções distintas, Dom Pedro I e Tiradentes compõem capítulos da história nacional brasileira. O primeiro por ter sido o primeiro governante do Estado, tendo sido visto como um fundador no período imperial. Já o segundo, trata-se de uma apropriação simbólico-mítica,

iniciada nos idos da primeira república. Ambos, atualmente, carregam consigo o peso de terem sido vistos em momentos distintos como heróis nacionais em diferentes épocas históricas.

A Inconfidência mineira, hoje reconhecida pelos autores por Conjuração Mineira, foi um importante objeto de discussão nos livros didáticos e na historiografia. Segundo Thaís Fonseca, o ator político que carrega consigo a síntese desse processo –Tiradentes - exerceu um papel pedagógico nos livros Didáticos, de consolidação da identidade nacional entre aquilo que a autora chama de república populista, ou seja, durante um recorte temporal de 1930 a 1960. A autora, a partir desse recorte, mostra o quão importante é para o Estado “sacralizar” e “celebrar” a figura de Tiradentes, chegando até as décadas de 80, 90 e nos anos 2000:

Muitas transformações ocorreram na historiografia, nas artes, no ensino de História, desde aquela época. Não obstante, as mesmas idéias ainda ecoam em nossos dias e, mesmo que aparentemente não despertem mais interesse, continuam a ser repetidas e, de certa forma, a fazer sentido. Assim é que, sob os auspícios do Governo do Estado de Minas Gerais, as escolas públicas mineiras receberam, em abril de 2001, um livrinho intitulado *Joaquim José: a história de Tiradentes para crianças*. Escrito e ilustrado por um publicitário e artista plástico de Belo Horizonte, ele comprova o quanto as representações tradicionais de Tiradentes ainda são caras na defesa de uma identidade, nacional ou regional – neste caso sobretudo da última – e o quanto ainda servem a interesses políticos. O livro foi publicado e distribuído como parte das estratégias de propaganda do governador Itamar Franco, usando, mais uma vez, a Inconfidência Mineira como instrumento de combate à privatização das estatais e de oposição ao governo federal. O Tiradentes-Cristo está presente no texto, mas sobretudo nas primorosas ilustrações do autor, que ao mesmo tempo heroificam e sacralizam o personagem, apresentando-o militante, bandeira na mão, pregando a revolução, cercado por seus companheiros-discípulos, elevado à sacralidade por anjinhos sorridentes. Falar das Minas Gerais do setecentos significa, assim, falar do passado de lutas gloriosas, de bravos exploradores dos sertões, de cidades pontuadas de igrejas cobertas de ouro e de heróis supliciados nas mãos das autoridades portuguesas, em defesa dos ideais de liberdade (FONSECA,2002,p.8-9).

A importância de um fato histórico como a Conjuração Mineira para os brasileiros se auto-justifica pelo seu poder de difusão de diversas formas de apropriação e de construção da consciência histórica nacional. A manipulação das figuras e dos símbolos que conformam a identidade nacional pela política, tanto por representantes das classes dirigentes quanto por aqueles que lutaram contra elas, demonstra certa unanimidade. Desde grupos guerrilheiros de esquerda anteriores à ditadura militar,<sup>141</sup> passando pelos generais da ditadura, do Exército brasileiro, a Igreja, a elite política conservadora mineira e nacional: todos querem se identificar com uma figura que

---

<sup>141</sup> Em 1961 é criado por Francisco Julião e líderes operários o Movimento Revolucionário Tiradentes. Tinha como método de enfrentamento político a luta armada, antes mesmo do golpe militar. Durante a ditadura militar realizou ações conjuntas com outros agrupamentos guerrilheiros. Ver FILHO, Daniel A. R. *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

lutou contra a empresa colonial na América Portuguesa, que fazia parte de uma elite política, sendo o menos abastado financeiramente dos conjuradores. Afinal, que símbolos e exemplos históricos são importantes para servirem como ferramentas de poder simbólico<sup>142</sup> significativas que envolvem a figura de Tiradentes?

Em cada conjuntura e em cada grupo social que tenta se identificar com Tiradentes percebemos uma variação. Se na ditadura militar o mais importante da figura de Tiradentes era situá-lo como um patrono da nação, a apropriação realizada pelos defensores de Tancredo Neves após sua morte envolvia não só o significado patriótico, mas também a conotação regional mineira e a vinculação católica de Tiradentes (PALHA, 2011). Para algumas organizações de esquerda, Tiradentes foi visto como símbolo de um nacionalismo progressista e revolucionário, uma vez que sua luta anti-colonial serve como inspiração para impulsionar uma libertação nacional, promovendo uma luta anti-imperialista, tanto por setores de esquerda mais reformadores, representados pelo trabalhismo quanto pelos militantes dos agrupamentos da luta armada. O entendimento sobre Tiradentes era muito semelhante.

Mesmo que haja esse poder simbólico significativo, os livros didáticos brasileiros atuais têm dado pouca importância à figura de Tiradentes e à narrativa da Conjuração Mineira. Nos livros que analisamos, tanto o fato histórico como a figura deste indivíduo são brevemente explicadas e não ocupam mais de duas páginas sobre o período. Em um dos livros, nem o termo Conjuração Mineira e nem mesmo o nome tradicional Inconfidência Mineira dão título a esse fato histórico. Ao que parece, o eufemismo é utilizado como estratégia de “desconstrução de mitificação” do período histórico tratado, onde o título dado para explicar esse processo é “Nova Revolta toma forma na Região das Minas” (PILLETI *et al.* 2011,p.114). Tiradentes aparece como um elemento coadjuvante da Conjuração Mineira, não possuindo qualquer centralidade e importância política que o diferencie dos demais líderes desse processo.

Tal horizontalidade cria, no entanto, um paradoxo pela própria perspectiva do livro, que prefere dar ênfase à morte de Tiradentes, mostrando que sua punição foi severamente diferente com relação aos demais conjuradores. Não há nenhuma explicação e problematização nos livros sobre os motivos que levariam a Corte portuguesa a realizar uma punição exemplar com Tiradentes. Em um

---

<sup>142</sup> Aqui entendemos o poder simbólico na perspectiva sugerida por Pierre Bourdieu. Ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

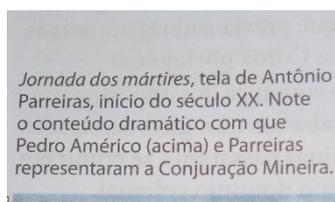
Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

dos livros, sequer existem exercícios que problematizam sua figura (Apolonário,2011). No entanto, a maioria das imagens que buscam dar sentido à narrativa escrita estão predominantemente focadas nele. A clássica obra de Pedro Américo, onde Tiradentes jaz esquartejado aparece em ambos os livros. Tiradentes é um homem enforcado e mutilado pela elite colonial. No entanto, as razões que levaram a essa punição não são explicadas para nossos alunos e professores. Ao contrário da explicação, tenta-se promover uma negação tácita do fato histórico, conforme podemos perceber na descrição das telas de Pedro Américo e Antônio Parreras:



*Tiradentes esquartejado*, tela de Pedro Américo, 1893.

A obra *Tiradentes esquartejado* foi produzida no contexto da república recém-fundada no Brasil e expressa o projeto de criação, por parte da elite política, intelectual e artística do Brasil, dos heróis nacionais, sendo Tiradentes um deles. A pintura representou, contudo, a fragilidade do suposto herói e seu fim trágico, martirizado pela violência do sistema colonial.



*Jornada dos mártires*, tela de Antônio Parreiras, início do século XX. Note o conteúdo dramático com que Pedro Américo (acima) e Parreiras representaram a Conjuração Mineira.

Fonte : MELANI, Maria Raquel Apolinário. Projeto Araribá: História. São Paulo: Moderna, 2007, p. 156.

Alertar para esse drama significa dizer que há certo exagero na construção das representações artísticas. É inferido um claro juízo de valor dos autores do livro didático para que o aluno e o professor observem que a “dramaticidade” está interligada à intencionalidade dos pintores em construir o “mártir da Inconfidência (ou Conjuração)”. A intenção de se produzir uma consciência histórica crítica, conforme proposto por Rusen, ou seja, a partir de uma narrativa que

desconstrói o mito e sua importância, quer relativizar as práticas de punição exemplar feitas pela corte portuguesa. Nesse sentido, o efeito paradoxal de uma consciência histórica crítica de negar o mito acaba por reforçar distorções históricas e até mesmo relativizar a importância do político no devir histórico nacional.

A descrição da tela de Pedro Américo pode também ser problematizada. Segundo ela, a construção de uma representação em torno da figura de Tiradentes “expressa o projeto de criação, por parte da elite política intelectual e artística do Brasil, dos heróis nacionais, sendo Tiradentes um deles”. Ao que parece, a narrativa do livro desconhece a apropriação ampla deste mártir, e sequer problematiza a construção de um “Tiradentes mais à esquerda”, uma vez que tal representação é uma criação de uma “elite” que possui um projeto de “criação [...] dos heróis nacionais”.

A tentativa de apresentar o Tiradentes cadáver, ao que nos parece, entra em sincronia com o método dominante de leitura do político no livro Didático brasileiro e da defesa da tese da invenção das tradições. Cabe ao historiador quebrar os mitos fundadores, pois eles fazem parte de uma construção ideológica operada pelas classes dominantes. Dar ênfase à sua morte tem um significado radical: apagá-lo da construção de uma memória histórica coletiva.

Nesse sentido, é predominante na narrativa do livro didático uma consciência histórica que busca afirmar uma *contra-narrativa*. Para Rusen, ela é uma estrutura de pensamento que se opõe aos tipos tradicional e exemplar. A consciência histórica crítica percebe as transformações do homem no tempo, resistindo às permanências da moral dominante:

As narrações deste tipo formulam pontos de vista históricos, demarcando-os, distinguindo-os das orientações históricas sustentadas por outros. Por meio dessas histórias críticas dizemos ‘não’ às orientações temporais predeterminadas de nossa vida. [...] Sua contribuição aos valores morais se encontra em sua crítica dos valores. Desafia a moral apresentando o seu contrário. As narrações críticas confrontam os valores morais com a evidência histórica de suas origens ou consequências imorais (RUSEN, 2011, p.66-67).

A consciência histórica de tipo crítico é a negação de valores culturais que são passíveis de serem percebidas a partir do processo histórico. A narrativa de tipo crítico produzida nos livros didáticos pode fomentar novas interpretações do processo histórico que partam de uma visão mais ampla do conhecimento histórico. Dentro dessa tipologia também situamos as narrativas que fogem de uma análise global, propondo uma leitura histórica identitária e fragmentada do processo histórico, onde determinadas dimensões do social são negadas, como a própria política, por

exemplo. Portanto, as contra-narrativas podem assumir diversas facetas “críticas” durante o processo de constituição da narrativa histórica.

Dialogando com a tipologia proposta, ao que nos parece o livro didático se propôs a negar a figura de Tiradentes e a negar as *orientações temporais* (Rusen, 2001; 2011) que predeterminam a vida do homem brasileiro, que vê nesse rebelde – com todas as nuances e gradações históricas necessárias para chegarmos a uma definição que use essa palavra para descrever Tiradentes no final do século XVIII - um importante marco de *orientação prática no tempo*. A crítica ao mito e a obsessão por desconstruí-lo, ao invés de problematizá-lo e apresentar outras facetas e leituras sobre as diferentes apropriações históricas da mesma figura, levaram aos construtores de tal narrativa a produzir uma (contra?-) narrativa esvaziada de sentido político-social.

Segundo os estudos de Vartuli (2006) sobre a representação de Tiradentes no imaginário dos jovens, a partir da análise das respostas sobre a inconfidência mineira no vestibular, é possível detectar três tipos de respostas sobre o Alferes: uma que identifica a tela de Pedro Américo como uma interpretação histórica que denuncia a repressão colonial, lutando por uma “causa vencida” ; a segunda – predominante – que coloca Tiradentes como figura sacralizada e mitificada pelo artista, extrapolando interpretações que entendem a imagem como uma “figura-verdade”, ou seja, como um documento que retrata diretamente a concretude da realidade, típica de interpretações oficialistas-positivistas ; a terceira resposta identifica Tiradentes como herói popular, como militante que esteve presente em um determinado contexto e foi líder de um empreendimento anti-colonial , interpretação minoritária diante do quadro de respostas.

Articulando os estudos da autora com nossas investigações, tanto a visão da repressão quanto a visão do homem mito descolam o político de sua ação no mundo real, fazendo com que Tiradentes perca um sentido histórico central para a construção do imaginário político e social do Brasil. Por mais que vejamos equívocos hiperbólicos para aqueles que procuram na história de Tiradentes e na Inconfidência Mineira um horizonte de expectativa, procurando problematizá-lo como sujeito histórico ativo das lutas, assim como os que procuram sepultá-lo, mortificando-o como um homem vencido pela repressão e um “messias” do imaginário republicano do início do século XX, os livros didáticos pouco procuram estabelecer múltiplas interpretações sobre o mesmo sentido histórico, mostrando assim que não há pluralidade de visões sobre a história nas narrativas. Pelo contrário, há um *sentido único* e declarado sobre a interpretação de Tiradentes nos livros

didáticos: o da mitificação a partir do seu esquecimento na história, seja por meio da ênfase dada à repressão colonial ou pela ênfase à sua sacralização, como um antiquado mito da nossa história.

Diante do cenário teórico proposto sobre a questão nacional na América Latina, o Brasil se insere nesse contexto com particularidades que o distingue perante a construção dos estados nacionais do continente. Trata-se de uma independência com um registro político distinto e de um processo de emancipação que constituiu um Estado imperial, sob o comando de um membro da família real portuguesa.

Apesar dessa identidade política brasileira ser distinta no que diz respeito à conformação política estatal das elites, a identidade continental foi uma mola propulsora para o rompimento com a metrópole. Segundo o professor João Paulo Pimenta, a associação da palavra América com a ideia de liberdade era constantemente reivindicada por jornais da época. Mesmo que a nação brasileira tenha nascido como produto histórico único e singular, foi a visão de América que proporcionou a primeira etapa da consolidação do enfrentamento político com a metrópole e a consequente emancipação. Como bem nos apresenta o professor, até mesmo os conselheiros reais de Dom João VI enxergavam na América Hispânica uma possível aliada dos setores emancipadores da América Portuguesa:

Em 1818, um conselheiro real recomendava a D. João ‘de modo algum provocar os Revolucionários de Buenos Aires [...], pois o maior paradoxo político que hoje se possa imaginar é haver quem queira supor que o vasto Continente da América do Sul se tornará ainda Colônia da Europa’. Argumentava que ‘queiram ser ou sejam independentes os Povos vizinhos ao Brasil não é um motivo para lhes declarar uma guerra aberta: pelo contrário [...] Os aliados natos do Brasil hão de ser sempre os Americanos do Sul e mesmo os do Norte’ (PIMENTA, 2006,p.76).

Podemos perceber que, até mesmo quando o Brasil possui um estatuto político equivalente a Portugal por meio do Reino Unido de Dom João VI, as próprias elites metropolitanas, contrárias à emancipação e a independência, percebiam que o continente possuía uma visão nacional americana ampla que, caso houvesse algum tipo de retaliação, aliança ou tentativa de auxílio ao Antigo Regime espanhol, poderiam sucumbir diante de uma revolta à moda bolivariana.

A relação entre o conceito de América atribuído pelas classes dirigentes independentistas criollas e as classes brasileiras, apesar de se forjarem politicamente a partir de uma visão continental, são distintas no que diz respeito a construção dos estados nacionais. Enquanto que na América Espanhola foi constituída por pouco tempo uma grande nação, posteriormente

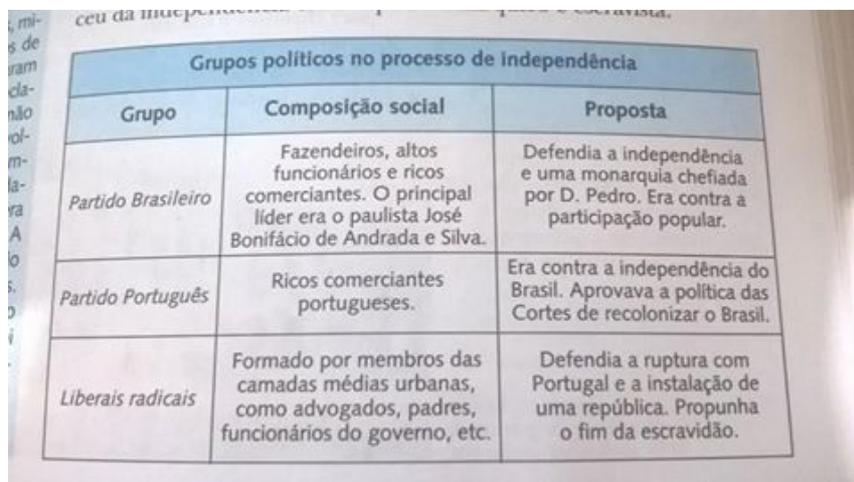
## EXPEDIÇÕES

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

“balcanizada” em pequenas e fragmentadas repúblicas, a nação brasileira se formou por meio de uma relação ainda metropolitana. Afinal, foi necessário o filho do rei português para a formação de um consenso entre grupos políticos que se enfrentavam no período (os chamados grupos portugueses e brasileiros).

Diante da breve narrativa historiográfica, cabe situar D. Pedro I nos livros didáticos brasileiros. De maneira geral, os materiais analisados situam Dom Pedro I a partir da sua ação na esfera pública. Os materiais brasileiros apresentam os conflitos entre as elites políticas e a defesa das posições do Imperador por meio dos acontecimentos políticos no Brasil e em Portugal. Em um dos materiais há um box explicando as divergências entre os grupos políticos locais:



Grupos políticos no processo de independência		
Grupo	Composição social	Proposta
Partido Brasileiro	Fazendeiros, altos funcionários e ricos comerciantes. O principal líder era o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva.	Defendia a independência e uma monarquia chefiada por D. Pedro. Era contra a participação popular.
Partido Português	Ricos comerciantes portugueses.	Era contra a independência do Brasil. Aprovava a política das Cortes de recolonizar o Brasil.
Liberais radicais	Formado por membros das camadas médias urbanas, como advogados, padres, funcionários do governo, etc.	Defendia a ruptura com Portugal e a instalação de uma república. Propunha o fim da escravidão.

Fonte: MELANI, Maria Raquel Apolinário. Projeto Araribá: História. São Paulo: Moderna, 2007, pg.147.

A ação de D. Pedro I na esfera pública é tratada a partir de um cenário complexo de disputas. Não há, conforme percebemos em estudos anteriores<sup>143</sup>, uma homogeneização das elites políticas como uma entidade única. Existe a preocupação constante, durante as narrativas, de demarcação do registro político, sempre numa perspectiva relacional entre Dom Pedro I, as elites locais e os acontecimentos globais.

Diferente dos conteúdos analisados referentes à Conjuração Mineira, não há nos mesmos materiais quaisquer perspectivas de correlação entre dimensões temporais distintas. Ou seja, o passado de Dom Pedro I nos livros não mereceu atenção para que fosse realizado algum tipo de “manobra histórica”, conforme percebemos nos materiais didáticos venezuelanos. Dessa maneira,

<sup>143</sup> Estudos que realizamos durante nossa iniciação científica.

as categorias independência e soberania nacional brasileiros permanecem estanques no século XIX. Não há uma “amarra” na orientação temporal na qual é problematizada a ideia de sermos uma nação independente, como ocorre na própria Venezuela.

Outro fato que nos chamou atenção sobre Dom Pedro I nos materiais brasileiros diz respeito à sua não mitificação moral e ética. Não há qualquer tentativa de apresentar as dimensões de sua vida privada ou de situá-lo como um patriarca da nação. Por outro lado, sua heroificação em tempos anteriores também sequer é discutida. Cabe a Dom Pedro I somente o seu papel num determinado e limitado tempo histórico que esteve no poder.

### **Considerações finais: a respeito dos contrastes**

Durante a escrita desse artigo, tentamos estabelecer uma sincronia na comparação dos mitos fundadores nacionais. No entanto, sabemos das dificuldades metodológicas impostas, uma vez que tratamos separadamente cada um desses indivíduos, podendo gerar algum tipo de paralelismo ou desconexão comparativa. Dessa maneira, cabe o exercício nas considerações finais de enxergar os contrastes entre as diferentes narrativas sobre os mitos fundadores nacionais.

O primeiro contraste que percebemos consiste em nosso quadro teórico. Se de um lado temos um Bolívar dos manuais escolares que nega a tese de invenção das tradições, temos um Tiradentes e um Dom Pedro I que são assumidos dentro desse espectro, mesmo que implicitamente. É possível perceber que, do lado bolivariano, há a necessidade de ressuscitar o Libertador e tratá-lo como paradigma teórico, filosófico, político, moral e ético. Bolívar torna-se um grande homem épico-alexandrino a ser ressuscitado. Todas as dimensões da sua vida merecem ser problematizadas, inclusive a vida de suas amantes.

Do lado brasileiro, para Tiradentes só resta o túmulo de um mártir temporalmente situado, mesmo que seu exemplo histórico tenha transcendido sua existência física. Cabe ao livro retratar somente a barbárie de sua morte. Pouco ou nada se problematiza em torno dos projetos políticos defendidos durante a Conjuração Mineira e a importância de Tiradentes como figura pública nesse processo. No caso de Dom Pedro I, percebe-se a necessidade de apresentá-lo “mais sobriamente”, situando-o no cenário de disputas pelo poder. O fato de ambos aparecerem com ares de sobriedade

nos livros nos dá a impressão de desconsiderá-los como figuras públicas importantes ou até mesmo como marcos de orientação prática no tempo.

Os próceres independentistas venezuelanos são tratados como mártires nacionais, figuras públicas de respeito e a serem idolatradas, sendo Bolívar a vanguarda desse culto ideológico. Bolívar é protagonista da história. Do lado brasileiro, os heróis de ontem são tratados como figuras coadjuvantes no processo. Diante do contraste colocado, existe meio termo entre a idolatria e a negação do protagonismo dos políticos, os mitos fundadores nacionais? A forma como o mito se constituiu enquanto sujeito histórico na América Latina possui as mesmas características dos mitos fundadores positivistas europeus? Ou seja, é possível situar a narrativa bolivariana sobre Bolívar no mesmo espectro das narrativas sobre os mitos fundadores do Estado francês, inglês ou alemão? Basta apertar o botão teórico do positivismo que conseguimos situá-lo dentro da ideia das narrativas tradicionais? Não há um meio termo teórico capaz de explicar e problematizar a construção da ideologia nacional latino-americana como produto histórico concreto e singular de um determinado tempo?

As questões levantadas são dúvidas que não possuem uma resposta exata, devido ao terreno arenoso em que se situam. A questão nacional brasileira, e a latino-americana em geral, precisam de um espectro teórico e crítico próprio, que reflita suas especificidades. Não cabe aqui inferir um juízo de valor sobre as teses historiográficas que aparentam orientar a confecção dos materiais didáticos, e sim propor soluções para novos problemas que não se adequam tão facilmente à binariedade crítica das “invenções de tradição” ou do positivismo puro e simples. Ao mesmo tempo, não se adequam à construção de uma ideologia nacional que remonte os idos novecentistas da construção dos estados nacionais europeus, pois os próprios “protagonistas” são radicalmente distintos. Ou seria possível colocar Tiradentes e Bolívar no mesmo “balaio de gato” da gironda ou do jacobinismo francês? Ou reduzi-los a uma mera comparação com Thomas Paine ou qualquer outro inglês ou norte-americano com ideais advindos do iluminismo? Enfim, são questões em aberto, não respondidas pelo autor do capítulo, mas que podem alimentar futuras discussões.

#### **Referências Bibliográficas:**

CERRI, L.F. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

EQUIPO KARAIVE. *Colecion Bicentenario: Bolívar: um hombre de todos los tempos- Educacion Media*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educacion, 2013

\_\_\_\_\_. *Colecion Bicentenario: Historia de Venezuela e Nuestroamerica- Educacion Media*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educacion, 2013.

\_\_\_\_\_. *Colecion Bicentenario: Historia de la Republica- Educacion Media*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educacion, 2013.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. *A PEDAGOGIA DA MEMÓRIA: A INCONFIDÊNCIA MINEIRA NA EDUCAÇÃO MORAL E POLÍTICA (1930-1960)*. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 44. 2002.

GIRARDET, RAOUL. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidades. In: *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MELANI, Maria Raquel Apolinário. *Projeto Araribá: História*. São Paulo: Moderna, 2007.

MORÓN, REYES, ROMERO E DIAS R. *Historia Universal de Venezuela*. Caracas: Editora Santillana, 2011.

PALHA, C. L.. Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. In: *Revista Brasileira de História*, v. 31, p. 217-234, 2011.

PALTI, Elias. *La nación como problema*. Los historiadores e la “cuestion nacional”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

PIMENTA, João Paulo. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, v. 3, 2006.

PILLETI, PILLETI & TREMONTE. *História e Vida Integrada*. São Paulo: Ática, 2010.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latino-americana*. Buenos Aires: Continente, 2012, 3ª Edição.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RUSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, M. Auxiliadora, BARCA, I. & MARTINS, E. de Rezende (org.). *Jörn Rusen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

VARTULI, Silva. *Tiradentes pelo Pinceis e Narrativas: arte, ensino e imaginário nas interpretações dos vestibulandos*. Belo Horizonte, MG: Biblioteca Digital da UFMG, 2006.

***EXPEDIÇÕES***

Teoria da História &

Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

RESENHA

## **PROVAS DE LIBERDADE: UMA ODISSEIA ATLÂNTICA NA ERA DA EMANCIPAÇÃO**

*Freedom papers: an Atlantic odyssey in the age of emancipation*

Ana Carolina Gesser<sup>144</sup>

SCOTT, Rebecca J. & HÉBRARD, Jean M. *Provas de Liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Tradução: Vera Joscelyne. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

A obra *Provas de Liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*, publicado em 2014 pela editora Unicamp, é o livro mais recente de Rebecca J. Scott, na qual divide a co-autoria com Jean M. Hébrard. Através de 295 páginas, este livro compõe-se de um mapa de rotas atlânticas, uma genealogia esquemática da família Vincent/Tinchant, prólogo, nove capítulos, epílogo e um caderno de imagens.

Rebecca Scott é professora de História de Direito na Universidade de Michigan, na qual leciona o curso de direitos civis e fronteiras da cidadania sob uma perspectiva histórica. Suas discussões pautam-se em discutir a legislação diante da escravidão e da liberdade. Jean M. Hébrard é professor visitante na Universidade de Michigan, cujas aulas e seminários estão relacionadas a história social e cultural das sociedades escravistas e pós escravistas do mundo atlântico.

Os autores iniciam o prólogo de *Provas de Liberdade*, citando uma carta enviada por Edouard Tinchant, um comerciante de charutos de Antuérpia, no ano de 1899, ao general Gómez. No conteúdo da carta, Edouard pedia ao general que o autorizasse a utilizar o nome de Gomez para a marca de seus artigos. A citação da carta foi proposital, pois esta fonte permitiu que os autores pudessem chamar a atenção para aspectos reveladores da política e da identidade de Tinchant: a alusão das origens haitianas de Edouard para convencer o general, ao estabelecimento de seus pais na Louisiana e a justificativa dos motivos pelos quais seus pais decidiram se mudar para a França, e

---

<sup>144</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: [anacarolinagesser@gmail.com](mailto:anacarolinagesser@gmail.com)

a insinuação acerca de “leis abomináveis” e “preconceito ignorante” como motivadores dessa migração.

É inegável o especial interesse dos pesquisadores por esta carta, pois, ela retratava um mundo atlântico em que várias lutas sobre raça e direitos estavam entrelaçadas, e no quais idéias e conceitos eram intercambiados (SCOTT, HÉBRARD, 2014). Tantas ligações os levaram a questionar sobre a própria abrangência dela. O que poderia este documento apresentar em termos de uma coesão, como a personificação de uma conexão entre as três maiores lutas antirracistas do século XIX: a Revolução Haitiana, a Guerra Civil, a Reconstrução dos Estados Unidos e a Guerra Cubana pela independência?

Para responder essa questão ambiciosa, os autores seguiram os rastros do itinerário da família de Edouard Tinchant, através de registros mantidos por padres tabeliães, oficiais e recenseadores oficiais de diversos lugares. A prática investigativa levou então, os pesquisadores a todos os lugares pela qual essa família passou: começou na Senegâmbia (Senegal), foi para Saint Domingue (Haiti) no final do século XVIII, continuou até Santiago de Cuba (Cuba), Nova Orleans (Estados Unidos), Porto Príncipe (Haiti), Pau (França), Paris (França), Antuérpia (Bélgica), Veracruz (México) e Mobile (Alabama, Estados Unidos).

A odisséia dessa família despertou um interesse especial nos autores. No cerne de sua pesquisa esteve a preocupação em perceber como a exigência por dignidade e respeito esteve atrelada a importância da produção de documentos e dos movimentos políticos gerados tanto pelas grandes revoluções da época quanto por embates locais de reivindicação de direitos. Ao optar pelo enalce da trajetória dos membros dessa família, Scott e Hébrard especificam sua orientação metodológica, caracterizando seu estudo como o de micro-história posta em movimento. Esse tipo de estudo, segundo os mesmos, se apoia na convicção de que os estudos de um local ou evento cuidadosamente escolhido, examinado bem de perto, pode revelar dinâmicas não visíveis através das lentes mais familiares de região e nação.

O essencial de suas análises é, portanto, a percepção de como as experiências pessoais nos diversos espaços do chamado mundo Atlântico do século XIX, esses movimentos contínuos de pessoas e de papéis através do Caribe e da travessia do oceano permitem interconectar eventos que desvelam problemas como o da liberdade, dos fenômenos de raça e antirracismo com movimentos políticos e revolucionários.

A busca pela trajetória de homens livres de cor revela o lugar social da qual provém esses historiadores quando se observa como se apropriam de grandes elementos basilares da historiografia a partir da segunda metade do século XX: a História Cultural e a Nova Esquerda Inglesa, a micro-história e a História Atlântica. Embora hoje a ênfase na história de homens livres de cor não constitua nenhuma novidade, movimentos historiográficos como a Nova Esquerda Inglesa foram essenciais para a emergência estudos que explorassem as experiências históricas de homens e mulheres que até então tiveram a existência ignorada ou abordada de forma passiva, e ao trazer novos sujeitos para a história – a chamada história vista de baixo -, trouxe também o problema das fontes (BURKE, 1992, p. 40).

O acesso à documentação de pessoas “comuns”, portanto, também trouxe consigo problemas de método, uma vez que o acesso ao testemunho direto a essas pessoas era muito escasso. Entretanto, a vasta documentação, dentre registros de batismo, carta de alforria, correspondências, certidões, de que se munem Scott e Hérbrard, permitem – através da metodologia da micro-história – que a prática de redução de escala de observação, análise microscópica e um estudo intensivo do material documental revele indícios de sujeitos até então marginalizados.

Por meio do prólogo, também podemos observar que o lugar social de qual falam Scott e Hérbrard está profundamente ligado a um movimento de historiadores que vem desde pelo menos a segunda metade do século XX, colocando uma perspectiva atlântica em suas análises. Não por acaso, o contexto da Guerra Fria, a emergência do terceiro Mundo e a procura por um legado cultural na América do Norte levou este grupo de pesquisadores da história colonial, imperial e da escravidão, a questionarem e romperem com as fronteiras regionais, nacionais e imperiais, uma vez que estas, ao delimitarem os horizontes de pesquisa e abordarem uma perspectiva eurocêntrica, colocavam a histórias como da África e da América Latina à margem. Dessa forma, a pretensão por uma história que estabeleça conexões, comparações, observando recorrências coerências em marcos globais e interimperiais estruturados tem ganhado atenção dos historiadores, que ao focar em questões de gênero, sexualidade, raça e etnicidade têm encontrado no Atlântico um terreno fértil. O reconhecimento da História Atlântica enquanto disciplina iniciou-se com o movimento de historiadores norte-americanos dispostos a abraçar os projetos Atlânticos, e a Universidade de

Michigan, onde Scott leciona, é uma das instituições onde os estudantes podem especializar-se nesse tipo de História<sup>145</sup>.

No primeiro capítulo, *Rosalie, mulher negra de nação Poulard*, a carta remetida por Edouard ao capitão Máximo Gómez ganha atenção para análise dos autores. Ao reportar sua própria ascendência aos haitianos, intitulado a si mesmo como um “filho da África”, Edouard conectou sua história com a dos seus pais, que tinham sofrido com embate da Revolução Americana, Francesa e Haitiana, carregando consigo o estatuto de escravos. A partir disso, chegou-se à documentação de batismo e de cartas da mãe de Edouard, e também à origem de Rosalie, sua avó, identificada como de nação Poulard.

Neste capítulo, são abordados vários aspectos da provável vida de Rosalie: o significado político de pertencer à nação Poulard, seus costumes e políticas peculiares, as condições das viagens e dos navios em que eram trazidos os cativos da costa do Senegal para Saint-Domingue (Haiti). Embora os autores não tenham informações precisas sobre a viagem de Rosalie, o resgate de peculiaridades do seu provável itinerário atlântico forneceu-os certos elementos característicos acerca dos conhecimentos que pessoas de nação Poulard trouxeram consigo e foram difundidos durante o tempo em que permaneceram sob o cativeiro no Caribe. Uma destas características era a familiaridade com a importância da escrita: sabendo ou não ler, pessoas como Rosalie tinham a consciência que o papel poderia mudar sua condição.

O segundo capítulo, *Rosalie...minha escrava*, relata o processo de escravização de Rosalie em Saint-Domingue (Haiti) e os fatores - como as revoltas, repressões e a Revolução Haitiana - que levaram-na a deixar a ilha e se mudar para Jérémie (Haiti). Ao situar a paulatina importância econômica que assumiu Jérémie (Haiti) depois que Rosalie se mudou, os autores reconstituem a história de pessoas de sua rede de relações. Dentre elas, Marthe Guillaume, a negra livre que constituiu fortuna com o comércio de compra e venda de escravos. Mostram como prosperou Marthe, a importância da sua rede de conexões e apadrinhamento e de onde provinha sua renda: do trabalho de escravos, na qual Rosalie era uma. Também expõem fatores que levaram a região a atrair outras pessoas, como Michel Vincent, cujas aventuras anteriores de colono não deram certo.

---

<sup>145</sup> A discussão acerca da emergência da História Atlântica e seus postulados teóricos pode ser encontrada no artigo de Alison Games. GAMES, Alison. Atlantic history: definitions, challenges, and opportunities. *The American Historical Review*, vol. 111, nº 3, 2006, pp. 741-757.

O capítulo continua tecendo relações entre o contexto em que vivia Rosalie com as condições da Revolução Francesa, conectando as pressões que homens livres de cor da colônia exerciam para tentar fazer cumprir as garantias de direitos iguais e a extensão da cidadania às pessoas deste estatuto. Dessa forma, observa como discussões mais amplas, como a questão da cidadania aos homens de cor, concedida no ano de 1792 pela Assembléia Legislativa Francesa, influenciou nos interesses locais, onde os homens brancos conservadores, ao verem seu poder ameaçado, entraram em confronto com poderes coloniais acabando por induzir Guillaume, a senhora de Rosalie, a vender esta última a um vizinho, um açougueiro que era livre e mulato.

Partindo novamente para um contexto macro, os autores abordam as tensões que envolviam homens livres de cor e brancos, as repressões sofridas pelos primeiros e as implicações negativas para os escravos com as alianças estabelecidas entre os brancos do poder local com a Grã-Bretanha. Da mesma forma, salientam as alianças estabelecidas entre homens livres e escravos, e as expectativas destes em face da possibilidade de alforria. Neste meio tempo, Rosalie havia voltado ao poder de sua antiga senhora. Com este acontecimento, os pesquisadores postulam sobre a relação entre Rosalie e Michel Vincent, que em 1795 tinham dois filhos registrados, embora não possuíssem um registro de união. Marthe Guillaume, nesse mesmo ano, expressou o desejo de conceder liberdade a Rosalie, mas as circunstâncias políticas estavam dificultando a concessão de qualquer alforria. Nesse tempo, sugerem os autores, é possível que Rosalie vivesse como uma pessoa livre, e com relativa comodidade com Michel Vincent, considerando que Guillaume não se propôs a fazer qualquer reivindicação legal sobre ela.

A questão que se coloca é que, embora Rosalie provavelmente vivesse como uma mulher livre, o seu estatuto era de uma pessoa “sem documentos”, pois não possuía qualquer título que estabelecesse a legitimidade de seu estatuto civil. O capítulo passa a versar então sobre como o *status* de Rosalie, agora grávida do terceiro filho, dificultaria a situação do casal que, diante da invasão das tropas de Napoleão e a possibilidade de reescravização em Jérémie (Haiti), viu na viagem para a França uma alternativa. O capítulo termina abordando as estratégias utilizadas por aqueles que estavam na mesma situação de Rosalie e sobre como os conhecimentos de tabelionato de Michel Vincent levaram-no a forjar uma carta de alforria aos moldes do Antigo Regime, uma forma mais segura que poderia definir o destino da agora, “liberta”.

## **EXPEDIÇÕES**

Teoria da História &  
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

O terceiro capítulo, intitulado *A cidadã Rosalie* inicia caracterizando as diferenças político-jurídicas entre Haiti e Cuba, um baluarte da escravidão e de colonização espanhola. Versa sobre quais estratégias as pessoas livres de cor refugiadas do Haiti utilizaram para não voltarem a serem reescravizadas em Cuba e sobre como, a partir da morte de Michel Vincent, Rosalie, que já havia homologado o testamento deste, tornou-se sua herdeira e conseguiu com que as autoridades de Santiago assinassem o documento de alforria forjado ainda em Jérémie. Porém, novamente os planos de Rosalie são mudados pela conjuntura política das relações conturbadas entre a França napoleônica e Espanha, e diante dessas circunstâncias, os autores expõem as peculiaridades que faziam da Louisiana o território vizinho mais atraente em uma época difícil para a população francesa que vivia em território espanhol. Por fim, o capítulo termina discorrendo sobre as possibilidades e aprendizados de Rosalie, como a importância dos documentos dentro de uma sociedade escravista, as implicações da sujeição à mudança de jurisdição e a relevância do estabelecimento de uma boa rede de conexões, pois, ao enviar sua terceira filha, Élisabeth com sua madrinha para New Orleans, viu a indispensabilidade de estar integrada a uma família diante das condições adversas em que se encontrava.

*A travessia no Golfo* é o título do quarto capítulo, que desloca o foco narrativo para as experiências de Élisabeth, filha de Rosalie, em Nova Orleans (Estados Unidos). Os autores atentam para os percalços pelos quais passaram os refugiados, como Élisabeth, ao entrar no território da Louisiana (Estados Unidos), e sobre como o rótulo de homem livre de cor a eles atribuído gerou problemáticas mais amplas acerca da questão do estatuto, pois, definia direitos, posição social e sobrevivência.

Passando de considerações mais gerais sobre a condição dos refugiados nas novas terras, este capítulo passa a abordar as boas condições nas quais Élisabeth estabeleceu com seus padrinhos, e sua relação com Jacques Tinchant, com quem se casou em 1822. Observa-se então o que os autores chamaram de uma união emblemática de novas famílias americanas, pois Jacques e Élisabeth haviam crescido em casas atravessadas por uma linha de cor: seus pais não puderam contrair união civil por serem casais “inter-raciais”. A mudança do sobrenome de Elisabeth, que agregou o sobrenome do seu pai, Vincent, na certidão de batismo dos seus filhos, foi ressaltada como um fator que a distanciava de sua ascendência escrava, além de suas boas relações com o tabelião facilitarem essa mudança.

A despeito das boas condições materiais que pessoas livres de cor como a família de Jacques Tinchant gozava, eram as restrições impostas pelas leis que geravam um descontentamento na população de cor livre. Dessa forma, a principal questão deste capítulo é a de que a prosperidade econômica, a estabilidade material de pessoas de cor e suas boas relações sociais não eram suficientes para mitigar as limitações impostas a elas, pois não podiam contar com direitos pra si e nem para a educação de seus filhos. Os autores terminam então, discorrendo sobre como Jacques deixou seus negócios aos cuidados de seu meio-irmão e os motivos prováveis da decisão de viajar com sua família para a França, onde sua mãe adoecida o aguardava.

O quinto capítulo, com um título bastante sugestivo, *A terra dos direitos dos homens* mostra como as motivações pessoais de migração de Jacques estavam atreladas à promulgação do Código Civil Francês e a Carta Constitucional de 1814. Ao estabelecerem a igualdade legal a todos os cidadãos, estendendo a todos o gozo de direitos civis e políticos por homens de cor livres, essa mudança na legislação atraiu a família de Jacques e Elisabeth pela perspectiva de educação e respeito para os meninos e de direitos para eles próprios, assim como a possibilidade de se tornarem proprietários de terras.

O acesso a um bom acesso educacional permitidos pela França, na qual os filhos de Jacques foram inclusos, juntamente com a boa fase dos negócios do mesmo, ocupam as páginas deste capítulo, que relaciona a prosperidade política desta nação com o gozo dos direitos civis experimentados no liceu pelos filhos de Jacques e Élisabeth. O filho mais velho do casal, Joseph, ganha a atenção no final deste capítulo, pois seus interesses particulares pelas aulas sobre direito e filosofia desvelam, além das idéias e conteúdos que faziam parte da educação formal de alunos como ele, o que o legado da Revolução Francesa deixou para a formação das concepções que professores das universidades tinham acerca de raça, cor, direitos civis e políticos e os militantes das causas abolicionistas. Porém, este capítulo também termina mostrando como a volta da situação política conturbada na França, juntamente com as adversidades econômicas enfrentadas por seu pai levaram Joseph a manter a tradição familiar dos Vincent-Tinchant em considerar atravessar o atlântico para, ao lado de seu irmão mais velho Louis, que havia ficado em New Orleans (Estados Unidos) quando seus pais resolveram viajar para a França, trilhar novos rumos.

Diante da viagem de Joseph para New Orleans (Estados Unidos), o capítulo seis, *Joseph e seus irmãos*, inicia expondo as possibilidades e limitações que ali encontravam homens

livres de cor, chamando novamente a atenção para a fronteira entre escravidão e liberdade. Joseph e Louis, diferentemente de seu pai, não possuíam o mesmo conhecimento de produção rural, mas encontraram na produção e comércio de charutos - uma prática comum entre homens livres de cor - uma saída para obter lucros. A herança deixada pela madrinha de Élisabeth, composta em parte pela propriedade de escravos, permitiu a investida neste novo negócio.

Recursos financeiros de Jacques advindos da venda de parte das terras que possuía na Lousiana (Estados Unidos) forneceram o capital para a expansão dos negócios e, depois de Scott e Hébrard ocuparem as páginas deste capítulo para contextualizar o comércio de tabaco entre os vários pontos do Atlântico, concluíram que a Bélgica pareceu ser a melhor opção para as investidas além-mar de Joseph, que passou a morar em Antuérpia (Bélgica) com o resto da família, enquanto Louis cuidava da parte de produção na Louisiana (Estados Unidos).

Porém, novamente mudam-se os planos dos Tinchant, e agora era o contexto propiciado pela guerra da Secessão - culminando com a separação da Lousiana da União em 1861 - que levou os irmãos Tinchant a migrarem novamente para os Estados Unidos diante da má situação dos negócios. Além dos problemas que Joseph teria que lidar nos negócios, seus pais resolveram enviar Édouard, seu irmão mais novo, para New Orleans, após este manchar a reputação da família em Antuérpia (Bélgica).

A narrativa dos autores chega, assim, a Édouard. Buscar entender como a vida anterior em Antuérpia (Bélgica), que permitira que tivesse acesso a níveis educacionais, acabou influenciando as opções políticas abolicionistas de Édouard foi o objetivo deste capítulo. Além da militância pela causa na imprensa, ele acabou envolvendo-se na luta com as tropas da União, mas sua posição em não lutar novamente e a decisão em permanecer na Louisiana (Estados Unidos) quando seus irmãos estavam migrando para o México foi a chave para entender os intempéries daqueles que como Édouard, lutavam pela igualdade de direitos e pelo fim da escravidão: o alto comando da União era cúmplice dos preconceitos de uma sociedade escravista.

O sétimo capítulo, que tem como título *É preciso fazer com que o termo direitos públicos signifique alguma coisa*, descola o foco de análise para a atuação política de Édouard na Louisiana (Estados Unidos). Para compreender o entendimento do que Édouard tinha acerca do conceito de cidadania, os autores retomam a bagagem intelectual trazida da França, que explica a definição do que ele entendia por direitos públicos, ao mesmo tempo em que observam a cautela

que teve ao utilizar o termo igualdade de direitos nos Estados Unidos, dadas as particularidades segregacionistas deste país.

A posição ideológica de Édouard, atrelada ao seu apoio político à União é destrinchada ao longo do capítulo, que mostra principalmente como Édouard ganhou suporte político e participou ativamente da promulgação da Constituição da Louisiana. O reconhecimento à cidadania, independente de cor, foi uma conquista prevista nesta Constituição, que juntamente com outros debates visando direitos à população de cor levaram os pesquisadores a conjecturarem em que medida as limitações sociais impostas aos antepassados destes sujeitos podem ter colaborado para a intenção de debater esses ideais.

Embora nem todas as idéias de Édouard fossem acatadas no texto final, os autores versam sobre os direitos públicos que essa Carta permitiu as pessoas de cor, e sobre seus reflexos na arena legal, como a permissão para que pessoas provenientes de famílias humildes pudessem, por exemplo, entrar na justiça caso fossem barradas em lugares de comércio.

A despeito dessas conquistas, este capítulo mostra como os direitos às pessoas de cor previstos nessa Constituição, ao conflitar com os interesses da Suprema Corte, fizeram com que os artigos referentes a direitos públicos fossem removidos e com que Édouard e seus companheiros perdessem poder e conseqüentemente, o emprego com o aumento do segregacionismo, principalmente nas escolas. Édouard lecionava, e essa situação forçou-o, juntamente com a família que formou, a migrar. Por fim, o capítulo termina discutindo os motivos para Édouard escolher Mobile (Estados Unidos) como o lugar que teria que reconstruir sua vida.

*Horizontes de comércio*, o oitavo capítulo, desloca o foco para a história dos outros filhos de Jacques Tinchant e Elisabeth Vincent: Jules, Pierre e Joseph, para mostrar o que teria acontecido com eles após a abertura do comércio de charutos, quando cada um cuidou de uma parte do comércio. Resgatam as intempéries que Jules e Pierre passaram quando trabalham com o comércio no México sob a influência e ocupação francesa para mostrar como as guerras atrapalharam seus negócios e dos motivos da migração de Joseph para o México.

A forma como os quatro irmãos mais velhos da família Tinchant se estabeleceram com a produção e comércio de charutos é mostrada através dos vários percalços e intrigas que os acompanhavam. O grande acúmulo de dívidas foi apontado como a principal causa da migração de Joseph, que em busca de novos mercados, mudou com a família para Havana, onde fez boas

relações e novamente a viagem para a Antuérpia (Bélgica), finalmente obtendo sucesso com a criação de uma companhia de charutos com o nome de Tinchant y Gonzales. Os autores observam então, como a conexão entre este nome com a América Latina, juntamente com a cidadania mexicana conseguida anteriormente por Joseph, reforçaram aos seus charutos um ar de qualidade, distanciando-o da identidade da ascendência de escravos que foram trazidos para a América. A invenção desta “tradição”, portanto, criou um *status* que permitiu o sucesso na produção e venda de charutos.

Passa-se então à análise da sina de Édouard. Estabelecendo a sua companhia de charutos em Mobile (Estados Unidos), dedicou-se aos afazeres de um homem de negócios e as responsabilidades de pai de família, principalmente porque era um mau momento para se envolver com política em Mobile, visto que o Alabama era um estado extremamente racista. Quando estava começando a se estabelecer, ele e sua família desaparecem de Mobile e se mudam repentinamente para Antuérpia (Bélgica). Os autores atribuem essa mudança a motivações por política, negócios e família, uma vez que Édouard fora trabalhar com Louis e chamou a nova política republicana na presidência de “leis abomináveis” e “preconceitos ignorantes”.

Enquanto Édouard nunca fez questão de relacionar seus charutos à Havana ou a Europa, e sempre relacionando o nascimento de seus pais as lugares que lembravam deles, Joseph e seus descendentes faziam referências a origens aristocratas espanholas e francesas que achavam estarem entre seus antepassados e, nessas atitudes, residem as diferenças entre os irmãos: a exclusão da menção de exílio, a luta pelo republicanismo e por igualdade de direitos foram excluídas dessa narrativa sobre a ascendência familiar por parte daqueles que obtiveram sucesso comercial cosmopolita, que não queriam ser associados a preconceitos de cor.

Após o capítulo anterior focar no sucesso econômico dos irmãos Tinchant, o nono e último capítulo, intitulado *Cidadãos para o bem da nação*, mostra como a questão da cidadania alcançada a nível nacional devido às múltiplas viagens atlânticas de Joseph e seus irmãos interferiram por um lado, na tentativa dos irmãos Joseph e Ernest, no ano de 1892, em buscar a *grande naturalisation*, que conferia direitos políticos e civis a um cidadão belga e por outro de Édouard de buscar a nacionalidade francesa.

Chama-se atenção aqui para as restrições da lei e o preconceito racial, embates que Rosalie e seus descendentes tiveram que lidar, desenvolvendo táticas engenhosas: ora fugiam de

guerras, ora participavam, ora expressavam-se politicamente, ora calavam-se. A reivindicação da cidadania e de nacionalidade nos diversos lugares que estiveram, juntamente com todas as ações mobilizadas ao longo desta narrativa, permitiram perceber a magnitude de forças que foram necessárias para o alcance de seus direitos.

“*Por um motivo racial*” foi o título escolhido pelos autores para narrar a odisséia de Marie-José Tinchant. O relato da ousadia da neta de Joseph Tinchant na imprensa, nos tribunais e sua participação política na guerra como militante presa permitiram aos autores perceber como as questões raciais interferiram na construção de uma memória política sobre a mesma, pois, quando os descendentes de Marie-José entraram na justiça, alegando serem beneficiários de uma prisioneira política, a justiça belga atribuiu à razão de sua prisão pelos nazistas como sendo um motivo racial. Quando a filha de Marie-José, em 2010 finalmente conseguiu, por parte das autoridades de Bruxelas, o reconhecimento da prisão de sua mãe como prisioneira política, já havia migrado para o México em busca de suas raízes familiares naquele país.

A partir da observação da escrita dos capítulos, percebemos como os autores de *Provas de Liberdade* evocam a trajetória de alguns indivíduos do passado através da sequência dos acontecimentos e das interações conscientes destes com um contexto maior, trabalhando sempre com um “jogo de escalas” para explicar como uma conjuntura de guerra, ou de luta política, por exemplo, influenciou em suas atitudes. Assim, Scott e Hérbrard, ao tentar compreender as ações destes indivíduos, reproduzem no interior deste discurso desdobrado, a relação entre um lugar do saber e sua exterioridade. É essa distorção que nos permite então, perceber ocultos no texto, sobre o lugar de onde falam seus autores.

Concomitantemente, ao colocar em cena a trajetória destes sujeitos, a construção narrativa dos autores permite que a sociedade se situe em relação a um passado e abre espaço para o presente. Como observou Certeau, a escrita “faz mortos para que os vivos existam. Mais exatamente, ela recebe os mortos, feitos por uma mudança social, a fim de que seja marcado o espaço aberto por este passado e para que, no entanto, permaneça possível articular o que surge com o que desaparece.” (CERTEAU, 1982, p. 107). A família Tinchant e os indivíduos estão mortos e os percalços, intempéries, forças que eles tiveram que lidar morreram com eles, naquela sociedade que é diferente da nossa, como o livro de Scott permite observar. Ao mesmo tempo em os descendentes dos Tinchant se afastavam dos estigmas e estereótipos atribuídos à ascendência africana, não tendo

que lidar com as mesmas situações que seus antepassados, constituíam uma memória familiar, e é essa memória que revela permanências e conecta o mundo dos vivos àquele “enterrado” pela escrita da história.

## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

GAMES, Alison. Atlantic history: definitions, challenges, and opportunities. In: *The American Historical Review*, vol. 111, nº 3, 2006.

SCOTT, Rebecca J. & HÉBRARD, Jean M. *Provas de Liberdade: uma odisséia na era da emancipação*. Tradução: Vera Joscelyne. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.